INSTITUTO
HISTÓRICO
DA ILHA TERCEIRA

# BOLETIM

VOL. LXXVI

2018

# INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

EDIÇÃO PATROCINADA POR:

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES
e
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

---

## SEDE

Ladeira de S. Francisco, 9
9700-181 Angra do Heroísmo

www.ihit.pt

E-mail: institutohistoricoilhaterceira@gmail.com

---

## MESA

João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes
José Olívio Mendes Rocha
Alfredo Emílio Silveira de Borba

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
À MESA DO INSTITUTO

---

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(art.º 32.º, n.º 3 do Regulamento interno do Instituto)

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

# BOLETIM

VOL. LXXVI 2018

ANGRA DO HEROÍSMO

# BOLETIM
# DO
# INSTITUTO
# HISTÓRICO
# DA
# ILHA TERCEIRA

## SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA
## (31 de Dezembro de 2018)

### SÓCIOS FUNDADORES
(Todos Falecidos)

- Dr. Cândido Pamplona Forjaz
- Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes
- Francisco Coelho Maduro Dias
- Cónego Dr. Francisco Garcia da Rosa
- Dr. Francisco Lourenço Valadão
- Capitão Frederico Lopes da Silva
- Gervásio Lima
- Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz
- João Carlos da Costa Moniz
- P.e Joaquim Esteves Lourenço
- Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral
- Tenente-Coronel José Agostinho (2.º Presidente do Instituto)
- Cónego José Augusto Pereira
- Dr. Luís da Silva Ribeiro (1.º Presidente do Instituto)
- P.e Dr. Manuel Cardoso do Couto
- Dr. Manuel de Sousa Menezes
- Capitão Miguel Cristóvam de Araújo
- Dr. Ramiro Machado
- Raimundo Belo
- Dr. Teotónio Machado Pires (3.º Presidente do Instituto)

### SÓCIOS EFETIVOS

- Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba – Doutorado em Ciências Agrárias - Nutrição Animal. Professor da Universidade dos Açores. (**Tesoureiro do Instituto**).
- Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino – Licenciado em Direito e Advogado (**Presidente do Conselho Fiscal**).
- Dr. António Bento Fraga Barcelos – Licenciado em História.
- Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues – Doutorado em Ciências do Ambiente, Mestre em Biofísica e Licenciado em Física. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr.ª Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa- Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes, Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas. Diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro.

- P.e Doutor Duarte Manuel Gonçalves da Rosa – Doutorado em História Contemporânea e Licenciado em Estudos Portugueses, Ciências da Informação e da Documentação, Direção de Coro, Ciências Religiosas.
- Prof. Doutor Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo – Doutorado em Ciências Agrárias – Climatologia Insular. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias – Licenciado em História (**Vogal do Conselho Fiscal**). Presidente da Rede de Museus dos Açores.
- Cónego Doutor Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes – Doutorado em Teologia. Vigário Geral da Diocese de Angra. Professor do Seminário Episcopal de Angra. (**Substituto do Conselho Fiscal**).
- Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt – Historiador e ex-librista. Cônsul da República de Cabo Verde nos Açores.
- Prof. Doutor João da Silva Madruga – Doutorado em Ciências Agrárias e Licenciado em Engenharia de Produção. Professor da Universidade dos Açores.
- Cónego João de Brito do Carmo Meneses – Curso de Teologia. Etnólogo.
- Cónego Doutor João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes - Doutorado em Direito Canónico e Mestre em Relações Internacionais. Professor do Seminário Episcopal de Angra. (**Presidente do Instituto**).
- Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz – Licenciado em História. Genealogista.
- Doutor José Armando Martins Mendes – Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais e Licenciado em História Científica. Jornalista.
- Dr. José Avelino Rocha Santos – Mestre em História.
- Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha – Licenciado em História.
- Arq.º José Figueiredo Gouveia de Castro Parreira – Licenciado em Arquitetura.
- Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Meneses – Doutorado em Engenharia Civil e Licenciado em Engenharia do Ambiente. Professor da Universidade dos Açores. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- Doutor José Guilherme Reis Leite – Doutorado em História. (**Vogal do Conselho Fiscal**).
- Eng.º José Henrique dos Santos Correia Guedes – Licenciado em Engenharia Civil.
- Dr. José Olívio Mendes Rocha - Mestre em Relações Internacionais e Licenciado em História. (**Secretário do Instituto**).
- Doutor Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila – Doutor em História Insular e Atlântica e Licenciado em Educação Básica.
- Luís Manuel Conde Vieira Pimentel – Genealogista.
- Doutora Maria Antonieta Mendes do Couto Costa – Doutorada em Psicologia Social.
- Dr.ª Maria da Assunção Gil Correia de Melo – Licenciada em História de Arte.
- Dr.ª Maria Helena de Meneses Ormonde – Mestre em Museologia e Património e Licenciada em Antropologia Cultural.
- Dr.ª Maria Manuel Velásquez Ribeiro – Mestre em Museologia e Património.
- Dr.ª Marta Dias Barcelos – Mestre em Bioética e Licenciada em Filosofia.
- Dr.ª Marta Sofia Ferreira Bretão Correia – Licenciada em Conservação e Restauro. Professora convidada do Seminário Episcopal de Angra.
- Dr. Miguel Corte-Real da Silveira Monjardino – Mestre em Relações Internacionais e Licen-

ciado em Direito. Professor da Universidade Católica Portuguesa.

- Arq.º Miguel Sieuve Lima de Mendonça e Cunha – Licenciado em Arquitetura.
- Dr.ª Paula Maria Soares Romão – Licenciada em Química.
- Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo – Licenciado em Direito e Advogado.
- Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa – Doutorado em História. Professor convidado do Seminário Episcopal de Angra e da Universidade dos Açores. (**Presidente substituto**).
- Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles – Licenciado em História.
- Dr. Sérgio Rui Fernandes Toste – Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa. Professor convidado do Seminário Episcopal de Angra
- Prof. Doutor Tomás Lopes Cavaleiro Ponce Dentinho – Doutorado em Economia Regional. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr. Vítor Medeiros Brasil – Mestre em Estudos do Património e Licenciado em História.

## SÓCIOS SUPRANUMERÁRIOS

- Doutor Arq.º Luís António Guizado Durão - Doutorado em Arquitectura.
- Prof. Doutor Nuno Miguel Ornelas Martins – Doutorado em Economia. Professor da Universidade Católica Portuguesa do Porto.

## SÓCIOS HONORÁRIOS

- S.ª Ex.ª Rev.ma D. António de Sousa Braga – Bispo Emérito de Angra.
- Professor Doutor António José Telo - Professor Catedrático da Academia Militar.
- Professor Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires - Professor Catedrático Jubilado e antigo Reitor da Universidade dos Açores.
- Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes – Licenciado em História. Professor Jubilado e Genealogista.
- Professor Doutor Artur Teodoro de Matos - Professor Catedrático Jubilado.
- Professor Doutor Avelino de Freitas de Meneses - Professor Catedrático e antigo Reitor da Universidade dos Açores. Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional dos Açores.
- S.ª Ex.ª Rev.ma D. Carlos Alberto de Pinho Moreira Azevedo – Bispo Titular de Belali e Delegado do Pontifício Conselho da Cultura da Santa Sé.
- Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão - Presidente da Academia Portuguesa de História jubilado.
- Professor Doutor Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz - Professor Universitário Jubilado.
- Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusto de Faria – Licenciado em História.
- Prof.ª Doutora Manuela Mendonça – Presidente da Academia Portuguesa da História.
- Comendador Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves – Historiador.

## SÓCIOS HONRÁRIOS INSTITUCIONAIS

- Diretor Regional da Cultura – Arq.º Nuno Ribeiro Lopes / Prof.ª Doutora Susana Goulart Costa.
- Diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro de Angra do Heroísmo – Dr.ª Cláudia Alexandra Coelho Meneses da Costa Cardoso.
- Diretor do Museu de Angra do Heroísmo – Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno.
- Governador do Castelo de São João Baptista – Coronel de Infantaria Jaime Queijo.
- Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo – Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Meneses.
- Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória – Dr. Tibério Manuel Faria Dinis.
- Reitor do Seminário Episcopal de Angra – Cónego Doutor Hélder Miranda Alexandre.
- Presidente da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores – Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Nunes Enes Dapkevicius.

## SÓCIOS CORRESPONDENTES

Cónego Dr. Adriano Manuel Torres Borges

Doutor Alberto Vieira

Dr.ª Ana Sofia Rodrigues de Sousa

Doutora Arq.ª Antonieta Reis Leite Porto

António Armindo Salvador Couto

António de Freitas Rocha Mendes

Tenente-Coronel (FAP) António Firmino de Sousa Mendes

Eng.º António Luís Cansado de Carvalho de Mattos e Silva

Monsenhor Doutor António Manuel Machado Saldanha e Albuquerque

Dr. Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca

Dr.ª Brígida Raquel Pamplona de Oliveira Ribeiro de Meireles

Dr.ª Carla Alexandra Costa Ferreira

Prof. Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral

Dr. Carlos Fernando de Medeiros Correia

Dr. Carlos Manuel Pimentel Enes

Dr. Carlos Melo Bento

Dr.ª Carolina Alexandra de Melo Rocha

Dr.ª Carolina Pires Costa

Dr.ª Cátia Daniela dos Santos Sousa

Dr. Celestino Sachetti

Embaixador Dr. Daniel António Pereira

Dr. David José Fernandes da Silva

Padre Doutor Dinis Manuel Branco da Silveira

Dr. Diniz Aurélio Lourenço Borges

Dr. Dionísio Mendes de Sousa

Dr. Eduardo Borba da Silva

Dr. Eduardo Godinho Rocha

Prof. Doutor Eduíno Moniz de Jesus

Dr. Emanuel Filipe Gregório Areias

Dr.ª Fátima da Conceição de Morais Simão

Dr. Fernando Manuel Faria Ribeiro

Dr.ª Filipa Alexandra de Moura Magalhães Tavares

Dr.ª Filipa Verónica Fagundes da Silva

Dr. Enf.º Francisco Hermínio de Meneses Branco

Dr. Francisco João dos Reis Pedroso de Lima

Francisco Jorge da Silva Ferreira

Dr. Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Mestre Francisco Miguel Lima Nogueira

Dr. Gabriel Mendes Pavão

Doutor George Monteiro

Doutor Georges Piotet

Dr.ª Gertrudes Maria Laranjinha dos Santos Brito do Rio

Dr. Gonçalo Andrade Pinheira Monjardino Nemésio

Prof. Doutor Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor)

Padre Mestre Hélio Nuno Santos Soares

Dr. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues (Presidente do Instituto Cultural de Ponta Delgada)

Eng.º Humberto Fernando Martins Oliveira

Dr.ª Isabel Cid

Dr.ª Isabel Maria Coelho da Silva

Dr. João Amândio Teixeira Goulart de Bettencourt

João António Gomes Vieira

Arq.º João Filipe Mateus Braga

Mestre João Manuel Aranda e Silva

Dr. João Manuel Dinis da Silva Ventura

Dr. João Maria Soares de Barcelos

Dr. Jorge Bruno Marques de Brito

Prof. Doutor Jorge Couto

Dr. José Álvaro Amaral Afonso

Coronel Eng.º José Carlos de Magalhães Cymbron

Eng.º José Eliseu Mendes Costa

Comendador José Henrique Álamo Oliveira

Prof. Doutor José Henrique Pinheiro Ornelas

Dr. José Isaac Mendes Ávila

José Liduíno Melo de Borba

Doutor José Luís Pereira Santos Gonçalves Neto

Prof. Doutor José Manuel Bettencourt da Câmara

Prof. Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues

Prof. Doutor José Manuel Martins Ferreira Coelho

Prof. Doutor José Manuel Monteiro da Silva

Prof. Doutor José Manuel Oliveira Mendes

Doutora Lélia Pereira da Silva Nunes

Mestre Lúcia Maria Ávila da Silveira

Dr. Luís Carlos Fortuna Henriques

Dr. Luís Filipe Cota Bettencourt Moniz Barreto

Dr. Luís Maciel Silva

Prof. Doutor Luís Manuel Arruda

Dr. Luís Manuel Machado Meneses

Prof. Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade

Prof. Doutor Luiz Fagundes Duarte

Dr. Manuel Conde Bettencourt

Doutor Manuel Lobo Cabrera

Capitão-de-Fragata Marcelo Leal Pamplona

Dr. Dom Marcus Soares de Albergaria de Noronha da Costa (Subserra)

Prof.ª Doutora Maria da Conceição Vilhena

Dr.ª Maria da Graça Ávila de Sousa Vaz Cardoso

Dr.ª Maria de Fátima da Silva Borba

Prof.ª Doutora Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego Machado

Prof.ª Doutora Maria Margarida Roque Lalanda Gonçalves

Prof.ª Doutora Maria Norberta Bettencourt Amorim

Dr. Mário Damiense de Carvalho Toste

Mestre Miguel Duarte Rosa Costa

Doutor Nereu do Vale Pereira

Prof. Doutor Onésimo Teotónio Almeida

Prof. Doutor Paulo Drumond Braga

Paulo Henrique Lopes Mendonça

Dr. Paulo José Lourenço Paim Barcelos

Eng.º Paulo José Mendes Barcelos

Mestre Paulo Patrício da Silveira e Sousa

Dr. Paulo Sérgio Matos de Sousa

Prof. Doutor Paulo Teodoro Lopes de Matos

Dr. Pedro Jorge Pascoal Ferreira de Melo

Pedro Marçal Vaz Pereira

Padre Dr. Pedro Miguel de Medeiros Cabral

Dr. Philippe Garnier

Dr. Ramiro Jorge Oliveira da Silva

Dr. Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

Mestre Rúben Tiago Quadros Ramos

Tenente-Coronel Doutor Rui Carita

Prof. Doutor Rui de Sousa Martins

Prof.ª Doutora Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório

Dr.ª Susana Rocha

Prof.ª Doutora Susana Maria Goularte Pereira dsa Costa

Dr.ª Tânia Isabel Paim da Silva

Dr.ª Vanda Maria de Melo Furtado Belém

Prof. Doutor Victor Hugo Lecoq de Lacerda Forjaz

Victor Manuel da Silva Cardoso

Dr. Vítor Hugo Fernandes do Castelo

Prof. Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão

## SÓCIOS SUBSCRITORES

Amílcar João Flores Cabral

Eng.º Duarte Rafael Cota Bettencourt Moniz

Cónego Dr. Jacinto Alberto de Meneses Bento

Jorge de Faria e Maia de Aguiar

Jorge Gabriel Maiato Paim

Padre Jorge Manuel Mendonça Luís

Padre José Alves Trigueiro

José Baldaia Paim Vieira

Prof. Manuel Gregório de Ataíde

Manuel Miguel Vieira e Silva

Jorge Vicetto

Dr.ª Maria Luísa Bretão Nunes da Graça

Dr.ª Paula Elsa Carvalho Moniz

Pedro Jácome de Ornelas da Câmara Paim de Bruges

Dr. Roberto Manuel Garcia Nunes

# 75.º ANIVERSÁRIO
# DO
# INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

# PALAVRAS DO PRESIDENTE NA SESSÃO COMEMORATIVA DO 75.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

*João Maria Mendes**

Excelentíssima Senhora Presidente da Academia Portuguesa da História Professora Doutora Manuela Mendonça

Ex.mo Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura

Venerando Bispo de Angra

Ex.mas Autoridades Civis, Militares, Académicas e Religiosas

Caros Consócios do IHIT

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Perfazem hoje 75 anos que o então Governador Civil de Angra do Heroísmo, o médico Dr. António Francisco de Sales de Guimarães Pestana da Silva, assinava a 9 de Dezembro de 1942 um Alvará pelo qual aprovava os Estatutos do recém criado Instituto Histórico da Ilha Terceira, conferindo-lhe a legalidade necessária como instituição cultural.

Passados que são 75 anos sobre essa data que marca o arranque legal e institucional do Instituto Histórico é com muita honra que me cabe presidir a esta prestigiada instituição académica, cultural e científica da ilha Terceira no presente mandato de 2016/2017, conjuntamente com os outros dois membros da Mesa: a Dr.ª Marta Bretão como secretária e o Sr. Jácome de Bruges Bettencourt como tesoureiro.

---

* Presidente do IHIT.

Foi, provavelmente, durante o ano de 1942 que o núcleo fundador do Instituto se reuniu informalmente para o constituir e redigir o projeto de Estatutos, cujo original está depositado na Biblioteca e Arquivo Regional Dr. Luís da Silva Ribeiro, os quais viriam a ser aprovados, como se disse, pela entidade administrativa competente da época. Só se conhece esse documento, dactilografado em papel selado, assinado e rubricado pelos Sócios Fundadores e datado de 16 de Novembro de 1942, dado que de outras possíveis reuniões anteriores, que se saiba, nada ficou escrito.

Pelos Relatórios publicados no "Boletim" conhece-se que a 1.ª Mesa do Instituto se reuniu a 15 do mesmo mês de Dezembro pedindo, de imediato, um subsídio à Junta Geral de Angra, prontamente concedido, e instalações nos Paços da mesma Junta Geral para aí funcionar e reunir, o que, igualmente, foi autorizado.

Outras duas datas marcam o início das atividades do IHIT: a sessão solene inaugural a 25 de Março de 1943 e a 1.ª reunião do Instituto a 7 de Junho de 1943, ambas na sala das sessões da Junta Geral, onde agora nos encontramos, razão pela qual a Mesa resolveu pedir ao atual inquilino destes Paços, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, autorização para realizar esta sessão comemorativa no mesmo espaço e edifício onde o Instituto Histórico foi fundado e onde funcionou durante alguns anos. Ao Sr. Secretário e ao seu Chefe do Gabinete e restante pessoal queria endereçar os agradecimentos pela cedência deste salão e pela colaboração prestada.

Como curiosidade recorde-se que, para além dos Estatutos, a Mesa do IHIT elaborou e fez aprovar logo na sessão inaugural um Regulamento Interno, e na 2.ª reunião, realizada a 22 de Junho do mesmo ano, apreciou o projeto de um "emblema do Instituto" apresentado pelo sócio contribuinte José Florêncio de Avelar e desenhado por José Soares o qual, embora aprovado, veio a ser recusado com o argumento de que a "grande complexidade do desenho" não permitiria a sua execução, sendo de imediato encarregado de apresentar um novo projeto de emblema o sócio Francisco Coelho Maduro Dias.

Resta referir que a 1.ª Mesa que coordenou o Instituto era constituída pelo Dr. Luís da Silva Ribeiro, como Presidente; pelo Tenente-Coronel José Agostinho como Secretário e que veio a suceder como 2.º Presidente da Mesa; e pelo Dr. Teotónio Machado Pires como Tesoureiro e mais tarde 3.º Presidente da Mesa.

O IHIT sempre teve, desde a sua fundação, uma organização interna muito específica, creio que inspirada na orgânica da Academia Portuguesa da História, a qual, apesar de várias alterações estatutárias, mantem a sua matriz fundacional.

Será motivo de interesse um estudo aprofundado sobre a caraterização das pessoas que constituíram o núcleo fundacional (20 sócios), as suas motivações e o seu inter-relacionamento, dado que, à primeira vista, procediam de sectores da sociedade muito diversificados a nível político e de pensamento filosófico.

Se há, pelo menos, dois sócios fundadores identificados com a Maçonaria não tiveram qualquer constrangimento em consociarem-se a quatro padres; se há republicanos provenientes dos partidos políticos da 1.ª República há ainda mais sócios perfeitamente perfilados com o Estado Novo nesta data já totalmente dominado pela ditadura de Oliveira Salazar.

Apesar de não querer abusar da paciência de V.as Ex.as não resisto a transcrever o artigo 4.º dos primeiros estatutos que reza o seguinte:

"Os sócios efectivos são aqueles que têm intervenção na actividade e na administração do Instituto. O seu número é limtado a vinte e pagam uma cota anual fixada nos termos destes estatutos. Esses sócios são originariamente os seguintes:

Dr. Cândido Pamplona Forjaz, professor do Liceu;
Dr. Elmiro Mendes, professor do Liceu;
Francisco Coelho Maduro Dias, artista;
Dr. Francisco Garcia da Rosa, professor do Seminário;
Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, advogado;
Capitão Frederico Lopes da Silva Júnior;
Gervásio Lima, escritor;
Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, advogado;
João Carlos da Costa Moniz, compositor musical;
Padre Joaquim Esteves Coelho;
Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, professor do Liceu;
Tenente Coronel José Agostinho;
Cónego José Augusto Pereira, professor do Seminário;
Dr. Luís da Silva Ribeiro, etnólogo;
Dr. Manuel Cardoso do Couto, professor do Seminário;
Dr. Manuel de Sousa Menezes, médico;
Capitão Miguel Cristóvão de Araújo;
Doutor Ramiro Machado, médico;
Raimundo Belo, publicista; e
Dr. Teotónio Machado Pires, advogado."

Em resumo, a plêiade fundadora era composta por 3 professores do Liceu Nacional de Angra, por 3 professores do Seminário Episcopal de Angra, por 4 advogados tendo em conta que o Dr. Luís da Silva Ribeiro apesar de, curiosamente, aparecer como etnólogo o certo é que era licenciado em direito e exercia ou tinha exercido a advocacia; por 3 oficiais do Exército; por 2 médicos; por 3 homens ligados às letras e artes e um Pároco.

O certo é que o Instituto conseguiu fazer, apesar desta ou com esta idiossincrasia de pessoas e de ideias, ao longo destes 75 anos da sua existência e funcionamento, um percurso de inalienável e reconhecido mérito através das áreas que se propôs realizar como seus fins e objetivos. E como as instituições são aquilo que são os seus membros, não haja dúvida que o valor intrínseco do IHIT se ficou a dever ao mérito indiscutível dos seus fundadores, dos sócios que o foram integrando ao longo destas sete décadas e dos titulares da Mesa que o foram coordenando. Não será despiciendo recordar, e para dar apenas dois exemplos do valor de muitos dos seus associados e sem demérito para tantos outros, que um dos seus fundadores e 1.º Presidente da Mesa, o Dr. Luís da Silva Ribeiro, é hoje o patrono da Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo; e que outro dos seus Presidentes, o Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, é o patrono da secção militar do Museu de Angra instalado no antigo Hospital da Boa Nova, sem esquecer essa outra grande figura de sábio e investigador que foi o Tenente-Coronel José Agostinho.

Sem pretender fazer uma história do IHIT, e para além das inúmeras iniciativas por ele levadas a efeito que são merecedoras de nota, creio que será de realçar três grandes projetos que a ilha Terceira e a cidade de Angra ficam a dever a esta instituição dado o IHIT estar na sua génese fundacional e de propositura: a Biblioteca e Arquivo, o Museu (que, na sua origem, funcionaram em conjunto no Palácio Bettencourt ali atrás da Sé) e a inscrição do centro histórico de Angra na lista do património mundial da UNESCO.

Gostaria ainda de destacar, entre variadíssimas actividades que o Instituto tem levado a cabo, a organização de vários Congressos, Colóquios, Conferências e Cursos para além da sua componente editorial com destaque para a publicação do seu Boletim.

De facto, no cômputo do tempo o IHIT é ainda uma jovem instituição embora com os seus pergaminhos bem firmados na cultura açoriana e que, por certo, continuará a desenvolver as suas atividades com o empenho criterioso, fundamentado e ponderado dos seus associados.

Ao longo destes 75 anos o Instituto teve 10 Presidentes, quatro deles já falecidos (Dr. Luís Ribeiro, Tenente-Coronel José Agostinho, Dr. Teotónio Machado Pires e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima) e os restantes, felizmente, ainda vivos: Dr. Álvaro Monjardino (5.º Presidente da Mesa com exercício em vários mandatos), Doutor José Guilherme Reis Leite (6.º Presidente da Mesa), Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias (7.º e 9.º Presidente) e Dr. Eduardo Ferraz da Rosa (8.º Presidente da Mesa).

Uma última palavra de apreço e saudação a todos, homens e mulheres, que foram ou são consócios desta grande e prestigiada instituição cultural e a todos os organismos públicos ou privados que lhe deram e continuam a dar o seu apoio.

Resta-me agradecer ao Senhor Secretário Regional a cedência deste salão para a realização desta sessão comemorativa e todo o apoio que tem dado ao Instituto.

Agradecer à Câmara Municipal de Angra o suporte financeiro e logístico que permitiu que o Instituto mantivesse a sua atividade.

Finalmente, agradecer à Senhora Professora Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa da História, a pronta aceitação em ser a oradora desta sessão solene.

---

*NOTA: Nesta sessão foram entregues diplomas a todos os Sócios Honorários e Efetivos do IHIT. O diploma foi concebido e desenhado pelo Dr. David Fernandes Silva (agora sócio correspondente do IHIT).*

*Durante a sessão atuou um quarteto de metais sob a orientação do consócio Doutor Duarte Rosa.*

*Para memória futura fique registado que se realizou no dia 26 de Março de 2018 uma segunda sessão comemorativa dos 75 anos da sessão inaugural do Instituto Histórico, também no salão nobre dos Paços da Junta Geral (atual Secretaria Regional da Educação e Cultura) onde o IHIT havia sido fundado e onde funcionou durante vários anos, na qual foi orador convidado o Dr. Eduardo Ferraz da Rosa que proferiu uma Conferência intitulada* Memória Histórica e Identidade: Religião, Estado e Cultura no Pensamento de Luís da Silva Ribeiro.

*O Dr. Eduardo Ferraz da Rosa declinou o convite para publicar o texto da sua Conferência no presente Boletim.*

# HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: ECOS DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA NO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA*

*Manuela Mendonça***

Quando, a 25 de Março de 1943, na sessão inaugural do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Luís Ribeiro da Silva, seu primeiro Presidente, proferiu o discurso de abertura, afirmou: "… temos usado e abusado da síntese sem buscar novos elementos de progresso, sem crítica nem verificação do que outros antes de nós fizeram, com manifesto desprezo do prudente exemplo da velha Academia Real da História que se propunha purificar da menor falsidade a narração dos sucessos".

Era esta afirmação feita a propósito da necessidade, que então denunciava, de que se fizessem monografias locais, pois as considerava indispensáveis à construção de uma completa História de Portugal. E referia-se concretamente aos Açores, onde a história de cada local se impunha fazer, mas regressando às fontes e não apenas, como escreveu, repetir sem crítica a informação existente.

Luís da Silva Ribeiro exigia um sério trabalho de heurística e crítica, pois, como escreveu, "juntar materiais, descobrir documentos, compará-los, classificá-los, exercer sobre eles uma crítica aguda e penetrante para fixar o seu valor comprovativo do facto, é indispensável trabalho preliminar a toda a História".

Com efeito, esta fora a lição deixada pelos primeiros agentes da Real Academia da História, que surgiu na linha do prestigiado surto académico seiscentista, onde já há algum tempo se apresentavam trabalhos de História, de pendor erudito e crítico. Se a sua integração neste movimento era continuidade, o seu sentido foi plena novidade.

---

* Conferência comemorativa dos 75 anos da aprovação dos Estatutos do IHIT e proferida no salão nobre dos Paços da Junta Geral de Angra.

** Doutora em História. Professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Presidente da Academia Portuguesa da História. Sócia Onorária do IHIT.

E foi no epíteto *real* que se reconheceu a academia como empresa de Estado, que o monarca não só apoiaria, mas privilegiaria. Academia do rei e da nação, instituição oficial com autonomia financeira, advinda da subvenção real e dotada de censura própria – a Junta de Censores –, o seu projecto assentou na promoção da "História Eclesiástica do Reino, e depois, tudo o que pertencer a toda a História dele e suas conquistas".

Aos intelectuais de elite caberia a concretização deste ideário, cujo método e investigação se foi aperfeiçoando e ampliando – essa a principal novidade destes eruditos: criar um método! A prioridade da História Eclesiástica, enunciada no citado Decreto de Instituição, derivaria num programa de acção bem mais vasto, em que a História Secular ocuparia lugar paritário. Para tal, em muito terá contribuído o Alvará de 20 de Agosto de 1721, considerado a primeira lei de protecção dos bens culturais, penalizando quem contribuísse para a destruição de monumentos antigos por "desatenção, negligência ou malícia".

À Academia da História cabia, pois, a tutela das antiguidades encontradas no território nacional e o direito de aquisição de bens culturais móveis – medalhas, moedas, chapas, lâminas – com vista à sua musealização.

Tal como, em Angra, se preconizava no nº. 5 do artigo 13, ter inventário de "manuscritos, memórias, cartas, mapas, fotografias, espécies iconográficas… de monumentos, obras de valor artístico ou histórico do distrito…" e, mais longe ainda, conforme o nº. 1 do artigo 20, "… fazer inventário dos monumentos e obras de arte existentes no Distrito, não apenas uma seca enumeração delas, mas a propósito de cada uma, o registo de tudo o que a seu respeito se possa e seja útil conhecer, como data, nome do autor, características, valor histórico ou artístico e ainda planos, descrições, desenhos, fotografias, quando necessário".

Aqui não sei se o objectivo se concretizou. Entre nós, deste "primeiro museu nacional de arqueologia", como o designou José Leite de Vasconcelos, não se tem notícia. Mas o labor dos primeiros Académicos é hoje visível e testemunho do período de esplendor que a Academia conheceu até meados do século XVIII, assim cumprindo as expectativas dos primeiros eruditos que, sob orientação de Manuel Caetano de Sousa, integraram oficialmente, há cerca de três séculos, a Instituição patrocinada pelo rei D. João V.

Foi chamada aos grandes momentos de celebração na corte régia.

Foi-lhe confiada a supervisão da obra histórica.

Produziu inúmeras e magníficas edições.

Contudo, por circunstâncias ainda pouco conhecidas, começou a Academia Real a desagregar-se na segunda metade do mesmo século, acabando por desaparecer, sem nunca ter sido extinta.

Retomado o interesse político pelo serviço da História, a Academia iria reaparecer a partir de 9 de Janeiro de 1938, data da primeira reunião do novo Conselho Académico. Tal como Portugal, que vivera um "estado interrompido" durante várias dezenas de anos, mas, retomada a independência, recuperou o sentido da sua marcha política, assim a "Casa da História" renasceu das cinzas mal fumegantes para retomar o caminho interrompido. Por isso adoptou o lema inicial, *Restituet omnia* tendo, em 2009, recuperado a medalha primeira, que então reeditámos, acrescentando-lhe 290 anos!

E se a Real Academia consagrava como objectivo prioritário "que se escreva a Historia Ecclesiastica destes Reynos, e depois tudo o que pertencer a toda a Historia deles e de suas Conquistas", mas partindo da necessidade de, para tal, "ajuntar manuscritos", a sua sucessora consagraria ainda, nos respectivos estatutos, a importância do documento e da investigação, assumindo como principal proposta de trabalho "o rigoroso conhecimento da história nacional, no sentido de esclarecer a contribuição portuguesa para o progresso da Cultura e da Civilização".

Foi a sua linha de continuidade! E assim ressurgia a Academia Portuguesa da História como "agremiação de especialistas que se dedicam à reconstituição documental e crítica do passado".

Assim também seria este Instituto Histórico quando o seu primeiro Presidente afirmava a importância de "reunir e estudar os documentos" e consagrava como objectivo "a edição de manuscritos de reconhecido valor histórico…".

Com efeito, no segundo quartel do século XX, o erudito amante do saber dera já lugar ao historiador disposto a questionar os limites da história como forma de conhecimento. Novas tendências historiográficas que desenvolvem a noção de documento e de facto histórico. Rumos marcados por problemáticas de teoria e método. E se, em 1835 o *Dictionnaire de l'Academie Française* ainda definia o saber histórico como "le récit des choses dignes de memoire", é certo que esse conceito rapidamente se considerara limitado por correr o risco de eleger "elementos sem valor geral e cuja designação surgia como restrita, transitória e discutível".

Na sequência, vivera-se já o debate sobre o interesse pelos homens e pelas sociedades. Descobrira-se o sentido da História integral do passado humano. Com a historiografia do tipo genético ou causal procurara-se estudar no passado os factos de tonalidade política e social, o que implicava uma delimitação do conceito, mas permitia, por outro lado, uma explicação mais rigorosa, à luz da própria época em que os factos tiveram lugar e a sua ordenação no quadro das nações. Entre nós, Alexandre Herculano enunciava assim o seu conceito de história: "História não tanto dos indivíduos, como da Nação; História que não ponha à luz do presente o que se deve ver à luz do passado; história, enfim, que ligue os elementos diversos que constituem a existência de um povo em qualquer época, em vez de ligar um ou dois desses elementos, não com os outros que com ele coexistem, mas com os seus afins na sucessão dos tempos..."

Já no último terço do século XIX, à medida que a disciplina histórica ia aperfeiçoando a sua metodologia, meios de trabalho mais rigorosos tinham sido postos à disposição do historiador para o conhecimento do passado. Surgem os tratados sobre a "técnica" da história, dando uma nova estrutura a esta ciência e erguendo as fases da investigação que deve preceder a "síntese". Desta sorte, interpretando a linha da ciência social com base na rigorosa investigação, limitava-se o traçado histórico aos factos que pudessem ser objecto de comprovação documental. Daí, uma história baseada em fontes maioritariamente escritas e abrangendo apenas os eventos de que houvesse essa segura comprovação documental, ou seja, certeza *probatória*.

Viveu-se então sob o signo do chamado "facto histórico", que é essencial no traçado das ciências humanas, mas não preenche todo o seu campo explicativo. Atingiu-se, enfim, a noção de "documento" numa dimensão larga, englobando os testemunhos escritos e não escritos. Um documento, uma lápide, uma narração oral constituem fontes históricas; mas são-no, de igual modo, uma paisagem humana, uma simples agulha, uma arma de guerra, uma carruagem, um moinho de água, um acampamento, o casco de um navio, os alicerces de uma casa, um fragmento de cerâmica, etc. Qualquer dado concreto pertence ao domínio do estudo de quem faz história.

O passado integral constitui, pois, o grande palco da História - e que à história compete explicar. Nesta abrangência total do passado, Henri Berr perguntaria: qual o papel do homem perante o natural? Para depois considerar o conjunto histórico como envolvendo

- "os factos humanos do passado", sendo que a história se definia como o estudo de tais factos, na medida em que se integravam como produtos humanos:
- "o homem, em si, não era natureza, mas história".

«A História não é senão uma das formas do conhecimento experimental do universo, representando, a nossos olhos, a sua evolução passada, como as ciências da natureza nos mostram o seu estado presente ».

A historicidade apenas reside no homem e a natureza surge como parte do vasto laboratório de factos em que o historiador vai actuar. "El hombre no es cosa".

Entre nós, Joaquim de Carvalho escreveria: "O mundo natural explica-se; o mundo histórico compreende-se; naquele, a razão explica e logra alcançar, por vezes, a ciência; neste, a razão, que jamais pode fazer comparecer perante o seu tribunal judicatório a totalidade da vida, compreende porque o objectivo do seu saber, que não é em rigor a *ciência*, mas a *hermenêutica*, consiste em desentranhar da factualidade das expressões a vivência que lhes deu ser, ou, por outras palavras, surpreender na letra ou no documento coisificado o espírito que o animou...

O acontecer histórico-cultural - nesta expressão se abrangem os produtos ideais e os tangíveis da actividade humana - e a vida espiritual donde ele arranca, possuem como características peculiares, que os separam irredutivelmente dos objectos físicos, a temporalidade irreversível e a concretização mais ou menos densa de uma actividade vital, de um sentido ou significação.

A verdadeira substância da História reside mesmo no sentido ou significação dos acontecimentos; e, consequentemente, o saber histórico-cultural não é mero saber de objectos, como no mundo da natureza, mas um saber que vai da expressão ao expressado, dos materiais inertes à vida que os alentou, da letra ao espírito....".

Assim se entende a História como estando sempre ligada ao humano e às marcas que este deixou na sua evolução. Mas de um "humano" que se integra no "social" e que o dirige, ou dele recebe impulsos para manifestar a sua presença no tempo. Assim o enunciava o vosso primeiro presidente, " … não é para aqui discutir ou expor o caracter da História, se é ciência ou arte, filosofia ou simples método, nem tão pouco o seu conteúdo, quer dizer, se deve ocupar-se apenas das relações entre os homens e o Estado

a que pertencem… ***mas*** abranger toda a vida humana passada, indivíduos e multidões, englobando os seus diferentes e numerosos aspectos…".

Lucien Febvre e Marc Bloch colocarão novas interrogações sobre este entendimento, considerando não a "história do humano", mas a "história de grupos": "pas l'homme encore une fois, jamais l'homme. Les sociétés humaines, les groupes organisés". Contudo, Lucien Febvre voltaria a encarar o estudo dos homens "em si", integrando-os na mentalidade do grupo, sem dúvida, mas indo mais longe: escavando os marcos íntimos dos seus biografados, como *foram* e como *agiram* no seu próprio tempo, buscando a marcha da sua personalidade histórica. Quis assim lançar uma história de sentido psicológico, aceitando a realidade técnica das épocas, mas impondo uma atitude de indagação que visava o conhecimento mais íntimo dos actores históricos.

Enfim, o « objecto da história é, por natureza o homem, ou melhor, os homens. Em vez do singular, favoravel à abstração, o plural que é o modo gramatical da relatividade, é indicado para uma ciência do diverso. Por detrás das paisagens, dos utensílios ou das máquinas ; por detrás da escrita e das instituições, estão os homens… ». Deste modo a história se vai definindo como " a ciência dos homens no tempo".

E o vosso presidente ia mais longe, propondo a recuperação daquilo a que Jorge Borges de Macedo chamou a "História ignorada de um povo", quando afirmava que " não são apenas os grandes triunfos e as grandes tragédias, os heróis e os condutores de multidões que têm lugar na História. A ela pertencem também os anónimos que agem em conjunto, cuja acção é primacial no desenrolar dos acontecimentos, e as lutas pacíficas do trabalho quotidiano, criador de riqueza e obreiro das grandes transformações da sociedade".

De facto, o quadro social não se poderia compreender sem a presença e a actuação do homem que o modela, por um lado, mas que dele recebe, por outro, a dinâmica das estruturas sociais em movimento; de um homem que vive e age nos grupos sociais em que se integra. "L'homme est à la fois le sujet et l'objet de la connaissance historique» (Raymonde Aron). É certo que o processo histórico se baseia na constante mutação das instituições, mas que resulta do mobilismo das sociedades humanas.

Daí a história tanto considerar o conceito temporal de "perdurável", como e sobretudo atender ao curso dos factos que nos são dados como linha de movimento constante. R*ealidade dinâmica*, porque a vida é bem aquele constante "hacer", a que se refere Ortega y Gasset. O processo vital está continuamente a refazer-se e o sentido histórico recebe as marcas dessa mudança. Daí poder definir-se a história como "a lógica do devir".

E é certamente nessa lógica que HOJE o Instituto Histórico da Ilha Terceira assume a sua presença, a sua identidade e, de algum modo, a sua razão de ser, de existir. Integrando, ao longo dos anos, a riqueza do saber dos seus membros, cruzam-se nele as correntes históricas de cada momento. E nessa evolução se chega à história das mentalidades, sem dúvida marco de referência do historiador actual.

Alguns sectores se perguntarão: que sentidos têm hoje estas Instituições? Qual o seu papel? Qual o seu lugar no futuro?

Com efeito, Hoje já não é necessário garantir a investigação, ou divulgar as fontes. Esse trabalho vem sendo progressivamente assumido pelas universidades que, ao fomentarem mestrados e doutoramentos, desenvolvem e divulgam linhas de pesquisa nas mais diversas áreas.

Mas um espaço novo nos é reservado – ser local de trabalho isento onde cabem todas as correntes historiográficas, na certeza de que a verdade é uma busca constante. Assim, estou certa, também acontece neste Instituto, seguindo o conselho e orientação primeira do seu Presidente "solus veritates…"

Recentemente, o nosso Presidente da Republica, em mensagem enviada à APH, escrevia: "A Academia Portuguesa da História é como o Presidente da República. Não assume correntes nem facções. É ecuménica"!

E achei muito interessante ler, no artigo 17 do vosso primeiro regulamento: "a publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as suas doutrinas, ideias ou conclusões nelas contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor".

Que maior abertura se poderia esperar na busca da verdade histórica?

E é nessa busca contínua que se descobre o espaço para o aprofundamento das várias dimensões do agir humano.

Nesta base, o desígnio desta e de outras Instituições similares ultrapassa as barreiras da própria História, dando forma a uma exigência de cultura nacional. Se considerarmos, com Fernand Braudel que "a investigação, se quiser ser frutuosa, deve aspirar a aprender tudo, a ir das culturas mais modestas à *major civilisations"* e ainda que "… toda a sociedade, todo o grupo social, participa, em alto grau, em relações íntimas ou distantes, numa civilização ou, mais exactamente, numa série de civilizações sobrepostas, mutuamente vinculadas e às vezes muito díspares; e cada uma dela e o seu conjunto introduz-nos num movimento histórico imenso, de muito longa duração, que constitui para cada sociedade o manancial de uma lógica interna que lhe é própria…", estaremos certamente no caminho da compreensão da importância da História para além da investigação histórica.

Aí situamos a justificação principal para a nossa actividade.

Compete-nos continuar a ser instituições dinâmicas no entendimento e divulgação da identidade histórica de Portugal.

Nesta base, concretamente o Instituto Histórico da Ilha Terceira será garante da "memória de um povo", entendida esta no seu sentido mais amplo de identidade, de marca e presença de uma sociedade, matriz cultural levada aos mais diversos cantos do mundo. Nesta linha de raciocínio, afastaremos a convicção de Lucien Febvre quando afirmou ser hoje "um desencantamento, uma desilusão total, o sentimento amargo de que fazer história, ler história é, doravante, perder tempo"!

Não é!

Hoje e certamente no futuro, é dever deste Instituto ser *instituição-reserva* do conhecimento histórico, especificamente desta Ilha, com obrigação de levar a todos os portugueses o conhecimento da gesta secular de um povo que deve orgulhar-se do seu passado. Por isso tem todo o sentido celebrarmos os 75 anos de existência desse reduto defensor da História!

Ao cumprimentar, por isso, todos os seus membros, formulo, em nome da Academia Portuguesa da História, os maiores votos para que nesta Ilha e na linda e resistente cidade de Angra do Heroísmo se não desista de recuperar o passado e acreditar que a força dos que nos precederam continuará a correr, qual sangue renovado, nas veias das novas gerações.

Desse modo se cumprirá a proposta do primeiro Presidente, assumida no ponto 5 do artigo 20 do Regulamento como princípio geral orientador de toda a acção do Instituto: "… que a sua actividade se exerça predominantemente, no sentido da investigação histórica e etnográfica, por modo a se adquirirem novos conhecimentos e se verificar a exactidão dos factos já conhecidos"!

# RELAÇÃO DOS SÓCIOS DO IHIT
# 1943-2018

**Nota Introdutória**

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, nestes 75 anos da sua existência, para além dos 20 Sócios Fundadores foi agregando uma significativa plêiade de personalidades nas suas diferentes categorias de associados. Todavia, com o passar dos anos e com o falecimento desses sócios, muitos nomes começam a ficar esquecidos o que é lamentável para se perceber quão significativa foi a sua participação na vida cultural do Instituto.

Quando tomei posse como Presidente e passou o Instituto a ter como colaborador temporário o Dr. Carlos Correia, sócio correspondente, pedi-lhe que, com paciência beneditina, percorresse as actas e demais notas insertas no nosso Boletim a fim de poder elaborar uma lista, o mais completa possível, de todas as pessoas que foram sócias desta instituição. O trabalho foi sendo feito e agora, como memória destes 75 anos, é publicado para que fique registado o nome daquelas pessoas que nas diversas categorias se associaram a esta instituição. À frente de cada nome vai a referência da data de eleição e as notas necrológicas ou outra qualquer referência publicadas no Boletim após a morte so sócio.

Com a cessação da colaboração do Dr. Carlos Correia coube-me a mim completar este trabalho e dar-lhe esta forma final com a prestimosa colaboração do consócio Doutor José Guilherme Reis Leite.

É forçoso dizer que, certamente, algum nome poderá ter ficado por elencar devido a alguma falha de documentação ou de investigação mas que se poderá inserir em edições futuras do Boletim, desde que chegue ao conhecimento do Instituto.

Que esta lista geral de sócios do IHIT seja um preito de homenagem a todos quantos foram construindo e consolidando esta prestigiada instituição convicto que a história se faz com pessoas concretas e que só com o seu trabalho de conjunto tornam as instituições dignas de figurarem nessa mesma história.

Angra, Junho de 2018
João Maria Mendes, Presidente do Instituto

## I – Sócios Fundadores

***(Conforme os nomes e profissões que constam nos primeiros Estatutos assinados a 16 de Novembro de 1942)***

1 Dr. Cândido Pamplona Forjaz, professor do Liceu (1901-1987). Necrologia Vol. XLV-II (1988).

2 Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes, professor do Liceu (1904-1954). Necrologia Vol. XII (1954).

3 Francisco Coelho Maduro Dias, artista (1904-1986). Necrologia Vol. XLV (1987).

4 Cónego Dr. Francisco Garcia da Rosa, professor do Seminário (1893-1958). Voto de pesar Vol. XVII (1959).

5 Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, advogado (1889-1964). Voto de pesar Vol. XXVII-XXVIII (1969-70).

6 Capitão Frederico Lopes da Silva Júnior (1896-1979). Atingiu o posto de Tenente-Coronel. Eleito Sócio Honorário na 1.ª reunião ordinária de 11/9/1973. Voto de pesar pelo seu falecimento no Vol. XXXVIII (1980).

7 Gervásio Lima, escritor (1876-1945). Necrologia Vol. III (1945).

8 Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, advogado (2884-1947). Necrologia Vol. V (1947).

9 João Carlos da Costa Moniz, compositor musical (1881-1955). Necrologia Vol. XIII (1955).

10 P.e Joaquim Esteves Lourenço (na escritura P.e Joaquim Esteves Coelho) (1908-1993). Necrologia Vol. LX (2002).

11 Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, professor do Liceu (1889-1987). Necrologia Vol. XLV (1987). Eleito Sócio Honorário na 1.ª reunião ordinária de 11/9/1973. Necrologia no Vol. XLV, tomo II, (1987) e no Vol. LIX, (2001).

12 Tenente-Coronel José Agostinho (1888-1978) - 2.º Presidente do Instituto. Eleito Presidente Honorário na 1.ª reunião extraordinária de 20/12/1975. Homenagem à sua memória Vol. XLVI (1988).

13 Cónego José Augusto Pereira, professor do Seminário (1885-1969).

14 Dr. Luís da Silva Ribeiro, etnólogo (1882-1955) - 1.º Presidente do Instituto. Necrologia Vol. XIII (1955).

15 P.e Dr. Manuel Cardoso do Couto, professor do Seminário (1893-1953). Necrologia Vol. XI (1953).

16 Dr. Manuel de Sousa Menezes, médico (1892-1958). Voto de pesar Vol. XVI (1958).

17 Capitão Miguel Cristóvam de Araújo (1895-1962). Voto de pesar Vol. XX-XXI (1963-64).

18 Dr. Ramiro Machado, médico (1897-1945). Necrologia Vol. III (1945).

19 Raimundo Belo, publicista (1897-1958). Voto de pesar Vol. XVII (1959).

20 Dr. Teotónio Machado Pires, advogado (1902-1987). 3.º Presidente do Instituto. Necrologia Vol. XLV-II (1988).

**II – Sócios Honorários**

1 Professor Doutor Vitorino Nemésio (1901-1978). Eleito na sessão extraordinária de 2/12/1944.

2 Eng.º Joaquim Bensaúde (1859-1952). Eleito na 3.ª reunião ordinária de 2/7/1945. Necrologia no Vol. X, (1952).

3 Dr. António de Medeiros Gouveia (1900-1972). Eleito na 3.ª reunião ordinária de 2/7/1945.

4 Rodrigo Rodrigues (1873-1956). Eleito na 3.ª reunião ordinária de 2/7/1945. Voto de pesar pelo falecimento a 23/5/56.

5 Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda (1873-1950). Eleito na 3.ª reunião ordinária de 2/7/1945. Necrologia no Vol. X, (1950).

6 Dr. José Bruno Tavares Carreiro (1880-1955). Eleito na 3.ª reunião ordinária de 2/7/1945. Voto de pesar pelo falecimento a 24/1/1957.

7 Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde (1882-1955). Eleito na 3.ª reunião ordinária de 2/7/1945. Necrologia no Vol. XIII, (1955).

8 Dr. Eduardo de Campos e Castro de Azevedo Soares (Carcavelos) (1864-1955). Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 26/1/1946. Necrologia no Vol. XIII, (1955).

9 Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima (1920-1996). Eleito na 3.ª reunião ordinária de 18/10/1948. 4.º Presidente do Instituto. Eleito Presidente Honorário a 9/2/1984. Necrologia no Vol. LV, (1997).

10 Dr. Oswaldo Rodrgues Cabral (1903-1978, em Florianópolis, Brasil). Eleito na reunião extraordinária de 7/6/1949.

11 Professor Francisco Ferreira da Rosa (1864-1952). Eleito na reunião extraordinária de 15/11/1949. Necrologia no Vol. X (1952).

12 Dr. João Hickling Anglin (1894-1975). Eleito na reunião ordinária de 4/6/1951.

13 Dr. Wilhelm Geise (1895-1992 em Hamburgo). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 2/1/1952.

14 Prof. Dr. Ruy Telles Palhinha (1871-1957). Eleito na 2.ª reunião ordinária de 1/6/1953. Voto de pesar pelo falecimento a 1/12/1957.

15 Professor Doutor António de Almeida Garret (1884-1961). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 3/1/1955. Voto de pesar pelo falecimento a 28/11/1961.

16 Comendador João Soares de Medeiros (1905-1989). Eleito na 3.ª sessão ordinária de 5/12/1955. Voto de pesar pelo falecimento a 27/6/1989.

17 Dom José Pedro da Silva, Bispo de Viseu (1917-2000). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 24/1/1957. Necrologia no Vol. LIX (2001).

18 Dr. Armando Cortes Rodrigues (1891-1971). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 24/1/1957.

19 Professor Doutor Aurélio Pereira da Silva Quintanilha (1892-1987). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 29/1/1959. Voto de pesar pelo falecimento a 16/9/1987 e necrologia no Vol. XLV, tomo II, (1987).

20 Prof. Artur Santos (1914-1987). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 29/1/1959. Voto de pesar pelo falecimento a 16/9/1987.

21 Prof. Walter Piazza (1925-2016). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 29/1/1959. Voto de pesar pelo seu falecimento na reunião ordinária de 14/4/2016 e Voto de Pesar votado por unanimidade na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 17/2/2016, publicado no Vol. LXXIV (2016).

22 Professor Dante de Laytano (1908-2000). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 21/3/1960. Necrologia no Vol. LXI, (2003).

23 Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues (1903-1993). Eleito na 2.ª reunião extraordinária de 28/11/1961.

24 Monsenhor Cónego José Machado Lourenço (1908-1984). Eleito na reunião de 12/12/1967. Necrologia Vol. LXII, (1984).

25 Prof. Doutor Fritz Kruger (1889-1974 na Argentina). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 9/5/1968.

26 Professor Doutor Marcello José das Neves Alves Caetano (1906-1980). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 28/1/1971. Voto de pesar pelo falecimento a 3/12/1980.

27 Juiz Conselheiro Doutor Carlos Renato Gonçalves Pereira (1898-1991). Eleito na 2.ª reunião ordinária de 29/12/1971. Voto de pesar pelo falecimento no Vol. XLIV (1991).

28 Tenente-Coronel Frederico Lopes da Silva (Sócio fundador).

29 Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral (Sócio fundador).

30 Prof. Doutor José Enes Pereira Cardoso (1924-2013). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 11/9/1973. Necrologia no Vol. LXXIII, (2015).

31 Dr.ª Elsa Brunilde Lemos de Mendonça (1926-2007). Eleita na 1.ª reunião ordinária de 11/9/1973.

32 Tenente-Coronel José Agostinho (Sócio Fundador).

33 Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão. Eleito na 2.ª reunião ordinária de 3/12/1980.

34 Professor Doutor Francis Millet Rogers (1914-1989). Eleito na 1.ª reunião ordinária de 7/7/1981. Voto de pesar a 27/12/1989 e necrologia Vol. XLVII, (1989).

35 Dra. Maria Olímpia da Rocha Gil (1940-1992). Eleita na 2.ª reunião ordinária de 28/6/1982. Necrologia Vol. L, (1992); notícia da morte em 2003 no Relatório do Presidente do Vol. LXII, (2004).

36 Dr. Agnelo Ornelas do Rego (1908-1994). Eleito na 2.ª reunião ordinária de 28/6/1982. Notícia do falecimento no Vol. LIII, (1995) e necrologia no Vol. LX, (2002).

37 Professor Doutor Rafael Vasconcelos Azevedo (1911-1985). Eleito na 2.ª reunião ordinária de 28/6/1982. Voto de pesar no Vol. XLIV (1986).

38 Rev.mo Padre Serafim de Chaves (1904-1985). Eleito na 2.ª reunião ordinária de 28/6/1982. Voto de pesar no Vol. XLIV (1986).

39 Professor Doutor Artur Teodoro de Matos. Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 16/9/1987.

40 Professor Doutor Fréderic Mauro (1925-2001). Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 16/9/1987). Necrologia no Vol. LXI, (2003).

41 Professor Doutor Joel Serrão (1919-2008). Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 16/9/1987.

42 Arq.º Fernando Augusto de Sousa (1913-1996). Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 26/1/1990. Voto de pesar a 14/2/1996.

43 Professor Doutor Jorge Borges de Macedo (1921-1996). Relatório do Presidente no Vol. LI-LII, (1993/94); voto de pesar a 21/3/1996.

44 Cónego Doutor Isaías da Rosa Pereira (1919-1990). Mencionado como Sócio Honorário no voto de pesar da 1.ª reunião extraordinária de 22/1/1999; necrologia no Vol. LXI, (2003).

45 Professor Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires. Eleito na 2.ª reunião ordinária de 25/5/2000.

46 Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes. Eleito na 2.ª reunião ordinária de 25/5/2000.

47 Professor Doutor António José Telo. Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 20/4/2002.

48 Professor Doutor Avelino de Freitas de Meneses. Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 20/4/2002.

49 Dr. José Pereira da Costa (1922-2010). Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 20/4/2002.

50 Professor Doutor Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz. Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 20/4/2002.

51 Pe. Dr. Jacinto Manuel Monteiro da Câmara Pereira (1933-2003). Eleito na 2.ª reunião extraordinária de 23/5/2002. Necrologia no Vol. LXI, (2003).

52 Tenente-General Manuel Amorim de Sousa Meneses (1920-2012). Eleito na 2.ª reunião extraordinária de 23/5/2002. Voto de pesar pelo seu falecimento a 26/7/2012).

53 João Dias Afonso (1923-2014). Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 12/12/2003. Publicação da Homenagem a João Afonso no Vol. LXXI-LXXII, (2013-2014).

54 Dom António de Sousa Braga, Bispo Emérito de Angra. Eleito na 1.ª reunião ordinária de 14/4/2016.

55 Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusto de Faria. Eleito na 1.ª reunião ordinária de 14/4/2016.

56 Dom Carlos Alberto de Pinho Moreira Azevedo, Bispo Titular de Belali. Eleito na 1.ª reunião extraordinária de 7 de Setembro de 2017.

57 Prof.ª Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa da História. Eleita na 1.ª reunião extraordinária de 7 de Setembro de 2017.

58 Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves. Eleito na 2.ª reunião ordinária de 19 de Abril de 2018.

**III – Sócios Efetivos**

(18/10/1948, 3.ª reunião ordinária)[1]

1 Monsenhor Inocêncio Romeiro Enes (1892-1982). Necrologia no Vol. XL (1982).

(30/1/1959, 1.ª sessão extraordinária)

2 Prof. Doutor José Enes Pereira Cardoso (passou a sócio honorário).

3 Dr. José Leal Armas (1922-2005). Voto de pesar pela sua morte no Vol. LXIV-LXV-LXVI (2006-2007-2008).

4 Dr. Rafael Valadão dos Santos (1922-2000). Necrologia Vol. LXI (2003).

5 Arq.º Fernando Augusto de Sousa (passou a sócio honorário).

(28/11/61, 2.ª reunião extraordinária)

6 João Dias Afonso (passou a sócio honorário).

7 D. Maria Francisca Bettencourt - usava o pseudónimo de *Maria do Céu* (1906-1980).

8 Henrique Vieira de Borba (1896-1975).

(20/10/1967, 1.ª reunião extraordinária)

9 Dr.ª D. Elsa Brunilde Lemos de Mendonça (passou a sócio honorário).

10 Emanuel Félix Borges da Silva (1936-2004).

11 Dr. Hélder Fernando Parreira de Sousa Lima (1930-2000). Necrologia Vol. LXI (2003).

[1] Data e sessão em que foram eleitos.

(18/9/1973, 1.ª reunião extraordinária)

12 Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino - 5.º Presidente do Instituto.

13 Doutora Maria Olímpia da Rocha Gil (passou a sócio honorário).

14 Dr. Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz.

15 Doutor José Guilherme Reis Leite - 6.º Presidente do Instituto.

(20/12/1975, 1.ª reunião extraordinária)

16 Dr. António Maria Ornelas Ourique Mendes (passou a sócio honorário).

17 Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires (passou a sócio honorário).

(25/3/1980, 1.ª reunião extraordinária)

18 Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos (passou a sócio honorário).

19 Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles.

20 Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias - 7.º e 9.º Presidente do Instituto.

(22/10/1982, 2.ª reunião extraordinária)

21 Francisco Ernesto de Oliveira Martins (1930-2012). Notícia do seu falecimento no Vol. LXXI-LXXII (2013-2014).

(9/2/1984, 2.ª reunião extraordinária)

22 Pe. Dr. Jacinto Monteiro da Câmara Pereira (passou a sócio honorário).

(10/9/1985, 2.ª reunião extraordinária)

23 Dr. José Orlando de Noronha da Silveira Bretão (1939-1998). Notícia do seu falecimento no Vol. LVII (1999).

24 Arq.º Luís António Guizado Gouveia Durão (passou a correspondente por deixar de residir na ilha Terceira. Com a alteração estatutária passou à categoria de Supranumerário).

(16/9/1987, 1.ª reunião extraordinária)

25 Cónego Doutor João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes - 10.º Presidente do Instituto.

(26/1/1990, 1.ª reunião extraordinária)

26 Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves (passou a sócio honorário).

27 Luís Manuel Conde Vieira Pimentel.

(21/3/1996, 1.ª reunião extraordinária)

28 Eng.º José Henrique dos Santos Correia Guedes.

29 Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusto de Faria (passou a sócio honorário).

(26/4/2000, 1.ª reunião extraordinária))

30 Dr. António Bento de Fraga Barcelos.

31 Dr. Eduardo Ferraz da Rosa - 8.º Presidente do Instituto.

32 Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt.

33 Dr. José Brasil Mendonça e Ávila (1943-2013). Necrologia Vol. LXXIV (2016).

(23/5/2002, 2.ª reunião extraordinária)

34 Dr. Miguel Corte-Real da Silveira Monjardino.

(11/12/2009, 2.ª reunião extraordinária)

35 Cónego Doutor Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes.

36 Dr. José Olívio Mendes Rocha.

37 Dr. José Avelino Rocha dos Santos.

38 Doutor José Armando Martins Mendes.

39 Dra. Marta Sofia Ferreira Bretão Correia.

40 Doutora Maria Antonieta Mendes do Couto Costa.

(1/6/2015, 2.ª reunião extraordinária)

41 Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba

42 Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues

43 P.e Doutor Duarte Manuel Gonçalves da Rosa

44 Prof. Doutor Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo

45 Arq.º José Figueiredo Gouveia de Castro Parreira

46 Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha

47 Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Meneses

48 Doutor Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila

49 Dr.ª Maria Helena Meneses Ormonde

50 Dr.ª Maria Manuel Velásquez Ribeiro

51 Dr.ª Marta Dias Barcelos

52 Arq.º Miguel Sieuve Lima de Mendonça e Cunha

53 Prof. Doutor Nuno Miguel Ornelas Martins (passou a supranumerário por residir fora da ilha Terceira).

54 Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa

55 Dr. Sérgio Rui Fernandes Toste

56 Dr. Vítor Batista Medeiros Brasil

(8/7/2015, 3.ª reunião extraordinária)

57 Cónego João de Brito Carmo de Meneses

(14/4/2016, 1.ª reunião ordinária)

58 Prof. Doutor João da Silva Madruga

(27/12/2016, 2.ª reunião ordinária)

59 Dr.ª Maria da Assunção Gil Correia de Melo

60 Doutor Mário Luiz da Silva Martins Cabral (1963-2017). Necrologia Vol. LXXV (2017).

(7/9/2017, 1.ª reunião extraordinária)

61 Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo

62 Dr.ª Cláudia Alexandra Coelho Cardoso

63 Dr.ª Paula Maria Soares Romão

(19/4/2018, 2.ª reunião ordinária)

64 Prof. Doutor Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho

**IV – Sócios Correspondentes**

30/3/1948 (1ª sessão ordinária)

1 Prof. Doutor Salvador Dias Arnaut (1913-1995).

18/10/1948 (3ª reunião ordinária)

2 Virgínio Baptista (1894-1969).

7/6/1949 (2ª sessão ordinária)

3 Dr. Álvaro Reis Gomes

5/12/1955 (3ª sessão ordinária)

4 Doutor Walter Piazza (passou a sócio honorário).

5 Jorge Felizardo

29/1/1959 (1ª sessão ordinária)

6 Dr. João Cunha da Silveira (1909-1967)

7 Prof. Doutor Manuel Silveira Cardoso. Voto de pesar pela sua morte Vol. XLIV (1986).

8 Dr. Alberto dos Santos (1920-2002). Necrologia Vol. LXI (2003).

9 Dra. Elsa Brunilde Lemos de Mendonça (passou a sócio honorário).

10 Embaixador Martim Machado de Faria e Maia (1911-1982).

11 João Dias Afonso (passou a sócio efetivo e depois a honorário).

12 Capitão Aniceto António dos Santos (1898-1965).

13 Dr. Álvaro Sampaio (1891-1980).

14 Dr. Alberto Rosa (falecido).

15 João Gabriel de Ávila (1923-2006). Necrologia Vol. LXIII (2005).

8/6/1960 (2ª sessão ordinária)

16 Dr. Manuel Raposo Marques (1903-1966).

15/6/1960 (3ª sessão ordinária)

17 Dr. Amadeu Carreiro de Freitas

28/11/1961 (2.ª reunião extraordinária)

18 Dr. Feliciano Ramos (falecido).

19 Joaquim Gomes da Cunha - usava o pseudónimo *Pedro de Merelim* (1913-2001). Necrologia Vol. LXI (2003).

25/11/1963 (1.ª reunião extraordinária)

20 Doutor Alberto Machado da Rosa (1924-1974).

17/11/1964 (reunião extraordinária)

21 Prof. Doutor José Enes Pereira Cardoso (passou a efetivo e depois a correspondente por passar a residir fora da Ilha Terceira – passou posteriormente a sócio honorário).

31/1/1966 (1.ª reunião ordinária)

22 Prof. Doutor Rafael de Vasconcelos Azevedo (passou a sócio honorário).

29/12/1971 (2ª reunião ordinária)

23 Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires (passou a sócio efetivo e depois a honorário).

24 Prof. Doutor Victor Hugo Leccoq de Lacerda Forjaz

25 Dr. António Maria Ornelas Ourique Mendes (passou a sócio efetivo e depois a honorário).

26 Dr. Jorge Abreu Pamplona Forjaz (passou a sócio efetivo).

11/9/1973 (1ª reunião ordinária)

27 Doutora Cathrine Gygax

28/6/1982 (2ª reunião ordinária)

Da ata desta reunião: "*Incluir em acta, por se ter notado esta falha, o nome do Sócio correspondente*":

28 Ermelindo Santos Machado Ávila (1915-2018).

22/10/1982 (2ª reunião extraordinária)

29 Professor Doutor Osvaldo António Furlam

30 Eng.º Luís Ricardo Hintze Ribeiro (falecido).

31 Miguel Figueiredo Corte-Real (falecido).

7/3/1983 (1ª reunião ordinária)

32 Dr. Fernando Rui Corte-Real (1925-1996).

33 Dr. José Pereira da Costa (passou a sócio honorário).

34 Dra. Maria Clara Sá Cruz Pereira da Costa (1923-1996). Necrologia Vol. LXI (2003).

10/9/1985 (2ª reunião extraordinária)

35 Dr. António Santos Pereira

36 Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses (passou a sócio honorário).

37 Doutor Donald Warrin

38 Doutor Eduíno Moniz de Jesus

39 Dr. Fernando Aires Medeiros de Sousa (1928-2010).

40 Dra. Isabel Cid

41 Prof. Doutor José de Almeida Pavão (1919-2003). Necrologia Vol. LXI (2003).

42 Doutor José Manuel Bettencourt da Câmara

43 Prof. Doutor José Martins Garcia (1941-2002). Necrologia Vol. LXI (2003).

44 Prof. Doutor José Medeiros Ferreira (1942-2014).

45 Monsenhor Júlio da Rosa (1924-2015). Necrologia Vol. LXXV (2017).

46 Doutora Maria Teresa Sílvia Vermette (1933-2003). Necrologia Vol. LXI (2003).

47 Dr. Mário António da Mota Mesquita

48 Dra. Marylin Salvador

49 Prof. Dr. Nestor de Sousa (1932-2017).

50 Prof.ª Doutora Maria Norberta Bettencourt Amorim

51 Prof. Doutor Onésimo Teotónio de Almeida

52 Prof. Doutor Rui de Sousa Martins

53 Dr. Tomás da Rosa (1921-1993).

54 Prof. Doutor Victor Gaspar Rodrigues

16/11/ 1987 (1ª reunião extraordinária)

55 Doutor Alberto Vieira

56 Prof.ª Doutora Ana Maria Ferreira (falecida)

57 Pe. António Joaquim Inácio de Freitas (1911-1991).

58 Dra. Carmen Maria Radulet (falecida)

59 Embaixador Daniel António Pereira

60 Prof. Doutor Douglas Wheeler

61 Dr. Hugo Moreira (1918-2001).

62 Cónego Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira (passou a sócio honorário).

63 Almirante Jesus Salgado Alba (falecido).

64 Prof. Doutor Jorge Couto

65 Major Eng.º José Carlos de Magalhães Cymbron

66 Doutor Arq.º José Manuel Fernandes

67 Dr. José Olívio Mendes Rocha (passou a sócio efetivo).

68 Dr. Luís Manuel Machado Meneses

69 Prof. Doutor Luís Manuel Vieira Andrade

70 Dra. Maria Antonieta Soares de Azevedo (falecida)

71 Prof.ª Doutora Maria Augusta Lima Cruz

72 Prof.ª Doutora Maria Margarida Roque Lalanda Gonçalves

73 Prof. Doutor Manuel Lobo Cabrera

74 Dr. Manuel António Jasmins Pereira Rodrigues

75 Tenente-Coronel Doutor Rui Carita

76 Almirante Vasco dos Santos Viegas

26/1/1990 (1ª reunião extraordinária)

77 Dr. Celestino Sachetti (falecido).

78 Prof. Doutor Nereu do Vale Pereira

79 Prof. Doutor Osvaldo Ferreira de Melo

80 Arq.º Francisco Riopardense de Macedo (1921-2007).

81 Dr. Gonçalo Andrade Pinheira Monjardino Nemésio

82 Oriolando Sousa da Silva (1938-2008).

83 José Leite Pereira da Cunha (falecido).

84 Leonel Holmes

Vol. LI-LII, 1993-1994

85 Prof. Doutor António José Telo (passou a sócio honorário).

86 Doutor Augusto de Ataíde Soares de Albergaria (1941-2014)

25/5/2000 (2º reunião ordinária)

87 Dra. Maria Helena Meneses Ormonde (passou a sócio efetivo).

88 Dr. Miguel Corte-Real da Silveira Monjardino (passou a sócio efetivo).

89 Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa (passou a sócio efetivo).

90 João António Gomes Vieira

20/4/2002 (1ª reunião extraordinária)

91 Prof. Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro (1946-2018).

92 Dr. Carlos Manuel Pimental Enes

93 Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos

94 Prof. Doutor George Monteiro

95 Tenente-Coronel João Albino da Silveira (1923-2013). Necrologia Vol. LXXIV (2016).

96 Dr. José Paim Bruges Silveira Estrela Rego (1926-2004).

97 Dra. Maria Alice Borba Lopes Dias (1933-2010).

98 Doutora Maria da Conceição Vilhena

99 Dr. Henrique Aguiar de Oliveira Rodrigues

100 Dr. Thomaz Garcia Duarte Jr. (1926-2003). Necrologia Vol. LXI (2003).

23/5/2002 (2ª reunião extraordinária)

101 Dr. Carlos Fernando de Medeiros Correia

102 Dr. Luís Filipe Cota Bettencourt Moniz

103 Dr. Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

104 Cónego Dr. José António Piques Garcia (1942-2007).

105 Monsenhor Doutor António Manuel Machado Saldanha e Albuquerque

106 Cónego Doutor Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes (passou a sócio efetivo).

107 Dr. José Isaac Mendes Ávila

108 Dr. João Manuel Diniz da Silva Ventura

109 Dr. José Avelino Rocha dos Santos (passou a sócio efetivo).

110 Pe. José Carlos Vieira Simplício (1937-2017). Necrologia Vol. LXXV (2017).

111 Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha (passou a sócio efetivo).

112 Prof. Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues

113 Prof. Doutor Luís Manuel Arruda

114 Prof.ª Doutora Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego Machado

115 Doutor Paulo Drumond Braga

116 Doutor Paulo Teodoro Lopes de Matos

117 Doutor Paulo Patrício da Silveira e Sousa

118 Prof.ª Doutora Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório

119 Dra. Vanda Maria de Melo Furtado Belém

12/12/2003 (1º reunião extraordinária)

120 Doutora Lélia Pereira da Silva Nunes

121 Professor Doutor António Dias Farinha

122 Prof. Doutor José Manuel Oliveira Mendes

(22/2/2011, 2.ª reunião extraordinária)

123 Dr. Carlos Melo Bento

124 Dr.ª Susana Rocha

125 Arq.º José Figueiredo Gouveia de Castro Parreira (passou a sócio efetivo).

126 Dr.ª Yolanda Corsepius (pediu a desistência de sócio).

127 Dr. Philippe Garnier

128 Dr. José Álvaro Amaral Afonso

129 Eng.º José Eliseu Mendes Costa

130 Dr. Vítor Medeiros Brasil (passou a sócio efetivo).

(9/12/2014, 3.ª reunião extraordinária)

131 Prof. Doutor D. Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor).

132 Dr. Jorge Bruno Marques de Brito

133 Dr.ª Maria Manuel Velásquez Ribeiro (passou a sócio efetivo).

134 Dr. Francisco João dos Reis Pedroso de Lima

135 Cónego Dr. Adriano Manuel Torres Borges

136 Dr. Pedro Jorge Pascoal Ferreira de Melo

137 Dr. Eduardo Godinho Rocha

138 Dr. Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

139 Dr. Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila (passou a sócio efetivo).

(1/6/2015, 2.ª reunião extraordinária)

140 Doutora Arq.ª Antonieta Reis Leite Porto

141 Dr.ª Maria da Assunção Gil Correia de Melo (passou a sócio efetivo).

142 Dr.ª Brígida Raquel Pamplona de Oliveira Ribeiro de Meireles

143 Dr. Gabriel Mendes Pavão

144 Dr. Eduardo Borba da Silva

145 Enf.º Dr. Francisco Herminio de Meneses Branco

146 Dr.ª Isabel Maria Coelho da Silva

147 Arq.º João Filipe Mateus Braga

148 Dr. João Maria Soares de Barcelos

149 Doutor José Luís Pereira Santos Gonçalves Neto

150 Dr. Manuel Conde Bettencourt

151 Doutor Mário Luiz da Silva Martins Cabral (passou a sócio efetivo).

152 Dr.ª Paula Maria Soares Romão (passou a sócio efetivo).

153 P.e Dr. Pedro Miguel de Medeiros Cabral

154 Dr. Vítor Hugo Fernandes do Castelo

(14/4/2016, 1.ª reunião ordinária)

155 Prof. Doutor Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho (passou a sócio efetivo).

156 Dr.ª Lúcia Maria Ávila da Silveira

157 Dr. Luís Carlos Fortuna Henriques

(27/12/2016, 2.ª reunião ordinária)

158 Dr. João Manuel Aranda e Silva

159 Capitão-de-Fragata Marcelo Leal Pamplona

160 Tenente-Coronel António Firmino de Sousa Mendes

161 Dr. Rúben Tiago Quadros Ramos

162 José Henrique Álamo Oliveira

163 Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo (passou a sócio efetivo).

164 Dr. Luís Maciel Silva

165 Dr. João Amândio Teixeira Goulart de Bettencourt

166 Prof. Doutor Luiz Fagundes Duarte

167 Dr.ª Maria da Graça Ávila de Sousa Vaz Cardoso

168 Dr. Diniz Borges

169 Prof. Doutor Eduardo Dias

(7/9/2017, 1,ª reunião extraordinária)

170 Dr. Fernando Manuel Faria Ribeiro

171 Dr.ª Gertrudes Laranjinha dos Santos Brito do Rio

172 Eng.º Humberto Fernando Martins Oliveira

173 Prof. Doutor José Manuel Monteiro da Silva

174 Eng.º António Luís Cansado de Carvalho de Mattos e Silva

175 Dr. Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca

176 P.e Doutor Diniz Manuel Branco Silveira

177 Dr. Dionísio Mendes de Sousa

178 Dr.ª Filipa Alexandra de Moura Magalhães Tavares

179 Dr.ª Filipa Verónica Fagundes da Silva

180 Francisco Jorge da Silva Ferreira

181 Prof. Doutor José Manuel Martins Ferreira Coelho

182 Dr. D. Marcus Soares de Albergaria de Noronha da Costa (Subserra).

183 Dr. Mário Damiense de Carvalho Toste

184 Eng.º Paulo José Mendes Barcelos

185 Dr. Paulo José Lourenço Paim de Barcelos

186 Paulo Henrique Lopes Mendonça

187 Dr. Ramiro Jorge Oliveira da Silva

188 Dr.ª Tânia Isabel Paim da Silva

189 Victor Manuel da Silva Cardoso

190 Prof. Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão

191 Prof. Doutor José Henrique Ornelas

192 Dr. Edward Ayres de Abreu

193 António de Freitas Rocha Mendes

(19/4/2018, 2.ª reunião ordinária)

194 Dr.ª Ana Sofia Rodrigues de Sousa

195 António Armindo Salvador do Couto

196 Dr.ª Carla Alexandra Costa Ferreira

197 Prof. Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral

198 Dr.ª Carolina Alexandra de Melo Rocha

199 Dr.ª Carolina Pires Costa

200 Dr.ª Cátia Daniela dos Santos Sousa

201 Dr. David Fernandes Silva

202 Dr. Emanuel Filipe Gregório Areias

203 Dr.ª Fátima da Conceição de Morais Simão

204 Dr. Francisco Miguel Nogueira

205 Doutor Georges Piotet

206 P.e Dr. Hélio Nuno Santos Soares

207 José Liduíno de Melo Borba

208 Dr.ª Maria de Fátima da Silva Borba

209 Dr. Miguel Duarte Rosa Costa

210 Dr. Paulo Sérgio Matos de Sousa

211 Dr. Pedro Marçal Vaz Pereira

212 Prof.ª Doutora Susana Goulart Costa

(Sem data conhecida de eleição)

213 Prof.ª Doutora Joanne Burlingame Purcell (1938-1984). Necrologia no Vol. XLII (1984).

214 João Afonso Corte-Real (1909-1995). Necrologia no Vol. LX (2002).

215 Dr.ª Judite Toste Evangelho (1939-2017). Necrologia no Vol. LXXV (2017).

216 Pedro Laureano Mendonça da Silveira (1922-2003). Necrologia no Vol. LXI (2003).

## V – Contribuintes/Subscritores

***(Conforme os nomes, funções e locais onde residiam na altura da sua admissão)***

25/3/1943 (reunião única da sessão inaugural)

1 José Florêncio Avelar

24/2/1944 (1ª reunião ordinária)

2 Capitão José Raposo (falecido)

3 José Monjardino (falecido)

4 Marcelo Pamplona (falecido)

5 Henrique Vieira de Borba (passou a sócio efetivo)

6 Manuel Correia Gaudêncio (falecido)

7 José Firmino Borges

8 Guilherme Braz

9 José Coelho Fraga

10 Dr. Carlos da Cunha Vasconcelos (falecido), todos residentes na ilha Terceira

11 Dr. Rui Galvão de Carvalho (falecido), residente em Ponta Delgada.

2/9/1944 (2ª reunião da 2ª sessão ordinária)

12 Arnaldo Bettencourt (falecido)

13 Dr. Nicolau de Bettencourt (falecido)

28/9/1944 (3ª reunião da 2ª sessão ordinária)

14 Coronel António Silveira Lopes (falecido)

15 Marino Pamplona Côrte-Real (falecido)

16 Henrique Sousa Barcelos (falecido)

2/12/1944 (Sessão extraordinária)

17 Eng.º Agrónomo Arlindo Cabral (falecido), residente Ponta Delgada

18 Tenente miliciano Pedro Paim de Bruges (falecido)

3/2/1945 (2ª reunião da 2ª sessão)

19 Dr. Rafael Vasconcelos de Azevedo (passou a sócio correspondente e depois a honorário).

20 Dr. José Francisco de Freitas (falecido)

21 António José de Melo

22 Guilherme Gomes Filipe (falecido)

23 José Viegas da Silveira

2/7/1945 (3ª reunião da sessão ordinária)

24 Dr. Artur Moniz Silva Júnior (falecido)

25 Joaquim Gomes da Cunha, furriel – *Pedro de Merelim* (passou a sócio correspondente).

26 Dr. Mário Martins da Silva, médico

27 Manuel Machado Cota (falecido)

28 Dr. Augusto Pamplona Monjardino, médico (falecido).

29 Coronel Feliciano António da Silva Leal (falecido).

30 Tenente José Amorim da Costa

31 Armando Martins Breyner, Diretor da Alfândega

32 Raúl Merens de Távora (falecido), todos residentes em Angra do Heroísmo

33 Dr. António dos Santos Cabral

34 António Giraldes Sobrinho, ambos residentes na Praia da Vitória

35 João de Lacerda (falecido), residente em Lisboa

36 J. Silva Júnior (falecido), residente em Ponta Delgada.

29/10/1945 (1ª reunião da sessão extraordinária)

37 Dr. Francisco Carreiro da Costa (falecido), residente em Ponta Delgada

38 Alexandre Amaral (falecido)

39 Francisco Borges Pinheiro, da Praia da Vitória

40 Luís Borges Pimentel

41 João de Ávila (falecido)

42 Eng.º Custódio Joaquim Rosado Pereira

43 Manuel Borges de Ávila (falecido)

44 Dr. Joaquim Bartolomeu Flores (falecido)

45 Gabriel Machado dos Santos

46 Dr. Joaquim da Rocha Alves (falecido)

47 Amadeu Monjardino (falecido)

48 Coronel João Alpoim Borges do Canto (falecido)

49 Teotónio da Câmara de Ornelas Bruges (falecido), todos residentes desta cidade

50 Eng.º Orlando Vasconcelos de Azevedo (falecido), residente em Lisboa.

3/6/1946 (2ª reunião ordinária)

51 D. Maria Izabel Coelho Borges (falecida)

52 Doutor Eng.º Frederico Machado (falecido)

53 João Dias Afonso (passou a sócio efetivo e depois a honorário)

54 Gilberto Valadão de Noronha (falecido)

55 José Ataíde da Câmara (falecido)

56 António Lino dos Santos Ramos Moniz (falecido)

57 Henrique Pacheco do Canto Brum (falecido)

58 Joaquim Inácio da Cunha Júnior (falecido), todos residentes em Angra do Heroísmo

59 Monsenhor Cónego José Machado Lourenço, residente em Nova Goa (passou a sócio honorário)

60 António P.S. de Araújo Bastos Ferreira, residente em Lisboa.

28/10/1946 (Convocação do Presidente)

61 Guilherme Paim de Bruges (falecido), residente em Ponta Delgada

62 Dr. Fernando Alves, residente em Coimbra.

2/6/1947 (2ª sessão ordinária)

63 Coronel Henrique Linhares de Lima (falecido), Deputado à Assembleia Nacional, residente em Lisboa

64 Coronel Germano Serrão dos Reis Júnior (falecido), residente em Lisboa

65 Dr. João Homem de Meneses (falecido), residente em Angra do Heroísmo

66 Pe. António Gonçalves dos Santos (1914-1988), Pároco do Porto Judeu

67 Luís Portugal Magalhães Brandão (falecido), residente em Angra do Heroísmo.

16/8/1947 (sessão extraordinária)

68 Victor Morais Júdice da Costa, residente em Lisboa

69 Leônidas Mário das Neves, residente no Recife, Pernambuco, Brasil.

20/3/1948 (1ª sessão ordinária)

70 Eng.º Manuel Rodrigues de Miranda (falecido), Diretor de Obras Públicas em Angra do Heroísmo

71 Isaías Enes Barcelos, residentes nesta cidade

72 Vasco César de Carvalho, residente em Vila Nova de Famalicão (Minho)

73 Manuel Machado Ávila (falecido), residente na Graciosa

74 Livraria Portugal, Rua do Carmo, 70, Lisboa (encerrada)

7/6/1948 (2º reunião ordinária)

75 Dr. Álvaro de Sampaio, professor liceal em Aveiro (passou a sócio correspondente)

76 Dr. Martim Machado de Faria e Maia, Secretário da Legação de Portugal em Haia (passou a sócio correspondente)

18/10/ 1948 (3ª reunião ordinária)

77 Dr. João da Cunha Silveira, residente em Lisboa (passou a sócio correspondente)

78 Pe. Edmundo Manuel Pacheco (1925-2015), residente em Angra

3/1/1955 (1ª sessão ordinária)

79 Armando Magalhães de Mendonça (falecido), tesoureiro da Junta Geral, residente em Angra

80 José Bráulio Ferrás Ornelas (falecido), funcionário do Serviço Meteorológico Nacional, residente em Lisboa.

25/6/1955 (2ª sessão ordinária)

81 Dr. António Augusto Riley da Motta (falecido), residente em Ponta Delgada

82 Frederico Inácio da Silva, residente em Lisboa

28/1/1956 (1ª sessão ordinária)

83 Alberto Carlos Moniz (falecido)

84 Dr. Francisco Mendes Pereira (falecido)

29/1/1959 (1ª sessão ordinária)

85 Dr. José dos Santos (falecido)

86 Miguel Figueiredo Corte Real (passou a sócio correspondente)

87 Dr. João da Cunha Vasconcelos (falecido)

21/3/1960 (1ª sessão ordinária)

88 Dr. Felton Rosa Pimentel, residente nesta cidade (falecido).

89 A. Garibaldi, residente em Felgueiras

90 José João de Deus Pedroso da Silveira, residente no Canadá

10/5/1962 (1ª reunião ordinária)

91 Emanuel Félix Borges da Silva, professor da Escola do Magistério Primário de Angra do Heroísmo (passou a sócio efetivo)

92 Dr. Fernando Rui Nunes da Costa Corte-Real e Amaral, delegado do Instituto Nacional do Trabalho da Covilhã (passou a sócio correspondente)

25/11/1963 (1ª reunião extraordinária)

93 Francisco Caetano Ferreira, residente em Angra. (falecido).

94 Francisco Joaquim Martins Bettencourt, residente em Lisboa

31/1/1966 (1ª reunião ordinária)

95 Eng.º Álvaro Gonçalves Lourenço de Freitas, residente em Lisboa

96 Manuel da Silva Paim, funcionário da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada

97 Jacob Tomaz Pereira, investigador de história, etnografia e assuntos de interesse científico na Ilha das Flores onde reside (Vila das Lajes). (falecido).

31/1/1967 (1ª reunião ordinária)

98 Gualter Pereira Cordeiro, de Vila do Porto

99 Dr. Fernando Borges da Costa de Melo, de Mafra

100 João Emanuel Moniz Campos Gomes, de Sintra

9/5/1968 (1ª reunião ordinária)

101 Dr. Eduíno Borges Garcia (falecido), residente em Caxias

24/8/1971 (1ª reunião extraordinária)

102 Eng.º Humberto Fernando Martins de Oliveira (passou a sócio correspondente)

31/8/1984 (5ª reunião)

103 Dra. Judite Toste Evangelho (terá passado a sócio correspondente)

104 António Salvador (falecido nos E.U.A.).

105 Dr. Manuel Conde Bettencourt (passou a sócio correspondente)

106 José António Falcão.

5/11/2009 (2ª reunião ordinária)

107 José Baldaya Paim Vieira

29/6/2015 (reunião da Mesa)

108 P.e Jorge Manuel Mendonça Luís

109 Jorge Gabriel Maiato Paim

19/8/2015 (reunião da Mesa)

110 Cónego Dr. Jacinto Alberto de Meneses Bento

9/3/2016 (reunião da Mesa)

111 José Liduíno de Melo Borba (passou a sócio correspondente)

112 Dr.ª Paula Elsa de Carvalho Moniz

113 Dr. Rúben de Quadros Ramos (passou a sócio correspondente)

(Desconhecida ou indeterminada a data de admissão)

114 Alexandre Alberto de Serpa Pinto Burmester

115 Amílcar João Flores Cabral

116 Eng.º Duarte Rafael Cota Bettencourt Moniz

117 Jorge de Faria e Maia de Aguiar, residente em Ponta Delgada

118 Jorge Vicetto

119 Padre José Alves Trigueiros, da ilha das Flores

120 Dr. José Maria Raposo Lopes de Araújo

121 Manuel António Faria Resendes

122 Dr. Manuel Caçoilo Fidalgo (1934-2013) – necrologia Vol. LXXV (2017)

123 Prof. Manuel Gregório Ataíde

124 Manuel Miguel Vieira e Silva

125 Dr.ª Maria Benedita Aires de Araújo

126 Maria Imaculada Belo Bettencourt Silveira Vicetto

127 Dr.ª Maria Luísa Bretão Nunes da Graça

128 Mário João Rodrigues

129 Prof.ª Paulina da Encarnação Azevedo Borges

130 Dr.ª Paula Elsa Carvalho Moniz, da ilha Graciosa

131 Paulo Agostinho Serpa Vieira da Areia (1942-2018)

132 Pedro Jácome de Ornelas da Câmara Paim de Bruges, da ilha de S. Miguel

133 Dr. Roberto Manuel Garcia Nunes

**VI – Honorários Institucionais**

Até à última revisão estatutária de 2014, o IHIT tinha como sócios efetivos os altos dirigentes de diversas instituições a saber:

1 Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (depois Diretor Regional dos Assuntos Culturais)

2 Governador do Castelo de São João Batista do Monte Brasil

3 Diretor do Museu de Angra

4 Diretor da Biblioteca e Arquivo de Angra

Com a instituição da autonomia regional a Junta Geral foi extinta. Criado o Governo Regional dos Açores, o Instituto resolveu que o lugar ocupado pelo Presidente da Junta Geral fosse substituído pelo Diretor Regional dos Assuntos Culturais (hoje Diretor Regional da Cultura).

Após a alteração estatutária de 2014 foi criada a categoria de Sócio Honorário Institucional e o Regulamento Interno determinou que seriam os titulares das seguintes instituições:

1 Diretor Regional da Cultura

2 Governador do Castelo de São João Baptista do Monte Brasil

3 Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

4 Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória

5 Diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo

6 Diretor do Museu de Angra

7 Reitor do Seminário Episcopal de Angra

8 Presidente da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores

# PALESTRA COMEMORATIVA DOS 484 ANOS DA CRIAÇÃO DA CIDADE DE ANGRA

**21 DE AGOSTO DE 2018**

# ANGRA E OS PRIMOS DA AMÉRICA

*Diniz Borges**

Não pode a ilha ser o limite:
há picos que violam as nuvens
há sois que fecundam as chuvas
há ventos que nenhum deus domina.

E os sonhos que rasgam as portas do mar
são de uma gente altiva
que tira o fogo oculto da terra
para incendiar as entranhas da vida.

Vasco Pereira da Costa in *Ilhíada*

Tinha eu cinco anos a primeira vez que vim a Angra com o meu pai. A nossa cidade, como se dizia lá em casa, encantou-me. Não me recordo de tudo o que vi e senti, mas sei que a partir dessa idade que me fascinei pela cidade que seria, cinco anos mais tarde, à beira de fazer os meus 10 anos, o ponto de partida para uma vida no mundo americano. Tal como tantos emigrantes desta ilha, na agora longínqua década de 1960, a minha despedida aconteceu no pátio de alfandega, e daí apanhamos barco rumo ao visto que nos esperava em São Miguel, e às asas de alumínio que nos levariam de Santa Maria para os Estados Unidos. Partíamos da baía que durante os descobrimentos marítimos, por motivos da sua privilegiada geografia converteria esta ilha no que Gaspar Frutuoso anotaria nas *Saudades da Terra* como a "universal escala do mar poente por todo o mundo celebrada." A mesma baía que segundo transcrição de Francisco Ferreira Drumond nos Anais da ilha Terceira, D. Sebastião, em alvará de 5 de maio de 1578 reconheceu como: um dos principais portos do seu reino." A capital atlântica daquela que foi, como já o referiram vários académicos, a primeira globalização.

---

* Mestre em Literatura Étnica nos E.U.A. e Licenciado em Ciências Sociais. Sócio correspondente do IHIT.

Partíamos da baía e da cidade que como escreveu o poeta, Vasco Pereira da Costa era: "o esconso do mundo/num cadinho de luminoso ópio / os marinheiros jogavam o triunfo da vida / com dados de sublime fantasia /e tatuavam na pele / os ventos que levariam ao rei a riqueza das índias num batel / mutilado, porém fecundo." Saímos desta ilha e desta cidade num tempo em que como tal como escreve Álamo Oliveira no magnífico romance que magistralmente retrata esta cidade, Pátio D'Alfândega meia-noite: "a baía era a sala de espera da Cidade e o Pátio de Alfândega uma confortável sala de visitas." Dessa baía e desse cais, saí há quase meio-século, espaço que para mim, ainda hoje, simboliza o que Fernando Pessoa um dia escreveu: todo o cais é uma saudade de pedra! Ou como escreveu o poeta perfeito desta cidade Emanuel Félix: "somos herdeiros dos quatro ventos/ sem uma vela para lhes dar/ Temos amarras e temos lenços/ Num cais de pedra para acenar." Foi desse cais e nas lanchas que nos levavam aos barcos que faziam escala nesse tempo, que os primos da América diziam adeus à cidade e muitos a viam, pela primeira vez, do mar, experiência que para mim, e acredito que para muitos outros emigrantes, apesar da tristeza da partida, dava-nos uma visão ainda mais bela desta sublime rainha atlântica.

Pouco depois do desembarque dos primeiros povoadores, sendo como se sabe Jácome Bruges o primeiro capitão do donatário, que desta ilha e desta cidade, começaram as odisseias de muitas partidas e poucos regressos. As idas para o Brasil, e mais tarde para a América do Norte, fazem parte da nossa história coletiva. No ensaio os Açores na poesia de Vitorino Nemésio, Maria de Lurdes Belchior escrevia: "Os Açores sem a emigração não seriam os Açores." Houve quem achasse uma frase demasiadamente pesada. Prefiro dizer que os Açores, e mais concretamente esta ilha e esta cidade, sem a emigração não seriam, nem a mesma ilha nem a mesma cidade. A história da cidade e da ilha estão intimamente ligadas aos primos das Américas. Tal como escreveu Vitorino Nemésio: "como as aves de arribação, que tanto nos buscam nas rochas, espalhamo-nos pelo mundo: Brasil, América, Canadá."

Váris estudos, incluindo os da historiadora Susana Serpa Silva indicam que o distrito de Angra do Heroísmo, entre 1850 e 1920, emitiu 13.530 passaportes, a vasta maioria para emigração, já que, como ela escreve: *eram diminutas as viagens de laser ou de negócio*. A emigração, com passaporte ou sem passaporte, porque muitos o fizeram sem documentação, fazia parte do sonho. O meu avô materno, foi atrás desse sonho. Em 1910 deu o salto para as Américas, mas ao contrário de outros que com ele saíram da ilha para nunca mais a verem, ele voltou no ano de 1928, depois de 18 anos de vida na Califórnia. Tal como milhares de emigrantes entrou nos Estados Unidos pela famosa Ellis Island. Teve a sorte de não lhe mudarem o nome, e porque era um homem escuro, teve a grande sorte de entrar antes de 1921, como explicarei daqui a pouco.

Saiu poucos dias antes de a 16 de Outubro de 1910, nos Paços do Conselho, em sessão pública e solene, reunir a comissão administrativa municipal nomeada pelo governo provisório da República Portuguesa, sob a presidência do cidadão Álvaro António de Bulhão Pato, com a finalidade de se proceder ao ato da proclamação da República, cujo regime fora implantado, como se sabe a 5 de mesmo mês. Meu avô, e os seus colegas que rumaram à América, não tiveram oportunidade de ver levantado o tal "Viva" que

segundo nos dizem foi "entusiasticamente correspondido por todos os assistentes." Nem tão pouco sabia que poucos dias depois de partirem para o Eldorado americano, na janela central do Paço Municipal era desfraldada a bandeira republicana.

Chegou, tal como muitos filhos e filhas desta terra, à Costa Leste dos Estados Unidos e poucos dias depois, meteu-se, no que ele chamava o carro do fogo, o comboio que já então ligava as duas costas americanas, graças ao trabalho, suor, lágrimas e sangue de outros emigrantes, parando numa Califórnia que ainda vivia as burguesias da corrida ao ouro. Já em 1924, quando se realizavam os primeiros jogos florais integrados nas Festas da Cidade, meu avô e outros emigrantes desta ilha, trabalhavam e exemplificavam o que Vasco Pereira da Costa no poema *Em Gustin, na Festa da Senhora dos Milagres da Serreta* soube sintetizar, elevando aos altares da poesia as vidas duras e calejadas da nossa emigração:

Mãos escorrendo o espesso leite do vale
(ribeirinho branco de nota verde):
a leitaria é só gesto maquinal
e o v da vida perdeu-se numa aférese

A rica América aí está mas bem distante
e perto os filhos já da nova babilónia.
América – pastos de saudade bastante
na mugida ordenha da Califórnia.

Na sua azáfama para ganhar a vida, nem meu avô, nem tantos outros conterrâneos, que lutavam nos campos do vastíssimo Vale de San Joaquim, na Califórnia, espaço que o poeta Marcolino Candeias soube cantar no poema Carta de Joe Simas: "não há paredes e o sonho ribomba pela campina fora", se aperceberam que a América que lhes tinha permitido a entrada, acabara por passar, em 1921 a sua primeira lei restringindo a emigração. Uma lei que mostrava ao mundo o seu lado xenófobo e menos aberto, que, infelizmente, de vez em quando, mesmo no nosso quotidiano do pós-modernismo, dá um ar sem qualquer graça. Com a lei de 1921 eram estabelecidas cotas a países europeus e bastante restritas as entradas para os chamados "europeus escuros", nos quais estavam incluídos os portugueses. Nas suas pacatas vidas, em que patenteava o trabalho e a ocasional festa que tentava recriar a ilha no mundo americano, a cidade de Angra permanecia como parte integrante das suas vidas cheias de saudade. A mítica e a mística de Angra, mesmo nos confins da emigração, era presença constante. Na personagem Joe Canôa que Marcolino Candeias criou, e com ela as experiências, o quotidiano de emigrantes terceirenses em terras plantadas à beira do Pacífico, lá estavam referências constantes a esta cidade como, um lugar ou um espaço ser tão grande que lá dentro cabiam várias praças velhas. Através dos anos, tenho ouvido, particularmente da geração que emigrou antes do 25 de Abril de 1974, inúmeras referências a Angra, que apesar de longe da vista continuou, e diria que ainda continua, nos corações dos terceirenses emigrados. Alusões à cidade que nos marcou, para sempre. Não foram poucas as vezes que, no outro lado do

mundo ouvi as persistentes comparações a esta cidade, tais como: não se compara com a nossa Sé, não tem a graça do nosso jardim de Angra, ou em termos de distância: é muito mais longe do que da Praia à Cidade.

Na literatura criada pelos emigrantes na América do Norte a cidade de Angra é omnipresente. Se por vezes essa referência é subtil ou contida em indiretas nuances, por outras é tão presente como o poema *Recado a Angra* de Maria das Dores Beirão, no qual há, como é natural numa geração de emigrantes, existe alguma mágoa. Acima de tudo, o que está bem patente é o amor à cidade e a importância que a mesma teve na moldura, na idiossincrasia de quem saiu há muito tempo ou já é luso-descendente. Angra ainda faz parte do quotidiano de quem está longe ou de quem aprendeu a amá-la à distância. Angra lírica está presente, nas memórias e nas vidas dos emigrantes e dos seus rebentos.

Após muitos anos de ausência
Fui visitar-te.
Encontrei-te com ótimo aspeto
Apenas marcada pelas intempéries da vida.
O teu rosto de pedra ornamentado
Pelas varandas de ferro ainda tem
O mesmo encanto.
Algumas operações plásticas aqui e ali
Desfiguram um pouco o teu estilo
De Senhora de grande linhagem e elegância.
Que me perdoe a freguesia de nascimento
Que mal conheci
És tu Angra a grande referência da rapariga
Que fui e da mulher que sou.
Ensinaste-me que envelhecer dignamente
É a melhor forma de conservar beleza.
Percebi que estão a abusar de ti
Do teu espaço da tua fluidez.
Estão a entupir-te as veias!
A coagular o sangue nas tuas artérias.
O teu corpo não foi talhado para o frenesim
Degastador dos motores do nosso tempo.
Passam apressados sem te ver:
Tanta pressa para tão pouca lonjura.
Já não há espaço para o passei sereno
Dos que ainda te miram com amor filial.
Serve-te a lealdade dos Filhos
Que aí tens cuja missão
É resguardar os teus tesouros.
Olha por eles que são a tua seiva.

Minha querida Angra
O amor dos que partem aumenta
Com a distância.
O desamor dos que ficam por aqueles
Que partiram é sal que inflamam a ferida.
Todos perdem com isso, mesmo Tu
Minha querida cidade.
Amor rejeitado, pode ser
Amor destruído.

Em 1966, um dos meus tios, emigrado nos Estados Unidos desde 1960, veio à ilha. Disse-nos que ordenhar vacas na Califórnia era tão bom como estar numa tourada na Terceira. Foi o ímpeto para que meu pai começasse o processo de emigração. Já nesse ano muitas famílias partiam destas nossas ilhas ao abrigo do Azorean Refugee Act, que permitiu a entrada de muitos açorianos nas terras do Tio Sam, duplicada pelo Family Reunification Act, a lei da reunificação da família, que entrou em vigor uns anos mais tarde. O diploma original permitia a concessão de mil e quinhentos vistos destinados a chefes de família da ilha do Faial que emigrassem até 30 de Junho de 1960, mas uma emenda introduzida posteriormente alargou o número de vistos para dois mil, estendendo o prazo até Junho de 1962. Em consequência direta do diploma, entre 1958 e 1965 perto de 2 500 famílias imigraram, num total de cerca de 12 000 pessoas, das quais 4 811 diretamente ao abrigo da norma. Devido ao mecanismo de reunificação familiar, as *cartas de chamada*, esta emigração inicial teve um efeito multiplicador gigantesco, estendendo-se a emigração a todas as ilhas e levando a que nas décadas seguintes milhares de açorianos partissem para os Estados Unidos. Os meus pais, eu e o meu irmão, fizemos parte desses milhares. Ficava connosco a imagem de uma cidade que Álamo Oliveira soube definir no já referido: *Pátio de Alfândega meia-noite*:

> "Uma vez por mês, o paquete fundeava ao largo da baía, resplandecente de luzes e expectativas, com as pequenas lanchas no vaivém constante da carrega, descarrega, carrega, descarrega. Abraçava-se quem vinha. Chorava-se quem partia. A cidade inteira no cais, voltada para o mar. Era o tempo das grandes calmas sociais, das missas da manhã povoadas de mulheres escuras, do comércio das lojas ao retalho, onde era possível sentir o zumbir das moscas, dos funcionários públicos lerem jornais pelos cafés, dos padres rezingarem as perdições totais do inferno, dos policias sinaleiros enregelarem de braços caídos, do governador ser o deus e senhor dos corpos e das almas e de todos, incluindo os pobres de pedir, andarem contentes com a ilha e com as condições meteorológicas."

Saímos em 1968, já então tinham saído muitas famílias e outras tantas, ou ainda mais, continuariam a ausentar-se até finais da década de 1970. Quando chegamos à Califórnia, já Tulare se tinha geminado com Angra há dois anos. Aconteceu no ano de 1966 quando a cidade celebrava o centenário da construção dos Paços do Concelho. A

geminação apareceu pela mão, o entusiasmo e o compromisso do jornalista e escritor angrense João Afonso. Foi uma geminação marcante. Angra do Heroísmo foi a primeira cidade açoriana, e uma das primeiras em todo o país, a irmanar-se com uma cidade americana. Estávamos ainda nos tempos primordiais do movimento das geminações entre municípios americanos e os seus congéneres em várias partes do mundo. Angra soube dar o primeiro passo. Falava-se que Tulare, na altura com cerca de 18 mil habitantes, era a cidade americana com maior número de emigrantes ou descendentes de terceirenses. Desde então Angra tem, como se sabe, 14 geminações, 4 nos Estados Unidos e essas, intimamente ligadas à nossa emigração, à nossa diáspora.

O conceito das cidades irmãs, apesar de ter sido promovido em torno do *people to people program* do presidente norte-americano, e antigo general da segunda guerra mundial, Dwight Eisenhower, com o objetivo de aproximar municípios e os munícipes de vários países, com o intuito de se estabelecer laços de conhecimento mútuo e criarem-se projetos de aproximação entre as entidades e a sociedade civil. Eisenhower, que tinha visto os horrores da segunda guerra mundial acreditava que se as cidades e os seus residentes, espalhadas nas mais variadas latitudes, se conhecessem mutuamente, seria muito mais difícil para os poderes centrais decretarem guerra. Uma noção que Angra soube abraçar e fiel à sua história, ser pioneira.

Há que dizer-se, entretanto, que a ideia das cidades geminadas, é uma conceção muito antiga e que nem sempre deu os frutos desejados. Sabe-se que as cidades de Panderborn na Alemanha e Le Mans na França estabeleceram um projeto de geminação no longínquo ano de 836. Hoje o conceito é muito mais abrangente. Segundo dados da Association of American Geographers existem mais de 11 mil geminações em 159 países. Angra com as suas 14 cidades está posicionada para tirar uma amalgama de benefícios que certamente irão além da nossa diáspora e dos primos da América, mas a diáspora, na sua totalidade, e os primos em primeiro e sucessivos graus, podem e serão uma mais valia.

Se é certo que todas as geminações têm as suas especificidades, não é menos certo que as quatro cidades americanas geminadas com Angra nos Estados Unidos têm contribuído para uma aproximação de Angra com os emigrantes e os luso-descendentes, particularmente os que têm raízes neste concelho e nesta ilha. As novas comunidades, que despontam todos os dias nos Estados Unidos, e mais concretamente nas cidades geminadas, precisam, urgentemente de conhecer Angra, não só a Angra festeira, mas sobretudo a Angra histórica, a cidade património mundial e a cidade aberta ao mundo e olhando com entusiasmos para o futuro. Num momento em que as instituições mais sagradas do mundo americano estão em jogo, Angra do Heroísmo, este berço do liberalismo, para usar o tema das Sanjoaninas, pode ser o alicerce que os emigrantes e o seus rebentos precisam para lhes relembrar quem são e de onde vieram. É que al como escreveu algures Virgílio Ferreira: "guarda o passado, se não tens já futuro. Porque se também o perderes, o presente que te restar é o da pia, que não tem tempo algum."

Angra do Heroísmo, esta cidade atlântica que é, indubitavelmente, uma cidade do mundo, possui, com a sua história, o seu património, a sua idiossincrasia, a sua mundividência, a sua poesia, um estatuto que certamente poderá e deverá ser elo privilegiado com os primos da América. Os que saíram desta ilha e aqueles cujos pais, avós ou bisavós partiram do cais à busca da terra prometida, em direção à tal: "música distante dos portos, que são românticos como a lua nas mãos de Deus", como escrevia outro poeta angrense, Borges Martins. Porque Angra, há 384 anos que sempre soube ser uma cidade, em todos os tempos e em todas as eras, acredito que hoje, é a cidade privilegiada dos Açores para criar as pontes necessárias com a nova Diáspora. A que vem à ilha em festa e a que porventura não venha cá com a frequência desejada, mas tem, como escreveu outro poeta angrense, António Cunha Ribeiro: a ilha por companhia/e lá fora o mar urgente/dá horas—sempre.

Em cada descendente desta cidade, deste conselho e desta ilha, existe um embaixador, e ao abrigo dos protocolos estabelecidos com as cidades geminadas e outras que ainda se construirão, Angra poderá ser ainda mais universal e fazer parte do quotidiano de cidadãos que apesar de geograficamente distantes, com a magia das novas tecnologias, podem fazer parte da vida da cidade e a cidade fazer parte constante das suas vidas. Se os Açores não seriam os Açores, ou pelo menos os mesmos Açores, sem a emigração, voltando à frase de Maria de Lourdes Belchior, acredito que os Açores de amanhã, e muito particularmente a cidade de Angra do Heroísmo, terá um futuro muito mais risonho levando as suas geminações, e a sua ligação com a Diáspora, a outros patamares. É que não se pode falar de relações transatlânticas sem se falar dos Açores e de uma forma muito particular da ilha Terceira e da cidade de Angra do Heroísmo.

Apesar da exacerbada retórica que se vive em alguns centros do poder americano e europeu, o eixo Europa-América é absolutamente necessário para um mundo em paz e em progresso. Caminhamos para um mundo em que o denominado *be local, but think global*, é cada vez mais importante. O papel dos municípios é fundamental para a criação de um mundo mais justo e ainda mais interligado, por vezes compreendendo especificidades que os poderes centralizados, infelizmente, não alcançam. E tomando decisões que desafiam quem por separação, demagogia ou populismo não defende os direitos e as aspirações dos cidadãos. Veja-se, como exemplo, o acordo sobre a proteção do meio-ambiente denominado: Acordo de Paris. Não é segredo nenhum que o atual Presidente americano retirou os Estados Unidos do acordo, porém o poder local americano rejeitou a decisão da Casa Branca. Hoje, dois mil e setecentos líderes, quer de cidades ou de estados, quer com ligações aos mundos empresarial ou académico, representando mais de 159 milhões de habitantes e 6,2 triliões de dólares do produto interno bruto nos Estados Unidos, comprometerem-se com o acordo de Paris. Desafiaram, e ainda bem, o poder central.

Com as novas tecnologias, e um mundo cada vez mais pequeno, o conceito de cidades irmãs, pode e deve ser alargado à sociedade civil, às múltiplas vertentes que incorporam as cidades geminadas, tais como: às escolas e às universidades, às câmaras

de comércios e às associações profissionais e culturais. É imperativo melhorarmos a vida de cada cidadão e o poder local, aliando-se às ligações globais que o movimento das geminações provoca, quando dinâmicas e vivas, será a ponte para que cada cidadão, pensando globalmente, possa prosperar, localmente. Sabe-se que as cidades não podem, nem devem substituir o estado/nação na persecução de dilemas e politicas que vão desde o aquecimento do planeta à redução da pobreza, da segurança à luta pela saúde; do aumento das trocas comerciais ao ensino, porém as cidades geminadas podem contribuir, significativamente, e serem parceiros privilegiados, algo que líderes nacionais com visão, devem acolher como algo não só benéfico para os seus países, mas absolutamente necessário para um mundo cada vez mais interligado e interativo. Há que como escreveu a poeta angrense Luísa Ribeiro: atravessar sem véus as pontes que não existem.

O sonho do velho general da segunda guerra mundial, de promover paz, através do respeito mútuo, da compreensão e colaboração, a nível individual e a nível coletivo, de cidade em cidade, ainda hoje é a melhor receita para o progresso humano. Angra do Heroísmo, cidade que sempre soube estar ligada ao mundo, pioneira no movimento das geminações, tem todos os ingredientes para criar outras pontes e novos rumos que serão salutares para o futuro desta cidade património mundial, esta cidade que citando o Hino Angrense é: nobre e constante, cidade amada/do teu presente nasce a outra idade/manteremos lida e gravada/tua glória, tua vontade.

Há uma célebre história do ***far west*** americano em que um homem se entrega às entidades policiais dizendo: venho entregar-me porque acabo de matar alguém. Como? diz o Sr. Guarda atónito e confuso. Pois, estava numa sessão solene e dei um tiro num orador que não se calava, falava há quase uma hora. Serenamente, o polícia respondeu: está na secção errada. O gabinete das recompensas é aqui ao lado. Antes que alguém pense em qualquer recompensa, acabo já.

Angra do Heroísmo, ao comemorar 484 anos de vida como cidade, festeja uma história recheada de louros e aventuras. A primeira cidade europeia do atlântico, foi como se sabe capital do reino, a primeira cidade portuguesa a fazer parte da lista património mundial da UNESCO, a cidade que o Papa Paulo III escolhe para sede da Diocese Católica, o que acabaria por a colocar num patamar de influência sobre todas as restantes ilhas dos Açores. Celebra-se a sua ligação ao mundo, desde os descobrimentos à emigração. E celebra-se com olhos postos no futuro. Com a sua ligação a todo o país e às várias partes do mundo, pelas suas 14 geminações, e com a sua ligação à América pela Diáspora que hoje, como se disse, já não é a mesma. Já lá vão os dias em que o relacionamento com as comunidades, com os primos da América, resumia-se às visitas esporádicas à ilha, que o escritor Álamo Oliveira soube contar no melhor romance português sobre a nossa emigração, *Já não Gosto de Chocolates*:

> Era preciso levar roupas que espelhasse a abundância e a estética da América…e havia também a mala das ofertas. Os parentes e os amigos seriem contemplados com os cortes para vestidos, camisas florestadas de palmeiras havaianas, alvaroses, cuecas de renda, camisas de dormir com laços de seda e sapatos, mais

> caixas de pó de talco, batons, vernizes para as unhas e até pastas de dentífrico acompanhadas das respetivas escovas. E sabonetes—mete aí mais uns sabonetes para ficarem cheirosos, acudia Mary. Para os que aparecessem com a visita de uma galinha ou de um quilo de açúcar, estavam reservadas peúgas e meias de fio de vidro e, para as crianças, chocolates e gamas. Não se podia chegar da América com as mãos a abanar.

Se é verdade que os tempos são outros, que a cidade e a ilha já não vivem esse, não muito longínquo tempo, também não é menos verdade que Angra é mais cidade quando se revê em toda a sua história, a dos palácios e dos séquitos, e a dos seus filhos que saíram desta cidade, deste concelho e desta ilha à procura de outras oportunidades. Hoje os filhos, netos, bisnetos e trinetos da emigração, os primos da América, podem, com as suas vidas totalmente integradas no mundo americano e canadiano, criarem outra mala, não a das ofertas, mas a das oportunidades que terá de ser recíproca: trazer outras ligações à cidade e aos seus habitantes e levar às novas gerações a história e a cultura por eles desconhecida. Hoje, as novas comunidades, com jovens nos mais variados campos do conhecimento, com luso-descendentes que estão em posições privilegiadas no comércio, na indústria, na política, no mundo académico e nas artes, têm um valor que ultrapassa todas as malas de prendas ou sacas de encomendas. A aproximação desses jovens e dessas novas comunidades à cidade é um desafio que requererá uma imaginação colossal, planeamento contemplativo e audaz e acima de tudo uma tonelada de trabalho. Acredito que Angra, e este elenco camarário, têm essa capacidade. Há que construir essa nova aproximação na certeza que os descendentes desta cidade e desta ilha, vivendo nas Américas, que representam uma população maior do que a residente, podem contribuir significativamente para o seu desenvolvimento. Essa construção não pode ficar na saudade, conceito que os mais novos desconhecem, ou pode, mas por uma outra saudade, a que o poeta Vasco Pereira da Costa cantou, no seu livro de poemas *My Californian Friends*:

> Não a saudadinha do folclore
> pitoresca e digestiva
> constitucional e estatutária
> de meter dó em dó menor
> no caldo verde no rubro chouriço
>
> Mas a saudade necessária
> Apenas quatro sílabas de compromisso.

Essa saudade, essas quatro silabas de compromisso são essenciais para Angra do Heroísmo e para os primos da América. Cantemos Angra neste dia e todos os dias. Cantemos o seu hino com: manhã de esperança, raiz e fruto, Angra cidade/fogo vermelho, verde lembrança/Mar, resistência e liberdade. Cantemo-la aqui e cantemo-la no estrangeiro. Com esse hino: levantemos nossa voz em cada hora/do fruto és rainha, és senhora/ Angra-História, Angra-Memória.

Angra cidade atlântica, berço do liberalismo que apesar de estar longe da vista, está e espero que esteja sempre, muito perto nos corações, no imaginário e nas vivências dos primos da América, porque Angra é uma cidade com uma rica história, a cidade que me encanta desde os cinco anos de idade, mas que não é só minha, nem é só nossa. Angra pertence ao mundo! A cidade cujo glorioso passado, em paralelo com o trabalho do presente, lhe dá o pleno direito de estar otimista e orgulhosamente com os olhos postos no futuro. Se como foi dito algures: uma utopia é uma realidade em potência, Angra do Heroísmo é e será, com todas as suas potencialidades, incluindo os primos da América, uma verdadeira construtora de utopias.

# ANO EUROPEU DO PATRIMÓNIO CULTURAL

## CICLO DE CONFERÊNCIAS

# BREVES PALAVRAS DO PRESIDENTE DO IHIT NA PRIMEIRA SESSÃO DE UM CICLO DE CONFERÊNCIAS INTEGRADAS NO ANO EUROPEU DO PATRIMÓNIO CULTURAL*

*João Maria Mendes***

Ex.mo Sr. Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses, Secretário Regional da Educação e Cultura, Sócio Honorário do Instituto Histórico da Ilha Terceira e ilustre orador nesta noite.

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra e demais Vereadores

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Angra

Caros Consócios do IHIT

Ex.mas Autoridades civis, académicas, militares e eclesiásticas

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O Instituto Histórico da Ilha Terceira no fim do ano passado recebeu um convite da Direcção-Geral do Património Cultural do Governo da República para se associar e participar no Ano Europeu do Património Cultural 2018 com as atividades que considerasse pertinentes.

---

* Sessão realizada a 20 de Abril de 2018 no salão nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

** Presidente do IHIT.

Não só de imediato se respondeu a aceitar o convite mas também se pensou em levar a efeito um ciclo de palestras sobre a temática proposta pela União Europeia dado ser um dos principais fins deste Instituto "estimular o que estiver ao seu alcance para garantir a proteção e conservação dos monumentos, obras de valor artístico ou histórico, arquivos, documentos e tudo o mais que possa contribuir para manter intacta a memória dos factos históricos e das tradições das nove ilhas dos Açores ou com elas relacionadas; e prestar especial atenção à Zona Classificada de Angra do Heroísmo na preservação dos seus princípios institucionais e legais", conforme rezam os Estatutos.

Segundo os coordenadores portugueses desta efeméride, por iniciativa da União Europeia, celebramos em 2018, pela primeira vez, o Ano Europeu do Património Cultural. Enquadrado pelos grandes objetivos da promoção da diversidade e do diálogo interculturais e da coesão social, tem como objetivo chamar a atenção para o papel da cultura e do património no desenvolvimento social e económico na Europa e nas suas relações externas, e motivar os cidadãos para os valores comuns europeus.

É uma oportunidade para a realização de iniciativas envolvendo as comunidades, os cidadãos, as organizações, as entidades públicas e privadas, contribuindo para uma maior visibilidade da cultura e do património e para o reconhecimento da sua importância e do seu caráter transversal em todos os setores da sociedade.

Neste contexto, o Instituto resolveu convidar algumas personalidades para proferirem conferências relacionadas com este acontecimento Europeu mas com uma focalização especial na ilha Terceira e nos Açores.

O Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses, ilustre historiador e atual responsável pelas políticas na área do Património Cultural do Governo dos Açores teria de ser forçosamente, no nosso entender, o primeiro a ser convidado para proferir uma conferência no âmbito deste Ano Europeu do Património Cultural 2018.

Assim, passo a apresentar uma breve biografia do conferencista.

Avelino de Freitas de Meneses, nascido na atual Vila das Lajes em 1958 é Doutorado em História Moderna e Contemporânea, pela Universidade dos Açores, sendo Professor Catedrático da Universidade dos Açores e Presidente da Comissão Científica do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar – CHAM – Universidades Nova de Lisboa e dos Açores.

Foi Reitor da Universidade dos Açores de 2003 a 2011, tendo desempenhado, no âmbito do seu percurso académico, outras funções designadamente, Presidente do Conselho Científico, Diretor do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais e Diretor do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade dos Açores.

Tem uma ampla bibliografia, sendo autor de uma centena de livros, capítulos e artigos, dispersos por publicações da especialidade, sobre temática das histórias de Portugal, das Ilhas e do Atlântico.

Foi agraciado com diversas condecorações como a Grã- Cruz da Ordem da Instrução Pública e a Insígnia Autonómica de Reconhecimento.

Desde 20 de Abril de 2002 é sócio honorário do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Foi nomeado Secretário Regional da Educação e Cultura do XI Governo Regional dos Açores a 08 de julho de 2014.

Em nome pessoal e em nome do IHIT agradeço, muito reconhecido, ao Prof. Doutor Avelino Meneses a pronta disponibilidade para proferir este Conferência que vamos de imediato ouvir intitulada "Património, Cultura e Identidade".

---

*NOTA: Para além da Conferência inaugural do Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses, aceitaram proferir Palestras integradas neste âmbito do Ano Europeu do Património Cultural o Arquiteto Nuno Ribeiro Lopes, Diretor Regional da Cultura, e o Dr. António Nabais, historiador de museólogo, cujos textos vão publicados neste volume do Boletim. Aos dois dirijo, igualmente, uma palavra de apreço e agradecimento.*

J.M.M.

# PATRIMÓNIO, CULTURA E IDENTIDADE

*Avelino de Freitas de Meneses*[*]

Sob o lema "Património: onde o passado encontra o futuro", depois de uma ideia de 2014 e de uma proposta de 2016, a União Europeia declarou 2018 como "Ano Europeu do Património Cultural". Fê-lo em consórcio com os estados membros, também em associação com as autoridades regionais e locais.

## 1. A Europa e o património

A abrir esta conferência, dediquemos algumas palavras prévias à Europa, para melhor entendermos a declaração, pela União Europeia, de 2018 como "Ano Europeu do Património Cultural".

A Europa quase que verdadeiramente não existe. Por isso, carece de marcas de identidade, eventualmente individualizáveis na dimensão patrimonial. Do ponto de vista da geografia, a Europa não é propriamente um continente. Em vez disso, é a porção mais ocidental da Euroásia. Aliás, a averiguação dos limites comprova a existência do dilema geográfico. É claro que o Mediterrâneo, o Atlântico e o Ártico constituem os confins do sul, do ocidente e do norte. Todavia, a oriente, no lugar de extremas, encontramos prolongamentos, que desdizem a máxima de De Gaulle, segundo a qual o continente europeu se situava entre o oceano Atlântico e os montes Urais. Na verdade, os Urais não correspondem a qualquer barreira natural, nem tão pouco a qualquer fronteira política. Por acréscimo, o berço da civilização ocidental, de que são herdeiras a Europa de oeste e a América setentrional localiza-se a oriente, mantendo em aberto a delimitação europeia do leste.

As vicissitudes da política complexificam ainda mais a caracterização da Europa, que não se cinge à delimitação física. Neste particular, ressalta à evidência a problemática das ilhas. Para além dos arquipélagos franceses, ingleses e holandeses da América do

[*] Professor Catedrático da Universidade dos Açores. Secretário Regional da Educação e Cultura. Sócio Honorário do IHIT.

centro e do sul e até do longínquo Pacífico, as Canárias, a Madeira e Malta localizam-se nos limites africanos e Chipre na órbita asiática. Mas há mais! Ao admitir-se, mais ontem do que hoje, a possibilidade de integração da Turquia, cuja capital se situa na Ásia, possuindo somente cerca de 3% do território no continente europeu, é muito difícil não estender os limites da Europa à Rússia, por curiosidade o mais extenso dos países europeus, mesmo na aceção minimalista da Europa. E, para além do Mediterrâneo, até às estepes do Magrebe, considerando a antiga presença muçulmana na Península Ibérica e a recente colonização europeia da África do norte, tudo traduzido numa comunidade de milhões de árabes no seio da União Europeia.

Do ponto de vista da cultura, fruto da herança das civilizações do Médio Oriente, da Grécia e de Roma, da emergência das universidades na Idade Média, do experimentalismo e da inovação dos descobrimentos, do renascimento italiano do século XVI e, mais recentemente, dos ideários liberais e democráticos, que admitem o aperfeiçoamento do Mundo por ação da ciência e do direito, fruto de tudo isto, a Europa congeminou uma civilização superior. Aliás, a única capaz de se por em causa a si própria, através da substituição da crença e do dogma pela dúvida e pela razão, através da substituição do súbdito e do senhor pelo cidadão e pelo povo. Todavia, as conquistas da tolerância e da prosperidade promovem, entre nós, o convívio de diferentes culturas, infelizmente mais ao jeito de amálgama do que liga. Afinal, uma consequência do afluxo, por si só positivo, dos emigrantes, mas possuidores de padrões civilizacionais diferentes e até contraditórios, um fenómeno que obriga à individualização de alguns valores intocáveis, para evitar a anarquia social e o retrocesso civilizacional.

Pelo lado da cultura, a Europa caracteriza-se pela diversidade, ao ponto de George Steiner lhe prognosticar a morte, caso se esqueça que "… Deus reside no pormenor". Quer tudo isto significar que não há uma matriz cultural europeia muito nítida, nem sequer o próprio Cristianismo, apesar de partidos políticos e da Santa Sé pugnarem legitimamente pela inclusão do fundamento cristão na Constituição Europeia. Aliás, o Cristianismo é o império da diversidade; é um albergue de católicos, protestantes, ortodoxos, evangelistas, anglicanos, calvinistas e muitos outros; é a doutrina que denota maior enfraquecimento, perante o assomo do agnosticismo e do ateísmo. Ademais, para além do Cristianismo, há outras filosofias e religiões de influência europeia histórica, por exemplo, o Judaísmo e também o Islamismo, este último agora entendido como antídoto da civilização ocidental, mas cuja origem radica no Oriente próximo e médio, que é o cadinho da constituição de três monoteísmos, o cristão, o judaico e o islâmico.

Na Europa, a dissemelhança cultural dificulta a definição de uma identidade própria. Após séculos e milénios de contactos e de afinidades, mas sobretudo de violências e de rivalidades, o espírito europeu é quase inexistente, pois é tão só o resultado de meio século de convergências difíceis, por falta de cadência e de coordenação, que são ainda melhor entendidas pelas elites do que pelo comum dos cidadãos. Neste contexto, cabe verdadeiramente à nossa geração o esforço de criação de um espírito europeu, com menos ênfase no tributo do passado, com mais ênfase nas expetativas do futuro, e sempre à vista da paz e da prosperidade, alcançadas desde a assinatura do tratado de Roma de 1957.

Na génese de 2018 como "Ano Europeu do Património Cultural", radica o reconhecimento da valia do património, na tentativa de fixação de uma identidade comum à generalidade dos europeus. Neste contexto, a descoberta e a exploração patrimoniais incutem nos cidadãos um sentimento de pertença a um mesmo espaço, apesar da diversidade das paisagens, na sucessão do tempo, apesar das rivalidades históricas. Por acréscimo, o entendimento da diversidade cultural opõe a paz à guerra, fomentando a convivialidade dos povos, requerida pela inclusão numa unidade política transnacional. Além disso, a comemoração corresponde a um abalo cultural contra a degradação, mesmo o desaparecimento, de uma multiplicidade de vestígios do passado, que contribuem para a compreensão do presente e para a projeção do futuro. Aliás, são muitas e graves as ameaças patrimoniais, por exemplo, os efeitos da corrosão da natureza, a pressão da sociedade e da economia, as consequências da guerra, inclusivamente o impacto da globalização, que acentua a crise dos valores. A somar a tudo o mais, o simples facto da Europa conter 453 sítios inscritos na Lista do Património Mundial da Unesco, quase equivalentes a metade dos registos mundiais, também justifica a evocação da valia patrimonial. Por isso, 8 em cada 10 europeus reconhecem a importância do património, responsável por muitos empregos, 300 000 diretos e quase 8 000 000 indiretos, mas obtidos no turismo, nos transportes, na construção, nos serviços de interpretação, na manutenção e na segurança.

## 2. O património em Portugal e nos Açores

Em Portugal, e por consequência nos Açores, a comemoração do património cultural adquire uma premência ainda maior pelas melhores e pelas piores razões. Na Europa, somos um bom exemplo de esbatimento de diferenças e de consolidação de afinidades, isto é, de uma unidade política e de uma identidade cultural quase milenares. Na Europa, somos um mau exemplo de fruição patrimonial, enquanto povo que menos visita museus e que também menos considera os bens patrimoniais no planeamento das férias.

Em trânsito entre o passado e o futuro, sob mediação do presente, o património comporta uma série de categorias, por exemplo, o material e o imaterial, mas também o natural e mesmo o digital. Assim, na definição patrimonial, cabem os monumentos, os artefactos e os sítios, mas também as práticas e as representações, e mesmo as espécimes da flora e da fauna, bem como o uso de textos e de imagens digitais.

### 2.1. A defesa do património

Nos nossos dias, a defesa do património é um imperativo. Para tanto, importa a harmonização da teoria com a prática. Se estamos na vanguarda discursiva, sempre insistentes na reivindicação de que os outros façam e cumpram, jamais podemos ficar na retaguarda operativa, alheios ao ato de melhor fazer. Mais do que isto, das instituições que tutelam o património e das organizações que promovem o património, urge a

sensibilização da comunidade dos cidadãos, indispensável no resguardo do património imóvel contra todas as corruptelas, indispensável no resguardo do património móvel contra o perigo de extravio, acentuado na falta de conveniente registo. Neste processo, o objetivo capital consiste na mobilização da juventude para a causa patrimonial, através da inclusão de temas do património cultural no ensino e na investigação com algum reforço do investimento do Estado. Todavia, a salvaguarda dos bens de valor patrimonial demanda sempre a atração de toda a gente, jamais o seu afastamento. Só assim evitaremos a desertificação dos centros urbanos tradicionais, um fenómeno, por exemplo, identificável na cidade de Angra do Heroísmo do pós-sismo, apesar da relativa exemplaridade da reconstrução, mas muito por influência do surto desenvolvimentista da nova autonomia, que origina um tempo de maior prosperidade, possibilitando o afastamento dos moradores do núcleo histórico, dada a facilidade do retorno, através da vulgarização do uso do automóvel

Ainda para que o povo seja o principal defensor do património, jamais o seu inimigo, há que proceder à conciliação da tradição com a modernidade, para que os bens e os valores patrimoniais não sejam tidos como um incómodo, antes como uma mais-valia para cidadãos e comunidades. A título de exemplo, no processo de conservação e manutenção de edifícios, há que compaginar as soluções com as expetativas e as exigências do quotidiano, com o conforto sanitário e ambiental, com o combate a pragas e catástrofes naturais e com o desenvolvimento energético e das novas tecnologias.

Apesar de tudo, sobra sempre espaço para o exercício da fiscalização, que carece de meios humanos e recursos materiais acrescidos na prevenção das infrações. De facto, só depois da prática da profilaxia, traduzida na sensibilização do indivíduo e na fiscalização do desvio, resta o tempo e o espaço para a reprimenda, que se pretende sempre excecional.

A produção de leis e de regulamentos figura também entre as formas de defesa do património, já que garante a melhor transmissão para o futuro da herança cultural do passado. Por isso, a produção legislativa é uma obrigação dos governos, particularmente do Governo Regional dos Açores. Contudo, a tentação de tudo regulamentar é deveras comprometedora. Embora muito determinada por anteriores e sucessivos incumprimentos da legislação, reverte em limitação da liberdade das partes, que possui quase sempre por antídoto os arranjos de circunstância e as construções clandestinas. De facto, importa sempre atenuar os excessos de rigorismo. Por exemplo, nas zonas classificadas, tudo aconselha a que o rigor diminua do centro para a periferia, por outras palavras, da zona de classificação para a zona de proteção. Por exemplo, para o combate à infestação de térmitas, deve prever-se a substituição das estruturas de madeira por metal ou betão.

Mais do que a produção legislativa, na defesa do património cultural, avulta a classificação dos monumentos e obras de arte e inclusivamente dos sítios. Em qualquer dos casos, impõe-se a adoção de uma importante cautela: jamais a subtração dos bens culturais à utilização coletiva, em atitude de mumificação do património, em vez disso, a promoção da conservação e da ampliação da utilidade social e funcional de tais bens. De resto, em zonas classificadas, é de todo fulcral o apoio aos proprietários,

penalizados que estão pela redução das opções construtivas e pela obrigatoriedade da utilização de materiais mais raros e mais caros. O exercício da justiça, compaginável com os princípios da sociedade democrática e do estado de direito, aconselha à prestação de auxílio aos particulares condizente com o rendimento apurado de cada um dos senhorios.

Nos Açores, a par do património terrestre, sobreleva entretanto o marítimo, particularmente o arqueológico, fruto da nossa condição arquipelágica em ambiência de correlação transoceânica e intercontinental.

A antiga escala das armadas comerciais motiva uma concentração excessiva de embarcações no mar dos Açores, se considerarmos o período curto e individualizado desta ocorrência anual. No entanto, aos navios de procedência ultramarina, adicionamos também as esquadras de origem europeia, que contribuem para o acréscimo da densidade naval em espaços precisos das águas açorianas. Assim, reconhecemos as marinhas do corso e da pirataria, motivadas pelo fito do roubo, e as frotas militarizadas portuguesas e castelhanas, movidas pelo propósito de guarida das naus de Além-Mar. Esta conjuntura aumenta a contingência de afundamento, decorrente da mera aglomeração, da insuficiência portuária e da probabilidade de confronto. Nos Açores, o ímpeto do mar, o longo curso das rotas, a fragilidade e o agrupamento das embarcações e os ataques de inimigos determinam a sucessão dos naufrágios. Assim, os fundos marítimos açorianos guardam testemunhos civilizacionais de valor inestimável.

Na perspetiva da inventariação e da pesquisa do património subaquático insular, destacamos a riqueza presumível de quatro locais de maior preponderância nas tarefas ordinárias de defesa e de abastecimento das armadas comerciais. Em primeiro lugar, enumeramos as cercanias da baía de Angra, escala preferencial das rotas mercantis das Índias durante os séculos de fluxo mercantil mais abundante e mais valioso. Desta forma, consideramos o ancoradouro terceirense um verdadeiro santuário cultural da Humanidade, cuja preservação demanda esmero especialmente para prevenir o risco de intervenções incautas. Depois, a região das Flores e do Corvo, porta de entrada das naus de comércio em águas açorianas, insistentemente procurada pelas armadas peninsulares de proteção e pelas frotas de corsários e de piratas sempre hostis. De seguida, a costa sul de S. Miguel, designadamente o troço entre Ponta Delgada e Vila Franca do Campo. Neste caso, realçamos a investigação dos fundos vilafranquenses, depositários de destroços da batalha naval de 1582, e de despojos de muitas embarcações, que antes da construção da doca de Ponta Delgada na era de oitocentos buscam amiúde a guarida do ilhéu na vulgar ocorrência de tempestades. Por último, em referência a tempos mais próximos, referimos a baía da Horta, demandada por navios da Índia, da América espanhola, do Brasil e das carreiras britânicas, que unem os portos ingleses às costas americanas. À margem destes lugares de maior concentração de naufrágios, a generalidade das costas insulares constitui uma espécie de inesperada necrópole de muitos barcos. É por isso que entre os cinco parques arqueológicos hoje existentes nos Açores dois deles, o Canárias e o Caroline, se situam em Santa Maria e no Pico, respetivamente.

Para a preservação do património arqueológico marítimo e terrestre, procedeu-se agora a uma alteração legislativa, fruto do novo figurino da arqueologia regional, carac-

terizado pelo acréscimo dos sítios arqueológicos inventariados, de cerca de meia centena para cerca de três centenas desde 2004, fruto também das novas orientações da arqueologia internacional. O objetivo consiste na proteção dos bens arqueológicos, sob o desígnio da salvaguarda, não propriamente por reação às vicissitudes de cada ocasião. Para tanto, criam-se as cartas de risco arqueológico para os conjuntos classificados de interesse público e respetivas zonas de proteção e para as zonas de proteção dos imóveis classificados de interesse público, úteis na preparação das operações urbanísticas, como auxílio para projetistas e proprietários no planeamento e no cálculo dos investimentos. O acréscimo da cautela dispensa entretanto a perspetiva mais tradicional, excessivamente proibicionista, possibilitando maior compatibilização da preservação do património com as necessidades de desenvolvimento económico das localidades, por exemplo, a atividade portuária e a promoção do turismo.

Em matéria processual, o novo diploma une ambas as valências da arqueologia, a marítima e a terrestre, considerando a igualdade de procedimentos técnico-científicos, atestada pelos especialistas. Por acréscimo, são diversos os fatores que dispensam o tratamento diferenciado da investigação arqueológica submarina, por exemplo, o resguardo dos nossos mares face aos caçadores de tesouros e a conveniência do envolvimento das comunidades, particularmente dos operadores de mergulho.

### 2.2. Museus e património

No arquipélago, neste ano europeu do património cultural, ressalta a concretização de uma política museológica há muito perseguida. Depois da criação em 2016 da rede de museus e coleções visitáveis dos Açores, que inclui os museus regionais e de ilha e uma pluralidade de pequenas unidades de caráter museológico, beneficiárias ou não de apoio institucional, mas também os parques arqueológicos e os sítios de interesse subaquático, e ainda as coleções visitáveis, uma novidade em Portugal, embora já uma prática da Europa, agora em 2018 logra finalmente materialização o propósito de dotar cada uma das nossas ilhas com uma unidade museológica de qualidade. O alcance de semelhante objetivo deriva da inauguração do núcleo museológico de Vila do Porto do museu de Santa Maria, igualmente da próxima inauguração da primeira infraestrutura do Ecomuseu do Corvo, o denominado Museu do Tempo, e ainda da construção, já em curso, do museu Francisco de Lacerda na Calheta de S. Jorge. Por acréscimo, releva o refresco de muitas museografias para que correspondam às expetativas dos públicos locais e externos, também contemplados com a recente alteração de horários dos museus, que agora abrem aos fins-de-semana e encerram semanalmente num mesmo dia.

Não é por demais destacar este projeto museológico, dada a relevância dos museus na caracterização do semblante do território, do caráter das gentes e da história das comunidades, que muito contribui para a fixação e a valorização da identidade cultural dos povos. Com efeito, os museus são importantes repositórios do passado e ainda mais importantes albergues do futuro. São repositórios do passado porque guardam os objetos que testemunham o sentido, as condições e as vivências dos nossos pais, dos nossos

avós, de todos os nossos antecessores, logo indispensáveis na tarefa de fazer, desfazer e refazer a história das coletividades, das pessoas, da própria Humanidade. São albergues do futuro porque no presente o estudo do passado constitui a melhor forma de projetar e de construir a sociedade do amanhã.

### 2.3. O apoio ao património

Entre nós, a abundância e a qualidade do património cultural justificam decerto um investimento contínuo talvez de todo incompatível com os recursos financeiros próprios ou comunitários à disposição do governo da Região Autónoma dos Açores. Mesmo assim, em políticas patrimoniais, nos últimos 3/4 anos, sensivelmente de 2015 a 2017, registamos um gasto de cerca de 4 500 000 euros, à razão de mais de 1 milhão de euros por ano, que indicia consideração pela preservação dos vestígios de outrora, que conferem identidade ao presente e ao futuro. São gastos respeitantes a apoios a agentes culturais, definidos no Regime Jurídico de Apoio aos Agentes Culturais (RJAAC) em áreas como o audiovisual e multimédia, as artes performativas e visuais, a edição de obras e a atribuição de bolsas de criação artística. São gastos respeitantes a ajudas à aquisição, remodelação, beneficiação, ampliação e construção de infraestruturas destinadas a atividades culturais, também concedidas no âmbito do RJAAC. São gastos respeitantes à comparticipação de despesas das sociedades recreativas e filarmónicas. São gastos respeitantes ao regime de valorização do património baleeiro, estabelecido por diversa legislação de 2000 a 2015. São gastos respeitantes aos patrocínios atribuídos à recuperação e à conservação de património cultural imóvel e móvel pertencente a entidades privadas, mormente àquele que se localiza em sítios classificados, por exemplo, Angra do Heroísmo, Santa Cruz da Graciosa, Vila do Porto e Corvo.

### 2.4. A comemoração do património

A terminar, resta dizer que a declaração de 2018 como "Ano Europeu do Património Cultural" constitui naturalmente o pretexto para a promoção de uma série de iniciativas do Governo dos Açores, centradas na atividade da Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, também no Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas, dada a conexão europeia da comemoração. No essencial, o objetivo reside na valorização e na divulgação da cultura açoriana dentro e fora do arquipélago, através da evidência de características próprias, que decerto contribuirão para o enriquecimento do caleidoscópio cultural europeu. Não é este o local nem o momento adequados para a apresentação, muito menos para a rememoração, de uma listagem de eventos culturais. Mesmo assim, importa dizer que o Pico acolherá em julho o seminário "Património Mundial da UNESCO nos Açores, perspetiva de futuro", bem como a 17ª reunião da Rede do Património Mundial da UNESCO em Portugal, e que em novembro participaremos em Valladolid na XI Bienal Ibérica do

Património Cultural em promoção da cultura dos Açores no mercado internacional. Por acréscimo, na Terceira, já decorreu o seminário Margullar, que incide na conservação do património marinho e na abertura ao turismo, e decorrerá em outubro o seminário "As consequências das alterações climáticas: preservar o património para as gerações futuras". Já em S. Miguel, entre outros, relevam o seminário "Cultura Acessível e Inclusiva" e a exposição itinerante "Ano Europeu do Património Cultural", destinada ao público escolar.

***

Mesmo a findar, direi somente que à escala regional bem podemos seguir o exemplo da União Europeia, que elegeu 2018 como "Ano Europeu do Património Cultural", eivada do propósito da descoberta de um denominador comum capaz de trazer maior unidade ao vulgo dos cidadãos. Também aqui nos Açores o património cultural poderá ser um traço de junção entre a diversidade intrínseca e a unidade almejada.

# MUSEOLOGIA EM REDE*

*Nuno Ribeiro Lopes***

A Rede Regional de Museus constituída, por oito museus, muitos deles polinucleados, um centro de artes contemporâneas, um ecomuseu e três palácios, é uma estrutura administrativa dependente do governo regional. Paralelamente proliferam muitas unidades museológicas, por iniciativa própria ou com apoio institucional, sem que exista uma estratégia coerente. Esses equipamentos dependentes de diferentes tutelas, surgem como museus de território, contando uma história local e/ou temática, muitas vezes repetida ou sobreposta com outras estruturas e sem articulação entre si.

Esta realidade resultante de anos de afirmação individual e departamental originou um desequilíbrio acentuado entre as instituições culturais, mediante o seu acervo, a sua capacidade técnica, ou a sua tutela. Cabendo ao governo regional a competência para, a partir de uma visão - *afirmar a importância geoestratégica dos Açores, enquanto ponto intermédio nas comunicações entre a Europa, África e América, desde o seu descobrimento e povoamento até aos dias de hoje* - e consequente estratégia, definir uma política de atuação, esta teria de se circunscrever, necessariamente, em dois níveis diferentes: um primeiro para aqueles que são da sua competência direta e, um segundo, que a partir do exemplo de partilha, renovação e complementaridade manifestada no primeiro, envolvesse a comunidade e proporcionasse uma adesão voluntária a um novo relacionamento entre tutelas.

O inicio de um novo quadro comunitário, condicionando *ex-ante* o acesso a fundos com a definição estratégica e consequente mapeamento das elegibilidades, permitiram dar os primeiros passos na opção então definida, de forma mais abrangente e sustentada.

O papel dos museus e das infraestruturas culturais e a sua forma organizativa no tempo atual foi o tema de uma nova proposta e de uma estratégia coordenada e aberta, possibilitando que outras perspetivas possam ter lugar e busquem a complementaridade entre si, capazes de criar uma verdadeira rede e um roteiro atrativo, de divulgação do conhecimento, da natureza e da identidade destas ilhas e do seu povo.

---

* Conferência proferida no dia 18 de Maio de 2018 na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

** Arquiteto. Diretor Regional da Cultura do Governo dos Açores e, nessa qualidade, Sócio Honorário do IHIT.

Maqueta do futuro polo de Museu de Santa Maria (Foto: M Arquitetos). Imagem da Casa do 3.º Capitão Donatário, em Vila do Porto (Foto: Arquivo DRC).

# Museu de Santa Maria

## Polo Vila do Porto

## Intervenção: Nova construção | Polo de Vila do Porto

Localização
**Ilha de Santa Maria**

Freguesia | Concelho
**Vila do Porto/Vila do Porto**

Descrição
**Criação de um polo do Museu de Santa Maria no prin- cipal núcleo populacional, reabilitando e ampliando construções históricas. A temática do novo polo versará a ilha no contexto histórico e geológico, apontando-a como a primeira a ser descoberta e povoada, como por- ta de entrada para conhecer o arquipélago, explican- do a aventura da travessia do atlântico, a emoção de chegar a outro lugar, as formas de ocupação territorial, as culturas introduzidas. Abordará igualmente o impac- to do aeroporto (primeiro HUB internacional no meio do Atlântico) traduzido numa alteração social, económica e cultural.**

Intervenção/Nova Construção
**Reabilitação e adaptação a museu/programa museo-gráfico e criação de nova exposição de longa duração**

Elegibilidade
**Programa Operacional Açores 2020/Eixo 6.3.1**

Serviços
**Exposições de curta e longa duração/centro de docu- mentação/serviço educativo/visitas orientadas/serviços administrativos**

Abertura ao público **2017**

Edifício – Arquitetura
**Conjunto constituído por dois edifícios contíguos, inseri- do no núcleo antigo de Vila do Porto, classificado como conjunto de interesse público pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/92/A, de 21 de outubro.**
**A designada Casa do 3º Capitão do Donatário encon- tra-se em ruinas, restando apenas a fachada principal, e caracteriz pela sua singularidade estética espelha-a-se da na irregularidade dos vãos com diversas influências estilísticas, como a presença de arcos góticos e manuelinos, um misto diversificado das formas de vãos, ogivais e retangulares. O imóvel foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 44 452, de 5 de Julho de 1962.**
**O outro edifício de 2 pisos é representativo da arquitetura do século XVIII, com fachada com vãos regulares, emol- durados com pedra de cantaria.**

Entidade Gestora
**Região Autónoma dos Açores/Governo Regional dos Açores/Secretaria Regional da Educação e Cultura/Di- reção Regional da Cultura**

Número de visitantes previstos
**2018 – 2 510**

Número de atividades previstas
**9**

Número de parcerias previstas
**7**

Número de funcionários previstos
**5**

Aproveitar a construção de novas infraestruturas museológicas nas ilhas de Sta. Maria e S. Jorge, fechando o ciclo de dotação de uma unidade museológica competente por cada ilha, definiu um primeiro quadro de necessidades ao qual foram acrescentados a ampliação ou a construção de outros núcleos, na estrutura de responsabilidade direta da administração regional, que pudessem contribuir para implementar aquela visão e estratégia.

Surgem nesta perspetiva, a construção do polo do aeroporto de St. Maria, da ampliação do convento de Sto. André do Museu Carlos Machado, a requalificação da Igreja das Manadas em S. Jorge, a construção do museu da construção naval em Sto. Amaro no Pico, a instalação do núcleo das comunicações na *Trinity House/Joint Cable Station* e a ampliação do Museu da Horta, a construção dos diferentes núcleos do Ecomuseu do Corvo, entre outras.

Num outro quadro de necessidades, surgem as iniciativas de outras tutelas como são os casos da ampliação do museu do Senhor Santo Cristo dos Milagres, da instalação do museu das Plantações do Chá Gorreana e a ampliação do Museu Municipal do Nordeste em S. Miguel, a ampliação do Museu do Carnaval Hélio Costa e a construção do centro de interpretação da cidade de Angra do Heroísmo na Terceira, a construção do museu da Confraria do Queijo em S. Jorge, a construção da Casa das Memórias do Canal no Pico, a requalificação da Igreja de S. Francisco na Horta, entre outras.

Já fora de um eventual financiamento pelo PO Açores 2020, mas também presente naquele mapeamento e assim assumido como estratégica, inicia-se a renovação museográfica das unidades existentes, por meios próprios, introduzindo leituras arquipelágicas sobre a temática quando inexistentes, como são exemplo da baleação ou da vinha e do vinho no Museu do Pico, ou criando temas e atratividade a partir da realidade histórica e geográfica, como é o caso do Museu das Flores com os corsários, piratas e naufrágios.

A reorganização de oferta já iniciada, alargou-se naturalmente a unidades museológicas externas à administração regional, respondendo a diferentes solicitações, através de apoio técnico na conceção de planos museológicos, desenho de museografias, de inventariação e restauro. Esta experimentação testava o princípio de rede que se pretendia e se esboçava de acordo com as necessidades sentidas.

Este é um projeto de fundo que não se esgotará no quadro de vigência do atual programa comunitário e que não depende, naturalmente, só do envelope financeiro. A necessidade de um enquadramento jurídico que regulasse a atividade das unidades museológicas e a sua eventual organização, deu origem a uma nova rede, que se pretende inovadora, colaborativa e ativa.

A "Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores", assim denominada na proposta legislativa de adaptação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses à Região, propõe constituir-se como um sistema organizado configurado de forma progressiva e visando a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre instituições, sendo caraterizada pela diversidade de tutelas, de coleções, de espaços, de atividades educativas, de modelos de relação com as comunidades e de sistemas de gestão.

Jardim do Núcleo de Santo André do Museu Carlos Machado (Foto: Arqui- vo Museu Carlos Machado)

## **Museu Carlos Machado** Núcleo de Santo André Reservas Visitáveis e Área Expositiva de Curta Duração

## Intervenção: Ampliação/ Museografia

Localização
**Ilha de São Miguel**

Freguesia|Concelho
**São Sebastião/Ponta Delgada**

Descrição
**Ampliação das instalações em escavação, inte- grando o arranjo do jardim, para instalação de acervo visitável e de área expositiva de curta du- ração, não disponível no edifício existente.**

Serviços
**Reservas/serviço educativo/bar/loja**

Intervenção
**Ampliação/Projeto museográfico**

Elegibilidade
**Programa Operacional Açores 2020 / Eixo 6.3.1**

Abertura ao público
**2019**

Edifício – Arquitetura
**Edifício localizado no extremo sudoeste do jardim, enterrado e em dois pisos, sendo o inferior destina- do a reservas visitáveis e o superior destinado a es- paço sócio educativo. Este piso situa-se à cota da rua Carlos Maria Gomes Machado o que permite o seu acesso a partir da mesma, e relacionar-se diretamente com o núcleo de Santa Bárbara.**
**A leitura deste edifício a partir do jardim é diminuta, perceptível unicamente pela abertura do pátio central e escadas de acesso. Este pátio permite a iluminação direta das salas destinadas ao serviço socio educativo e a interação com o jardim e o edifício primitivo, pois todo o conjunto será um espaço museológico.**

Entidade Gestora
**Região Autónoma dos Açores/Governo Regional dos Açores/Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direção Regional da Cultura**

Número de visitantes previstos
**2020 – 26 460**

Número de atividades previstas
**30**

Número de parcerias previstas
**8**

Número de funcionários previstos
**2 novos**

Esta rede constituída por estruturas museológicas e outras instituições culturais, complementares tematicamente e distribuídas pelas nove ilhas dos Açores, contribuirá para uma noção de todo cultural identitário, onde as especificidades de cada ilha serão potenciadas. Neste sentido, ela constituir-se-á como o Maior Museu dos Açores.

Pretende-se explorar temas específicos e globais desta região, que nos obriguem, a todos (autóctones ou turistas), a percorrer as diferentes ilhas e, em cada ilha, os diferentes polos ou estruturas (governamentais, autárquicas ou privadas); estruturas complementares capazes de somar conhecimento à natureza diversa de cada ilha, capazes de percecionar o momento de cada ilha na contribuição para esta realidade e para a unidade na diversidade.

Para que toda esta visão possa ter expressão pratica, necessita em primeiro lugar de um empenhamento coletivo, baseado na capacidade técnica e disponibilidade individual. Responder a esta dupla tarefa de pertencer a uma estrutura tutelada e, ao mesmo tempo e sem conflito, construir um processo de decisão coletiva integrado num sistema associativo, é o desafio que todos nós teremos que vencer enquanto pessoas e enquanto grupo.

# MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO CULTURAL*

*António Maia Nabais***

> "Os museus resultam dos gestos humanos criativos e são eles mesmos projetos humanistas, casas de sonhos da coletividade. Projetos de humanidades e tecnologias. Eles são tecnologias que servem para nos humanizar." (Gilberto Gil, 2008)

Os museus e as instituições com património para prestarem um serviço público terão de aplicar a museologia como ciência dos museus e do património cultural.

A Museologia é a ciência do museu: estuda a história e a razão de ser dos museus, o seu papel na sociedade, os sistemas específicos da investigação, da conservação, da educação e da organização, as relações entre o meio físico e a classificação dos diferentes tipos de museus (ICOM News, Paris, vol. 23, n.º 1, 1970, pág. 28); a Museologia: ciência teórica, normativa e planificadora, que se move na análise dos fenómenos museísticos, que convém ter presente para evitar imprecisões e equívocos.

Parece-nos importante relembrar uma das definições de museu de J.H. Rivière que, como museólogo e primeiro presidente do ICOM, soube sempre adaptar-se às novas obrigações das instituições museológicas: *«O Museu é a Casa dos objectos dos Homens, moldados ontem, hoje, aqui ou além. Rejeita o Tempo e o Espaço. Na época do efémero e do consumo, conserva para o amanhã»* (Rivière, J.H. in «Arquitectura de Engenheiros. Séculos XIX e XX. Participação Portuguesa». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980). A definição de museu do ICOM (Conselho Internacional dos Museus) e a da Lei Quadro dos Museus n.º 47/2004, de 19 de Agosto, tornam bem explícitas as funções da instituição museológica:

---

* Conferência proferida no dia 29 de Maio de 2018.

** Licenciado em História. Museólogo.

– "*Os museus são instituições de carácter permanente abertas ao público, sem fins lucrativos, criadas para o interesse geral da comunidade e do seu desenvolvimento, que reúnem, adquirem, ordenam, conservam, estudam, divulgam e expõem para fins de investigação, educação, fruição e promoção científica e cultural, conjuntos e coleções de bens móveis de valor cultural que constituem testemunhos da atividade do homem e do seu meio ambiente"* (ICOM).
– *"consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respetivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico*. (...). "*Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:*
  - *garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos;*
  - *facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura,* ***a*** *promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade* (Artigo 3.º, Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto)

No que respeita ao património cultural, a Lei 107/2001, de 8 de Setembro, também é bem clara e dá as soluções necessárias para a sua valorização:

*"TÍTULO I - Dos princípios basilares. Artigo 1.Objecto*

*1 - A presente lei estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.*

*2 - A política do património cultural integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.*

*Artigo 2.º*
*Conceito e âmbito do património cultural*

*1 - Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.*

*2 - A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.*

*3 - O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social,*

*industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.*

*4 - Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas.*

*5 - Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.*

*6 - Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.*

*7 - O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objeto de legislação e políticas próprias.*

*8 - A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a proteção e valorização do património cultural e constitui objeto de legislação própria."*

Basta pôr em prática esta legislação para que os museus e o património cultural sigam o caminho certo na sua utilização e valorização de heranças de vários séculos. O património cultural, material e imaterial, é um tesouro e, ao mesmo tempo, é um fator gerador de mais riqueza, fornecedor de conhecimentos em vários domínios do saber. Estamos perante uma herança não apenas para guardar, mas para aumentar e desenvolver. A continuidade e o desenvolvimento são dois fatores essenciais para entender a dinâmica do património cultural.

O património não pode ser uma realidade estranha à comunidade local. Os saberes tradicionais, os hábitos e os costumes, os objetos e os monumentos históricos possuem, para além do seu valor como documento e património, uma personalidade modelada por circunstâncias da história cultural, política, económica e social. De facto, o património cultural é o reflexo da sociedade que lhe deu vida e desenvolvimento ao longo dos tempos, uma síntese da sua evolução histórica: "*…ao lado das igrejas, palácios ou palacetes, fortificações, enfim, dos monumentos tradicionais, existem outras construções que oferecem testemunhos fundamentais para compreender a história dos Açores* (e de outras regiões) *nos seus múltiplos aspetos, nomeadamente, condições de trabalho e de produção, meios técnicos, modos de vida das gentes do arquipélago*." (Nabais, A., 1991. *Subsídios para o Estudo do Património Industrial da Região Autónoma dos Açores*, separata do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. XLIX)

Os museus e as instituições museológicas são instrumentos que aproximam a sociedade do seu próprio património cultural. Nas últimas décadas do século XX, com a ecomuseologia e/ou museologia comunitária surge uma prática museológica dinâmica que, antes de mais, respeita o interesse e necessidades das populações da área de influência da unidade museológica. Este tipo de museu não serve para acomodar os cidadãos a mode-

los, exige, sim, uma mudança de comportamentos e de atitudes perante novas situações, novas realidades que se colocam à sociedade contemporânea. É uma museologia atenta e em mudança.

A cultura é um instrumento indispensável para o desenvolvimento e crescimento da economia. A partir do conhecimento dos valores culturais alicerça-se melhor o presente e cria-se um futuro com estruturas sólidas. A herança cultural dá lições para todos os campos do saber: *"O museu, sendo o melhor livro do povo, precisa ser um livro que se possa ler bem e rapidamente, apresentando, num relance sínteses que orientem e instruam. E é um livro que precisa estar à mão na cidade onde se habita ou no centro da região a que a sua aldeia pertença."* (Lemos, Álvaro Viana de. *Museus e bibliotecas regionais e populares*, in «IV Congresso e Exposição Regional das Beiras». Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1931, p. 192)

A preservação do património cultural permite não só salvar bens culturais e naturais, como recuperar espaços de convívio e de conhecimento e, ao mesmo tempo, desenvolver várias atividades de carácter didático-cultural. O património cultural é dinâmico, porque a coexistência do passado e do presente é saudável para o desenvolvimento da sociedade, criando meios para um futuro que seja cada vez mais próspero. A reabilitação do passado não se reduz à cópia e réplica, mas à criatividade e inovação, sem destruir a memória.

Cada objeto, monumento ou sítio não constitui um fenómeno isolado; é o resultado de um contexto temporal muito preciso, vinculado ao passado e com projeção no futuro. Ao mesmo tempo, uma instituição museológica deverá contextualizar os objetos museológicos: a história da comunidade que os produziu ou utilizou e a construção da ponte entre o passado e o presente. As instituições museológicas são espaços de afetos: encontro do passado e do presente, perspetivando o futuro. São igualmente centros de valores culturais e de energias para revitalizar o presente, valorizando e dando visibilidade às identidades locais no atual mundo global. No início do século XX, Gustavo de Matos Sequeira, no discurso da inauguração do Museu da Cidade de Lisboa, entendia um museu local ou regional como um espaço onde o "*passado se venere, não como ídolo de jaculatórias estéreis, nem como simples matéria contemplativa, o que é deletério e doentio e significa retrocesso, mas como fonte de energias condensadas e como manancial inesgotável de civismo, de amor pátrio, e de intensíssima confiança em nós mesmos…*" (Sequeira, Gustavo de Matos, 1922).

A intervenção museológica, quer nas instituições museais quer nos monumentos, só o verdadeiro profissional de museologia poderá assegurar através de uma visão especializada. Para prestar um serviço adequado à comunidade, um profissional da museologia necessita de formação adequada e qualificada para o exercício das múltiplas atividades que lhe são exigidas. O serviço público de um museu começa na prestação de serviços dos seus quadros técnicos e na preservação dos bens culturais. Assim o museu, para que possa cumprir a sua função, deve apresentar um organigrama que desenvolva uma série de atividades essenciais ao seu funcionamento através dos seguintes serviços:

- Serviço de Gestão/Direção (diretor)
- Serviço Administrativo
- Serviço de Investigação e Centro de Documentação

- Serviço de Incorporação e de Inventário
- Serviço de Conservação e Restauro
- Serviço de Comunicação e de Organização de Exposições
- Serviço Educativo e de Extensão Cultural
- Serviços de *Marketing*, Edições e Produtos Comerciais
- Serviços de Assistência Técnica e Vigilância

Apesar de muitos saberes e práticas inovadoras, ainda hoje muitos museus não respeitam as normas que são essenciais para cumprirem a sua-missão. O alerta que Joaquim de Vasconcelos, no século XIX, colocava em relação à problemática museológica em Portugal ainda hoje é atual: "*Os poucos museus que temos não preenchem o seu fim, porque são incompletos e formaram-se de restos antigos, sem plano, sem método, sem um fim especial, prático; servem hoje apenas para deleite dos olhos; não satisfazem, no mais mínimo, o sentimento estético, porque neles se acham aglomerados e colocados, promiscuamente, que destoam um dos outros*" (Vasconcelos, Joaquim de, (1877). *A Reforma de Belas Artes*. Porto: Imprensa Literário-Comercial, p. 20).

O museu é um espaço de bens culturais para servir a comunidade. Não é um espaço de velharias («museu dos cacos», como muitas vezes se dizia), mas um local que sabe usar as novas tecnologias para um melhor conhecimento do objeto exposto. As novas tecnologias contribuem para um melhor acesso ao património, mas o seu uso em excesso pode prejudicar a comunicação dos conteúdos, dando pouca visibilidade aos valores patrimoniais reais. Um museu e um monumento são o reflexo da comunidade que lhe dá vida e desenvolvimento. O museu como instituição de cultura, dedicada a múltiplas atividades, deve evoluir com a sociedade a que pertence para melhor satisfazer as suas necessidades, através de um serviço adequado às realidades contemporâneas.

A comunicação apresenta-se como uma função essencial do museu, devendo para isso ter em consideração os seguintes pontos:

- Museografia adequada ao objeto, ao monumento e ao sítio.
- Suportes que facilitem a leitura total (acessibilidade) do objeto ou do monumento a todos os públicos.
- Legendas e textos de fácil leitura e compreensão para todos os públicos.
- Uso adequado das novas tecnologias para um melhor conhecimento do objeto e dos seus conteúdos.
- Museu é um espaço público que começa na sinalética exterior e nas informações em linha (*on-line*).

O rigor da museologia passa também pela utilização de uma terminologia adequada. A utilização indevida de termos nacionais ou de estrangeirismos conduz, muitas vezes, ao mau funcionamento da instituição ou das suas funções. Vale a pena recordar a preocupação de um engenheiro na primeira metade do século XX, porque é atual: "*A invasão de solecismos, de estrangeirismos inúteis com que todos os dias a nossa a língua tende a perder a sua pureza, devemos nós os engenheiros opor o cuidado de adotar as boas formas, quando falamos ou escrevemos*." (Apolinário, Maximiano Gabriel. *Terminolo-*

*gia*, in «Revista na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», ano LXI, N.º 660. Lisboa, 1930, p.167). Esta questão coloca-se ainda hoje na museologia, porque se ignora uma linguagem apropriada às múltiplas atividades da instituição e da sua prática.

Nas últimas décadas do século XX assistiu-se, em Portugal, à criação e renovação de várias unidades museológicas de iniciativa pública e privada. Neste contexto de um novo olhar para os museus, destaca-se o Museu de Angra do Heroísmo, nos Açores, que continua, hoje, com uma grande dinâmica e desenvolvimento nos vários domínios da museologia.

Os museus da tutela do Estado, nos últimos anos, só aparentemente viram algumas modificações, porque as questões de fundo continuam por resolver, nomeadamente as que dizem respeito aos quadros de pessoal, à formação, à sustentabilidade e aos orçamentos adequados para o cumprimento das suas funções. O poder político, em muitos casos, ainda não compreende a importância que cabe ao museu no desenvolvimento do país.

O património é uma herança não apenas para guardar, mas para aumentar e desenvolver. A continuidade e o desenvolvimento são dois fatores essenciais para entender a dinâmica do património cultural.

O museu como instituição de cultura, dedicada a múltiplas atividades, deve evoluir com a sociedade a que pertence para melhor satisfazer as suas necessidades, através de um serviço adequado às realidades contemporâneas: «*De um museu nunca se pode dizer que está concluído ou definitivamente arrumado. Mal vai daqueles em que isso sucede e que não oferecem aos interessados repetidas modificações que suscitem curiosidade e renovadas visitas*». (João Couto, *Actualidade e Futuro das Artes Plásticas em Portugal. O Museu de Guimarães,* 10.5.1953, in «Ocidente», vol. LXIII, n.º 292, p.96, 1962)

Igualmente, no último quartel do século XX, em Portugal, a museologia deu sinais de mudança através de várias (poucas) práticas inovadoras. Também aqui chegaram os ares da ecomuseologia, mas raramente seguida segundo os conceitos claros e lúcidos de João Couto, de G. Henri Rivière e de Hugues de Varine, bem divulgados junto dos profissionais dos museus. Estes conceitos podem ser aplicados em qualquer museu, mesmo nos museus mais convencionais. Acontece, porém, que exigem uma nova postura, desde a fuga à rotina até a um maior envolvimento dos cidadãos, quer sejam meros espectadores (visitantes/públicos), quer sejam autores ou utilizadores do património museológico e a um maior profissionalismo. No atual panorama museológico, verificamos três situações que espelham grande parte dos museus portugueses: uma em que muitos museus convencionais continuam ainda mais convencionais, longe dos públicos, sem mudança significativa nas formas de aproximação aos cidadãos; outra, embora mais atrativa, quer na reabilitação dos edifícios, quer no modo de apresentação dos elementos expositivos, mas ainda distante da maioria dos cidadãos; uma terceira situação, reduzida a poucas experiências e, algumas de curta duração, engloba os museus que se organizaram com a participação ativa das populações, que intervieram, de várias formas, na criação da sua unidade museológica. Assiste-se, na maior parte das situações, a feiras de vaidades, usando, abusivamente, conceitos, nomeadamente ecomuseologia e museologia comuni-

tária ou museologia local, que, não correspondem a práticas museológicas que envolvam os públicos na vida do museu.

Acreditamos que os princípios gerais da ecomuseologia continuam a ser essenciais para uma verdadeira renovação da museologia como ciência do património cultural e dos cidadãos, uma museologia que crie serviços úteis para as comunidades locais, regionais ou nacionais. A ecomuseologia exige participação ativa da população, diálogo e profissionalização que dê garantias de funcionamento e que seja eficaz para a resolução dos problemas das diferentes comunidades. A ecomuseologia e/ou museologia comunitária é uma museologia dinâmica que, antes de mais, respeita o interesse e necessidades das populações da área de influência da unidade museológica. Este tipo de museu não serve para acomodar os cidadãos a modelos, exige, sim, uma mudança de comportamentos e de atitudes perante novas situações, novas realidades que se colocam à sociedade contemporânea. É uma museologia atenta e em mudança.

As atividades museológicas, desde a investigação, a incorporação do património museológico, a conservação até à valorização do património cultural, à exposição e à ação cultural e educativa, devem envolver as diferentes organizações da comunidade local (autarquias, coletividades, empresas, estabelecimentos de ensino e outros organismos públicos e privados), através de parcerias e protocolos que deem consistência aos projetos e estes correspondam aos interesses reais dos cidadãos.

Portanto, os museus têm de aparecer como centros de recursos culturais e espaços de conhecimento, onde se vai procurar um produto, uma solução, uma resposta, um saber… Enfim, queremos uma museologia que crie espaços de encontro e de descoberta, porque a ciência museológica é só uma que tem beneficiado de práticas que demonstram a sua dinâmica que permitem a evolução dos museus como instituições humanas.

A evolução do conceito de museu, o grau de complexidade que esta instituição atingiu no mundo atual, as práticas museológicas e museográficas, levou os museólogos a aplicarem estudos e métodos de programação idênticos aos que se aplicam noutros domínios do equipamento cultural: *"Um museu tem sempre de obedecer a um programa e tem de ser criado para satisfazer necessidades de cultura em meios que dela careçam."* (João Couto, *Conversas sobre Museologia*, in «Ocidente», n.º 310, fev. 1964, p.99)

A organização de um museu é um trabalho de especialistas, isto é, de conservadores de museus, arquitetos e investigadores. Deverá ser sempre uma equipa pluridisciplinar. Não é um trabalho de amadores que recolhem e armazenam os objetos. Hoje os museus já não são apenas armazéns que enchem as paredes das salas, como no século XIX ou início do século XX. Os conservadores não podem trabalhar sozinhos. O trabalho dentro do museu é uma tarefa de equipa: investigadores (técnicos superiores), conservadores, monitores, técnicos auxiliares de museografia, pessoal administrativo, auxiliar técnico e guardas. A vida do museu deve ser conhecida por todos os membros da equipa. Uma equipa integrada e participativa em todos os atos do museu: desde o pessoal da receção, da guardaria e da secretaria até aos conservadores, técnicos superiores e diretor.

O estudo da programação pode realizar-se com pessoal ligado ao projeto ou com especialistas convidados, ou com ambos, simultaneamente, desde que os futuros utili-

zadores (profissionais de museologia) estejam envolvidos no trabalho preparatório. Os tipos de programa são múltiplos:

- programa cultural – científico;
- programa arquitetónico (características arquitetónicas e técnicas);
- programa expositivo;
- programa dos equipamentos;
- programa educativo;
- programa da organização-gestão (operação).

A partir da soma destes seis tipos de programas pode-se deduzir o custo da instituição museológica – custo estimativo do investimento do edifício a construir, dos seus equipamentos e do seu funcionamento - sendo a justificação principal dos estudos da programação preparar um caderno de encargos, que permite preparar a consulta e escolher as equipas projetistas e as empresas de produção e instalação.

Em resumo, as instituições museológicas exigem, para além de um quadro de pessoal especializado, espaços e equipamentos que garantam um funcionamento articulado entre todos os serviços, sendo para tal necessário um projeto arquitetónico e projetos museográficos elaborados a partir de um programa museológico.

Ainda hoje muitas intervenções museográficas são executadas com projetos sem um programa museológico, acarretando por isso muitos problemas resultantes dessa omissão, tais como: criação de espaços e de percursos inadequados, problemas de funcionalidade, custos imprevistos, quer na construção e produção quer na manutenção da instituição museológica. Existem exceções. Na EXPO'98, recolhemos uma experiência única relativamente ao recurso à programação e ao planeamento dos Pavilhões Temáticos. Estes instrumentos de gestão cultural permitiram a elaboração de projetos que seguiram os programas pré-definidos e os tetos orçamentais inicialmente atribuídos a cada pavilhão temático, evitando deste modo qualquer derrapagem, quer nos conteúdos quer nos custos e nos prazos. Igualmente, esta mesma preocupação é assinalada pelo Arq.to José Rafael Moneo Vallés, responsável pelo estudo arquitetónico de ampliação do Museu do Prado, em Madrid, quando reconhece que um museu é uma instituição de novas necessidades e exigências: *«Hoje estamos mais conscientes do valor que tem a obra de arte, e isto também produziu um impacto sobre a maneira de conceber os museus. Por um lado, extremaram-se as condições de segurança, convertendo-as em complexos mecanismos capazes de detectar qualquer anomalia. Por outro, o valor da obra de arte levou a considerar com maior rigor a sua conservação, tornando-se necessária uma profunda modificação dos padrões físicos que hão-de cumprir os domínios da exposição. A iluminação e o ar condicionado – para mencionar apenas duas das técnicas que incorporam a museologia – se tornaram hoje mais precisas e, como consequência, têm uma incidência maior mais difícil de assumir na arquitectura do museu.*

*«Após esta relação de novas obrigações e funções, relativamente recentes na vida dos museus, se compreenderá quanto sentido tem afirmar que estes deixaram de ser aquelas construções nas quais a liberdade de arquitecto prevalecia, para passar a serem complexos edifícios que dificilmente podem satisfazer as fantasias que os arquitectos*

*alimentavam nos anos sessenta»*. (*Arquitectos y Museos*, in "Los Museos y la conservación del Patrimonio. Madrid, Fundación Argentaria, 2001, p. 156, Nabais, António, Programação Museológica e Museográfica, in «Lugar em Aberto», revista da APOM, n. 1, série 1, 2003)

O museu - edifício deve, *ab initio*, ter capacidades técnicas e espaciais para se adaptar às diferentes funções que, no decorrer dos tempos, forem evoluindo. Hoje, o museu é encarado como uma instituição dinâmica que tem necessidade de se adaptar rapidamente ao uso de novas tecnologias no desempenho das suas principais funções: aquisição/recolha de bens (incorporação), inventariação e registo, conservação, estudo, divulgação e ação cultural. Deste modo, propõe-se uma filosofia atualizada da função do museu, tendo em vista, não só a sua capacidade de adaptação a mudanças estruturais e organizacionais, mas também a sua futura viabilização como instituição dinâmica, em termos de funcionamento.

Duas grandes áreas de atuação deverão ser centro das preocupações fundamentais do museu:

- – área do património - voltada essencialmente para a constituição, conservação, tratamento e estudo do acervo museológico;
- – área da extensão cultural - vocacionada para o contacto com os públicos, veiculando a mensagem que se pretende transmitir.

A conservação e a divulgação (comunicação), neste contexto, apresentam-se como funções essenciais do museu, exigindo espaços adequados à sua vocação e à natureza das coleções. No que respeita à conservação, torna-se necessário pensar em áreas destinadas ao registo e inventário, às reservas e aos primeiros socorros (pequenas intervenções de restauro). Os espaços das reservas, na museologia atual, são áreas fundamentais dos museus, porque o princípio de expor tudo já foi posto de lado. Pretende-se, antes de mais, que as reservas técnicas, áreas capazes de incorporar novas espécies museológicas, sejam visitáveis, porque os públicos querem ver e conhecer os seus bens

A linha orientadora do programa museológico é "*uma história viva, que não é o estudo passado para reviver o passado, mas o estudo do presente iluminado pelo passado"* Godinho, Vitorino Magalhães. (1946). *A Crise da História e as Suas Novas Directrizes*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, pág. 120). A cultura é a primeira das riquezas, o primeiro recurso humano. Investir na cultura constitui um ato de fé no futuro. (Dupuis, Xavier. Culture et développement. De la reconnaissance à l'évaluation. Paris : UNESCO, 1991)

Os museus e as instituições paramuseológicas devem reunir e registar informações exatas acerca de todo o património museológico, que pode ser de natureza muito diversificada: desde objetos de arte, de etnografia, arqueologia (pré-histórica, romana, medieval, moderna, industrial, náutica, rural), espécimes naturais, documentos gráficos e iconográficos até à arquitetura, sítios, conjuntos, monumentos e elementos da recolha oral.

A documentação do património museológico materializa-se em forma de registo, de fichas ou arquivadores, fotografias, diapositivos, filmes, gravações, publicações e documentos impressos - dossiês de objeto. A identificação dos objetos começa no momento

da recolha. Em geral, o trabalho de identificação baseia-se no seguinte questionário: Onde? Quem? Quando? Como? O quê? Por quê? Por quem?

A minha formação em museologia (pós graduação de dois anos: um teórico e outro prático), a experiência em vários domínios (elaboração de programas museológicos, inventário, investigação, instalação de museus e de exposições temporárias, docência…) e os conhecimentos transmitidos por profissionais na área da museologia e da criatividade de bens culturais, levam-me a apresentar uma síntese sobre as seguintes questões:

1. **Museu como espaço vivo - conceito de museu dinâmico que vá ao encontro dos interesses dos públicos:**
   - acabar com o conceito do museu estático que se limita a colocar objetos dentro da vitrina, nas paredes das salas, nos estrados ou peanhas;
   - "*O museu que, no campo das suas múltiplas atividades, não se integra nas necessidades culturais de uma época - e a nossa é de prementes e complexas exigências - é uma instituição incompleta quanto ao objetivo social, ao interesse colectivo"* (João Couto, 1948);
   - criar uma relação afetiva entre o objeto e os públicos;
   - colocar o objeto a dialogar com os públicos;
   - acabar com o conceito do museu armazém;
   - acabar com o conceito do museu espaço de velharias ou dos cacos – objetos antigos;
   - não confundir o museu com a realidade virtual;
   - a participação ativa da comunidade não deve terminar com a inauguração da unidade museológica: este evento marca só uma etapa;
   - os museus como centros de recursos culturais e espaços de conhecimento, onde se procura um produto, uma solução, uma resposta, um saber… ;
   - envolvimento permanente da comunidade;
   - o museu deve envolver as diferentes organizações da comunidade local (autarquias, paróquias, coletividades, empresas, estabelecimentos de ensino e outros organismos, públicos e privados), através de parcerias e protocolos que deem consistência aos projetos e estes correspondam aos interesses reais dos cidadãos;
   - uma museologia que crie espaços de encontro e de descoberta, ao serviço da sociedade contemporânea;
   - criação de redes;
   - informações em linha (*on-line*).

2. **A sustentabilidade começa no programa museológico.**
   - Elaboração de um programa que preveja todas as atividades e custos anuais do museu e com equipamentos adequados e de baixos custos de manutenção - operação eficiente:
   - projeto arquitetónico que respeite o programa museológico/expositivo;
   - projeto museográfico que respeite o programa museológico;

- definição dos custos da operação anual;
- articulação e funcionalidade dos espaços, equipa adequada, parcerias entre o setor público e privado, visibilidade, incentivo e partilha de boas práticas.

**3. Criatividade, originalidade, inovação.**

- Função social e cultural útil: polo de atração – visita obrigatória;
- comunicação: imagem de marca: ícones;
- objeto, coleções monumento, sítio;
- exposição do objeto, valorizando-o através da sua contextualização;
- edifício;
- atividades: investigação, educação;
- aquisições (definição de estratégias: compras, ofertas, doações, depósitos…);
- encontrar motivos para que os públicos repitam a visita;
- objeto do mês. Não basta apenas escolher o objeto; é necessário divulgá-lo com informações que cativem os públicos.

**4. Relação de vizinhança**

- Moradores da cidade, da vila do bairro ou da aldeia;
- comércio (restaurantes, lojas…);
- museus, monumentos, serviços culturais, estabelecimentos de ensino…

**5. A preservação dos bens museológicos como estratégia para o desenvolvimento**

- Aquisição de conhecimentos;
- Uso adequado para servir a comunidade local, promoção do turismo, criação de postos de trabalho, utilização de produtos, comércio... ;
- A preservação e reconversão de sítios, a instalação de unidades museológicas temáticas e descentralizadas enriquece as diferentes regiões, porque se transformam em espaços didáticos e polos de atração turística. Deste modo, valorizam-se e divulgam-se os produtos locais: os "produtos derivados";
- *"… o museu é um trunfo para o desenvolvimento económico pela eventual atração exercida sobre turistas que são, aliás, consumidores da oferta local de bens e serviços."* (Varine, Hugues de. *As Raízes do Futuro. O Património a Serviço do Desenvolvimento Local*. Porto Alegre: Editora Medianiz LTDA, 2012, p. 176) ;
- "*o património, sob todos os aspetos, é uma mina de produtos derivados existentes ou potenciais, que formam um recurso económico anexo, mas não negligenciável.*" (Id., Ibid, p. 220);
- Sentir e usar o património cultural como um bem necessário para o desenvolvimento;
- A preservação é uma ação dinâmica: uso adequado do património cultural, móvel ou imóvel;
- Património cultural: herança para preservar e multiplicar, dar continuidade, usando-o de acordo com as novas necessidades.

6. **Formação para um desenvolvimento sustentável: sentir o museu como um serviço público.**
   - Gestores (profissionais de museologia, com formação específica);
   - Colaboradores: profissionais de museologia ou especialistas das temáticas a musealizar;
   - Equipa (visibilidade);
   - Não basta inaugurar. A inauguração é o início da instituição museológica que presta um serviço público.

7. **Museus em rede com o objetivo de cooperação, quer nas atividades museológicas, quer na divulgação (prática do passe a palavra).**
   Estar em rede permite:
   - prestação de melhor serviço ao cidadão local, ao turista e ao visitante, em geral;
   - criação de laços e de conhecimentos: os parceiros da rede conhecem-se e dão- se a conhecer;
   - divulgação eficaz dos bens e serviços culturais do museu;
   - gestão mais económica dos recursos humanos e financeiros: sintonia e aproveitamentos de recursos;
   - otimização dos recursos humanos, financeiros e logísticos;
   - maior visibilidade dos bens culturais existentes;
   - criação de compromissos, interajuda e cooperação;
   - partilha de informações;
   - criação de múltiplas formas de intercâmbio e interação;
   - intervenção descentralizada e integrada;
   - criação de parcerias com outros museus, empresas turísticas, associações culturais, monumentos e sítios, estabelecimentos de ensino, organismos públicos e privados, etc.

8. **Promoção através de publicidade.**
   - As mesmas estratégias que se utilizam para os produtos que se querem vender bem.;
   - atualização/renovação das exposições (montras e vitrinas comerciais);
   - roteiros nacionais, regionais e locais;
   - sinalética em locais estratégicos;
   - mecenato, patrocínio…

9. **Outras estratégias**
   - envolver a comunidade nos projetos do património cultural: estabelecimentos de ensino, instituições religiosas (paróquias), autarquias, empresas, associações, turismo, hotelaria, restauração, agências de turismo…
   - colocar profissionais do património cultural à frente das organizações museológicas e patrimoniais;
   - valorizar o património cultural existente, sem recorrer, de imediato, a grandes despesas;

- criar itinerários culturais, com boa sinalética: sair da indecisão e investir através de uma verdadeira estratégia de sinalização;
- criar lojas atraentes com produtos do museu e da região onde está inserido; os produtos devem ser acessíveis e atraentes (o museu assim estimula a produção local, promovendo efeitos económicos e sociais): fazer protocolos com produtores locais que garantam qualidade.
- "Mesmo nas reparações dos edifícios, cujo estilo deve ser rigorosamente respeitado, estuda-se arquitetura, aprende-se análise e avança-se no caminho da arte tantas vezes infelizmente adulterada. Nas seguras arrecadações dos museus ficam escolas importantes onde o artista recebe inspiração para o seu engenho, e ensinamento para a execução dos seus trabalhos." (G., J.. *Necessidade dos museus para o estudo das belas artes,* in revista «Engenharia e Arquitetura», vol. II, n.º 32, 1893)

**10. Coleções**

- Muitos espaços denominados museus não têm o perfil de museu, no respeita quer a espaços, quer ao quadro de pessoal e orçamento;
- É preferível uma boa coleção a um espaço que não cumpra as normas necessárias para o funcionamento de um museu;
- Coleção visitável: "*Considera-se coleção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa coletiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afetas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu*. (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto);
- Reserva visitável que permite visualizar todo o acervo de uma instituição museológica. Desta forma todos os visitantes que ofereceram objetos têm possibilidade de rever os seus antigos bens culturais. Alimenta a afetividade destes gestos de colaboração.

**11. Comunicação**

- A evolução da comunicação tem necessidade duma mudança de atitudes, tanto da parte das tutelas dos museus, públicas ou privadas, como dos seus profissionais.
- Difundir a informação. Esta tarefa consiste em *"- identificar os destinatários da informação recolhida, aqueles que a vão interpretar e dar-lhe um significado, a fim de reorientar a sua ação;*
  - *" utilizar os suportes apropriados para a encaminhar."* (Dicionário de Marketing, 2002, p. 155)
  - "*A difusão de conteúdos complexos necessita de meios de comunicação fecundos; eles permitem definir o sentido da comunicação através das cotações corporais (voz, olhar, gestos, etc.)."* (Id., Ibid.)

Para terminar esta síntese sobre "Museologia e Património Cultural", apresento as palavras do Dr. João Couto, notável museólogo português que foi diretor do Museu Nacional de Arte Antiga e inovador em muitas áreas da museologia, nomeadamente nos serviços educativos dos museus, que continuam a ser de uma grande atualidade: "*No*

*momento que decorre, os Museus multiplicam-se no País. E bem é que assim suceda. Intensos elementos de cultura, estes estabelecimentos levam a toda a parte o gosto, o interesse pelas coisas belas, o despertar por curiosidades latentes mas não acordadas.*

*"Mas se o movimento é legítimo e nada temos a opor-lhe, também é necessário que desperte com inteiro conhecimento do que se quer e do que se vai fazer. Não se podem criar Museus ao acaso.*

*"Um museu tem sempre de obedecer a um programa e tem de ser criado para satisfazer necessidades de cultura em meios que dela careçam.*

*"Pelo facto de se ter reunido certo número de objectos, por vezes heterógeneos, isso não justifica que se abra um estabelecimento que, por sua natureza, necessita de ser instalado com dignidade, obedecendo a planos sérios e a conhecimentos definidos.*

*"Em Portugal, no momento actual, respondendo a uma febre que toca pelas raias da insensatez, não há aldeia, vila, cidade, corporação que não deseje ter o seu Museu. Feito com quê? Obedecendo a que plano?*

*[...]*

*É o momento de deitar um balanço sério às necessidades do País e de se empreender uma legítima campanha para não achincalharmos aquilo que se reputa sério e necessário."* (João Couto, *Conversas sobre Museologia*, in «Ocidente», n.º 310, Fev. 1964, p.99).

**O museu é uma obra cultural que nunca deve estar concluída.**

# ANO EUROPEU DO PATRIMÓNIO CULTURAL

## ARTIGOS SOBRE ALGUM DO NOSSO PATRIMÓNIO CULTURAL

# ANGRA DO HEROÍSMO – BREVE ANÁLISE DA GESTÃO RECENTE DA CIDADE PATRIMÓNIO

*Miguel Cunha**

## 1. Introdução

Neste ano de 2018, escolhido como ano Europeu do Património Cultural, e em que passam 35 anos sobre a classificação de Angra do Heroísmo como Cidade Património Mundial, por sinal a primeira cidade portuguesa a merecer esta distinção pela UNESCO, urge fazer uma reflexão sobre o caminho percorrido desde essa classificação até aos nossos dias, e tentar perceber a forma como a cidade tem "evoluído" mas também "resistido".

Tentaremos fazer esta análise com base na legislação que foi sendo criada para gerir a Cidade de Angra do Heroísmo como bem cultural universal, e na forma como esta mesma legislação foi sendo utilizada politicamente como instrumento de gestão. Por fim, à luz destes 35 anos de história recente, analisaremos o ponto em que nos encontramos e os desafios que consideramos se colocam à Cidade e que serão, no imediato, incontornáveis.

Como todos sabemos, na sequência do sismo de 1 de Janeiro de 1980, e ao mesmo tempo em que se planeava e executava a reconstrução da Cidade, com a urgência que a situação requeria, foi levado a cabo um trabalho instruído e meticuloso de preparação da candidatura de Angra do Heroísmo a Cidade Património Mundial pela UNESCO. Ao contrário do que até então acontecia na aplicação dos critérios de classificação, em que a monumentalidade e a beleza arquitetónica tinham prevalecido, o fator histórico teve um peso significativo. Aliás, com uma cidade destruída pelo sismo, teria sido impossível compilar uma candidatura baseada em documentos de carácter essencialmente arquitetó-

* Arquiteto. Sócio efetivo do IHIT.

nico e urbanístico… a 7 de Dezembro de 1983, Angra conquista a sua classificação com base em dois critérios:

Critério IV. O Porto de Angra, escala obrigatória das frotas de África e das Índias em pleno oceano Atlântico, é o exemplo eminente de uma criação ligada à função marítima, no quadro dos grandes descobrimentos.

Critério VI. Angra do Heroísmo está direta e materialmente associada a um acontecimento que tem um significado histórico universal – os Descobrimentos Marítimos que permitiram as trocas entre as grandes civilizações do planeta.

É então reconhecido, nacional e internacionalmente, que Angra foi concebida em função das comunicações marítimas e do programa dos Descobrimentos Portugueses, e que portanto deverá ser cuidada e tratada como um **conjunto urbano** com características únicas, a nível da sua homogeneidade, harmonia e arquitetura vernacular original.

## 2. Legislação e Regulamentação

### 2.1. De 7 de Dezembro de 1983 (data da classificação da Cidade) a Abril de 1984

À data de classificação da Cidade como Património Mundial pela UNESCO, esta vinha sendo gerida, no que diz respeito ao património construído, essencialmente com base no Decreto Legislativo Regional 20/79/A, aplicável a todos os bens patrimoniais na Região, em conjunto com a legislação nacional sobre áreas de proteção a edifícios de interesse público.

O DLR 20/79/A, em simultâneo com as Resoluções 42/80, 43/80 e 75/80 que regulamentaram os critérios de atribuição dos apoios à reconstrução pós-sismo de bens privados e públicos de posse individual ou coletiva, e um trabalho de campo que imaginamos hercúleo, permitiram que uma parte considerável da Cidade fosse reconstruída de forma semelhante ao que era. Foi a fase dos grandes apoios públicos à reconstrução, e a fase a que chamaremos das "fachadas e coberturas".

Neste período, apesar de todo o empenho que as entidades públicas puseram na cuidada reconstrução da Cidade, o certo é que, tanto por falta de meios financeiros, mas essencialmente por falta dos meios técnicos (e aqui referimos essencialmente a quantidade e não necessariamente a qualidade destes meios) foi impossível fazer melhor. Havia a urgência de reconstruir para levantar a moral das populações e para estancar o abandono da Cidade pelos seus habitantes, o que mesmo assim infelizmente aconteceu.

Se no que respeita a edifícios públicos, e mesmo a grande parte de edifícios particulares de utilização coletiva, a reconstrução foi melhor sucedida em termos de preservação do existente, no que diz respeito aos edifícios particulares de utilização individual na maioria das vezes caiu-se no "fachadismo" – reconstruíam-se as fachadas, à imagem das pré-existentes e muitas vezes com outros materiais, e por trás da fachada tudo valia.

O DLR 20/79/A com os seus nove artigos, apesar de muito generalista e virado basicamente para os acabamentos exteriores dos imóveis, tinha no n.º 2 do seu Artigo 2.º uma ferramenta que se mostrou de particular importância no que diz respeito aos primeiros anos da reconstrução.

Esse n.º 2 do Art.º 2.º ao exigir o uso de pedra da região (cantaria) em edifícios a construir ou a alterar sempre que estes edifícios se situassem a menos de 100 metros de outros edifícios classificados como monumento nacional, ou regional de interesse público, ou mesmo de valor concelhio, permitiu no caso de Angra, criar uma "rede" de proteção bastante abrangente, com centros nas suas várias igrejas e conventos. A obrigatoriedade de utilizar cantaria nas fachadas sempre que os imóveis se situassem dentro desta "rede", fez com que fosse economicamente mais apetecível aos angrenses manter as fachadas mesmo quando parcialmente destruídas. Não tivesse sido este artigo e ainda teria sido mais generalizado o "pastiche" a que se assistiu, com a construção de cópias em betão das originais fachadas em pedra….

Apesar de falta de legislação específica, de falta de meios técnicos, da urgência da reconstrução, e do fachadismo resultante, o facto é que, ao chegar-se ao quarto ano da reconstrução de Angra, esta era consensualmente classificada como muito bem sucedida ou até como exemplar.

De facto, apesar de alguns erros cometidos fruto da urgência da reconstrução, e de ter sido humanamente impossível chegar à salvaguarda de cada imóvel na sua globalidade e integridade, o facto é que em 1984 tínhamos uma cidade que não tinha perdido as suas características identitárias, e que renascia harmoniosamente dos escombros.

Tinham acabado os anos da urgência reconstrutiva. Mais do que algum do seu património irremediavelmente perdido, Angra tinha perdido parte da sua população.

### 2.2. De Abril de 1984 a Junho de 1999

Finalmente a 13 de Abril de 1984, cinquenta meses após o sismo de 80, é publicado o Decreto Legislativo Regional 15/84/A, que classifica o centro da Cidade de Angra do Heroísmo como Monumento Regional, e cria um conjunto de regras e preceitos a aplicar no sentido da conservação e preservação da Cidade no seu conjunto. É também por este decreto que é criado um Gabinete da Zona Classificada que se pretende fique sob alçada con-

junta da administração regional e municipal. No entanto, só três anos depois, em 1987, é efetivamente regulamentado o funcionamento deste Gabinete, e o mesmo começa a operar.

O DLR 15/84/A foi de primordial importância. Para além de classificar toda a zona central de Angra do Heroísmo como Monumento Regional, estabelece regras mais específicas para as intervenções na Cidade, e confere à zona classificada de Angra um estatuto superior e diferenciado ao delegar diretamente no Secretário Regional da Educação e Cultural a tutela da zona classificada. Por outro lado já aponta para a criação de um Gabinete específico para a gestão da zona classificada, o que vem reforçar ainda mais a importância que é dada a este conjunto classificado. De facto o centro de Angra possui mais de metade de todos os imóveis classificados como Monumento Regional em todos os Açores.

Na nossa opinião, o DLR 15/84/A enferma de três principais problemas de diferente índole:

a) Em termos de conceito, ao excluir todos os imóveis do séc. XX da sua regulamentação criando um enorme fosso entre a Arquitetura contemporânea e a "Cidade Património", desvaloriza aquela, e vai contra o próprio conceito do que é a preservação do património construído. Não é entendível para o cidadão comum porque é mais importante preservar um modestíssimo imóvel do séc XIX do que um excelente e marcante edifício do séc. XX… Afinal Angra foi classificada como um conjunto urbano, exatamente pela forma como ao longo de cinco séculos soube crescer sem perder as características da cidade marítima do tempo dos descobrimentos. Como se pode fazer passar o conceito de "conjunto urbano" quando se exclui à partida as edificações de um século?
b) Em termos de regulamentação, é um documento excessiva e perigosamente discricionário - 12 dos seus 26 artigos regulamentares (do Art.º 10º ao Art.º 36º) deixam a decisão final ao critério do Secretário Regional da Cultura.
c) Em termos de implementação não foi acompanhado dos apoios financeiros que permitiriam ao cidadão comum sentir-se confortável ao optar por uma mais criteriosa, cuidada e integral intervenção nos seus imóveis. Como facilmente se verificou, é falaciosa a afirmação de que recuperar/restaurar é mais barato do que construir de novo. Salvo raras excepções, recuperar/restaurar é mais caro do que construir de raiz, desde logo porque se recorrem a materiais e métodos de construção que já não são os correntes. Ora se a Cidade Património é um bem comum, a única forma de garantir uma boa preservação do património construído, e simultaneamente de fazer com que os proprietários optem por reconstruir as suas habitações dentro da Cidade, é criar um sistema de apoio financeiro que compense estes proprietários na direta proporção de quanto mais caras ficam as cuidadas obras de recuperação/restauro, tanto a nível da sua implementação como da sua manutenção.

Por outro lado, o Decreto Regulamentar Regional n.º 26/87/A, que regulamenta o funcionamento do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, é absoluta-

mente ingénuo ao considerar ser possível cumprir as competências que lhe são atribuídas (Art.º 2º, dezassete alíneas) com a constituição da equipa prevista – direção (Art.ºs 3º, 4º e 5º) e apoio técnico e administrativo (Art.º 7º).

O Gabinete nasce com uma bem pensada gestão tripartida – um diretor apontado pela Secretaria Regional da Educação e Cultura e dois vogais a representar a Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo – mas uma errada afetação de cada um dos seus membros. Com o diretor a tempo inteiro, e os dois vogais com presenças numa reunião semanal, seria humanamente impossível dar resposta, em tempo útil, às seis das dezassete alíneas de competências do Gabinete que eram diretamente atribuídas à sua Direção.

Por outro lado, ao corpo técnico e administrativo de apoio, constituído por funcionários da SREC, mas não especificamente definido nem quantificado, caberiam, com a supervisão do diretor, as restantes onze alíneas de competências.

Sendo que as seis competências da direção se cingiam essencialmente a dar pareceres sobre as obras na zona classificada e propor a sua eventual suspensão caso necessário, todas as restantes onze importantes competências, das quais se destacam:

- Elaborar ou promover estudos sobre urbanismo e arquitetura;
- Elaborar ou promover ações de animação recreativa, educativa e de divulgação da zona classificada;
- Estudar e propor formas de apoio financeiro ou técnico às intervenções;
- Promover ações de sensibilização das normas do DLR 15/84/A;
- Acompanhar e fiscalizar a execução de obras;
- Elaborar e manter atualizado o cadastro de todos os imóveis dentro da zona classificada;
- Manter contacto com organismos e associações, internacionais ou nacionais, para atividades de preservação e valorização patrimonial e turismo cultural;

caberiam a um corpo técnico de apoio, não definido nem quantificado!

Com este pouco realista quadro regulamentar, podemos considerar que o Gabinete da Cidade até entrou bem em funções, pois absolutamente consciente da importância do seu papel pedagógico, e com uma direção verdadeiramente empenhada em ter uma ação didáctila e formativa junto dos Angrenses. No entanto rapidamente se verificou que este Gabinete não tinha de facto os meios, nem técnicos nem financeiros, que lhe permitissem cumprir as funções de que estava investido. A partir daí podemos considerar que a década de noventa foi penosa no relacionamento do Gabinete com a Cidade, em que mais veio ao de cima o carácter discricionário do DLR 15/84/A, em que os prazos de resposta já de si muito dilatados não eram cumpridos, em que houve um corte nítido entre os Angrenses e esta estrutura de gestão.

Num período em que ainda havia muita intervenção a fazer na Cidade, e em que teria sido importante um esforço continuado para fixar habitantes no centro histórico, o Gabinete nunca conseguiu impor-se como um parceiro junto dos Angrenses. Nunca conseguiu ter um corpo técnico multidisciplinar a quem caberia ter uma função pedagógica de acompanhamento e diálogo, tanto junto dos arquitetos projetistas como junto dos angrenses de uma forma geral, e criar os meios financeiros para minimizar os custos acrescidos de boas intervenções de reconstrução/recuperação. A quem competiria, em termos simples, apoiar em vez de simplesmente fiscalizar.

E com este panorama, e uma situação pouco confortável em termos políticos para os poderes instituídos, tanto a nível do poder regional como do municipal, se entra no séc. XXI.

### 2.3. De Julho de 1999 a Janeiro de 2006

#### A.

A 31 de Julho de 1999 é publicado o Decreto Legislativo Regional 29/99/A.

Para além de pretender apaziguar as relações entre o Gabinete da Zona Classificada e os Angrenses ao tentar ser mais objectivo e funcional, este novo Decreto Legislativo, que surge 15 anos após a DLR 15/84/A, vem igualmente dar resposta às recomendações que vinham sendo feitas pela UNESCO desde 1987, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de elaboração urgente de um Plano de Salvaguarda para a zona classificada de Angra do Heroísmo.

O DLR 29/99/A vem ainda responder às orientações que emanam da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural; da Recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e à sua função na vida quotidiana; da Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas aprovada pelo ICOMOS; e ainda da Lei do Património Cultural - Lei nº 13/85 de 6 de Julho.

Em termos de responder às inúmeras críticas feitas pelos Angrenses à gestão e implementação do DLR 15/84/A pelo GZCAH, o DLR 29/99/A vem trazer três medidas conciliadoras:

a) Cria um conjunto de definições que melhor esclarecem o pretendido nomeadamente no que diz respeito ao aspeto característico da zona classificada (Art.º 4º, 3);
b) Dita que a zona classificada e a sua área especial de proteção serão objeto de um Plano de Salvaguarda e Valorização que dará corpo às normas nele contidas (Art.º 6º), plano este que deverá ser elaborado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ouvida a Assembleia Municipal, sujeito a parecer favorável do

membro do Governo responsável pela Cultura e então aprovado por resolução do Conselho do Governo Regional. De notar que o DLR 29/99/A estabelece ainda que este Plano de Salvaguarda e Valorização deverá ser aprovado num prazo de 18 meses após a entrada em vigor deste decreto (Artº 45º C);

c) Reduz para metade os prazos dados ao GZCAH para elaboração dos pareceres;

No entanto, e à semelhança do seu antecessor, este é um documento que continua a ser discricionário ao manter algumas das suas normas ao critério do Secretário Regional da Cultura, e remetendo muitas outras – nove artigos – para o estabelecido no futuro Plano de Salvaguarda e Valorização, que como se verá adiante, tardará em chegar.

Tal como havia sucedido com o DLR 15/84/A e o seu correspondente decreto regulamentar DRR 26/87/A, também o Decreto Regulamentar Regional 7/2000/A vem adaptar o funcionamento do GZCAH às funções que lhe são atribuídas pelo DLR 29/99/A. Assim, os vogais representantes da Secretaria do Ambiente e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo passam a estar em regime de comissão de serviço por períodos de três anos, e o corpo técnico do gabinete passa a ser constituído por cinco técnicos superiores sendo que deverá haver pelo menos um licenciado em arquitectura, um licenciado em história e um jurista. Também o pessoal técnico auxiliar aumenta para duas pessoas, o pessoal administrativo para três pessoas, e o pessoal auxiliar para cinco pessoas (sendo dois fiscais de obras).

Com o seu quadro alargado e uma menor pressão em termos de volume obras, o Gabinete ganhou capacidade de resposta em termos de emissão de pareceres, mas simultaneamente "desinvestiu" no que devia ter sido a sua continuada ação pedagógica. Este foi um período em que se notou um maior distanciamento, falta de diálogo e uma atitude pouco colaborante e pedagógica em relação aos arquitetos no terreno e aos cidadãos angrenses.

Para além disto, das inúmeros competências do GZCAH, voltaram a ficar remetidas para segundo plano as que diziam respeito a:

a) Estudar e propor formas de apoio financeiro ou técnico;
b) Dar parecer sobre todos os instrumentos de planeamento que direta ou indiretamente afetam a zona classificada;
c) Assegurar a execução do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores no que à zona classificada disser respeito;
d) Propor a regulamentação de uma distinção para os imóveis que se encontrem em excelente estado de conservação e estejam conformes à legislação em vigor e às normas da UNESCO sobre o património mundial;
e) Manter contacto com organismos e associações, nacionais ou internacionais, para atividades de preservação e valorização patrimonial e turismo cultural, em tudo o que disser respeito à zona classificada.

**B.**

Passam-se mais cinco anos, e a 6 de Abril de 2004 é publicado o Decreto Legislativo Regional nº 15/2004/A. Este novo DLR vem dar resposta à lei de bases que regulamenta a proteção e valorização do património cultural – Lei 107/2001 de 8 de Setembro – que estabelece que os imóveis ou conjuntos classificados internacionalmente passam a receber o título de Monumento Nacional. Assim sendo, a zona classificada de Angra do Heroísmo, para além de reconhecida pela UNESCO como Património Mundial, passa naturalmente a ser considerada Monumento Nacional.

O DLR 15/2004/A vem clarificar e distinguir o grau da exigência das intervenções dentro da Zona Classificada e dentro da zona de proteção desta, mas também tipificar as intervenções, atribuindo-lhes regras de intervenção diferenciadas.

Como ficou registado no preâmbulo do decreto, houve pela primeira vez uma abertura, embora tímida, à arquitetura contemporânea na cidade:

> *"….da análise dos relatórios técnicos e dos diversos pareceres, a necessidade de dotar a gestão da zona classificada de uma maior flexibilidade. Tal permitirá, embora mantendo, e mesmo reforçando a salvaguarda dos valores patrimoniais que caracterizam a cidade, a introdução de alguns traços de contemporaneidade na arquitectura de Angra do Heroísmo, continuando assim o seu enriquecimento e possibilitando que cada geração contribua com o seu legado para a valorização da malha citadina."*

Com este decreto, o poder político reconhece, trinta e quatro anos após o início da reconstrução, trinta e um anos após a classificação da cidade de Angra do Heroísmo pela UNESCO, que o "pastiche" e o fachadismo continuados de que se revestiu a reconstrução, em nada valorizam o nosso Património construído.

Enquanto a abertura à arquitetura contemporânea e a diferenciação dos vários tipos de obra quanto à sua tipologia e quanto à sua localização configuram um avanço no que à preservação do conjunto urbano diz respeito, há dois aspectos na legislação que denotam alguma falta de coerência:

a) Embora no preâmbulo do Decreto se escreva que se encontra concluído o processo de elaboração Plano de Salvaguarda, os seus artigos 7º e 8º enumeram os aspectos que deverá esse Plano regulamentar, e a quem compete a elaboração, aprovação e ratificação do mesmo;
b) Embora a lei de bases que regulamenta a proteção e valorização do património cultural, a que este DLR vem dar resposta, coloque a Zona Classificada de Angra do Heroísmo num patamar superior de importância ao reconhecê-la também como Monumento Nacional, não é referido qualquer ajustamento ao funciona-

mento do Gabinete da Zona classificada. O artigo 32º deste diploma anuncia, pelo contrário, uma alteração da lei orgânica do departamento competente em matéria de cultura, e, adivinha-se, na forma como passará a ser gerido o conjunto urbano classificado de Angra do Heroísmo.

### 2.4. De Janeiro de 2006 a Junho de 2018.

O dia 10 de Janeiro de 2006 é, a nosso ver, fatídico para os interesses de Angra do Heroísmo como Cidade Património. A publicação do Decreto Regulamentar Regional nº 3/2006/A, que aprova a lei orgânica da Direcção Regional da Cultural, pura e simplesmente extingue o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo!

Conforme se lê no preâmbulo deste decreto regulamentar:

> *"Por último, extingue-se o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, em consequência do disposto no artigo 32.º do Decreto Legislativo Regional 15/2004/A, de 6 de Abril. Atendendo a que a protecção e valorização do património cultural da Região são assumidas pela Direcção de Serviços dos Bens Patrimoniais e de Acção Cultural, não é fundamentável - nem do ponto de vista administrativo-financeiro nem no plano funcional - a separação da zona classificada de Angra do Heroísmo. Assim, obtém-se uniformidade de critérios de apreciação e de procedimentos e conformidade conceptual."*

Mais do que a extinção do Gabinete em si, é preocupante a razão invocada para tal. Dizer-se que não é fundamental, nem do ponto de vista administrativo-financeiro nem do ponto de vista funcional, o tratamento especial dado à gestão de uma Cidade Património Mundial, é pô-la ao nível dos outros bens imóveis classificados como de interesse municipal, regional ou até nacional. Estes têm de ser igualmente objeto de uma cuidada e rigorosa gestão, mas de uma gestão natural e compreensivelmente menos complexa. Não esquecer que a Zona Classificada de Angra do Heroísmo possui mais de metade de todos os imóveis classificados como Monumento Regional em todos os Açores, e se foi classificada como conjunto urbano, tem inevitavelmente de ser gerida como tal.

Este nivelamento por baixo de que a Cidade de Angra do Heroísmo foi alvo, é o retirar importância a um bem cultural reconhecido internacionalmente, e que deveria ser orgulho, preocupação e responsabilidade da Região. Reflete a perda de peso político que a ilha Terceira vem sofrendo neste início de século. Estranha-se a passividade do poder político local e muito especialmente do poder municipal, que nada fez para impedir a extinção de um gabinete que, se bem estruturado e em pleno funcionamento, só lhe traria vantagens.

Os anos que se seguem, até à publicação e ratificação do Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo em 30 de Abril de 2015, são de uma enorme passividade

no que diz respeito à valorização e defesa da cidade património, em que se faz sentir a falta de uma estrutura de gestão própria. Foram na realidade nove anos em que a cidade património mundial foi sendo gerida de acordo com a maior ou menor sensibilidade e apetência dos responsáveis pela tutela da Direcção de Serviços dos Bens Patrimoniais e de Acção Cultural.

Finalmente a 30 de Abril de 2015, mais de trinta anos após a classificação da cidade como património mundial, é ratificado o Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo.

Como seria de esperar as expectativas gerais eram altas, e todos esperávamos um documento que em vez de mais uma "regulamento" fosse de facto um "plano". O PPSAH vai muito para além do DLR 15/2004/A ao estabelecer dois graus de proteção e vinte unidades homogéneas com tratamento e exigências de intervenção diferenciadas. Em termos regulamentares é bastante mais abrangente e simultaneamente mais específico.

No entanto falha por completo ao não conseguir espelhar uma estratégia para a Cidade.

a) Quais as medidas para trazer e fixar mais residentes para a zona classificada?
b) Como evitar que o crescimento populacional se faça exclusivamente pelo incremento do turismo, ocupando-se todos os imóveis disponíveis com alojamentos turísticos?
c) Como revitalizar a baía de Angra e o Porto Pipas devolvendo à Cidade a sua função histórica ligada à navegação marítima, agora já não de apoio aos descobrimentos, mas de apoio à navegação à vela e aos pequenos cruzeiros?
d) Como fixar e revitalizar o comércio no centro da cidade?
e) Como reverter no imediato aspectos problemáticos como o do sistema dos parquímetros, que como está implementado só serve mesmo a entidade que os explora?
f) Como evitar (e reverter) a utilização abusiva do espaço público como acontece em vários pontos da Cidade com algumas "esplanadas", ou melhor espaços completamente fechados em alumínio e vidro a que chamam esplanadas, que prejudicam em muito a qualidade do espaço urbano?
g) Como resolver o problema do estacionamento de proximidade, de modo a que este seja um incentivo não só para a fixação de residentes como para a revitalização do comércio?
h) Que medidas tomar para que o centro de Angra tenha vida para além das horas de expediente, ao longo de todo o ano e não só nos períodos festivos?

Estas e certamente outras questões deveriam ter estado na base da elaboração do PPSAH.

Em termos de gestão da Cidade Património Mundial, e à semelhança do que aconteceu aquando da extinção do Gabinete da Zona Classificada, com a entrada em vigor do PPSAH ficámos também com a gestão da Cidade entregue a uma única entidade (neste caso a Câmara Municipal), o que coloca um bem património mundial ao nível de qualquer simples imóvel isolado numa qualquer freguesia do Concelho!

Por outro lado, uma gestão exclusivamente municipal da Cidade Património, para além de retirar importância e poder reivindicativo à Cidade, torna praticamente impossível um continuado, multidisciplinar, tecnicamente qualificado e pedagógico trabalho de planificação da Cidade Património. Pode ainda trazer problemas de outra índole, como tornar a gestão da Cidade mais permeável aos interesses políticos do poder municipal, como aliás ficou patente desde logo na elaboração do plano de salvaguarda agora em vigor.

## 3. Conclusão

Ao longo destes trinta e cinco anos verificamos que a gestão da cidade património nunca foi consensual, nem suficientemente assumida pelo poder político - nem pelo poder local nem pelo poder regional.

Na segunda metade da década de oitenta, em que foi necessário restringir e proibir, o poder municipal recuou, e deixou o odioso das posições para o Gabinete da Zona Classificada. Este por sua vez teve uma visão por vezes demasiado historicista, subvalorizando matérias como a arquitetura, a engenharia e o urbanismo, que por força da razão teriam de ter estado na base da maioria das opções a tomar. Por outro lado falhou ao não garantir (exigir) os meios humanos e financeiros necessários à função de que estava investido.

Numa segunda fase, a partir da publicação do DLR 29/99/A, com a gestão tripartida do Gabinete da Zona Classificada, com o alargamento do seu quadro técnico e com o crescimento da massa crítica resultado do maior número de arquitetos a trabalhar na Cidade, deram-se alguns passos no sentido da multidisciplinaridade, e de uma mais salutar discussão dos vários conceitos e princípios pelos quais se devem reger as intervenções na Cidade Património

Com a extinção do GZCAH em 2006, houve um retrocesso. Perderam-se, ou foram cortados, os ténues canais de diálogo e discussão de ideias que finalmente se começavam a estabelecer.

Por fim, com a ratificação do PPSAH em 2015, o poder municipal, escudado por um mais completo quadro regulamentar, avança e assume a liderança da gestão da Cidade Património.

Ao longo destes 35 anos parece-nos ter existido por parte do poder municipal alguma falta de visão politica e estratégica. O que deveria ter sido opção de qualquer munícipe de Angra seria defender a existência de um organismo técnico de gestão da Cidade Património com chefia politica tripartida - Câmara Municipal e representantes do Governo Regional nas áreas da Cultura e das Obras Públicas. Este organismo técnico de gestão, autónomo, teria sido ideal para o poder municipal e consequentemente para a Cidade, por quatro ordens de razões:

1 Teria sido possível criar um organismo exclusivamente dedicado à Cidade Património, a quem caberia promover a Cidade, levar a cabo ou promover a investigação na área das técnicas de construção e materiais locais, dar pareceres, gerir e captar os financiamentos e outros apoios, estabelecer estratégias para a Cidade e ter um continuado papel pedagógico de acompanhamento e diálogo junto dos angrenses;
2 Os custos deste organismo seriam repartidos, minimizando assim os encargos do município na gestão da Cidade Património;
3 Os danos políticos que adviessem da adoção de medidas menos populares, e logo politicamente penalizantes, ficariam diluídos pelas três entidades representadas, a quem competiria a chefia política do organismo técnico de gestão;
4 Uma gestão política tripartida corresponsabilizaria tanto o poder local como o poder regional, fazendo com que fosse mais fácil ao município reivindicar, tanto a nível regional, como a nível nacional e até comunitário, os meios financeiros que permitissem o apoio à melhoria da qualidade das intervenções na Cidade Património. Esta gestão tripartida possibilitaria ainda uma mais eficiente divulgação da Cidade Património fora de portas, potenciando um importante nicho de turismo cultural.

Apesar de tudo a Cidade tem resistido. Tem sido crucial para a salvaguarda da Cidade a crescente consciência por parte da população da sua responsabilidade de bem usufruir e melhor legar, às gerações vindouras, um património comum. Igualmente crucial será a crescente tomada de consciência por parte do poder político de que, nestas áreas, as melhores decisões políticas são sempre as mais bem fundamentadas tecnicamente.

Estas tomadas de consciência são essenciais para que consigamos preservar, com grande qualidade, uma Cidade que, não sendo perfeita, tem algo muito só nosso que a torna única e especial.

Angra do Heroísmo, Junho de 2018.

**Bibliografia:**


- Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 16 de Novembro de 1972
- Decreto Legislativo Regional 20/79/A de 25 de Agosto
- Decreto Legislativo Regional 15/84/A de 13 de Abril
- Lei do Património Cultural – Lei n.º 13/85 de 6 de Julho
- Decreto Regulamentar Regional n.º 26/87/A de 26 de Agosto
- Francisco R. Maduro-Dias (1991). *Angra do Heroísmo. Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*. Região Autónoma dos Açores
- Decreto Legislativo Regional 29/99/A de 31 de Julho
- Decreto Regulamentar Regional 7/2000/A de 10 de Fevereiro
- Lei de Bases que Regulamenta a Protecção e Valorização do Património Cultural – Lei 107/2001 de 8 de Setembro
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/A de 6 de Abril
- Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2006/A de 10 de Janeiro
- Plano de Pormenor de Salvaguarda de Angra do Heroísmo – Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2015/A de 30 Abril

# ALGUNS ASPETOS DA CULTURA RELIGIOSA NOS AÇORES

*José Júlio Mendes Rocha**

Sendo 2018 o Ano Europeu do Património Cultural, são de louvar todas as iniciativas que procurem despertar, na consciência coletiva do Velho Continente, o interesse por preservar e promover aquilo que culturalmente nos identifica. A Europa é um mar imenso de património cultural que não se resume apenas a cidades e monumentos nem à sua natureza diversa. São também as práticas, os costumes, os conhecimentos, os rituais, as tradições que identificam os povos que a habitam. Esse é o património imaterial. E é tão amplo e diversificado que qualquer abordagem, por mais completa que seja, pecará por escassa.

A religiosidade e a fé entram também nesse paradigma. E não apenas nos seus templos, monumentos e museus, mas também, igualmente, nas suas práticas, rituais e expressões que marcam a forte identidade religiosa da Europa, apesar do processo de laicização dos últimos séculos.

Qual a dimensão do património imaterial religioso dos Açores? É uma pergunta cuja resposta corre o risco de ser demasiado diversificada ou incomodamente vaga. Apesar da laicização a que também estamos sujeitos, a nossa identidade religiosa é vasta e variada, e não podemos, num só artigo, abranger toda a sua grandeza. Limitar-nos-emos a identificar algumas das suas mais importantes manifestações, as suas causas e consequências, aquilo que nos distingue como povo diferente. E por falar em causas, não podemos deixar de identificar, como condicionante decisiva, a própria condição geográfica das Ilhas.

* Doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Academia Alfonsiana da Universidade Lateranense de Roma. Professor do Seminário Episcopal de Angra.

**Uma Geografia da Fé**

«O que na solidão os livra da natureza e do inferno é a religião», escrevia Raul Brandão em *As ilhas Desconhecidas*, a respeito dos habitantes do Corvo, em 1924, acrescentando: «É ela [religião] que, além da vida monótona, da vida horrível, lhes mostra outra vida superior. É ela que os une e os salva»[1]. A grandeza do oceano, a orografia das ilhas, as intempéries do clima, a distância de todo o resto do mundo foram fatores incontornáveis na formação do espírito religioso açoriano. Manchadas por uma exuberância quase impenetrável de verde e pela irregularidade do terreno, as ilhas eram pequenas e rodeadas de um mar que muitas vezes era adverso e isolador. A chuva e o vento ajudavam ao clima de solidão em que os primeiros povoadores viveram e que ajudou, a eles e aos descendentes, a ter de entranhar e enfrentar, sozinhos, um destino incerto e assustador.

O isolamento e a solidão são, portanto, marca indelével do açoriano, desde o tempo dos descobrimentos. Esta condição foi certamente decisiva para que os primeiros povoadores se ligassem, de uma forma muito intensa, às práticas e tradições das suas terras natais. Este fenómeno ainda hoje é constatável, por exemplo, nas comunidades açorianas da emigração. Lá ainda encontramos festas, tradições e costumes religiosos que pouco mudaram desde o tempo em que os emigrantes partiram.

Mas a nossa geografia não se resume à solidão das ilhas, ao clima ou ao mar. As tragédias naturais tiveram um papel poderoso na identidade religiosa dos açorianos. Referimo-nos aos vulcões, terremotos, inundações, deslizamentos de terras e epidemias que se deram nos Açores desde a época dos descobrimentos. É, de facto, impressionante o número de vulcões e terremotos que assolaram os Açores desde o seu povoamento. À exceção de Santa Maria, Flores e Corvo, todas as restantes ilhas foram vítimas frequentes destas tragédias naturais que, em muitos casos, causaram elevado número de vítimas.

Enumeremos apenas os casos mais notáveis: em São Miguel, duas erupções vulcânicas nas Sete Cidades (1440 e 1460), o grande sismo de 1522 que destruiu quase por completo Vila Franca do Campo e matou cerca de 4000 pessoas, a epidemia de peste que assolou a ilha entre 1523 e 1530, o vulcão da Ferraria em 1532, dois vulcões quase simultâneos, um no Pico Sapateiro (1563) e outro no Pico do Fogo (1564), novo sismo em Vila Franca em 1591, vulcão no vale das Furnas em 1630 (o vulcão do "cinzeiro"), outro vulcão no Pico do Fogo em 1652, terremoto em 1656 e novo vulcão no Pico das Camarinhas em 1713. Isto só para enunciar os fenómenos naturais nos primeiros trezentos anos desde o povoamento. Na Terceira o cenário foi menos grave a nível de erupções vulcânicas, registando-se apenas, como digna de nota, a erupção vulcânica do Pico Gordo (1761). Mas os sismos não foram poucos (1547, 1571, 1591, 1647, 1698, 1801, para já não falar do sismo de 1980). Registem-se também aquelas que foram conhecidas como as duas quedas da Praia (1614 e 1841), também devidas a crises sísmicas. Façamos referência também a quatro erupções vulcânicas na ilha do Pico (1562, duas em 1718 e uma em 1720). São Jorge também sofreu graves tragédias naturais: vulcões em 1580 e 1808, várias inundações e, sobretudo o grande terremoto de 1757, com o nome sugestivo

[1] R. BRANDÃO, *As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens,* Lisboa, 2001, Frenesi, 34.

de "Mandado de Deus" e que vitimou mais de 1000 pessoas. A Graciosa teve cinco crises sísmicas nesses séculos (1717, 1730, 1787, 1817 e 1837). E há que registar, no Faial, o vulcão de 1672 e a crise sísmica de 1759, para não falar dos mais recentes vulcão dos Capelinhos de 1957 e terremoto de 1998. De registar também o maremoto que sucedeu ao violento terremoto de Lisboa em 1755 e que atingiu quase todas as ilhas. Essas são algumas das catástrofes naturais que nos atingiram nos primeiros séculos. Haverá certamente mais, com menos gravidade, como maus anos agrícolas, fomes e epidemias, mas estas são as mais dignas de nota.

Que consequências tiveram esses fenómenos na consciência religiosa do nosso povo? Na ausência de explicações científicas para semelhantes catástrofes, a única forma de as compreender era atribuir-lhes uma causa divina. Só para ilustrar, tomemos como exemplo o terremoto que devastou Vila Franca do Campo em 1522. No livro VI das *Saudades da Terra*, Gaspar Frutuoso faz uma longa descrição do sucedido, das suas causas e consequências, começando por dizer que, antes da tragédia «…permitiu Deus que andassem os meninos inocentes alguns dias antes de seu dilúvio (como alguns lhe chamam) apregoando pelas ruas que havia de vir cedo, e na sua véspera diziam claramente: amanhã havemos de morrer todos e se há-de alagar esta vila»[2]. Afirma também que um certo pregador dominicano, Frei Afonso de Toledo, previra também a catástrofe[3]. Segundo o mesmo autor, a causa da tragédia estava nos pecados da população:

> Este pregador, dizem alguns que naquele tempo pregara, aqui na vila de Ponta Delgada, que se havia de alagar uma vila ou ilha; outros dizem que não pregava senão que se emendassem todos nesta ilha e fizessem penitência, porque lhe arreceava vir sobre ela grande castigo, pelos males e pecados que via na gente dissoluta, com a grande abundância e fartura que então havia nesta ilha, onde todos viviam ricos e abastados, sem se achar um pobre a quem se pudesse dar esmola»[4].

As catástrofes naturais que assolaram sobretudo a ilha de São Miguel nos primeiros séculos foram referidas, aliás, por muitos autores da época. Tomo como mais um exemplo Frei Diogo das Chagas que, depois de enumerar várias catástrofes, afirma:

> «E assim na realidade da uerdade que as cousas de Deus an se deuer considerar e contemplar, e não julgar […] Não há mais que abaixar a cabeça, e dar lhe por tudo graças, e pedir-lhe misericordia, e perdão dos pecados, pollos quais dá semelhantez auizos que a serem tam amiudados nesta ilha como se ue, pode se temer faltando-lhe a emmenda, se desfaça e desapareça como o ilheosinho ou ilhota que Deus a sua vista pos»[5].

---

[2] G. FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, livro IV, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2011, 277.
[3] Ibidem.
[4] Ibidem, 277-278.
[5] FREI DIOGO DAS CHAGAS, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Ed. Artur Teodoro de Matos, 2ª ed. 2007, 199-200.

Grande parte da pregação nas igrejas e, sobretudo, da piedade popular é poderosamente marcada por esses fenómenos naturais. Em consequência, nascem as romarias quaresmais que ainda hoje se fazem sobretudo em São Miguel, a devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres, bem como outras devoções ao *Ecce Hommo*, as procissões dos abalos, as procissões dos Passos, toda a liturgia e rituais penitenciais que povoam as ilhas e, eminentemente, a devoção ao Espírito Santo. Pululam também as rezas, as superstições e as feitiçarias como comportamentos desviantes da própria religiosidade popular, como afirma Francisco Carmo: «Em tais condições valoriza-se demais os ritos como forma de controle da natureza, por via sobrenatural, e propende assim, mais facilmente, para práticas supersticiosas, escasso como é o conhecimento da religião revelada e das leis da mesma natureza»[6].

Os exemplos são infindáveis. Baste-nos saber que, ainda hoje, na religiosidade e na cultura açorianas, o peso dessas catástrofes naturais influencia os gestos e rituais da nossa gente, nomeadamente na religiosidade popular, marcadamente penitencial e devota da infinita Graça e Misericórdia de Deus. Mas não foi só a natureza que moldou a fé dos açorianos.

## A Pregação dos Franciscanos

Acompanhando os primeiros povoadores, a Ordem de Cristo é a primeira responsável pela pregação e pela espiritualidade nos Açores. No entanto, em 1514, os Açores passam a pertencer à diocese do Funchal e, em 1534, é fundada a diocese de Angra. É, portanto, no início do século XVI que as ordens religiosas, sobretudo os franciscanos, assumem a responsabilidade da evangelização das ilhas. Primeiro foram os claustrais do Porto. Mais tarde, os Frades Menores que construíram 18 conventos em todas as ilhas, à exceção do Corvo[7]. A presença franciscana teve uma influência decisiva na fé dos açorianos, tanto na ordem institucional como na devoção e piedade populares. A fé e a religiosidade açorianas têm algumas traves mestras que a identificam, segundo Manuel Fidalgo: a devoção à Virgem Maria, que domina a toponímia religiosa dos Açores, o culto à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o culto a Jesus Cristo, a simbologia quaresmal da cruz, a devoção às Almas[8]. Todas estas devoções são características da pregação franciscana. O culto eucarístico, também promovido pelos franciscanos, é vivido intensamente na religiosidade dos açorianos, desde as visitas dos romeiros às igrejas, até à devoção eucarística das primeiras sextas-feiras[9].

---

[6] F. CARMO, *Comportamento Desviante e Religião*, Atlântida – Ciências Sociais, 1988, Vol. II, 143.

[7] Cf. S. G. COSTA, «Igreja, religiosidade e comportamentos», *História dos Açores*, Vol. I, Angra do Heroísmo, IAC, 2007, 422.

[8] Cf. M. FIDALGO, *A mentalidade açoriana e a espiritualidade franciscana*, Boletim do IHIT, 1987, vol. XLV, Tomo I, 690.

[9] «Nas nove ilhas dos Açores a Eucaristia foi e é a força espiritual que anima e sustenta o homem, o desejo ardente de imitar Cristo de tal modo que todas as manifestações de piedade vividas ou difundidas estão imbuídas do mais elevado cristocentrismo». M. DIAS, «Ensino e Educação. Influência do Espírito Franciscano nas Gentes Açorianas», Atlântida, 1985, Vol. XXX, 328

Profundamente simbólica, afetiva e cristocêntrica, a espiritualidade franciscana inundou a fé dos açorianos de uma espontaneidade e de um voluntarismo diferente da piedade especulativa e metafísica dos dominicanos e jesuítas. «O ardor da vontade é, para os franciscanos, o elemento constitutivo da mística, daí a perfeição residir na caridade»[10]. E é talvez aqui que se situa a marca mais indelével deixada pelo espírito franciscano: o elogio da caridade e a vivência da pobreza. O cristão deve ser pobre e auxiliar o pobre. Implantaram-se em toda a região as ordens terceiras, em especial número as franciscanas, organizações de leigos que se propunham conformar a sua vida com o ideal franciscano, especialmente no culto eucarístico e na vivência da pobreza evangélica. Ainda hoje, nos rituais do luto, muitos açorianos são sepultados com o seu hábito franciscano. A forma como o açoriano encara a pobreza tem, portanto, forte marca das ordens de São Francisco. Manuel Fidalgo afirma:

> «O enquadramento da pobreza como "pecado social", a resolver através da justiça social, por medidas governamentais, tardou a ser reconhecido e ainda não foi suficientemente assumido; a opinião pública, aliás, ainda não se mostrou suficientemente aberta a esta posição por privilegiar a iniciativa e a obrigação individual»[11].

Ao contrário de outras paragens cristãs, nomeadamente católicas, mas sobretudo do mundo protestante, em que a riqueza e a abundância são encaradas como um dom de Deus e a pobreza e miséria quase como um castigo, as nossas gentes olham a pobreza como um ideal a seguir e a caridade para com os pobres e miseráveis como a mais alta virtude do cristão. Os exemplos encontram-se nas numerosas iniciativas, muitas de cariz individual, que procuram levar a sério as obras de misericórdia. O mais claro exemplo está nas festas do Espírito Santo, onde a esmola e a solidariedade para com os mais desfavorecidos é sinal indelével. Mas deste assunto falaremos mais adiante. Reste-nos aqui saber que, emanado do espírito franciscano, cresce também, na mentalidade açoriana, uma espécie de ideal de fraternidade, onde todos os homens são irmãos.

Em resumo, na formação da mentalidade religiosa do açoriano confluem, portanto, como influências mais significativas, a forma como foram encaradas as catástrofes naturais e a pregação franciscana. Há, pois, um sentido religioso que se alimenta de uma certa passividade e assombro perante a natureza e a vida, e uma espécie de abandono à Graça e Misericórdia divinas, à intercessão da Virgem e dos santos. É também uma fé marcadamente penitencial, onde abundam as promessas à Virgem, aos Santos, e particularmente à Terceira Pessoa da Trindade.

### Romarias e Procissões

Como noutros lugares, nos Açores abundam as romarias, devoções a imagens e procissões trazidas, muitas delas, é certo, dos lugares de proveniência dos primeiros

[10] M. FIDALGO, 698.
[11] Ibidem, 690

povoadores. Mas, como já dissémos, as circunstâncias particulares das Ilhas trouxeram modificações singulares a essas manifestações de fé. As festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, por exemplo, têm a sua origem na chegada a São Miguel da conhecida imagem do *Ecce Homo*, que se encontra no Convento da esperança em Ponta Delgada. Mas só se desenvolveram a partir das crises sísmicas que abundaram na ilha nos finais do século XVII, adquirindo uma tal dimensão que em muito ultrapassou os limites da ilha e dos Açores. A longa e duradoura procissão percorre ainda os mesmos trilhos das primeiras, e a ela acorrem cada vez mais peregrinos e turistas. A devoção à imagem é enorme e traduz a fé de um povo que lhe atribui um sem número de milagres. É, para além da devoção ao Espírito Santo, a mais significativa festividade popular da Região.

Há que sublinhar também a importância das romarias, que podemos dividir em duas categorias: as quaresmais, típicas de São Miguel, de cariz marcadamente penitencial, que também terão tido origem em catástrofes naturais, mormente o terremoto de Vila Franca em 1522. São romarias de tipo circular, sem meta definida (santuário ou imagem) aonde se dirigir. A mística dessas romarias encontra-se no próprio ato da romagem: é uma peregrinação interior, de expiação dos pecados, e uma ascese do sacrifício e da *fuga mundi*, pouco frequente noutros lugares.

Diferentes são as romarias que se fazem aos lugares santos ou às imagens de particular devoção, nomeadamente a mais conhecida, a Senhora dos Milagres, na Serreta, ilha Terceira. São romarias de teor mais festivo, de característica vetorial, isto é, têm uma meta bem definida – santuário, ermida, imagem, etc. – e o mais importante é o ápice da romagem, chegar ao lugar sagrado.

As procissões abundam em todas as paróquias de todas as ilhas, grande parte delas de devoção à Virgem, a Santo António ou aos santos padroeiros. Aliás, a caminhada, seja ela romaria, procissão, cortejo do Espírito Santo, marca o espírito religioso dos Açores, que não se encerra dentro das portas dos templos, mas tende a expandir-se para o exterior, pelo que o açoriano assume claramente, enquanto cristão, o papel de *homo viator*, sem morada definitiva, uma vez que este mundo é, bastas vezes, vale de lágrimas e a morada para a qual todos peregrinamos está além-túmulo. Mais numas ilhas do que noutras – e isso seria um desafio a ser feito – as procissões penitenciais, especialmente a do Senhor dos Passos, do Senhor Morto, da Senhora das Dores, povoam também a liturgia da nossa gente. A invocação da Dor, enquanto cura e lenitivo para as dores humanas, manifesta a necessidade de um povo sofredor, que busca a sua identidade no Divino.

## O Império do Espírito

É impossível descrever, nestas páginas, toda a dimensão do culto ao Espírito Santo que se celebra nas nove ilhas. Já muito se escreveu sobre isso e limitar-nos-emos a enunciar alguns aspetos relevantes do seu património imaterial. As origens do culto são nebulosas, imprecisas e com muitas raízes. Fala-se em origens profanas, oriundas do paganismo (foliões, bezerro, etc.), e cristãs. No âmbito cristão, há quem refira Otão, o Grande, que criou a Beneficência do Espírito Santo, em 973, na Ordem Hospitaleira do

Espírito Santo, criada em 1160 ou nas folias de S. Martinho de Tours[12]. Em Portugal, não há dúvidas sobre o papel fundamental da Rainha Santa, Isabel de Aragão, que, no fim do século XIII, fundou, em Alenquer, a Igreja do Espírito Santo e criou lá a primeira irmandade. Tudo isto já com características que vão marcar as festas do Espírito Santo, a saber, a coroação do imperador, a liberalidade nas esmolas aos pobres, e a convocação, para as sumptuosas festas, tanto da nobreza como do povo.

Há que não esquecer o contributo dos franciscanos, sobretudo o rasto dos *Espirituais*, derivação radical do franciscaníssimo nos séculos XIII e XIV, que pregavam uma radicalização da pobreza franciscana, a destruição das riquezas da Igreja e uma vida completamente abandonada ao Espírito. É conhecida também a influência da teologia de Joaquim de Fiore que, com a enunciação das três idades (do Pai, do Filho e do Espírito), certamente influenciou a identidade franciscana.

O certo é que as festas do Espírito Santo se espalharam por todo o país, já no século XIV, difundindo-se para as terras de além-mar à medida que iam sendo descobertas ou influenciadas por portugueses. O certo é que as devoções à Terceira Pessoa se foram apagando em todo o território português, à exceção dos Açores e das comunidades açorianas da diáspora. Que razões terão levado a tal situação? Há que ter em conta, em primeiro lugar, o isolamento das ilhas, a incidência das tragédias naturais e a intensidade da pregação franciscana. Mas estas não são razões suficientes. Pelo seu cariz popular, festivo e não isento de exageros e folias de teor pagão, à volta da Festa ocorreram, ao longo dos séculos, tensões entre a hierarquia e o povo que as celebrava. A Contrarreforma tridentina procurou uniformizar o culto em toda a cristandade, opondo-se vigorosamente aos excessos das devoções populares pouco conformes à ortodoxia católica. A este respeito, o papel da Inquisição foi crucial no progressivo esvaziamento da devoção ao Divino no continente português.

Não assim nos Açores. A distância e o isolamento, podemos afirmar, foram fatores de conservação do culto ao Espírito Santo, que se manteve, com poucas alterações de substância, até aos nossos dias. O controlo exercido pela hierarquia também foi orientado num sentido de reconhecimento e regulamentação do culto, embora as tensões estivessem sempre subjacentes até ao século XX[13]. As visitas da Inquisição aos Açores foram raras e, normalmente, apaziguadoras. Há que notar que, nestas, predominavam as queixas sobre blasfémias, proposições contra o dogma e judaísmo[14]. Cabia aqui perguntarmo-nos se houve, e em que medida houve, influências judaizantes nas festas do Espírito Santo. Não temos estudos concretos sobre esse assunto, até porque é difícil destrinçar, nos costumes, a inspiração bíblica das influências dos judeus e cristãos novos. No entanto, conhecemos bem, pelo menos até ao século XVI, a forte implantação de comunidades judaicas em Portugal, a perseguição a que foram sujeitas desde D. Manuel I e a continuidade das práticas, sub-repticiamente, mesmo durante os anos mais intensos

[12] Cf. H. MENDES, *Do Espírito Santo à Trindade. Um programa social de cristianismo insculturado*, Porto, 2006, UCP, 19-21.
[13] Cf. Ibidem, 69-92.
[14] Cf. S. COSTA, 197.

da Inquisição. Notemos, como desafio, que, numa época em que quase todas as famílias criavam o seu porco no curral, em que a carne consumida era quase exclusivamente a de porco, a ausência total desta carne (proibida aos judeus) nas funções do Espírito Santo; notemos também a presença do número sete – sagrado no judaísmo – em diversas circunstâncias da Festa (os sete dons do Espírito Santo, as sete janelas do império clássico, os sete degraus do mesmo em alguns impérios); finalmente, anotemos, numa terra onde abundam as imagens devocionais, a ausência total de imagens do Espírito Santo, que é representado apenas por símbolos, prerrogativa muito querida aos judeus e cristãos novos.

Considerada justamente a devoção que identifica o povo açoriano, a Festa do Espírito Santo assume características diferentes de ilha para ilha, e mesmo até entre freguesias vizinhas da mesma ilha. Há que realçar, portanto, os aspetos comuns. Em primeiro lugar, é uma celebração festiva, eminentemente pascal, primaveril, em abundante contraste com a liturgia penitencial e quaresmal, caraterísticas da liturgia cristã celebrada nas ilhas. À austeridade do templo cristão, onde reina a sobriedade, a pouca luminosidade e o silêncio, opõe-se a claridade, a brancura e a garridice dos impérios do Espirito Santo, sobretudo na Ilha Terceira. O Espírito Santo é a festa da abundância, lenitivo para as agruras da vida, celebração da dimensão festiva da fé. O cristianismo nos Açores alimenta-se, pois, desta dualidade Quaresma/Páscoa, penitência/festa, pobreza/abundância.

Neste enquadramento, seria importante realçar o peso do bodo (*votu*), tanto do Pentecostes como da Trindade, para compreendermos a religiosidade do povo açoriano. Ao fim da caminhada das sete semanas da Páscoa, o Bodo celebra, acima de tudo, o dom e a graça. Graça na misericórdia e na solidariedade: foi a carne que se deu em esmola a familiares, a amigos e a pobres, nunca esquecidos. É que a pobreza marca a história dos Açores. Mas, naquele dia do ano, pretende-se uma antecipação da história, onde não haja mais pobres nem sofredores, um dia que antecipe o Último Dia. Graça na igualdade: Não há ricos nem pobres, senhores nem escravos. O Bodo, corolário das festas do Espírito Santo, é o dia em que se antecipa a vinda da mais justa das justiças. Todos trazem à praça, ao terreiro, as suas dádivas. Partilham-se bens materiais. São as sopas do Espírito Santo oferecidas, as *brindeiras* de massa sovada ou de pão, oferecidas a quem quer que passe pelo caminho. O vinho que jorra para todos. Vestia-se a melhor fatiota. Naquele dia, diferente dos outros, os homens são, finalmente, irmãos.

A mística da devoção ao Espírito Santo encerra também uma componente de compromisso importante, concentrada nas promessas, que se devem cumprir custe o que custar, porque "com o Espírito Santo não se brinca", ou "o Espírito Santo é vingativo", ideias corroboradas por imensas narrativas de milagres e castigos.

Marca indelével é a dimensão social e caritativa das Festas. A relevância do Pobre não está apenas na esmola de carne, pão, vinho ou sopas. Percebe-se sobretudo no ato da coroação. Na linguagem comum, o imperador é o homem mais poderoso da Terra. Ora, o Espírito Santo reverte a lógica dos poderes mundanos: já desde os primórdios da Festa, eram coroados os presos, os escravos, os doentes e idosos, as crianças mais pobres. Essa reversão do poder é talvez a caraterística mais poderosa da mística do Espírito Santo: «O vento sopra onde quer e tu ouves a sua voz, mas não sabes de onde vem nem para onde

vai. Assim acontece com todo aquele que nasceu do Espírito»[15]. A crença nessa Liberdade do Espírito, que não se pode confundir com intuições anárquicas porque exige, acima de tudo, uma nova ordem do amor e da caridade, ainda hoje se conserva como uma das tradições mais belas da celebração do Espírito Santo nos Açores.

**Concluindo**

O que até agora foi referido constitui apenas um breve périplo por algumas das manifestações religiosas mais consistentes do arquipélago açoriano. De todas elas e dos fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento, sobressai a importância incontornável da Igreja para a formação da identidade e da cultura nos Açores. Ninguém, honestamente, põe em causa essa evidência. Desde já porque a formação e educação estiveram durante muito tempo a cargo das ordens religiosas, nomeadamente Franciscanos e Jesuítas, estes concentrados nos centros urbanos e dedicados à formação superior. Com o Concílio de Trento e a necessária formação do clero secular, a organização paroquial é um fator decisivo para a descentralização dos serviços religiosos e da própria cultura. É, no entanto, a partir da formação do Seminário de Angra (1862) que a Igreja dos Açores assume um papel de liderança incontestável na formação da elite pensante na Região. De facto, até 1976, data da fundação da Universidade dos Açores, o Seminário de Angra assume o papel de única escola de formação superior. Essa proeminência é notável sobretudo a meados do século XX, não só com a composição de um corpo docente de reconhecida qualidade, mas também na formação de sacerdotes e, eminentemente, de outras personalidades que marcaram e marcam a vida cultural das ilhas dos Açores[16].

O património imaterial dos Açores não se pode reduzir à sua dimensão religiosa. Mas não pode prescindir dela, uma vez que a religião pertence a uma esfera muito íntima da pessoa e das comunidades, e é identificadora da vivência de um povo. Se quisermos conhecer um povo, temos que começar pela sua fé. Por aquilo em que acredita.

---

[15] Jo 3, 8

[16] Sobre isso leia-se H. ALEXANDRE (Coor.) *Seminário Episcopal de Angra. 150 anos de formação*. Suplemento Vol. 64 do Boletim Eclesiástico dos Açores, Angra do Heroísmo, 2014.

# O ESPÍRITO SANTO É O NOSSO PROGRAMA SOCIAL

## O PROFÉTICO, O POSSÍVEL, O UTÓPICO

## O ESTADO DA QUESTÃO ENTRE 1871-1889

*Hélder Fonseca Mendes**

A afirmação «o Espírito Santo é o nosso programa social» é tomada de um teólogo ortodoxo Nicolai Fedorov (1818 – 1903) que diz «a Trindade é o nosso programa social». Quando há filósofos a afirmar que, da doutrina da Trindade não se pode deduzir nada de ordem prática, por transcender todos os nossos conceitos (E. Kant) e por ser algo incompreensível e inútil para a vida moral, que não serve nada para a prática (J. J. Rosseau), outros há que reconhecem que a Trindade «deu que pensar» (Hegel) até reconhecerem- que «só a vida em comunidade é verdadeira vida divina, que se satisfaz a si mesma, divina, Deus é um animal social - este pensamento simples, esta verdade natural e inata ao homem é o segredo do mistério sobrenatural da Trindade» (Feuerbach).[1] Assim é possível reconhecer que o mistério da Trindade é pensado, narrado, acreditado, confessado e contestado, para que não seja considerado um absurdo, pese embora todos os limites da mente e linguagem humanas, sempre desproporcionais ou inadequadas.

O tema cabe na teologia prática, pois metodologicamente, nas modernas teologias da ação, a práxis precede a reflexão e a teoria. Primeiro é o compromisso do amor e do serviço. A teologia vem depois, é um ato segundo (G. Gutiérrez). É o que acontece com o culto popular do Espírito Santo. Primeiro vem a ação, a reflexão é secundária, é o que nós estamos a fazer agora. Antes vem o Império e a festa com o seu compromisso. O Espírito Santo é mais dado ao Amor do que ao pensamento e à lógica, e a religiosidade popular gosta mais da ação e da prática do que do ensino e de normas.

---

* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade de Salamanca. Professor do Seminário Episcopal de Angra. Sócio efetivo do IHIT.

[1] FEUERBACH, L. *A Essência do Cristianismo*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994, 74

O deus da filosofia clássica grega não tem referência interior alguma à história, ou a que o Novo Testamento chama de «profundidades» que só o Espírito de Deus pode perscrutar (1 Cor 2, 10). Já para o povo de Israel, Deus – Pai tem a sua pátria histórico – cultural na cultura agrária, e depois sob a forma de aliança. A pergunta no Antigo Testamento não é sobre a existência de Yavé, mas se Ele está entre nós ou não (Ex. 17, 7). Não se trata de Deus como um absoluto em Si, mas de Deus entre nós. Esta presença denomina-se no Novo Testamento de Pneuma. Eis o que está na origem da pneumatologia e teologias da história que nos ocupam durante o Congresso.

A relação entre fé trinitária e a comunidade humana, eclesial ou social, ou seja teologia e política, não pode ser de índole direta. O reflexo de Deus no âmbito do criado é Jesus, o Cristo, e por isso qualquer forma de governo (mesmo no Império do Espírito) não pode ser o reflexo direto de Deus. Além da desproporção, há que contar com o caráter provisional deste mundo. Toda a comunidade humana é formada por indivíduos que não se constituem no jogo de intercâmbio *perikorético,* nem ficam absorvidos na realização comunitária da sua vida. Contudo, a fé trinitária é uma fonte de inspiração que se apresenta como força de abertura e motivação plausível para uma teoria e prática eclesial e social efetivas. A fé na Trindade inspira e estimula a considerar como positivo a alteridade, as diferenças e a riqueza das variações e de acesso à realidade. Além disso, a fé na Trindade dá precedência à dimensão da relação e da comunidade, de igualdade e de participação, ao entrelaçamento e complemento recíproco diante de uma unidade fechada em si mesma. Descobrimos a referência da identidade e unidade pessoal a outro. Não se trata de uma autodeterminação frente ao outro, mas graças ao outro e mediante o outro, pela entrega e pelo laço comum que os une. Só uma comunidade de irmãos e iguais, ainda que com dons distintos, sem qualquer tipo ou poder de classes, sem opressão ou exploração, pode refletir a imagem de Deus trino que o culto popular nos inspira e manifesta. Nesta comunidade de irmãos, a que se chama Irmandade do Espírito Santo, os irmãos definem-se pela relação interpessoal e não pelo seu poder ou haveres, onde tudo se partilha, onde a autoridade é serviço se não mesmo suor, excetuando-se as qualidades pessoais, que doadas, permanecem em cada sujeito.

Não se trata de fazer especulação a partir do nada, mas da Trindade histórico – económica, que tem na ação do Espírito Santo frutos indesmentíveis, na forma de experiência do Espírito – o que aparentemente parece uma contradição – pois o Espírito não seria empírico. Este modo de conhecer a Trindade leva-nos à Trindade imanente, de onde dimana a ação anterior. O mistério da Trindade só podemos experimentá-Lo nesta realização, pois nunca podemos conhecer o Pai como tal em Si mesmo dado que habita numa luz inacessível (1Tim. 6, 16), embora quem vê o Filho vê o Pai (Jo 14, 9). Tão pouco podemos ver já o Filho, o homem Jesus de Nazaré, nem ouvi-lo, nem tocá-lo, como tal já partiu de entre nós. Mas no acontecimento de Pentecostes, Jesus torna-se para nós o «Pneuma vivente» (1 Cor 15, 45). A experiência do Pneuma é a experiencia de Jesus, este pneuma que Ele mesmo recebeu do Pai (Act. 2, 33).

A pneumatologia é uma doutrina da ação ou seja é a consideração que o Espirito Santo só indiretamente se conhece e quando isto acontece não é ao Espírito em Si mesmo, mas através da sua ação na criação e na história conduzindo as mesmas à sua perfeição e verdade total, abrindo as pessoas à comunhão trinitária e fraterna, gerando

unidade e solidariedade com o mundo, onde quer que uma pessoa sofra ou esteja só. Pois o Espirito Santo consola, isto é, quebra a solidão, a confusão e o medo.

Se queremos ter acesso a Deus que não seja especulativo – filosófico, mas de tipo experiencial, só pode ser pelo abandono ou entrega ao Pneuma de Deus que nos habita e permanece em nós. Isto experimenta-se no ato de nos darmos aos outros, de consolar, de defender, de ajudar, de assistir, como o Paráclito. A doutrina do Espirito e da Trindade é a tematização desta experiencia tão fundamental e humana.

Quando os cristãos confessam a Trindade de Deus estão a afirmar que Deus é Único mas não é solitário, fechado em si mesmo. É um ser solidário. Deus é comunidade, vida partilhada, entrega e doação mútua, comunhão gozosa de vida e de amor. Deus é ao mesmo tempo o que ama, o amor e o amado. Confessar a Trindade é reconhece-La como modelo de vida. Quando afirmamos e respeitamos as diferenças e o pluralismo entre as pessoas e povos da humanidade, confessamos a distinção e a unidade.

Teólogos contemporâneos católicos, ortodoxos e protestantes pensaram as consequências práticas da fé no Espírito Santo e na Trindade, tal como a questão do monoteísmo como problema político (Peterson), a construção do Reino de Deus a partir da Trindade (Moltmann), a Trindade como mistério e como história (Forte), a relação da Trindade com a famílias, a sociedade e a libertação (Boff), a tomada de consciência do mistério da Trindade na sociedade, onde cabem as diferenças mas não os desníveis de classes sociais (Osthatios) e ainda a relação do Espírito com os pobres e sua libertação (Comblim).

À pergunta, se o Império do Espirito Santo configura um programa social - ainda que sem indicações técnicas - mas como sentido, a reposta é afirmativa. O Espírito Santo aporta algo de fundo: de valores, critérios e atitudes, que fazem o mundo mais humano e fraterno, alegre, justo e misericordioso, apropriado para a vida humana em sociedade e em Igreja, mais perto do projeto de Deus, em comunhão com a vida intra-divina, e como antecipação e experiência do Reino (soberania) de Deus.

Vem tudo isto a propósito das festas do Império do Divino Espírito Santo como programa social e comunitário, inspirado na religião e na fé, que se fazem cultura. Nos Açores, a fé, a religião e a cultura têm uma notória centralidade nas pessoas divinas da Santíssima Trindade nas quais o mistério de Deus se revela e comunica: O Filho, Jesus, o Cristo e o Espírito Santo, o Divino. Este fato encontra as suas raízes na Ordem de Cristo e no Convento de Tomar, que marcam a espiritualidade das ilhas, com acento cristológico e pneumatológico. Se na pessoa do Filho se percebe o sofrer humano, na pessoa do Espírito Santo transparece a esperança e a alegria. A devoção à pessoa de Jesus na sua representação martirológica é conhecida nos Açores por São Salvador, Santa Cruz ou Senhor Santo Cristo. O pintor micaelense Domingos Rebelo, no seu quadro Os *Emigrantes* (1926) regista como na pouca bagagem que era possível levar, cada emigrante transporta um «registo» do Senhor Santo Cristo que, material e espiritualmente, ficará gravado na memória desses sujeitos crentes. De Jesus Morto e Ressuscitado brota o Espírito Santo. Quando termina a vigília pascal de cada ano começa o tempo do Espírito. Os foguetes lançados nessa noite e a bandeira do Espírito hasteada de manhã no mastro do terreiro dizem que começou o Império do Espírito Santo.

Há quem queira ver nesta manifestação uma questão meramente cultural, para evitar questões religiosas. Na verdade a dinâmica do Império do Espírito tem os todos os

elementos que a sociologia da religião usa para caracterizar o fenómeno religioso. Primeiro, há uma crença, uma fé, uma pessoa acreditada; em segundo o lugar, há um culto, em casa do mordomo com altar e orações, no império também com altar e orações, e na igreja com a missa e a coroação. Por exemplo, na ilha das Flores, ouvimos, há poucos dias, as pessoas livremente organizadas sem a presença do padre a «oferecerem o terço» cantando: «Glória seja ao Padre, glória seja ao Filho com amor também, que Ele é um só Deus três pessoas distintas agora e em sempre sem fim. Ámen». Na ilha Terceira, também ouvíamos, há dias, os cantadores populares no dia do «Pezinho dos Bezerros» cantarem diante do Império: «Tens o cetro, tens a coroa, e tens todas a divindade. És a terceira pessoa da Santíssima Trindade». Em terceiro lugar, há uma prática moral ou comportamental, que no caso é a generosidade, a dádiva, a alegria e a partilha da riqueza sobejamente praticadas. Há uma moral do dom, mais do que do sacrifício e da penitência. Finalmente, há uma organização, bastante livre, mas não confusa; com uma hierarquia, desde um imperador, mordomo, procurador, rei da coroa, alferge da bandeira, cabeças da festa, irmãos, etc. Portanto, temos todos os elementos para falar de religião, segundo a sociologia que a estuda.

A 31 de dezembro de 2015, os párocos da Diocese de Angra comunicavam ao seu Bispo a existência de 308 Irmandades do Divino Espírito Santo, nas 165 paróquias dos Açores, o que dá uma média de duas Irmandades por paróquia/freguesia. Diz-se média, pois todas têm pelo menos uma Irmandade chegando o máximo a sete ou oito na mesma paróquia (Conceição na Terceira e Feteira no Faial). A maior parte delas tem personalidade canónica ereta pelo Bispo de Angra com participação ao Governo Regional dos Açores nos termos do artigo 10º. da atual Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português, e registo público de Pessoas Coletivas Canónicas. Além destas, há outras criadas no foro civil, embora o conteúdo dos estatutos seja em tudo semelhante aos de aprovação canónica. Em alguns casos, a matéria religiosa é tão pormenorizada em termos doutrinais e de culto que deixa dúvidas se uma entidade civil pode legislar e vigiar sobre matéria de fé e de costumes tão identificada explicitamente com a fé católica. Não há, porém, em Portugal, mecanismo legal para pessoas jurídicas na ordem civil passarem a ser pessoas jurídicas canónicas, pois só o sentido contrário é possível.

Ao longo dos últimos 500 anos, tantos quantos tem a Utopia de Tomas More, os bispos da diocese açoriana têm-se pronunciado sobre esta outra utopia, quer do ponto vista doutrinal, quer do ponto de vista disciplinar. Vejamos a situação sobre as festas do Espirito Santo nos Açores no período de 1871 a 1889, quando era bispo D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel.

A prática do bodo era tão do agrado do povo que o bispo no dia da sua entrada na Diocese de Angra, no ano de 1871, não fugiu à regra, pois «no adro da Sé achavam-se dispostas sobre bancos muitas centenas de grandes rações de carne e pão para serem distribuídas pelos pobres em honra do novo Prelado, as quais ele abençoou solenemente quando saiu da Sé»[2]. O cenário é o de um dia do Espirito Santo nos Açores.

[2] BOLETIM DO GOVERNO ECLESIÁSTICO DA DIOCESE DOS AÇORES, Tomo Primeiro, Typ. do Governo Civil, Angra do Heroísmo, 1872, 62

No primeiro ano do seu governo, a 11 de novembro de 1872, a propósito das atribuições dos Ouvidores da Diocese de Angra, dá-lhes a faculdade «de concederem licença para se poderem celebrar as festas do Divino Espirito Santo fora do tempo marcado pelo antecessor, havendo para isso causa justa e razoável».[3]

Na primeira visita pastoral à ilha Terceira, no ano de 1874, confronta-se com a prática do Império nas paróquias da Ribeirinha e Lajes. Na primeira, acompanharam-no cerca de 400 membros da Verenável Ordem Terceira da Penitencia da paróquia com seus hábitos, confessaram-se 1000 pessoas, e depois de ter crismado, de manhã e de tarde, 1263 pessoas, na missa conventual «como é costume e devoção dos povos da Diocese d´Angra em todos os domingos desde o da Pascoela até ao da Santíssima Trindade, levar á igreja o emblema do Espirito Santo numa pomba pousada sobre uma coroa, que um irmão recebe sobre a sua cabeça imposta pelo celebrante, o Irmão do Divino Espírito Santo daquele dia teve a glória de ser coroado por Sua Exª. Revmª. que de boa vontade se prestou a praticar aquele acto de piedade».[4]

No dia de Pentecostes desse ano de 1874, D. João Maria descreve a sua primeira experiência de um dia de Espirito Santos nos Açores. Reconhece o dia de Pentecostes como dos mais solenes para a Igreja e o de maior regozijo popular na ilha Terceira. É este dia vulgarmente conhecido com o nome de – dia do bodo. Em todas as freguesias há grandes reuniões populares que passam a maior parte do dia em festejos à terceira pessoa da Santíssima Trindade. Começa o dia de festa por levarem à Igreja em ato processional o emblema do Espirito Santo, que é uma pomba pousando sobre uma coroa, e um dos irmãos traz depois a coroa sobre a cabeça, tendo-lhe sido imposta com determinado cerimonial pelo sacerdote que celebrou a missa conventual, a qual assiste quase todo o povo que vem tomar partes nas festas. Depois da missa, vai a pessoa coroada, chamada Imperador, em procissão com o reverendo pároco e clero a uma casa aonde há muito pão cozido, vinho e nalgumas partes rações de carne para se proceder à bênção destes comestíveis que são repartidos por todos os assistentes e pelos pobres, no meio da maior alegria e contentamento.[5]

Conforme consta da crónica da primeira visita deste bispo de Angra à sua diocese, ao chegar ao porto da Santa Cruz na ilha das Flores, a 24 de maio de 1876, tinha a recebe-lo – numa ilha onde não militares - uma força militar de trinta praças, que se achavam na ilha, prestando ao prelado as competentes honras. E nesse mesmo dia «constou que na freguesia da Fajazinha da dita ilha, o povo se achava dividido em dois partidos exasperados, que se receava virem às mãos, por causa das festas do Espirito Santo por cujo motivo a Autoridade tinha requisitado uma força militar, que se achava naquela ilha para os conter».[6]

De facto, por ocasião das festas do Espirito Santo de 1876, depara-se um contencioso na comunidade da Fajãzinha na ilha das Flores entre duas Irmandades locais do

[3] Ibidem,41
[4] Ibidem, 336
[5] Ibidem, 396.
[6] BOLETIM DO GOVERNO ECLESIÁSTICO DA DIOCESE DOS AÇORES, Tomo Segundo, Typ. Da Virgem Immaculada, Angra do Heroísmo, 1877, 347

Espírito Santo (Rossio e Outeiro), que obrigou, pela única vez que há registo do género, à intervenção do uma força militar. A prova está num ofício do Governador Civil da Horta instruindo o Administrador do concelho das Lajes das Flores sobre uma força militar que este requisitara para manter a ordem na Fajazinha por ocasião da festa do Espirito Santo de 1876. O administrador concelhio pede socorro à sede do distrito, a 18 de maio desse ano, pois estava em causa a ordem pública na ilha devido à incompatibilidade nas duas irmandades e, por via disso, na totalidade da pacata comunidade. A força seria superior a vinte praças bem disciplinadas que estivessem a altura de uma crise qualquer, diz a resposta do Governador Civil. Partiu então da ilha do Faial no paquete Atlântico uma força de trinta praças comandadas por um oficial. A presença seria em princípio dissuasora, «dispensando assim o emprego da força, a que só deve recorrer em último e extremo caso». Na ilha das Flores não havia qualquer quartel militar, pelo que tiveram que ser os habitantes a receber as próprias forças miliares nas suas casas, em defesa própria. Essa distribuição deveria ser feita com a maior imparcialidade, igualmente por todos os cidadãos, de modo que não desse lugar a queixas.[7]

Com data de 24 de maio de 1876, o Bispo de Angra, com residência episcopal temporária em Santa Cruz das Flores, escreve uma pastoral aos fiéis da freguesia da Nª. Sª. dos Remédios da Fajazinha, anunciando a paz e a caridade como frutos do Espirito Santo, lamentando os «horrores da guerra» com uma «força armada» para prevenir eventuais desordens e violências por motivos religiosos: «Eis aqui desgraçadamente o que nos informam, dera origem a estas desgraçadas pendencias, que obrigaram a providente Autoridade Pública a lançar mão da violenta medida de ocupar militarmente esta freguesia. A pretexto de honrardes o Divino Esprito Santo, começaste a desonrar, a desrespeitar o seu Ministro, o revdo. Pároco dessa freguesia, recusando-lhe a parte que, por antigo e geral uso, em tal festividade lhe competia; em lugar de mais vos unirdes fraternalmente pelos laços da caridade, para melhor honrardes a Deus nosso Senhor, vos dividais em partidos acirrados e rancorosos, declarando cruel guerra um ao outro, e ameaçando de tal modo a ordem e tranquilidade pública, que obrigastes a Autoridade Administrativa a ocupar militarmente as vossas casas. (…) E para que nenhum dos partidos se possa considerar nem vencedor nem vencido, vos propomos, e é nosso desejo, que as coisas concernentes à associação que tem por fim honrar o Divino Espirito Santo nessa freguesia continuem e se conservem como era de uso e costume antes desta desgraçada questão, e o é igualmente nas outras freguesias da ilha».[8]

Nos primeiros dias de junho desse ano de 1876 o bispo tem de suspender os trabalhos da visita pastoral a Santa Cruz das Flores «por que os povos desta ilha dirigem nestes dias todas as atenções a prestar às festas do Espírito Santo. A sexta-feira antes do Domingo do Espirito Santo é empregada em se cozer o pão em grande quantidade, que no domingo é distribuído por toda a população, e o sábado em se matarem os bois, os

[7] ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES. Officios Externos de 1875 a 1876. Masso Nº. 3. Cf. Francisco António Gomes Pimentel, A Ilhas das Flores: da redescoberta à actualidade. Camara Municipal das Lajes das Flores, 1997, 457.

[8] BOLETIM DO GOVERNO ECLESIÁSTICO DA DIOCESE DOS AÇORES, Tomo Segundo, Typ. Da Virgem Immaculada, Angra do Heroísmo, 1877, 289- 292.

quais só na Vila de Santa Cruz foram no corrente ano dez, dizendo-se ser número inferior ao dos anos anteriores, alem dos mortos por cinco impérios mais, que há na freguesia, fora da Vila. No mesmo dia é distribuída a carne solenemente pelas associações chamadas impérios, e se reúne o pão cozido que cada um tem de oferecer, para no dia seguinte ser distribuído, cabendo, pelo menos, dois grandes pães a todas as pessoas da freguesia. Tanto na distribuição da carne, como na coleção do pão, grande é a festa e regozijo popular, principalmente no sábado de tarde, percorrendo as ruas inumeráveis carros, alguns muito pequenos e puxados por bois pouco maiores que carneiros. Do meio da canga de todos os carros se eleva um alto ramo de buxo ornado com tudo o que se encontra de mais vistoso, fitas de todas as cores, tiras de papel pintado, lâminas de Santos, quadros e ornatos quaisquer, tudo se dependura da frondosa árvore, que muitas vezes faz maior volume que bois e carro. Alguns levam uma caixa para receber o pão; e em todo o caso vão cheios de rapazes, ou de pé ou sentados em cima da caixa. As ruas sãos obstruídas destes diferentes carros fazendo uma grande chiadeira, cercados de povo; e assim se passa a tarde no meio da maior alegria, como se fosse um divertimento de gosto inexcedível. À noite houve um excelente fogo de vistas, que durou mais de duas horas e custou 60.000 reis. A distribuição do pão tem lugar no Domingo e não é tão aparatosa, porque não é distribuído pelas portas, mas na competente casa do império onde se vai buscar, e cada pessoa tem direito a dois pães de um quilograma mais ou menos cada um. A festa da igreja é também a mais solene, que é possível sê-lo nestes sítios. No sábado à noite há vésperas cantadas, a que assiste um grande número de fiéis; e no Domingo, missa cantada e sermão. Sua Exc$^{a}$. Revm$^{a}$. para concorrer da sua parte para mais abrilhantar a festa dignou-se celebrar nesse dia de pontifical.»[9]

Em 22 Julho desse ano de 1876, D. João Maria regista no Livro de Tombo da paróquia da Fajãzinha um grave reparo ao pároco de então, José Maria Henriques Álvares, a quem destitui do ofício, por levar uma vida imprópria do estado clerical, o que não havia feito na carta pública que dirige aos fiéis. O mal (menor) parece ter sido por causa de se ter intrometido nos negócios da administração do Império do Espirito Santo, que «tem sido causa de se fazerem graves indecências à maior parte do povo da freguesia, que de tal modo está indisposta contra ele que protesta, como perante Nós protestou, não querer ouvir a sua missa nem receber dele sacramentos, para o que tem concorrido muito o ter o dito pároco insultado à estação da missa conventual as pessoas que lhe eram adversas (…) e ser a causa, ainda que indireta, de ter sido ocupada a freguesia por uma força de infantaria sustentada pelo espaço de perto de um mês pelas famílias que lhe são adversas».[10]

O povo desta freguesia apesar das dissensões com o pároco recebeu bem os visitadores. O Bispo já havia recebido em Angra e em Santa Cruz das Flores muitas pessoas a queixarem-se do procedimento do pároco e a pedirem providencias em termos enérgicos. Tentou conferenciar a sós com o pároco e com cada um dos partidos, mas por mais

[9] BOLETIM DO GOVERNO ECLESIÁSTICO DA DIOCESE DOS AÇORES, Tomo Segundo, Typ. Da Virgem Immaculada, Angra do Heroísmo, 1877, 354

[10] ARQUIVO PAROQUIAL DA FAJAZINHA, Livro de tombo e de visitas pastorais, 1876.

esforços que tenha feito nada pode obter encontrando os ânimos muitos exaltados de um e outro lado e teve o desgosto de ficarem as coisas a este respeito como estavam, mostrando-se desanimados «e diziam coisas que bem deixavam ver a grande agitação em que os seus espíritos estavam».[11]

Provavelmente será no grupo ocidental, nas ilhas da Flores e Corvo, que devido as Casas do Espirito Santo serem mais amplas por relação aos impérios ou teatros dos grupos central e oriental, que mais funções tiveram para atividades para alem das religiosas, sem que se considere uma falta de respeito. Por vezes os símbolos mais significativos eram afastados das ditas casas do Espirito Santo e geralmente colocados na igreja paroquial, se não estavam em casa dos irmãos para serem velados. Se a igreja estava fechada para obras a Casa do Espirito Santo subsistiu-a pelo tempo necessário. Estas casas serviram por muito tempo para a instrução primária bem como para atividades de carater cultural, recreativo e inclusivamente político e partidário.[12] Sabe-se que o próprio bispo estava de acordo com esta utilização, pois consta que na visita pastoral a Ponta Delgada das Flores um bom serviço que terá feito foi «convencer os diretores de um dos impérios do Divino Esprito Santo daquela freguesia a prestarem a casa do mesmo império para a aula da instrução primária, que estava colocada numa casa pequena e insuficiente, o que fez a pedido do respetivo professor»[13].

Terminada a visita pastoral às ilhas de Flores e Corvo, o Bispo escreve, já de Angra do Heroísmo, uma circular ao clero destas duas ilhas em que a questão do culto do Espírito Santo volta a aparecer, nomeadamente sobre o costume de «nos vôdos do Espírito Santo acompanharem imagens de santos o préstito com o titulo de pajens da coroa, e não sendo licito remover imagens dos santos dos seus altares senão para lhe prestar culto solene, que se lhes não dá nestas festas meio profanas, em que desgraçadamente se cometem frequentes vezes abusos escandalosos e intoleráveis, ordenamos que daqui em diante nenhuma imagem saia da sua igreja ou capela para acompanhar tais préstitos.[14]

Finalmente, nessa circular conclusiva da visita pastoral às ilhas do grupo ocidental, o bispo deixa uma norma disciplinar aos párocos: «porque nas ilhas que acabámos de visitar se tem suscitado graves conflitos por causa dos vôdos e festas do Divino Espírito Santo, queremos e ordenamos que os mtº. Revmº.s. Párocos se não intrometam daqui em diante nos negócios temporais dessas associações, nem se encarreguem ou tomem parte na administração de seus fundos ou rendimentos; que não deixem de lhes prestar as atenções e serviços do costume por pretexto de lhes não pagarem, não podendo fazer ajustes alguns sobre emolumentos, porque não tem autoridade para isso; receberão apenas o que voluntariamente lhes for oferecido, segundo os usos e costumes. E quando a estes se não

[11] BOLETIM DO GOVERNO ECLESIÁSTICO DA DIOCESE DOS AÇORES, Tomo Segundo, Typ. Da Virgem Immaculada, Angra do Heroísmo, 1877, 443.

[12] SANTOS, Lino Augusto e TRIGUEIRO, José Arlindo Armas, *Espírito Santo na ilha das Flores*, edição do autor, Flores, 2007, 116

[13] BOLETIM DO GOVERNO ECLESIÁSTICO DA DIOCESE DOS AÇORES, Tomo Segundo, Typ. Da Virgem Immaculada, Angra do Heroísmo, 1877, 452

[14] Ibidem, 323 - 324

satisfaça, nos darão disso parte, não se recusando por esse motivo a prestar os serviços devidos, que forem razoáveis, de uso e costume».[15]

No mesmo governo do Bispo Dom João Maria Pimentel, encontramos na Torre do Tombo[16], os Estatutos da Irmandade da Coroa do Divino Espírito Santo da freguesia de São João, julgado da vila das Lages da ilha do Pico, emitido pelo Governo Civil da Horta, a 17 de junho de 1876. Apesar dos estatutos serem aprovados pela entidade civil, o respeito pela igreja paroquial no seu todo não é menor conforme consta do artigo 2: «Esta Irmandade tem por fim promover e tornar mais esplendido o culto ao Divino Espirito Santo, distribuir esmolas pelos pobres em dias determinados, conforme as suas forças económicas e subsidiar a sua igreja paroquial, conforme as necessidades desta, nas forças económicas da dita irmandade o permitirem».

No artigo 22, a aplicação dos «rendimentos e oblatas feitos à Irmandade» é «para subsidiar a Igreja paroquial de São João, segundo as forças económicas da irmandade (…), quando for julgado pela Mesa necessário e os meios da Irmandade o comportarem». Nenhum Bispo, nem antes nem depois, se atreveu a fazer um tal apelo nos Estatutos aprovados pela entidade eclesiástica competente, pelo que se conclui da não incompatibilidade numa mesma comunidade entre as irmandades e a igreja paroquial. No artigo 30 fica ainda estipulado que «a Irmandade obriga-se a subsidiar o ensino primário da freguesia, quando careça deste auxílio, com os meios que couberem nas suas forças.

D. João Maria Pimentel, em março de 1881, manda «uma circular aos párocos sobre os abusos ocorridos durante as festas do Divino Espírito Santo, pelo facto de as pessoas se mascararem», de que dá conhecimento à Nunciatura em Lisboa, conforme consta do Arquivo Secreto do Vaticano.[17] Os mascarados estão associados às folias e estas a festas religiosas, não só às do Espírito Santo.

Em 500 anos vemos que, apesar de tudo, a melhor medida da família humana é a mesa. Veja-se o exemplo das chamadas Copeiras do Espírito Santo na ilha de Santa Maria. Só comem umas 30 a 40 pessoas de cada vez, se tanto, de meia em meia hora, mas ao fim da tarde toda a gente da ilha comeu. Não chega a cinco mil pessoas, contando já com mulheres e crianças. É este o trabalho do homem. A casa é pequena, a mesa ajustada, tudo é repartido e aproveitado. Nada se perde, nada se estraga. Ninguém fica com fome. Até aos doentes se vai levar uma sopa. Não é por acaso que as Irmandades do Santo Espirito são as antecessoras das Irmandades da Misericórdia. Os irmãos levantam um Império e entram nele para o servir.

Estamos diante de uma Utopia, não só escrita em Londres, mas ensaiada e experimentada nos Açores, no seu duplo significado de Outopia, como «não- lugar» e Eutopia, como «lugar feliz». O Império do Espirito Santo tem esses dois sentidos. Por exemplo, na ilha de Santa Maria, o termo *império* não é um lugar ou um edifício mas uma dinâmica comunitária que se vive num tempo próprio de muita felicidade. Assim se expressava

---

[15] Ibidem, 330

[16] TORRE DO TOMBO, M.R. Maço 2519, p. 1071, Lv. 30

[17] ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, *ARCH. NUNZ. LISBONA*, 309 (2), FLS. 45-52, em ARQUIVO SECRETO DO VATICANO. Expansão Portuguesa. Documentação. Tomo I. Coordenação geral: José Eduardo Franco, Esfera do Caos, Lisboa, 2011 (3453) 1881

Aires A. Nascimento na apresentação da Utopia de Moro: «No Mapa dos Humanos (mais que na geografia do mundo real) passa assim a existir um lugar sem lugar, o único que, de entre todos vale a pena visitar porque aí se instauram (por projeção que seja) os ideais do homem – a justiça, a solidariedade, o cultivo dos saberes, a acalmia dos desejos (se não a harmonia das vontades), a distribuição racional do trabalho e a partilha das coisas, cuidada a defesa e satisfeitas as necessidades básicas, banidas as ambições e regulada a moderação dos apetites sem que ninguém, por qualquer motivo tenha direito a prevalecer-se de qualquer qualidade ou dom para menosprezar. Enfim, idealmente, o Homem é restituído à sua dignidade».[18]

O Espírito, por um lado, com o seus movimentos religiosos de tendência pentecostal, e o catolicismo popular, por outro, são dois fatores que, cada um por si, seria o bastante para o fenómeno da desinstitucionalização do cristianismo, pelo que não é de admirar a relação equidistante entre as Irmandades e Confrarias do Espírito Santo e as instituições oficiais da Igreja Católica. O Espírito Santo seria o bastante para esse fato e as confrarias outro tanto. Não faltam provas de que o Espírito Santo é «o nosso programa social».

A bandeira do Império faz parte do Brasão de Armas da Região Autónoma dos Açores, tal como o preâmbulo do decreto legislativo regional de 1980 que cria o dia da Região fundamenta bem a razão da escolha desse dia em detrimento, ou dificuldade por qualquer outro, que servisse a todas as ilhas as distinguisse do todo nacional.

O culto do Espírito Santo marca indelevelmente a cultura açoriana de que os açorianos são «missionários no mundo», no dizer de Agostinho da Silva. Deus é o Espírito Santo da Trindade, fonte de misericórdia e de irmandades. Faz içar a bandeira vermelha do império da liberdade e da fraternidade, com a possibilidade de «coroar» o mais pequeno dos presentes. Espírito que «se encarna» na terra e na cultura do pão, do vinho e da carne. O Espírito conduz à verdade que mantem viva a esperança e a utopia, contra qualquer forma de idolatria e exploração. Este quadro axiológico, de raiz espiritual, está base de uma cultura que permite incluir e está pronta a expandir-se. É, de facto, um «programa social» a não perder, mesmo em horário laboral.

[18] NASCIMENTO, Aires A., *Apresentação da Utopia de Thomas Morus,* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2015, 19

## Fontes documentais

Arquivo da Câmara Municipal das Lajes das Flores. *Officios Externos de 1875 a 1876*. Masso Nº. 3.

Arquivo Paroquial da Fajazinha, *Livro de tombo e de visitas pastorais*, 1876.

*Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa. Documentação*. Tomo I. Coordenação geral: José Eduardo Franco, Esfera do Caos, Lisboa, 2011 (3453) 1881, Maio, Açores.

*Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores*, Tomo Primeiro, Typ. do Governo Civil, Angra do Heroísmo, 1872

*Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores,* Tomo Segundo, Typ. da Virgem Immaculada, Angra do Heroísmo, 1877

*Relatório do 30º. Bispo de Angra, D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito, por ocasião da visita ad sacra limina de 1900*, Introdução, notas e transcrição de João Maria Mendes e Susana Goulart Costa, suplemento do Volumo 63 do *Boletim Eclesiástico dos Açores*, direção de Hélder Fonseca Mendes, Angra do Heroísmo

*Torre do Tombo,* M.R. Maço 2519, Lv. 30 , p. 1071,

# MEMÓRIA DESCRITIVA (QUASE) SOBRE O TEATRO NOS AÇORES

*Álamo Oliveira**

*Neste momento dramático do Mundo,*
*o artista deve chorar e rir com o seu povo.*

Garcia Lorca

O Teatro começou a acontecer nos Açores de forma insipiente, Em Portugal Continental, por alturas do povoamento do arquipélago, já se faziam teatralizações ligadas a atos religiosos em épocas litúrgicas mais significativas, como o Natal, a Páscoa, a Festa do «Corpus Christi». A oralidade era utilizada nestas representações, cabendo a Gil Vicente (1465-1536) começar a fixar os seus textos em português e em castelhano. Daí para a frente, a escrita teatral acompanhou a evolução estilística da poesia e da prosa narrativa, colhendo formas estruturais no Teatro grego do período clássico.

Na ilha Terceira, a Festa do «Corpus Christi» mostrava, como nas procissões que se realizavam no Continente, danças enformadas por bailarinos que, partindo de duas alas, desenvolviam uma coreografia pouco disciplinada e deselegante, ao toque de adufes e pandeiretas. Depressa, os intervenientes, por falta de vocabulário adequado e, às vezes, por abusos de álcool, foram impedidos de participar nessas procissões. A proibição, facilmente justificada, fez com que os amantes da modalidade procurassem outros motivos festivos para se apresentarem, fixando-se na licenciosidade do Entrudo para mostrarem outras danças, a que foram juntando temas que, cantados e falados, foram evoluindo para aquilo que, atualmente, se designa por «Danças de Entrudo» e que, tendo o seu epicentro na Terceira, se ramificaram pelas ilhas do grupo central e pelas comunidades de emigrantes dos Estados Unidos da América e do Canadá.

Esta manifestação teatral, tida já como fenómeno de perenidade, constitui o maior festival de Teatro Popular da Europa. O seu prestígio, quantificado de ano para ano há

---

* Poeta e romancista. Sócio correspondente do IHIT.

mais de um século, só ultrapassou as fronteiras insulares nos lugares da diáspora açoriana, apesar de algumas diligências que nunca foram dadas como conseguidas. Paradoxalmente, a indiferença não tem feito diminuir o talento e o entusiasmo das dezenas de grupos que, durante os dias de Carnaval, apresentam as «danças» e «bailinhos» nos palcos da Terceira.

As «Danças e Bailinhos» têm história própria. Saídas, porventura por causa dos abusos, dos cortejos processionais, os grupos foram escolhendo um percurso evolutivo que, partindo de uma coreografia minimalista, aceitou o texto para contar uma estória já nos fins do século XIX. A partir daí, começaram a institucionalizar regras que se foram impondo e que mereceram aceitação generalizada. A estrutura da «dança» ficou definida com marcha, saudação, representação do enredo, despedida e, outra vez, marcha. O enredo, escrito em poesia rimada, desenvolve-se em quadros, em número suficiente para contar convenientemente a estória. Os temas do enredo variam bastante: factos e personagens históricos, hagiografias, casos passionais, figuras típicas e políticas, usos e costumes, etc., muitos deles tratados na modalidade de comédia. São também várias as designações dadas às «danças»: Dança de Dia, Dança da Noite, Dança de Espada, Dança de Pandeiro e Bailinho. Os temas encostaram-se a estas definições. No fim deste texto, ficará registada uma lista bibliográfica (a mais essencial e melhor fundamentada) destinada a satisfazer a curiosidade do leitor sobre este assunto.

O destaque dado aqui às «Danças de Carnaval» justifica-se graças à sua evolução através dos anos e, em detrimento do quase desaparecimento das Danças de Espada, releva-se, a partir do 25 de abril/74, a explosão de criatividade vinda de autores, encenadores/ensaiadores, músicos, atores e estilistas. É também com o 25 de abril que se dá uma abertura fundamental para melhorar o elenco das «danças» e «bailinhos»: a participação das mulheres. Até àquela data, os papéis femininos eram feitos por homens travestidos.

Nota-se que a criatividade anda muitas vezes a ser excessiva, bulindo com as estruturas fixas e consagradas na produção das «danças» e «bailinhos». Tem sido fácil cair no ridículo, no nonsense, no absurdo, em nome da modernidade. Aliás, se continuarem a apertar o pescoço da excentricidade megalómana, como a propalada petição à UNESCO para a classificação de património cultural, as «Danças e Bailinhos» podem ser afrontados com critérios de autenticidade mal resolvidos. No entanto, essa petição ainda nunca seguiu. Falta argumentação convincente. Na verdade, o que está em causa é a recuperação das estruturas clássicas das «danças de Entrudo», nomeadamente das Danças de Espada. São estas as que mais precisam de promoção e de proteção. As restantes modalidades, com a sua disciplina anarquizante, continuam a oferecer continuidade ilimitada.

Este Festival de Teatro Popular conta, anualmente, com mais de seis dezenas de grupos, que percorrem os palcos todos da Terceira. Os espetadores, aos milhares, enchem as salas e aplaudem as atuações.

Mas o Teatro nos Açores não se fica pelas «Danças e Bailinhos» de Entrudo. Claro que a falta de espaços adequados para a realização de espetáculos teatrais atrasaram

bastante uma calendarização mais atempada e organizada. Os primeiros teatros foram construídos nos finais do século XIX, nos principais centros urbanos: Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Horta. Depois, foram aparecendo outros ligados às filarmónicas, sob a designação de sociedades recreativas e, a partir de meados do século XX, são muitas as freguesias que, nos Açores, dispõem de tais espaços. Surgiram, então, os Grupos de Comédias, criados, quase sempre, para ajudarem a sobreviver, financeiramente, as filarmónicas, as equipas de futebol, custear obras nas respetivas sedes, etc.. Curiosamente, durante muitos anos, os Grupos de Comédias, sempre comedidos nos seus projetos em termos financeiros, juntavam o suficiente para resolver problemas de insolvência das sociedades recreativas.

O espetáculo de um Grupo de Comédias era enformado por um drama e uma comédia, quase sempre de autorias desconhecidas. O espetáculo terminava com um ato de variedades (canções populares geralmente interpretadas por raparigas e com coreografias lineares). As peças a as canções eram sujeitos à apreciação do público em salas e palcos sem as condições mínimas, requerendo ao espetador muita imaginação para suprir as faltas de iluminação elétrica e de amplificação sonora. Porém, a rudimentaridade deste tipo de espetáculo não deixava de conquistar a emoção e o aplauso dos espetadores.

O número dos Grupos de Comédias cresceu após a Segunda Guerra Mundial. Graciosa e São Jorge foram notícia. Mas, na Terceira, estes grupos surgiram em quase todas as freguesias. O auge desta modalidade de espetáculo aconteceu no Porto Judeu, com dois grupos (Ciganos e Castelhanos), os quais rivalizavam as preferências ao redor da ilha, inspirando, com a sua qualidade e popularidade, a formação de grupos na Vila Nova, Lajes, Raminho, Altares, Ribeirinha, S. Mateus e muitos outros, embora alguns deles tivessem duração bastante efémera. Este modelo de espetáculo sobreviveu, no Porto Judeu, até finais da década de 90. Na Serreta, também. Já depois do ano 2000, foi criado um Grupo de Comédias na freguesia das Doze Ribeiras.

Os jornais dão conta da atividade teatral nos Açores, com destaque nas ilhas Terceira e Faial, onde, graças à vinda quase regular de Companhias de Teatro de Lisboa, começaram a acontecer espetáculos de iniciativa local. O Seminário de Angra, por exemplo, apresentou peças de teatro, durante mais de duas dezenas de anos, por ocasião das férias do Natal. Para além do envolvimento dos seminaristas, alguns sacerdotes-professores (Pe. Coelho de Sousa, Pe. José Baptista Ferreira, Dr. José Pedro da Silva, a que se juntaram Mestre Maduro Dias e Mestre Ângelo Teixeira) marcaram, muito positivamente, todo o Teatro deste período. A regularidade da atividade teatral no Seminário acabou em 1962, com a peça do Pe. Coelho de Sousa, *Angústia*. A partir daí, aconteceram alguns espetáculos preparados já sob outros critérios ideológicos e métodos de encenação. Em 1975, houve uma espécie de ponto final com a representação de *O Imperador*, de José Guilherme Fernandes.

Nas décadas de 50 a 70, foram muitos os espetáculos apresentados na ilha Terceira não só pelas Companhias de Lisboa, mas também por grupos locais. A Juventude Católica Feminina, em 1952, apresentou *Fabíola*, do Cardeal Wisseman e *Antígona* de Júlio Dantas. Em 1954, estreou o *Auto da Rendilheira* (lenda flamenga do século XV) e

*Milagre da Serra*, de Corrêa d'Oliveira. Estes textos tiveram direção do Dr. José Pedro da Silva.

Ainda em 1954, o jornal «A União» dá conta da representação de *Frei Luís de Sousa*, de A. Garrett, por um grupo de paroquianos das Fontinhas, dirigido pelo Pe. Cota Vieira. Na Fanfarra Operária, houve teatro de revista – *Em Mangas de Camisa* – pelo Grupo Cénico de Santa Luzia.

O vulcão dos Capelinhos (1957) arrumou alguns espetáculos, sobretudo, na ilha do Faial, onde Amílcar Goulart liderava a atividade teatral. Em 1958, a Juventude Católica Feminina de Angra pisou os palcos com *Um Vestido de Baile* e *Escândalo no Convento*. O jornal não refere os nomes dos autores.

Em 1960, Angra pôde ver mais teatro de revista: *Água Corrente*, de João Ilhéu (texto) e Henrique Vieira da Silva (música) e *Está Tudo Aqui*, de Heldo Braga (texto) e António Coelho (música). Na Recreio dos Artistas (1963), a revista *Ramo de Urtigas*, de Eduardo Gomes da Silva (texto) e Paulo Cunha (música).

Por esta altura, o professor e encenador José Luís Louro enfrentou a censura do regime salazarista, apresentando *O Processo de Jesus*, de Diego Fabbri. (esta encenação não foi autorizada a sair as portas do Liceu – Convento de S. Francisco); *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, no adro da Sé e *O Jogador*, de Hugo Betti, no Teatro Angrense.

Os seminaristas arriscaram apresentar, novamente, pequenos textos com a preocupação de melhorar equipamento técnico, nomeadamente a nível cenográfico. A delegação da FNAT, em Angra, apostou na formação de pequenos grupos em áreas rurais como Doze Ribeiras, Raminho, Biscoitos e Quatro Ribeiras. O grupo do Raminho funcionou durante mais tempo.

A revolução de abril/74 veio surpreender tudo e todos, deixando um grande espaço de reflexão para se saber o que se queria para o futuro político dos Açores bem como para a economia, saúde, educação e cultura. Após o destemperar das sensibilidades, as pessoas arrumaram-se partidariamente, mostrando as suas diferenças e discrepâncias, atuando, por vezes, sem o melhor tino. E foi o Teatro quem primeiro saiu da casa do silêncio para remexer, ainda mais, com a sociedade açoriana, com destaque para a terceirense. As «Danças e Bailinhos» transformaram-se em verdadeiros comícios, onde qualquer político podia ficar a saber o que o povo precisava que fosse feito para melhorar, coletivamente, a sua qualidade de vida.

Em dezembro de 1976, apareceu, em Angra, o Alpendre-grupo de teatro. Os seus fundadores foram experimentando outros estilos de encenação, na ânsia de conquistar espetadores, uma vez que a sua atividade se deixara ficar na expetativa do que faria o primeiro governo autonómico. Passo a passo, o Alpendre foi somando encenações, de autores regionais, nacionais e estrangeiros, sempre sob o susto de não adivinhar o que melhor podia servir a plateia. Ainda hoje o Alpendre continua a cumprir a sua missão: fazer teatro com qualidade, mesmo sendo amador. Desde a sua fundação, o Alpendre tem atuado em todas as ilhas dos Açores, em Portugal Continental e nos espaços principais da diáspora açoriana: Brasil, Canadá e Estados Unidos da América. É o grupo português com mais anos de vida...

...logo seguido do Pedra-mó (1977), sedeado no norte da ilha Terceira – freguesia dos Altares. As suas primeiras encenações mudaram as que, poucos anos antes, ainda prevaleciam naquele lugar. O grupo, serenamente, foi evoluindo o seu estilo de apresentação. Tornou-se exemplo a copiar, tendo em consideração o facto de ter nascido num meio marcado por grande ruralidade. Graças à persistência do seu diretor (Moisés da Rocha Mendes), este grupo ainda se mantem em atividade.

O sismo de 1 de janeiro/80 perturbou bastante o que vinha a fazer-se em e pelo Teatro na ilha Terceira. Mas, apesar desse enorme contratempo, o Alpendre e o Pedra-mó prosseguiram com os seus trabalhos e viram nascer outros grupos, que se apresentaram com projetos diferentes, mas com preocupações de qualidade, como Os Reizes (Fonte do Bastardo) e O Outro Teatro (Angra do Heroísmo). Seguiram-se mais grupos de vida curta, menos A Sala. Na ilha de S. Miguel (Ribeira Grande), apareceu o Pontilha que deu particular atenção à formação de atores. O Arco surgiu na ilha de S. Jorge, em 1985, com Belarmino Ramos. Na ilha das Flores, A Jangada navega há mais de vinte anos. Nos finais da década de 70, o professor António Duarte dinamizou, na ilha do Faial, a atividade teatral propondo e encenando textos que buliam com conceitos e preconceitos tidos como intocáveis em matéria de apresentação. Em 1984, António Duarte faleceu, deixando um vazio que só começou a ser preenchido em 1988 com a criação dos grupos Sortes à Ventura, Carrossel e Teatro de Giz, este apostado sobretudo na formação de atores.

Atualmente, a atividade teatral nos Açores acontece com regularidade soluçante, sem poder competir com outras manifestações artísticas que ocorrem, com normalidade, nos Açores. O Teatro continua a ser o parente pobre e só muito timidamente se refere uma ou outra iniciativa. Há a temporada artística da Música, devidamente programada e apoiada, mas, o resto é um pouco a paisagem que o nevoeiro da indiferença encobre. Alheios a ela, as «Danças e Bailinhos» de Entrudo são a pedra que ainda é possível atirar ao charco. Os Açores estão cheios de dignos Conservatórios de Música, mas as outras artes não têm um pedacinho de tela, uma objetiva cinematográfica, uma pisca de palco. A formação é diminuta e a que há foi feita fora dos Açores ou em ações de formação esporádicas e sem continuidade.

A Europa, ao fazer emergir a importância do Património Cultural, não deixou de pensar, com certeza, nos seus periferismos e na forma circunstancial como aplica olhares e generosidade que apenas matam «fomes» no presente. A dita união europeia continua a ser o «ovo» que não vislumbra quem a aguente solidariamente de pé.

Garcia Lorca (1898-1936), sempre lúcido e objetivo como poeta e dramaturgo, deixou o recado sobre o que, em Teatro, é preciso fazer. Mas os governos não gostam de Teatro. Ignoram-no.

E o Teatro precisa de, culturalmente, sobreviver com dignidade.

*Raminho, junho de 2018*

**Bibliografia essencial sobre «Danças e Bailinhos» de Entrudo:**

BRETÃO, José Noronha (1985) – *Danças do Entrudo – Uma Festa do Povo* (2 vols.). Ed. Direção Regional da Cultura;

CANDEIAS, Marcolino (2008) – *Evocação de José Orlando de Noronha da Silveira Bretão, descobridor das Danças de Entrudo – Teatro Popular da Ilha Terceira*, in «Carnaval na Idade Média»;

ENES, Carlos (1980) – *Teatro Popular da Ilha Terceira. As danças de Entrudo* – Editorial Ilhas;

GOMES, Augusto (1999) – *Danças de Entrudo nos Açores* – Angra do Heroísmo, Blu Edições;

LOPES Jr., Frederico (1953) – *Danças de Entrudo* – Angra do Heroísmo, «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, p.11.

# CONSIDERAÇÕES ARQUITECTÓNICAS EM TORNO DO PAÇO DE SANTA CATARINA EM ANGRA DO HEROÍSMO

*Luís António Durão**

**A razão do tema**

O Paço de Santa Catarina sempre exerceu em mim um interesse muito particular desde os tempos de boa memória em que vivi nos Açores.

Desde a primeira vez que vi o paço senti o forte impacto da altiva fachada com sua escadaria e das arcadas do pátio-terreiro que a enquadram formando um conjunto arquitectónico erudito, de sabor maneirista de influência do Renascimento italiano em Portugal e que, por esse facto, visualmente, apresentou-se-me, nessa altura, mais italiano do que português.

O estrangeirismo na arquitectura portuguesa é frequente, como o é também em outros países que receberam, por exemplo, naturais influências do Renascimento italiano quando esse novo movimento artístico e intelectual surgiu.

Tal verifica-se em edifícios mais eruditos tanto de arquitectura religiosa como de arquitectura civil palaciana, da realeza ou da alta nobreza e, mais tarde, da alta burguesia. Mas num edifício com as características de uma casa nobre particular, em Portugal, tal facto é mais raro. E isso acontece com esta casa ou solar de Santa Catarina.

A minha curiosidade e interesse pelo Paço de Santa Catarina aumentou ainda mais quando me apercebi de que todo o aparato da sua fachada principal falseava a realidade de um edifício que se organizava fundamentalmente num andar nobre – esse sim, reconhecível como português depois de uma observação mais atenta, se isolado do contexto aparatoso em que se insere – térreo nas traseiras para as quais se abria e comunicava directamente por uma fachada secundária, hoje alterada com as ampliações entretanto efectuadas.

---

* Doutorado em Arquitecto. Investigador do Centro de História da Arte e Investigação Artística – CHAIA/UÉ – [2018] – Ref.ª UID/EAT/00112/2013. Sócio supranumerário do IHIT.

**O Paço de Santa Catarina – considerações sobre as épocas possíveis da sua construção e sucessivos proprietários porque passou**

O primeiro membro da família Soeiro de Amorim chegado à ilha Terceira foi João Lopes de Amorim que nasceu em Viana do Castelo em 1658 e morreu já em Angra do Heroísmo em 1738. Foi caixeiro em Lisboa e depois emigrou para o Brasil onde terá feito fortuna. "Do Brasil veio para a ilha de S. Miguel, aonde exerceu as funções de feitor da Fazenda Real, acabando por se estabelecer definitivamente como homem de negócio na cidade de Angra, onde foi nomeado administrador e tesoureiro da Junta de Comércio Geral do Comércio da ilha Terceira"[1]. Foi casado com Maria de Oliveira, e segundo os autores da obra *Genealogias da Ilha Terceira*, "justificou a sua nobreza em Viana do Castelo em 1703"[2].

Seu filho, Domingos Lopes Soeiro de Oliveira, nasceu em Angra do Heroísmo no ano de 1700 na freguesia da Conceição e adquire a "«Quinta intitulada de Santa Catharina»" a José Francisco do Canto e Castro Pacheco de Sampaio, e que consistia, já na altura, uma propriedade de dimensão considerável. Homem de grandes recursos financeiros, Domingos de Oliveira não só era proprietário desta quinta como também de outras vastas terras no interior da ilha. Tinha 38 anos de idade quando morreu seu Pai, e sabe-se que morreu em 1766 nessa mesma Quinta de Santa Catarina[3].

Em boa verdade não se sabe ao certo se esta casa já existia, ou não, nos tempos em que a família Canto e Castro era proprietária da quinta. Nem tão pouco se sabe se aí existia outra casa ou casas, quando a propriedade foi comprada por Domingos Lopes Soeiro de Oliveira. E se assim foi, também não se sabe ao certo que obras é que este novo proprietário terá executado.

O que se sabe é que Domingos Lopes Soeiro de Oliveira era muito rico, e parece ter instituído o primeiro vínculo da quinta de Santa Catarina[4], e aí podemos conjecturar que poderia ter sido ele quem tenha mandado construir o grosso da casa, ou palácio, que lá existe actualmente. Na realidade o portão de ferro do actual paço ostenta a data de 1758, (fig. 1) oito anos antes da sua morte, o que eventualmente poderia constituir um indício de uma data que possa corresponder a obras de raiz, ou obras substanciais executadas no paço, e constitui uma data intrigante em face da primeira impressão que tive de um edifício maneirista, eventualmente do século XVII.

---

[1] MENDES, António Ornelas, FORJAZ, Jorge, *Genealogias da Ilha Terceira*, Dislivro Histórica, Lisboa, 2007, vide SOEIRO DE AMORIM, § 1º, nº 3 –.

[2] Idem.

[3] Idem.

[4] Idem.

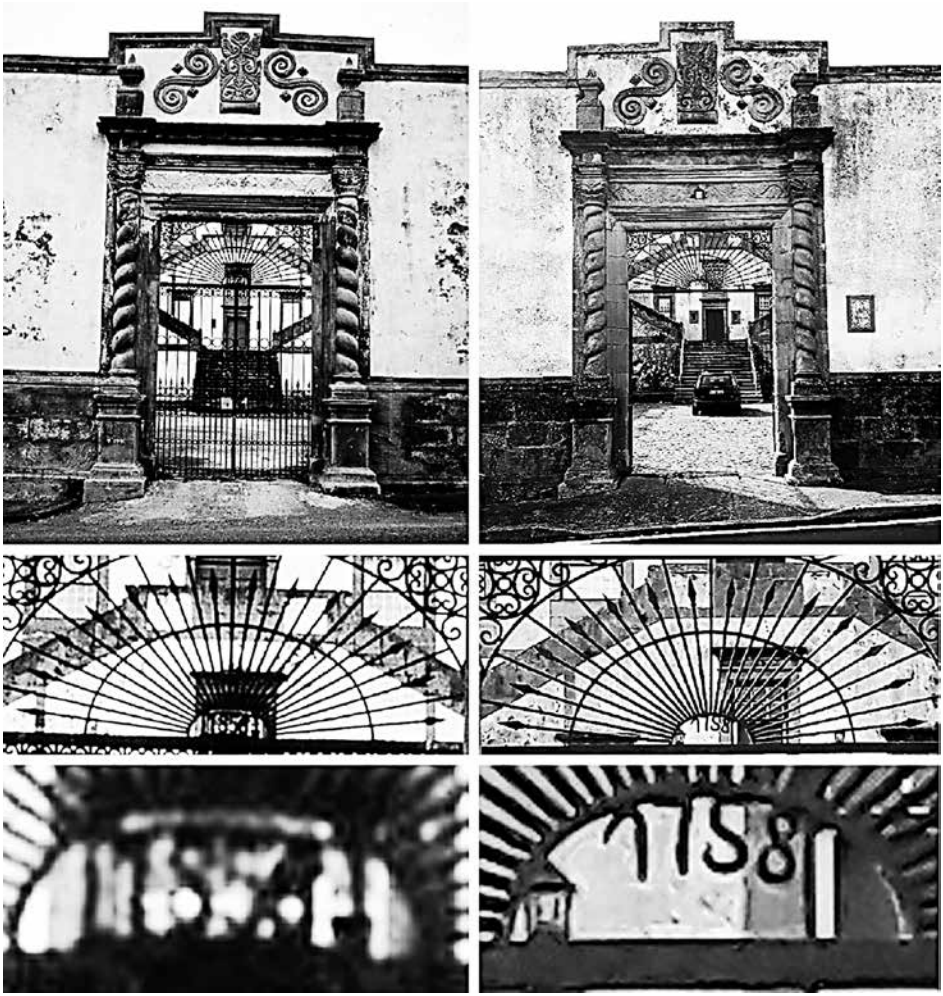



*Figura 1- Portão de entrada do Paço de Santa Catarina. Na coluna da esquerda fotografia e suas ampliações de ca. de 1980-82 e na coluna da direita fotografia actual e suas ampliações. A fotografia da esquerda de LAD e da direita de FRD.*

A fotografia da esquerda da figura foi tirada pouco depois do terramoto de 1980, portanto em cerca de 1980-82. O seu original, em diapositivo, depois de digitalizado não oferece a necessária nitidez de todos os algarismos, mas neles são bem legíveis a data de 185 e depois um 6 ou um 8: mas para os intentos deste estudo, não fazem grande diferença uma da outra, 1856 ou 1858.

Na outra fotografia da mesma figura e tirada actualmente consta claramente a data de 1758. Para ter havido uma mudança recente na data – entre ca. de 1980 e 2018 – alguém da Diocese terá tido informações – correctas ou erradas, não o sabemos – de uma data de meados do século XVIII, eventualmente da construção da então casa da Quinta de Santa Catarina, ou de obras substanciais executadas na dita casa, tivesse acontecido ter aí havido uma construção em tempo anterior quando era proprietária a família Canto e Castro ou mesmo a família Silva e Sampaio ou Andrade e Gamboa.

Esta propriedade só esteve cerca de sessenta anos na posse da família Canto e Castro, pois foi comprada por Manuel do Canto e Castro a D. Ana da Silva e Sampaio, viúva de António de Andrade e Gamboa, em 1683, e não chegou a anexá-la aos morgados que ele administrava[5].

É possível que a data de 1856-58 que já esteve no portão de ferro fosse a data da construção desse mesmo portão em ferro forjado, tanto mais que era muito comum nos Açores os portões deste tipo de casa serem em madeira, a maior parte das vezes opacos. A deterioração de um portão destes poderá estar na origem da sua substituição por um material que tinha que ser importado. Assim propõe-se considerar a data de 1856-58 como a data em que o portão em ferro foi executado e colocado.

Domingos Lopes Soeiro de Oliveira "fez testamento a 31.5.1763, instituindo um morgado regular que deixou a seu sobrinho Manuel Luis Monteiro de Amorim" e que incluíam as casas da sua Quinta de Santa Catarina, justificando-o "«pela grande inclinação e amor paternal que lhe tenho, e zello e summa fidelidade com que me assiste»"[6].

Não se conhece documentação escrita para datar este paço de meados do século XVIII. Sabemos que Domingos Lopes Soeiro Oliveira era homem com capacidade económica para o fazer e, apesar de já ter nascido em Angra do Heroísmo, poderia ter acesso a informação suficiente que lhe forneceria modelos desenhados seguindo, de uma forma conservadora, ainda o gosto maneirista. Mas como a propriedade foi por ele adquirida a um homem da família Canto e Castro, poderosa na ilha Terceira, poderemos também admitir que o paço pudesse ser ainda do tempo em que pertencia a essa família, capaz de construir um edifício de arquitectura erudita do seu tempo, tanto mais que era também proprietária do magnífico solar ou Paço de Nossa Senhora dos Remédios em Angra do Heroísmo, cuja capela veio a influenciar o desenho da Igreja da Misericórdia na mesma cidade.

Um dos salões desta casa no Pico da Urze ostentava, e espera-se que ainda ostente, um tecto em maceira (fig. 2) de elaborado desenho, usual no século XVII.

[5] Biblioteca Publica e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Documentos da casa de Miguel do Canto e Castro da ilha Terceira oferecidos pelo Dr. Eduardo Abreu (Fundo Ernesto do Canto), vol. 12. doc. 344.

[6] Idem.

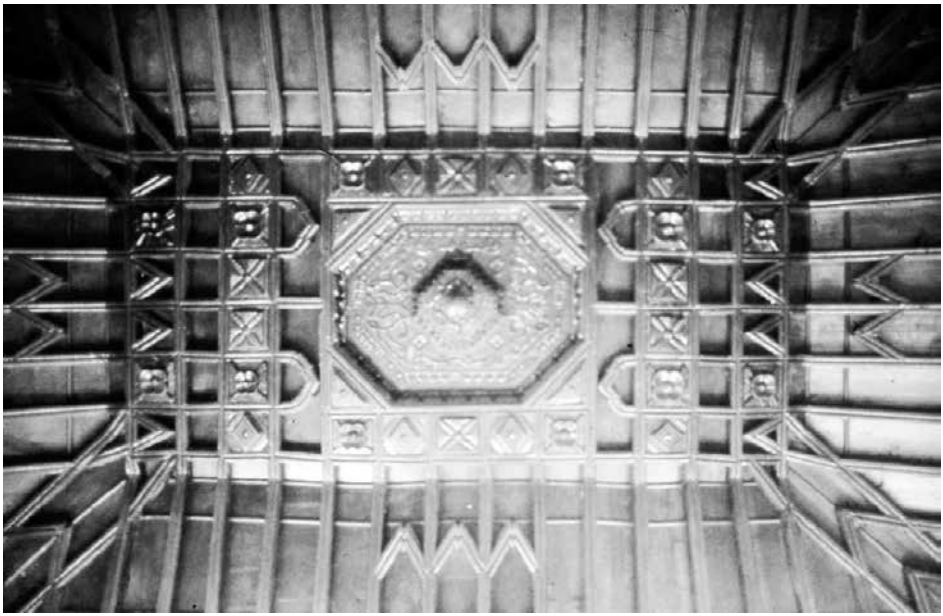


*Figura 2- Tecto de um dos salões do Paço de Santa Catarina. Fotografia de LAD.*

Pelo aspecto geral do conjunto edificado dentro do pátio, pela sobriedade e clara geometria do desenho da imponente escadaria e, em especial, pelo desenho das arcadas e das padieiras rectas dos vãos com friso em bojo e cornija, pela pouca gordura da cornija da cimalha do beirado, pelo desenho do tecto mencionado, tudo com características do maneirismo em Portugal do pós-Renascimento, podemos também admitir que este palácio poderia ter sido construído na segunda metade ou mesmo nos finais do século XVII.

Mas sabendo-se bem que o maneirismo em Portugal se prolongou muito para além do seu tempo normal, tal facto exige prudência nas presunções, pois, considerando este facto, pode bem ser um edifício do século seguinte, tanto mais que em Portugal, que tinha que atender nessa época ao imenso esforço construtivo nos seus vastos territórios ultramarinos, a sobriedade do maneirismo servia bem os desígnios portugueses de uma arquitectura que podia ser, e foi, repetida até à exaustão. Aliás, no panorama geral da arquitectura portuguesa, o maneirismo chega a «tocar» o denominado pombalino, este por sua vez prenunciando prematuramente um neoclássico, sendo contemporâneo de um barroco que se expandia já por todo o país, mas que explodiu de forma muito particular no Entre-Douro-e-Minho, especialmente durante o século XVIII.

Aliás isso não se passou somente com o maneirismo. Sabemos que os estilos se prolongavam para além do tempo e conviviam com as novas correntes arquitectónicas importadas. Ainda perdurava o manuelino em Portugal quando já se ensaiavam as primeiras construções «à romana», e assim, por exemplo, nos Açores, durante o século XVI aparece o gótico tardio da igreja paroquial de S. Sebastião na ilha Terceira e o manuelino também persistiu no tempo de D. João III tanto na Matriz da Praia da Vitória como na de Ponta Delgada, quando se iniciavam já intervenções renascentistas importantes, como por exemplo a capela-mor da igreja do Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa projectada por Jerónimo de Ruão e o denominado Claustro de D. João III no Convento de Cristo em Tomar, projectado por Diogo de Torralva.

Neste contexto, e dado o facto de Domingos Lopes Soeiro Oliveira ter sido homem riquíssimo e o facto do comércio da laranja começar o seu incremento no tempo dele, e associando esse facto à actual data que se encontra no portão, e contrariando a minha primeira impressão, poderíamos também presumir meados do século XVIII como data possível para a construção do paço na essência do que vemos actualmente, tanto mais que o desenho em cantaria do portão ostenta duas colunas salomónicas típicas do barroco, se bem que este pode ter sido refeito em época posterior à casa e a data de 1758 poder corresponder à da feitura do portão em cantaria e não da casa.

Todavia estes raciocínios, embora justificáveis, são conjecturais e não oferecem qualquer certeza de uma ou outra possibilidade. Uma vez que o processo de investigação é infinito, pois em qualquer momento uma descoberta fortuita pode dar nova luz sobre a verdade dos factos, fica aqui este apontamento sobre as possibilidades em aberto, de a casa da Quinta de Santa Catarina poder ter sido construída com a aparência actual, tanto a partir do século XVII como em meados do século seguinte.

Sabe-se que a casa, entretanto, passou da família Soeiro de Amorim para a família Pamplona pois, em 16 de Dezembro de 1949, foi adquirida pela Diocese a Marcelo Borges Pamplona e Rosa Espínola dos Santos Pamplona[7]. Era bispo de Angra do Heroísmo D. Guilherme Augusto Inácio de Cunha Guimarães (1928-1957)[8].

Sabe-se também que António Lopes Soeiro de Amorim nasceu na freguesia de "S. Pedro a 21.7.1804" e morreu em 10.11.1891 na mesma freguesia, provavelmente na sua casa de Santa Catarina que constava entre os seus "bens vinculados". Foi o "4º e último administrador do morgadio (…) que registou, nos termos da lei, a 7.7.1863" [9]. À data da sua morte, Rufino Martins Pamplona Côrte-Real tinha apenas 10 anos de idade, pois nasceu a 30.07.1881 na freguesia da Conceição[10]. Uma vez que se sabe que a casa e Quinta de Santa Catarina foi averbada em seu nome a 28 de Junho de 1909 e ainda outra parte da

[7] Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo. Segundo informação de Dr. Jorge Forjaz, quem vendeu a casa foram, sim os filhos de Rufino Martins Pamplona Côrte-Real, mas cujos nomes eram Marino e Marcelo Pamplona Côrte-Real e não como consta na Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo, como «Marcelo Borges Pamplona».

[8] Diocese | Diocese de Angra *www.diocesedeangra.pt/diocese/*

[9] MENDES, António Ornelas, FORJAZ, Jorge, *Op. Cit.* Os autores referem uma fonte da «B.P.A.A.H., *Registo vincular*, L. 8, fl. 2 e seguintes».

[10] MENDES, António Ornelas, FORJAZ, Jorge, *Op. Cit.,* tít. de PAMPLONA, § 1º, nº 12.

mesma propriedade a 12 de Novembro de 1912[11], tê-la-á adquirido aos herdeiros de António Lopes Soeiro de Amorim que nasceram todos em Ponta Delgada e se dispersaram por outras terras que não a ilha Terceira[12] e muito provavelmente sem grandes ligações afectivas à terra de seu Pai. Mas não podemos descartar a hipótese da sua aquisição a outrem que, entretanto, possa ter estado na posse da quinta[13].

## A arquitectura exterior do paço

Como referido, trata-se de um edifício de arquitectura maneirista, eventualmente já tardio, independentemente de poder ter sido executado durante meados ou segunda metade do século XVII, ou mais tarde em meados do século XVIII, época em que já vigorava na Europa o barroco desde o século precedente e que em Portugal, tem o seu grande impulsionador com João Antunes em Santa Engrácia[14] mas que proliferou, sobretudo no século XVIII, em resultado da influência da igreja, convento e palácio de Mafra do alemão Ludovice e das intervenções do italiano Nicolau Nasoni no Norte, em particular no Porto.

Durante o chamado «ciclo da laranja» que conhece o seu apogeu nos Açores sensivelmente entre meados do século XVIII e meados do século XIX[15], a propriedade terá produzido laranjas conforme descrito por padre Jerónimo Emiliano de Andrade em 1843 e da seguinte forma: "Logo que se entra no caminho de *Cima*, uma das estradas, que do lugar do Portão de S. Pedro conduz para esta freguesia, não se encontra de uma parte, e outra senão quintas, bosques e pomares, onde brilham a opulencia, o aceio, e bom gosto dos Terceirenses de mistura com os prodigios de uma assombrosa

[11] Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo, descrição no livro nº. 20., nº 7603.

[12] MENDES, António Ornelas, FORJAZ, Jorge, *Op. Cit.,* tít. de PAMPLONA, § 1º, nº 12.

[13] Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo. Parece-me importante ficar também aqui registado que em 1875 foi efectuado um primeiro averbamento da propriedade de Santa Catarina com o mesmo número 7603, no livro nº.20, e que em certo ponto diz o seguinte: "… esta descripção à vista de uma sentença de formal de partilha, extrahida de uns autos de inventario dos bens que ficaram, por óbito de António Sieuve de Seguier Camello Borges, viúvo, proprietário morador que foi nesta cidade, [?] e com data de 6 de abril de 1875 …". Em *As Genealogias da Ilha Terceira*, os seus autores referem que por altura de Domingos Lopes Soeiro «… vivia em Barcelos o casal João Lopes e Maria da Silva, pais do licenciado Manuel Lopes de Amorim, que casou em Barcelos a 7.12.1695 com Ana Velho Colaço, e que são tronco dos Lopes de Amorim, senhores de uma casa na Rua de São Francisco em Barcelos. Os dados disponíveis não nos permitem estabelecer qualquer parentesco entre estas duas famílias contemporâneas e quase vizinhas." Em nota de roda pé referem ainda que «desta família descende D. Maria Casimira Soares de Brito e Sousa de Amorim, c.c. Carlos Jorge da Silva Sieuve de Séguier – vid. SILVA, § 2º, nº 5 -». Seria interessante saber qual a relação entre este e António Sieuve de Seguier Camello Borges, que é mencionado no documento da Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo.

[14] PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura Barroca em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Breve, Ministério da Educação e Cultura,1992, p. 35.

[15] DIAS, Fátima Sequeira, *A importância da "Economia da Laranja" no arquipélago dos Açores no século XIX*, in https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/494/1/FatimaSequeiraDias_p189-240.pdf. A autora refere Guilherme Read Cabral que informa que em 1873 já acabara o período áureo da laranja, em «O Cultivador», 2º ano, n.º 16, 1874, p. 114.

vegetação. A´ borda do caminho guindam sobre os muros elevados os castanheiros, viçosos laranjaes, e todo o genero de arvoredos. As magnificas casas de recreio muitas vezes se confundem com soberbos palacios. A bellissima entrada da grande quinta de *Sancta Catharina* pertencente ao vinculo de Domingos Lopes Soeiro d´ Amorim, seu grande pateo cercado de um passeio alto, sustentado por arcadas de cantaria, as altas escadas, que sobem até ás casas, cuja fachada, ennobrecida com uma ermida em frente, se eleva, magestosa pela sua regularidade, symetria, e elegancia, bem mostram a que ponto chegou o luxo, e a magnificencia dos grandes da ilha neste género de edificios"[16].

Esta escadaria (fig. 3) justifica-se para vencer o desnível entre o pátio e a casa propriamente dita que se implanta afastada do caminho e a uma cota muito superior e cujas traseiras estão à mesma cota da quinta que se desenvolve atrás. Dessa necessidade tira-se um efeito cénico de grande beleza, a que não corresponde interior condicente, uma vez que, para a sua frente, a casa propriamente dita é o andar superior, e os vãos centrais que nas paredes do escadório se abrem no primeiro patamar, quase todos com emolduramentos de desenho idêntico aos da casa, são enganosos, pois são de acesso e iluminação a uma antiga arrecadação abobadada[17] sem a função e dignidade dos compartimentos do andar da casa que é, também, o seu andar nobre.

A casa com o seu escadório e as duas arcadas de um e de outro lado do pátio, organizam-se numa planta em U, fechado do lado da rua por alto muro. Este muro, do lado nascente da quinta, em conjunto com um eventual portão de madeira opaco que teria de início, como já mencionado, conferia privacidade ao pátio-terreiro de entrada, privacidade um pouco mais comprometida com a transparência do actual portão gradeado.

Poderíamos conjecturar que as traseiras poderiam dar ainda para um jardim que poderia preceder a parte agrícola da quinta, eventualmente com uma varanda coberta nessas traseiras, tanto mais que essa fachada é orientada para poente, e são mencionadas obras de melhoramentos da casa efectuadas por Manuel Luis Lopes Monteiro de Amorim, "1º administrador do vínculo instituído por seu tio Domingos Lopes Soeiro

[16] ANDRADE, Jeronymo Emiliano d´, *Thopographia ou Descripção Physica, Politica, Civil, Ecclesiastica, e Historica da Ilha Terceira dos Açores*, Parte Primeira, Angra do Heroismo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1843, p. 219. Note-se que o autor se refere ao vínculo de Domingos Lopes Soeiro d´ Amorim e não Domingos Lopes Soeiro de Oliveira, mas deve ter sido lapso. Por sua vez, Pedro de Merelim na sua obra "As 18 Paróquias de Angra" na reedição do IHIT, p. 334, cita este autor e esta mesma obra e refere o «vínculo de Luís Lopes Soeiro d´Amorim». De notar ainda que Pedro de Merelim refere que «a Ermida de há muito existia e ao culto estava aberta» pois o sobrinho de Domingos Lopes Soeiro de Oliveira, Manuel Luís Lopes Monteiro de Amorim, na petição submetida ao Cabido refere que «sempre a dita morada se conservou com a dita Santa em razão de um Oratório ou Ermida que tem usando nela do tempos dos seus antepassados com o sacrossanto sacrifício da Missa a que vinham os moradores circunvizinhos ao toque de um sino que tem em sineira pública por ser tida por Ermida e como o suplicante não achasse o título do património por falecimento de seu tio Domingos Lopes de Oliveira (…) levando VV´s SS´s por bem de a constituir por Ermida de Santa Catarina pela utilidade que recebem os circunvizinhos por longe que lhes fica a igreja por ser esta independente das Casas com porta para o pátio da mesma quinta,…»

[17] Conforme informação de Doutor João Maria Mendes.

de Oliveira" das quais constam um "granel, torre e varanda coberta, cozinha ao pé da cocheira e «alguns repartimentos dentro de casa»"[18].

O escadório ocupa uma posição frontal ao portão de entrada e apresenta-se como o elemento arquitectónio de maior impacto do conjunto edificado. É constituído por um primeiro lanço de escadas perpendicular à casa e ao meio desta e que conjuntamente com o portão acentua a sua axialidade, Este primeiro lanço dá para um patamar de acesso à referida arrecadação abobadada e à qual pertencem todos os vãos que aí se abrem, e delimitada no seu exterior, de um e do outro lado das janelas laterais à porta da arrecadação, por duas bandas verticais em cantaria que coincidem com as ombreiras das mesmas. É bem provável que, desde a sua origem, este primeiro lanço não tivesse corrimãos em cantaria.

Desse patamar, e em posição simétrica, partem dois lanços divergentes de escadas e que dão, de ambos os lados, a patamares de acesso aos terraços sobre as arcadas, para os quais se passa por baixo de dois arcos abertos em paredes sem remate superior, e por isso, configuram-se como inacabadas. Daí partem os dois últimos lanços convergentes num patamar central de acesso à porta principal da casa, e ainda, do patamar do lado direito, uma escada de acesso à porta da capela.

A casa propriamente dita, que coroa todo este escadório, tem na sua fachada principal sete vãos. Uma porta central de padieira circular – que deve ter sido alterada no século XIX, senão mesmo no XX –, com duas janelas de cada lado, de peito e avental de cantaria que assentam em estreito roda pé ou friso em cantaria, e separadas dos estreitos módulos laterias por pilastras que se unem às ombreiras dos respectivos vãos e avental da janela do módulo esquerdo, que por sua vez também se unem aos cunhais da casa, formando assim duas fortes manchas em cantaria que rematam a fachada principal da casa de ambos os lados: o da esquerda com uma janela de peito e o da direita com a porta de acesso á capela. Estes estreitos módulos são encimados por dois frontões em curva e aletas contracurvadas, rematados por pináculos, sendo o da capela perfurado para sineira. Estes frontões, com os balaustres dos terraços, são os únicos elementos no desenho da casa, escada e arcada, que, eventualmente, apresentam algum barroquismo no seu desenho. Mas podem ter sido adições posteriores.

[18] MENDES, António Ornelas, FORJAZ, Jorge, *Op. Cit*. Os autores referem «B.P.A.A.H., *Inventários Orfanológicos*, M. 696».

*Figura 3- Vista da frente e do pátio do Paço de Santa Catarina. Fotografia de FRD.*

Os parapeitos dos patamares e dos corrimãos são em panos de parede de cantaria, no início e fim dos quais existem pequenos remates superiores de meias esferas, à excepção dos dois últimos laços que convergem no parapeito do patamar central mais alto e rematados nessa diferença de alturas por uma espécie de pequenas carrancas de recebimento.

O corpo central da casa remata superiormente por entablamento de friso, parede e cimalha em cornija magra e beirado duplo de telha de canudo.

Todos estes elementos de cantaria das pedreiras da região de Angra do Heroísmo, tradicionalmente caiados a cinzento para protecção das pedras da sua fácil degradação pelos agentes atmosféricos, desenham-se bem em destaque de cor sobre os planos de parede outrora bem caiados a branco onde se inscrevem ou delimitam.

Ao centro do muro que separa o pátio-terreiro da rua, abre-se o imponente portão já mencionado. É construído em cantaria do mesmo tipo de pedra e tem ombreiras que formam com a padieira recta uma moldura reentrante de perfil complexo de curvas e contracurvas, ladeada por duas colunas salomónicas que rematam em capitéis coríntios ou compósitos, à altura de um primeiro friso muito ornamentado de figuras fitomórficas do entablamento formado por este friso ornamentado, uma cornija, um outro friso liso e rematado superiormente por uma cornija superior mais gorda e com pináculos em baixo relevo aprumados com os capitéis das colunas torsas.

Sobre este entablamento, e à maneira de pedra de armas, existe um florão central rectangular em baixo relevo, enquadrado de cada lado por duas aletas de curva e contra-curva e que se desenham numa sobre-elevação de muro à maneira de pequeno frontão quebrado em recortes rectos.

Na arquitectura da casa nobre do barroco, são frequentes os edifícios com planta em U, mas de que já se registam exemplares de casas nobres de tempos bem anteriores. Do período barroco, os exemplos são vários: o Palácio Galveias em Lisboa; a entrada da Casa de Calhariz em Sesimbra; a Casa das Ínfias ou do Vale de Flores e a Casa ou Solar Maciel Aranha, ambos em Braga; e mesmo a entrada do Solar de Mateus em Vila Real, só para enumerar alguns de entre muitos outros.

*Figura 4 - Casas nobres do barroco em Braga. Em cima a casa da Ínfias ou de Vale de Flores e em baixo o Solar Maciel Aranha. Fotografias de LAD.*

Não é este exactamente o caso do Paço de Santa Catarina, onde a planta em U é formada à custa das duas arcadas abertas que enquadram, de um e do outro lado, a casa, esta com uma composição linear em rectângulo paralelo ao muro da mesma, e não como nas outras casas barrocas citadas onde o U é feito por uma construção toda ela fechada.

Mas, como referido atrás, esta configuração em U já se verificava em intervenções anteriores ao barroco, tanto mais que em Portugal encontramos o exemplar do alto renascimento do Paço dos Duques de Aveiro em Vila Nogueira de Azeitão, que será tratado mais adiante.

**Perspectivas axiais, simetrias, escadas, escadarias e escadórios**

Conforme já referido, o desnível do terreno entre a Quinta de Santa Catarina e o Caminho de Cima, actual Rua Capitão João de Ávila, propiciaram a construção de escadas para o vencer. Deste modo tirou-se partido desse facto no sentido da construção de uma imponente escadaria em duplo ziguezague e que desempenha um papel central e de destaque no paço. E para lhe conferir uma pespectiva acentuada por uma simetria em relação a uma axialidade, optou-se por afastar a casa do caminho, para assim se obter a necessária distância para permitir essa perspectiva, para o que contribuem decisivamente as duas galerias em arcada.

Estas escadarias ou escadas de desenho simétrico, conforme a sua maior ou menor imponência, são essencialmente usadas desde o Renascimento italiano, sejam para vencer desníveis de terreno, seja para vencerem os pisos térreos de villas ou palácios destinados a lojas e darem acesso ao andar nobre elevado pelo lado de fora.

Para Tivoli, Roma, em 1560 o cardeal Ippolito II d´Este, encomendou a Pirro Ligorio o desenho de um jardim na encosta do Vale Gaudente de onde se disfrutava uma vista surpreendente[19]. Ippolito II d´Este havia sido nomeado governador de Tivoli desde 1550, e a sua inicial residência num antigo convento sobranceiro a este vale de largas vistas não tinha as condições necessárias para a dignidade do cargo e aspirações de grandeza do cardeal. Para isso reformulou radicalmente esse antigo convento construindo um palácio imponente cuja fachada principal se orienta para o jardim que constrói em socalco e declive com a grandiosa panorâmica que dele se disfruta (figs. 5 e 6) e cujas obras foram seguidas pelo arquitecto da corte, Alberto Galvani[20].

O efeito cénico é surpreendente em todo o jardim. Para além da profusão de jogos de água e das surpresas que deleitam para quem deambula pelos diferentes caminhos que o compõem, estes sempre se organizam em percursos que oferecem perspectivas para pontos focais onde, por vezes, se evidenciam fontes mais ou menos escultóricas, ou lógias e casas de fresco.

[19] Villa d'Este, Tivoli, (Rome) - Italy - Official Site - *www.villadestetivoli.info/storiae.htm*

[20] Idem.

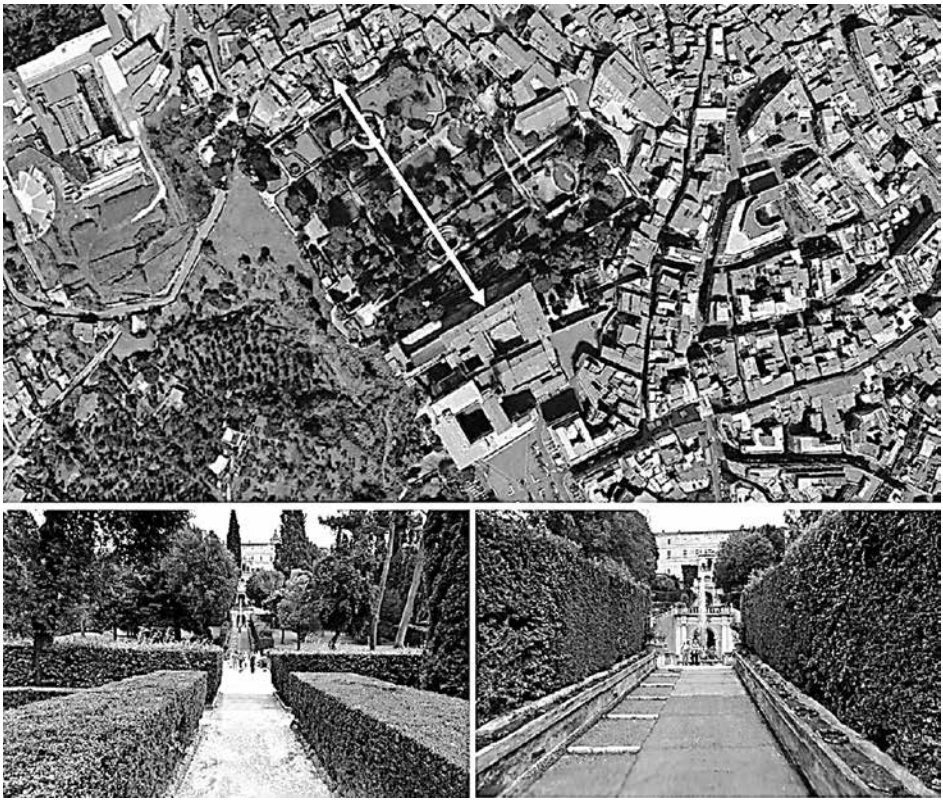


*Figura 5- Villa d´Este e jardim. Fotografia aérea com a marcação do eixo principal cuja vista se vê nas fotografias de baixo. Fotografias do Google Earth e respectivo str. view.*

Mas o eixo principal do jardim é o «central», sensivelmente na direcção nor-noroeste / sul-sudeste, perspectivando nichos, fontes e a escadaria de acesso ao palácio propriamente dito, que se implanta na plataforma já mencionada que forma grande socalco em ponto alto da encosta do terreno por onde se estende o jardim.

Concentrando-nos neste eixo focal principal para quem percorre o jardim desde o seu extremo até ao palácio, vão-se tendo vistas cada vez mais nítidas do seu centro, e onde a perspectiva axial é bem demarcada pelas sebes aparadas, ora mais altas, ora mais baixas, que de ambos os lados delimitam o percurso, bem como o jogo central de grutas e repuxos de água nos vários níveis e em particular nas lógias também centrais do seu simétrico escadório e para onde somos convidados a focar o nosso olhar e dirigir os nossos passos. (fig. 5)

*Figura 6 - Villa d´Este. Vistas da fachada para o jardim e para a praceta de entrada. Vistas em 3D do Goole Earth.*

Aliás esta questão dos grandes eixos focais das grandes perspectivas são, no ocidente, apanágio do pós-Renascimento, em particular nos jardins, que encontram o seu expoente máximo no jardim, já barroco, de Versailles, da autoria de André Le Nôtre e cuja vista do palácio para o jardim e a paisagem procura perder-se no infinito.

As rampas, e depois os lanços de escadas que do jardim dão acesso ao palácio d´Este, desenvolvem-se simetricamente em relação a esse eixo e simetricamente a cada um dos outros eixos secundários que compõem os vários conjuntos de escadas laterais à principal. Neste caso, palácio e jardim desenvolvem-se como um todo harmonioso, sendo, contudo, o jardim que marca bem o eixo do palácio. Este, porque aproveitando parte do primitivo convento, terá sido objecto de compromissos que foram resolvidos de forma a privilegiar a sua relação com o jardim, já que o acesso do espaço público à porta principal é secundário (fig. 6), não se adivinhando daí a imponência do conjunto edificado no seu relacionamento com um jardim que funciona como ponto de maior atracção e devaneio.

A cota do terraço em socalco onde se implanta o palácio é mais baixa que a da praceta pública de acesso, pelo que o piso da entrada do palácio para o lado do jardim é alto. Assim, a escada central exterior do palácio vence o desnível entre o piso mais alto da entrada e o terraço superior do jardim onde se implanta, mais abaixo, por dois lanços iguais e simétricos que descem divergentes de um patamar central coberto por lógia em cima, que se apoia a outra lógia em baixo. Por sua vez, desse terraço mais alto do jardim, descem quatro lanços de escadas, dois a dois, a partir de dois patamares que alinham na perpendicular com as chegadas das escadas que saem do andar nobre do palácio. Ao centro convergem simetricamente os do meio, também ocupado por uma outra lógia que abriga o patamar de chegada, à frente do qual partem, também por sua vez, duas rampas divergentes em posição simétrica para uma cota do jardim mais baixa e de onde se prossegue de forma convergente para outra cota inferior do jardim, formando losangos nesta parte do declive do jardim. (fig. 6)

Com efeito, e na sequência da descoberta da perspectiva no desenho e na pintura do Renascimento, as longas perspectivas, tanto na arquitectura, como no desenho dos jardins e mesmo, mais tarde, no desenho das grandes intervenções urbanas do barroco ao neoclássico, são quase uma constante – tenham-se em conta as grandes intervenções de Haussmann no século XIX em Paris. Estas vistas largas e lineares dão bem a dimensão de grandeza nos longos enfiamentos, sejam das portas de uma sucessão de salas e salões das zonas mais nobres de palácios ou casas grandes, ou dos enfiamentos perspécticos dos grandes eixos dos jardins do pós-Renascimento, em especial do barroco, e que chamam a atenção para pontos focais onde muitas vezes se colocam, um obelisco, colunas, estátuas, fontes, grutas ou pavilhões, ou ainda nas grandes avenidas pontuadas por marcos importantes, como é o caso paradigmático dos Campos Elísios em Paris focalizado no Arco do Triunfo num extremo e no Obelisco da Concórdia no outro, vista essa que se prolonga ainda pelas Tulherias até ao Louvre.

O desenho simétrico do jardim da Villa d´Este permite ainda um deambular nos seus percursos, maioritariamente ortogonais entre si, de um ou do outro lado do centro, ao mesmo tempo que as várias simetrias em relação a diferentes eixos dominantes permitem a percepção de um formalismo que transmite equilíbrio e estabilidade muito do agrado do poder em geral, da alta nobreza e não só.

O pátio que existe no interior da Villa d´Este localiza-se, muito provavelmente, no mesmo local do antigo claustro do convento. Actualmente é um pátio renascentista com arcadas de volta inteira, à romana, em três faces do pátio que suportam um terraço que

as acompanham nas mesmas três faces, e ostenta ainda uma grande fonte na quarta face orientada a norte. (fig. 7)

*Figura 7- Villa d´Este. Pátio interior. Fotografias em 3D do Google Earth.*

Ora o pátio de entrada do Paço de Santa Catarina, não fora a escadaria monumental que ostenta e o muro que o separa da rua do lado oposto, tem parcialmente o mesmo desenho deste pátio interior, com duas correntezas de seis arcadas de um e do outro lado que suportam terraços. Podemos assim afirmar com segurança que o de Santa Catarina é uma versão menos intimista que este pátio italiano, até porque os terraços do de Angra do Heroísmo, conforme já referido, topam sobre a rua para que os moradores ou convidados possam usufruir do que se passa no espaço público, tão ao gosto português, e com especial incidência em ocasiões de festividades, ora de carácter religioso ora de carácter profano. (figs. 2 e 19)

Trata-se, pois, de um pátio de entrada onde todo o aparato cénico se destina a impressionar os visitantes, e esta actitude ostentatória é muito comum na arquitectura portuguesa, em especial quando se trata de um cenário a que não corresponde um interior condizente.

O Palácio ou Villa Farnese em Caprarola (figs. 8 e 9) é do século XVI, desde a fundação de uma fortaleza, ou *rocca*, com planta pentagonal e mandada construir pelo Cardeal Alessandro Farnese, mais tarde Papa Paulo III, entre os anos de 1515 e 1530 e da autoria de António Sangallo o Jovem e Baldassare Peruzzi[21]. Isso determinou a configuração do palácio executado uns anos mais tarde pelo seu neto, homónimo, também Cardeal Alessandro Farnese, iniciado em 1559 segundo projecto de Giacomo Barozzi da Vignola[22], que foi também arquitecto da Igreja de Gesu em Roma.

[21] COFFIN, David, *The Villa in the Life of Renaissance Rome*, Princeton University Press, 1979, pp. 281-5, in Villa Farnese (Caprarola) - Traveling in Tuscany *www.travelingintuscany.com/gardens/farnese.htm*

[22] Idem, p. 285.

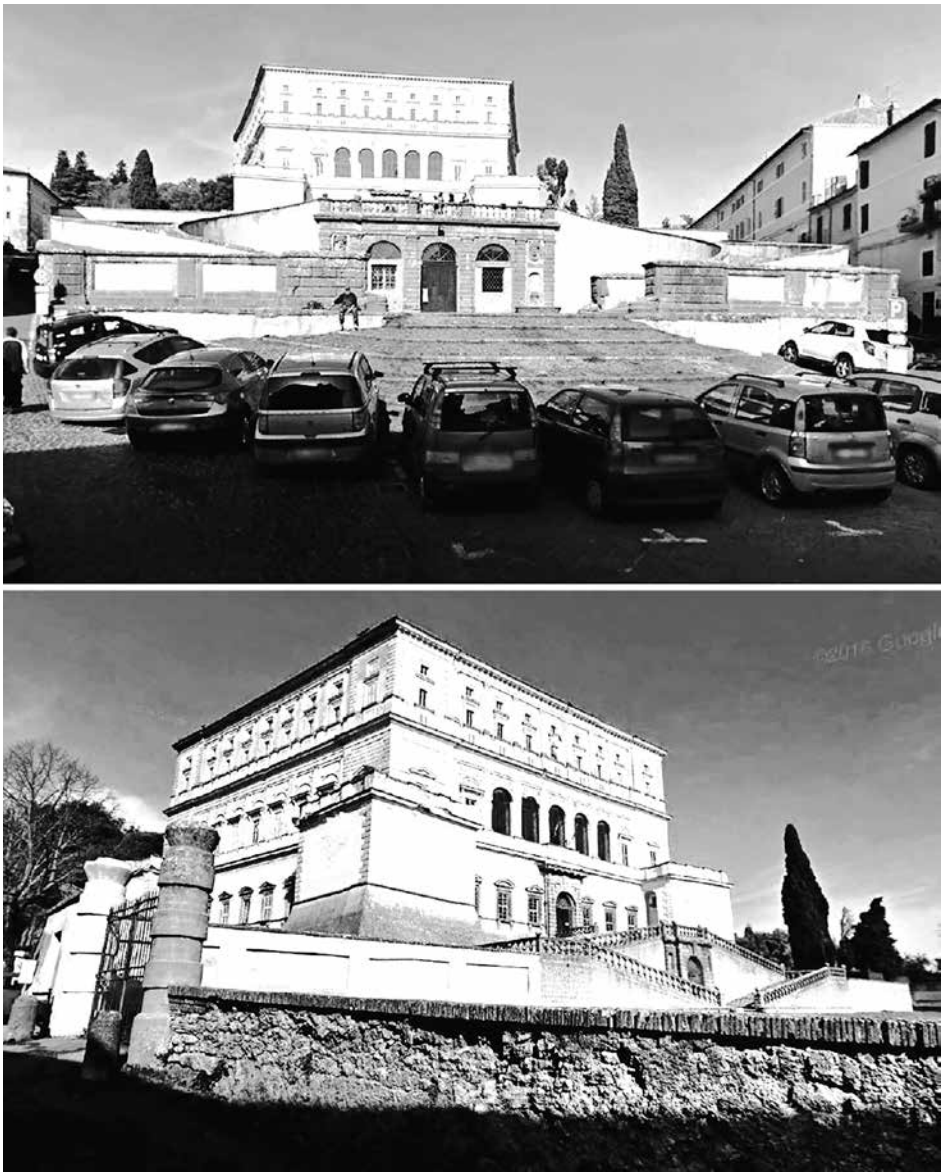


*Figura 8- Villa Farnese em Caprarola. Duas vistas do str. view do Google Earth.*

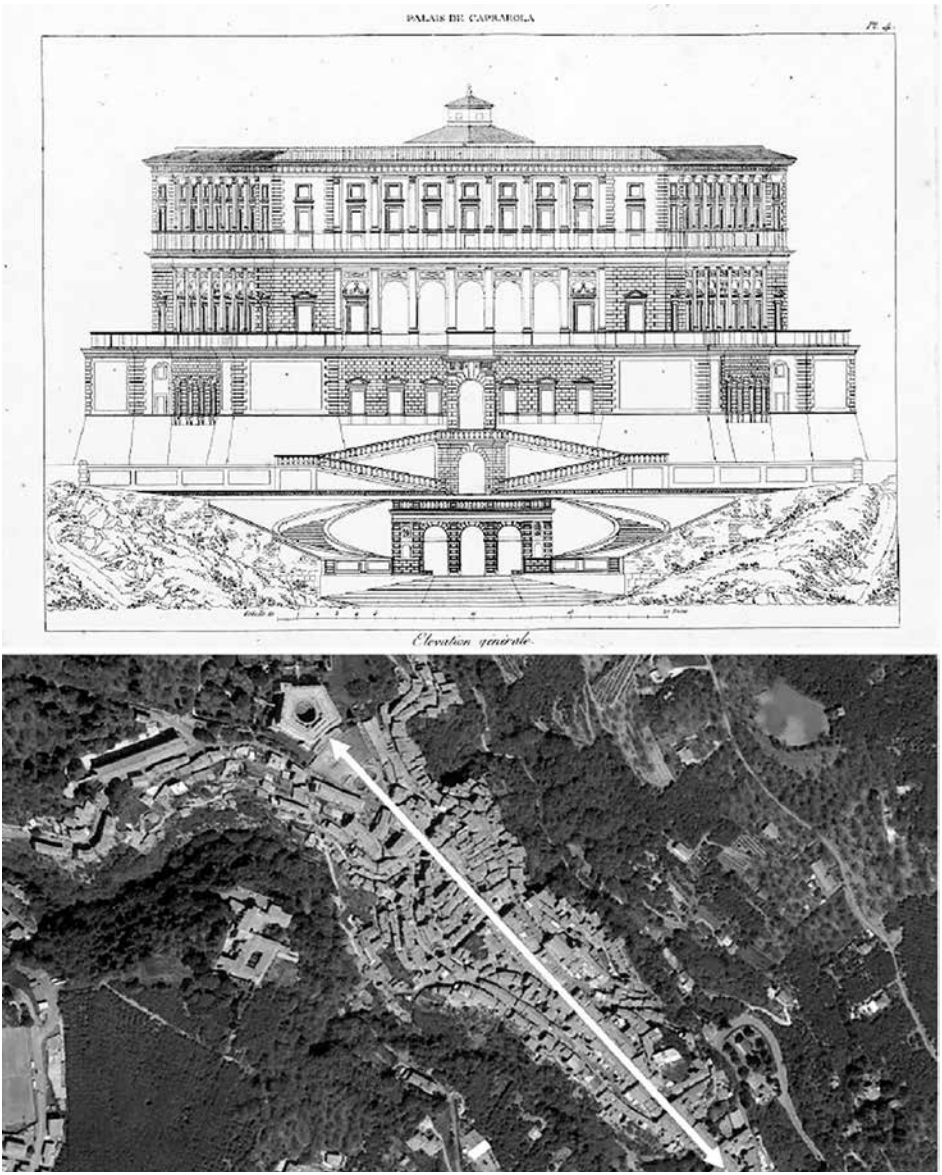



*Figura 9 - Villa Farnese em Caprarola. Gravura francesa da fachada principal do palácio e vista aérea do Google Earth com a indicação do traçado recto da Via Filippo Nicolai.*

Uma vez que é construído no cimo do monte Cimini, numa reminiscência medievalista ainda não totalmente esquecida, quando nos aproximamos do palácio pela central Via Filippo Nicolai é antecedido por uma escada simétrica de dois lanços semicirculares que dão acesso a uma ampla plataforma terreiro onde assenta a fortaleza base do palácio, e com acesso ao piso nobre por outra escada dupla de dois lanços e perfeitamente simétrica, com a mesma configuração das que temos vindo a tratar, mas afastada do palácio para permitir a construção de uma ponte levadiça, por baixo da qual há um outro acesso inferior para carruagens e escondido da frente por essa escada.

Também aqui, a Via Filippo Nicolai, actualmente perfeitamente direita ou directa, foi reajustada ou recortada no núcleo medieval da povoação, para o que teve de se proceder, à época, à demolição de vários edifícios, para permitir uma perpectiva perfeitamente recta, para e a partir do centro do palácio, ao gosto do Renascimento[23].

A Villa Piovenne na Véneto (fig. 10), região de Veneza, cujo projecto é atribuído a Andrea Paládio, também ostenta este tipo de escada, mas mais simples. Trata-se de uma residência do período do maneirismo quinhentista italiano, iniciada em cerca de 1570 e acabada em 1587, com três pisos, sendo o piso térreo destinado a arrecadações e outras dependências de serviço e o segundo piso, o andar nobre, aquele onde se abre a porta principal sob a lógia porticada com colunas que suportam um frontão à maneira greco-romana. Todavia, os porticados laterais e talvez a escada de lanços duplos que dá acesso à lógia serão de 1740 e foram projectados por Francesco Muttoni[24], o que indica que este tipo de escadas continua pelo século XVIII, mesmo em Itália.

*Figura 10- Villa Piovene. Fachada principal. Fotografia em 3D do Google Earth.*

[23] *Caprarola Turismo – Monumenti*, in "Google Earth – Villa Farnese Caprarola".

[24] WUNDRAM, Manfred, PAPE, Thomas, *Andrea Palladio – 1508-1580, Um Arquitecto entre o Renascimento e o Barroco*, Taschen, Itália, 2014, p. 21. Também no sítio Villa Piovene Porto Godi (Lonedo di Lugo di Vicenza - VI) - Comune di ... *https://www.comune.vicenza.it/.../villa_piovene_porto_godi_lone...* refere que: «Significative trasformazioni interessarono il complesso nel corso del Settecento, con il decisivo apporto dell'architetto Francesco Muttoni. Al 1703 risale il cancello d'ingresso; in concomitanza fu sistemata la scalinata che sale alla villa e definito l'assetto del giardino antistante. Nel 1740 furono realizzate le barchesse porticate e, forse, la scala a doppia rampa che sale al pronao.»

O eixo do jardim que dá acesso à villa, passa pelo meio desta e encontra também o meio da escada exterior que acede ao andar nobre. Tanto os parapeitos dos patamares como os corrimãos destas duas villas italianas são em balaustrada, o que lhes retira, um pouco, o sentido de paredes que definem os diferentes planos em que se organizam as escadas, ou seja, um primeiro plano que corresponde aos dois primeiros lanços, e um segundo plano que define os dois lanços seguintes.

*Figura 11 - Solar de Mateus. Pátio de entrada e escada nobre de acesso ao solar. Fotografias de LAD.*

Por influência do Renascimento italiano este tipo de escadas ou escadarias foram usados frequentemente em outros países de cultura ou influência europeia greco-romana. Assim, escadarias destas existem em vários exemplares de arquitectura barroca em Portugal, como é o caso do Solar de Mateus em Vila Real (fig. 11), cujo corpo central é bem provável, senão mesmo certo, ter sido projectado por Nicolau Nasoni[25].

Também aqui a simetria e o alinhamento perspéctico visual convidam ao passeio sob a escada para o pátio interior e o jardim de buxos posterior, ao mesmo tempo que a simetria da escada se impõe como elemento de estabilidade e poder dos seus proprietários e recebimento condigno dos visitantes a que acresce a decoração barroca, em geral muito elaborada, e dos seus parapeitos e corrimãos em balaustrada.

As casas da Quinta do Chantre em Leça do Balio e de Ramalde no Porto (fig. 12), ambas projectadas por Nicolau Nasoni, apresentam escadas do mesmo tipo.

A casa da Quinta do Chantre deve o seu nome ao seu proprietário, "cónego da Sé do Porto, Fernando Barbosa de Albuquerque, que sucedeu como Chantre da referida Sé ao seu tio Manuel Barbosa, em 1736"[26]. Esta família era bastante próxima de Nicolau Nasoni, o que a adicionar às características arquitectónicas da casa e seu enquadramento, é uma das fortes razões da probabilidade de este arquitecto ter sido contratado para a execução do projecto da casa, muito embora não se conheça documentação escrita da época que o confirme[27]. A escada encontra-se incompleta uma vez que não existem aí os balaústres dos corrimãos dos seus lanços, ao contrário do patamar de acesso ao portal principal da casa. Daí ser de deduzir que estes estavam planeados para serem em balaustrada, como os de Mateus, mas ou por falta de verbas ou por excessivo arrastamento das obras no tempo, não chegaram a ser executados.

A fotografia que se mostra na figura 12 foi tirada com zoom desde o portão da quinta que se encontra bem afastado da casa, com a qual comunica por caminho em terra batida e que se desenvolve axialmente até ao centro desta e da escada.

Também aqui Nicolau Nazoni privilegiou a grande vista e a perspectiva central que do portão, bem ornamentado e da sua autoria, se tem da casa, bem como um percurso que nos permite, progressivamente, aproximar-nos dela e usufruir desse espectáculo.

---

[25] Palácio de Mateus - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/.../71128*

[26] Quinta do Chantre, com todo o conjunto de ... - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/73844*

[27] Idem.

*Figura 12 - Em cima Casa da Quinta do Chantre e em baixo a Casa de Ramalde. Fotografias de LAD.*

Na Casa de Ramalde, onde o arquitecto terá intervindo em meados do século XVIII sobre uma casa mais pequena que já aí existia desde o século XVI e que era pertença da família Leite[28], ostenta na sua frontaria para o grande terreiro de acesso e ao eixo do portão de entrada, uma escada do mesmo tipo: simétrica e dupla, com dois lanços de cada lado, divergentes desde a base e convergentes no patamar de acesso ao andar nobre, desta feita com parapeitos corrimãos em parede capeados a granito e enriquecidos com pináculos que rematam superiormente as pilastras dos arranques dos lanços, nos seus cantos e na marcação da pequena balaustrada do patamar superior. É tudo bem delimitado em desenho de granito sobre os planos das paredes, estes rebocados e pintados a outra cor para assim acentuar, em contraste, esse mesmo desenho.

Estas escadas ou escadarias, se forem sucessivamente repetidas pela encosta de um monte acima, transformam-se em escadórios, por vezes com efeitos cénicos surpreendentes.

Dos sacro-montes existentes pela Europa católica, na sequência do Concílio de Trento, vários no Piemonte e Lombardia[29], destaquemos os santuários em Portugal do Bom Jesus do Monte em Braga e o de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego. Dos sacro-montes italianos que foram incluídos na Lista do Património Mundial da UNESCO, somente o Santuário de Oropa, construído entre meados do século XVII até ao século XVIII, no Piemonte, tem uma imponência e significativa axialidade, mas com uma visualização interrompida por dois longos edifícios transversais que formam um grande pátio intermédio antes do largo da igreja principal ao qual se acede através de um amplo escadório linear e axial.

Remonta a veneração dos montes tanto do Bom Jesus de Braga como de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego a tempos medievais. Em Lamego há registos da existência no século XIV de uma capela dedicada a Santo Estêvão mandada construir pelo bispo D. Durando "no cimo do monte que fica em frente a Lamego"[30] e em Braga, no ano de "1373", menciona-se a existência de uma ermida "dedicada a Santa Cruz"[31].

---

[28] Casa Queimada - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/74493/*

[29] Confraria do Bom Jesus do Monte, *bomjesus.pt*

[30] Santuário de Nossa Senhora dos Remédios - Monumentos *www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3737*

[31] Santuário do Bom Jesus do Monte - Monumentos *www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5694*

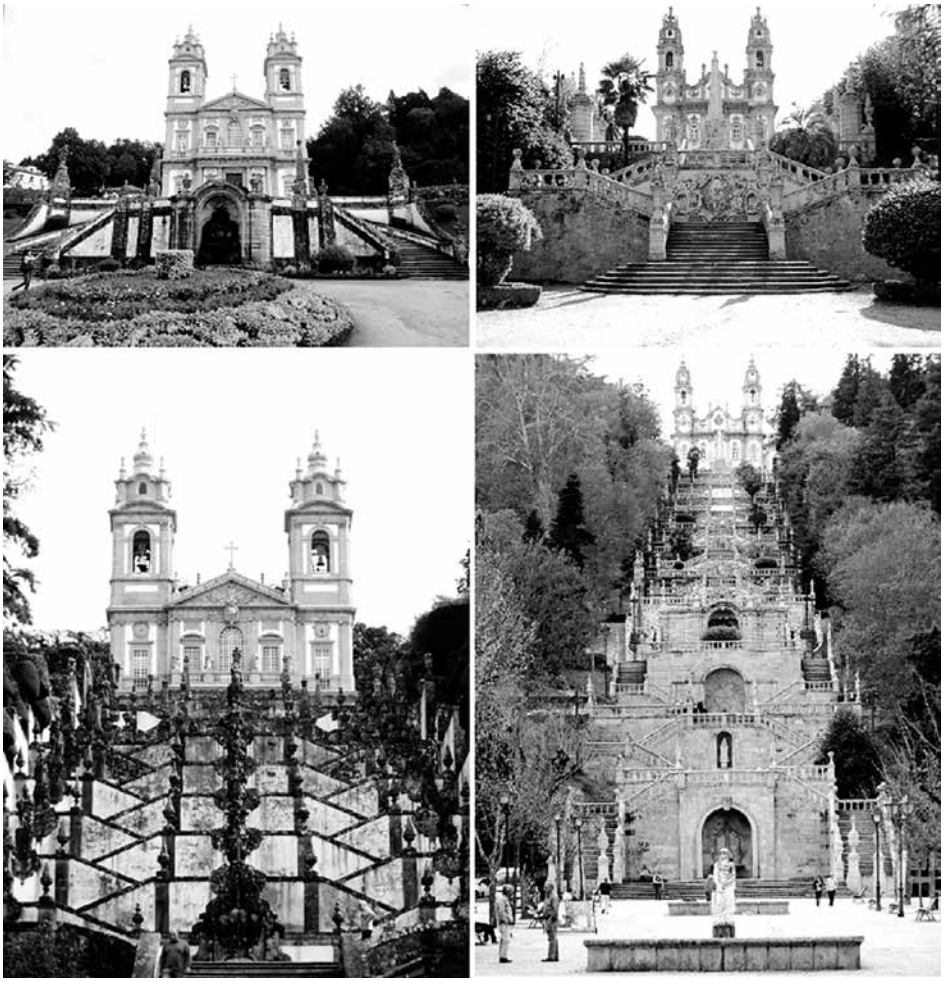


*Figura 13 - Na coluna da Esquerda o Bom Jesus do Monte e na da direita Nª. Sª. dos Remédios. Na fotografia de cima à esquerda o Largo do Pelicano e por baixo os escadórios dos Cinco Sentidos seguido do das Virtudes. Em cima à direita o Pátio dos Reis. Fotografias de LAD.*

Na configuração essencialmente barroca actual de ambos os escadórios (fig. 13) é mais antigo o de Braga do que o de Lamego, cerca de cinquenta anos, uma vez que, em

1722, é ao arcebispo de Braga Dom Rodrigo de Moura Teles que se deve a decisão de proceder à reconstrução e profunda remodelação do pequeno santuário que aí existia, enquanto o actual escadório monumental do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios iniciou-se no ano 1777 por decisão de Dom Manuel de Vasconcelos Pereira, Bispo de Lamego, que para o efeito contratou o pedreiro Manuel Faustino Loureiro, obedecendo a desenhos vindos de Lisboa, embora haja registos de "desenhos oriundos de Coimbra"[32]. No de Lamego, antes de chegar ao topo, onde se implanta a igreja que não se sabe ao certo se é da autoria de Nicolau Nasoni, André Soares ou mesmo José de Figueiredo Seixas, passa-se pelo Pátio dos Reis onde se implanta ao centro o chafariz dos Remédios com o seu obelisco, este sim, devidamente confirmado que foi desenhado por Nicolau Nasoni e concluído em 1738[33].

Quanto ao Bom Jesus de Braga, é presumível que Dom Rodrigo de Moura Teles tenha encarregue o engenheiro militar Manuel Pinto de Vilalobos de proceder ao risco do escadório, em especial o dos Cinco Sentidos[34], já que era homem com provas dadas em Viana do Castelo e provavelmente também em Caminha, no desenho de casas nobres e não só, pois sabe-se que veio a trabalhar na igreja barroco-rococó de S. Marcos em Braga, entre 1733 e cerca de 1750[35].

Como é natural, as obras de estes dois escadórios prolongaram-se no tempo: o de Braga pelo século XVIII adentro, já na vigência do neoclássico, e o de Lamego só terminando na primeira metade do século XX. Independentemente deste facto, e como já referido, em ambos os escadórios prevaleceu a feição barroca. O do Bom Jesus essencialmente da primeira metade do século XVIII e o de Nossa Senhora dos Remédios da segunda metade do mesmo século.

Para além das diferenças no desenho dos corrimãos de ambos os santuários, o de Lamego em balaustrada de granito e o de Braga em panos de parede, os diferentes declives das encostas dos montes determinaram diferentes plantas. O do Bom Jesus com uma sucessão de jogos de lanços de escadas paralelos entre si, ora divergentes ora convergentes, nos escadórios dos Cinco Sentidos e das Virtudes dado o muito maior declive do monte nesse local, até se espraiar na plataforma do Largo do Pelicano e ajustar-se desta forma ao terreno. Desse penúltimo largo partem então dois generosos lanços curvos até ao amplo adro onde se implanta a neoclássica basílica, da autoria do arquitecto bracarense Carlos Amarante, iniciada em 1784, terminada em 1811 e sagrada em 1857[36]. Esta solução de escadas de certo modo lembram as duas primeiras escadas curvas da

---

[32] ALVES, Joaquim Jaime Ferreira, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, "Nossa Senhora dos Remédios, santuário", Lisboa, 1989, **p. 322, in** Santuário de Nossa Senhora dos Remédios ... - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/73815*

[33] Chafariz dos Remédios - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/...do.../7381*

[34] Santuário do Bom Jesus do Monte - Monumentos

[35] *www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5694 www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/.../74657/*

[36] Confraria do Bom Jesus do Monte, *bomjesus.pt*

Villa Farnese de Caprarola. Já no de Lamego, por ter declive menos acentuado, optou-se pela interposição de dois lanços axiais perpendiculares, um de baixo e outro para cima de cada conjunto de lanços divergentes e convergentes, e considerando patamares terreiros mais espaçosos entre cada conjunto de escadas.

O desenho de um primeiro lanço perpendicular que depois diverge para dois lanços opostos que depois vêm a convergir num patamar central de onde parte um sexto lanço perpendicular, aproxima o desenho do escadório de Lamego da escadaria do Paço de Santa Catarina, só faltando a este um sexto lanço perpendicular no seu topo. Mas no caso de Angra do Heroísmo tal não foi necessário em resultado do desnível do terreno que era preciso vencer e do espaço pretendido para a profundidade do pátio de entrada. No caso de Lamego assim não é e por isso se estende, menos apertado, monte acima.

As necessidades de ajustamento ao terreno condicionaram a planta do escadório do Bom Jesus, mas não o partido adoptado dos corrimãos e peitoris dos patamares em parede, como foram também adoptados na Casa de Ramalde e no Paço de Santa Catarina, estes, eventualmente, por razões de ordem económica. É certo que as paredes dos escadórios do Bom Jesus foram enriquecidas com esculturas que assentam em elaboradas mísulas a elas adossadas. Mas o uso da sucessão de parapeitos e corrimãos em parede, em vez de balaústres, acentua o partido cénico pretendido, como bambinelas, ao inverso, de um palco de teatro.

Assim, independentemente da data em que a escadaria do Paço de Santa Catarina foi executada, esta inscreve-se formalmente entre o de Lamego e o do Bom Jesus.

Ora estes escadórios influenciaram outros fora do continente português.

Deles apresentam-se somente os exemplos do escadório em Panjim, Goa, no acesso à Igreja de Nossa Senhora da Conceição e que é da década de 1870[37] e o do Santuário de Nossa Senhora da Paz em Vila Franca do Campo na ilha de S. Miguel, projectado por Alberto Albergaria da Silva Pacheco e executado entre 1967 e 1968[38], data bem recente se atendermos à data da primeira ermida que existia no local no século XVII, e mesmo da actual ermida ou capela que vem a ser construída em 1764 para substituição da anterior, entretanto arruinada. (fig. 14)

[37] FARIA, Alice Santiago, GOMES, Paulo Varela, in Igreja de Nossa Senhora da Conceição Panaji [Panagi/Pangim/Panjim/Nova Goa], Goa, Índia

[38] Ermida de Nossa Senhora da Paz - Monumentos *www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8242*

*Figura 14 - Em cima o Santuário de Nª. Sª da Conceição em Panjim e em baixo o de Nª. Sª da Paz em Vila Franca do Campo. Em cima fotografia de LAD e em baixo do Google Earth.*

**O Paço dos Duques de Aveiro em Vila Nogueira de Azeitão**

"O edifício foi construído pelo mestre de Sant´iago, D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II"[39], durante a primeira metade do século XVI, uma vez que nasceu em Abrantes em 1481 e morreu em Palmela em 1550[40]. Todavia, como as obras se terão prolongado por muito tempo, é provável que o grosso delas se tivessem executado na segunda metade do mesmo século chegando mesmo a atingir o século XVII[41], provavelmente até o tempo de "D. Álvaro de Lencastre, 3º Duque de Aveiro, que fixou residência de forma quase permanente em Azeitão, a partir de finais do século XVI" e cujos silhares de azulejos do século XVII nos seus salões "deram toda a sumptuosidade ao palácio"[42]. (figs. 15 a 17)

De início, D. Jorge de Lencastre e seu filho D. João, este o primeiro duque de Aveiro, habitavam umas "casas contíguas ao Convento de São Domingos" quando aí se deslocavam. As obras do palácio devem ter-se iniciado por volta de 1521 porque é sabido que entre esta data e o "ano de 1537 a família recebeu a concessão de parte dos terrenos, por aforamento, dos padres dominicanos"[43].

No palácio vieram a hospedar-se figuras ilustres, como Filipe II de Portugal em 1619, e mais tarde D. João V, em 1711 e novamente em 1715. Em 1759 "o último duque de Aveiro é preso, sendo picadas as armas ducais do portal" e em 1773 o palácio é cedido "a Magalhães e Larcher", para aí instalar a 1ª fábrica de chitas, que funcionou até 1847[44]. Daí este palácio ter sido também conhecido por "«palácio da fábrica»" sendo que os seus "teares ficavam no corpo que o limita pelo Poente"[45]. Também nele estiveram retidos sob "custódia os jesuítas expulsos de Portugal"[46].

Este paço com as suas pilastras em cantaria rusticada é herdeiro directo do Renascimento italiano, mas já na transição para o maneirismo. Apresenta o corpo central mais alto que os laterais, (figs. 15 e 16) e este, à excepção do mezanino que só tem seis vãos, pois a ornamentação do portal de entrada que inclui o antigo brasão sobe até ao terceiro piso, tem sete vãos no primeiro piso e também sete janelas de sacada no terceiro piso. Neste terceiro piso apresenta três janelas com frontões triangulares, uma ao centro mais ornamentada com três pináculos de bola em baixo relevo sobre o seu frontão, cujo tímpano ostenta um busto, e uma janela em cada um dos módulos laterais. Estas janelas são intervaladas por outras de padieira recta com friso e cornija. Os corpos laterais têm somente janelas de padieira recta: com friso e cornija as do 2º piso a contar do espaço público, e no último andar com emolduramentos simples e lisos. (figs. 15 e 16)

---

[39] *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* vol. 35, pp. 593 e 594.

[40] O Portal da História - D. João II *www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/joao2.html*

[41] CALADO, Maria, *Cidades e Vilas de Portugal - Azeitão*, Lisboa, 1993, p. 73, in Palácio dos Duques de Aveiro - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/74294/*

[42] Palácio dos Duques de Aveiro - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/74294/*

[43] Idem.

[44] Pesquisar o Inventário do Património Arquitetónico - Monumentos *www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c*, IPA.00003429

[45] *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* vol. 35, pp. 593 e 594.

[46] Idem.

*Figura 15 - Em cima o Paço de Santa Catarina e em baixo o corpo central do Paço dos Duques de Aveiro em Azeitão. Fotografias de FRD e LAD.*

Também o Paço de Santa Catarina tem o mesmo número ímpar de vãos no andar nobre que o último piso do corpo central do Paço dos Duques de Aveiro, para assim permitir um vão central. Também a modulação vertical entre pilastras, com cinco vãos no módulo central mais largo, e um vão em cada um dos módulos laterais mais estreitos, é idêntica na organização do desenho dos dois paços. Apesar de o desnível do terreno do paço de Vila Nogueira de Azeitão ser menos acentuado que o do paço de Angra do Heroísmo, este facto associado à altura do corpo central do paço de Azeitão, propicia-lhe uma fachada mais altaneira do que seria necessário se o terreno fosse plano, e salvaguardadas as devidas diferenças, esse aspecto também aproxima os dois casos. (fig. 15)

No Paço de Santa Catarina a escala é diferente: muito mais pequena na largura da frente do conjunto edificado do que no Paço dos Duques de Aveiro; tem muito menos impacto a massa, dimensão e função das alas laterais do Paço de Santa Catarina do que as do paço de Azeitão, este, quando visto de frente, e sem qualquer desprimor, lembrando um lavagante de avantajadas tenazes que abraçam um espaço público; e ainda o facto de a fachada do corpo central deste paço de Azeitão comportar três pisos reais, um primeiro piso sobreposto de mezanino e ainda um terceiro, e que se elevam sobre uma plataforma de cota bem mais alta que o terreiro de acesso.

Mas as proporções do Paço de Santa Catarina na sua relação com um pátio fechado dão-lhe uma imponência, que é somente conseguida no paço de Azeitão à custa da sua dimensão real, em face da sua abertura a um amplo espaço público.

Também neste paço de Azeitão o acesso à entrada do edifício é feito por uma escadaria simétrica, ao que parece antigamente adornada com estátuas de mármore[47] que eventualmente assentariam no parapeito superior e também, eventualmente, nos dois nivelados parapeitos laterais dos patamares da escada, actualmente encobertos pela vegetação.

Com uma configuração simétrica, a escada é formada por dois grandes lanços divergentes e que dobram em patamares longos e perpendiculares à fachada para, junto desta, dobrar novamente em dois lanços mais curtos, convergentes, mas em oposição mais afastada entre si. Estes dois últimos lanços não são visíveis do exterior visto estarem bem mais recuados, e o paredão e plataforma onde se encostam os dois primeiros lanços de escadas esconderem os segundos, não permitindo ao visitante ter uma percepção do desenho real da escadaria com dois lanços divergentes, esses visíveis, e dois, mais curtos, convergentes, mas não visíveis da entrada. Tal é diferente da escadaria do Paço de Santa Catarina que, como já visto, tem um impacto visual bem mais evidente e nítido do que o das escadas do paço de Azeitão, apesar do parentesco entre as escadas de ambos os paços. (fig. 15)

[47] Palácio dos Duques de Aveiro - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/74294*

*Figura 16 - O Paço dos Duques de Aveiro em Vila Nogueira de Azeitão. Panorâmicas, distorcidas, da frente e traseiras. Fotografias de LAD.*

Como já referido, no caso deste paço de Azeitão o impacto está, em primeiro lugar, na massa imponente do conjunto em U alargado e onde os corpos laterais enquadram o seu corpo central. Mas quando nos aproximamos deste, o impacto é acrescido pelo facto desse corpo central se implantar na alta plataforma suportada pelo grande muro onde encostam os dois primeiros lanços de escada.

Em ambos os edifícios existe uma diferenciação de grande contraste entre as fachadas principais e as das traseiras. No caso do de Azeitão, com dois pisos mas sem qualquer cuidado especial no seu tratamento arquitectónico, limitando-se a ser uma

parte relacionada com a zona de serviços de apoio rural da propriedade (fig. 16); no de Angra podemos especular ter havido uma situação semelhante somente no facto de haver também uma grande discrepância entre a fachada principal e a das traseiras, estas só de um piso, apesar de, eventualmente, aí poder ter existido a tal varanda coberta que foi construída por Manuel Luis Monteiro de Amorim durante a segunda metade do século XVIII, ou nos inícios do século seguinte, certamente antes da sua morte em 1806[48].

Este aspecto de discrepância entre fachadas é muito comum na arquitectura portuguesa, mais do que nas congéneres europeias, também por razões de ordem económica, e porque o aparato do que se vê por parte dos visitantes e do público, em geral insere-se num gosto por uma opulência o menos dispendiosa possível e se traduz num fachadismo muito acentuado que privilegia as fachadas principais, relegando as outras e de serviço para uma secundarização por vezes em contraste excessivo.

Há ainda um outro aspecto neste paço de Azeitão que se assemelha ao de Angra do Heroísmo, e que se trata do facto de ambos os edifícios, no seu aspecto frontal, aparentarem ter sido executados de uma assentada, dada a unidade plástica das suas fachadas principais: no de Azeitão a unidade simétrica e tratamento das fachadas dos corpos laterais vistas do espaço público; no de Angra a unidade simétrica das arcadas e da escadaria que contribui para suportar a casa que se desenvolve em cima.

Mas no caso deste paço em Azeitão houve acrescentos posteriores, pois tem uma varanda coberta no corpo lateral esquerdo (fig. 17), mas não perceptível do espaço publico, e orientada para nascente para quem olha o palácio de frente, onde se desenvolvia a parte íntima mas de convívio da propriedade que foi ajardinada, seguida de seus pomares e vinhas, e que terá sido eventualmente acrescentada durante o século XVII, nas obras provavelmente efectuadas até o tempo de "D. Álvaro de Lencastre, 3º Duque de Aveiro", bem mais tarde do que a data da construção do paço.

Para enquadrar este acrescento procederam ao engrossamento deste corpo lateral nascente com a inclusão de duas torres, uma de cada lado da varanda, para o que foi necessário proceder a alterações no telhado deste corpo e a que se seguiram, depois, com a adição de anexos nas traseiras, a outras alterações nos telhados de ligação de ambos os corpos laterais ao corpo central do paço.

Estes acrescentos correspondem também a uma actitude muito comum na arquitectura portuguesa, a maior parte das vezes não se preocupando sequer os proprietários a disfarça-los: veja-se o caso do Solar de Bertiandos, por exemplo.

[48] MENDES, António Ornelas, FORJAZ, Jorge, *Op. Cit.*, vide SOEIRO DE AMORIM, § 1º, nº 4 –.

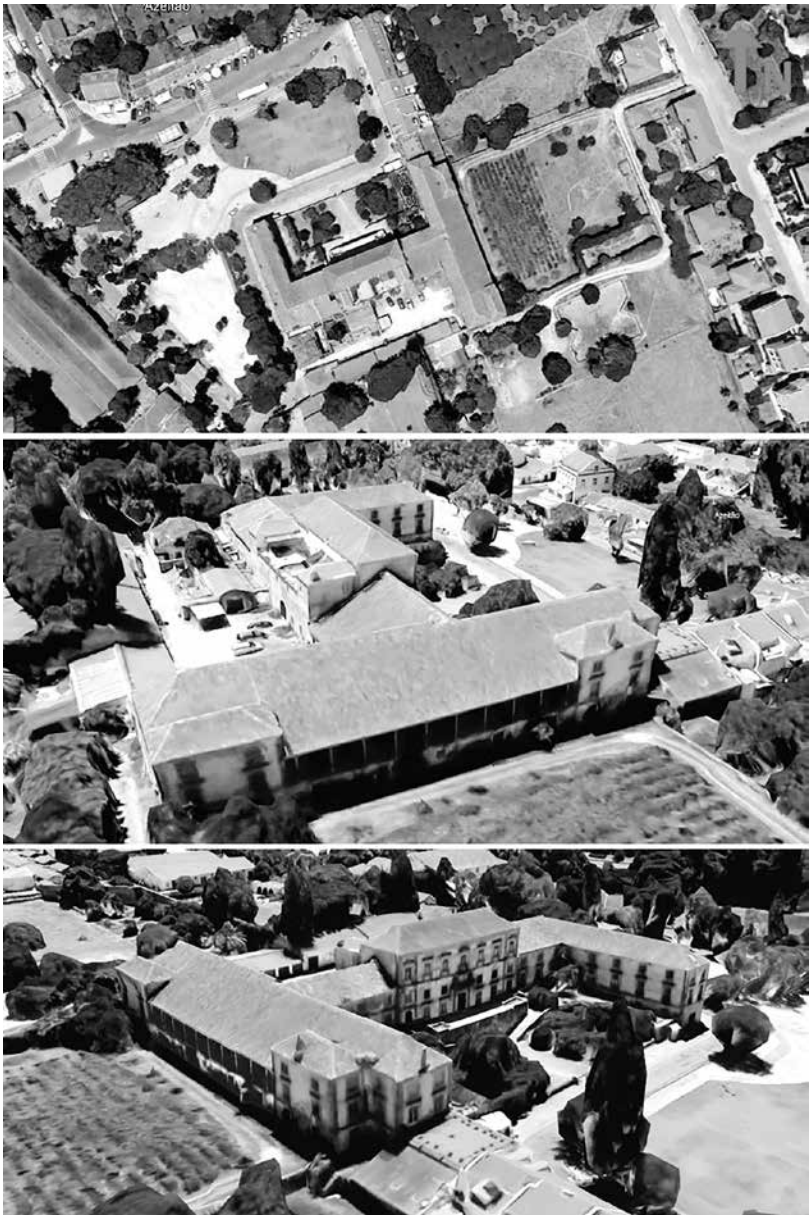


*Figura 17 - Paço dos Duques de Aveiro em Azeitão. Três vistas aéreas do Google Earth. As duas de baixo em 3D, mostrando a varanda lateral acrescentada posteriormente e enquadrada pelas duas torres.*

**Ilações à maneira de síntese**

No contexto do interesse que tenho vindo a desenvolver pela arquitectura portuguesa e das suas particularidades tão facilmente reconhecíveis a um olhar, mas a maior parte das vezes difícil de especificar, tenho-me embrenhado ultimamente nesta difícil tarefa de procurar definir essas características que sensitivamente reconhecemos e identificamos como portuguesas.

Certamente que muitos de nós nos temos dado conta que, sem sabermos exactamente onde se localiza determinado edifício de arquitectura comum, mas de influência erudita, do manuelino ao barroco, e que nos é mostrado numa fotografia, o identificamos como português, se for o caso. Mas temos dificuldade em explicar porquê. E essa tarefa, apesar de difícil, importa levar a cabo, procurando definir, ou se preferimos, referir com a maior exactidão possível e por palavras, quais as características que lhes confere esse aspecto que tantas vezes facilmente reconhecemos.

Daí, ter-me ocupado ultimamente em procurar fazê-lo, ao tratar de vários edifícios portugueses paradigmáticos e de arquitectura não popular, em especial do período do pós-Renascimento, onde essas características nos parecem mais evidentes, até porque correspondem a um período de maturação e reafirmação da nacionalidade depois da traumática «união das coroas» de 1580 a 1640. É como se um país como Portugal, que se forma na primeira dinastia, se afirma durante a segunda, só amadurece com uma personalidade mais distintiva na quarta dinastia.

As naturais influências espanholas que até então se revelavam na nossa arquitectura, parecem começar a atenuar-se progressivamente, ainda na segunda dinastia com o manuelino e entrada do Renascimento em Portugal, mas mais claramente depois da Restauração, acompanhando assim a alteração da tendência maioritária dos casamentos reais com futuras rainhas e consortes de outras nacionalidades europeias, nomeadamente dos diferentes estados germânicos, depois a Itália e por fim a França[49].

Na arquitectura, Portugal parece assim ter dado um salto por cima da Espanha, obtendo informação directa de Itália – certamente que já precedida das primeiras influências do Renascimento italiano como aconteceu com muitos outros países europeus. Depois também a recebeu dos países germânicos, especialmente durante o barroco joanino e também da França, neste caso com particular relevo no neoclássico – mais em Lisboa que no Porto, pois nesta cidade nortenha houve uma forte influência inglesa no neoclássico.

Daí que me tenha interessado, progressivamente, em estudar vários edifícios de arquitectura mais erudita e procurar neles o que se inscreve, ou não, no contexto mais vasto das características da arquitectura portuguesa que tenho ambicionado definir, se possível por palavras que traduzam com clareza aquilo que nos é familiar nela, e a que um estu-

[49] Dos catorze monarcas da quarta dinastia, só três casaram com espanholas: D João IV, ainda como 8º duque de Bragança; D José I, e D. João VI. Os outros casaram com princesas ou príncipes consortes de outras nacionalidades incluindo a portuguesa, pois D. Maria I casou com seu tio D. Pedro, que consideraram III por ser «rei consorte». D. Manuel II casou no exílio com uma princesa alemã e não teve descendência.

dioso nesta matéria se lhe referiu como "um genérico carácter de família que nos permite a sua permanente identificação"[50].

Tarefa por certo ambiciosa e arriscada porque sujeita a erros. Mas sobre esta sensível questão lembro-me sempre de uma afirmação de Alexandre Quintanilha: "Muita gente me diz e eu sinto isso também: os portugueses têm muito medo de arriscar, de falhar e isso tem consequências dramáticas. Quem não arrisca faz pouco"[51].

Assim, e é também certo que com a necessária prudência, vou arriscando afirmar e ou, quando impossível, sugerir pistas.

Verificando-se que o Paço de Santa Catarina é um dos poucos edifícios de arquitectura privada em Portugal onde as características da arquitectura portuguesa não se revelam tanto na sua aparência exterior, vamos tentar identificar, também na sua essência ou «espírito», o que é comum a outros edifícios de arquitectura portuguesa deste período.

Em texto anterior tive a ocasião de enunciar onze itens que, a meu ver, são característicos de grande parte da arquitectura portuguesa, não popular, do pós-Renascimento, e por isso, considerei-os como ponto de partida para a investigação que tenho vindo a levar a cabo para os reanalisar, mantendo alguns, propondo novos, rejeitando outros, reformulando-os ou não em face dos vários edifícios que tenho vindo a selecionar para ver se se inscrevem na maior parte dessas características.

São essas características as seguintes: "escala e proporções [em particular as casas nobres de marcada horizontalidade]; fachadismo; sobrevalorização de pormenores decorativos; rusticidade; carácter inacabado; justaposição de estilos; falta de relação entre o exterior e o interior; intimismo e subtileza; hibridez; arcaísmo ou conservadorismo; contradições ou paradoxos, ambiguidade e marginalidade."[52]

Ora, como já dito, no panorama da arquitectura portuguesa, o Paço de Santa Catarina apresenta-se como um exemplar que, de certa maneira, formalmente sai fora do panorama geral da arquitectura da casa nobre em Portugal. No seu conjunto não se assemelha à casa nobre solarenga rural ou mesmo do solar urbano do pós-Renascimento, em particular do maneirismo e em especial do barroco.

Não se trata de uma casa à face da rua como a maioria em Portugal continental ou insular das casas nobres de carácter urbano ou suburbano (fig. 18) e, por vezes, com acesso por um terreiro lateral. Ao contrário disso, este paço é precedido por um espaçoso pátio-terreiro bem demarcado de ambos os lados e que se fecha da rua por alto muro, mas que obriga o visitante a passar por ele.

É preciso referir que o Solar de Mateus e a Quinta do Chantre são em lugares rurais muito amplos e a Casa de Ramalde, bem como a Casa da Prelada, que é outra casa de Nasoni, ambas afastadas do caminho, situavam-se, quando construídas, nos arredores do Porto, em quintas, hoje absorvidas pela cidade, e não têm pátios de entrada, mas antes vastos terreiros, mais ou menos ajardinados.

---

[50] COSTA, Alexandre Alves da, «Nós Somos da Póvoa do Varzim», J.A. nº 237, p.87.

[51] Alexandre Quintanilha. "Melhorar a sociedade não é só fazer dinheiro", *ionline.sapo.pt/269874*. Entrevista publicada em Sapo Jornal i *de* 08.02.2015.

[52] DURÃO, Luís, «Para uma Definição da Arquitectura Portuguesa», in CONCEIÇÃO, Luís (coord.), *Dispersos de Arquitectura*, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Portimão, 2012, pp. 27 a 46.

Apesar da simetria se verificar em muitas casas nobres urbanas e mesmo suburbanas ou rurais, como vemos exemplificado nas figuras 4, 11, 12 e 15, a altiva simetria do conjunto do escadório deste paço, enquadrado pelas duas galerias em arcadas que suportam os dois terraços que se estendem desde os espaços laterais da casa até à rua com a qual comunicam no topo oposto, conferem ao conjunto um efeito cenográfico impressionante pelo seu desenho erudito que bebe directamente do Renascimento italiano e distancia-se de muitas casas nobres, onde por vezes a varanda coberta em colunata desempenha um papel muito importante no conjunto edificado, não poucas vezes com acesso, principal ou não, por uma escada central ou lateral que não acentua qualquer forma de rígida simetria. (fig. 18)

*Figura 18 - Em cima uma casa nobre em Freineda, concelho de Almeida e que serviu de quartel ao Duque de Welligton entre 1812 e 1813 durante as Invasões Francesas e por baixo o Solar dos Condes de Vinhais em Mirandela. Fotografias de LAD.*

A altivez do conjunto não é conseguida pela casa propriamente dita, mas antes, como repetido várias vezes, pelo aparato de um escadório ladeado de arcadas. O escadório vira-se para a entrada e funciona como um elaborado muro de suporte de terras, correspondente ao desnível do terreno, e também de suporte de uma casa que também se apoia em toda esta estrutura, ao mesmo tempo de sustentação e acesso.

Há ainda uma actitude intencional de iludir o visitante, conferindo ao conjunto uma aparência de hierarquia na importância dos diferentes pisos do escadório: primeiro a abertura de duas portas ladeadas de janelas no piso térreo para o pátio e que são manifestamente de arrecadações, eventualmente antigas cocheiras, que não se procuram disfarçar por ser procedimento condigno; mas depois, no primeiro patamar, a pretensão de sugerir um primeiro andar, com uma porta ladeada por duas janelas e encimada por outra, como correspondendo a uma entrada nobre de pé direito mais alto e daí com um tratamento exterior idêntico aos vãos do pisos nobre com padieiras rectas com friso e cornija, como se fossem de compartimento com a mesma função nobre da correnteza de salas e salões da frente da casa, e que é somente traído pela abertura de dois postigos de ventilação, mas que, como já dito, são todos de uma única arrecadação abobadada, que aproveita mais um dos ocos que resultam da diferença deixada pela parede vertical da escadaria e de uma natural pendente do terreno original.

Tal teatralidade cénica inscreve-se bem no gosto português por aquilo que já designei por fachadismo[53], e que se traduz por um tratamento muito mais cuidado da fachada principal, normalmente a da entrada, do que a das fachadas laterais ou posteriores, conseguindo-se assim obter resultados de aparato ou mesmo ostentação, com menos recursos económicos. Esse fachadismo chega mesmo a acontecer em edifícios urbanos de gaveto, onde a fachada principal é a que dá para a rua mais importante e é enriquecida em detrimento da lateral, várias vezes bem modesta apesar de visível da rua principal.

Depois de se visitar o seu interior e verificarmos que a casa propriamente dita se desenvolve num só piso, a falta de relação entre exterior e interior é patente. Na arquitectura portuguesa, por vezes, a falta de relação entre exterior e interior traduz-se num interior bem mais opulento que o exterior, em particular na arquitectura religiosa barroca em Portugal. Os exemplos são vários e frequentes: vejam-se, as igrejas de S. Francisco e de Santa Clara no Porto, ou a Igreja de Nossa Senhora da Piedade em Santarém, ou a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Beja, ou ainda no Algarve a Igreja de S. Lourenço de Almancil, entre muitas outras. Mas neste caso do Paço de Santa Catarina é o oposto. A sua fachada exterior para o pátio de entrada enquadrada pelas magníficas arcadas e o desenho em cantaria do portão de entrada são bem mais imponentes que o seu interior – passo o magnífico tecto de uma das salas que aqui se mostra (fig. 2) e que poderá indiciar um interior originalmente luxuoso mas não grandioso.

Qualquer intimismo ou subtileza só poderiam resultar deste facto, ou seja, da falta de relação entre exterior e interior, numa casa que se situa bem no alto e que na sua intimidade recolhida é, no seu interior, alheia à grandeza da fachada para o pátio

[53] No entanto, José Fernandes Pereira, in *Op. Cit.*, na p. 33 refere que: "A obra barroca assume e desenvolve a importância que a arquitectura europeia confere à fachada principal. Santa Engrácia confirma essa importância." Todavia, quanto a nós, este aspecto assume na arquitectura portuguesa uma feição muito mais acentuada que no resto da Europa, certamente também por razões de ordem económica, e onde a fachada principal se assume, frequentemente, com muito maior importância que as outras, estas muitas vezes bem modestas ou de "apenas muros", para usar a expressão do mesma autor a propósito da Igreja do Menino de Deus: "O alçado lateral livre banaliza-se – é apenas superfície caiada de branco, acusando a capela-mor. Filia-se na bem vincada tendência nacional em que os alçados laterais são apenas muros separadores."

Também há neste paço um sentido de inacabado: na não existência de qualquer remate superior condigno nos arcos abertos em paredes que dão acesso aos terraços sobre as arcadas pois são trechos de paredes apilastradas nos seus extremos, mas não apresentam qualquer capeamento em cantaria ou mesmo qualquer cornija na sua parte superior, com ou sem pináculos; e ainda no facto de no muro para rua não se registar qualquer capeamento de remate nos parapeitos mais altos dos topos dos terraços das arcadas, nem quaisquer pináculos, em pirâmide ou em bola nos topos superiores das pilastras que nele marcam essas arcadas. (fig. 19)

*Figura 19 - Muro exterior do pátio do Paço de Santa Catarina. Fotografia do str. view do Google Earth.*

No que importa mais, na fachada do conjunto da casa com a escadaria que a sustenta, mesmo considerando o seu enquadramento pelas arcadas laterais, não se verifica, obviamente, a horizontalidade e também nenhuma pontuação decorativa de destaque, correspondendo o seu desenho a um todo formalmente coerente e harmonioso na linha do maneirismo do pós-Renascimento italiano. A real horizontalidade, mas não aparente, é a da casa propriamente dita em si, que se estende horizontal num piso único por cima de todo este aparato. Separada do conjunto e colocada num terreno plano, teria o mesmo uso interno que tem neste enquadramento imponente.

Independentemente do desenho das cantarias do portão poderem ter sido objecto de profunda remodelação em data posterior à da construção da casa, ou não, também é

certo que a pontuação decorativa só se verifica no desenho imponente deste portão, em contraste com a sobriedade do restante muro. Mas tal não basta para o considerar como atributo específico da arquitectura portuguesa, até por ser procedimento comum a muitos exemplares da arquitectura de outros países europeus, em particular em Espanha onde os grandes portais são frequentes.

Quanto à rusticidade não se verifica no aparato desta entrada. Simplicidade e geometria no desenho, sim, mas não rusticidade. Eventualmente a rusticidade poderia existir na fachada das suas traseiras, como acontece aliás com o Paço dos Duques de Aveiro.

Quanto à justaposição de estilos, ela é tímida. O portão apresenta, com efeito, colunas salomónicas e é encimado por gorda cornija, típicas do barroco, mas não interfere significativamente na visualização do pátio para quem já entrou, o deixou para trás e o esqueceu, em face da rectidão do espectáculo sóbrio do maneirismo, digno e erudito, que se nos depara. Mas apesar desse facto os dois estilos estão lá: um menos representativo, mas dando sobre a rua, e o outro no pátio, com muito mais impacto que o anterior. Tímidos também são os dois pequenos frontões, o da sineira e o do outro lado, que tão pouco representam justaposição de estilos com algum significado.

Também a ambiguidade não é imediatamente evidente, em face da coerência do desenho do conjunto edificado para o pátio. Ela só resulta do que já foi dito a respeito de que, ao cenário altivo não corresponde uma casa condizente, na sua essência. Isso sim, é profundamente ambíguo e contraditório. Mas não o desenho do «cenário» em si.

Em face da coerência maneirista a hibridez não existe, e o arcaísmo ou conservadorismo, só se verifica se o edifício foi realmente executado em meados de Setecentos, a mando de Domingos Lopes Soeiro de Oliveira, como é provável, mas não certo, que tenha sido.

Das características portuguesas enunciadas ficam assim: um claro fachadismo; a falta de relação entre o exterior e o interior da casa; uma ambiguidade ou contradição daí resultante; uma horizontalidade só perceptível no interior da casa e nas suas traseiras; um intimismo mais do que subtileza; aspectos pontuais de inacabado; e ainda uma tímida justaposição de estilos. Além disso, um eventual, mas não certo, arcaísmo.

Todavia, e é de sublinhar este facto: o Paço de Santa Catarina é um exemplar quase inédito, senão mesmo inédito no panorama da arquitectura da casa nobre portuguesa.

Quem quer que tenha sido o responsável pela encomenda do projecto e da execução da obra, decidiu, ou entendeu aceitar, recuar a casa em relação ao caminho, tirando daí o partido, conseguido, de uma organização axial do portão ao primeiro lanço de escadas em perspectiva, e depois divergir a escada até aos patamares de acesso aos dois terraços sobre seis arcadas cada, que de ambos os lados enquadram e ajudam a acentuar essa mesma perspectiva, e por fim convergir a escada novamente no patamar superior central onde se abre a porta de entrada da casa. Funciona assim o pátio como uma antecâmara de visitas e com o aparato desejado. Tal facto, associado à geometria nítida do seu desenho maneirista, como vimos na linha de outros casos italianos paradigmáticos, coloca o proprietário que encomendou o projecto como um conhecedor esclarecido do classicismo «à romana».

Terá sido, esse responsável, Domingos Lopes Soeiro de Oliveira?

Podemos facilmente deduzir que Domingos Lopes Soeiro de Oliveira, por razões óbvias, teria contactos privilegiados com Viana do Castelo, terra de seus Pais, e assim, pos-

sivelmente, com o barroco do Entre-Douro-e-Minho, e mesmo dos trabalhos de Manuel Pinto de Vilalobos, tanto em Viana como da sua presumível intervenção no escadório dos Cinco Sentidos do Bom Jesus de Braga, e ainda das intervenções de Nicolau Nasoni no Norte do País. Mas podia ter também, pela mesma razão, conhecimento da generalidade da arquitectura barroca da região do Alto Minho particularmente representativa da casa nobre do barroco do Entre-Douro-e-Minho, que se apresenta, não raro, mais exuberante decorativamente que o da linguagem do Paço de Santa Catarina orientada para o pátio.

Segundo Yves Bottineau[54], os Açores estavam, à época, não muito longe do Continente em matéria de informações sobre as novas correntes artísticas, e não é absurdo considerar que em virtude do frequente comércio marítimo que fazia escala nos Açores, pudesse ter acesso mais rápido a essas informações do que qualquer outro lugar remoto no Interior do País. Então porque não adoptou para este a mesma linguagem plástica desse barroco, no desenho recortado dos emolduramentos de vãos mais ornamentados, como os das casas da Quinta do Chantre ou de Ramalde, já para não falar do Solar de Mateus? E sobretudo porque não adoptou um desenho de cornijas de cimalhas e capitéis de pilastras e cunhais bem mais expressivos, gordos e protuberantes, como são frequentes em Viana do Castelo e noutros locais do Norte de Portugal e não só?

O portão, esse sim, é barroco: nas colunas salomónicas; na ornamentação profusa do friso e nas volutas em forma de aletas que enquadram o florão; no uso de capitéis coríntios ou compósitos; e na gordura da sua cornija superior, e nisso podemos ver influências do barroco nortenho. O florão, à maneira de pedra de armas, será uma reminiscência de um brasão anterior eventualmente removido por quem vendeu a quinta já com a sua casa? Não esquecer que o seu Pai tinha feito justificação de nobreza em Viana do Castelo em 1703. Então porque não uma pedra de armas da sua família; tê-la-iam? Respeito pela existência eventual de uma outra anterior de família mais notável que a retirou quando vendeu a quinta?

Manuel do Canto e Castro não anexou esta quinta ao seu morgadio, pelo que a deverá ter considerado de menor importância. Assim, e uma vez que Domingos Lopes Soeiro de Oliveira instituiu o primeiro vínculo da quinta de Santa Catarina, é provável que tenha sido ele o responsável pela construção do paço que actualmente vemos.

Ficam, todavia, aqui estas dúvidas sobre a sua datação. E como a investigação é infinita, conforme já dito, esperemos que um dia alguém possa decifrar o enigma da data de 1758 que o portão de ferro ostenta agora, ou com documentos fidedignos, ou com informação complementar sobre o perfil cultural de Domingos Lopes Soeiro de Oliveira ou ainda, contrariando esta hipótese, o perfil cultural e a riqueza de alguém proprietário da quinta antes de lhe ser vendida em cerca de meados de Setecentos.

1 de Julho de 2018

[54] BOTTINEAU, Yves, "A Arquitectura nos Açores do Manuelino ao Barroco" publicada na revista Colóquio n.º35, Dezembro 1977, in MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Arquitectura nos Açores – Subsídios para o seu estudo*, Direcção Regional do Turismo da Região Autónoma dos Açores, Horta, 1983, p. 104

## Bibliografia

ANDRADE, Jeronymo Emiliano d´, *Thopographia ou Descripção Physica, Politica, Civil, Ecclesiastica, e Historica da Ilha Terceira dos Açores*, Parte Primeira, Angra do Heroismo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1843.

CONCEIÇÃO, Luís (coord.), *Dispersos de Arquitectura*, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Portimão, 2012.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

*J.A.- Jornal dos Arquitectos, nº 237*.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Arquitectura nos Açores – Subsídios para o seu estudo*, Direcção Regional do Turismo da Região Autónoma dos Açores, Horta, 1983

MENDES, António Ornelas, FORJAZ, Jorge, *Genealogias da Ilha Terceira*, Dislivro Histórica, Lisboa, 2007.

MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra*, reedição do IHIT.

PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura Barroca em Portugal*, Biblioteca Breve, Ministério da Educação e Cultura, Lisboa, 1992.

WUNDRAM, Manfred, PAPE, Thomas, *Andrea Palladio – 1508-1580, Um Arquitecto entre o Renascimento e o Barroco*, Taschen, Itália, 2014.

## Fontes primárias

Biblioteca Publica e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Documentos da casa de Miguel do Canto e Castro da ilha Terceira oferecidos pelo Dr. Eduardo Abreu (Fundo Ernesto do Canto), vol. 12. doc. 344.

Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo. Livro nº. 20., nº 7603.

## Referências electrónicas

Alexandre Quintanilha. “Melhorar a sociedade não é só fazer dinheiro”, *ionline.sapo.pt/269874*

*Caprarola Turismo – Monumenti*, in “Google Earth – Villa Farnese Caprarola”.

Casa Queimada - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/74493/*

Chafariz dos Remédios - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/...do.../7381*

Confraria do Bom Jesus do Monte, *bomjesus.pt*

Diocese | Diocese de Angra *www.diocesedeangra.pt/diocese/*

Ermida de Nossa Senhora da Paz - Monumentos *www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8242*

https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/494/1/FatimaSequeiraDias_p189-240.pdf

Igreja de Nossa Senhora da Conceição Panaji [Panagi/Pangim/Panjim/Nova Goa], Goa, Índia

O Portal da História - D. João II *www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/joao2.html*

Palácio de Mateus - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/.../71128*

Palácio dos Duques de Aveiro - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/74294/*

Pesquisar o Inventário do Património Arquitetónico - Monumentos
Quinta do Chantre, com todo o conjunto de ... - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/73844*
Santuário de Nossa Senhora dos Remédios - Monumentos *www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3737*
Santuário de Nossa Senhora dos Remédios ... - DGPC | Pesquisa Geral *www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/.../detail/73815*
Santuário do Bom Jesus do Monte - Monumentos *www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5694*
Villa d'Este, Tivoli, (Rome) - Italy - Official Site - *www.villadestetivoli.info/storiae.htm*
Villa Farnese (Caprarola) - Traveling in Tuscany *www.travelingintuscany.com/gardens/farnese.htm*
Villa Piovene Porto Godi (Lonedo di Lugo di Vicenza - VI) - Comune di ... *https://www.comune.vicenza.it/.../villa_piovene_porto_godi_lone*
*www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c*
*www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/.../74657/*

**Agradecimentos**

Agradeço aos Doutores João Maria Mendes e Jorge Forjaz pelas informações prestadas sobre o Paço de Santa Catarina e as famílias Soeiro de Amorim e Pamplona Côrte-Real; ao Senhor Cristian David Garcia pelo pronto envio de fotocópias dos textos dos livros referenciados de Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade e Pedro de Merelim e informação sobre os documentos da casa de Miguel do Canto e Castro da ilha Terceira constantes na Biblioteca Publica e Arquivo Distrital de Ponta Delgada; e às Senhoras Diana Nunes e Marília Esteves, respectivamente do Arquivo Histórico e da Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo, pelas prontas informações que lhes foram solicitadas sobre o paço.

**Siglas**

LAD – Luís António Durão
FRD – Frederico Roquette Durão

Neste texto não foi seguido o designado «acordo ortográfico».

# OS CONJUNTOS AZULEJARES DO MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA DE PONTA DELGADA

*Hélio Soares**

## Introdução

O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada foi fundado em 1541, por clarissas provindas do Mosteiro de Vale de Cabaços ou Caloura, em Água de Pau, e recebeu o alto patrocínio do 5.º capitão do donatário, Rui Gonçalves da Câmara (1490 - 1535). Foi um dos cinco mosteiros que esta ordem possuiu na ilha de S. Miguel e chegou a albergar cerca de 150 mulheres dentro dos seus muros no início do séc. XVIII, entre religiosas professas, noviças e seculares. A partir deste Mosteiro desenvolveu-se o culto à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, transformando-se numa tradição religiosa identitária para os açorianos.

Nos últimos anos, em Portugal, o interesse pelo estudo do azulejo tem-se incrementado a diferentes níveis e para as diversas épocas, com a preocupação com a sua valorização e conhecimento. Por outro lado, estamos numa época em que a valorização do azulejo, como marca da cultura portuguesa, está em voga, sobretudo no plano económico. Nos Açores, essa preocupação ainda está a dar os primeiros passos e queremos contribuir para a sua compreensão e valorização. Com este estudo, não é nosso intuito fazer uma análise demasiado técnica dos diferentes conjuntos de azulejos existentes, mas sobretudo pretendemos contribuir para o seu conhecimento, porque o que não é conhecido não existe para a sociedade.

O azulejo é geralmente usado como elemento associado à arquitetura, bem como em revestimentos interiores ou exteriores ou como elemento decorativo isolado. Com diferentes características entre si, este material tornou-se um elemento de construção divulgado em diferentes países, assumindo-se em Portugal como um importante suporte para

* Sacerdote. Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento pela Universidade dos Açores. Sócio correspondente do IHIT.

a expressão artística nacional ao longo de mais de cinco séculos. Desde final do século XV até à atualidade podemos encontrar os principais momentos da história da azulejaria portuguesa, com revestimentos parietais de padrão, figurativos e ornamentais são alguns exemplos, sem descurar as múltiplas influências que o azulejo português incorporou e reinterpretou[1]. O azulejo teve três funções básicas: a meramente decorativa, decorativa / narrativa e, comum às duas anteriores, a apelativa[2].

Para Maria Carvalho e Rosário Salema a interpretação e estudo do azulejo liga-se ao conceito de património integrado, definido essencialmente como um conjunto de bens imobilizados por destino[3]. A adaptabilidade do azulejo à arquitectura é algo que o caracteriza, particularmente no período barroco, valorizando a configuração espacial e a capacidade de adequação aos programas decorativos e iconográficos, aos edifícios para os quais foi concebido. No fundo, assume a condição de "pano de fundo" de decoração e suporte de narrativas[4].

A história da arte apresenta a segunda metade do séc. XVII como sendo o período da massificação do azulejo. O uso do azulejo passa a monumental, decorando grandes superfícies. A azulejaria portuguesa vai derivar das técnicas e modelos hispano-flamengos, que produziam várias colorações. Somente no final do século, a pintura policroma dará lugar à pintura monocromática do azul e branco.

Os temas sagrados são os mais comuns: história das vidas dos santos, os ciclos da vida da Virgem Maria e da vida de Cristo. No campo profano, predominam as virtudes, as estações do ano, as artes, os continentes, a mitologia, as fábulas, cenas das vida quotidiana, etc.

A Igreja açoriana, em geral, e o Mosteiro da Esperança, em particular, não ficaram alheios a esta realidade que se impôs e se propagou por todo o mundo português. Segundo Luís Ataíde, o Mosteiro possuía aplicações de azulejos em vários locais, mas por diversos motivos, como remodelações e demolições, esses azulejos não chegaram até nós ou somente alguns exemplares dispersos em diferentes locais do imóvel[5]. Neste estudo, somente analisaremos os conjuntos azulejares existentes na atualidade no Mosteiro.

## O processo de encomenda no séc. XVIII

Como era então processada a encomenda? Para o caso dos Açores não conhecemos até ao momento nenhum exemplo, mas como acontecia com outras obras de arte, por exemplo: os retábulos, ocorria a assinatura de um contrato entre o encomendador e o azulejador na presença de um tabelião e respectivas testemunhas[6]. Para o enco-

[1] Para uma cronologia da azulejaria portuguesa cf. http://redeazulejo.fl.ul.pt/timeline/timeline-pt.html.
[2] Cf. Cambotas, Meireles e Pinto, 2006: 620.
[3] Câmara e Carvalho, 2015: 21.
[4] *Ibidem*
[5] Ataíde, 2011, IV: 8-12.
[6] Sobre este assunto cf. Carvalho, 2012: 366 e ss.

mendador, que podia optar por trabalhar com um ou mais azulejadores e pintores, cada espaço correspondia a um programa, sendo revestido em períodos diferenciados e não em simultâneo. Porque motivo se encomendava um painel de azulejo[7]? As razões são diversas, mas aspetos relacionados com a atualização estética de um espaço e a "moda" dos azulejos, bem como as capacidades narrativas deste material; o facto de o azulejo ser de fácil limpeza; no que diz respeito aos preços praticados, provavelmente os montantes envolvidos num revestimento cerâmico seriam inferiores aos da pintura a óleo com molduras de talha[8]. Por estas razões, o azulejo assumia-se como um investimento, não apenas do ponto de vista catequético, mas também emblemático, pois transformava os interiores conferindo-lhes uma imponência que de outro modo dificilmente alcançariam.

## O período dos mestres: António de Oliveira Bernardes

O século XVIII é nitidamente lembrado por todos como o período do azul. O renascimento dá lugar ao barroco e com ele toda a teatralidade imanente. Dois fatores acabaram por ser decisivos na multiplicação do azulejo setecentista: o aparecimento de uma classe aristocrática, que constrói palácios ou casas nobres, bem como, perpétua a sua memória patrocinando a arte religiosa; outro fator a ter em consideração foi o enriquecimento geral em que se encontrava o país, fruto da exploração do Brasil e do alargamento do comércio interno. Estes dois fatores vão eleger o supérfluo como mote, incluindo a Igreja.

O azulejo soube adaptar-se às novas correntes de modernidade impostas e adapta-se aos novos termos gramaticais cheios de curvas e contra-curvas, de volutas, mísulas e folhagens contorcidas, em detrimento da disciplina geométrica. Tecnicamente vai-se simplificando o processo dando a paleta policroma lugar, em exclusivo, aos azuis de cobalto que se prestam a uma maior liberdade de desenho. Na primeira metade do século é abandonado, quase por completo, o azulejo de padrão característico da centúria passada. Por esta altura, o pintor de azulejo assume o estatuto de artista assinando, na maioria das vezes os seus painéis, a partir de Gabriel del Barco, que pinta de uma forma mais fluida, contrária ao rigor do desenho, impondo o seu gosto por um envolvimento decorativo mais exuberante. Inicia-se um período áureo da azulejaria portuguesa, o ciclo dos mestres, uma azulejaria de autor, em que cada um dos pintores afirmou-se graças à sua aprendizagem da pintura a óleo[9].

O ciclo dos mestres é um período da história do azulejo em Portugal, entre o final do século XVII e 1725, aproximadamente[10]. O movimento inicia-se com o espanhol Gabriel del Barco (+1708), um pintor de tetos e azulejista espanhol que desen-

[7] Carvalho, 2012: 378-379.
[8] *Idem*, 2012: 407-408.
[9] Sobre o ciclo dos mestres cf. Carvalho, 2012.
[10] Para uma cronologia do azulejo português cf. http://redeazulejo.fl.ul.pt/.

volveu uma parte da sua atividade artística em Portugal. José Meco observa, para este período, que *souberam, assim, encontrar a escala ideal das figuras a introduzir nos revestimentos, de modo a que estas não colidissem, mas antes se harmonizassem, com a dimensão total das composições e a malha definida pelas reticulas dos azulejos*[11]. A qualidade da pintura é notória, inspirada nas gravuras europeias ao tempo em circulação. Neste período destacam-se nomes como António Pereira, Manuel dos Santos, PMP e em especial António de Oliveira Bernardes e o seu filho Policarpo de Oliveira Bernardes que foram responsáveis pelas mais sofisticadas criações da azulejaria figurativa portuguesa deste período[12].

António de Oliveira Bernardes (1686/1687 - 1732) foi responsável por um largo conjunto de obras: pinturas a óleo, pinturas de tetos e azulejos, assinando algumas das suas obras, na qual se inclui os painéis do coro baixo do Mosteiro da Esperança de Ponta Delgada. Este pintor destaca-se, segundo José Meco, pelo *requinte (…) no tratamento das paisagens, na dilatação dos fundos e na composição proporcionada das figuras,(…) atingiu soluções dinâmicas de claro-escuro e alguns valores impressionistas notáveis*[13]. É considerado o expoente máximo da azulejaria portuguesa do *Ciclo dos Mestres*. Rosário Salema de Carvalho apresenta as seguintes características técnicas mais específicas:

> pincelada pingada, marcada, agitada e nervosa, mais em mancha. Os rostos são também mais desenhados e as arquitecturas lineares. (…) cremos que é entre estes dois vectores, por vezes empregues de forma simultânea, que a obra da oficina de Bernardes pode ser balizada - o recurso ao contorno e a uma pincelada em mancha. Tomando como uma das obras iniciais os painéis da Quinta da Ramada, percebe-se a tendência de evolução no sentido da mancha, mas sem abandonar por completo o traço de contorno, assinalado por aguada, cujo eco se encontra, por exemplo, em 1712, no coro baixo do Convento da Esperança, em Ponta Delgada[14].

Perante estas características técnicas, a investigadora questiona se todos os painéis terão sido executados exclusivamente por António de Oliveira Bernardes ou se as diferenças, apesar de subtis, correspondem a uma forma de pintar ensaiada na oficina e seguida pelos seus discípulos? Contudo, segundo a mesma, muitas das características iniciais conservam-se na obra do Mosteiro da Esperança[15].

No que respeita aos cenários, Rosário Salema de Carvalho apresenta:

> Comum a todos os painéis é o sentido monumental das composições, recorrendo a cenários arquitectónicos de grande imponência e desenhados de acordo com uma

[11] Meco, 1985: 49

[12] António de Oliveira Bernardes foi um pintor e azulejista português. Integra-se no chamado ciclo dos mestres da produção azulejar portuguesa. Nascido no Alentejo, cidade de Beja, em 1662 e morreu em Lisboa em 1732. Para uma compreensão global e actualizada sobre a investigação da vida e obra de António de Oliveira Bernardes cf. Carvalho, 2012: 196-272.

[13] Meco, 1985: 50-51.

[14] Carvalho, 2012: 215.

[15] *Idem*, 2012: 220.

> perspectiva correcta, com agrupamentos de figuras reunidos de forma magistral, expondo uma gestualidade dinâmica, com influência na organização compositiva e na orientação do olhar do observador, que é complementada por uma incrível expressividade ao nível dos rostos[16].

O coro baixo da igreja tem um silhar azulejar de dezassete azulejos na vertical, embora se coloque a hipótese de inicialmente serem vinte, correspondendo a uma cercadura ou barra de enquadramento inferior. Na opinião de Santos Simões, são estes painéis que notabilizam o Mosteiro e a azulejaria micaelense[17]. São dois painéis com doze cartelas da vida de Maria e de Jesus, cada um contendo catorze azulejos de altura e doze de largura, separados entre si por cercaduras de três azulejos. Na encomenda inicial seriam catorze cartelas figurativas, como se constatou na intervenção de conservação e restauro de 2017/2018. Esta situação ocorreu porque *na fase de concepção associadas a um espaço que possuía vãos de portas, originou a descontextualização e desarticulação das barras com as cartelas figuradas, na fase de colocação*[18], ou seja, o pintor não teve em conta os vãos das portas porque quem forneceu as medidas não o fez corretamente. As cartelas descontextualizadas são: "A fuga para o Egipto" e a "Jesus entre os Doutores do Templo". Alguns azulejos das cartelas em causa foram encontrados no painel alusivo à Infância de Jesus, incorporados nas áreas descontextualizadas e outros estão acondicionados em arrecadações do Mosteiro[19].

Estas barras têm uma decoração em acantos enrolados e anjos ao estilo barroco. Na parede norte, há cinco cartelas figurativas com as seguintes representações na parede norte: 1. a Anunciação; 2. a Visitação; 3. a Adoração dos Pastores, no qual o anjo segura a filactera com a inscrição *GLORIA INEXCELSIS DEO ED IN*..."; 4. Adoração dos Magos que foi destruído para no seu lugar se colocar o ossário de Madre Francisca do Livramento; 5. a Apresentação de Jesus no Templo. Na parede sul estão: 6. Jesus orando no horto; 7. a Traição de Judas; 8. a Flagelação de Jesus; 9. o Escárnio, possuindo na zona inferior a inscrição *An.to de Oliv.ra Bd.es fecit*; 10. Ecce Homo; 11. a Queda de Cristo e a Verónica; 12. o Calvário. A narrativa deverá iniciar-se junto à capela do Senhor Santo Cristo, do lado da Epístola, com a *Anunciação*. Podemos dizer que é uma leitura circular da narrativa iconográfica.

A encomenda destes painéis deve-se ao incremento da devoção ao Senhor Santo Cristo, que à época estava colocado numa capela de menor dimensão, na parede poente, onde hoje está a entrada da Capela do Senhor Santo Cristo. Os encomendadores deste notável conjunto azulejar, provavelmente, foram os condes da Ribeira Grande, como defende Luís Bernardo Ataíde[20], os quais foram escolhidos para serem *intendentes e tesoureiros da obra*[21].

---

[16] Carvalho, 2012: 221.
[17] Simões, 1963: 104.
[18] Carta da empresa Nova Conservação, Lda., 23-01-2018.
[19] *Ibidem*.
[20] Ataíde, 2011, I: 197.
[21] Clemente, 2015: 155.

No que concerne à datação, muito embora não se conheça o ano da sua execução, a existência no Museu Carlos Machado de um azulejo com a data de 1712, integrado por Luís Ataíde num painel de seis azulejos representando uma cena pastoril, com parte da assinatura do pintor, proveniente do dormitório do mesmo Mosteiro demolido em 1915, pode ajudar a balizar a encomenda do coro-baixo. O retábulo colateral da Igreja de N. Sr.ª da Luz, com a inscrição *anno de 1713*, também contribui para a referida datação[22]. Contudo, sabe-se que em 1729 já estavam aplicados, pois assim o indica Luís Ataide, numa referência coeva da campa da madre Joana Xavier, situada perante uma imagem do *Ecce Homo* "formada de azulejo"[23].

As guarnições são também uma das caraterísticas presentes na azulejaria, tendo a função de organizarem as cenas figurativas articulando-as com a arquitetura pré-existentes. Entende-se por guarnição o *termo utilizado para designar o limite de uma composição cerâmica, que pode assumir as formas de barra (dois ou mais azulejos), de cercadura (um azulejo), ou de friso (um terço ou um quarto de azulejo)*[24]. Segundo a análise de Rosário Salema, em Bernardes a *envolvência de barras com enrolamentos de acanto, (…)os motivos figurativos, entre os quais anjos, figuras humanas, animais e elementos arquitectónicos, organizados em composições de forte efeito cenográfico*. São estes últimos, que são umas das características, numa primeira fase da obra de Bernardes, que constituem preciosos auxiliares nas atribuições[25]. As guarnições com os anjos a segurar uma cornucópia de flores e frutos, bem como, os anjos sentados ou apoiados em volutas que surgem nas barras do Mosteiro da Esperança são elementos característicos de Bernardes e da sua oficina[26]. As diferenças de tratamento entre as cartelas são notórias, o que pode revelar que tratar-se de uma obra de oficina, ainda que a mão do mestre se destaque em imagens como a de Cristo crucificado, por exemplo[27].

## Azulejo rococó: a Ermida de Nossa Senhora da Paz

O pequeno templo com a invocação a N. Sr.ª da Paz apresenta as paredes do seu interior integralmente azulejadas. Ostenta um dos raros espaços religiosos de revestimento integral na ilha, a par com a Capela do Solar das Necessidades, no Livramento. As paredes laterais revestidas a azulejos, com painéis dispostos em dois registos, interligados por molduras de acantos, anjos, querubins, festões e concheados. Do lado do Evangelho encontramos no 1º registo: 1. a Última Ceia; 2. Jesus no Horto e Beijo de Judas; 3. a Flagelação. No 2.º registo temos: 4. o Ecce Homo; 5. Cristo a caminho do Calvário; 6. a

[22] Simões, 1963: 88.

[23] Ataíde, 2011, I: 198. Por uma consulta recente ao Livro de Óbitos do Mosteiro para esta epoca, verifica-se que é omisa a referência aos azuleijos Cf. AMNSE (Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança), Livro de Óbitos do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (1699-1923), fl. 10.

[24] Carvalho, 2012: 411

[25] *Idem*, 2012: 418

[26] Carvalho, 2012: 222

[27] Câmara e Carvalho, 2015: 35.

Crucificação. No lado da Epístola no primeiro registo: 1. o Nascimento da Virgem; 2. a Apresentação da Virgem no Templo; 3. a Anunciação. No 2.º registo: 4. os Esponsais; 5. a Adoração dos Pastores e a Adoração dos Magos. Na parede fundeira, também revestida a painéis de azulejos, figura uma Santíssima Trindade horizontal sobre a porta, ladeada de anjos. Ladeando o portal, na parede fundeira, encontra-se o Santo António com o Menino, no lado do Evangelho, e São Francisco no lado da Epístola.

A capela-mor tem as paredes laterais revestidas também com azulejos azuis e brancos, envolvendo os vãos, com a representação da Sagrada Família no lado do Evangelho; um painel com a Nossa Senhora do Carmo está colocado no lado da Epístola[28]. Sob cada uma das janelas laterais encontra-se um ramalhete de flores.

No que respeita à datação, Santos Simões atribuiu o período aproximado de 1755, justificando a atribuição com a evolução das formas concheadas, que para ele são mais recentes que as do corpo da Igreja[29]. Através da consulta à documentação do arquivo do Mosteiro, sabemos que em agosto de 1759 houve uma despesa de 12$000 reis *para cal p.ª sentar azoleyjo de N. S.rª da Paz*[30]; num outro documento avulso, sem data, mas provavelmente da mesma época pela semelhança da caligrafia, há indicação da compra de azulejos, com os respetivo preço e proveniência: *Para o Azoleyjo q veio de Lx.ª com avanço // 215$432*[31]. Portanto, a atribuição de Santos Simões, apesar de próxima, está incorreta.

Ao nível da temática, há um paralelo com os temas da iconografia dos painéis do coro baixo da igreja, dado que em ambos os casos se puseram em paralelo os mistérios marianos e da vida de Cristo.

Do ponto de vista estilístico, este conjunto pertence a uma fase de transição da chamada grande produção barroca para o período do rococó, época pombalina, com concheados e cercaduras mais fluidos, aliando-se os elementos vegetalistas, por vezes de folhagem assimétrica nas guarnições, porém utiliza o azul e branco. No que concerne à autoria, Santo Simões enquadrou-o no ciclo de Bartolomeu Antunes (1668-1753), que foi um dos mais conhecidos azulejadores, e não pintores, da Grande Produção Joanina, propondo a data de 1745-1750[32]. Pelas informações já apresentadas, a hipótese de Santos Simões está incorreta.

### Azulejo neoclássico: a Capela do Senhor Santo Cristo

A capela do Senhor Santo Cristo é um prolongamento do coro baixo. Possui planta centralizada, otogonal, com as paredes revestidas a azulejos policromos azuis, amarelos,

---

[28] Santos Simões atribui a representação de N. Sr.ª do Desterro, ou seja, a fuga para o Egito da Sagrada Família cf. Simões, 1963: 108.

[29] Simões, 1963: 108

[30] BPARPD (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada), Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 33. Despesa do mês de agosto de 1759.

[31] AMNSE, Documentos administrativos, folha avulsa [s.d.].

[32] Simões, 1963: 108.

verdes e roxo manganês, com símbolos e cenas da Paixão de Cristo. As paredes apresentam-se revestidas a azulejos policromos, fundo marmoreado, com ornamentação de folhagens e grinaldas obtidas com azuis, amarelos, verdes e roxos. Com cartelas contendo símbolos monocromáticos da Paixão de Cristo: dados, coluna, cálice, torquês, coroa, mão, pálio, jarro, sudário de Verónica, galo, tambor, martelo, cana, cetro, escada, corda, cruz, esponja e chicote. Sobre as janelas encontram-se dois painéis azuis: Cristo atado à coluna (Evangelho) e Queda de Cristo com a cruz (Epístola).

A capela foi benzida a 22 de Março de 1771, pelo Bispo de Angra, D. António Caetano da Rocha (episcopado de 1758-1772)[33], sendo zeladora da capela e Imagem a madre Quitéria Francisca de Santa Rosa[34].

No arquivo do Mosteiro existem duas cartas do administrador da Casa dos Condes da Ribeira Grande, António Luís Arnaud, à madre Maria Quitéria Francisca de Santa Rosa. Da análise destes documentos podemos depreender da primeira carta que a madre solicitou ao administrador, em 30 de março de 1786, a encomenda dos azulejos em Inglaterra, ao qual o mesmo responde *pareceme coiza difícil omandalo fazer a Ingalterra (…)* e *eCá em Portugal Sefaz perfeiticimo p.ª todas as Igrejas Modernas*[35]. O conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara, em 22 de Setembro de 1786, informa a madre Francisca de Santa Rosa, que já foram entregues as medidas e irá ajustar a obra com os artífices: *fico entregue das medidas p.ª o ajoleijo da Capela (…), mas sempre mandarei chamar os Artifices p.ª ajustar com eles as d.ªs obras*[36]. Em outra carta com a mesma data de 22 de Setembro de 1788, o administrador responde, em nome do conde, informando que estão a envidar esforços para a execução: *também fico entregue das medidas e explicaçoens p.ª se fazer o Ajolejo p.ª a Capela do Senhor*[37]; pelo *Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo* verificamos que o *Asentamento dos Azuleijos* foi de 88$510 reis de pagamentos aos oficiais[38]. Pela análise desta documentação podemos inferir que a aplicação dos azulejos foi posterior a 1788.

No que toca à autoria, a mesma é desconhecida até ao momento a partir de fontes primárias. Comummente é aceite a atribuição de Santos Simões em ser produção da *Real Fábrica de Louça ao Rato*, ao gosto neoclássico, o melhor e mais importante centro artístico da época[39]. Efetivamente, Santos Simões analisou o estilo artístico com as informações de Hugo Moreira, pois este diz que a capela *é totalmente revestida de azulejos*

[33] Moreira, 2000: 91. O autor apresenta a transcrição de um documento da notícia da bênção da capela do Senhor Santo Cristo.

[34] Moreira, 2000: 91.

[35] AMNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (30-03- 1786). Sobre este assunto Santos Simões também tece algumas considerações (cf. Simões, 1963: 107).

[36] AMNSE, Carta do 6º conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara (22-09-1786).

[37] AMNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (22-09-1786). Leia-se a opinião de Santos Simões (cf. Simões, 1963: 107).

[38] AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 22v.

[39] Simões, 1963: 107. A Real Fábrica da Louça, situada em Lisboa, no Rato, surge de início como anexa à Real Fábrica das Sedas, sendo estabelecida em 1 de Agosto de 1767, integrado o processo de desenvolvimento das manufacturas implementado pelo Marques de Pombal. O seu primeiro mestre foi Thomas Brunetto. Para a história desta fábrica (cf. Monteiro, 2003: 30-107).

*encomendados em 1786 na real Fábrica do Rato*[40] ambém podemos encontrar azulejos do mesmo estilo na Capela do Senhor dos Passos, coro alto, no vão da janela.

Este importante centro de produção possuía diversos artífices, os quais não assinavam as suas obras, não se conhecendo nenhum painel de azulejos assinado[41]. Podiam numa mesma obra trabalhar vários pintores de azulejo, embora possamos realçar a importância de Francisco de Paula e Oliveira para esta época[42]. Tendo em conta a data da encomenda e o tempo necessário à execução e transporte, podemos supor que a aplicação dos azulejos ocorreu no início da década de 1790. É a época definida como a grande produção da fábrica (1780-1816), sob a estratégia de João Anastácio Botelho de Almeida[43].

O revestimento é azulejar nas paredes e de azulejos policromos azuis, amarelos, verdes e roxo manganês, com símbolos e cenas da Paixão de Cristo. As paredes apresentam-se revestidas a azulejos policromos (32 azulejos), fundo marmoreado, com ornamentação de folhagens e grinaldas obtidas com azuis, amarelos, verdes e roxos. As cartelas contem símbolos monocromáticos da Paixão de Cristo: dados, coluna, cálice, torquês, coroa, mão, pálio, jarro, sudário de Verónica, galo, tambor, martelo, cana, cetro, escada, corda, cruz, esponja e chicote. Sobre as janelas encontram-se dois painéis azuis: Cristo atado à coluna (Evangelho) e Queda de Cristo com a cruz (Epístola).

Do ponto de vista estilístico, este revestimento azulejar situa-se entre o estilo rococó e o gosto neoclássico. Com o rococó regressa a policromia, inicialmente amarelo, verde e violeta, mais tarde cenas centrais monocromáticas a violeta. As molduras perdem grande parte da sua massa volumétrica e adota-se a assimetria com motivos de flores, folhas e concheados. São características da produção da Fábrica do Rato, por exemplo, *as cenas historiadas a azul, as molduras a amarelo, os concheados a manganês, verde discretamente utilizado no marmoreado de fundo*[44], onde podemos encontrar semelhanças nos dois painéis azuis: de Cristo atado à coluna e Queda de Cristo. Outra das caraterísticas são as figurações historiadas com o mesmo valor iconográfico dos motivos ornamentais, verificando-se um cuidado no tratamento pictórico[45]. A utilização de laços decorativos e medalhões ovais, como também encontramos semelhanças nesta Capela[46].

## O romantismo: a capela-mor da Igreja de N. Sr.ª da Esperança

Na capela-mor da Igreja da Esperança encontramos um silhar de azulejos com cenas da vida da Virgem, lado do evangelho: 1. a Anunciação; 2. a Visitação; 3. o Nascimento

[40] Moreira, 2000: 95.
[41] Henriques, 2003: 448.
[42] Cf. Pereira, 2003: 436-447.
[43] Cf. Henriques, 2003: 462-474.
[44] Henriques, 2003: 459.
[45] *Idem*, 2003: 465.
[46] *Idem*, 2003: 467.

de Jesus; no lado da epístola: 5. a Fuga para o Egito; 6. os Esponsais da Virgem; 7. o Pentecostes; 8. a Ascensão da Virgem. Algumas das litanias da virgem encontram-se representadas por anjos que seguram o respetivo símbolo alusivo: rosa (rosa mística), estrela (estrela da manhã), igreja (mãe da Igreja), vaso (vaso honorífico atr.), coroa (rainha), arca (arca da aliança), torre (torre de marfim ou aliança) e porta (porta do céu).

Este conjunto azulejar não se encontra datado nem assinado e a documentação administrativa do Mosteiro é omissa para este período. Todavia Luís Ataíde informa-nos da encomenda, provavelmente em 1908/9, ao mestre conimbricense António Augusto Gonçalves, fazendo a seguinte descrição:

> *Todos os quadros assentam em silhar e são separados por pilastras, de bases em mascarões, e volutas a susterem nichos com anjos e moldurados por conchas estilizadas que rematam, ao centro, em querubins e, lateralmente, com vasos floridos. (…) A cor única é o azul pouco vigoroso sobre branco, de melhor nuança nas figuras, e menos límpido nos molduramentos e mais acessórios. O desenho é desigual; correcto nas figuras dos painéis imprimindo-lhes movimentação, muito enfraquece, porém, nas restantes dos nichos dos plintos*[47].

O autor que vimos citando é contemporâneo desta encomenda, o que nos faz crer no conhecimento da atribuição e datação até que nova informação surja.

António Augusto Gonçalves Neves (1848 - 1932) nasceu, viveu e morreu na cidade de Coimbra. Foi professor, arqueólogo, artista, crítico e historiador da arte. Era filho do pintor conimbricense António José Gonçalves Neves. Foi fundador da Escola Livre das Artes do Desenho da cidade, em 1878, que funcionou sob a sua direcção. Posteriormente promoveu a criação de uma fábrica de cerâmica popular, no bairro de Santa Clara. Por sua iniciativa foi criado em Coimbra, em 1890, um Museu de Arte Industrial. Também se deve à sua iniciativa o restauro da Sé Velha, cujas obras foram iniciadas em 1893[48].

O silhar de azulejos está encimado por frisos e cornija de acantos em talha dourada, com florões e acantos. A cobertura em falsa abóbada de berço é composta por vinte caixotões de talha dourada, com florões envolvidos por acantos, desenvolvida sobre entablamento.

## O azulejo historicista: a nave da Igreja de N. Sr.ª da Esperança

A azulejaria historicista (1900-1940) caracteriza-se por valores historiográficos veiculados por uma azulejaria de carácter revivalista, retomando pintura azul e branca barroca, em representações de cenas da história nacional e regional, bem como de costumes populares. É este o enquadramento do interior da nave da Igreja da Esperança, que se apresenta com as paredes rebocadas e pintadas de branco. Santos Simões coloca

[47] Ataíde, 2011, IV: 15 - 16.

[48] Cf. AA.VV. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s.d: 551-553 e Pereira, 2012: 20-29.

a hipótese da existência, no passado, de azulejos na nave da Igreja, os quais desapareceram[49]. Destacando-se, no primeiro nível, os azulejos azuis e brancos, formando silhar, de composição figurativa, com grinaldas conducentes a cartelas, tendo por remates frisos ornados com figuras e sanefas; sendo divididos por pilastras sustendo urnas estilizadas. Nestas cartelas apresenta-se a iconografia alusiva à vida da Madre Teresa da Anunciada. Os mesmos são assinados por António Tomás da Conceição Silva[50], com data de 1928, tendo sido produzidos na Fábrica do Arieiro, como constatamos pela inscrição existente: *A.CONCEIÇÃO SILVA / FAIANÇA PORTUGUEZA / ARIEIRO / 1928 / LISBOA*.

Esta assinatura deve corresponder a António Tomás da Conceição Silva (1869-1958). Foi um pintor, ceramista e professor universitário que exerceu a sua atividade em Lisboa. Pelo seu mérito foi escolhido para ser bolseiro da rainha D. Amélia, fazendo os seus estudos em Paris. Exerceu docência na Escola de Belas Artes a partir de 1904. Ficou conhecido pelos seus retratos, como o de Ribeiro Christino e Leopoldo Battistini ou o seu auto-retrato no Museu José Malhoa. No âmbito da temática sacra pintou, por exemplo, o retábulo do altar-mor da Igreja de S. Mamede de Lisboa.

Os azulejos são assentes em silhar, em que cada representação iconográfica corresponde a uma cartela. São separados por colunas galbadas, sustentando vasos e superiormente enquadrados por entablamento recortado ao centro, com drapeados a abrir em boca de cena; inferiormente são identificados por inscrições em cartelas. Luís Ataíde esclarece que o intermediário da encomenda foi o professor Arthur May, diretor da Escola Velho Cabral, amigo do pintor, acrescentando que a má qualidade da pintura se deve a um problema de cozedura dos azulejos[51]. No que concerne à datação, Luís Ataíde apresenta a data de 1913, o que não corresponde com a data inscrita nos próprios azulejos[52].

No que diz respeito á sua sequência narrativa, apresentam a seguinte ordem, com a respetiva inscrição como legenda iconográfica, sendo os do lado do Evangelho a partir da capela-mor: 1. A / VENERAVEL MADRE / THERESZA da ANUNNCIADA / nasceu / em / NOVEMBRO de 1668; 2. A / VENERAVEL MADRE / THERESZA da ANUNCIADA / creança / ocultase para orar; 3. A / VENERAVEL MADRE / THERESZA da ANUNCIADA / prefessou / em / 23 de Junho de 1682; este painel tem ainda a inscrição FAIANÇA PORTUGUEZA / ARIEIRO / A. Conceição Silva; 4. A / VENERAVEL MADRE / THERESZA da ANUNCIADA / orando / ao / SENHOR SANTO CHRISTO / dos / MILAGRES; este painel tem ainda a inscrição A. Conceição Silva; 5. A / VENERAVEL MADRE / THERESZA da ANUNCIADA / dirige a construção / da / CAPELLA / do / SENHOR SANTO CHRISTO/ dos / MILAGRES; do lado da epístola: 6. A / VENERA-

---

[49] Simões, 1963: 104.

[50] Barata e Duarte, 2011. Procurou divulgar a cultura da época, por exemplo, através do semanário *o Branco e Negro* e da colaboração na publicação *Arte portugueza: revista de aecheologia e arte moderna* cf. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/. No campo das artes gráficas encontramos também alguns exemplos, como a gravura *Nossa Senhora da Conceição (Padroeira do Reino)* cf. http://purl.pt/index/geral/aut/PT/263526.html.

[51] Ataíde, Luis, 2011, IV: 17.

[52] *Ibidem*. Santos Simões confirma a data de 1928, referindo que a data proposta de 1913 foi um lapso de Luis Ataíde. Cf. Simões, 1963: 104.

VEL MADRE / THERESZA da ANNUNCIADA morreu a 10 de MAIO de 1738; 7. A / VENERAVEL MADRE / THERESZA da ANNUNCIADA na ETERNA GLORIA. Os dois painéis sob as pias de água benta têm cartela com a inscrição: AQVA BENEDICTA / SIT NOBIS SALVS / ET VITA.

O pintor provavelmente leu a vida de Madre Teresa, escolhendo momentos chave da vida desta religiosa, excetuando o painel n.º 4, em que se baseou na gravura de João Silvério Carpinetti, de 1763[53]. Os azulejos revelam diversas imperfeições, nomeadamente ao nível dos rostos e das proporções corporais, embora não seja em todas as representações. O que poderá revelar alguma inexperiência na pintura de azulejo.

**Conclusão**

As religiosas do Mosteiro da Esperança eram conhecedoras dos estilos artísticos de cada época e estavam em contato com pessoas que cultivavam o interesse pelas artes por meio das relações familiares e de amizade. O Mosteiro utilizou os azulejos em uso em cada período, procurando enobrecer os espaços com o melhor que se fazia, sobretudo no século XVIII. Apesar de os azulejos do séc. XX serem de menor qualidade, não deixa de ser revelador, por parte do encomendador, a escolha de artistas com alguma notoriedade à época, mesmo não sendo especialistas em pintura de azulejo.

As dificuldades da nossa investigação foram as lacunas existentes ao nível da documentação arquivística, que é praticamente omissa no que se refere ao património integrado. A esta situação alia-se a desorganização do arquivo do Mosteiro da Esperança, que necessita de uma urgente inventariação e classificação.

A análise das fontes arquivísticas que temos vindo a realizar, complementada pelos estudos de conservação e restauro permitiu uma melhor compreensão sobre este património integrado. A perceção de que o discursos iconográfico presente no coro baixo está incompleto face à encomenda original, a atribuição de uma nova data aos azulejos da ermida de Nossa Senhora da Paz e o descortinar da biografia dos autores dos azulejos presentes na nave e capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Esperança são alguns dos contributos que procuramos transmitir com a nossa reflexão. Todavia este estudo não esgotou o tema em causa, pois esta casa religiosa merece um estudo mais aprofundado de todos os conjuntos azulejares existentes e dos diversos azulejos guardados e descontextualizados existentes no Mosteiro da Esperança.

[53] Cf. Biblioteca Nacional de Portugal, 27-789.3Anunciada, Teresa da, O.S.C.(084.1)

## Fontes

Carta da empresa Nova Conservação, Lda., 23-01-2018.

CLEMENTE, José (Presbítero do Oratório de S. Filipe Nery). *Vida da Venerável Madre Teresa da Anunciada Escrita e Dedicada ao Senhor Santo Cristo com Invocação do Ecce Homo*. Anotações de Hugo Moreira. 21.ª Edição. Ponta Delgada, Empresa Gráfica Açoriana, Ponta Delgada, 2015.

Biblioteca Publica e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 33.

Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (AMNSE), Documentos administrativos, folha avulsa, [s.d].

Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (30-03- 1786).

Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, Carta do 6º conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara (22-09-1786).

Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (22-09-1786).

Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890).

Biblioteca Nacional de Portugal, 27-789.3Anunciada, Teresa da, O.S.C.(084.1)

## Bibliografia

AA.VV. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa / Rio de Janeiro, Editorial Verbo, s.d.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de, *Etnografia, arte e vida antiga dos Açores*. *2.ª* Edição. s.l., Governo dos Açores: Direção Regional da Cultura, vol. I e IV, 2011.

Barata, Joana e Duarte, Berta, *Um percurso pela pintura portuguesa: coleção telo de Morais*. Catálogo de Exposição. Coimbra, Gráfica Ediliber, 2011. Disponível em: https://issuu.com/imc-ip/docs/catalogo_grao_vasco (consultado em: 07-07-2017).

Câmara, Maria Alexandra Trindade Gago da e Carvalho, Maria do Rosário Salema, "Azulejaria barroca na ilha de São Miguel: temas e perspectivas de investigação". In Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e, coord., *Artes decorativas nos Açores*. Porto, Universidade Católica, 2015.

Carvalho, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de, *A pintura do azulejo em Portugal [1675-1725]: Autorias e biografias - um novo paradigma*. Tese de doutoramento. Lisboa, Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/6527 (consultado em: 10-05-2017).

Pais, Alexandre Nobre, "Os ciclos de produção da Real Fábrica de Louça". In Henriques, Paulo, Monteiro, João Pedro e Pais, Alexandre Nobre, coord., *Real Fábrica de Louça ao Rato*. Lisboa/Porto, Museu Nacional do Azulejo e Museu Nacional de Soares dos Reis, 2003, p. 172-435.

Pereira, João Castel-Branco Pereira, Notícias para a história dos azulejos na Real Fábrica de Louça. In Henriques, Paulo, Monteiro, João Pedro e Pais, Alexandre Nobre, coord., *Real Fábrica de Louça ao Rato*. Lisboa/Porto, Museu Nacional do Azulejo e Museu Nacional de Soares dos Reis, 2003, p. 436-447.

Pereira, Helena Maria Martins Costa, *Biografia(s) da coleção de vidro do Museu Nacional de Machado de Castro ou sobre o claro escuro das coisas*. Dissertação de Mestrado em Museologia. Porto, Universidade do Porto, 2012.

Pereira, Paulo, *Arte Portuguesa: história essencial*. Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

Pinto, Ana Lídia, Cambotas, Manuela Cernadas e Meireles, Fernanda e, *Arte Portuguesa*. Porto, Porto Editora, 2006.

Meco, José, *Azulejaria Portuguesa*. Lisboa, Bertrand Editora, 1985.

Moreira, Hugo, *O Convento de Nossa Senhora da Esperança – Imagem e Culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres*: *Colectânea de artigos*. Ponta Delgada, Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, 2000.

Simões, João Miguel dos Santos, *Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

# PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO ESTILÍSTICA DA IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO, ILHA TERCEIRA*

*João Luís Esquível*
*Tânia Rebelo*
*Eduardo Magalhães*
*Rui Flores***

## 1. Introdução

Sempre que se fala da Igreja Matriz de São Sebastião, na Ilha Terceira (Fig. 1), são sempre referidas as incertezas sobre a sua fundação porque, até ao momento, nenhum documento foi encontrado que categoricamente informe sobre a sua fundação ou posteriores modificações.

Sabemos que houve grandes momentos em que a estrutura foi alterada, quer por acontecimentos telúricos, quer por acidentes causados pelo homem.

Queremos propor uma nova visão sobre a classificação original da igreja de acordo com as suas semelhanças com outras estruturas de caráter religioso existentes em Portugal apresentando os argumentos existentes com outros enquadramentos e novas aportações.

Vão ser utilizadas fontes escritas, artigos da Web e arquivo do SIPA. Algumas imagens são usadas junto do texto mas a maioria está no anexo fotográfico na sequência da narrativa.

---

* Trabalho apresentado à Unidade Curricular de História da Arte e do Património Construído na licenciatura em Natureza e Património da Universidade dos Açores, sob a orientação da Mestre Sandra Monteiro.

** Alunos da Licenciatura em Natureza e Património.

*Figura 1 - Igreja de São Sebastião, capitéis vegetalistas, montagem fotográfica. João Luís Esquível, Agosto 2016*

## 2. O Românico

O estilo românico na arquitetura religiosa foi inspirado na grandiosidade e técnicas usadas pelo Império Romano nos seus monumentos religiosos e civis. No entanto a invasão dos *bárbaros* do Norte, a decadência da civilização romana mediterrânica, e mais de 800 anos de estagnação, contribuíram para a transformação do ocidente europeu numa sociedade medieval de núcleos populacionais pequenos e dispersos, apoiados num edifício de caráter defensivo – o castelo, e pouco mais no que respeita a construções duradouras quer religiosas quer civis.

À medida que chegamos à Baixa Idade Média, passando o primeiro milénio, há um aumento demográfico e um incremento da produção agrícola e industrial incipientes, criando oportunidades do comércio dos excessos ao mesmo tempo que se facilita a deslocação inter povoações e o intercâmbio de ideias e processos.

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica Apostólica Romana permanece como a âncora e a resistência ao *paganismo* e a preservadora do conhecimento existente sendo os seus membros os quase-únicos detentores do saber *Ler* e do saber *Escrever* com a exceção de alguns integrantes das classes mais abonadas e ligadas à governança que acabam por, também, ter acesso e desenvolver aptidões de escrita e leitura.

Com esta nova prosperidade e estabilidade das comunidades, apesar das guerras frequentes e duradouras, novas interpretações dos dogmas religiosos tem lugar nos grandes centros urbanos da Europa Central e Norte e as modas e os conhecimentos irradiam para os limites do antigo Império Romano chegando aos seus extremos, por vezes, com atrasos de várias décadas senão de séculos.

### 2.1. O românico em Portugal

As primeiras igrejas que podem ser consideradas românicas são de inspiração visigoda, um estilo precursor do Românico, específico da Península Ibérica, destino final dos agrupamentos tribais visigodos que chegaram aos quatro cantos da Península trazendo o perfil de Roma modificando-o com a sua cultura específica.

Após a invasão muçulmana da Península em 711 e a progressiva ocupação para norte parada na Batalha de Poitiers, na qual Carlos Martel assegurou o fim da progressão do Califado de Córdova, começa a Reconquista Cristã que acaba com a conquista de Granada em 1492.

Estas duas forças culturais, a visigoda e a muçulmana, contribuíram com os seus elementos específicos estruturais e decorativos na amálgama do Românico Ibérico.

O território de Portugal Continental começou a ser definido desde a independência do Condado Portucalense em 1143 fundado pelo Conde D. Henrique de Borgonha, até à conquista de Faro por D. Afonso III em 1249, quando ficou finalizado a reconquista e da (quase) final definição das fronteiras deste tão jovem país, um processo de escassos 106 anos.

Esta reconquista e a progressiva deslocação para sul para ajudar a consolidação do território conquistado, foi conseguido devidos às graças, isenções, e benesses que a coroa concedeu a essas populações que migraram de Norte para Sul e na aculturação dos que ficaram. Foi neste cadinho de 800 km por 200 km que se *cozinhou* a nação Portuguesa. Há ainda a ter em consideração que as populações migradoras eram apoiadas pelos monges Cistercienses, reformados beneditinos pós reforma gregoriana, que com as suas comunidades funcionais apoiavam as populações e cujos conventos serviam de guarita e refúgio em caso de perigo.

Assim, temos que:

1) Desde o início da nacionalidade a governança do Reino foi moldada por inspiração borgonhesa vinda com o Conde D. Henrique de tal modo que toda a 1.ª dinastia é denominada "de Borgonha";
2) Foi através do frade cisterciense Joaquim de Fiore, pensador milenarista[1], que o culto do Espirito Santo se difundiu em Portugal, e particularmente nos seus territórios açorianos.

A importância do Estilo Românico Borgonhês é muitas vezes subestimada pelos nossos especialistas em arquitetura histórica mas este estilo forte e marcadamente individualista deve eventualmente ter chegado pela mão do Conde de Borgonha que vinha de um "centro de confluências, um cruzamento de caminhos, pelo que se dá[va] um trânsito contínuo de ideias estéticas"[2].

---

[1] http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2012_01_04.pdf (Consultado em Abril 2017).

[2] Tradução do espanhol pelos autores de "es centro de confluencias, un cruce de caminos, por lo que se da un tránsito continuo de ideas estéticas" in *Românico Borgonhês*, (consultado em Março/2017). http://www.arteguias.com/arquitecturaborgonona.htm.

Construíram-se estruturas de estilo românico com elementos que, geralmente, são conotados com o estilo gótico. Recentemente foi descoberta uma cripta do Hospital das Cruzadas em Jerusalém cujas abóbadas são de arcos ligeiramente apontados (Fig. 2) contruída por volta do ano 1000.

*Figura 2 - Arcaria do Hospital das Cruzadas. Foto Yoli Shwartz, courtesy of the Israel Antiquities Authority.*

Outros exemplos foram o primeiro templo de Cluni ou o de San Filiberto de Tournus em que a planta era "*ad triangulum*, con tres naves"[3] e onde se apresentava "uma arquitetura nova, na qual se vai criando uma nova linguagem caracterizada pelos cunhais exteriores de pedra aparelhada de influência Lombarda"[4]. No caso de Cluni II, e segundo os especialistas, os tetos "estavam cobertos de madeira"[5] que, normalmente, eram transformados em abóbadas de cantaria "para lhe darem perdurabilidade (evita incêndios), mas também com fins acústicos e litúrgicos claros"[6]. Agora faremos referência a um dos componentes deste estilo e vindo do centro da cultura e Condado Borgonhês, introdutor de um marcador do estilo Românico – O Arco Apontado.

O Arco de volta inteira

Comecemos pelo desenho do arco de volta inteira ou meio ponto. Tem um desenho simples e neste caso a flecha é igual ao raio da circunferência sendo que o centro da circunferência se encontra em cima da linha de largura do arco (luz).

O Arco de Ogiva

O arco apontado ou ligeiramente apontado (Fig. 3) integrou desde cedo as estruturas conventuais e edifícios religiosos borgonheses. Nasceu da necessidade de nivelar, à mesma altura, os quatro arcos de uma abóbada, os principais e formeiros, agudizando os lados menores. Contrariamente ao arco de meio ponto, neste caso, o arco borgonhês (A), a ogiva incipiente é formada por dois arcos cujos centros não coincidem com o centro da luz mas ainda se encontram na sua linha a um terço da luz, sendo a flecha ligeiramente maior que a metade da luz ou raio. Há outras variantes do arco ogival, casos particulares e ótimos de construção.

[3] *Idem.*
[4] *Ibidem.*
[5] *Ibidem.*
[6] *Ibidem.*

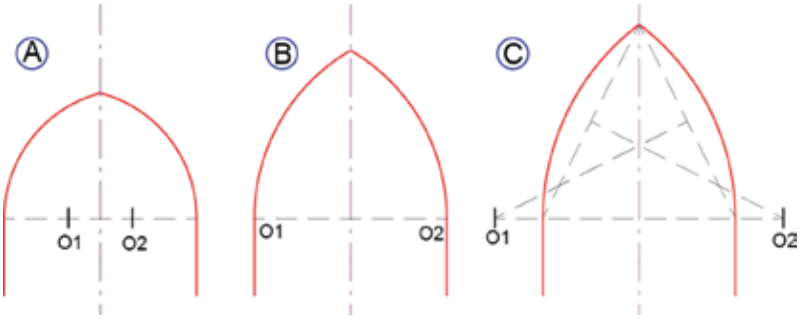



*Figura 3* - O Arco Ogival. *Wikipédia*[7].

São o caso em que os centros dos arcos de circunferência que compõem a ogiva coincidem com os pontos extremos da luz – O Arco Quebrado (B); e quando os centros dos arcos de circunferência da ogiva estão fora da luz à distância de um terço da luz mas com comprimento igual à luz – o Arco Ogival de Lanceta (C).

Este primeiro arco ogival incipiente tinha a vantagem de descarregar as forças superiores pelas colunas que suportam o arco, facilitando o aumento da largura da abertura e a construção das paredes.

### 2.2 Qualificação atual da Igreja de São Sebastião

A igreja de São Sebastião está classificada como uma igreja tardo-gótica na sua raiz, sendo apontados como indicadores os portais com arcos quebrados com quatro arquivoltas, o coruchéu da torre sineira, e uma "estrutura parietal arcaizante" na capela-mor[8], apresentada como um dos primeiros templos contruídos no arquipélago.

São referidas outras classificações estilísticas de épocas posteriores resultantes de recuperação de estruturas, acrescentos e modificações em datas posteriores que serão comentados a devido tempo.

### 2.3 Enquadramento histórico

Esta classificação parte do pressuposto que os primeiros colonos só chegaram à ilha Terceira depois de 1460[9], dez anos depois da primeira vinda do primeiro colonizador do-

[7] Wikipédia, Ogiva https://pt.wikipedia.org/wiki/Ogiva (consultado em Março de 2017) do original, COSTA, F. Pereira da, *Arcos e Abóbadas*, *Fascículo 15, 2ed.*, Edição de Autor, Lisboa, p. 3.

[8] MACHADO, Margarida, *O Tardo-Gótico nos Açores*, Apresentação *Power-Point*, 2017, slide n.º 25.

[9] REIS LEITE, "*Ensaios….*", p. 40-41.

cumentado, Jacob van Brugghe que desembarcou na baía dos meninos. Segundo esta perspetiva, Jácome de Bruges não teve sucesso na sua empreitada de fundar uma comunidade humana que iniciasse a arroteia, mas limitou-se a deixar gado só voltando dez anos depois.

No entanto, outros relatos há que fazem referência à posição geográfica e localização das ilhas do Arquipélago, como os relatos da viagem de Ugolino Vivalvi em 1291, documento anónimo de mais de 20 000 palavras[10] aumentando a probabilidade de que as ilhas tivessem sido visitadas e temporariamente habitadas com anterioridade a 1460. Diz no seu escrito que "parece certo que um século antes de serem povoadas pelos portugueses, por ordem do Infante D. Henrique, já algumas eram conhecidas dos navegadores normandos"[11].

Ainda recentemente o professor Félix Rodrigues apresentou conclusões da datação por carbono de "indícios de produção de cereais no ano de 1287"[12] nas Sete Cidades, Ilha de São Miguel. Outro artigo de Virgílio de Azevedo ao Jornal Expresso afirma que "cerca de 150 anos antes da data oficial do seu povoamento"[13] já São Miguel era habitado.

Se levarmos em linha de conta o limite mínimo de intervalo de datas para a existência de edifícios românicos em Portugal continental, podemos, quiçá, fazer uma comparação informal.

## 3. Análise das Estruturas da Igreja

Passamos agora a analisar detalhadamente cada uma das estruturas que compõem o edifício, relativamente ao exterior e ao interior e como se articulam entre si.

**A entrada e o *sanctum sanctorum*.**

Comparemos, então, dois elementos da eventual construção de raiz da igreja de São Sebastião: O portal axial com outros de semelhante fábrica e a área absidial.

### 3.1 O Portal

Vejam-se as semelhanças do portal da Igreja de São Sebastião com os portais seguintes. Por um lado, as igrejas de São Pedro de Rates, de Santa Maria de Airães em Felgueiras e a Igreja do Mosteiro de Travanca, (Fig. 4)[14], têm semelhanças desconcertantes

[10] MARINO, Nancy F., (trad. & coment.) *The Book of Knowledge of All Kingdoms*, do códice *El Libro des Conoscimiento*, Tempe, Arizona, 1999. (Consultado on-line Março de 2017.)

[11] SAMPAIO, Alfredo da Silva, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Imprensa Muncipal, Angra do Heroísmo, 1904, p. 8.

[12] Entrevista de Félix Rodrigues concedida à jornalista Ana Coelho para o Jornal Atlântico Expresso em Março de 2017. https://www.facebook.com/ambienteacores/?fref=nf# (consultado em Abril 2017).

[13] AZEVEDO, Virgílio, "S. Miguel já era povoada 150 anos antes da descoberta oficial dos Açores", in Expresso on-line, (consultado em 9/3/2017).

[14] http://mapio.net/pic/p-9835982/, http://cincodemaio.blogs.sapo.pt/tag/santa+maria, http://www.rotadoromanico.com/vPT/Monumentos/Monumentos/Paginas/MosteirodoSalvadordeTravanca.aspx?galeria=Fotografias&regiao=Amarante&monumento=Mosteiro%20do%20Salvador%20de%20Travanca&categoria=&TabNumber=0&valor=/vPT/Monumentos/Monumentos/Paginas/MosteirodoSalvadordeTravanca.aspx&guid={6B688A15-3CDA-47D6-B627-54AB737A4F85} (Consultado em Março de 2017.)

com a fachada reconstruída da igreja em estudo, sendo que a de Rates é "um singular edifício românico, (…) nos princípios do século XII"[15], o de Airães tem "numerosos vestígios da primitiva traça românica, inserindo-se no ciclo arquitetónico regional"[16] e o de Travanca que foi "reedificado entre o final do século XII e o princípio do XIII"[17].

*Figura 4 - São Pedro de Rates, Santa Maria de Airães (Felgueiras), Mosteiro de Travanca.*

Ao compararmos com a fachada de São Sebastião, (Fig. 1), encontramos a mesma disposição de linhas horizontais, a mesma nave central mais elevada que as laterais, (sendo de notar que a de Travanca tem um portal principal com arco ligeiramente apontado como a de São Sebastião), têm todas ou uma rosácea, ou uma fresta ou uma janela por cima do portal poente, sendo que o aspeto final é pesado e conducente à subjugação face ao poder de Deus.

Recentemente chegaram à nossa mão duas fotografias da época das obras de recuperação (1953-1959) nas quais se pode ver na fachada, a limpeza de um dos colunelos do lado direito do portal axial não se vendo resto nem rasto de qualquer outro ou outros colunelos (Ver foto n.º 1, p. 61 do Anexo Fotográfico – AF). Nem assim de qualquer arquivolta quer do lado esquerdo quer do lado direito. Mais! Numa das fotografias, no lugar onde hoje existe o óculo, podemos ver a grossura da *parede de decoração regional* adossada à fachada que existia antes (foto n.º 2/AF, p. 61). Houve, portanto, pelo menos mais uma camada ou nova fachada que, pela sua espessura, conseguia esconder quaisquer restos de avançados de épocas anteriores. Conseguiram isso sem desalinhar com a fachada da torre sineira. (Foto n.º 3/AF, p. 62.)

Há ainda a ter em consideração que a fachada, especificamente nos alinhamentos das colunatas que dividem em três naves o interior da igreja tinham, no exterior, contrafortes que ajudavam a suportar o peso da estrutura, conforme se pode ver como exemplo na imagem que representa a fachada de São Pedro de Rates. Ora nas fotografias da reconstrução da fachada são facilmente discerníveis os locais da fachada poente onde existiam os contrafortes que serviam esse propósito. Como a obra de recuperação foi

[15] _____, *Tesouros Artísticos de Portugal*, Seleções do Reader's Digest, Lisboa, 1976, p. 476.
[16] *Idem*, p. 58.
[17] *Ibidem*, p. 562.

feita no Séc. XX outro tipo de reforço e materiais foram usados que permitiram manter a fachada sem esses contrafortes.

Longe de trazer certezas, todos estes detalhes mais dúvidas e incertezas levantam.

### 3.2 A Abside da Capela-mor

*Figura 5* - Cabeceiras de Odivelas e São João de Alporão.

Por outro lado, e comparando a cabeceira da capela-mor de São Sebastião com as das igrejas do convento de Odivelas e da Igreja de São João de Alporão (Fig. 5)[18], podemos ver o mesmo tipo de construção de silhares de pedra aparelhada com contrafortes nas três arestas do meio octógono que remata a cabeceira. Numas, já janelas estreitas se rasgam entre os contrafortes enquanto noutras, se limitam a abrir frestas ao longo das paredes mais grossas e compridas da capela-mor, como no caso de São Sebastião.

As capelas-mores são rematadas por coberturas ao nível das cachorradas guardando as normas de construção deste estilo e desta época com abóbadas chanfradas como poderiam ter sido as de São Sebastião.

Note-se que as pedras aparelhadas abaixo da cachorrada em São Sebastião são de maior tamanho e homogéneas enquanto as de cima são de tamanho inferior e irregular como que a emendar, com poucos recursos, trabalho já feito (Fig. 6).

*Figura 6* - Cabeceira de São Sebastião. *João Luís Esquível, Março 2017.*

Por outro lado, a pedra de ara do altar-mor esteve colocada em diversos locais como se pode constatar por documentação fotográfica existente. Existe uma fotografia na qual se vê um altar-mor em talha dourada barroca com tribunas que cobre totalmente a cabeceira, ocultando, inclusive, uma fresta de cada lado da cabeceira. Por cima do altar, um sacrário que guarda semelhanças de estilo inquietantes e extraordinárias com o sacrário existente na capela absidial do lado do Evan-

[18] http://geografiaturisticadeportugal.blogspot.pt/2015_04_01_archive.html, http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cache/a1/ab/a1ab65734a95f8f25881e60ea49803aa.jpg (Consultado em Março de 2017.)

gelho da Matriz da Praia, a capela do Santíssimo Sacramento, ou com outro relicário da Igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Conceição em Angra. Aparentam ser da mesma fábrica. Especulação! Ainda assim, o restante retábulo também tem muitas semelhanças com as simetrias do existente na Praia. Numa fase posterior desapareceu o altar-mor por ter sido apeado aquando das obras de restauro de 1953-1957. Desaparecendo tudo isto, ficaram as paredes completamente nuas. Os parcos indícios e testemunhos que temos permitem-nos alvitrar, das poucas imagens que restam, que o retábulo do altar-mor e um outro de talha, na atual capela do Santíssimo Sacramento, foram apeadas e guardados no armazém do Passal. Que se possa descortinar, as colunas torsas foram adaptadas a altar que foi colocado na capela de Nossa Senhora de Fátima (Foto n.º 4/AF, p. 62).

Aparentemente a tribuna que se encontrava no nicho foi colocada por cima do altar sendo tudo coberto por um baldaquino de tecido (provavelmente veludo) debruado a branco e que ia de um extremo ao outro da parede lateral da abside[19] (Foto n.º 5/AF, p. 63). Numa fase seguinte, manteve-se o altar virado a nascente (Foto n.º 6/AF, p. 63).

### 3.2.1 Os contrafortes no exterior da capela-mor

Todos os contrafortes eram austeros, simples mas sólidos. Reforçamos um detalhe referente à altura dos contrafortes, pois se nos exemplos apresentados os gigantes chegam à cimalha, já o mesmo não acontece em São Sebastião tendo sido posta a justificação nas adições renascença posteriores ao terem subido a altura das paredes para alcançarem o novo nível projetado da cúpula renascentista ajustada à primeira água da nave central. Em consequência desde acrescentamento as cachorradas apresentam-se num plano inferior ao da cimalha, mais abaixo do que a posição tradicional deveria ser, junto à cornija. (Fig. 6). Veja-se a hipótese de acrescento nas parietais da capela-mor quando nos referirmos ao arco triunfal.

A construção mais baixa e robusta desta estrutura só permitiu a abertura de frestas nas paredes alinhadas com as paredes limites da nave central.

Batista de Lima na sua análise ao monumento refere-se-lhes como botaréus[20] o que é inexato pois botaréus são elementos que, com os arcos botantes, asseguram a sustentabilidade das estruturas marcadamente góticas finais em consequência do que facilitam a existência de janelões ogivados com vitrais altos dando leveza a toda a estrutura o que não acontece neste caso.

---

[19] Foto da Junta de Freguesia.

[20] LIMA, Manuel Coelho Batista de, *Memória apresentada* ao *XVI Congresso Internacional de História de Arte de Lisboa,* in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. VII, 1949, p. 248.

### 3.2.2 O Cruzeiro

Por outro lado, em São Sebastião, nada resta de um eventual cruzeiro primitivo que seria coberto por uma abóbada de aresta que, por mais sensível, (uma vez que descarrega todo o seu peso nos respetivos quatro cantos – pendentes), poderá ter ruído durante um dos múltiplos abalos telúricos na zona. Não é de desprezar a possível deficiência dos arquitetos na construção desta abóbada, remate difícil e de complexa engenharia que, normalmente, era coroada por um zimbório e ou lanternim. Outrossim, uma vez que habitualmente a capela-mor é a última parte do edifício a ser construído, pode ter havido mudança de planos de construção. De momento são incógnitas.

*Figura 7* - Cabeceira da Igreja de São Sebastião, *João Esquível, Fevereiro 2017.*

Ainda se pode ver a descontinuidade entre a cobertura da nave central e a emenda na empena da cobertura da capela-mor cuja abóbada de berço arranca ao nível da cachorrada sendo emparedada pelo acrescento dos silhares mais imperfeitos e alinhada na empena da entrada da capela-mor com cobertura de três águas.

Como elemento de ligação, o cordão em rampa, que atravessa os contrafortes e que passa por debaixo das frestas abertas na capela-mor, e que deveria acompanhar nas absides laterais o que não acontece, pressagiando as alterações de proporções ocorridas posteriormente.

Reparamos ainda que, comparando fotografias datadas do relatório em 1949 e as atuais se pode ver que a cachorrada da capela-mor estava alinhada com a cornija das absidíolas e que a cobertura era de uma água contígua à da cobertura central. Hoje, a cobertura das absidíolas é de quatro águas e as cornijas foram alteadas, (veja-se Fig. 7).

### 3.2.3 As Absides

Seria natural e consequente que esse cruzeiro fosse ladeado por duas absides de aresta igual à largura das naves laterais, cujas cúpulas poderiam ter sido de berço ou mais naturalmente também de aresta, como se vê nos exemplos acima citados. Se olharmos para as imagens abaixo, (Fig. 8), do Convento de São Dinis e São Bernardo, mais conhecido por Convento de Odivelas, do Séc. XIII e da ordem de Cister vemos que a cabeceira, toda ela – capela-mor e absides –, está alinhada com a nave principal (imagem da direita). Ainda podemos ver que as coberturas das absidíolas são tentativamente as originais e que poderiam perfeitamente ser equivalentes às primitivas da Igreja de São Sebastião (imagem da esquerda). No interior, na absidíola do Evangelho que alberga o túmulo de D. Dinis, vê-se o tipo

de cabeceiras que eventualmente poderiam ter existido nas estruturas mais reduzidas em São Sebastião e, na imagem mais à direita, o equilíbrio entre capela-mor e absidíolas. Ainda de referir a altura do arco triunfal mais baixo que a nave central e a rosácea da cabeceira.

*Figura 8 - Mosteiro de Odivelas. Cabeceira, abóbada da capela-mor, absidíola e túmulo de D. Dinis, cabeceira interior.*[21]

A realidade é que, hoje, o cruzeiro em São Sebastião não existe e as duas absides têm uma área quadrangular incrementada cujo lado ultrapassa a largura da nave lateral sendo cobertas por abóbadas de cruzaria de datação posterior. Conforme se pode ver na imagem (Fig. 9), o arco cego por detrás da imagem de Nossa Senhora de Fátima poderá ser indício da forma das absides tendo em conta que o janelão quadrangular é posterior datando das alterações barrocas das proporções do edifício. Poderia ainda esse arco ser a entrada para a *sacristia velha*, entretanto desaparecida. (Por curiosidade, veja-se AC39. Anexo Correspondência, p. 81.)

Há ainda a referir o facto de as abóbadas de nervuras das absides descarregarem em mísulas que não estão posicionadas nos pontos corretos. Não só estão muito mais abaixo do que é esperado como estão descentradas nas paredes onde são apoiadas dando uma impressão de desorganização a atabalhoamento que não era nada caraterístico deste tipo de construções que pretendiam mostrar a perfeição e glória de Deus nas suas construções através da simetria e da harmonia de linhas.

*Figura 9* - Interior da igreja de São Sebastião, *João Luís Esquível, Março 2017.*

[21] (Consultado Maio, 2017.) http://geografiaturisticadeportugal.blogspot.pt/2015_04_01_archive.html, https://www.rtp.pt/noticias/pais/d-dinis-um-tumulo-escondido-a-espera-de-dignidade_es901665, https://fasciniodafotografia.wordpress.com/2017/01/24/mosteiro-de-odivelas-igreja-2016/.

Se alguma cúpula houve no espaço da capela-mor, poderá ter sido muito provavelmente a abóbada de aresta provavelmente destruída em 1568[22]. (Veja-se listagem de fenómenos telúricos da ilha Terceira no Anexo 10 – Tabela de Datas e Acontecimentos, p. 37.)

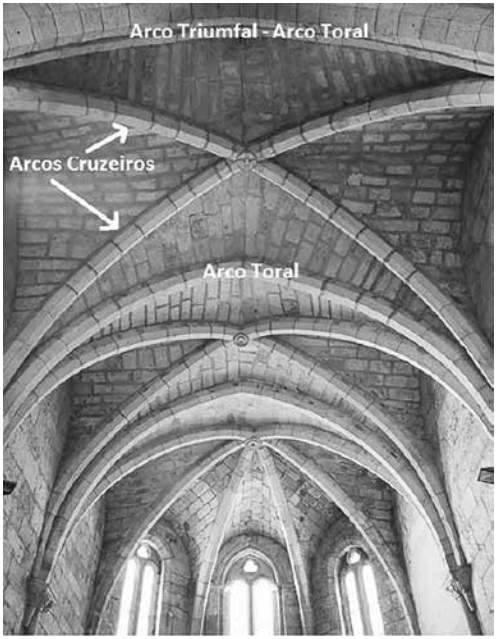



*Figura 10* - Odivelas - Abóbada de Cruzaria, *Fasciniodafotografia*.

Outro detalhe que traduz alguma imprecisão estilística nas obras de reconstrução é o facto do arco triunfal ter as dimensões que tem nos dias de hoje. Se repararmos, o arco triunfal tem uma altura superior à altura das parietais originais da igreja o que é uma incongruência de formas pois o arco não pode ser mais alto que a parede da capela-mor que lhe estaria contígua e que suportaria a eventual abóbada de arestas. De igual modo a largura desse arco tampouco deveria ser o atual sendo então mais estreito pois teria proporções mais harmoniosas no seu todo. O arco triunfal seria o arco toral que faria par com o seguinte e alinhado da mesma maneira e que, com os arcos formeiros de acesso às absides, seriam a base da abóbada de arestas (Fig. 10).

Já o Dr. Manuel Coelho Batista de Lima se interrogava sobre a evolução da planta desta igreja e das possíveis modificações que teriam ocorrido. As plantas que ilustram o seu trabalho, no entanto, não terão sido feitas em presença do edifício pois não reproduzem com precisão alguns dos elementos da igreja, como por exemplo o número e posição das frestas da capela-mor, o número de frestas da face nascente das absides, a falta das frestas na fachada principal, a localização descentrada dos portais laterais, etc.[23]

### 3.3 A nave central e as laterais

A nave central é "suportada por seis arcos plenos, de arestas chanfradas, com duas ordens de aduelas"[24] que nascem dos capiteis cruxiformes onde se apoiam os saiméis, (Fig. 11). Os arcos que dividem a nave central das laterais são de volta perfeita, mas

[22] LIMA, Manuel Coelho Batista de, *Memória apresentada* ao *XVI Congresso Internacional de História de Arte de Lisboa,* in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. VII, 1949, p. 254.
[23] *Idem…* p. 247-255.
[24] *Ibidem…*, p. 249.

com imperfeições no que respeita às pedras de fecho. As imprecisões são de tal forma que, por vezes, os arcos "parecem" ligeiramente apontados, o suficiente para nos apercebermos de que não são totalmente de volta perfeita. Mas nem a todos isso sucede. Cada capitel está apoiado em seu fuste cilíndrico e base cruciforme, cinco colunas de cada lado. Os fustes cilíndricos característicos do românico e gótico primitivo, e os capitéis das colunas e bases cruciformes, dividiam o espaço em seis tramos até chegar ao cruzeiro.

*Figura 11* - Base e capitel cruxiforme. *João Luís Esquível, montagem, Março 2017.*

No entanto, ainda na primeira metade do Séc. XX, o segundo arco que se rasga entre a nave central e a lateral em frente à capela e que hoje tem o nome de Capela do Santíssimo Sacramento, era tão alto que chegava ao cimo mostrando a inexistência da fresta nascente do lado Sul. As fotos durante o período de reconstrução mostram esse arco muito sobrelevado e o posterior alinhamento do arco pelos que lhe estão adjacentes (Fig. 12).

Uma das fotografias do espólio da SIPA mostra, na segunda coluna do lado do Evangelho a existência de um púlpito adossado à coluna e suportado por uma mísula que hoje está colocada na Capela do Senhor dos Passos (Fotos n.º 7 e 8/AF, p. 64). A existência desse púlpito deixou marcas no fuste que foram disfarçadas com betume. Ora a segunda coluna, mas do lado da Epístola, apresenta as mesmas marcas pelo que não é despiciente deduzir que tivesse havido outra estrutura desse lado e do qual nada resta. Numa descrição da freguesia feita por Sampaio se diz: "No corpo da igreja e em frente ao púlpito, está, por debaixo d'um dos arcos, um pequeno coro alto com órgão próprio"[25]. Eis, então, a explicação para um arco com flecha tão desmesuradamente alta!

*Figura 12* - Alinhamento do arco do órgão pelos restantes. *SIPA, João Esquível, montagem Abril 2017.*

Este amplo espaço nem sempre teve esta configuração. Até à última fase de reconstrução, na segunda metade do Séc. XX, as capelas laterais comunica-

[25] SAMPAIO, Alfredo da Silva, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Imprensa Muncipal, Angra do Heroísmo, 1904, p. 277.

vam entre si e com a capela-mor por um pavimento em madeira, sobrelevado de um degrau, que se estendia sob a forma de corredor ao longo das capelas laterais e dos altares laterais e o que correspondia ao antigo cruzeiro (Foto n.º 9/AF, p. 64). Todo este pavimento era delimitado por uma teia – balaustrada de madeira de jacarandá com "torcidos e tremidos". Hoje banquetas e bancos ou mesas que decoram o espaço equivalente ao transepto. (Ver Inventário Móvel 11.1.1, Foto n.º 23, p. 45).

Nota: Fazemos a diferenciação entre capelas laterais (que existem) e de altares laterais (que não existem hoje em dia). Ver algumas descrições destes últimos no Inventário Móvel 11.1.2.

Ainda é apreciável, de cada lado das paredes Norte e Sul, o "afeiçoamento em abertura" das mesmas para "acomodar" os arcos de comunicação com as absides, mais amplos que a largura da nave lateral (Foto n.º 10/AF, p. 65). Pelo menos do lado direito, e em fotografias da época, conseguimos discernir o tosco da parede depois de colocado o arco! (Fig. 12.)

*Figura 13* - Tijoleira em espinha de peixe a 45º. *João Esquível, Abril 2017.*

Atualmente, o piso que anteriormente era coberto de lajes de pedra, provavelmente com algumas pedras tumulares, está agora coberto por tijoleira de barro *vinda do Continente*[26] colocado em espinha de peixe *a 45º* mantendo uma bordadura lajeada junto às paredes-mestras, na sombra dos arcos entre as naves e ao longo do eixo central feito em 1963[27].

Tradicionalmente as naves centrais e laterais não tinham bancos ficando os fiéis ou em pé, ou de joelhos ou em cadeiras individuais, sendo que as pessoas de classes sociais distintas poderiam manter as suas cadeiras próprias e escolher o seu lugar específico. Tudo era um espaço amplo e aberto em nada limitador das vistas. Presentemente, a nave central tem bancadas desde o primeiro par de colunas, até ao arco da capela-mor. Veja-se a descrição dos bancos no Anexo 10 Inventário Móvel em anexo, 11.1.1.

No primeiro par de colunas junto do portal axial estão colocadas duas **pias de água benta** de talhe simples semiesférico e bastantes desgastadas pelo uso; do lado de dentro da parede lateral Norte à esquerda (de quem entra do portal Norte), uma **pia de água benta** embutida na parede, de talhe muito semelhante às duas primeiras referidas; do lado de dentro da parede lateral Sul, à direita (de quem entra do portal Sul), uma **pia de água benta** embutida na parede, de base facetada octogonal piramidal invertida, provavelmente de mármore (Foto n.º 11/AF, p. 65).

Há ainda a ter em consideração que a igreja de São Sebastião teve um coro alto por cima do portal axial de que são indícios as duas mísulas que se encontram colocadas

[26] Informação verbal dada pelo sacristão, Sr. Francisco Costa, a 25 de Março de 2017. Esta informação foi depois confirmada por documento do SIPA ref. 00825673 datado 28 de Fevereiro de 1959.

[27] Conforme documentação do SIPA ref. 00826016/7 de 22 de Julho de 1963.

junto ao arranque dos primeiros arcos que separam as naves. Esse coro alto ainda existia no séc. XX como se pode ver nas fotografias da obra (Foto n.º 12/AF, p. 66).

### 3.3.1 As Capelas Laterais

Capela do Santíssimo Sacramento (Foto n.º 13/AF, p. 66), antiga capela de Nossa Senhora da Encarnação. (Veja-se Planta da Igreja n.º 38/AF, p. 79.)

De notável tem o facto de ser de planta quadrada, cuja aresta é do mesmo tamanho que a aresta da Sacristia com a qual partilha uma parede, (o que não faz com a parede poente da absidíola da Epístola) (Foto n.º 14a e 14b/AF, p. 67).

Uma abóbada de nervuras apoiadas em mísulas extremamente baixas decora o teto. Era muito frequente mudarem de orago mas sabemos a quem dizem respeito. Segundo Ferreira Drumond[28] "*Lopo Dias de Cabaço instituiu nos bens do seu morgadio a capela de N. Sr.ª da Encarnação. Informa também que a capela mór foi acrescentada (e certamente reconstruída) no ano de 1568, por se achar muito arruinada*". Deve ter sido nesta data que a capela-mor adquiriu a nova feição maneirista e a capela lateral a feição manuelina. Ainda no fecho da abobada um escudo não lavrado. Não resistimos a repetir a leitura de Batista Lima: "…de abóbada estrelada, formada por arcos torais que se apoiam em quatro mísulas. Sobre a nervura estrelada vem entroncar o artesoado quadrifólio (…) um perfil com dois toros separados por uma aresta chanfrada. (…) Na bifurcação dos quatro artesões em cruz vêm-se quatro bocetos, sendo dois em forma de carão e dois em forma de roseta octifólia."[29] (Foto n.º 15/AF, p. 67.)

### 3.3.2. Os outros altares laterais que desapareceram

Os altares laterais foram desmontados e as paredes reconstruídas. Inadvertidamente, aquando da sua construção, foram irremediavelmente eliminados, nesses lugares, os frescos que cobriam as paredes que estão hoje pintados de branco. Existem referências à antiga capela (altar) das Almas do lado da Epístola, aberta em nicho. Foi depois desmanchada e reposta a parede (Foto n.º 16/AF, p. 68). (Veja-se descrição possível no 11 - Inventário Móvel em anexo, p. 52.)

### 3.3.3 A Sacristia

Se houve uma outra sacristia do período da fundação, com acesso pelas capelas absidiais, nada resta. O recinto que hoje serve esse propósito foi construído no séc. XVIII duran-

[28] Citado em LIMA, Manuel Coelho Batista de, *Memória apresentada* ao *XVI Congresso Internacional de História de Arte de Lisboa,* in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. VII, 1949, p. 252.

[29] LIMA, Manuel Coelho Batista de, *Memória apresentada* ao *XVI Congresso Internacional de História de Arte de Lisboa,* in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. VII, 1949, p. 250.

te o período de grande reestruturação do templo na sequência do incêndio que a devastou em 1789. Está estruturado como uma unidade independente adossada à nave do lado da epístola sendo o acesso feito por uma pequena porta desde o interior e por um portal desde o exterior. É coberto por um teto retangular de armação em masseira. De salientar "um lavabo de cantaria lavrada [e] dois armários [embutidos] de madeira brasileira"[30], (Foto n.º 17/AF, p. 68).

O portal tem decoração do final do Séc. XVII, inícios do Séc. XVIII "idêntica a numerosas da mesma época que se vêm em edifícios e templos desta ilha"[31] (Foto n.º 18/AF, p. 69).

Ainda a destacar, no exterior, no cunhal Sul da parede de entrada da sacristia a existência de um relógio de sol aí colocado, ou recolocado, no fim do século passado, o que acrescenta mais um período de modificações ao templo original.

### 3.4 A Torre Sineira

A torre sineira é quadrangular e acompanha o lado esquerdo da fachada principal. Aparentemente, a sineira data da reestruturação do final de oitocentos incluída nas reformas do telhado e da fachada. Foi aproveitado o piso inferior da torre para aí colocar o batistério coberto por uma abóbada de berço em cantaria que suporta a restante torre. A parede Sul da torre sineira é partilhada pela parede Norte da nave lateral sendo tudo construído e reconstruído na mesma época. É por esta razão que a entrada do batistério é feita sob um arco de cantaria e que está incorporado na parede norte do edifício (Foto n.º 19/AF, p. 69). Dentro do batistério uma pia batismal a que Merelim[32] atribuiu a data de Agosto de 1914.

Deste mesmo período data a reconstrução de parte da fachada principal esquerda e a substituição da fresta esquerda por uma janela barroca quadrangular, o que pode ser apreciado nas obras de reconstrução de 1958. Veja-se ainda o cordão em rampa do cunhal direito da torre alinhado com a primitiva aba esquerda do telhado de duas abas e que, hoje em dia, se vê perfeitamente destacado depois da reconstrução do século passado (Foto n.º 20/AF, p. 69).

Até meados do Séc. XX o acesso aos sinos era feito, por dentro da igreja, por uma porta que se encontrava na parede Norte da nave lateral, na sequência da entrada do batistério, e que foi emparedada (Foto n.º 21/AF, p. 70). Dessa porta se lançava um tramo de escadas que rodava à esquerda no canto da torre indo íngreme até ao pátio dos sinos. Com a abertura e emparedamento deste acesso destruíram-se inadvertidamente os frescos nessa parte da parede Norte que se vê pintada de branco[33]. Hoje em dia o acesso é feito pelo exterior da igreja nas traseiras da torre (Foto n.º 22/AF, p. 70).

---

[30] MERELIM, Pedro de, *As 18 paróquias de Angra, Sumário Histórico*, 1974, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 396.

[31] LIMA, Idem…, p. 248.

[32] Merelim, *Idem…. p. 431.*

[33] Por informação do Sr. Francisco de Sousa e confirmado por planta da igreja que se encontra nos arquivos da SIPA- http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098 e que reproduz em anexo próprio (Foto n.º 43/AC, p.86).

O SIPA é parco em informações: "Torre sineira com cunhais apilastrados, coroado por pináculo, e de dois registos, abrindo-se no segundo, sineira em arco de volta perfeita; cobertura em coruchéu piramidal facetado; na face posterior, possui porta de verga reta."[34]

Um último pormenor a salientar. A fresta de iluminação do batistério (Foto n.º 23/AF, p. 71) foi construída em posição horizontal o que é completamente contrário às técnicas e aos propósitos das regras de construção tardo-românico ou gótico primitivo. O objetivo era evitar o colapso da parede que ficava imediatamente superior. Era por isso que eram estreitas e altas. Este tipo de fresta só foi possível no Séc. XIX. Por esta razão era consensual a torre sineira não ser contemporânea da fundação e ter sido alvo de manifesto de eliminação aquando das obras do século XX, o que não vingou (Foto n.º 43/AC, p. 86).

### 3.5 Os telhados

Este templo nunca chegou a ter abóbadas de pedra nas naves central e laterais, evolução típica de outras igrejas desta época. Quando era possível e havia financiamento, os telhados e madeirames eram substituídos por coberturas de pedra, primeiro na nave central e sequencialmente nas laterais, pois não só eram mais seguros e menos propensos à propagação de incêndios e, mais importante, melhoravam a acústica do templo, preferência do clero que queria ver sobressair os seus serviços religiosos e cânticos apoiados numa acústica fulgurante.

Em todos os documentos compulsados nada se diz sobre a cobertura do telhado a não ser nos documentos mais recentes em que se afirma que foram substituídas as telhas partidas por outras regionais da mesma fábrica. E, como nota importante, em 1961, foi executada a obra de *alteamento* do telhado de acordo com o Art.º 3 do orçamento da 1.ª fase da cobertura de Esteira.[35] Esta primeira fase de separação da cobertura do teto foi executada pela empresa de construção civil Lourenço, Simões & Reis, Lda., de Lisboa.[36]

### 3.6 As coberturas e tetos

Conseguem-se estabelecer três grandes períodos no que respeita à cobertura. Numa primeira fase, a inicial, tinha naturalmente os dois níveis, o mais alto na nave central e outros dois mais baixos correspondentes às naves laterais. As capelas absidiais, assim como as capelas laterais, teriam coberturas de telha individualizada. Ora Batista de Lima refere que o teto "era de estuque, cujas ripas foram pregadas sobre a barrotaria do teto primitivo que,

[34] SIPA http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098, (Consultado em 7 de Abril de 2017).
[35] Conforme se diz no orçamento SIPA ref. 00908592/4 e com uma área de 252,21 m$^2$.
[36] SIPA ref. 00908613 de 14 de Abril de 1961.

segundo nos informa o carpinteiro da igreja, é trabalhada com veios abertos. (…) As traves mestras estão à vista, sendo lavradas na parte inferior"[37]. O termo correto a usar é: *tirantes*!

Numa segunda fase, as quatro abas do telhado sobre as naves foram alinhadas ficando coberta por apenas duas águas, intervenção feita na sequência do incêndio de 1789. Para que isso fosse conseguido foram entaipadas as frestas que davam iluminação ao interior e alteado o primeiro arco do lado da epístola para albergar o segundo órgão de tubos. O modelo do teto é de armação de perna e nível[38] (Foto n.º 24/AF, p. 71). A existência de um segundo órgão é referida por Merelim referenciando um documento datado de 29 de Julho de 1584 no qual se pede "o ordenado para o tangedor de órgãos desta igreja"[39]. Referências são feitas nos anos de 1602 e 1691 e a 1834, que por quererem comprar um novo, vendem o velho a Santa Bárbara. Pode ser o que ainda se encontra na Igreja dessa paróquia (Foto n.º 25/AF, p. 72).[40]

Na terceira fase, já no Séc. XX e durante as obras de restauro, esse arco voltou a ser alinhado com os restantes, as frestas voltaram a ser abertas e os planos dos telhados das naves laterais voltaram a ser novamente desalinhados da nave central, retomando a traça pretensamente original (Foto n.º 26/AF, p. 72).

É assim que o SIPA descreve a cobertura: "…tem volumes escalonados com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas na nave central, de uma nas laterais e de quatro nos corpos anexos."[41] Especificamente, a cobertura do telhado é feita com "forro por intradorso em masseira"[42], tudo feito durante o restauro em 1961[43]. Na realidade não se trata de um teto em masseira mas sim com armação de perna e fileira[44].

As coberturas da capela-mor, das absidiais e da capela lateral do Santíssimo Sacramento são em pedra. A cobertura da capela lateral do Senhor dos Passos é semelhante à da sacristia, um teto em madeira, retangular e de armação em masseira (Foto n.º 27/AF, p. 73).

### 3.7 Os frescos

Conforme já se referiu, houve momentos em que as adições e as futuras *retro-reconstruções* danificaram irremediavelmente mais de 40% dos frescos originais que cobriam as paredes laterais. Provavelmente as tentativas de *refrescar* ou *atualizar* as pinturas descaracterizou-as definitivamente. Talvez fosse essa a razão pela qual não houve

[37] LIMA, Manuel Coelho Batista de, *Memória apresentada* ao *XVI Congresso Internacional de História de Arte de Lisboa,* in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. VII, 1949, p. 249.

[38] MOREIRA, maria Irene Santos, *Tectos Decorativos em Madeira em Edifícios Patrimoniais Portugueses*, Dissertação de Mestrado Integrado em Engenharia Civil 2009/2010, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2010, p. 79.

[39] MERELIM, Pedro de, *As 18 paróquias de Angra, Sumário Histórico*, 1974, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 407-408.

[40] Veja-se o que sobre este tema diz Merelim, *idem*…. p. 407.

[41] SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098, (Consultado em 7 de Abril de 2017).

[42] MOREIRA, *Idem*…, p. 50, 67.

[43] SIPA ref. 00825993, 00825989 e 00825991 de 11 de Abril de 1961.

[44] MOREIRA, *Ibidem*…, p. 16.

constrangimentos em abrir os dois altares no corpo das paredes laterais e fazer os *afeiçoamentos* (Foto n.º 10/AF, p. 65) junto das absides no período barroco, tudo ações que destruíram os frescos nessas superfícies.

Segundo a avaliação do SIPA "As pinturas denotam diferente época de execução, com sobreposição de dois ciclos picturais e, necessariamente, diferentes técnicas de produção. As pinturas da parede sul têm o desenho realçado com traços negros, o que não se observa na parede oposta. Em dois painéis surgem representados doadores. No painel representando a entrada em Jerusalém e Última Ceia existe desenho subjacente que não corresponde às representações pintadas e a figuração do painel central do lado do Evangelho apresenta afinidades, em termos compositivos e iconográficos, com a pintura mural da mesma temática presente nos Paços da Audiência de Reguengos de Monsaraz"[45].

Em 1958 foi adjudicada à firma Baganha & Irmão, do Porto, o *restauro* dos frescos pelo valor de 30.000$00 (Escudos de 1958) equivalente a €13.511,70[46]. Lamentavelmente nada mais se diz sobre de que constavam estes trabalhos de restauro.

*Figura 14* - Alguns detalhes dos frescos. *João Luís Esquível, montagem, Abril 2017.*

Por outro lado, as análises de épocas anteriores consideravam as pinturas como *frescos quinhentistas* sendo os *únicos exemplares de pintura a fresco nos Açores* tendo o seu tratamento a cargo do DPMI Divisão do Património Móvel e Imaterial da DRaC (Direção Regional de Cultura) sido feita sob orientação e supervisão do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR)[47]. Esta última intervenção começou em 2007, sendo que o trabalho de conservação foi feito por Eugénia da Silva e Paulo Dutra, sob a supervisão de Irene Frazão e a coordenação da Dr.ª Paula Romão[48]. (Foto n.º 28/AF, p. 73.) Do que não há dúvida é que os frescos, mesmo o pouco que resta, são uma preciosidade e devem ser cuidados e acarinhados pelo tesouro que são.

---

[45] SIPA, Igreja de São Sebastião. (Consultado em 7 de Abril de 2017).

[46] SIPA ref. 00825629. Conversão em Euros pelo Portal do INE para a data referida.

[47] SIPA, Igreja de São Sebastião. (Consultado em Maio de 2017).

[48] Governo dos Açores, *Restauro dos Frescos da Igreja de São Sebastião com bons Resultado,* Angra do Heroísmo, 14 de Junho de 2012.

A interpretação do que se vê nos frescos tem variado. Batista de Lima afirma que, na parede Sul, se pode ver "a entrada de Cristo em Jerusalém", seguido de "Santa Bárbara", e de "Aparição de Jesus a Madalena", ou o "casamento de São José e a Virgem", e por último o texto em escrita gótica cuja tradução poderá ser "*Dyse Xpõ a Madelena melhor nõ me toques*", de que se vêm as últimas três palavras na Figura 14. Merelim[49] diz, além da tradução da frase, que a primeira imagem é São Martinho, coincide com o segundo e terceiro quadros dizendo que o *besteiro* é São Sebastião e a última imagem representa São Joaquim e Santa Ana, pais da Virgem Maria e avós de Jesus. Leituras! Não temos conhecimentos para discordar destas apreciações.

*Figura 15* - Representação de São Sebastião. *João Esquível, Março 2017.*

Um estudo possível é a *leitura* da representação dessas figuras no que respeita à indumentária e a sua relação com os hábitos e roupagens do séc. XIV ou XV. Por exemplo, na figura 15, o gibão com apertos de atilhos, o barrete frígio e a camisa de corpo reto e mangas plissadas de corte retangular indiciam vestes medievais. Mais uma série de pistas possível para ajudar na datação.

Além dos frescos há que ter em consideração que durante o período Barroco toda a igreja foi revestida de pinturas murais cujos restos ainda se podem observar hoje em dia numa das mísulas e que ainda se reconhecem nas fotografias a preto e branco tiradas antes do trabalho de reestruturação do Séc. XX. As pinturas foram aplicadas nas colunas, arcos e paredes de toda a igreja (Foto n.º 29/AF, p. 74) à semelhança das pinturas que existiram na Matriz da Praia e que ainda existem na Igreja de Nossa Senhora da Guia em Angra (Foto n.º 30/AF, p. 74). Em 1964 foram feitas *limpeza de cantarias* às capelas laterais e sacristia[50] (veja-se carta, Batista Lima, Foto n.º 40/AC, p. 82-84).

## 4. As Fases de Construção e Restauro

Listamos agora as datas conhecidas mais relevantes que de algum modo influenciaram a ilha e a sua população, quer de episódios telúricos quer sociais, e especialmente a igreja e vila de São Sebastião e que tiveram potencial de influenciar ou alterar a estrutura da Igreja, objeto do presente estudo. Para uma lista mais detalhada, onde se

[49] Merelim *Idem…. p. 396.*
[50] SIPA ref. 00826199 e 00826100 documentos de 13 de Maio de 1964.

referenciam as citações completas e as fontes, veja-se o Anexo 10 – Tabela de Dados e Acontecimentos, p. 37.

| | |
|---|---|
| Séc. XV | Fundação da igreja. |
| 1480 | Elevação da Igreja a Matriz de São Sebastião. |
| 1568 | Reconstrução e ampliação da abóboda da capela-mor. |
| 1614 | 1.ª Queda da Praia. |
| 1789 | Incêndio. |
| 1801 | Tremor de terra, queda da torre sineira original e ruína da igreja. |
| 1841 | 2.ª Queda da Praia, estragos na igreja. |
| 1891 | Reparação dos estragos anteriores. |
| 1934 | Descoberta dos frescos e futuras obras no Séc. XX. |
| 1953 | Início do longo processo de restauro. |

Estas foram as datas mais marcantes do passado da Igreja de São Sebastião e às quais encontramos referências feitas em documentos das épocas específicas. Não podemos deixar de notar as correlações entre estas datas e as alterações mais profundas feitas no monumento. A 1568 correspondem as alterações feitas no formato e coberturas da capela-mor e das capelas absidiais; à 1.ª Queda da Praia devem corresponder as adições manuelinas nas capelas laterais; ao incêndio correspondem as alterações estruturais como a adição da nova torre sineira, e elevação dos telhados das naves laterais; à 2.ª Queda da Praia corresponde a nova fachada em Estilo Regional; e por último a *reposição* do estilo de construção inicial no Séc. XX.

## 5. Dúvidas e incertezas na avaliação estilística do monumento.

**Será que a construção da igreja não poderá ser anterior a 1455?**

Até ao momento não existem provas concludentes da existência de colonos e população suficiente que justificasse a construção de um templo com estas caraterísticas. No entanto, podemos alvitrar que a partir do momento em que Porto Alegre deixou de ser povoado e a população migrou para São Sebastião, o acréscimo exponencial da população e a ascensão da povoação a Vila em 1503 tenha *justificado* o tamanho e imponência do templo construído.

**Terá havido aproveitamento de materiais de construção de outras ruínas de outras igrejas?**

É possível que isso tenha acontecido especialmente no que refere a algumas pias de água benta feitas em mármore e alguns bases de colunelos das capelas manuelinas, (à semelhança do que aconteceu com a Matriz da Praia), e vindas de outras muitos edifícios religiosos que existiram na Praia da Vitória. Ainda assim, sabemos que al-

guns materiais usados na reconstrução no Séc. XX vieram do continente, nomeadamente o pavimento de barro. Inversamente, os restos das reconstruções da igreja de São Sebastião estão *depositados* em dois locais da cidade de Angra do Heroísmo. Uma série de merlões em pedra semelhante à cantaria da cabeceira estão no Museu Militar, enquanto a maior quantidade de merlões e as poucas peças restantes da rosácea românica em pedra, que anteriormente adornavam a fachada principal primitiva, se encontram na exposição permanente do Museu de Angra no nártex da igreja de Nossa Senhora da Guia (Fotos n.º 31 e 32/AF, p. 75). Ainda, peças das arquivoltas primitivas do portal axial foram usadas num dos cunhais da torre sineira, aquando da sua construção no Séc. XVIII (Foto n.º 33a e 33b/AF, p. 76).

**Será que no local da presente estrutura houve outra estrutura mais pequena?**

Não descartamos a hipótese que, de início, o altar-mor correspondesse a uma ermida ou capelinha de construção dos tempos primitivos. Mas se isso aconteceu nada resta dessa estrutura.

**Onde está localizada a antiga capela de Santa Ana?**

Existem testemunhos de moradores de São Sebastião do início do século XX os quais referem terem restado as paredes da ermida, capela ou igreja de Santa Ana assim como fundações de casas pequenas da povoação de Porto Alegre. Hoje em dia, quer pela ação da erosão, quer pela ação propositada dos proprietários, nada ficou das estruturas originais.

**Como se caracteriza uma Igreja de Estilo Românico?**

De acordo com uma sistematização genérica das caraterísticas do Estilo Românico podemos fazer uma tabela de verificação dessas características. Assim apresentamos de seguida uma listagem esquemática[51] de verificação do que caracteriza o Estilo Românico.

Curiosamente, dos itens que caraterizam este estilo, a igreja de São Sebastião verifica 72% deles não verificando os claustros de colunatas pois, se houve projeto de fazer um claustro nunca ninguém a ele se referiu por escrito ou dele deixasse notícia. Relativamente ao mainel ou esculturas nos portais, estes são limitados exclusivamente aos capitéis floreados do portal axial que se podem ver na Figura 1, não havendo nenhuma representação antropomórfica nem mesmo nos portais laterais que são bem mais simples.

[51] Adaptado de, MEGÍA, António García, *El Arte Románico*, (Youtube: minuto 6:50).

| Característica | | Descrição |
|---|---|---|
| Apoios | ✓ | Muros e cunhais de pedra aparelhada |
| | ✓ | Aberturas estreitas e pequenas |
| | ✓ | Predomínio do maciço sobre o oco |
| | ✓ | Contrafortes robustos |
| | ✓ | Pilares com secção cruciforme |
| | ✓ | Capitais decorados com motivos vegetalistas |
| Arcos e Abóbodas | ✓ | Nave central mais elevada que as naves laterais |
| | ✓ | Arcos de volta inteira |
| | | Abóbadas de berço ou de arestas |
| | | Zimbório no cruzeiro |
| Decoração | ✓ | Impostas de serra |
| | ✓ | Arquivoltas nos portais |
| | | Esculturas nos portais |
| | | Mainel na porta principal |
| | ✓ | Imagem de Cristo Pantocrator (no fresco da parede Norte) |
| Planta | ✓ | Cruz latina ✓ |
| | ✓ | Coruchéus ou Torres Prismáticas ✓ |
| | | Claustros de colunatas apoiadas em plintos |

Podemos dizer com toda a certeza que as poucas peças que foram retiradas das paredes barrocas nada mais continham que um pequeno elemento de arquivolta linear e simples e pilastras lineares com um mínimo de decoração além de capiteis simples que foram incorporados no portal. Este, não tinha suficiente largura nem necessidade do uso de um mainel, não tendo tímpano. Foram encontrados, contudo, três variantes de capitéis que no restauro e reforma da fachada foram copiados e colocados nos pretensos lugares e que ainda hoje se podem diferenciar pelas colorações diversas das cantarias de que são feitos (Foto n.º 33b/AF, p. 76).

**Onde se encontram os retábulos de talha dourada em estilo barroco da capela-mor e da antiga capela das almas?**

Foram apeados e *arrecadados nos armazéns do passal. Depois começaram a apodrecer e foram queimados para desimpedir o espaço*[52] (Foto n.º 34/AF, p. 77). As colunas torsas barrocas, no passado, foram utilizadas como pilares do altar na capela de Nossa Senhora de Fátima (Foto n.º 4/AF, p. 62), ou no altar-mor (Foto n.º 5/AF, p. 63).

No que respeita ao retábulo, sabemos que os panos foram apeados na altura das obras, meados do Séc. XX, e foram entregues e estão à guarda do Museu de Angra. Um dos três painéis já se encontra restaurado e exposto na parede Sul da nave lateral da Igreja de Nossa Senhora da Guia. (Veja-se a Conclusão para mais informação nas pág. 24-25 e Fig. 17.)

[52] Entrevistas de Francisco Costa e Dionísio Sousa em 8 de Abril de 2017. Ambos confirmam o sucedido.

**Ainda vivem trabalhadores que estiveram envolvidos na reconstrução da igreja?**

Alguns dos "pedreiros eram da família Cipriano Veiga e já nenhum resta" havendo descendentes desses homens a residir em São Sebastião.[53]

## 6. Conclusão

Depois desta análise mais aprofundada, resta-nos concluir:

Sabemos das ligações familiares da família real portuguesa e dos donatários das ilhas dos Açores. A duquesa de Borgonha, D. Isabel de Portugal, irmã do infante D. Henrique, faleceu em 1471. O seu filho, Carlos, o Temerário, primo coirmão dos rei D. Afonso V e do Duque de Viseu D. Fernando, manteve-se no trono entre 1467 e 1477. A sua única filha a Duquesa Maria, "a Rica", casou com Maximiliano I, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, que era filho de D. Leonor de Portugal irmã do mesmo Rei D. Afonso V. O sobrinho dos anteriores, D. Manuel I, subiu ao trono em 1495. Não é despiciente afirmar que o estreitamento de relações entre as duas coroas se manteve ativo e vibrante até pelo menos ao fim do Séc. XV, senão mais.

O pastel foi "introduzido pelos flamengos"[54/55], sendo que uma das rotas comerciais para seu escoamento incluía os portos da Flandres e que todas estas trocas comerciais eram feitas sobre os auspícios e exclusividade dos donatários aparentadas com as realezas referidas acima. Sabe-se que o comércio da "anilina azul"[56] foi de tal modo lucrativo que ocasiões houve que faltou o trigo pela concorrência de terrenos férteis para satisfazer a procura externa das ilhas pelo corante.[57]

"O trato do pastel na Ilha Terceira por volta do ano 1490 tinha-o, o Duque de Beja dado de arrendamento a António ou André Cacena[58], genovês residente em Sevilha, membro de uma poderosa família de mercadores por grosso estabelecida em Angra e

---

[53] SOUSA, Dionísio, Entrevista de 8 de Abril de 2017.

[54] Aula da disciplina de *Desenvolvimento da Paisagem*, II Semestre, da Licenciatura em Natureza e Património, lecionada a 28 de Março de 2017 pelo Professor João Madruga.

[55] "Os primeiros *Pasteleiros* que os Açores conheceram terão sido, no século XV, dois irmãos dos quais um se chamava Pêro e outro, de nome Luís Govarte ou Goularte, flamengo.– MOTA, Valdemar, *Algumas Notícias sobre uma Erva Tintureira – o Pastel no Povoamento dos Açores*, p. 336, in _____, Os Açores e o Atlântico, (Séculos XIC-XVII), Actas do Colóquio Internacional, 8-13 de Agosto de 1983, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1984.

[56] Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, http://nea.ufsc.br/sintese-historica-dos-acores/ (Consultado em março de 2017).

[57] MOTA, Valdemar, *Algumas Notícias sobre uma Erva Tintureira – o Pastel no Povoamento dos Açores*, in _____, Os Açores e o Atlântico, (Séculos XIC-XVII), Actas do Colóquio Internacional, 8-13 de Agosto de 1983, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1984, p. 333.

[58] António Villas-Boas e Sampaio na sua obra *Nobiliarchia Portugueza*, descreve as armas dos Cacena do seguinte modo: "*em campo de prata, um leão rompante de azul, armado de vermelho*", sendo estas armas, as que Lucas Cacena registou em Julho de 1530 por mercê de D. João III, *in* DUARTE, Sérgio Avelar, "Cartas de Brasão de Armas de Naturais e/ou Relacionados com os Açores", Separata da Revista de cultura Atlântida, Instituto Açoriano de Cultura, Vol. LIII, Angra do Heroísmo, 2008, p.108.

mais tarde distinguida com brasão de armas por D. João III[59]."[60] Os vários narradores da Historia do Arquipélago atribuem essa tarefa a Wuylen Van Der Haeghen (Guilherme da Silveira), Joss Van Hurtere (José Dutra) ou ainda *Jossué* Van Der Bergue, (Jácome de Bruges), já todos de nós conhecidos, e ainda um João Silveira *mercador de Grosso*. O que nos interessa aqui é a proveniência: A Flandres.[61]

Esta ligação revela-se na colocação do brasão de Luca Cacena[62] em lugar de destaque na pedra de fecho da abóbada da absidíola do Evangelho[63] na Igreja de São Sebastião. Será ele, quase de certeza, um dos grandes patrocinadores de obras da dita igreja paroquial nessas datas.

Esse comércio, mesmo com a crónica falta de moeda corrente, traduziu-se na crescente riqueza dos seus habitantes e no incremento mais acelerado da população por imigração pelo atrativo do potencial *Eldorado*. O crescimento explosivo da população levou a que em 1550 se mande a "Pero Anes do Canto para que faça notificar e arrolar a todos os moradores da Terceira, principalmente casais, que quiserem ir fundar a cidade da Baía"[64], evidente prova do excesso populacional. Toda esta riqueza trouxe, pela mesma rota, influências de toda a espécie inclusive das tendências da pintura, denominada hoje da Escola Flamenga.

A igreja de São Sebastião, como se nos apresenta hoje em dia, é um edifício eclético mas harmonioso, despretensioso mas que se integra perfeitamente na envolvente urbana, guardando as proporções correspondentes a um edifício religioso de gosto rural fruto de múltiplos acrescentos epocais e restauros tardios, parado no tempo.

*Figura 16* - Igreja em 2017. *João Esquivel, Maio 2017.*

Sabemos ainda que a fachada foi recreada ao hipotético estilo românico-gótico de acordo com o projeto de restrutura-

[59] ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 52, fls. 141-141v e 143, In artigo sobre Lucas Cacena reproduzido no Anexo 12 – "Cacena", pelo interesse informativo que tem, p. 58.

[60] MOTA, *Idem…*, p. 338.

[61] MOTA, *Ibidem…*, p. 340.

[62] Veja-se também esta referência para mais informações. http://www.bparah.azores.gov.pt/genealogias/belo-araimundo-rel+passaportes/arbelo-rel+emigrantes+brasil+pass1771-74-bihit+vol.XII%281954%29.pdf (consultado em 6 de Abril de 2017).

[63] Informação passada em conversa informal com o Eng.º Jácome de Bruges Bettencourt no Convento de São Francisco em Angra, referênciando o Comandante Sérgio Avelar Duarte como especialista em heráldica.

[64] AA, XII, PP. 415-415 in GREGÓRIO, Rute Dias Gregório, *Terra e Fortuna: os Primórdios* ., Quadro A, p. 414.

ção, restauro e orçamentado no valor de 49.992$00 (Escudos de 1957)[65], equivalente ao valor atual de €21.890,08 Euros[66]. O desalinhar das abas do telhado de acordo com o perfil existente antes do incêndio de 1789 foi orçamentado e custou 70.000$00 (Escudos de 1958)[67], equivalente a €31.527,30 Euros atuais. Em 1957 o arquiteto que acompanhou a obra foi Fernando Augusto Peres Guimarães e no ano seguinte o arquiteto Elísio Sumavielle Soares e ambas as empreitadas foram feitas pela empresa Lourenço, Simões & Reis, Lda., de Lisboa. Houve mais empreitadas documentadas pelo SIPA que se arrastaram desde 1953 a 1965 e cuja descriminação passa por tijoleira de chão, candeeiros de ferro forjado, apeamento da fachada regional, vistoria do telhado, construção dos cunhais, assentamento de vitrais, reconstrução do muro do adro[68], demolição do coro alto da igreja e uma enorme lista de alterações que procuraram *re-montar* a igreja como se pensou que tivesse sido pelo que se conclui que, hoje, pouco existe do original. (Veja-se projeto alternativo, Foto n.º 42/AF, p. 86).

*Figura 17 - São Sebastião exortando a fé dos irmãos cativos, José Guedes da Silva, Direcção Regional da Cultura. Digitalização de Paulo Lobão, Museu de Angra do Heroísmo.*

Repare-se que o corpo Norte da igreja tinha sido completamente aumentado para os níveis máximos, com arrecadações, casas de arrumos e outros, inclusivamente incorporando a estrutura de pedra de acesso à torre sineira (Foto n.º 35/AF, p. 77). Ainda assim havia a decisão de literalmente mudar o Império do lugar onde se encontrava nessa data para o local onde hoje existe e desafogar a igreja (Foto n.º 36/AF, p. 78). Foram retiradas todas as estruturas que, definitivamente, não pertenciam ao projeto de recuperação libertando e pondo à vista a porta ogival na parede Norte encimado por uma flor-de-lis (Foto n.º 37/AF, p. 78).

A torre sineira resistiu. Conseguiu manter-se até aos nossos dias apesar da sua construção datar do final do Séc. XVII início do Séc. XVIII e, portanto, não se enquadrar no *estilo* pretendido da *Obra de Restauro*. Ambos, o padre Joaquim Esteves Lourenço e o padre Manuel Coelho de

[65] Documentos da SIPA ref. 00825545 (memória descritiva da obra) e 00825541 (Art.º 4).

[66] Instituto Nacional de Estatística, (Consultado em Abril). https://www.ine.pt/ine/ipc/ipc_b_novo.jsp?opc1=05lA.

[67] Documentos do SIPA ref. 00825608 e 00825605.

[68] Conforme documentação do SIPA ref. 00826212 de 8 de Maio de 1965, foram colocados 179m$^2$ de lajedo no adro da igreja.

Sousa, eram favoráveis ao apeamento da torre[69] de modo a garantir uma maior aproximação ao pretendido original. Tal não aconteceu!

Foi declarado *Imóvel de interesse Público*, Categoria: IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 38 147, DG, 1.ª série, n.º 04 de 05 janeiro 1951[70].

Ao cabo e ao resto, a igreja acompanhou a evolução dos tempos e as vontades da sua população, as diretivas do Governo Central, a sua devoção e os seus momentos de riqueza e de tristeza.

Ainda assim, não *foge à regra* de muitos outros edifícios religiosos que *sofreram* as mudanças estilísticas que acompanharam a passagem do tempo.

Não esquecemos os frescos. São preciosos! Concordamos, no entanto, que são pelo menos dois estilos de pintura diferentes e que correspondem a intervenções de épocas marcadamente diversas no que respeita ao gosto estilístico. Que houve influência flamenga é discernível. Reiteramos a importância deste acervo.

Há ainda o conjunto de obras de arte que compõem o que poderíamos chamar de Tesouro da Matriz de São Sebastião. Do que resta, o pouco é valiosíssimo. Os três painéis de pintura portuguesa possivelmente da autoria de Pedro Fernandes[71], sendo que um dos painéis já está restaurado e exposto na Igreja de Nossa Senhora da Guia, a meio, do lado da Epístola, (Fig. 17) estando os outros dois à espera de verba para restauro. Estiveram colocados no altar-mor, passando para a sacristia, em São Sebastião, e depois para os armazéns dos Museus do Estado; os cálices em prata lavrada e com a inscrição de pertencer ao altar das Almas, provavelmente barroco (Fig. 48 e 49, p. 56, 57); e a naveta de prata, renascença (?) (Fig. 50, p. 57), descoberta debaixo dos escombros da nave central depois de levantadas as campas no séc. XX, estes dois últimos ainda ao cuidado da igreja para citar três expoentes. Não queremos deixar de referir um outro pequeno tesouro barroco (Fig. 18), que discretamente está colocado em frente ao andor do Senhor dos Passos e que necessitaria de exposição

*Figura 18* - Atril barroco. *João Esquível, montagem, 2017.*

[69] SOUSA, Dionísio, Entrevista de 8 de Abri de 2017.

[70] http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098 (Consultado em 7 de Abril de 2017).

[71] GREGÓRIO, Raúl, NEVES, António, ROMÃO, Paula, *Conservação e restauro do painel "São Sebastião exortando a fé dos irmãos cativos cristãos Marco e Marceliano" do Museu de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Açores*, Relatório de intervenção *in* Conservar Património, Número 12, 2010.

mais destacada pela beleza e harmonia das imagens e talha dourada de muito boa traça representando os quatro evangelistas, Mateus, Marcos, Lucas e João, autores dos Evange-lhos Canónicos.

***Uma palavra final.***

É nosso parecer que este trabalho não esgota todas as investigações que poderiam e deveriam ser feitas mas que é um belíssimo ponto de partida e dão esperança de conseguir encontrar elementos e factos que desvendem os seus segredos. Até lá temos que nos contentar com o esquiço que serviu de base ao *retro-restauro*. (Veja-se a Fig. 19.)

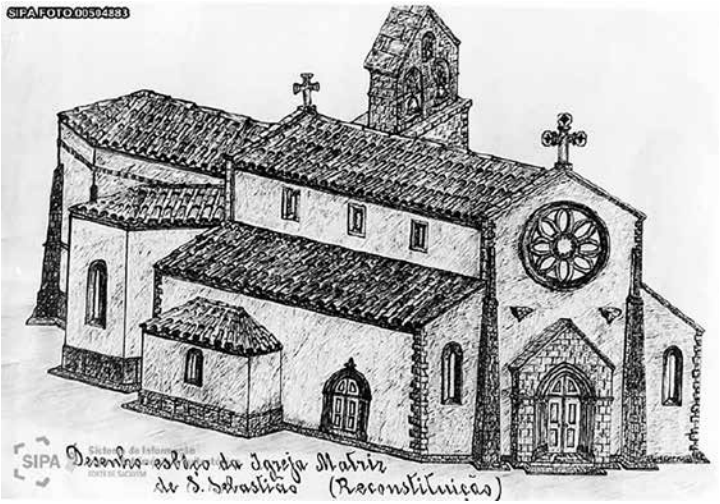



*Figura 19* – Esboço da Igreja Matriz de São Sebastião (Reconstituição)
*SIPA ref. 00504883*

*Damos, assim, por findo este trabalho.*
JE, TR, RB e EM.

## 7. Bibliografia

### Testemunhos orais

BETTENCOURT, Jácome de Bruges, Engenheiro e Cônsul Honorário da República de Cabo Verde, morador em Angra do Heroísmo.

COSTA, Francisco. Sacristão da paróquia de São Sebastião *há mais de 60 anos*, natural da freguesia e nascido a 29 de Janeiro de 1936 e morador na Rua da Praça, 148, em São Sebastião. Entrevistado informalmente a 25 de Março e a 8 de Abril de 2017.

SOUSA, Dionísio, natural de São Sebastião, nasceu a 9 de Outubro de 1940, dia de São Dionísio. Esteve doze anos no Seminário de Angra e doze anos em Lisboa voltando à Terceira em 1976 depois de ter cursado Letras na Universidade de Lisboa. Fez carreira como professor na Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade além de exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretivo. Dedicou-se durante vinte e quatro anos à política como deputado e como dirigente do Partido Socialista. Foi entrevistado a 8 de Abril de 2017 e durante a entrevista foram-nos oferecidas as duas obras autografadas de sua autoria, edições de autor, listadas na bibliografia.

### Publicações

_____, *Os Açores e o Atlântico, (Séculos XIC-XVII)*, Actas do Colóquio Internacional, 8-13 de Agosto de 1983, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1984.

_____, *Tesouros Artísticos de Portugal*, Seleções do Reader's Digest, Lisboa, 1976.

ANDRADE, (Pd.) Jerónimo Emiliano d', *Topographya da Ilha Terceira (Annotada pelo Vigário José Alves da Silva)*, 2 ed., Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1891.

CHAGAS, Frei Diogo das, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, 2.ª Edição, Barbosa e Xavier, Lds, Braga, 2007.

CORDEIRO, (Pd.) António, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeytas no Oceano Occidental*, Typ. do Panorama, Lisboa, 1866 (PDF).

DRUMMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilhas Terceira*, vol. III.

DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Ecclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores, Servindo de Suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Tipografia Açor, Angra do Heroísmo, 1990.

DUARTE, Sérgio Avelar, "Cartas de Brasão de Armas de Naturais e/ou Relacionados com os Açores", separata da Revista de cultura Atlântida, IAC – Instituto Açoriano de Cultura, Vol. LIII, Angra do Heroísmo, 2008.

DUARTE, Sérgio Avelar, "Pedras d'Armas e Armas Tumulares do Império Português", Tomo I – Açores, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2012.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Typ. Funchalense, Funchal, 1873. (Google Books)

GARNIER, Philippe, "Le «Livro do Tombo» de l'Eglise de São Sebastião de l'île Terceira", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXIV, LXV, LXVI: 211 a 397.

GREGÓRIO, Raúl, NEVES, António, ROMÃO, Paula, *Conservação e restauro do painel "São Sebastião exortando a fé dos irmãos cativos cristãos Marco e Marceliano" do Museu de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores*, Relatório de intervenção *in* Conservar Património, Número 12, 2010.

GREGÓRIO, Rute Dias, *Terra e Fortuna: os Primórdios da Humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*, Centro de História de Além-Mar, Ponta Delgada, 2008.

REIS LEITE, José Guilherme, *Ensaios sobre o Povoamento dos Açores,* Blu edições, Maia, 2012.

REIS LEITE, José Guilherme, "Os Flamengos na Colonização dos Açores", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXIX, LXX, p. 57-74.

LIMA, Manuel Coelho Baptista, "A Igreja de São Sebastião da Ilha Terceira", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, V. VII, Angra do Heroísmo, 1949.

LIZARDO, João, "Os frescos da Igreja de São Sebastião na Ilha Terceira. Um importante conjunto de pintura de cariz tardo-medieval que é urgente salvaguardar", Islenha, n.º 35, Jul-Dez 2006, pp. 131-140 ou 206-216.

MACHADO, Margarida, *O Tardo-Gótico nos Açores*, Apresentação Power-Point, 2017.

MALDONADO, (Pd.) Manuel Luís, *Fénix Angrense*, *V. I, II e III – Parte Genealógica; Transcrição e Notas de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima* Instituto Histórico da Ilha Terceira, Açores, 1989, 1990, 1997.

MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974.

MONJARDINO, José Ignacio d'Almeida, *Colecção de documentos sobre os trabalhos de reedificação da Villa da Praya, e Villa de S. Sebastião, Fonte do Bastardo, Cabo da Praya, Fontinhas, Lages, Villa-Nova, e Agualva, da Ilha Terceira, occasionadas pelo terremoto de 15 de Junho de 1841*, Angra do Heroísmo, Imprensa do Governo, 1844.

MOREIRA, Maria Irene Santos, *Tectos Decorativos em Madeira em Edifícios Patrimoniais Portugueses*, Dissertação de Mestrado Integrado em Engenharia Civil 2009/2010, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2010.

PINHEIRO, José Joaquim, *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira (6 vols.)*, Angra do Heroísmo, Typographia de "A União", 1890-1896.

SAMPAIO, Alfredo da Silva, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Imprensa Muncipal, Angra do Heroísmo, 1904.

SOUSA, Dionísio, MELO, Sérgio, *A Vila no seu Hino*, Lulu.com, Morrisville, USA, 2016.

SOUSA, Dionísio, *O Ilustre e Ilustrado Padre Joaquim Esteves*, Lulu.com, Charlston, SC, USA, 2017.

## 8. Webgrafia

_____, *Restauro dos frescos da igreja de São Sebastião com bons resultados* (GaCS/FA), 14 de Junho de 2012, in Governo dos Açores, (Consultado em 28/2/2017). http://www.azores.gov.pt/PortalAzoresGov/Templates/NewsDetail.aspx?NRMODE=Published&NRNODEGUID=%7B22C26529-3619-44F4-9B67-7CC27BE3603B%7D&NRORIGINALURL=%2FPortal%2Fpt%2Fentidades%2Fpgra-drcultura%2Fnoticias%2FRestauro%2Bdos%2Bfrescos%2Bda%2Bigreja%2Bde%2BS%25C3%25A3o%2BSebasti%25C3%25A3o%2Bcom%2Bbons%2Bresultados.htm%3Fmode%3Dcategory&NRCACHEHINT=Guest&mode=category

*Andrade, Jeronymo Emiliano d', Topografia da Ilha Terceira*, (Consultado em 4 Abril 2017). http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=4219
CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. II, Ponta Delgada, 1880, in http://archive.org/stream/archivodosaore02pont#page/384/mode/2up (Consultada Março 2017.)

CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. V, Ponta Delgada, 1883, *in* http://archive.org/stream/archivodosaore05pont#page/453/mode/2up (Consultado em Março de 2017).

COSTA, F. Pereira da Costa, *Arcos e Abóbadas*, *Fascículo 15, 2ed*., Edição de Autor, Lisboa. https://pt.slideshare.net/paulajesusguerreiromauritti/fasciculo-15-arcos-e-abobodas (Consultado em Abril 2017).

COSTA, Susana Goulart, *Descoberta, Povoamento e Sociedade*, Temas e Factos Açores in *Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, (Consultado em 16/3/2017). http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1102

COSTA Júnior, José Félix, *Memória histórica do horrível terramoto de 15 de Junho de 1841 que assolou a Villa da Praia da Vitória da ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa da Administração Geral, 1841 *in* CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. V, Ponta Delgada, 1883. http://archive.org/stream/archivodosaore05pont#page/457/mode/2up (Consultado em Março 2017).

COELHO, Ana, *Ciências e Engenharia do Ambiente no Açores* in Facebook, Post sobre a entrevista do Professor Félix Rodrigues a Ana Coelho, jornalista do Atlântico Expresso. https://www.facebook.com/ambienteacores/?fref=nf#,(Consultado em 7/3/2017).

Convento de Odivelas in *Direção Geral do Património Cultural*, (Consultado em Março de 2017). http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70250

Convento de S. Dinis e S. Bernardo https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/94782 in *Infopedia*, (Consultado em 15/3/2017). http://www.explore-latitudes.pt/roteiro/21-06.fev_mosteiro_de_odivelas.html in Explore Atitudes, (Consultado em Março 2017) https://fasciniodafotografia.wordpress.com/2017/01/24/mosteiro-de-odivelas-igreja-2016/ (Consultado em Março de 2017).

Conversão dos escudos em Euros http://geneall.net/pt/forum/148490/conversao-de-moeda-reis-em-eururos/ (Consultado em 10 de Abril de 2017).

Igreja de São Sebastião in *Lista Telefónica Açoriana*. (Consultada 4/3/2017).
http://29acores.pt/lazer-religiao-e-monumentos/igrejas/igreja-matriz-de-sao-sebastiao_i525
Igreja Matriz de São Sebastião in *Wikipedia*. (Consultado em 2/3/2017).
http://dicionario.sensagent.com/IGREJA%20MATRIZ%20DE%20SAO%20SEBASTIAO%20SAO%20SEBASTIAO/pt-pt/
Igreja Matriz de São Sebastião in Wikiwand, (Consultado em 9 de Abril de 2017).
http://www.wikiwand.com/pt/Igreja_Matriz_de_S%C3%A3o_Sebasti%C3%A3o_(S%C3%A3o_Sebasti%C3%A3o)
Igreja Matriz de São Sebastião in SIPA
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098
Biblioteca de Ornamentos
LAPAC - Laboratório de Automação e Prototipagem para Arquitetura e Construção
http://lapac.fec.unicamp.br, (Consultado em 27 de Março de 2017).
Sobre os Frescos
http://www.azores.gov.pt/PortalAzoresGov/Templates/NewsDetail.aspx?NRMODE=Published&NRNODEGUID=%7B22C26529-3619-44F4-9B67-7CC27BE3603B%7D&NRORIGINALURL=%2FPortal%2Fpt%2Fentidades%2Fpgra-drcultura%2Fnoticias%2FRestauro%2Bdos%2Bfrescos%2Bda%2Bigreja%2Bde%2BS%25C3%25A3o%2BSebasti%25C3%25A3o%2Bcom%2Bbons%2Bresultados.htm%3Fmode%3Dcategory&NRCACHEHINT=Guest&mode=category
Instituto Histórico da Ilha Terceira – Consulta de Boletins.
http://ihit.pt/pt/boletins, (Consultado em Abril e Maio de 2017).
MARINO, Nancy F., (trad. & coment.) *The Book of Knowledge of All Kingdoms*, do códice *El Libro des Conoscimiento*, Tempe, Arizona, 1999, (Consultado em 20/3/2017).
http://www.archive.org/stream/ellibrodelconosc00mariuoft/ellibrodelconosc00mariuoft_djvu.txt
Junta de Freguesia de São Sebastião, (Consultado em Abril de 2017).
http://www.vilassebastiao.com/index.php?abrir=8.3.3.11
A Ogiva, Wikipedia, (Consultado em Março de 2107).
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ogiva
Pinterest - Arcos
https://www.pinterest.pt/salem4400/arch/
Rota do Românico, (Consultado em 12 de Março de 2017).
http://www.rotadoromanico.com/vpt/Paginas/Homepage.aspx
Megía, António García, *El Arte Romanico*, Portal de Investigación y Docencia in Youtube.
https://www.youtube.com/watch?v=jFyoJhXMguM
Atlas anteriores a 1400
http://toponimograncanaria.blogspot.pt/2016/07/agueda-montana-de-telde.html
Nossa Senhora do Rosário, (Consultado em 9 de Abril de 2017).
http://www.cruzterrasanta.com.br/significado-e-simbolismo-de-nossa-senhora-rosario/50/103/#c
O gótico, (Consultado em 9 de Abril de 2017).
http://esteticaehistoriadarte.blogspot.pt/2009/07/arte-gotica.html

O românico, (Consultado em 9 de Abril de 2017).
https://pt.slideshare.net/carlosvieira/cultura-do-mosteiro-arte-romnica
Santo Amaro, (Consultado em 9 de Abril de 2017).
http://santoamaro2009.blogspot.pt/2008/05/histria-e-vida-de-sto-amaro.html
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, (registo feito em 27/07/2011) Registo n.º IPA.00008098
IHRU: DGEMN/DSID, DGEMN/DSARH, DGEMN/DRML, (Consultado em 7 de Abril de 2017).
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=184e5446-f-152-4c3e-ab84-04e0ddcedc06
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098,
Sobre a Ilha Terceira SAMPAIO, Alfredo da Silva- Memória Sobre a Ilha Terceira.
http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/MEMORIA-ILHATERCEIRA/MEMORIA-ILHATERCEIRA_item1/P4.html, (Consultado em Abril 2017).

## 9. Agradecimentos

Os autores deste trabalho desejam agradecer explicitamente a todos aqueles que nos ajudaram a concretizar este trabalho nomeadamente:

- Os membros da Junta de Freguesia da Vila de São Sebastião nomeadamente ao Sr. Manuel Jorge e à Sr.ª D. Eva Ferreira.
- À administração do Museu de Angra na pessoa da Dr.ª Ana Lúcia de Almeida.
- Ao Exmo e Reverendíssimo Padre Domingos Graça Martins Faria, pároco da Igreja de São Sebastião e ao seu sacristão senhor Francisco Costa pelas informações, histórias e memórias partilhadas.
- Ao Dr. Dionísio Sousa, ex-autarca, autor e personalidade da Vila de São Sebastião, pelas suas memórias partilhadas e entusiasmo na preservação da História.
- À Dr.ª Paula Maria Soares Romão da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Divisão do Património Móvel e Imaterial e Arqueológico, pela informação de restauro dos Painéis de São Sebastião.

# ANEXOS

## 10. ANEXO – Tabela de Datas e Acontecimentos

Tabela mais detalhada dos eventos, citações feitas a respeito, e referências bibliográficas das fontes.

| | |
|---|---|
| 1187 | Evidência de população e atividade agrícola em São Miguel[72] |
| 1339 | Carta de Angelino Dulcieri com a representação possível dos Açores.[73] |
| 1427 | Descoberta da Ilha Terceira.[74] |
| 1432 | Gonçalo Velho Cabral avista Santa Maria. |
| 1439 | Carta de D. Afonso V a licenciar o seu tio, o Infante D. Henrique, para povoar as 7 ilhas dos Açores.[75] |
| 1444 | Carta de D. Afonso V pelo regente infante D. Pedro *"…mercee aos moradores da Ilha da Madeyra e ilha de Porto santo e das outras ilhas do yffamte D. Hemrrique … temos por bem e quitamoslhe a dízima e portagem de todallas as mercadorias e cousas que das ditas yllhas a estes nossos regnos trouverem…"*[76] |
| 1445 | "A ilha Terceira fora aportada a 23 de Abril de 1445 por uns navegantes que voltavam para Portugal, vindos das ilhas de Cabo Verde".[77] |
| 1447 | Carta de D. Afonso V a isentar os moradores de São Miguel do dízimo. *"Temos por bem e quitamos deste dia para todo sempre a todollos moradores que ora vivem e moram…"*[78] |
| 1450 | Doação da capitania a Jácome de Bruges[79] [LEITE: 58] |
| 1455 | Pedra com a inscrição de data, CCCC(?)55 encontrada "pela parte de dentro da porta principal, encaixada na cunheira direita, por debaixo do coro…"[80] |

[72] Revista on-line Expresso, *S. Miguel já era povoada 150 anos antes da descoberta oficial dos Açores*.

[73] Cartographia *in* CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. X, Ponta Delgada, 1888, p. 279 http://archive.org/stream/archivodosaore10pont#page/278/mode/2up (consultado em Março de 2017).

[74] _____, Os Açores e o Atlântico, (Séculos XIC-XVII), Actas do Colóquio Internacional, 8-13 de Agosto de 1983, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1984, p. 859.

[75] Carta de D. Afonso V concedendo licença a seu tio D. Henrique para povoar as sete ilhas dos Açores de 2 de Julho de 1439 in CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. I, Ponta Delgada, 1878, p. 5 http://archive.org/stream/archivodosaore01pont#page/6/mode/2up (consultado em Março de 2017).

[76] Carta de D. Afonso V de 28 de Março de 1444 isentando de dízimas e portagem todos os géneros exportados dos Açores in CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. V, Ponta Delgada, 1883, p. 97 http://archive.org/stream/archivodosaore05pont#page/96/mode/2up (consultado em março de 2017).

[77] MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 386, citando MENESES, Manuel, O Problema do Povoamento e Descoberta dos Açores" in Instituto Histórico da ilha Terceira, Boletim n.º 5, Angra do Heroísmo, 1947.

[78] Carta de D. Afonso V de 10 de Abril de 1447 in in CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. I, Ponta Delgada, 1878, p. 15 http://archive.org/stream/archivodosaore01pont#page/n15/mode/2up (consultada em Março de 2017).

[79] Carta do infante D. Henrique de doação da Capitania da Ilha Terceira a Jácome de Bruges, Silves 2-3-1450. FRUTUOSO (1963) pp. 62 a 64.

[80] MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 389.

(continuação)

| | |
|---|---|
| 1467 | *…"passadas cerca de quatro décadas sobre o início do povoamento da Ilha Terceira, se encontravam já arroteados terrenos aráveis que permitiam não só o abastecimento local no que se refere aos produtos agrícolas, designadamente o trigo mas também no que toca à produção de carne que, a partir do fim do Séc. XV ou começo do Séc. XVI, começam a ser exportados também para o continente português"…*[81] |
| 1480 | "A Igreja de São Sebastião teria subido a matriz em 1480". [82] |
| 1489 | Carta de Doação das Ilhas de Jesus Christo (Terceira) e Graciosa a D. Manuel, Duque de Beja e Viseu por D. João II, em 1 de Junho de 1489.[83] |
| 1503 | Foral à Vila de São Sebastião.[84] *"… assim por ser já muito povoado, como por ter uma muito boa fonte dentro no dito logar; e assim mesmo a egreja do orago San Sebastião…"*[85] |
| 1528 | 15 de Abril. Compromisso das três Câmaras da ilha Terceira de *"Irmandade e vizinhança comum, de apreciarem e resolveram em conjunto os assuntos de interesse geral dos três Concelhos"* assinada na Matriz em presença do magistrado Domingos Garcia.[86] |
| 1547 | A 17 de Maio. Toda a ilha tremeu *"…a ilha toda tremeu muito grandemente (…) e duraria enquanto se poderaõ dizer dois ou três credos. E deu a terra três aballos tão grandes que se viram as casas aballar de hüa parte pera outra..."*.[87] *"Abalo sísmico sentido por toda a Ilha Terceira, entre as 11 e as 12 horas, com mortes confirmadas na zona dos Folhadais [Raminho] e Altares, com grande destruição dos edifícios e das paredes das vinhas e pomares, principalmente na zona norte da ilha."*[88] |
| 1568 | Construção da abóbada da capela-mor; Séc. XVI, 1º quartel - data provável de execução das pinturas murais[89]. "A igreja, como muitas outras, foi aumentada em 1568, reconstruindo e ampliando-se a abside.[90] |

[81] _____, Os Açores e o Atlântico, (Séculos XIC-XVII), Actas do Colóquio Internacional, 8-13 de Agosto de 1983, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1984, p. 860- 861.

[82] MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 390, que por sua vez referencia a informação *Apontamentos* de que desconhecemos origem.

[83] CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. III, Ponta Delgada, 1881, p. 16-17.

[84] Carta de D. Manuel *pela qual foi elevada a villa com o nome de S. Sebastião , o logar da Ribeira de Frei João, na Ilha Terceira em 23 de Março de 1503* in CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. I, Ponta Delgada, 1878, p. 46 http://archive.org/stream/archivodosaore01pont#page/46/mode/2up (consultada em Março de 2017).

[85] *Idem*.

[86] MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 391.

[87] TOURO, Gaspar do, *Carta a El-Rey do Contador da Ilha de São Miguel de 27 de Maio de 1547 noticiando o terremoto da Ilha Terceira*.

[88] GREGÓRIO, Rute Dias, *Terra e Fortuna: os Primórdios da Humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*, Centro de História de Além-Mar, Ponta Delgada, 2008, p. 414.

[89] SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098 (Consultado em 7 de Abril de 2017).

[90] MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 390, nota (2).

(continuação)

| | |
|---|---|
| 1571 | … "dois bons redutos a guarneceram (Vila de São Sebastião) no centro e na muralha que a cingia" denominadas de *S. Sebastião e S. Francisco*.[91] Carta datada de 2 de Agosto de 1571 *"…ha perto de dous meses que treme, e posto que agora ia são raros os tremores, dias ouve, en que por espaço de seis oras tremeo 10 vezes, e dia de 18 vezes, e os abalos erão tão grandes que deribarão algunas casas e muitas chemines, e abriram as mais das casas, e maiores desta cidade* (…)[92]. Foi sentido simultaneamente em São Miguel e nas outras ilhas, tremendo também o mar *(…) "pola qual razão fogio grande parte das gentes para as uinhas, e erdades, e os que na cidade ficavão não dormiam em suas casas nem ousauão estar dentro: mas de dia estavão em as jgreijas e as noites nos adros dellas andauão esperando*."[93]<br>Estas fortificações foram quase totalmente destruídos pelo maremoto de 1755.[94] |
| 1581 | Baía da Salga, Brianda Pereira solta os touros.[95] |
| 1591 | Quatro tremores. *"Tremeu também quattro vezes a Ilha Terceira, que parecia subverter se, porem sem danno algum"*.[96] *"In the moneth of Iuly 1591. there hapned an earthquake in the Iland of S. Michael, which continued from the 26 of Iuly, to the 12 of August, in which time no man durst stay within his house but fled into the fields, fasting and praying with great sorow, for that many of their houses fel down, and a towne called Villa Franca, was almost cleane razed to the ground, all the cloisters and houses shaken to the earth, and therein some people slaine.*<br>*The land in some places rose vp, and the cliffs remooued from one place to another, and some hils were defaced and made euen with the ground. The earthquake was so strong, that the ships which lay in the road and on the sea, shaked as if the world would haue turned round: there sprang also a fountaine out of the earth, for whence for the space of 4 daies, there flowed a most cleare water, and after that it ceased. At the same time they heard such thunder and noise vnder the earth, as if all the deuils in hell had bin assembled together in that place, wherewith many died for feare. The Iland of Tercera shooke 4 times together, so that it seemed to turne about, but there hapned no misfortune vnto it."*[97] |
| 1599 | Até 1600. Ano da peste bubónica. |

[91] MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 391 e nota (3).

[92] CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. IX, Ponta Delgada, 1887-88, p. 414-415 citando um códice CVIII 2-2 da Bibliotheca Publica d'Évora.

[93] CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. IX, Ponta Delgada, 1887-88, p. 414-415 citando um códice CVIII 2-2 da Bibliotheca Publica d'Évora.

[94] Merelim citando Drumont "pela sua grandeza, muralhas, polvarim e casas e torres se podia chamar um castelo, mas caíu algumas vezes ao mar, e pela sua má posição foi condenado agora de nossos dias", in MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 392 nota (1).

[95] http://visao.sapo.pt/actualidade/visaose7e/2015-03-30-100-razoes-para-visitar-os-Acores-1 (Consultado em 7 de Abril de 2017).

[96] Texto de Lintschooten, João Hugo, *Itinerário*, publicado in Panorama 1856, p. 396 in CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. I, Ponta Delgada, 1878, p. 358, (consultado em Março de 2017). http://archive.org/stream/archivodosaore01pont#page/358/mode/2up

[97] http://www.gutenberg.org/files/9148/9148-8.txt (Consultado em 16 Abr 2017).

(continuação)

| | |
|---|---|
| 1614 | Primeira Queda da Praia *"Em outra Vila que se chama de São Sebastião também cahirão algüas cazas."*[98], Tremores entre 9 de Abril e 24 de Maio. *"Cayeron 36 casas en San Sebastian, y dicen que la iglesia quedo rota, y ahum fue milagro no hundirse."*[99] |
| 1643 | Epidemia entre 6 de Abril e 7 de Maio *"Parece que houve alguma quadra de moléstias contagiosas na Vila (…) vários mortos d'um e outro sexo foram sepultados na egreja principal…"*[100] |
| 1647 | Terremoto. Começou a 12 de Janeiro *"com três pequenos abalos de terra, e pouco depois houve um mui grande terremoto que atemorizou a ilha toda"*[101]. *A 9 de Junho "sucedeu logo um tremor tão violento que se julgou ser o fim do mundo: passada uma hora seguiu-se outro egual, que arruinou em Angra muitas casas e templos, sofrendo muito a sé principalmente nos arcos"*[102]. *A 29 de Junho, outro, e a 4 julho ainda outro "se ficou também chamado aquelle anno o dos terremotos."*[103] |
| 1682 | *"Em Dezembro de 1682 houve outros tremores de terra; os mais excessivos foram em dia de Santa Luzia. Rebentou o fogo no mar entre esta ilha e a Terceira, donde foi visto da Vila da Praia, e um barco que vinha para esta, não pode passar por aquella parte por estar o mar coalhado de pedras pomes."*[104] |
| 1690 | Uma enorme tempestade e um terremoto.[105] |
| 1721 | Terramoto na Praia seguida de erupção vulcânica no Banco D. João de Castro.[106] |
| 1757 | *"Mandado de Deus"* em São Jorge. Mais de 1500 vítimas, Maremoto destrói a igreja de São Mateus da Calheta (hoje, igreja velha). *"Angra, 2 de Setembro. Na noite de Sabbado 9 de julho do presente ano de 1757, pelas onze horas e três quartos se sentiu em toda esta ilha um abalo de terra, que duraria dois minutos, com o qual ficaram arruinados quase todos os edifícios além dos Templos. Destes, os que experimentaram maior estrago n'esta cidade, foram o collegio da Companhia, o convento de São Francisco, Capuchos e o mosteiro das religiosas da Conceição. (…) No primeiro terremoto houve enchente de mar que correu de oeste para leste."*[107] |
| 1760 | Novembro. Erupção do Pico Gordo.[108] |
| 1761 | 14 e 21 Abril. Erupção Vulcânica de Santa Bárbara – Mistérios, e Pico Vermelho.[109] |

98 MALDONADO, Fénix Angrense…, p. 38-43.

99 SEGURA, Francisco, *romance sobre o terremoto de 1614 na ilha Terceira* in CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. II, Ponta Delgada, 1880, p. 384 consultada online em Março 2017. http://archive.org/stream/archivodosaore02pont#page/384/mode/2up.

100 MENEZES; Manuel de, *A Peste da Ilha Terceira em 1599* in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. IV, 1946, p. 8. (Consultado em Abril de 2017), http://ihit.pt/codeigniter/assets/upload/pdf/ee6293822d41b87ee889f9f29bf4dc91.pdf

101 CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. III, Ponta Delgada, 1881, p. 339.

102 Idem.

103 Ibidem.

104 CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. I, Ponta Delgada, 1878, p. 226.

105 https://en.wikipedia.org/wiki/Natural_disasters_in_the_Azores (Consultado em 17 Abr 2017).

106 Veja-se relato do fenômeno em FREITAS, Bernardino José de Sousa, *Mem. Hist. sobre o intentado descubrimento de uma supposta ilha*, p. 100-106 in CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. IV, Ponta Delgada, 1882, p. 348, http://archive.org/stream/archivodosaore04pont#page/348/mode/2up (consultado em Março de 2017).

107 CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. IV, Ponta Delgada, 1882, p. 354-355.

108 https://en.wikipedia.org/wiki/Natural_disasters_in_the_Azores (Consultado Abr 2017).

109 https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_volcanoes_in_Portugal#Azores (Consultado em 17 Abr 2017).

(continuação)

| | |
|---|---|
| 1780 | Pedra com uma inscrição *lida* como 1455 encontrada *pela parte de dentro da porta principal, encaixada na umbreira direita, por debaixo do coro, quando pelos anos 1780 se deo nova forma ao frontispício da mesma igreja.*"[110] |
| 1789 | 8 de Maio. Incêndio (**destruição parcial do teto de estuque e madeirame primitivo**) [LIMA, 1949: 249] Na reconstrução as frestas da parede Sul e Norte, três de cada lado, foram entaipadas. Ou a *"8 de Maio de 1782, foi, seis anos depois, reedificada"*.[111] |
| 1795 | A dita pedra com a inscrição de 1455 "que do ano de 1795 dali foi tirada".[112] |
| 1800 | 24 Junho. Tremor de terra. *"Às 3 horas e meia da tarde do dia de S. João, 24 de Junho, tremeu a terra com tanta violência, que uma grande parte dos edifícios desde Vila Nova, até à vila de S. Sebastião, soffreram grande ruina principalmente nesta villa, e muitos deles ficaram assolados … Observou-se que o impulso viera da parte de leste"*.[113] |
| 1801 | Tremor de terra. *"No dia 26 de janeiro de 1801, pelas três horas e meia da tarde, sentiu se em toda esta ilha um violentíssimo terramoto, que destruiu e desmoronou a maior parte dos edifícios nos lugares onde houvera o do ano próximo passado; porém ainda desta vez, na vila de S. Sebastião fez maiores estragos, deixando assolada uma boa parte dela, arruinada a igreja matriz, a torre dos sinos…"*[114] |
| 1841 | 15 de Junho. Segunda Queda da Praia. Escala X (dez) MMI[115]. *"Vila erecta em 1503, situada uma milha distante do mar, e duas léguas e meia a leste da cidade. — Tem 252 fogos e 1511 almas: apresentou 14 casas totalmente arruinadas, e 154 com grave ruína, principalmente as que ficam fronteiras ao nordeste. — A Matriz ficou rachada, do lado da capela-mor, e as três ermidas filiais também sofreram."*[116]. *"Na de S. Sebastião, constante de 355 fogos, o fatal terremoto só derribou 32 casas e arruinou 33, as igrejas pouca deterioração sofreram esperimentamdo-se estes danos no mesmo dia e hora que na Praia…"*[117] |
| 1855 | 24 Outubro: reforma administrativa retira a categoria de vila a São Sebastião.[118] |
| 1870 | 2 Novembro: portaria executando a decisão da reforma administrativa.[119] |

[110] LIMA, Manuel Coelho Batista de, *Memória apresentada* ao *XVI Congresso Internacional de História de Arte de Lisboa,* in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. VII, 1949, p. 252.

[111] SAMPAIO, Alfredo da Silva, Memória sobre a Ilha Terceira, Imprensa Muncipal, Angra do Heroísmo, 1904, p. 276.

[112] MERELIM, Pedro de, *As 18 paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 390.

[113] DRUMMOND, *Anais da Ilhas Terceira*, vol. III, p. 119 in CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. IV, Ponta Delgada, 1882, p. 368 http://archive.org/stream/archivodosaore04pont#page/368/mode/2up (consultado em Março 2017).

[114] DRUMMOND, *Anais da Ilhas Terceira*, vol. III, ps. 120–123. Drummont foi coevo e era então residente em São Sebastião à data do sismo.

[115] Escala de Mercalli Modificada: *Destruidor*: "A maioria das alvenarias e das estruturas são destruídas com as suas fundações." In http://www.ipma.pt/pt/enciclopedia/geofisica/escalas.macro/index.html (consultado Março 2017).

[116] COSTA Júnior, *Memória histórica….. in* CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. V, Ponta Delgada, 1883, p. 457. Costa Júnior era então o secretário do Governador Civil.

[117] CANTO, Ernesto do, *Archivo dos Açores*, Vol. V, Ponta Delgada, 1883, p. 454.

[118] SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098, (Consultado em 7 de Abril de 2017).

[119] SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098, (Consultado em 7 de Abril de 2017).

(continuação)

| | |
|---|---|
| 1891 | A igreja *"… acaba de ser melhorada, e reparada dos estragos, que recebeu do horrível terramoto de 15 de Junho de 1841"*.[120] |
| 1928 | Até 1935. O padre Henrique Rodrigues da Rocha, alternativamente o responsável primeiro pela descoberta da existência dos frescos em São Sebastião. |
| 1935<br>1951 | Pároco de São Sebastião. Padre Joaquim Esteves Lourenço, (1908-1993), natural da freguesia dos Altares e autor de alguns diários, poeta e responsável pelo início da restauração da Igreja de São Sebastião. Parte dos seus escritos estão na posse do padre Carlos Simplício, doente de Alzheimer, e residente no Lar de São Rafael.[121] |
| 1951 | Matriz de São Sebastião declarada como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 38 147/1951 de 5 de Janeiro.[122] |
| 1953<br>1965 | DGEMN, Obras de Restauro. Durante as obras de restauro foram apeados os retábulos da capela-mor e laterais em talha dourada. Luís Urbano Afonso considera as pinturas dentro da tipologia manuelina, de feição tardo-gótica.[123] |
| 1954<br>1958 | Pároco de São Sebastião. Padre António Gonçalves dos Santos, natural de Santa Bárbara.[124] |
| 1963<br>1995 | Pároco de São Sebastião. Padre Manuel Coelho de Sousa (1924-1995), irmão do pai do Dr. Dionísio Sousa à guarda de quem está o seu espólio.[125] Tem busto, descerrado em 2001 pelo presidente do governo Regional Vale César, sobre peanha com placas informativas dos dados de nascimento e morte, período como padre (1962-1995) e dedicatória. |
| 1980 | 1 de Janeiro 15h42. Terremoto 7,2 Escala de Richter. Extensos danos na Vila de São Sebastião.[126] Das 761 habitações existentes, 150 (20%) ficaram arruinadas e 356 (47%) danificadas.[127] |
| 1983 | 15 Novembro: a freguesia, que se designava apenas São Sebastião, passou a designar se oficialmente Vila de São Sebastião.[128] |
| 2003 | 24 Junho: Decreto Legislativo Regional n.º 29/2003/A restabelecendo a categoria de vila à Vila de São Sebastião.[129] |

[120] ANDRADE, (Pd.) Jerónimo Emiliano d', Topographya da Ilha Terceira (Annotada pelo Vigário José Alves da Silva), 2 ed., Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1891, p. 1886.

[121] DRUMOND, Luís Machado, "Justa Homenagem" in "A UNIÃO" de 20 de Fevereiro de 1952, em SOUSA, Dionísio, "O Ilustre e Ilustrado Padre Joaquim Esteves", Lulu.com, Charlston, SC, USA, 2017, p. 35-40.

[122] DRUMOND, Luís Machado, "Justa Homenagem" in "A UNIÃO" de 20 de Fevereiro de 1952, em SOUSA, Dionísio, "O Ilustre e Ilustrado Padre Joaquim Esteves", Lulu.com, Charlston, SC, USA, 2017, p. 26.

[123] SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098 (Consultado em 7 de Abril de 2017).

[124] Dionísio de Sousa, Enrevista de 8 de Abril de 2017.

[125] Dionísio de Sousa, Enrevista de 8 de Abril de 2017.

[126] https://pt.wikipedia.org/wiki/Sismo_da_Terceira_de_1980 (Consultado 17 Abril 2017).

[127] https://www.ipma.pt/export/sites/ipma/bin/docs/relatorios/geofisica/35AnosSismo1980-01-01.pdf (Consultado 17 Abr 2017).

[128] SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098, (Consultado em 7 de Abril de 2017).

[129] SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098, (Consultado em 7 de Abril de 2017).

(continuação)

| | |
|---|---|
| 2007 | Candidatura apresentada por Luís Urbano Afonso, destinada ao estudo iconográfico das pinturas murais. Pintura mural: Naves laterais, painel do lado da Epístola: A 2,52m X L 8,02m; Painel do lado do evangelho: A 2,52m X L 9,16m.[130] |
| 2010 | DRC - Direção Regional de Cultura - obras de reparação da cobertura; obras de restauro e conservação das pinturas murais: tratamento preventivo e conservação incluindo limpeza mecânica, remoção de argamassas e vestígios que existam sobre a superfície pictórica, desinfeção de fungos e algas, após ensaios e seleção de produtos biocidas.[131] |
| 2010 | Setembro. *"Os dois painéis já têm um ano e meio de restauro. Os frescos da igreja de São Sebastião, na ilha Terceira, são únicos nos Açores. Pela raridade, e por se tratar do maior exemplar do país, são considerados de interesse público. A recuperação pode fornecer dados à história do povoamento e descobertos em 1949, debaixo de camadas de argamassa."*[132] |
| 2012 | 16 Outubro: publicação do Contrato-Programa n.º 216/2012, em JORAA, 2.ª Série, n.º 200, relativo à atribuição pelo Presidência do Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional da Cultura, da quantia de 6.863,72 €, a título de subsídio à Igreja paroquial de São Sebastião, para a recuperação da mesma; as obras deverão ser concluídas até ao final do ano.[133] |
| 2017 | Trabalho sobre a igreja Matriz de São Sebastião pelos alunos da Licenciatura em Natureza e Património da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente para a Unidade Curricular de História da Arte e do Património Construído I – 2º Semestre. |

130 SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098, (Consultado em 7 de Abril de 2017).

131 SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098, (Consultado em 7 de Abril de 2017).

132 BARCELOS, Luciano, "Frescos de São Sebastião podem ser alvo de estudo científico", RTP Açores, 5Set2010, Lido por Marta Silva no Telejornal.

133 SIPA - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8098, (Consultado em 7 de Abril de 2017).

## 11. ANEXO – Inventário Móvel

### 11.1 Inventário Móvel

Passamos a inventariar o recheio da Matriz de São Sebastião conforme se encontra entre Janeiro e Maio de 2017. Como auxiliar, consulte-se a Planta da Igreja (Planta n.º 38/AF) na página 79.

Deste inventário que descrevemos não constam as seguintes peças descritas no seguinte parágrafo de Sampaio: "É digno de menção nesta igreja um sacrário, e que, há pouco, foi restaurado. É uma obra de talha primorosa, e suppõe-se ser do tempo da dominação hespanhola, e a primeira deste género que existe nos Açores. É formado por quatro colunas em espiral , ornadas por quatro parreiras, imitando perfeitamente o natural" [134].

*Figura 20* - Interior da igreja antes do restauro.
Igreja de São Sebastião, São Sebastião.
*SIPA ref. 00504980*

O altar-mor onde estava colocado este relicário e outro altar na (hoje) capela do Santíssimo Sacramento já não existem. Foram armazenados no passal e, com o correr do tempo, foram incinerados.

#### 11.1.1 Mobiliário

**Arcazes ou arquibancos**. (Fig. 21.) Originalmente em número de onze, lacados a preto de talha rural sóbria, tendo *sido um levado para a Ribeira Seca e lá se deteriorando*[135]. Encontram-se dois na capela-mor, um de cada lado do altar-mor. Outros dois nas paredes sul e norte nas absidíolas. Outros quatro encontram-se encostados às paredes laterais

*Figura 21 - Arquibancos.*
*João Esquível, Abril 2017.*

[134] SAMPAIO, Alfredo da Silva, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Imprensa Muncipal, Angra do Heroísmo, 1904, p. 277.
[135] COSTA; Francisco, Entrevista de 8 de Abril.

das naves laterais, dois de cada lado entre os portais laterais e a entrada. Dois encostados pelo interior da fachada principal. Num total de dez. Guardam dentro desde paramentos, peças de tecido, linhos e algodão debruados a rendas para decoração dos altares, dois dos anjos que fazem parte do conjunto da imagem de são Sebastião (veja-se Estatuária Fig. 36).

**Bancos.** Um total de 58 bancos corridos quase todos com genuflexórios almofadados distribuídos da seguinte maneira: na nave central 32, 18 de cada lado; nas naves laterais 7 do lado do Evangelho e 8 do lado da Epístola; e 2 na absidíola do Evangelho e 3 na absidíola da Epístola. *Foram parcialmente pagos pelo povo e pelos benfeitores José Cardoso Romeiro e mulher Rita Maria Romeiro*[136], (Fig. 22). Veja-se placa de homenagem (Fig. 34).

*Figura 22* - Bancos da Igreja. *Tânia Rebelo, 2017.*

**Banquetas Baixas** pequenas e grandes de tremidos. (Fig. 23.) *As madeiras das antigas balaustradas foram usadas*[137] para recriar as banquetas e bancos, dois grandes de oito pés, e quatro pequenos, de quatro pés, *feitos por Gonçalves Godinho, de São Sebastião*[138], com tampos lisos e simples.

*Figura 23* – Banquetas baixas. *Tânia Rebelo, montagem, 2017.*

*Figura 24* - Mesas de torneados e espiralados. *Tânia Rebelo, 2017.*

**Mesas de Torneados e Espiralados**. (Fig. 24.) Duas mesas de pés e travessões torneados com tampos lisos simples, ao gosto do Séc. XIX.

[136] COSTA; Francisco, Entrevista de 8 de Abril de 2017.
[137] Informação verbal dada pelo sacristão, Sr. Francisco Costa, a 25 de Março de 2017.
[138] Informação verbal dada pelo sacristão, Sr. Francisco Costa, a 25 de Março de 2017.

*Figura 25* - Genuflexório. *João Esquível, Abril 2017.*

**Genuflexórios**. (Fig. 25.) Existem 4 em madeira estilo moderno dos anos sessenta, sendo que, à entrada da absidíola do lado da Epístola um genuflexório, dois na Capela do Santíssimo Sacramento e um outro.

**Cadeira dorsuária e dois bancos.** (Fig. 26.) Cadeira cerimonial com braços ou cadeira de sola, assento e espaldar encoirados lavrados com motivos vegetalistas e com pregaria em latão, com dois bilros no topo, ao gosto do início do Séc. XVIII de origem portuguesa, provavelmente em madeira de castanho com testeira recortada e vazada, e dois bancos com assentos encoirados com motivos vegetalistas e pregaria ao gosto do início do Séc. XVIII a fazer jogo com a cadeira cerimonial todos com travessões torneados em madeira.

*Figura 26 - (1)* Conjunto de cadeira dorsuária e bancos.
*(2)* Cadeira Dorsuária.
*(1) Tânia Rebelo, (2) João Esquível, montagem, 2017.*

**Candeeiros do teto**. (Fig. 27.) Três candeeiros em ferro forjados estão pendurados do teto da nave central de fábrica não conhecida, *tendo vindo do Continente*[139]. Anteriormente esteve nesta mesma igreja o lustre de madeira que originalmente se encontrava na Sé Catedral de Angra do Heroísmo antes do incêndio e que, agora, se encontra na matriz da Praia da Victória.[140] Outro candeeiro de madeira muito similar encontra-se na Igreja de Nossa Senhora da Guia, em Angra do Heroísmo.

*Figura 27* - Candeeiro de ferro. *João Esquível, Abril 2017.*

[139] SOUSA, Dionísio, Entrevista de 8 de Abril de 2017.

[140] Informação obtida por comparação de fotografias da Sé anterior ao incêndio e de São Sebastião em meados do Séc. XX e a Matriz da Praia da Victória nos dias de hoje.

**Portões do batistério.** (Fig. 28.) O batistério está separado da nave lateral esquerda por um portão de ferro de fábrica desconhecida, mas de encomenda e *feito no tempo do Padre Manuel Coelho de Sousa*[141].

*Figura 28* - Portões do batistério. *João Esquível, 2017.*

*Figura 29* - Tocheiro, candelabro e lanterna. *João Esquível, montagem, 2017.*

Um **púlpito** com corrimão de madeira sobre estrutura em ferro forjado e atril, no cruzeiro à capela-mor, no lado do Evangelho *de encomenda do Padre Manuel Coelho de Sousa*[142].

Um **atril** apoiado em quatro pés, em frente à cadeira do pároco, em ferro forjado *feito no tempo do Padre Manuel Coelho de Sousa*[143].

**Tocheiros** de ferro forjado, um com Círio Pascal e colocado do lado da Epístola, mas já na nave central, e outros dois simples de cada lado do altar, tudo *mandado fazer pelo Padre Jacinto, na Feteira*[144].

**Candelabros** em ferro forjado de *encomenda do Padre Manuel Coelho de Sousa*[145], estando dois na absidíola do Evangelho de cada lado da imagem do Sagrado Coração de Jesus e outras duas na absidíola da Epístola de cada lado da imagem de Nossa Senhora de Fátima.

**Lanternas processionais** em número de seis, que se encontram, três de cada lado, no interior da capela do Santíssimo Sacramento, colocadas em suportes de madeira lacada de preto que harmonizam o conjunto, mandadas fazer pelo Padre Jacinto. (Ver Foto n.º 13/AF.)

Integradas nas paredes laterais, quatro mais quatro **cruzes de pedra** tendo por diante de cada uma, uma **palmatória em ferro forjado**.

*Figura 30* - Palmatória. *João Esquível, 2017.*

[141] SOUSA, Dionísio, Entrevista de 8 de Abril de 2017 confirmado no documento do SIPA ref. 00825860 de 11 de Abril de 1960.
[142] SOUSA, Dionísio, Entrevista de 8 de Abril de 2017.
[143] COSTA; Francisco, Entrevista de 8 de Abril de 2017.
[144] COSTA, Francisco, Entrevistado a 8 de Abril de 2017.
[145] SOUSA, Dionísio, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.

*Figura 31* - Via Sacra.
*JE, 2017.*

Nas paredes Sul e Norte, **14 crucifixos de Via-Sacra**, 7 de cada lado, em madeira, cruz grega com medalhão em metal, *mandados fazer pelo Padre Manuel Coelho Sousa*[146]. O décimo quinto, que se encontra junto da capela do Senhor dos Passos (capela lateral do lado do Evangelho), *foi mandado fazer pelo pároco Padre Domingos Graça Martins Faria*[147] também uma cruz grega em madeira com medalhão em metal.

*Figura 32* - Órgão, *Joao Esquível, 2017.*

**Órgão.** Órgão moderno em madeira com teclados de mão e registos de graves, com as marcas VISCOUNT, Electronic Organ numa etiqueta colada no lado posterior (canto superior direito da Fig. 32), parcialmente danificada, com os campos de Model, ??? 240 volts, Serial por preencher, colocada na entrada da absidíola do lado do Evangelho *oferta do povo de São Sebastião*[148].

**Caixa de Esmolas.** Entre a capela das almas e a porta da sacristia, um pequeno armário de esmolas em madeira, com etiquetas das seguintes devoções: (ordenadas de cima para baixo) Santíssimo Sacramento, São Sebastião, N.ª Sr.ª da Conceição, N.ª Sr.ª Fátima, (mártir) Maria Vieira, Almas. (Fig. 33.)

*Figura 33* - Caixa de esmolas.
*João Esquível, 2017.*

146 SOUSA, Dionísio, Entrevistado de 8 de Abril de 2017.
147 SOUSA, Dionísio, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.
148 SOUSA, Dionísio, Entrevistado a 8 de Abril de 2017.

*Figura 34* - Placa de homenagem.
*João Esquível, 2017.*

**Placa de homenagem**. Placa em acrílico vidrado negro, gravado a dourado e cravado no interior à entrada pela direita debaixo do primeiro arco divisório da nave central e lateral, com a seguinte inscrição HOMENAGEM, Ao Comendador José Cardoso Romeiro, esposa Rita Maria Romeiro e Família, benfeitores desta Igreja Matriz. O Povo de Deus da Vila de S. Sebastião, 26 de Julho de 2013. A estes homenageados se devem os automatismos dos sinos na torre sineira e parte dos bancos da igreja. Ainda vivos em 2017.

Duas **portas laterais** em madeira de castanho[149] de dois batentes, cravejadas e com aldrabas em ferro, *na Igreja de São Sebastião, com os trincos das portas em osso de baleia*[150] (?).

**Porta axial** de dois batentes em madeira de castanho[151] com datas posteriores ao restauro de 1953-1957.

O **guarda-vento atual** (2017) é emoldurado em madeira *feito por Manuel Fernando Dinis, de São Sebastião*[152], tendo substituindo o anterior em vidro baço e *alumínio feito pelo padre Jacinto*[153] que em nada se harmonizava com o cariz *antigo* do espaço.

**Altar de Velas** Automático colocado por debaixo da imagem de Nossa Senhora de Fátima.

**Passadeira vermelha** central desde o guarda-vento até ao altar-mor.

Dois **tapetes** ao estilo oriental, um no altar-mor e outro na capela do Santíssimo Sacramento.

---

149 SIPA ref. 00825860 de 11 de Abril de 1960.
150 http://visao.sapo.pt/actualidade/visaose7e/2015-03-30-100-razoes-para-visitar-os-Acores-1 (Consultado em 7 de Abril de 2017).
151 SIPA ref. 00825860 de 11 de Abril de 1960.
152 SOUSA, Dionísio, Entrevistado a 8 de Abril de 2017.
153 SOUSA, Dionísio, Entrevistado a 8 de Abril de 2017.

### 11.1.2 Estatuária

São descritas as imagens começando no altar-mor, lado da Epístola e lado do Evangelho.

*Figura 35* - Altar-mor. *Tânia Rebelo, 2017.*

**Altar-mor (ao centro da capela-mor)**

À esquerda. Imagem de **São Sebastião** em tamanho natural, em madeira polícroma, com duas inscrições:

* Imagem de São Sebastião oferta do Exmo. Sr. José Jacinto Pacheco e esposa, *moradores no Brasil*[154].
* A 2.ª inscrição no lateral do pé da imagem, desaparece por corte da peanha de madeira, mas ainda se lê ??? IRMÃOS, ???ELHA, ??? da MAIA, ???AL <1958> (presumivelmente inscrição *Maias – Irmãos, Cidadelha, Castelo Da Maia. Portugal, 1958* por semelhança com imagem do batistério que é da mesma fábrica).

Esta imagem é acompanhada por 4 anjos, sentados, em madeira polícroma, sendo que dois deles estão na capela do Santíssimo Sacramento sobre suportes de ferro forjado e outros dois guardados nos arquibancos do lado do Evangelho na parede junto ao batistério sendo que tudo sai no andor em dia de festa.

Ao centro. Um **Cristo monumental na cruz** de madeira com cravos metálicos prateados. Segundo informação colhida, *o padre Coelho de Sousa solicitou que o Cristo não fosse um Cristo Morto mas sim ainda com alguma vida*[156] daí estar de olhos abertos, o que foi cumprido.

[154] SOUSA, Francisco, Entrevistado a 8 de Abril de 2017.
[155] SOUSA, Dionísio, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.

À direita. Imagem de **Nossa Senhora da Conceição**, madeira polícroma com coroa em metal ou prata em forma de coroa do Espírito Santo com arco superior de estrelas, sem inscrições nem indicação de proveniência. A única informação disponível é a que Francisco Costa de *a ver sempre por aí*[156], portanto de anterior data às outras listadas. Emiliano d'Andrade refere uma imagem de Nossa Senhora da Conceição de escultura francesa em conjunto com uma outra que denomina de Nossa Senhora das Graças compradas pelo vigário Manuel Francisco dos Santos Peixoto, pároco desde 1870 até, pelo menos, à data de publicação da obra 1891[157]. Pedro de Merelim, no entanto, refere uma "Nossa Senhora da Conceição, escultura Francesa adquirida em 1884, ora à guarda do Museu desta cidade"[158]

*Figura 36* - Um dos 4 anjos. *João Esquível, 2017.*

**Lado da Epístola**

**Absidíola do lado da Epístola (antiga capela de Nossa Senhora do Rosário)**

*Figura 37* - N.ª S.ª de Fátima. *João Esquível, 2017.*

Imagem de **Nossa Senhora de Fátima**, *oferta da família de Elvira Nunes Falcão, residente nos Estados Unidos*[159], com a seguinte inscrição: Restaurada por FSimões (Francisco Simões) 1991 Terceira Açores.

No chão, duas pequenas imagens de dois dos *Pastorinhos*, os irmãos **Francisco** e **Jacinta Marto**, madeira polícroma, consagrados a 13 de Maio de 2017 em Fátima pelo Papa Francisco.

**Capela do Santíssimo Sacramento (antiga capela de Nossa Senhora da Encarnação)**

É referida como a imagem de **Nossa Senhora do Rosário**, em madeira polícroma, túnica rosa (deveria ser vermelha de acordo com a representação iconográfica), manto azul com decorações em folha de ouro e véu creme (deveria ser branco, idem), representada em pé com o menino ao colo com túnica branca (deveria ser rosa, idem), sobre nuvens e quatro cabeças de anjos alados, com coroa circular em prata lavrada, sobre mísula do lado nascente da capela. Sem inscrições.

---

156 COSTA, Francisco, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.

157 ANDRADE, (Pd.) Jerónimo Emiliano d', *Topographya da Ilha Terceira (Annotada pelo Vigário José Alves da Silva)*, 2 ed., Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1891, p. 188-189.

158 MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra, Sumário Histórico, 1974*, Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1974, p. 392.

159 SOUSA, Dionísio, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.

*Figura 38* - N.º S.ª do Rosário. *João Esquível, 2017.*

Nota: a representação iconográfica desta imagem está mais de acordo com a representação de Nossa Senhora da Vitória ou, como se lhe refere Sampaio, Nossa Senhora da Glória[160], túnica rosa ou vermelha, manto azul, véu creme, com o Menino no seu lado esquerdo e na mão direita a flâmula ou estandarte da vitória, sendo que Nossa Senhora e o Menino deveriam ser coroados, tudo assente em nuvens e anjos alados. Esta imagem, pela relação de Sampaio encontrava-se nesta mesma capela e com a denominação de Capela de Nossa Senhora da Encarnação.

Imagem de **São José** com o menino, em madeira polícroma, manto castanho e túnica azul com o menino de branco e sustendo um bordão de lírios, conforme a simbologia cristã para esta imagem. Assente em peanha preta tem resplendor em prata do primeiro quartel do séc. XX. Está assente sobre mísula simples em pedra do lado poente da capela. Sem inscrições.

Altar das Almas – **Inexistente.**

Capela, que segundo Batista de Lima tinha sido "construída em 1908 na espessura da parede"[161], em nicho a meio da nave lateral do lado da Epístola, apeada durante o restauro dos anos 1953-1957. A cantaria ou armação foram apeadas e a parede retificada não se reconhecendo o local original. Neste espaço e se houve, foram desestimados os frescos. Tinha um pé-direito igual à altura da nave lateral e, pelo que se consegue adivinhar, duas pilastras com capitéis simples e arco de volta inteira, sendo que a cornija corria pelo nicho à altura dos capitéis. Ao centro uma pequena imagem de Nossa Senhora do Rosário sobre altar e pelo menos três castiçais. (Foto n.º 16/AF). A esta capela pertencia um cálice em prata. Veja-se Alfaias Religiosas, abaixo Fig. 48 e Fig. 56.

*Figura 39* - São José com o Menino ao colo. *João Esuquível, 2017.*

**Sacristia**

Num nicho em pedra na parede nascente, (Fig. 40):

* **Antigo crucifixo**. Esta imagem já esteve ao centro no altar-mor e na hoje denominada capela de Nossa Senhora de Fátima (informação retirada de fotografias).

[160] SAMPAIO, Alfredo da Silva, Memória sobre a Ilha Terceira, Imprensa Muncipal, Angra do Heroísmo, 1904, 277.

[161] LIMA, Manuel Coelho Baptista, "A Igreja de São Sebastião da Ilha Terceira", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, V. VII, Angra do Heroísmo, 1949, p. 249.

* **Menino Jesus da Comunhão**, madeira polícroma, rosa, segurando cacho de uvas, *adquirido pelo Padre Manuel Coelho de Sousa*[162], pároco entre 1963 e 1995.
* **Santo Amaro**, madeira polícroma, castanho-escuro com policromia floral a ouro tendo como atributo o livro da Regra de São Bento. *Sempre esteve na igreja*[163]. Quando havia o retábulo em talha barroca estava no nicho do lado da Epístola, (Fig. 41).

*Figura 40 - Nicho da Sacristia. Tânia Rebelo, 2017.*

*Figura 41* - Antigo retábulo barroco com a imagem de São Sebastião no nicho do lado do Evangelho.
*SIPA ref. 00504980 (recorte).*

Antiga imagem de **São Sebastião**. Encontra-se no Passal e já esteve no altar-mor na mísula lateral esquerda do altar barroco e em posição central depois de apeado o retábulo e antes da oferta da atual imagem de São Sebastião. (Informação compulsada de fotografias e datação iconográfica.)

Para iluminação um candeeiro de latão eletrificado no centro do teto conforme modelo de 1960 e foto de 2017.

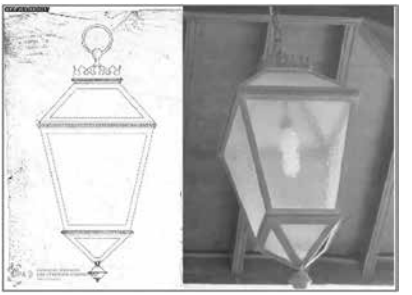


*Figura 42* - Candeeiro da Sacristia. (1) Design (2) Original.
*SIPA ref. 00010317, João Esquível, montagem, 2017.*

[162] COSTA, Francisco, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.
[163] COSTA, Francisco, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.

**Lado do Evangelho**

Absidíola do lado do Evangelho (capela do Sagrado Coração de Jesus)

*Figura 43* - Sagrado Coração de Jesus, *João Esquível, 2017*.

Imagem do **Sagrado Coração de Jesus**, tamanho natural, madeira polícroma, sem inscrições, colocada sobre mísula de pedra simples na parede nascente. Segundo Sampaio esta imagem esteve na absidíola da Epistola[164] que tinha o nome de Capela do Sagrado Coração de Jesus.

Capela do Senhor dos Passos (ou de São Pedro, capela lateral do lado do Evangelho)

A. Imagem de **São Francisco como o menino ao colo,** sobre mísula de pedra do lado poente, com as seguintes inscrições:
   * 1.ª Inscrição: Primeira linha OFIC (falta texto OFICINA?); segunda linha Casa Fanzeres; terceira linha –BRAGA–; quarta linha POR (falta texto, presumivelmente Portugal).
   * 2.ª Inscrição: Primeira linha OFERTA DO GRUPO JUVENIL, segunda linha DE S. SEBASTIÃO, terceira linha 195? (possivelmente 1958).

*Figura 44* – São Francisco, *João Esquível, 2017*.

B. Imagem do **Senhor dos Passos**, *das mais* antigas[165], Cristo em genuflexão paramentado de roxo, suportando cruz de madeira revestida a pele, (a necessitar restauro), sobre andor de madeira com alguma talha rudimentar, tudo assente em bloco de alvenaria de que faz parte a mísula original de pedra do púlpito do lado do Evangelho e retirado aquando das obras de reforma da igreja

*Figura 45* - Senhor dos Passos, *Tânia Rebelo, 2017*.

[164] SAMPAIO, Alfredo da Silva, Memória sobre a Ilha Terceira, Imprensa Muncipal, Angra do Heroísmo, 1904, p. 277.

[165] COSTA, Francisco, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.

em 1953-1957. Esta imagem já era descrita por Alfredo da Silva Sampaio qualificando-a de "imagem primorosa"[166] e por Jerónimo Emiliano d'Andrade que a ela se refere dizendo "que é um primor"[167].

De fronte, um pequeno presépio moderno.

*Figura 46* - N.ª Sr.ª das Dores, *João Esquível, 2017.*

C. Imagem de **Nossa Senhora das Dores** em madeira pintada de cores roxo e capa azul decorada a folha de ouro, com coroa em prata em formato de Lua deitada invertida coroada de sete estrelas, sete espadas de prata ou metal[168], sem inscrições, *oferta de gente de fora da freguesia*[169], assente sobre mísula na parede poente. (A Fig. 46 mostra a imagem colocada no andor preparada para sair durante a Semana Santa de 2017).

Defronte do andor do Senhor dos Passos encontra-se um **atril em talha dourada barroca** com imagens polícromas conforme se mostra em imagens na **Conclusão** e que são de grande interesse iconográfico.

Altar Norte do Sagrado Coração de Jesus – **Inexistente.**

Entre a capela do Senhor dos Passos e a portal norte adivinha-se **outra capela lateral** *construída na espessura da parede*, (usando a mesma descrição de Batista Lima), mas da que só se consegue ver a pilastra direita com semi-marmoreado cromático e nada mais. Batista de Lima a ela não faz referência, provavelmente apeada na mesma data da que lhe ficava de fronte. Sampaio diz no seu trabalho que este altar-mor tinha "Senhor Jesus do Bonfim e Almas"[170] (sublinhado de Sampaio). Destas imagens desconhecemos o paradeiro. (Foto n.º 16/AF).

[166] SAMPAIO, Alfredo da Silva, Memória sobre a Ilha Terceira, Imprensa Muncipal, Angra do Heroísmo, 1904, p. 277.

[167] ANDRADE, (Pd.) Jerónimo Emiliano d', Topographya da Ilha Terceira (Annotada pelo Vigário José Alves da Silva), 2 ed., Tipografia Minerva, Angra do Heroísmo, 1891, p. 188.

[168] As setes espadas representam "o culto à Mater Dolorosa deriva da veneração das chamadas Sete Dores da Virgem Maria, prenunciadas 40 dias depois do nascimento do Menino, quando Maria, levando Jesus ao templo de Jerusalém para apresentá-lo segundo a Lei Mosaica, ouviu do velho Simeão uma previsão sombria, em que uma espada transpassa a alma materna (Lucas, 2, 34-35). Essa espada é o principal elemento da representação da Virgem das Dores. As outras seis dores da Virgem referem-se à fuga para o Egito (Mateus, 2, 13-21); ao desaparecimento do Menino Jesus durante três dias (Lucas, 2, 41-51); ao encontro com o Filho a caminho do Calvário (Lucas, 23, 27-31); à percepção de seu sofrimento e morte na cruz (João, 19, 25-27); ao recebimento do corpo tirado da cruz (Mateus, 27, 55-61) e ao seu sepultamento (Lucas, 23, 55-56)" *in http://www.iepha.mg.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=642 (consultado em 9 de Abril de 2017)*

[169] COSTA, Francisco, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.

[170] SAMPAIO, Alfredo da Silva, Memória sobre a Ilha Terceira, Imprensa Muncipal, Angra do Heroísmo, 1904, 277.

**Batistério** (sob a torre sineira)

Imagem de **São João Batista batizando Cristo** com a seguinte inscrição MAIAS – IRMÃOS, CIDADELHA, CASTELO DA MAIA. PORTUGAL, 1968, conjunto escultórico de duas imagens grandes em madeira polícroma, cuja base grande está assente sobre mísula de pedra de inferior área, *comprada pelo Padre Manuel Coelho de Sousa*[171]/[172].

*Figura 47* - São João batizando Jesus Cristo. *João Esquível, 2017.*

## 11.2 Alfaias Religiosas - Tesouro

**Crucifixo.** Do lado da epístola um crucifixo processional em prata montado numa base de pedra, *encomenda do Padre Saldanha e pago pelo povo da vila de São Sebastião*[173].

**Cálice.** Em prata. Com inscrição no rebordo do pé: HE DA CAP. DAS ALMAS. O pé do cálice é ainda gravado com brasão similar ao brasão no fecho da cúpula da capela do Sagrado Coração (absidíola do lado do Evangelho) referente à família Cacena, mas com diferença, entre as letras C e R. Paquife com elmo e por timbre o mesmo desenho zoomórfico do escudo.

*Figura 48 - Dois cálices em prata. Tânia Rebelo, 2017.*

[171] SOUSA, Dionísio, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.
[172] Merelim, *Idem*…. p. 399 afirma que está no batistério desde 1967.
[173] COSTA, Francisco, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.
[174] COSTA, Francisco, Entrevistado em 8 de Abril de 2017.

*Figura 49 - Inscrição do cálice da página anterior.*
*Tânia Rebelo, 2017.*

**Cálice**. Em prata, com pé e base do copo lavrados. Séc. XVIII-XIX? Sem marcas? (Fig. 48, à direita.)

**Naveta.** Em prata. Renascença (?) *encontrada durante as escavações do restauro*[174] de 1953-1957.

*Figura 50 - Naveta renascença (?).*
*Tânia Rebelo, 2017.*

## 12. Anexo – "CACENA"

Transcrição de artigo publicado na Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Universidade de Lisboa. http://www.catedra-alberto-benveniste.org/dic-italianos.asp?id=312 (consultado em 5 de Abril de 2017).

Imagem: Brasão "Cacena", no fecho da Capela do Sagrado Coração de Jesus, absidíola do Evangelho (Foto 38/AF, p. 72, Legenda n.º 4), Igreja Matriz de São Sebastião, Ilha Terceira, *in* DUARTE, Sérgio Avelar, "Pedras d'Armas e Armas Tumulares do Império Português", Tomo I – Açores, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2012, p. 5.

*Brasão de Lucca Cacena*

Luca Cacena, nascido numa família genovesa rica mas de origem popular, a qual se encontrava estabelecida na Península Ibérica desde o início do século XV, Lucas era filho de Bartolomeo Cacena e irmão de Francisco Cacena. Seria também irmão ou primo de André Cacena. Ele, Francisco e André Cacena integravam uma companhia comercial da qual Lucas era o sócio maioritário, tendo uma quota de três quartos.

Lucas chegou aos Açores, pelo menos, nos primeiros anos da década de 80 do século XV. Fixou-se em Angra do Heroísmo e tornou-se no maior mercador italiano da ilha Terceira. A rua onde residia acabou por adotar o seu nome, travessa de Lucas de Cacena (atualmente travessa das Minhas Terras). Em 1585, a travessa ainda mantinha aquele nome.

Em conjunto com Vicente Dias, Lucas participou de viagens de descoberta de territórios no Atlântico. Segundo o testemunho de D. Fernando Colombo, Vicente Dias teria avistado um novo território a Oeste quando navegava entre a costa da Guiné e a Terceira. Comunicou esse facto a Lucas e convenceu-o a armar um navio para ir até àquela nova ilha. Embora tenha solicitado a colaboração do irmão Francisco, Lucas não conseguiu convence-lo e acabou por partir apenas com Vicente Dias em busca do novo território, que os dois viajantes acabariam por não encontrar. Segundo Pierluigi Bragaglia, estas viagens teriam ocorrido num período entre 1486 e 1491. Certo é que teriam sido anteriores à viagem de Colombo. Por outro lado, permanece a dúvida se Cacena teria efetivamente participado nas viagens de Vicente Dias em demanda das "ilhas perdidas" ou se apenas as financiara.

Entretanto, Lucas construíra em Angra uma das mais prósperas casas comerciais dos Açores. Os seus negócios estendiam-se também às ilhas Graciosa, S. Jorge e Pico e ter-se-iam mesmo alargado até às Canárias. A comunicação entre os Açores e Sevilha era constante: era trocado pastel da Terceira por azeite da Andaluzia.

Além do comércio a grosso, Lucas também praticava o comércio a retalho. Nas suas casas, tinha uma loja, onde vendia objetos sumptuários.

Até ao ano da sua morte, Lucas e o irmão Francisco geriam o pastel da Terceira. O seu testamento refere que todo o pastel de 1538 pertencia à companhia da qual eles dois possuíam dois quintos, enquanto as restantes partes eram de Tommaso Spinola e Battista Grimaldo, genoveses estabelecidos em Toledo.

Mantendo contactos com os Corte-Reais, com os Merens e outras personagens da elite social da Terceira, Lucas gozava de um estatuto de fidalgo. A 22 de Julho de 1530, obteve carta de armas da nobreza. O seu brasão era um escudo em campo de ouro com uma meia-lua vermelha no topo, ao centro, e, em baixo, três faixas pretas; o elmo era de prata, aberto e guarnecido em ouro, com uma coroa de folhas em ouro, vermelho e preto e, por timbre, um meio leopardo de ouro com uma meia-lua vermelha no peito. Pela mesma altura, foi-lhe conferida uma carta de naturalização portuguesa e, no ano seguinte, ele aparecia já designado, na documentação, como "fidalgo da Casa Real". Lucas foi o único Cacena a obter um título nobiliárquico.

Em testamento, deixou ao irmão Francisco dois mil cruzados, ao irmão João cem cruzados, às filhas de André Cacena mil cruzados, ao irmão Pedro a mesma quantia e à irmã Ana de Cacena outros mil cruzados, os quais ela só viria a usufruir após o seu casamento, com Pero de Revoredo. Contemplou também alguns escravos e deixou quinhentos réis a cada confraria de Angra e outras quantias destinadas a obras de caridade. Tendo vinculado as suas herdades a uma capela, estipulou que deveria ser cantada uma missa diária em seu nome no convento de S. Francisco, onde o seu corpo seria sepultado. O seu filho Francisco, cuja mãe era Catarina Lourenço, com quem Lucas nunca chegara a casar-se, ficou como administrador único dessa capela e de toda a sua fazenda.

**Bibliografia deste texto:**

MORAIS DO ROSÁRIO, Genoveses na História de Portugal, Lisboa, [s.n.], 1977, p. 293.

BRAGAGLIA, Pierluigi, Os italianos nos Açores e na Madeira, das origens da colonização a 1583 (conquista espanhola da Terceira). Tese de Laurea em História Moderna na Universidade dos Estudos de Bologna – Faculdade de Ciências Políticas, Bolonha, 1992, exemplar policopiado, pp. 516-603.

BRAGAGLIA, Pierluigi, Lucas e os Cacenas. Mercadores e Navegadores de Génova na Terceira (Sécs. XV-XVI), Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais / Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1994.

PERAGALLO, Prospero, Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI, Genova, Stabilimento Tipografico Ved. Papini e Figli, 1907, pp. 48-52.

TUCCI, Ugo, "Cassana (Cazzana, Cazona), Luca", Dizionario Biografico degli Italiani, vol. 21, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1978, pp. 433-434.

## 13. Anexo Fotográfico

*AF 1 – Portal axial, (detalhe do colunelo do lado esquerdo).*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00504897.*

*AF 2 – Portal axial, (detalhe do localização do óculo original).*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00504926.*

*AF 3 – Fachada antes das obras do Séc. XX, alinhamento dos telhados e da fachada com a torre sineira. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00504981.*

*AF 4 – Altar de Nossa Senhora de Fátima, cujos pilares pertenceram ao altar-mor (eram as colunas torsas). Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00505114, Arquivo da Junta de Freguesia de São Sebastião.*

*AF 5 – Altar-mor, cujos pilares pertenceram à talha do altar (eram as colunas torsas).*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião*
*SIPA ref. 00505010, Arquivo da Junta de Freguesia de São Sebastião.*

*AF 6 – Altar-mor simples sem tribunas virado a nascente.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00504874.*

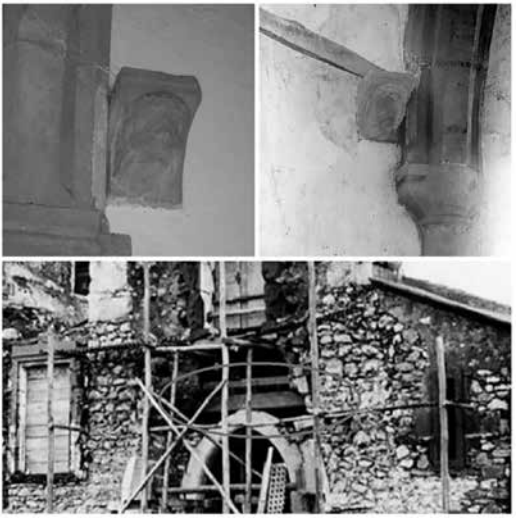
*AF 7 – Púlpito antes da remodelação. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00505078.*

*AF 8 – Já como mísula por debaixo do altar do Senhor dos passos. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. Tânia Rebelo, Abril 2017.*

*AF 9 – Pavimento em madeira sobrelevado de um degrau, junto à entrada da capela do Senhor dos Passos. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00505082.*

*AF 10 – Afeiçoamento da parede lateral da nave para albergar o conjunto de colunelos de acesso à absidíola, junto à entrada da capela do Santíssimo Sacramento. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. Tânia Rebelo, anotada, Abril 2017.*

*AF 11 – As quatro pias de água benta. As de cima na primeira coluna de cada lado do portal axial. As inferiores à entrada dos portais laterais. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. João Esquível, montagem Abril 2017.*



*AF 12 – Em cima as mísulas do coro alto. Em baixo a trave que nelas se apoiava.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*Acima Esq. João Esquível, Acima Dt.ª SIPA 00505091 e em baixo SIPA 00505016,*
*montagem anotada, Abril 2017.*

*AF 13 – Capela do Santíssimo Sacramento (antes, N.ª Sr.ª da Encarnação).*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*João Esquível, Abril 2017.*

*AF 14a – Exterior. Separação entre a Capela do Santíssimo e absidíola do lado da Epístola em 1960. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00505057.*

*AF 14b – Exterior. Separação entre a Capela do Santíssimo e absidíola do lado da Epístola em 2017. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. Tânia Rebelo, Abril 2017.*

*AF 15 – Capela do Santíssimo Sacramento (Epístola). Capiteis vegetalistas, artesoado, medalhões e brasão do fecho (não descodificado). Igreja de São Sebastião, São Sebastião. João Esquível, montagem, Abril 2017.*

*AF 16 – Altares laterais esquerdo (Evangelho) e direito (Epístola), que já não existem.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00504974 e 00505124. Montagem anotada, João Esquível, 2017.*

*AF 17 – Interior da Sacristia. (1) Armário de madeira brasileira,*
*(2) lavabo de cantaria e (3) teto de armação em masseira.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*1, 2 Tânia Rebelo, 3 João Esquível, montagem, 2017.*

*AF 18 – Detalhe da frontaria. Exterior da sacristia. Corpo da sacristia e capela do Santíssimo Sacramento. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. João Esquível, montagem, 2017.*

*AF 19 – Interior do batistério. Abóbada, arco de volta inteira na entrada e pia batismal. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. João Esquível, montagem, 2017.*

*AF 20 – Fachada com o janelão do Séc. XVIII e o realinhamento das abas do telhado das naves laterais em 1958. Note-se o cordão em rampa no cunhal da torre que alinhava com a antiga aba do telhado. Torre sineira 2017. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00504891 e João Esquível, montagem, 2017.*

*AF 21 – Acesso à torre sineira pelo interior, parede Norte. Danificação dos frescos.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*João Esquível, anotada, Abril 2017.*

*AF 22 – Acesso à torre sineira, séc. XIX, por volumetria exterior. Atual porta de acesso aos sinos.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00504984 e João Esquível, montagem, 2017.*

*AF 23 – Fresta horizontal do batistério, torre sineira.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00901011.*

*AF 24 – Teto de armação de perna e nível, estucado, de duas águas que cobria a totalidade da área das naves, com tirantes. Ausência de frestas por cima dos arcos.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00504977.*

*AF 25 – Provavelmente o órgão vendido a Santa Bárbara.*
*Igreja de Santa Bárbara, Santa Bárbara.*
*João Esquível, Maio 2017.*

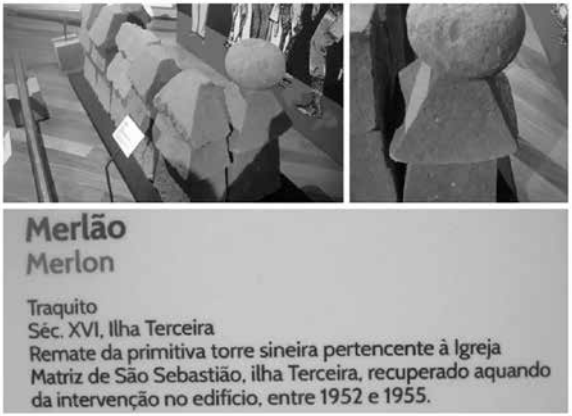
*AF 26 – Teto atual com armação de perna e fileira.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*João Esquível, Maio 2017.*

*AF 27 – Capela do Senhor dos Passos. Teto com armação em masseira, 2017.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*João Esquível, Maio 2017.*

*AF 28 – Trabalho de restauro dos frescos, 2007.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*Governo dos Açores, Junho 2007.*

*AF 29 – Pinturas barrocas na abóbada manuelina da abside da Epístola e arco de volta inteira de acesso à nave lateral, e no arco triunfal.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00504975 e 00504971. Montagem anotada, João Esquível, 2017.*

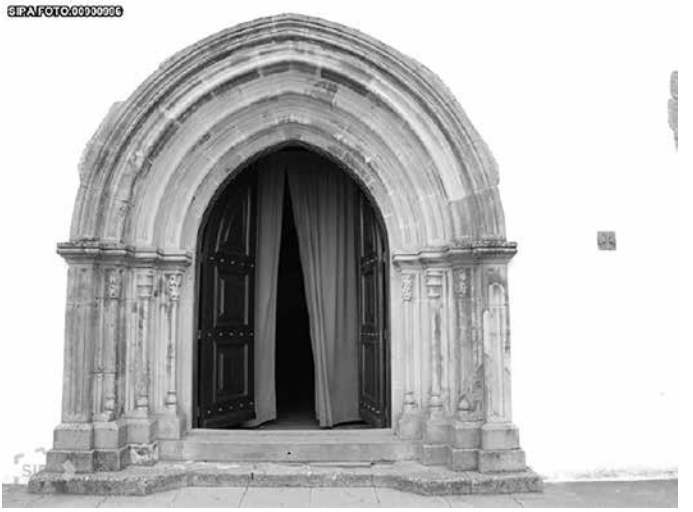
*AF 30 – Pinturas barrocas nos arcos e colunas.*
*Igreja de Nossa Senhora da Guia, Angra do Heroísmo.*
*João Esquível, Maio 2017.*



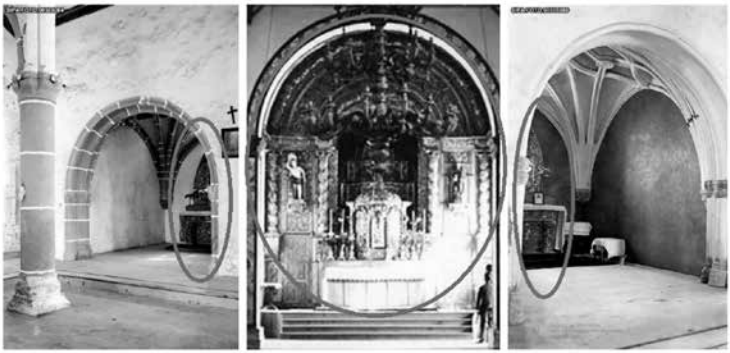

*AF 31 – Restos de merlões da primitiva torre sineira, com legenda.*
*Museu Militar, Angra do Heroísmo.*
*João Esquível, montagem, 2017.*

*AF 32 – (1) Merlões da torre sineira. (2) Restos da rosácea, ambos em N.ª Sr.ª da Guia.*
*(3) Fotografias do que foi encontrado na data do restauro.*
*(1) e (2) Nártex da Igreja de Nossa Senhora da Guia, Angra do Heroísmo.*
*(3) SIPA ref. 00504996 e 00504993, João Esquível, montagem, Maio 2017.*

*AF 33a – Depois de desmanchado o acesso exterior à sineira.*
*Fragmentos do portal medieval usados na montagem do cunhal nascente-sul da torre.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00505000. Anotada, João Esquível, 2017.*




*AF 33b – Portal Axial no qual se podem ver que peças são as originais*
*e as que foram aparelhadas para este portal no Séc. XX.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00900996.*

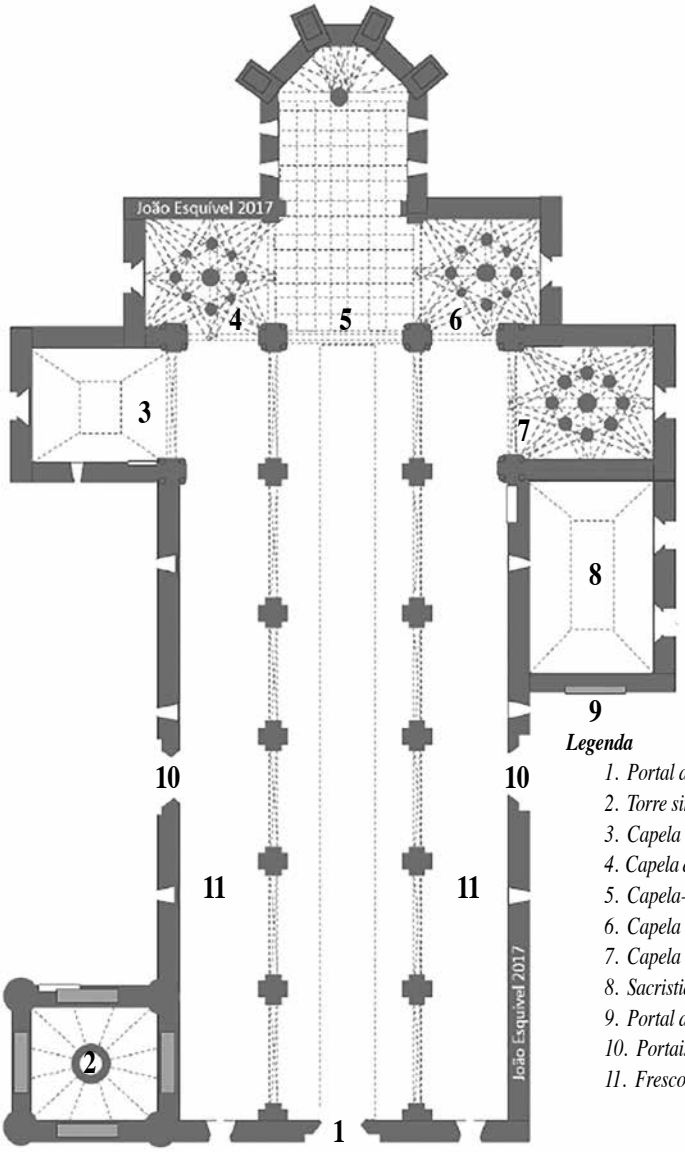


*AF 34 – Imagem central – O altar-mor com a decoração barroca e a primitiva imagem de São Sebastião do lado do Evangelho e agora, aparentemente, no Passal. Nos extremos da montagem, um pouco das talhas da capela do Santíssimo Sacramento, arrumadas no passal e depois incineradas. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00505084, 00504980 e 00505086. Montagem anotada, João Esquível, 2017.*

*AF 35 – Vista da parede Norte com os acrescentos, arrecadações e acesso à sineira. Nota: A existência do Império antes de mudar para o local onde se encontra atualmente. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00505060.*

*AF 36 – Parede Norte já sem os acrescentos, arrecadações e acesso à sineira.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*João Esquível, Maio 2017.*

*AF 37 – Portal Norte em madeira de castanho. Note-se a flor-de-lis.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00504915.*




***Legenda***

1. *Portal axial*
2. *Torre sineira e batistério*
3. *Capela do Senhor dos Passos.*
4. *Capela do Sagrado Coração de Jesus*
5. *Capela-mor*
6. *Capela de Nossa Senhora de Fátima*
7. *Capela do Santíssimo Sacramento*
8. *Sacristia*
9. *Portal da sacristia*
10. *Portais laterais*
11. *Frescos*

*AF 38 – Planta da Igreja com legenda.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*João Esquível, 2017.*

**14. Anexo Correspondência**

# PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO ESTILÍSTICA DA IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO, ILHA TERCEIRA

(Pela extrema curiosidade de datas e assuntos tratados.)

SIPA TXT-00908544

MATRIZ DE SÃO SEBASTIÃO
DIOCESE DE ANGRA
PONTA DELGADA-S. MIGUEL
AÇORES

Ao Ex.mo Sr. ARQ.º DIR.
MONUMENTOS NACIONAIS
Para informar e devolver.
Data 26/2/71
O Engenheiro Director Geral

Ponta Delgada, 23 de Fevereiro de 1971

Exmº. Senhor Director Geral
Direcçao Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
Lisboa

Exmº. Senhor

Fomos informados ha poucos dias apenas pelo Capataz das obras em curso nesta Igreja a cargo do Ministério das Obras Públicas sob a oritaçao técnica dessa Direcçao Geral que o anexo situado a nascente e sul da Igreja a seguir á sacristia está para ser demolido e que esse trabalho terá execuçao imediata.

Estavamos confiados numa próxima visita de V.Exª para em conjunto trocarmos impressoes sobre o desenvolvimento das obras em curso e outras que julgo de interesse para o conjunto das perspectivas em vista; mas dada a informaçao acima referida e a urgência posta na demoliçao, sirvo-me deste meio para pedir a V.Exª que sejam revistos os estudos quanto á possibilidade de se recuar a capela do Santissimo Sacramento dando-se-lhe mais amplitude tal como a que fica do lado oposto ao Altar-Mor, o que, evidentemente, ficará comprometido com a demoliçao do aludido anexo. Alem de mais, poupando-se o anexo à demoliçao, essa dependencia tornava-se bastante útil, permitindo colocar-se um armário de dimensoes suficientes para pendurar todos os paramentos como meio de lhes garantir maior e melhor conservação, em vez de os guardar nas gavetas dos mezoes das sacristias, como está a acontecer. Alem desta vantagem só por si muito importante, o anexo em questao é a zona mais seca do edificio e portanto a mais favoravel para guardar tecidos que nao ficam sujeitos ao bolor provocado pela humidade do clima como acontece nas dependencias menos soalheiras.

Peço a V.Exª. se digne mandar rever o plano das obra projectadas e estudar se possivel a utilizaçao do referido anexo, com vista, principalmente, a um melhor e mais equilibrado arranjo da capela do Santissimo Sacramento.

Confiado de que a minha sugestao mereça a atençao de V.Exª, apresento, com os meus respeitosos cumprimentos, os protestos da minha maior consideraçao,

A bem da Nação
Comissao Fabriqueira
O Presidente

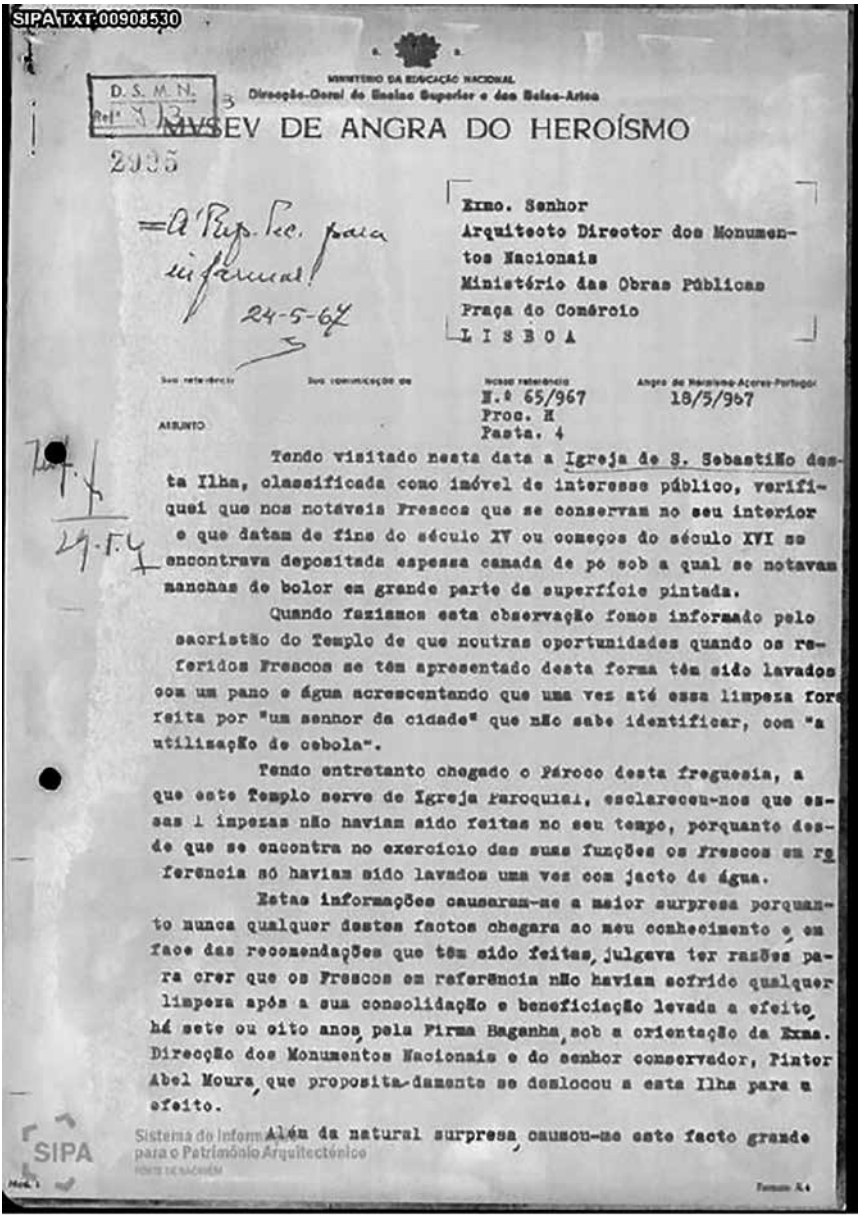
Pe Artur Botelho de Paiva

MONUMENTOS NACIONAIS
26 FEV 1971
ENTRADA
Nº 172 Fls. 47

ME-30

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

*AC 39 – Sobre a demolição da sacristia velha (1971) que tinha entrada pelo arco, hoje cego, da capela de Nossa Senhora de Fátima e de que até agora (2017) nada se sabia. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00908544.*



SIPA TXT 00908530

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

D. S. M. N.
Ref.ª 3 13

MVSEV DE ANGRA DO HEROÍSMO

2995

=A Rep. Sec. para informar!
24-5-67

Exmo. Senhor
Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais
Ministério das Obras Públicas
Praça do Comércio
L I S B O A

Sua referência | Sua comunicação de | Nossa referência | Angra do Heroísmo-Açores-Portugal
N.º 65/967 | 18/5/967
Proc. H
Pasta. 4

ASSUNTO

Tendo visitado nesta data a Igreja de S. Sebastião desta Ilha, classificada como imóvel de interesse público, verifiquei que nos notáveis Frescos que se conservam no seu interior e que datam de fins do século XV ou começos do século XVI se encontrava depositada espessa camada de pó sob a qual se notavam manchas de bolor em grande parte da superfície pintada.

Quando fazíamos esta observação fomos informado pelo sacristão do Templo de que noutras oportunidades quando os referidos Frescos se têm apresentado desta forma têm sido lavados com um pano e água acrescentando que uma vez até essa limpeza fora feita por "um senhor da cidade" que não sabe identificar, com "a utilização de cebola".

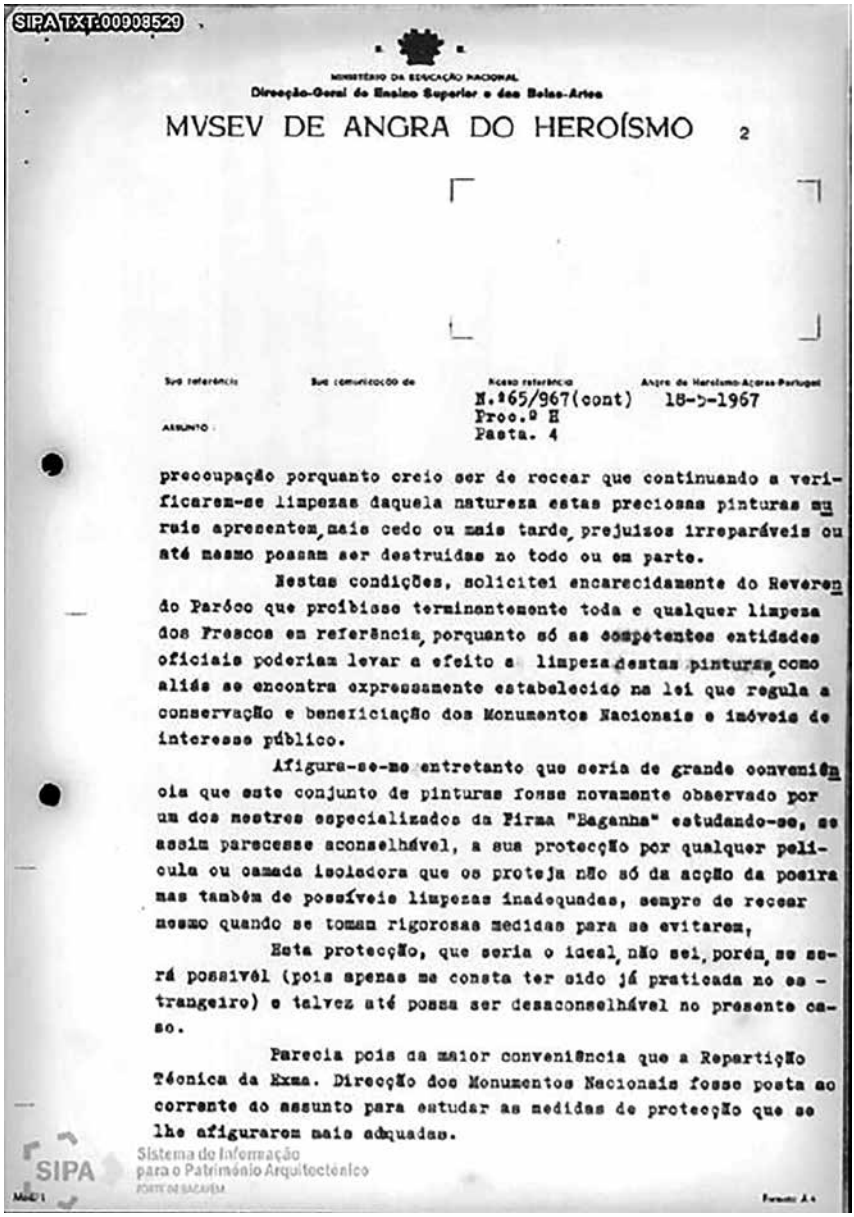
Tendo entretanto chegado o Pároco desta freguesia, a que este Templo serve de Igreja Paroquial, esclareceu-nos que essas limpezas não haviam sido feitas no seu tempo, porquanto desde que se encontra no exercício das suas funções os Frescos em referência só haviam sido lavados uma vez com jacto de água.

Estas informações causaram-me a maior surpresa porquanto nunca qualquer destes factos chegara ao meu conhecimento e, em face das recomendações que têm sido feitas, julgava ter razões para crer que os Frescos em referência não haviam sofrido qualquer limpeza após a sua consolidação e beneficiação levada a efeito, há sete ou oito anos, pela Firma Baganha, sob a orientação da Exma. Direcção dos Monumentos Nacionais e do senhor conservador, Pintor Abel Moura, que propositadamente se deslocou a esta Ilha para o efeito.

Além da natural surpresa, causou-me este facto grande

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

*AC 40a – Carta de Manuel Coelho Batista de Lima, (1967), sobre os danos aos frescos. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00908530.*



SIPA TXT.00908529

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

MVSEV DE ANGRA DO HEROÍSMO 2

Sua referência | Sua comunicação de | Nossa referência | Angra do Heroísmo-Açores-Portugal
N.º65/967(cont) 18-5-1967
Proc.º H
Pasta. 4

ASSUNTO:

preocupação porquanto creio ser de recear que continuando a verificarem-se limpezas daquela natureza estas preciosas pinturas mais apresentem, mais cedo ou mais tarde, prejuizos irreparáveis ou até mesmo possam ser destruidas no todo ou em parte.

Nestas condições, solicitei encarecidamente do Reverendo Paróco que proibisse terminantemente toda e qualquer limpeza dos Frescos em referência, porquanto só as competentes entidades oficiais poderiam levar a efeito a limpeza destas pinturas, como aliás se encontra expressamente estabelecido na lei que regula a conservação e beneficiação dos Monumentos Nacionais e imóveis de interesse público.

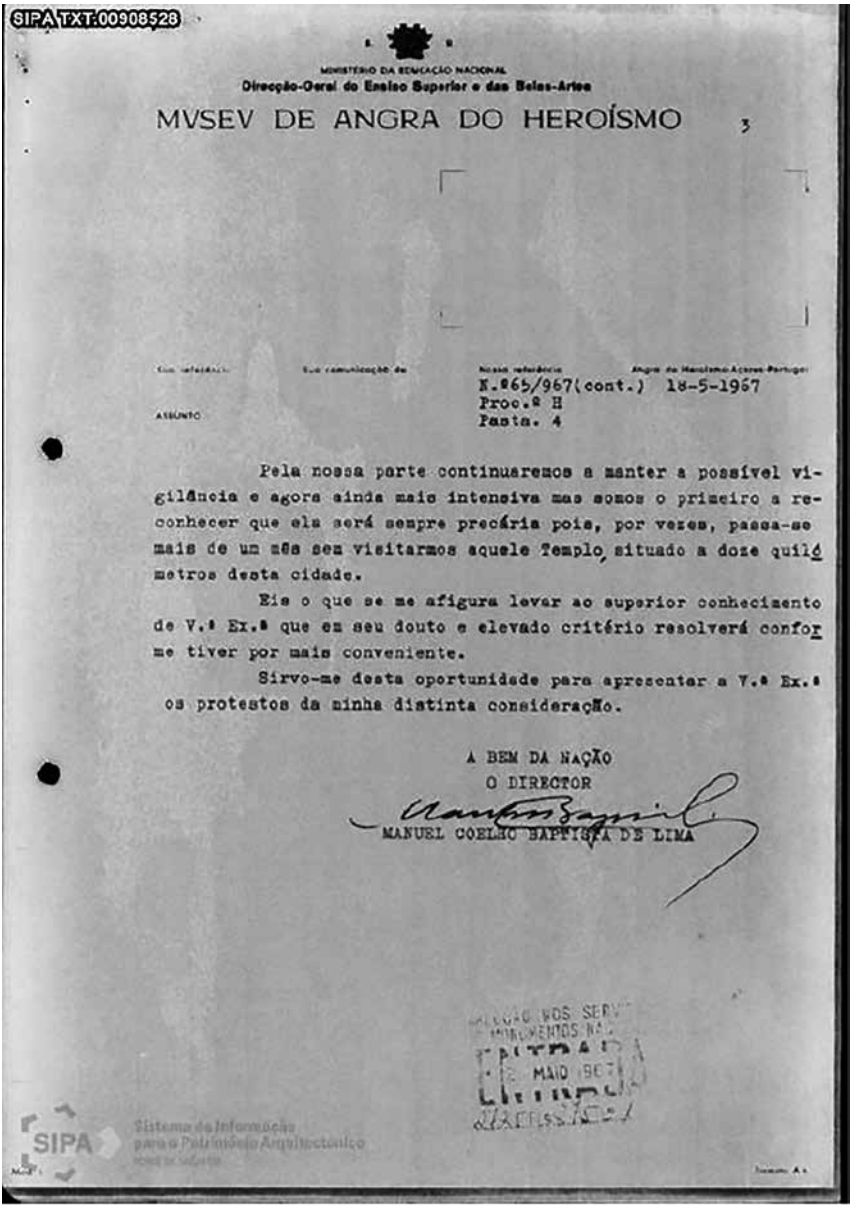
Afigura-se-me entretanto que seria de grande conveniência que este conjunto de pinturas fosse novamente observado por um dos mestres especializados da Firma "Baganha" estudando-se, se assim parecesse aconselhável, a sua protecção por qualquer pelicula ou camada isoladora que os proteja não só da acção da poeira mas também de possíveis limpezas inadequadas, sempre de recear mesmo quando se tomam rigorosas medidas para se evitarem.

Esta protecção, que seria o ideal, não sei, porém, se será possivel (pois apenas me consta ter sido já praticada no estrangeiro) e talvez até possa ser desaconselhável no presente caso.

Parecia pois da maior conveniência que a Repartição Técnica da Exma. Direcção dos Monumentos Nacionais fosse posta ao corrente do assunto para estudar as medidas de protecção que se lhe afigurarem mais adequadas.

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico PORTUGAL

*AC 40b – Carta de Manuel Coelho Batista de Lima, (1967), sobre os danos aos frescos. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00908529.*



SIPA TXT:00908528

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

MVSEV DE ANGRA DO HEROÍSMO

Sua referência: Sua comunicação de: Nossa referência: N.º65/967(cont.) Proc.º H Pasta. 4 18-5-1967 Angra do Heroísmo-Açores-Portugal

ASSUNTO

Pela nossa parte continuaremos a manter a possível vigilância e agora ainda mais intensiva mas somos o primeiro a reconhecer que ela será sempre precária pois, por vezes, passa-se mais de um mês sem visitarmos aquele templo, situado a doze quilómetros desta cidade.

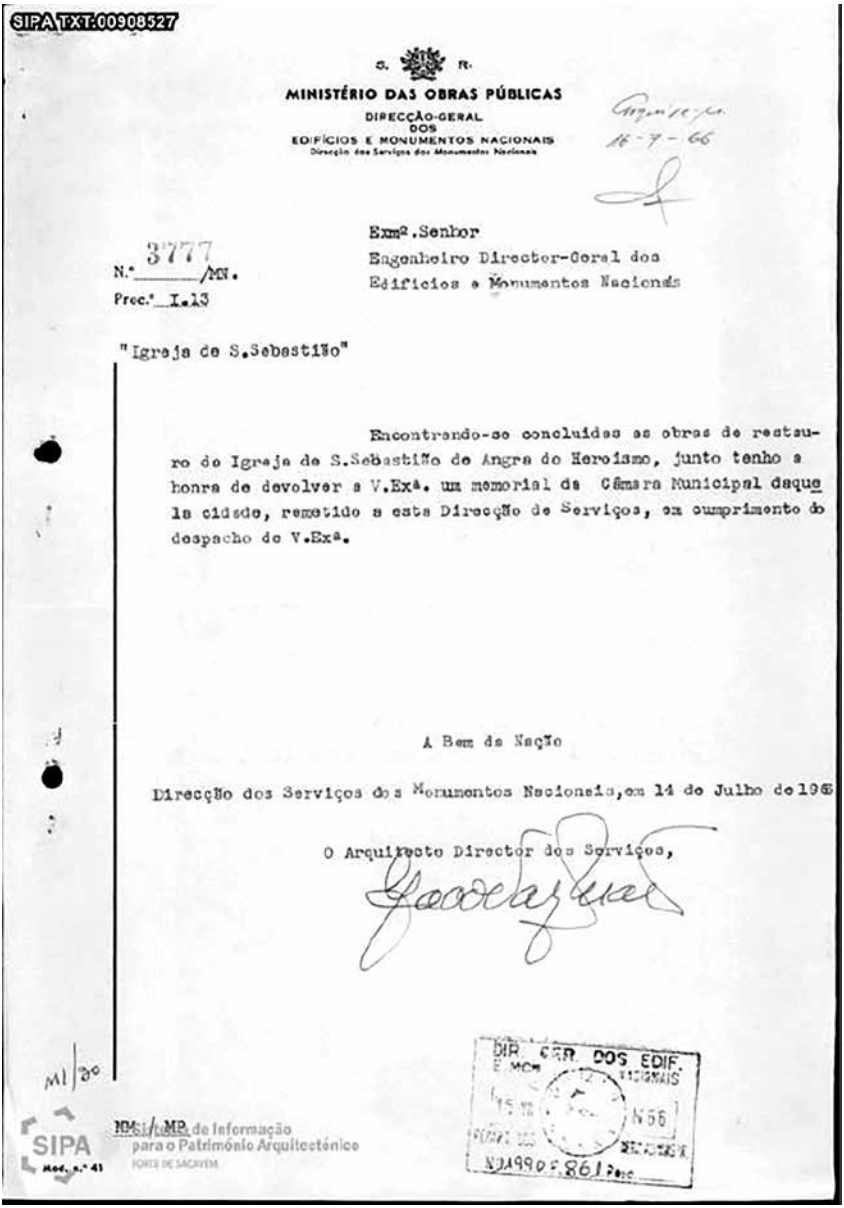
Eis o que se me afigura levar ao superior conhecimento de V.ª Ex.ª que em seu douto e elevado critério resolverá conforme tiver por mais conveniente.

Sirvo-me desta oportunidade para apresentar a V.ª Ex.ª os protestos da minha distinta consideração.

A BEM DA NAÇÃO
O DIRECTOR
MANUEL COELHO BAPTISTA DE LIMA

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

*AC 40c – Carta de Manuel Coelho Batista de Lima, (1967), sobre os danos aos frescos. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00908528.*



SIPA TXT.00908527

S. R.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais

16-7-66

Exmº.Senhor
Engenheiro Director-Geral dos
Edifícios e Monumentos Nacionais

N.º 3777/MN.
Proc.º I.13

"Igreja de S.Sebastião"

Encontrando-se concluidas as obras de restauro da Igreja de S.Sebastião de Angra do Heroismo, junto tenho a honra de devolver a V.Exª. um memorial da Câmara Municipal daquela cidade, remetido a esta Direcção de Serviços, em cumprimento do despacho de V.Exª.

A Bem da Nação

Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 14 de Julho de 1966

O Arquitecto Director dos Serviços,

DIR. GER. DOS EDIF. E MON. NACIONAIS
N 66
N 1990 F. 861 Proc.

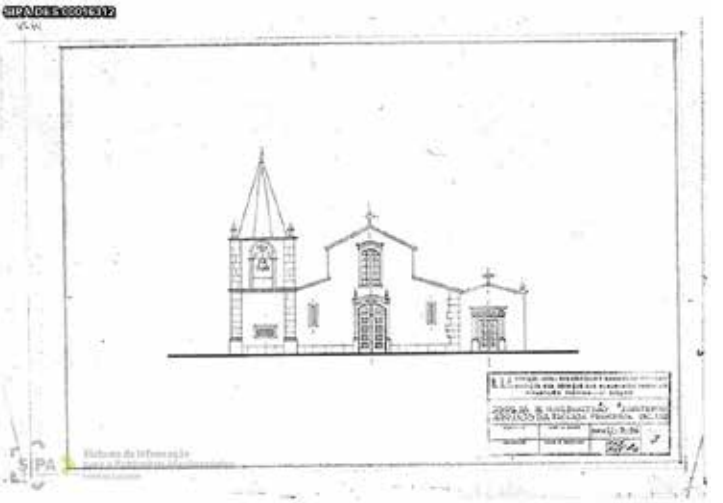
M1/30

NM/MP

SIPA Mod. n.º 41

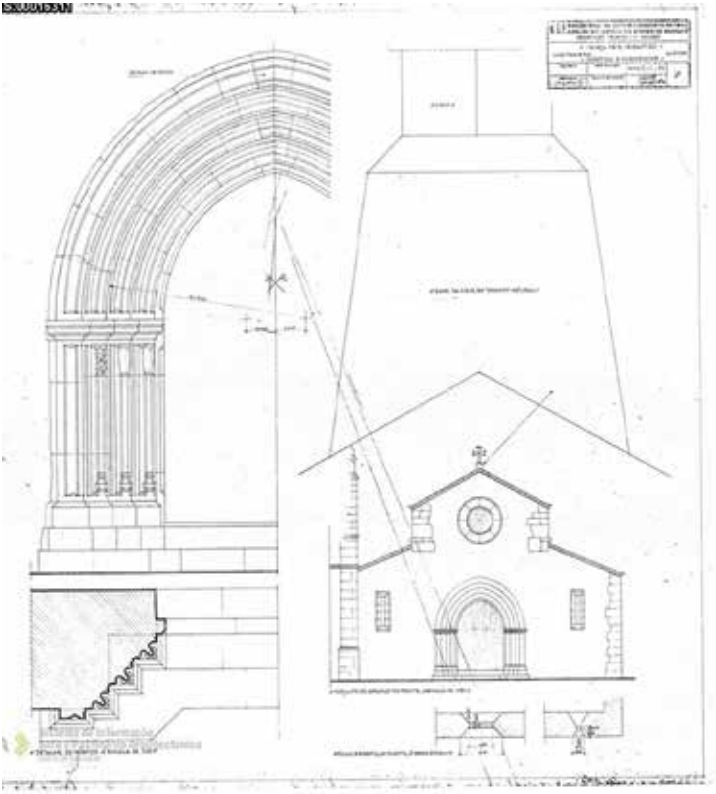
Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

*AC 41 – Carta do diretor de serviços, (1966), a notificar o termo das obras de restauro. Igreja de São Sebastião, São Sebastião. SIPA ref. 00908527.*

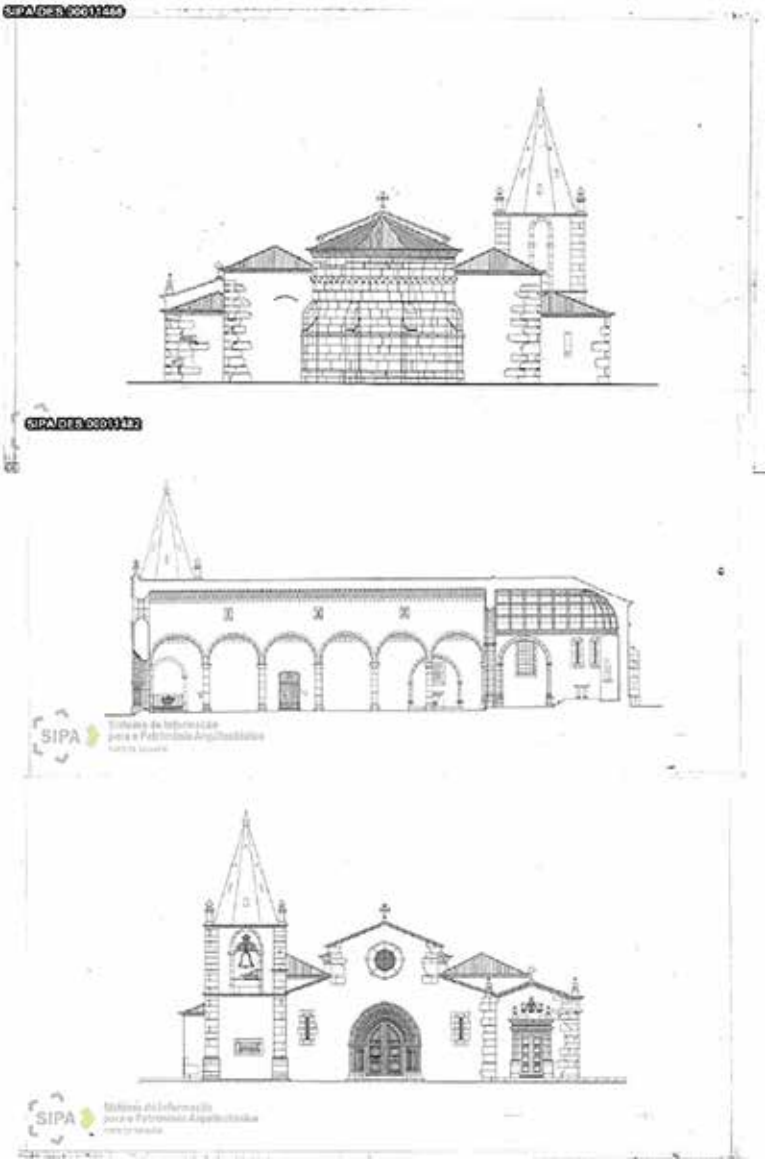


*AC 42 – Projeto alternativo para restauro datado de 1954. Não aceite.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00016312.*

*AC 43 – Plano de demolições e reconstruções (paredes a branco). Sobreviveu a sineira.*
*Nota: Consegue ver-se a localização dos altares laterais agora inexistentes e o acesso à sineira.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00016317.*



*AC 44 – Plano final do portal axial e fachada alterada incorporando a torre sineira. Aceite!*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref. 00016311.*




*AC 45 – Três perspetivas do projeto aprovado e que acabaram concluídos.*
*Igreja de São Sebastião, São Sebastião.*
*SIPA ref.00011466, 00011479 e 00011480.*

# UM POSSÍVEL COLUMBÁRIO FÚNEBRE NA RIBEIRA DOS BISPOS, NOS AÇORES

Félix Rodrigues*
Mário Jorge Costa**

## Introdução

De acordo com Bosworth (1905), os povos que os gregos designaram por fenícios, foram excelentes navegadores e empreendedores e exploraram ilhas e promontórios, rios e baías um pouco por todo o mundo conhecido, desde a costa de Malabar na Índia às lagoas do Báltico. Tais povos de navegantes e comerciantes, também segundo os gregos, saíram de Tiro e Sídon levando as suas mercadorias até pontos distintos do Extremo Oriente, usando para tal uma ciência considerada por alguns como sendo muito rudimentar, mas há que admitir, que na verdade quanto maiores fossem os contactos com outras culturas, maiores seriam as artes e conhecimentos práticos que tais povos poderiam adquirir. Se é verdade que tais povos chegaram tão longe como se admite, e que todo e qualquer ser humano tem capacidade para aprender, então também será verdade que estes povos eram possuidores de um conhecimento de ponta na sua época e que nenhuma outra civilização o possuía ou detinha.

Foram também estes povos, ditos de fenícios, que num período anterior a todos os registos históricos contemporâneos introduziram os primeiros caracteres escritos e que originaram praticamente todos os alfabetos do mundo ocidental, levando a um desenvolvimento intelectual, cultural e artístico sem precedentes.

Vem isto a propósito das afirmações categóricas e infundadas daqueles que dizem que nenhum povo da antiguidade possuía o conhecimento técnico, cultural ou científico, capaz de navegar no Atlântico. É difícil conceber que um povo que é capaz de navegar desde o

* Doutorado em Ciências do Ambiente pela Universidade dos Açores onde é Professor. Sócio efetivo do IHIT.
** Investigador Independente, Ponta Delgada.

Mediterrâneo, ao Báltico, às costas da Índia ou até mesmo ao Golfo da Guiné, como é referido ter sido conseguido por Hanão (Hanno ou Hannon, Cartago, c. 500 a.C. —?440 a.C.), almirante cartaginês que empreendeu na primeira metade do século V a.C. uma viagem de colonização e exploração à costa atlântica da África, atingindo, pelo menos, a zona equatorial africana (Merlin, 1944), que não pudesse chegar mais longe em mar aberto, quando as correntes marítimas atlânticas empurram navegadores pelo mar fora, mesmo quando estes não o pretendiam. De nada serve uma opinião contra a natureza das coisas, porque a natureza das coisas é sempre muito mais forte do que toda e qualquer opinião.

Tanto os estudos oceanográficos como os estudos paleoclimáticos, ou tão só os estudos das correntes marinhas dos mares do mundo (ver Juliano & Alves, 2007) provam que é possível ir de um ponto a qualquer outro ponto do planeta, por mar, e com muito pouco, mas nem sempre sem tragédia. A tragédia está quase sempre associada ao mau tempo e por isso mesmo é muito mais fácil navegar em determinados períodos do ano do que noutros, mesmo na atualidade, quando possuímos um conjunto vasto de tecnologias de ponta para a navegação. Mesmo nos dias de hoje temos embarcações fortes e fracas que se afundam no Atlântico e outras, que se salvam miraculosamente, cheias de migrantes, como por exemplo no Mediterrâneo.

Nos últimos 11 000 anos de facto houve algumas alterações na corrente dos Açores e na corrente do Atlântico Norte que se traduziu numa pequena deslocação mais para sul (Schiebel, *et al*, 2002), favorecendo nessa altura mais do que nos dias de hoje, a navegabilidade à latitude do Mediterrâneo.

Se se entender que a navegação no Atlântico em tempos ancestrais só poderia acontecer por mero acaso, o atual estudo da NOAA com barquinhos abandonados em diversos pontos do globo, que segue as suas trajetórias com um GPS, mostra que também por mero acaso esses barquinhos podem deslocar-se por si só em poucos meses da Europa para a América e da América para a Europa, passando frequentemente pelos Açores (ver NOAA, 2016).

Passando por cima do dogma da "não navegabilidade no Atlântico" em períodos arcaicos e voltando à navegação antiga, Bosworth (1905) afirma que foram os fenícios que nos ensinaram a navegar com a ajuda da Estrela Polar, quando a navegação grega ainda usava a imprecisa Ursa Maior. Diz também esse autor, terem sido os fenícios que contornaram pela primeira vez o Cabo da Boa Esperança, 2000 anos antes do Vasco da Gama, porque os seus navios chegaram às suas praias nativas trazendo com eles madeira de sândalo de Malabar, especiarias da Arábia, linho fino do Egito e plumas de avestruz do Saara. Do Chipre trouxeram cobre, do Elba, ferro, na costa do Mar Negro fabricaram aço, de Espanha trouxeram prata, da Nigéria, trouxeram ouro, da Sicília, estanho, e do Báltico, âmbar.

Se efetivamente os fenícios navegaram pelos locais mencionados pelos antigos gregos, para regressarem da Índia ao Mediterrâneo teriam que ter uma trajetória semelhante à que Vasco da Gama descobriu e provavelmente no retorno passariam pelos Açores.

Foi a ausência de vento e o excesso de "calma" que fez Vasco da Gama avançar em direção ao Cabo da Boa Esperança. Em vez de se manter junto à costa africana, onde teria de se defrontar com as zonas de calmaria e a corrente da Guiné, Vasco da Gama afastou-se para o Atlântico a partir das ilhas de Cabo Verde. De acordo com relatos, os

marinheiros portugueses estiveram três meses sem avistar terra, muito mais do que Colombo na sua viagem que o levou à descoberta da América, que esteve apenas trinta e três dias sem ver terra.

Voltando à possibilidade de navegação arcaica no Atlântico, Axel Mörner & Lind, (2015) afirmam que seria muito difícil na antiguidade efetuar navegações regulares entre o Mediterrâneo e o Báltico, apenas pela rede fluvial, como é defendido na atualidade, e capazes de justificar a enorme quantidade de âmbar comercializado no neolítico ou no período "fenício" nas regiões do Mediterrâneo, pois a rede de ligações fluviais era complexa, com difíceis ligações entre rios, pelo que seria claramente mais fácil, fazer essa ligação regular por mar. Para tal seriam necessárias embarcações maiores e mais robustas do que aquelas que seriam necessárias para navegações fluviais. Afirmam ainda esses autores que na Idade do Bronze apenas se sabe de três culturas no mundo ocidental com conhecimentos e capacidades de navegação no Atlântico e também capazes de efetuar tais viagens: Os micênicos os minoicos e os fenícios.

Estudando a arte rupestre da Escandinávia, especialmente os petróglifos de barcos, praticamente todos desenhados em torno de 1750 a.C., Axel Mörner & Lind (2015) sugerem que houve uma navegação intensa no Mediterrâneo nesse período, onde muitos barcos cruzaram o Estreito de Gibraltar e deslocaram-se para norte, provavelmente através da Costa Atlântica.

Curiosamente, há uma grande semelhança entre os petróglifos de navios encontrados nas costas do Báltico e alguns dos descobertos, desenhados em rochas, na ilha Terceira (Rodrigues, 2015b).

Não podemos de forma alguma confundir história, que é escrita, com pré-história que também se escreve com outras linguagens como a genética, a física ou a química (Kenneally, 2015). Advogar o conhecimento histórico para justificar o conhecimento pré-histórico é um erro conceptual e claramente anticientífico.

A opinião de qualquer autodenominado especialista ou socialmente designado por especialista vale tanto como a opinião de um qualquer anónimo indivíduo, se este especialista ou pessoa considerada especialista nunca tiver estado em contacto com um problema idêntico ou com uma realidade idêntica. Não há especialistas sem haver experiência em fenómenos iguais. Não pode haver um especialista sobre um fruto exótico encontrado por uma pessoa na floresta Amazónica, se tal especialista nunca na sua vida se deparou com tal fruto.

Ligando isso à temática que se tem vindo a tratar, há sim questões que podem ser levantadas acerca da navegabilidade no Atlântico e que carecem de uma atenção particular e de procurar dar-lhes resposta pelo método científico. Um especialista em cerâmica não pode querer dar opiniões pouco fundamentadas sobre correntes oceânicas se nunca esteve em contacto com nenhuma delas nem estudou nenhuma delas, mas um especialista em oceanografia física pode de facto dizer que uma determinada cerâmica não é dali, porque de acordo com a sua vivência naquele espaço, nunca encontrou nada igual. Um oceanógrafo físico já esteve forçosamente em contacto direto com cerâmicas, porque elas são usadas por praticamente toda a gente em todo o mundo e são facilmente reconhecidas, mas não facilmente datáveis. Desde que não se deturpe o método científico, porque ele

é património imaterial da humanidade, toda e qualquer pessoa deve fazer raciocínios lógicos com ele. Cabe aos académicos ou especialistas em ciência verificar se os dados foram bem recolhidos e se uma hipótese que tenha sido levantada se adequa às observações. Perante a ausência de prova absoluta da ocorrência de um determinado facto, porque a verdade absoluta não existe, outras hipóteses podem ser levantadas e testadas, e afirmar-se-á, até prova em contrário, a hipótese explicativa mais coerente e que mais factos explica de modo coeso, mesmo que essa explicação seja incompleta. Não se pode confundir a incompletude de uma teoria com teorias ilógicas.

**A hipótese da navegação Atlântica pelos fenícios**

Falar de navegação fenícia no Atlântico é falar também dos Açores e das suas lendas.

Para admitir a possibilidade da passagem de fenícios pelos Açores basta talvez só falar com especialistas, ou seja, com aqueles que construíram uma réplica de um barco fenício (Phoenicia's) e se fizeram ao mar procedendo do mesmo modo que os gregos afirmaram que os fenícios navegaram. Essa equipa sim, tem experiência em navegação fenícia (ver Schinas, 2011).

Na figura 1 apresenta-se uma imagem da Phoenicia's inglês, extraída de Schinas (2011), captada ao largo da ilha das Flores no Arquipélago dos Açores.

Figura 1- Réplica de barco fenício (Phoenicia's) a passar junto à ilha das Flores durante a experiência recente de circum-navegação a África (extraída de Schinas, 2011).

O coordenador desse projeto de investigação de circum-navegação de África com um barco fenício (Philip Beale) afirma que tal atividade é prova de que era possível na antiguidade os barcos fenícios circum-navegarem o continente africano e atingir a Índia (Schinas, 2011).

Nessa experiência, o Phoenicia passou a norte da ilha de Santa Helena e encaminhou-se para os Açores, levando nessa viagem cerca de 80 dias. O Phoenicia passou nas Flores e Corvo e ao sair da Horta, com destino ao Mediterrâneo, o navio partiu para o norte, apanhando "boleia" do anticiclone dos Açores (Schinas, 2011).

O que se acaba de expor não permite concluir que fenícios estiveram nos Açores ou que viveram nos Açores, mas permite claramente afirmar que o contrário não pode ser garantido. Nenhuma teoria que se tente construir para explicar uma estrutura ou um achado arqueológico de qualquer natureza que possa apontar nesse sentido, não pode pura e simplesmente assumir que o que diz Ernesto do Canto, reportado por Carreiro da Costa em (1989) que "…as dificuldades de navegação sem terra à vista não permitiriam a navegação em períodos anteriores ao século XV".

Como se pode perceber, a discussão em torno da descoberta dos Açores e da existência de pessoas nestas ilhas antes da chegada dos portugueses não é uma discussão recente e quer queiramos ou não, não se evaporará se houver fundamentos mínimos que não sejam negados pela ciência positivista ou pelo pensamento racional. O empirismo ou o que os anglo-saxónicos designam por "felling" pode enganar a mente durante algum tempo, mas mais cedo ou mais tarde, desmancha-se. Por vezes até parece que as leituras dos documentos históricos ou dos testemunhos do passado são propositadamente deturpados para se fazer valer um ponto de vista.

Acerca da navegação arcaica no Atlântico é comum ouvirem-se referências à lenda da Estátua Equestre do Corvo, como sendo referida por Gaspar Frutuoso no século XVI nas Saudades da Terra, em vez de Damião de Gois, na Crónica do Príncipe Dom João de 1567. O autor que faz referência pela primeira vez a essa estátua antiga do Corvo, fica muito claro, no livro VI de Gaspar Frutuoso, que é Damião de Gois, quando o cronista que viveu nos Açores afirma que "E deste vulto dizem os da terra outras coisas, muitas sem fundamento, como no princípio tenho contado, mas o mais certo é, segundo já disse, o que diz o docto e curioso cronista Damião de Goes deste ilhéu, que os mareantes chamam ilha do Marco, porque com ela (por ter uma serra alta) se demarcam, quando vêm demandar qualquer das outras, e que no cume desta serra, da parte do noroeste, ou no poio desta rocha (como dizem os da terra), se achou a estátua de pedra, posta sobre uma lagem, que era em cima de um cavalo em osso um homem vestido com um bedém, sem barrete, com uma mão na coma do cavalo e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo index, com que apontava contra o ponente; e, porque já desta imagem disse as opiniões diversas que havia e o que poderia apontar com o que dela se fez (sic), não direi mais ao presente, senão que é antigualha mui notável.". Com esta passagem não só Gaspar Frutuoso afirma que o que lhe dizem na ilha em termos empíricos não faz sentido, como mostra respeito pelo cronista Damião de Góis, transcrevendo quase por completo a descrição que esse cronista faz da estátua, mas não menciona que Góis também refere que existiu uma tentativa de levar a estátua para o continente e que uma tempestade deu cabo dela.

Mesmo tendo existido na ilha do Corvo, a hipotética estátua a que se refere Damião de Góis, com a informação que nos chega nos dias de hoje, mesmo que replicada de modo diferente por muitos autores, não é possível afirmar que tal estátua é de facto antiga ou fenícia, por isso, tal relato nunca se constituirá prova de qualquer presença pré-portuguesa

nos Açores. Por outro lado se aceitarmos que tal estátua é pré-portuguesa, é inverosímil que tanto Damião de Góis como Gaspar Frutuoso pudessem datar algo construído pelo menos dezanove séculos antes deles. Apesar desse distanciamento cronológico enorme entre o tempo de Gaspar Frutuoso e a cultura púnica, esse intelectual não se coíbe de fazer uma referência a essa cultura no livro III de Saudades da Terra: "E conta o capitão António Galvão que Francisco de Sousa Tavares lhe dissera que, no ano de mil e quinhentos e vinte e oito, o Infante D. Fernando lhe amostrara um mapa, que se achara no cartório de Alcobaça, que havia de cento e vinte anos que era feito e tinha toda a navegação da Índia com o Cabo de Boa Esperança, como os de agora, o qual mapa-mundi cuido que devia ser o que trouxe o Infante D. Pedro. E, sendo assim, isto já em tempo passado era tanto, como agora, ou mais descoberto; e de crer é que deste mapa se ajudaria também muito o Infante D. Henrique para o descobrimento destas ilhas dos Açores, de que falamos. E pode ser que a notícia que delas dariam os fenicianos, que alguns dizem ser os venezianos, que atrás disse, tão antiga as faria por arrumar e pintar nos mapas que já daquele tempo antigo para cá se fizeram e imprimiram, porque não é de crer que tão graves Príncipes se movessem, sem mais notícia, a descobrimentos tão duvidosos, trabalhosos e tão custosos.".

Mais uma vez, mesmo fazendo prova da existência de mapas antigos com ilhas no Atlântico, como aquelas que constam do Atlas Catalão de 1375, isso não prova qualquer presença fenícia nos Açores, mas cimenta cada vez mais uma hipótese e fundamenta cada vez mais uma teoria. Tal teoria tem algum interesse? Claro que sim, pois permite enquadrar não só o que se vai encontrando nas ilhas, valorizando esses achados, como também nos ajuda a tornar-nos detentores de um pedaço da história da humanidade.

Se por exemplo tivéssemos lido com atenção o que diziam os nossos maiores cronistas, talvez não tivéssemos desvalorizado e perdido as valiosas moedas cartaginesas e cirenaicas encontradas no Corvo em 1749. A primeira publicação de carácter científico referindo essas moedas deve-se a Johann Frans Podolyn, um numismata sueco que publicou desenhos das moedas no "Göteborgske Wetenskap og Witterhets Samlingar (1778, vol. I, p. 106) numa notícia intitulada "Algumas anotações sobre as viagens dos antigos, derivadas de várias moedas cartaginesas e cirenaicas que foram encontradas em 1749 numa das ilhas dos Açores". Podolyn afirma que essas moedas, com exceção das de ouro, não são raras, sendo apenas notável o "sítio onde foram encontradas", já que não se conhece notícia da presença de cartagineses nos Açores, embora seja possível ligar essa presença à famosa estátua equestre e à inscrição que teriam sido encontradas no Corvo à época do povoamento.

Defender-se a hipótese de que as moedas fenícias do Corvo fariam parte da coleção particular de um numismata corvino, até se pode fazê-lo, mas pensar-se que essa é a explicação mais provável é no mínimo ridículo quando se junta informação dispersa. Por outro lado, há quem entenda que basta dizer que o artigo de Podolyn é antigo, ou que não tem qualquer credibilidade, para que possa simplesmente desaparecer e como tal não constituir prova de que as moedas existiram. Isso é equivalente a negar-se tudo o que foi escrito por todos aqueles que já não estão vivos. No fundo equivale-se a negar um princípio fundamental da construção da história científica: a necessidade de documentação escrita. Só podemos aceitar que as moedas Cirenaicas e Cartaginesas do Corvo existem, mesmo desconhecendo o seu paradeiro.

O barão de Humboldt conhecido geógrafo, naturalista e explorador alemão, tinha uma forte formação científica na sua época, possuindo trabalhos de etnografia, antropologia, física, geografia, geologia, mineralogia, botânica, vulcanologia e humanidades, tendo também lançado na altura as bases de ciências como a Geografia, Geologia, Climatologia e Oceanografia.

Humboldt publica em 1881 o "Examen Critique de la Geographie du Nouveau Monde" onde refere os escritos do abade de Masdion em Saintonge, cosmógrafo do rei Henrique III, André Thevet, que terá passado pela ilha de São Miguel entre 1500 e 1575, e onde diz ter visto uma gruta perto do mar com estátuas de cobras e com algumas letras hebraicas (ver Carreiro da Costa, 1989). Humboldt dá a entender que aceita a tese de Thevet de que "…o povo hebreu habitou não somente a Judeia, mas todo este grande universo…". Acrescenta ainda ter ele próprio visto na ilha de São Miguel monumentos funerários hebraicos, e que alguns deles, teriam sido convertidos em habitações trogloditas.

Essa explicação para aquilo que Humboldt diz ter visto em São Miguel irritou Ernesto do Canto, como se percebe pelos argumentos que usa para o contradizer (ver Carreiro da Costa, (1989):

a) Ernesto do Canto afirma que Gaspar Frutuoso nunca falou de tais achados, lembrando que o cronista viveu largos anos em São Miguel e era contemporâneo de Thevet.
   Usou a falácia da autoridade chamando ao debate a experiência do defunto Gaspar Frutuoso (*argumentum ad verecundiam*), para criticar a hipótese de Humboldt e não acrescentou, talvez maliciosamente, que o próprio Gaspar Frutuoso colocou a hipótese de aqui terem estado ou passado "fenicianos".
b) Explica como ocorreu o povoamento de São Miguel e questiona a razão pela qual Thevet não assinalou devidamente a gruta de que fala?
   Aqui Ernesto do Canto usa a falácia do "estilo sem substância" para criticar Humboldt, mas tem razão quando questiona a falta de provas palpáveis.
c) Descreve como se processaram os primeiros trabalhos agrícolas na ilha e advoga que os habitantes não tinham tempo para procurar grutas perto do mar, numa tentativa de desfazer a hipótese de Humboldt.
   Ernesto do Canto volta à falácia do "estilo sem substância" ou de "fugir ao assunto", entendendo que desse modo está a contradizer logicamente as hipóteses de Thevet e Humboldt.
d) Afirma ainda que a dimensão das pedras que Thevet refere existirem nessa construção de São Miguel são tão grandes que era impossível obtê-las na ilha ou serem transportadas por "pequenas caravelas".
   Compreende-se a perplexidade de Ernesto do Canto perante o que lhe é descrito, uma vez que o conhecimento das culturas arcaicas, especialmente de megalitismo era, à sua época, praticamente nenhum, e certamente Thevet, pela mesma razão, mesmo que estivesse completamente certo naquilo que descreveu, não lhe saberia responder, mas provavelmente Humboldt seria capaz de lhe dizer pelo menos, dado os conhecimentos que tinha de geologia e vulcanismo, que

pedras tão grandes como aquelas que Thevet descreve, encontram-se em grande quantidade na própria ilha de São Miguel.

e) Era impossível navegar no Atlântico antes do século XV, sem terra à vista.
Este é pelos vistos um argumento usado desde o século XIX, pelo menos por Ernesto do Canto, para negar uma presença pré-portuguesa nas ilhas, e que tenta manter-se ainda nalguns quadrantes da sociedade, em plenos séculos XX e XXI, desacreditando o conhecimento oceanográfico adquirido, que curiosamente, tem as suas bases assentes nos trabalhos de Humboldt.
Acresce também que, na opinião do Tenente-coronel José Agostinho, "…não é nada provável que navios tivessem sido arrastados pelos ventos das costas ocidentais de África para os Açores…" (Agostinho, 1946). De facto tem que se concordar com José Agostinho, porque este autor coloca a questão em termos de probabilidades. Essa trajetória direta, em tempos arcaicos é de facto pouco provável. O mesmo não se poderá dizer das observações de Cunha da Silveira, (1963-1964) que pegando nas palavras do Tenente Coronel José Agostinho sobre ventos, extrapola-as para "É igualmente muito improvável que embarcações com o calado e características daquela época pudessem ter vencido a distância que as separava do Arquipélago e a braveza do mar em tais paragens.". Tal afirmação poderia ser válida para viagens que se pudessem realizar no inverno. E no verão, quando o Atlântico tem mar-chão?
A ciência moderna já desmontou todos estes mitos, pelo que não vale a pena perder tempo a escalpelizá-los.

f) Por último, e para contrariar a hipótese de Humboldt, Ernesto do Canto recorre ao *Argumentum ad hominem*, dizendo que Brunet, no seu "*Manuel de Libraire*" acusa Thevet de mentiroso e considera que a sua obra cosmográfica não tem valor.

Humboldt na sua hipótese não nega a possibilidade de que, por efeito da força dos ventos que chega a vencer a das correntes marítimas, navios fenícios ou cartagineses tenham chegado aos Açores. Lança essa hipótese para um determinado período cronológico, quando tenta explicar o aparecimento de moedas cartaginesas no Corvo. Diz o autor que foram provavelmente os árabes ou os normandos, que visitarem o Arquipélago, na Idade Média, e que poderiam ter levado as moedas das costas da Sicília e de Tunes, onde é de admitir tivessem sido encontradas, embora lhe pareça muito estranho que só essas moedas e não outras, contemporâneas deles, tenham sido abandonadas no Corvo.

Como se pode perceber do exposto anteriormente, a discussão de uma presença pré-portuguesa nos Açores não é nova (veja-se por exemplo o trabalho de Martins, 2015) e muito menos nova é a hipótese de que tenham sido marinheiros fenícios que por aqui andaram. Essa temática voltou a ser levantada por Ribeiro *et al*., (2010) quando afirmam ter observado estruturas semelhantes a túmulos fenícios tanto na ilha do Corvo como na ilha Terceira.

As hipóteses de Ribeiro *et al*., (2010) levaram a uma guerra aberta entre arqueólogos, com falácias de todo o tipo, sem que os que os contradiziam sentissem necessidade de confirmar as observações dos primeiros. O método científico necessita claramente

de observações palpáveis. Quando as eliminamos do processo, o que podemos estar a construir, será uma imagem virtual de uma hipotética realidade.

Essa hipótese da presença pré-portuguesa nos Açores, mas já não centrada na cultura fenícia, mas sim numa cultura arcaica e num povoamento anterior ao dos portugueses volta a reacender-se com os trabalhos de Rodrigues, (2013); Pimenta *et al.,* (2013); Rodrigues, (2015a); Rodrigues *et al*., (2015) e Ribeiro *et al.,* (2017), entre outros. Nesses trabalhos prova-se o arcaísmo das soluções técnicas utilizadas em algumas construções e desmistificam-se os seus significados. Data-se pela primeira vez (Rodrigues *et al*., 2015) uma pia, esculpida num afloramento vulcânico da ilha Terceira como tendo sido construída em período anterior à chegada dos portugueses (com uma idade de pelo menos 950 anos).

Estudos como o de Rull *et al*., (2017) também vieram provar a existência de uma comunidade instalada na Lagoa das Sete Cidades, na ilha de São Miguel, em período anterior ao povoamento português dessa ilha. É extremamente difícil a partir deste momento argumentar-se contra a realidade física e biológica com hipóteses que não tenham observações que nelas se encaixem. Por outro lado, mesmo havendo relatos antigos que possam contradizer os dados físicos e biológicos são estes últimos que se afirmam cientificamente relativamente aos primeiros, porque, como é sabido, um relato é uma descrição subjetiva de uma realidade, enquanto as análises são objetivas apesar de se admitir que possam de facto conter erros analíticos. Para contradizê-las há que voltar a analisar e provar que, analiticamente, foram produzidos erros.

Não vale a pena continuar a insistir-se que as relheiras da "Passagem das Bestas" resultaram da passagem sucessiva de carros de bois que transportavam lenha para Angra no início do povoamento, quando não há um único dado que comprove tal teoria. Já Martins (2015) mencionava a perplexidade de Darwin e Ferreira Drummond sobre tais estruturas e enfatizava a hipótese por eles levantada, de tais "marcas" serem anteriores ao povoamento português. Recentemente, e em fase de publicação em revista especializada, Rodrigues *et al*., (2018) datam tais relheiras, quer através das cinzas vulcânicas que as cobriram quer recorrendo ao carbono 14 de um placic que se formou sobre elas (amostra Beta-460931 : PLACICRELHEIRAS, Miami) concluindo que têm no mínimo 1000 anos.

## As estruturas funerárias fenícias

Bosworth (1905) descreve as estruturas funerárias fenícias encontradas em Cartago pelos romanos, no período das guerras púnicas, como "câmaras sepulcrais com dimensões entre 12 e 15 pés (entre cerca de três metros e meio e quatro metros e meio), contendo cerca de 10 nichos ou *columbaria* (daí o nome de columbário para estruturas com nichos que se assemelham a ninhos de pombos), esculpidos no interior de formações calcárias e constituindo-se recetáculos para os mortos".

Clerkin, (2013), estuda algumas estruturas mortuárias fenícias escavadas na antiga Cartago para tentar descrever os antigos cultos que lhe estariam associados. Centra a sua atenção num mini-columbário, provavelmente familiar, do cemitério de Yasmina, datado como tendo sido construído entre o século II e século II antes de Cristo. Afirma o autor que os

columbários fenícios diferem bastante dos columbários romanos, porque estes últimos têm as cúpulas normalmente em abóbada. No entanto, Romanelli (1970) afirma que os columbários de Roma, pouco tem a ver com os do Norte da África se tivermos em conta columbários clássicos romanos como o *Monumentum Liviae*. Esse autor sugere que alguns túmulos com câmara do período romano, existentes no norte da África, tanto os situados acima do solo como os subterrâneos têm algumas características comuns com os columbários fenícios.

O mini-columbário fenício que Clerkin (2013) descreve, no cemitério de Yasmina, na antiga Cartago, e que está rodeado de construções funerárias romanas, é uma pequena estrutura com paredes de arenito e calcário, estucadas, tendo no seu interior oito nichos para urnas crematórias. A entrada do columbário está orientada para norte.

No mini-columbário de Yasmina, os pequenos nichos estão dispostos em linha, e certamente as urnas seriam colocadas dentro deles e presas com gesso. Os muros exteriores não apresentam quaisquer evidências de que neles tenha havido inscrições (Clerlin, 2013). Esse autor ainda refere que se encontraram evidências que uma porta de madeira tenha sido utilizada para fechar o túmulo. A estrutura apresenta fraturas que o autor atribui a possível atividade sísmica ou então a movimentos do terreno no local.

Numa tentativa de enquadrar cronologicamente ou tipologicamente o columbário fenício de Yasmina, Clerlin (2013), refere que os nichos dos columbários fenícios eram tipicamente retangulares ou arqueados. Um único nicho geralmente continha duas urnas, por vezes uma única urna e, muito raramente três urnas.

De acordo com Borbonus citado por Clerlin, (2013), o número de nichos num columbário dispunham-se seguidos, numa fila contendo entre um e dez nichos. A disposição dos nichos alinhados é geralmente visto como um fator decisivo para distinguir um túmulo ou columbário de um pombal.

Por outro lado, as fileiras de nichos de um columbário que correspondem a cremações individuais têm de ser facilmente detetadas pelos indivíduos que participavam nessas cerimónias fúnebres. Esse tipo de arranjo permitia que um espetador conseguisse identificar facilmente um nicho de entre muitos. Esse tipo de arranjo espacial promove a "solidariedade espacial" dentro do columbário dando um sentido de "contiguidade" entre unidades, mas separando nichos por fronteiras "frágeis" que podem também separar classes sociais (Clerlin, 2013).

Nos vários trabalhos referidos por Clerlin (2013), vários autores consideram que o "columbário" ganha essa designação a partir dos seus indicadores tipológicos e dos elementos interiores que contém, especialmente os nichos de sepultamento. Também são referidos outros trabalhos onde os autores consideram ser importante a dimensão do columbário, o número e a forma de disposição dos nichos, a sua localização, se abaixo se acima do solo, a data da sua construção, o estatuto do sepultado e as formas de administração desse espaço.

Podemos afirmar com relativa certeza que tanto fenícios como romanos possuíam práticas fúnebres próximas que se traduziam na construção de monumentos fúnebres que se designam por columbários.

Voltando à hipotética presença de fenícios nos Açores, será que o que Humboldt refere existir na ilha de São Miguel, como sendo monumentos funerários hebraicos con-

vertidos em habitações trogloditas poderiam ser estruturas semelhantes a columbários fenícios e romanos? Teria Humboldt em 1881, conhecimentos técnicos suficientes para distinguir um hipotético pombal de um hipotético columbário? Teria nessa data Humboldt, explorador, visto no Mediterrâneo, túmulos fenícios ou hebraicos e por isso os compara com as habitações trogloditas de São Miguel?

Neste trabalho exploraremos as características de uma construção incaracterística encontrada na Ribeira dos Bispos, na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, no concelho da Povoação, ilha de São Miguel.

## A estrutura com nichos da Ribeira dos Bispos

Em finais do ano passado (2017), Mário Jorge Costa, coautor deste artigo, sinalizou uma estrutura escavada num enorme bloco de pedra, na Ribeira dos Bispos, freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, concelho da Povoação na ilha de São Miguel, após a abertura de um trilho pedestre na sua proximidade, como sendo um hipotético túmulo fenício. Tal hipótese parece ter provocado desconforto em alguns arqueólogos que ao visitarem o local logo se apressaram a colocar outras hipóteses interpretativas, justificadas por argumentos ou factos não observáveis. Neste artigo pretende-se aprofundar essa hipótese de columbário tendo em conta a bibliografia especializada da área, a tipologia da construção e os elementos sinalizados na estrutura, dando-lhe um possível enquadramento histórico em coerência com o conhecimento arqueológico produzido nas últimas décadas.

Na figura 2, percebe-se que uma enorme rocha traquítica, consolidada, foi escavada no seu interior para dar origem a dois compartimentos, cada um deles com uma entrada própria. A rocha parece ter sido arredondada para aparentar uma forma esférica.

Figura 2- Estrutura hipogeica escavada numa falésia da Ribeira dos Bispos, São Miguel (fotografia de Pedro Damião Ponte, 2017).

As formas geométricas das portas são distintas e os pisos de cada um dos compartimentos ou câmaras estão desnivelados. Há claros indícios de que tanto num passado mais longínquo, como num passado mais recente que essas entradas tenham sido tapadas com portas de madeira. Tal facto não é incomum em columbários, tal como refere Clerlin (2013), no entanto há ainda alguns pregos industriais presos no exterior que indiciam ter existido no local portas de madeira recentes. Tais pregos pouco ou nada têm a ver com a arquitetura da estrutura ou com a sua funcionalidade, estarão certamente relacionados com reutilizações, também elas difíceis de prever.

As perguntas fundamentais que aqui se colocam são as questões básicas de qualquer investigação: O que é? Para que serve ou serviu? Ou, quem construiu essa estrutura?

Percebe-se apenas, quando se entra em qualquer um dos compartimentos ou câmaras, que a divisão interna ou parede que as separa, não tem exatamente esse objetivo, ou seja, o de separar uma câmara da outra, pois essa fronteira é desadequada na medida em que dois orifícios ou nichos fazem a comunicação entre ambas.

As portas orientam-se para Norte -Nordeste e na superfície exterior da estrutura existe um conjunto vasto de marcas ou orifícios difíceis de explicar.

Não há qualquer dúvida que toda a estrutura foi construída de raiz, encontrando-se em todo o seu interior as marcas das ferramentas que a esculpiram.

A câmara do lado direito tem, alinhados, junto ao solo, um conjunto de dez nichos, com a parte superior arqueada (ver figura 3).

Na câmara da esquerda, quando estamos voltados para a estrutura, encontramos quatro nichos de dimensões muito superiores aos da direita, também eles alinhados junto ao solo e de face quadrangular, implantados na parede do fundo (ver figura 4).

Figura 3- Câmara da direita com dez nichos arqueados na parte superior, alinhados junto ao solo.

Figura 4- Nichos de face quadrangular, alinhados na parede do fundo da câmara da esquerda.

A primeira hipótese explicativa para esta estrutura, levantada por populares e apoiada por um conjunto de pelo menos quatro arqueólogos que visitaram o lugar, é de que se trata de uma estrutura destinada à criação de aves: de um lado criavam-se pombos, daí os nichos serem mais pequenos, e do outro, com quatro nichos maiores, criavam-se galinhas. Repare-se que tal hipótese não pode ser considerada uma conclusão e para que seja aceite, ter-se-á que encontrar pelo menos uma estrutura semelhante que tenha sido construída e utilizada para o mesmo fim. Por outro lado, essa hipótese interpretativa centra-se apenas no facto de existirem nichos que possuem algumas semelhanças com aqueles que de facto se encontram nos pombais, especialmente os de face quadrada, mas que não se encontram em galinheiros. No entanto esses nichos de face quadrada são grandes de mais para pombos, e os pequenos com a parte superior arqueada, são pequenos de mais para essas mesmas aves. Talvez seja por isso que tenha havido a necessidade de considerar-se nessa hipótese que estaríamos em presença de um pombal e de um galinheiro. Nos dez nichos do lado direito, não há espaço para os pombos acasalarem ou até mesmo para que um só pombo aí se introduzisse, pois em média medem entre 29 cm e 37 cm. Seria difícil um pombo reproduzir-se em tal espaço e em tais nichos, pois como se sabe esta é uma espécie monogâmica e se o casal não acedesse ao ninho, seria difícil nidificar.

Tal como afirma Clerlin (2013), a melhor forma de distinguir um pombal de um columbário ou estrutura fúnebre é olhar para a disposição dos nichos e ocupação dos espaços. Num pombal não há necessidade de alinhar os nichos e o espaço é amplamente utilizado de modo a conter o maior número de nichos possível. Diz ainda esse autor que o número de nichos num columbário "…dispunham-se seguidos, numa fila contendo entre um e dez nichos". É exatamente o que se encontra na estrutura da Ribeira dos Bispos tanto em número de nichos, alinhamento dos mesmos e utilização dos espaços das câmaras. Se estivéssemos na presença de um pombal, haveria nesse local um claro desperdício de espaço e de esforço.

Acerca dessa confusão entre estruturas, Clerlin (2013) diz que é descrito desde a antiguidade que os pombais, edifícios construídos para abrigar pombos ou pombas (*columbae*) tem nichos arredondados, feitos para que cada casal [de pombos] fique posicionado em filas próximas, e o número dessas fileiras deve ser o maior possível, do chão até o teto. ". Nesse contexto de criação de aves, o termo "*columbarium*" refere-se a um nicho para pombas (em pares) encaixados nas paredes internas de uma estrutura construída especificamente para o efeito, podendo nalguns casos, aparecerem nichos de nidificação no exterior da estrutura.

Se atentarmos à tipologia de estruturas que se acaba de referir, é por demais claro que nos nichos da câmara direita da estrutura da Ribeira dos Bispos, não cabe um casal de pombos, e por outro lado, não há aproveitamento do espaço do solo até ao teto. Assim, a hipótese explicativa de que essa estrutura é um misto de galinheiro com pombal, não faz qualquer sentido e terá que ser rejeitada até prova em contrário.

As semelhanças entre os nichos da direita desta estrutura e os nichos do columbário de Henchir El Kantara – Menix, na ilha de Djerba, no sudeste da Tunísia, são enormes (ver figura 5).

Akkari-Weriemmi, (2004) afirma que pela sua morfologia estrutural interna, baseada na presença de nichos com sendo a sua principal componente, o edifício praticamente demolido de Henchir El Kantara corresponde a um túmulo coletivo associado a incineração e classificado inequivocamente e sem hesitação como semelhante aos túmulos coletivos romanos. Apesar da certeza com que a autora aparenta ter quanto à cronologia do columbário de Henchir El Kantara, em Djerba, esta afirma ainda, de modo contraditório, que o columbário de Dar Al Ghoula ou de Henchir El Kantara não possui elementos adequados para a sua datação. A cronologia que a autora atribui a esse monumento funerário prende-se com a sua semelhança com os columbários romanos e com o facto de na ilha as estruturas fúnebres arcaicas que se encontram serem de origem romana.

Figura 5- Nichos do Columbário de Henchir El Kantara, na ilha de Djerba, Tunísia (Imagem extraída de Akkari-Weriemmi, (2004)).

Como se acabou de descrever, os elementos mais característicos dos columbários fúnebres são os seus nichos, colocados em fileiras nas paredes internas das estruturas e correspondem sempre a estruturas coletivas.

Apesar dos nichos do hipotético columbário da Ribeira dos Bispos serem inequivocamente semelhantes a nichos de columbários púnico-romanos, ainda existe outra característica ou particularidade dessa estrutura que tem que ser acentuada: as câmaras comunicam entre si por dois orifícios/nichos na parede divisória.

Clerlin (2013) refere que nos columbários familiares podem aparecer câmaras separadas, onde uma delas é destinada a um grupo de indivíduos que, não tinha relações de parentesco legalmente reconhecidas com quem era proprietário da estrutura, normalmente aristocratas. Esses proprietários por vezes permitiam uma associação de câmaras onde ocorria o sepultamento dos seus escravos. Por outro lado, essa prática passou a ser tão comum que tais arranjos funerários foram transferidos para a lógica de construção de columbários não familiares. Tal conclusão resulta do facto de, alguns columbários conterem pessoas enterradas juntas sem qualquer relacionamento claro ou parentesco. Como refere Nielsen, citado por Clerlin (2013), nem todos os columbários pertenciam a famílias aristocráticas ou colegiais: alguns eram propriedades privadas, e os "nichos" podiam ser vendidos e comprados livremente.

O arranjo espacial no interior das câmaras do hipotético columbário da Ribeira dos Bispos promove aquilo a que Clerlin, (2013) designa de "solidariedade espacial" por se tentar dar uma ideia de "contiguidade" entre unidades, mas separando tipos de nichos por fronteiras "frágeis" que podem também separar classes sociais. O facto de existirem em câmaras diferentes nichos de dimensões diferentes dá uma ideia de hierarquia a esse espaço, onde os nichos maiores e em menor número parecem ser os mais importantes. Por outro lado, o sentido de "contiguidade entre unidades" é dado, nas estruturas da Ribeira dos Bispos, pela existência de duas entradas distintas que acedem a um mesmo espaço que está interligado (ver figura 6).

Figura 6- Orifícios de ligação e possível altar na estrutura da Ribeira dos Bispos (Fotografia de Ricardo Moreira).

Apesar dos altares não serem característicos dos columbários, alguns autores como Roller, (2006) mencionam a sua existência em Roma, associados a columbários Etruscos ou Romanos. Também é referida a existência de altares nas estruturas hipogeicas fenícias de Malta (ver Sagona 2013), cujas tipologias se assemelham um pouco ao hipotético columbário que aqui se descreve. Por outro lado, a cavidade que se encontra por debaixo da pedra paralelepipédica esculpida na parede aparenta-se com um túmulo para a deposição de um corpo não cremado. Essas combinações podem parecer estranhas, mas são de facto as combinações que se observam nessa estrutura, podendo alguns dos pormenores iniciais terem sido alterados ao longo dos últimos tempos.

Se a mistura de estilos de nichos parece pouco provável para que a estrutura da Ribeira dos Bispos possa ser considerada um hipotético columbário, então basta considerar o caso do columbário de Bordj el Ain na Tunísia, referido por Clerlin, (2013), que possui doze nichos: sete com a parte superior em forma de arco e cinco com face retangular.

Assumir-se que a estrutura tipo columbário da Ribeira dos Bispos foi construída em simultâneo com os moinhos que aí se localizam, para guardar ferramentas ou até mesmo ter outra qualquer utilidade, não é uma hipótese credível face aos paralelismos que anteriormente se estabeleceram com estruturas arcaicas do Mediterrâneo.

De acordo com Martins, (2007) é na segunda metade de oitocentos, e nas duas primeiras décadas do século XX, que as rodas hidráulicas tiveram um papel inovador nas iniciativas industriais que se desenvolveram em espaços rurais dos Açores em geral, e na Ribeira dos Bispos em particular. Martins (2007) aponta a construção dos moinhos da Ribeira dos Bispos como estando em torno de 1854. É pouco verosímil que no século XIX se tenha feito tão grande esforço para a criação de aves, num espaço como a Ribeira dos Bispos, quando o conhecimento sobre criação desse tipo de animais era bastante desenvolvido no país e na região. Por outro lado, ao hipotético columbário da Ribeira dos Bispos não se acede diretamente desde os moinhos que aí estão construídos pelo que se torna outra vez improvável que tal casa de arrumos ou "galinheiro" tivesse utilidade prática.

Observando atentamente o local de instalação da estrutura da Ribeira dos Bispos, verifica-se ter existido aí um grande cataclismo associado muito provavelmente a um grande evento sísmico, pois uma grande rocha da barreira fraturou-se, na qual se encontram claros vestígios de trabalho humano, da mesma natureza daquele que encontramos no interior da estrutura em análise (ver figura 7).

Figura 7- Enorme bloco traquítico que se desprendeu da mesma massa rochosa que constitui o hipotético columbário da Ribeira dos Bispos.

Considerando as dimensões do bloco (aproximadamente 30 metros cúbicos), a sua posição relativa e o afastamento da rocha da mesma natureza da qual ele se desprendeu, o fator mais provável que desencadeou essa separação terá sido um grande sismo.

O grande sismo mais próximo de nós que poderia ter produzido tal rompimento de rochas seria o de 1848 que afetou essencialmente o noroeste da ilha de São Miguel. Mesmo tendo sido tal sismo o responsável pelo desprendimento do bloco, tal evento teria ocorrido antes da construção dos moinhos da Ribeira dos Bispos, o que torna improvável a hipótese de que a estrutura seja contemporânea dos moinhos. Por outro lado, os traços da erosão provocada pela chuva nessa rocha são muito acentuados, indiciando que tal evento tenha ocorrido há vários séculos pelo menos.

As marcas de ferramenta observadas nessa rocha são em tudo idênticas às que encontramos no interior das estruturas e algumas zonas contém o que parecem ser nichos destruídos, pelo que se pode afiançar que se trata da mesma tecnologia e do mesmo tipo de ferramentas (ver pormenor da figura 8) e que a estrutura em apreço era maior e mais complexa do que é na atualidade.

Figura 8- Parte de bloco que se desprendeu da arriba
e que parece contar parte destruída de um nicho.

Não só o desmoronamento de rochas no local, como o facto de a estrutura ter sido maior do que é na atualidade, derruba qualquer teoria que tenta explicá-la como tendo sido planeada para arrumos ou criação de aves. Não se põe em causa que tal estrutura possa ter sido reutilizada ao longo dos tempos, o que não faz sentido é explicar a sua arquitetura e o enorme esforço que foi necessário fazer para a construir, com hipóteses banais e desadequadas.

Há na sua fachada alguns pormenores desconcertantes e enigmáticos, nomeadamente orifícios cilíndricos (ver figura 9) bem como algumas marcas que se assemelham a inscrições muito erodidas. Unindo os orifícios cilíndricos que se encontram na "fachada" da estrutura, com linhas imaginárias, obtém-se uma forma aparentada com a da Ursa Maior, que seria claramente vista desse local, uma vez que a estrutura se orienta para norte. Se de facto tais orifícios representassem a constelação da Ursa Maior, teria uma estrela a mais do que a habitual representação dessa constelação em forma de carreta (tal como Camões a designava), no entanto, se acrescentássemos a estrela Arcturus que anda sempre próxima da constelação da Ursa Maior, estrela essa conhecida como "a Guarda" da Ursa Maior, a disposição das oito estrelas seria próxima do desenho que encontramos. Isso poderá ser uma mera coincidência, mas esta interpretação poderá ajudar a datar a estrutura, caso tal hipótese se verifique estar correta.

O que parece óbvio e objetivo é que, tais orifícios não tendo qualquer funcionalidade atribuída ou conhecida, poderão ser remetidos para a área do simbólico.

Entre as duas portas parecem existir inscrições com símbolos que não são claramente letras conhecidas, mas que também não são claramente marcas de ferramentas (ver

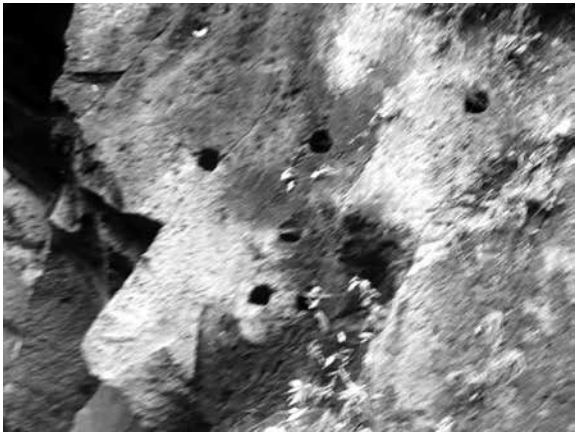


Figura 9- Disposição de seis dos oito orifícios circulares encontrados na "fachada" da estrutura em análise, localizados à esquerda da porta esquerda.

figura 10). Dada a erosão observada na "fachada" da estrutura, tais símbolos terão que ser estudados com luz tangencial ou então com luz com vários comprimentos de onda de modo a perceber-se as formas ou contornos que têm.

Um dos símbolos da lateral esquerda da estrutura ainda está bem visível e corresponde inequivocamente a uma cruz que possui no primeiro quadrante um orifício cilíndrico cujo diâmetro é substancialmente menor do que aqueles que compõem a hipotética Ursa Maior (ver figura 11).

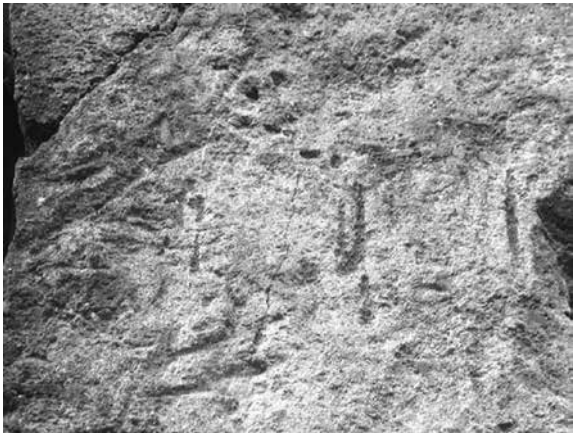


Figura 10- Hipotética inscrição entre as portas da estrutura em análise.

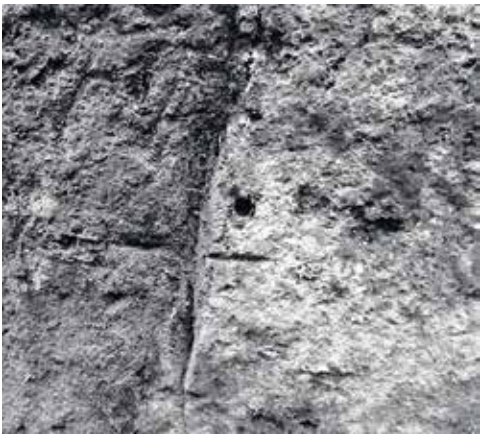


Figura 11- Cruz e círculo inscrito na "fachada" da estrutura em análise.

Não discutiremos aqui demoradamente a antiguidade dos símbolos ou os seus hipotéticos significados, apenas se pode garantir que existem indícios fortes de que haja simbologia desconhecida associada a esta estrutura. Relativamente ao símbolo da cruz, perfeitamente reconhecido, existe muita especulação que lhe está associada, mesmo no período pré-histórico, onde se tenta relacioná-lo com a simbologia astronómica ou cosmológica ou com os pontos cardeais, ou até mesmo com a unidade de um eixo vertical, *mundi*, ou um pólo celeste com o mundo horizontal (Liumgman, 1991).

Na Idade do Bronze Europeia, o símbolo da cruz parece ter um significado religioso, talvez como um símbolo de consagração, especialmente relativo ao sepultamento (Liumgman, 1991) e estava ligado ao culto de Astarte na cultura fenícia e cartaginesa.

Para tentar esclarecer usos da estrutura em análise, recolheu-se e analisou-se uma amostra de uma substância esbranquiçada, recolhida num dos nichos grandes do interior da estrutura, e verificou-se que esta era constituída por carbonato de cálcio e óxido de cálcio, ou seja, continha essencialmente cal. A cal desde muito cedo que aparece em contextos funerários, mas também poderá aparecer em contextos modernos e não forçosamente fúnebres. Os carbonatos presentes na amostra poderiam ser produzidos por micro-organismos, que formam biofilmes, especialmente cianobactérias e algas, pelo que a amostra foi observada ao microscópio.

Na amostra encontraram-se as seguintes diatomáceas:

1- *Cyclotella* sp., cuja origem é maioritariamente marinha;
2- *Cymbella* sp., cuja origem pode ser marinha;
3- *Navicula* sp., cuja origem pode ser marinha;
4- *Navicula distans* que é uma espécie marinha (ver figura 12).

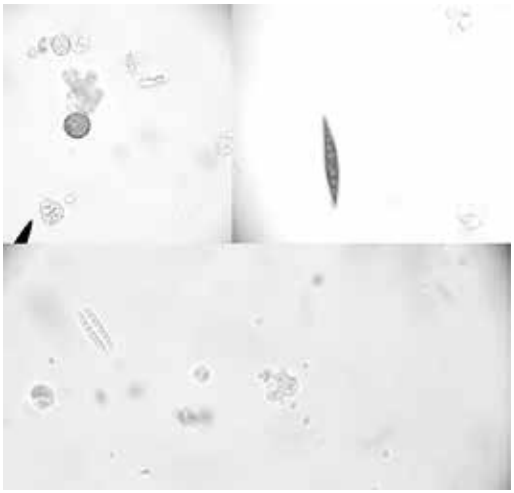


Figura 12- Diatomáceas encontradas no interior de um nicho na câmara esquerda da estrutura em análise.

Estes resultados apontam para que tenha estado dentro da estrutura ou mesmo no nicho, conchas, peixe ou cerâmicas, pois a diatomácea *Navicula distans* é de origem marinha. Uma vez que a estrutura em análise se encontra longe do mar a introdução de diatomáceas marinhas só se fez por ação do homem, podendo estas estarem associadas à produção de cal a partir de conchas, todavia essa ligação não é inequívoca, mas contribui para enfraquecer a hipótese de que no lugar se procedia à criação de aves, no entanto também pode fortalecer a hipótese de que o local tenha sido utilizado como abrigo, onde se comeu peixe ou molúsculos. O que não é claramente explicado pelas hipótese "Pombal-galinheiro" ou "abrigo" é a presença de cal nesse local.

**Considerações finais**

Tentou-se perceber as características arquitetónicas de uma estrutura aparentemente arcaica encontrada na Ribeira dos Bispos, na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, Concelho da Povoação, ilha de São Miguel, recorrendo a comparações tanto construtivas e arquitetónicas como funcionais. Registaram-se todos os pormenores para, a partir deles tentar elaborar e testar hipóteses.

Em extremos opostos, em termos de funcionalidade, colocaram-se duas hipóteses:

a) A hipótese mista de pombal-galinheiro,
b) A hipótese de estrutura fúnebre.

Não há qualquer evidência que suporte a hipótese a) mas existem paralelismos enormes no Mediterrâneo com estruturas fúnebres arcaicas, o que fortalece a hipótese b). Essa hipótese é corroborada pelas observações de alguns autores que mencionam a possível presença no Arquipélago dos Açores de povos antigos, como Damião de Góis, Gaspar Frutuoso e o barão de Humboldt e entronca no paradigma das recentes investigações que têm sido levadas a cabo no Arquipélago, e que provam, via datações, a existência nos Açores de gente antes do povoamento português, com uma cronologia ainda muita incerta.

Não se pode deixar de referir que essa estrutura foi reutilizada num passado recente, como se pode observar pelos restos de madeira que ainda estão presos na sua fachada, ou pela presença de pregos comerciais cravados nessa mesma fachada. A existência de artefactos recentes num dado local, não implica que, cronologicamente a estrutura seja moderna, pois se assim fosse, o lixo abandonado nas suas imediações e o sinais desta ter sido usada possivelmente como abrigo da chuva recentemente, obrigar-nos-ia a afirmar que a estrutura teria sido construída em 2017. Não podemos nunca confundir construção com reutilização.

Arquitetonicamente, não se encontrou qualquer paralelismo entre essa estrutura e qualquer pombal ou galinheiro nos Açores ou no mundo, mas todos os pormenores observados coincidem com uma estrutura fúnebre púnica ou romana. Não é fácil sem uma investigação profunda encontrar materiais datáveis que permitam aferir a sua cronologia, no entanto podemos, por lógica, e tendo em conta a sismicidade do local e os efeitos produzidos na arriba do local, apontar para uma cronologia claramente anterior ao século XVI, pois os eventos sísmicos mais intensos que ocorreram nesse local rondam as datas de 1432 a 1460.

Perante dúvidas que se crê serem fundamentadas, relativamente à época de construção, cultura que a produziu e funcionalidade, colocar-se a hipótese de que essa estrutura é um galinheiro, pombal ou curral de porco, é desvalorizar de imediato esse património. Assumir pelo contrário que há necessidade de investigá-lo com todo o cuidado, porque há fortes indícios deste ter um enorme valor, seria no mínimo assumir o princípio da precaução.

Toda e qualquer hipótese de investigação necessita de observação e dados, e não carece, de opiniões ou sensibilidades.

Dizer-se que esta estrutura poderia ser um galinheiro ou um curral de porcos, sem investigação, equivale a dar-se pérolas a porcos.

**Agradecimentos**

Agradece-se a colaboração institucional da Junta de Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, especialmente do seu Presidente, o senhor António José Correia Medeiros, do senhor Pedro Damião Ponte, do senhor Ricardo Moreira e do senhor Rafael Fraga.

## Bibliografia

Agostinho, J. 1946. Achados Arqueológicos nos Açores. *Açoreana*. Vol. IV: Fase. I. p.101. Angra do Heroísmo.

Akkari-Weriemmi, J. 2004. Le Columbarium de Dar Al Ghoula à Djerba (Tunisie). *Africa*. 20: 17-35.

Axel Mörner, N. & Lind, B. 2015. Long-Distance Travel and Trading in the Bronze Age: The East Mediterranean-Scandinavia Case. *Archaeological Discovery*. (3): 129-139.

Bosworth, S. 1905. *Rome and Carhage*. Charles Scribner's Sons. New York.

Carreiro da Costa, F. 1989. *Etnologia dos Açores*. Vol I. Câmara Municipal da Lagoa. Lagoa.

Cunha da Silveira, M. 1963-1964. Do Contributo Flamengo nos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Nºs 21-22: 11-144.

Gaspar Fructuoso. 1522-1591. *Saudades da Terra*. Livro III. Instituto Cultural de Ponta Delgada (1998). Ponta Delgada.

Gaspar Fructuoso. 1522-1591. *Saudades da Terra*. Livro VI. Instituto Cultural de Ponta Delgada (1998). Ponta Delgada.

Góis. D. 1567. *Chronica do Principe Dom Joam*. Biblioteca Nacional de Portugal.

Humboldt, A. 1881. *Examen Critique de la Geographie du Nouveau Mo*nde. In Arquivo dos Açores. Universidade dos Açores (1981, edição fac-similada pela edição de 1881, vol. III, pp. 111–112). Ponta Delgada.

Juliano, M. & Alves, M. 2007. The Atlantic Subtropical Front/Current Systems of Azores and St. Helena. *Journal of Physical Oceanography*. 37: 2573-2598.

Kenneally, C. 2015. *The Invisible History of the Human Race*. Penguin Books. New York.

Liungman, C. 1995. *Dictionary of Symbols*. ABC-CLIO, Inc. Santa Barbara.

Martins, R. 2007. *Para uma Antropologia da água doce no Arquipélago dos Açores*. Departamento De História, Filosofia E Ciências Sociais Centro De Estudos Etnológicos. Universidade dos Açores. Ponta Delgada. 13pp.

Martins, N., 2015. A Historiografia e o Povoamento da Ilha Terceira. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. LXXIII: 189-203.

Merlin, A. 1944. La Véritable portée du Périple d'Hannon. *Journal des Savants*. pp. 62-76.

NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration). 2016. *Northeast Fisheries Science Service*. https://www.nefsc.noaa.gov/drifter/index_2016.html. Data de consulta: junho de 2018.

Pimenta, F., Ribeiro, N., Joaquinito, A., Rodrigues, F., Costa, A., Silva, F., 2013. Land, Sea and Skyscape: Two Case Studies of Man-made Structures in the Azores Islands. *Culture and Cosmos*. 17(2): 107-132.

Podolyn, J. 1778. Erreichung der Azoren Durch die Karthager und die Frage einer Fruhen Kenntnis Amerikas. *Göteborgske Wetenskap og Witterhets Samlingar*. Vol. I: 138-154.

Ribeiro, N., Joaquinito, A. & Pereira, S. 2010. *Phoenicians in the Azores: Myth or Reality?*. Portuguese Association for Archaeological Investigation. Portugal.

Ribeiro, N., Joaquinito, A., Rodrigues, A., Azevêdo, M. T., 2017. Arqueologia e Arte Rupestre na Macronésia: Novos Contributos. T*echne* 3 (1): 113-124.

Rodrigues, F., 2013. Megalithic Discoveries in the Azores. *Proceedings of the 16th Annual Mediterranean Studies Association International Congress*. Angra do Heroísmo, Portugal. 29 May-1 June 2013.

Rodrigues, F., 2015a. Megalithic Constructions Discovered in the Azores, Portugal. *Archaeological Discovery*. 3: 51-61.

Rodrigues, F. 2015b. Uma viagem através dos petróglifos de barcos da ilha Terceira, Açores-Portugal. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Volume LXXIII: 173-187.

Rodrigues, F., Martins, N.O., Ribeiro, N., Joaquinito, A., 2015. Early Atlantic Navigation: Pre--Portuguese Presence in the Azores Islands. *Archaeological Discovery*. 3: 104-113.

Rodrigues, A. F., Madruga, J., Martins, N. & Cardoso, F. 2018. *Dating the cart-ruts of Terceira Island, Azores, Portugal*. (Em fase de publicação).

Roll, M. 2006. *Dining Posture in Ancient Rome: Bodies, Values, and Status*. Princeton University Press. Oxford.

Romanelli, P. 1970. *Topografia e Archeologia dell'Africa Romana*. Società editrice internazionale. Torino.

Rull, V., Arantza, L., Rubio-Inglés, M. J., Giralt, S., Gonçalves, V., Raposeiro, P., Hernández, A., Sánchez-López, G., Vázquez-Loureiro, D., Bao, R., Masqué, P., Sáez, A. 2017. Vegetation and landscape dynamics under natural and anthropogenic forcing on the Azores Islands: A 700-year pollen record from the São Miguel Island. *Quaternary Science Reviews*. 159: 155-168.

Sagona, C. 2013. *The Archaeology of Malta: From the Neolithic through the Roman Period*. Cambridge University Press. New York.

Schiebel, R., Schmuker, B., Alves, M. & Hemleben, C. 2002. Tracking the Recent and late Pleistocene Azores front by the distribution of planktic foraminifers. *Journal of Marine Systems*. 37: 213 – 227.

Schinas, J. 2011. *Circumnavigating Africa – in the wake of the Phoenicians*. https://www.yachtmollymawk.com/2011/01/phoenicia/. Data de consulta: Junho de 2018.

# AS FILARMÓNICAS NA LITURGIA (SÉC. XIX) E OS FESTEJOS DE SANTA CECÍLIA, EM ANGRA DO HEROÍSMO A HARMÓNICA «PRAZER» DA FREGUESIA DA AGUALVA (1874-1886)*

*Duarte Gonçalves Rosa***

## 1. Santa Cecília, padroeira dos músicos

Cecília é venerada como o modelo perfeitíssimo de mulher cristã, que cingiu a virgindade e padeceu o martírio por um nobre motivo: a causa do Evangelho de Jesus Cristo, ou, de forma mais inclusiva, pelo próprio Mestre. Segundo as atas que relatam o seu martírio, era filha de um senador romano, e pertencia à aristocrática família dos Metelos. A família destinou-a, em casamento, ao jovem Valeriano. De imediato, Cecília o pôs ao corrente das suas disposições e da fé cristã que havia já abraçado. Sensibilizado, o jovem noivo honrou a decisão de Cecília, e juntou-se-lhe na conversão ao cristianismo. Intimados por Turcius Almachius, Perfeito de Roma, a apresentar-se em tribunal e a renunciar à fé que haviam abraçado, responderam com a reafirmação das verdades que professavam, tendo, por consequência, sido condenados à morte e executados por decapitação.

Uma das antífonas da festa de Santa Cecília refere um excerto das atas do seu martírio, onde se afirma que esta, nos festejos do casamento com Valeriano, ouvindo o som dos instrumentos musicais, teria elevado o coração a Deus, demonstrando o desejo de que Deus guardasse sem mancha o seu corpo e a sua alma, a fim de não ser confundida.

---

* Nótulas, a partir de uma conferência proferida na Sociedade Filarmónica Espírito Santo de Agualva, no dia 24 de Novembro de 2013.

** Doutor em História. Sócio efetivo do IHIT.

Desde o século XV, Santa Cecília é venerada como padroeira da música. A sua festa é celebrada no dia 22 de novembro, que, para os cristãos, é considerado dia da Música e dos Músicos. Muitos compositores escreveram obras em sua honra: Henry Purcell, Georg Friedrich Händel, Charles Gounod, Benjamin Britten, e o nosso conterrâneo Tomás Borba. Músicos populares também para ela têm composto: Paul Simon, David Byrne e Brian Eno.

Aparece, também noutras artes: na pintura, destacam-se as obras de Michiel van Coxcie, Cornelis Engebrechtsz, Antonio Franchi, Francesco Francia, Nicolas Poussin, Guido Reni, Giovanni Francesco Romanelli, Rubens; admirável é também a escultura em mármore de Stefano Maderno, que representa a santa na posição em que foi encontrada, quando o seu túmulo, nas catacumbas de Calisto, foi aberto. O seu suplício é representado nos frescos de Pietro Cavallini. Em Roma, é-lhe dedicada a basílica de Santa Cecília in Trastevere, construída no século V, segundo a lenda, sobre a casa onde viviam Valeriano e sua esposa Cecília. Poetas como John Dryden, Alexander Pope e W. H. Auden, dedicaram-lhe obras literárias.

## 2. Festejos de Santa Cecília, em Angra, e agrupamentos musicais com o seu nome

Angra, pelas informações dos periódicos do século XIX, tinha o hábito de festejar Santa Cecília, de modo particular, na Igreja da Misericórdia. No Arquivo da Catedral de Angra, existe uma missa dedicada à Santa,[1] da autoria de Alexandre Ferreira, violinista do então Real Teatro de São Carlos, que a Angra se deslocava amiúde com companhias de ópera. Sabe-se que passou pela ilha em 1869, 1879, 1882, 1890 e 1891, pelo menos. A referida missa, composta no estilo belcantista italiano, para solistas coro e orquestra, foi estreada pela Capela da Sé e pela Orquestra Santa Cecília, formada *ad hoc* e à qual pertenciam os principais músicos da cidade, por ocasião da festa da padroeira dos músicos, em 1869.

Outras referências a um agrupamento musical com o nome da Santa reportam-se aos anos de 1875 e 1878, quando, a 8 de dezembro, por ocasião da entrega de prémios aos estudantes do Seminário que mais se haviam distinguido, tocou uma filarmónica e uma orquestra, respetivamente, que se formaram para os eventos, e que foi a base do grupo instrumental que se fundaria em 1894 — a Estudantina Santa Cecília, por iniciativa e incentivo do Secretário Episcopal, Cónego Victor José de Oliveira. Usavam os seus componentes faixa preta com vivos verdes, sempre que atuavam em conjunto, privilégio concedido pelo Bispo Diocesano – D. Francisco José – em reconhecimento pela atuação deste grupo instrumental nos salões do Paço Episcopal, por ocasião do regresso de «Sua Excelência Reverendíssima» de uma viagem ao continente.[2]

---

[1] Cf. Arquivo Capitular da Sé de Angra, Fundo Musical,

[2] Cf. Cónego Pereira, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados e Padres Açorianos*, Livraria Editora Andrade, Angra do Heroísmo, 1950, 441 – 447.
Cf. também Cónego Pereira, *O Seminário de Angra: Esboço Histórico*, União Gráfica Angrense, Angra do Heroísmo, 1958, p. 19.

Por sua vez, a Orquestra Santa Cecília, antes referida, foi a base da Orquestra Lira Angrense, fundada em 1877, que acompanhava as companhias de ópera de Frondoni, Casella e Alexandre Ferreira, e outras de zarzuela, que pela Terceira passavam com frequência. Além disso, realizava concertos, acompanhava bailes, e ainda, entre as suas atividades, participava em festas religiosas: por exemplo, em 1891, acompanhou a festa de Nossa Senhora de Guadalupe, na Agualva, sob a direção de Pedro Machado de Alcântara.

## 3. Participação de filarmónicas na liturgia

A participação das filarmónicas na vida cultural e musical da Terceira, e por toda a geografia açoriana, bem como a sua colaboração com os coros sacros foram notórias. É que, além dos concertos, as bandas filarmónicas tocavam nas procissões, nos arraiais e, acompanhavam as liturgias solenes, sobretudo nas freguesias rurais onde não havia órgão, harmónio ou grupo instrumental: em 1883, a filarmónica dos Altares acompanhou o canto na missa solene da visita pastoral ao Porto Judeu; em 1888, na festa de Santo Antão, em S. Sebastião, pela primeira vez, a filarmónica local acompanhou a capela durante a Missa, dirigidas pelo P.e Manuel Zeferino de Lima; em 1884, a Filarmónica União Praiense tocou, no Porto Martins, a missa de festa em honra de Santa Margarida.[3]

Já em 1870, segundo a imprensa local, por ocasião das Endoenças na Sé, no momento do Aleluia, o órgão foi reforçado com instrumentos de corda e de vento: fez-se ouvir, sob a direção do maestro J. Fernandes Escazena, «uma banda militar, composta de uma novíssima harmónica».[4]

## 4. A filarmónica da Agualva, no século XIX

Em 1885, o *Jornal da Praia* diz-nos que, na festa de Santo António, na ermida de José Cupertino Dinis, freguesia dos Biscoitos, tocou «parte da filarmónica da Agualva».[5] Logo, em 1885, a Agualva já possuía uma harmónica. Era deste modo que então também eram designadas as filarmónicas.

No mesmo ano de 1885, a referida harmónica tocou na procissão da festa da Consagração a Nossa Senhora, na freguesia da Vila Nova, e na missa da festa da Assunção de Nossa Senhora, na freguesia da Agualva.[6]

---

[3] Cf. *O Angrense* e *A Terceira*, passim os anos referidos.
Cf. também *Jornal da Praia* (11-10-1884), n.º 52, Praia da Vitória.

[4] Cf. *O Angrense* (21-4-1870), n.º 1520, Angra do Heroísmo.

[5] Cf. *Jornal da Praia* (24-9-1885), n.º 83, Praia da Vitória. «Foi assaz esplêndida a festa do grande taumaturgo Santo António, celebrada no domingo 6 do corrente, na ermida do sr. José Cupertino Dinis, na freguesia dos Biscoitos. Cantou missa o rev.º vigário da Agualva acolitado pelos rev.os curas das Quatro Ribeiras e vigário dos Biscoitos, o nosso particular amigo Francisco Vitória Sozinho, que cabendo-lhe a honra de subir ao púlpito depois de ter cantado o Evangelho, fez um bonito sermão que constou das virtudes do Santo. A música foi de instrumental cabalmente desempenhada pela capela do sr. João António das Neves Júnior e parte da filarmónica da Agualva. […].»

[6] Cf. *Jornal da Praia* (18-6-1885), n.º 77, Praia da Vitória. «Na freguesia da Vila Nova fez-se com a costumada pompa no dia 14 do corrente, a festa da consagração a Nossa Senhora e comunhão de inocentes, cantando

Passando os olhos pela imprensa angrense e praiense, temos notícias que referem a existência da mesma em anos anteriores. Outrossim, Pedro de Merelim, na sua obra *Freguesias da Praia*, refere, sem citar a fonte, a fundação de uma filarmónica, denominada *Agualvense*, em 1868, na Agualva. Todavia, a imprensa terceirense, nesse ano, nada alude sobre o assunto. Pelo contrário, referindo as festas de nossa Senhora do Guadalupe naquela freguesia, em 1868, diz-se que foram abrilhantadas pela Harmónica Praiense, referindo-se particularmente a corrida de touros oferecida pelo Conde da Praia da Vitória.[7]

A única notícia encontrada na investigação prévia a este trabalho, e que refere o nome da harmónica que existiu na Agualva no século XIX, reporta-se a 1874: *Sociedade Harmónica Prazer*.[8] Em 1881, sabemos da participação da mesma harmónica na procissão de agosto, na Agualva.[9]

---

missa o rev.º vigário Luís Coelho de Barcelos, e pregando brilhantemente ao Evangelho o rev.º António Maria Ribeiro, familiar de Sua Ex.ª Rev.ª. De tarde teve lugar uma bonita procissão com a imagem da Virgem, que foi acompanhada por grande concurso de povo, tocando atrás da mesma a harmónica da Agualva.»
Cf. também *Jornal da Praia* (20-8-1885), n.º 81, Praia da Vitória: «No dia 15 do corrente celebrou-se com o costumado aparato, na freguesia da Agualva, a festa da Assunção de Nossa Senhora. Cantou missa o rev. Vigário João Crisóstomo de Bettencourt, acolitado pelos rev.º vigário do Cabo da Praia, João Ivo Mendes, e cura da Fonte do Bastardo, João Jacinto Coelho de Brito, Pregou ao Evangelho o rev.º vigário da Fonte do Bastardo, José Luís de Melo. […].A música daquela solenidade foi magistralmente desempenhada pela capela dos nossos bons amigos Pedro Machado d'Alcântara e João de Sousa Ribeiro. […].»

7 Cf. *O Angrense* (20-8-1868), n.º 1466, Angra do Heroísmo: «Celebrou-se este ano com toda a pompa a festividade de Nossa Senhora do Guadalupe, orago da paroquial daquela freguesia. Na noite de 14 houve fogo preso, no dia 15 uma solene festa na igreja com missa cantada, sermão, etc. No Domingo houve uma corrida de touros, oferecidos pelo ex.º Conde da Praia da Vitória, tocando a banda harmónica Praiense, e com uma concorrência de milhares de pessoas, havendo grande sossego e ordem, no meio de geral contentamento. Estava preparada uma grande recepção para o ex.º governador civil, pois que não só o povo, mas a banda harmónica se dispunham a vir receber sua ex.ª e a dar-lhe as mais lisonjeiras demonstrações de satisfação. Incómodos pessoais privaram sua ex.ª de poder comparecer ali, e aceitar o convite que lhe havia sido feito.»

8 Cf. *A Terceira* (22-8-1874), n.º 805, Angra do Heroísmo: «Por ocasião da romaria que teve lugar na freguesia da Agualva no dia 15 do corrente, o exm.º sr. Comendador Joaquim José de Campos exerceu ali com profusão muitos actos de caridade e filantropia, que a imprensa não pode deixar de registar com prazer. Visitando a igreja paroquial ofereceu seis libras esterlinas para concerto da capela de Nossa Senhora das Necessidades, e fez saber ao rev.º pároco que, conhecendo a diminuta remuneração do respectivo professor, tinha resolvido dar anualmente à junta de freguesia a quantia de 30$000 réis para subsídio ao mesmo professor, para assim o animar na árdua missão de perceptor da mocidade. A Sociedade – **Harmónica Prazer** – também foi contemplada por s. ex.ª e a mão beneficente deste cavalheiro estendeu-se para muitos infelizes daquela pobre freguesia, onde sua esposa viu a luz do dia pela primeira vez. O nome de s. ex.ª era de há muito conhecido, e nos factos da caixa de socorros de D. Pedro V, fundada nas terras de Santa Cruz, encontra-se registo de muitas acções meritórias por ele praticadas. Quando a febre-amarela assolava ultimamente aquele vasto Império, a bolsa deste cavalheiro foi posta ao serviço da caridade. Destes benefícios partilharam muitos dos nossos conterrâneos ali residentes. Receba, pois, o nobre e benfazejo sr. Campos os nossos emboras, e com eles a gratidão dos Agualvenses, e do professor da escola primária, pela sua valiosa oferta, e por outra que particularmente lhe fizera; e releve-nos a sua modéstia a narração destes factos, que a amizade que lhe consagramos não pode fazer calar, pois traduzem os sentimentos de um coração benfazejo e o seu muito amor pela instrução popular.»

9 Cf. *A Terceira* (27-8-1881), n.º 1166, Angra do Heroísmo: «No dia 15 do corrente mês na pitoresca freguesia da Agualva a festa do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Guadalupe, orago da paróquia, que foi muito concorrida, como costuma ser todos os anos, porque o povo das freguesias vizinhas é muito devotado por esta romaria. O rev.º vigário José Estácio da Silveira, que obsequiosamente se prestou a orar nesta festividade,

Afora as celebrações litúrgicas e religiosas – missas e procissões – não se encontrou referência alguma à participação da harmónica da Agualva em festejos populares associados às festas religiosas; e, pela mesma imprensa citada, sabe-se que as touradas, incluindo as chamadas «de praça» - nas quais o papel musical filarmónico é importante – eram evento habitual e copioso.[10] Aliás, as corridas de praça são muito anteriores às de corda. Estas, em algumas freguesias, conforme noticiam os periódicos locais, só têm início no fim do século XIX. Sobre este assunto, estamos a dedicar um capítulo do nosso trabalho de pós doutoramento. Só a título de curiosidade, referimos agora um apontamento que se reporta à freguesia das Lajes:

> Foram bravíssimos os toiros que correram no dia 14 do corrente na praça de Nossa Senhora dos Remédios da freguesia das Lages. O sr. Francisco Enes Ramalho, dono do curro que foi escolhido das suas abundantes manadas, foi muito vitoriado e chamado à praça. Os bandarilheiros tiveram muita sorte, metendo muitos pares de ferros, sendo por isso muito aplaudidos. Há muitos anos que não temos uma tarde de toiros cheia como aquela de que acabámos de falar.[11]

Pedro de Merelim, para além de nos dar um limite *a quo* – 1868 – para a fundação da banda, dá-nos também um *ad quem* – 1886 – para o seu termo. Verdade é que a imprensa, em 1887 e 1888, já não refere a participação da harmónica da Agualva nas festas de 15 de agosto, mas sim a União Praiense.[12]

---

fez um bonito discurso; e a procissão feita com a imagem da Senhora, foi acompanhada pela harmónica da freguesia, coadjuvada pelo sr. Candeias e principais músicos da banda de caçadores 10. As ruas estavam vistosamente enfeitadas de flores e verdura, transpirando a alegria naquela povoação a que sempre concorre neste dia grande número de visitantes. Ao mui digno vigário daquela paróquia, João Crisóstomo de Bettencourt, se deve o brilhantismo desta festividade, o qual se não poupa a esforços e a despesas propriamente suas, para a realizar, sustentando assim o espírito religioso do povo, que está confiado à sua sagrada missão.»

[10] Cf. «Festa e Touros», *A Terceira* (16-8-1884), n.º 1321, Angra do Heroísmo: «Ontem teve lugar a costumada festa de Nossa Senhora do Guadalupe, na freguesia da Agualva, e de tarde correram-se alguns novilhos, havendo grande concorrência de povo. Hoje deve ter lugar, em praça fechada, uma brilhante corrida de toiros, oferecida pelo nosso respeitável amigo, o sr. conselheiro José Borges Leal Corte-Real, ao nosso muito prestante amigo daquela localidade o sr. Joaquim Maria Brum.»
Cf. também «Festas na Agualva», *A Terceira* (23-8-1884), n.º 1322, Angra do Heroísmo: «Como já noticiámos no nosso último número, foram muito concorridas as festas do dia 15 na Agualva, tendo lugar a festividade religiosa com a costumada pompa, a que assistiu o sr. governador civil interino, o ex.º sr. visconde de Sieuve de Meneses, o sr. conselheiro José Borges Leal Corte-Real, o sr. Barão de Ramalho e F. E. Ramalho de Medeiros e muitas outras pessoas, a convite do nosso dedicado amigo o sr. Joaquim Maria Brum. A corrida de 8 touros, em praça fechada, que teve lugar no sábado, pertencentes ao nosso respeitável amigo José Borges leal Corte-Real foi das melhores que tem aparecido nos últimos tempos, pela bravura dos animais, e desempenho dos artistas.»
Cf. ainda *A Terceira* (23-8-1884), n.º 1322, Angra do Heroísmo: «Na tarde do dia 15 do corrente houve uma corrida de toiros na freguesia da Agualva, dos quais só dois mostraram ferocidade. No dia 16 no mesmo local correram 8 touros das manadas do sr. conselheiro José Borges Leal Corte-Real. Os bichos eram de pura raça e prestaram-se bem às sortes dos bandarilheiros Varino e Canário.»

[11] Cf. *Jornal da Praia* (20-8-1887), n.º 127, Praia da Vitória.

[12] Cf. *Jornal da Praia* (20-8-1887), n.º 127, Praia da Vitória: «No dia 15 do corrente mês, fez-se a costumada festa da Assunção de Nossa Senhora, na freguesia da Agualva. [...] A música de orquestra foi magistralmente

## 5. Nomes importantes na vida cultural e social agualvense e praiense

Nas notícias transcritas, e noutras que correm copiosamente pelo Jornal da Praia, destacam-se nomes importantes da vida social, cultural e musical do Ramo Grande:

1. João António das Neves Júnior.
   Nas freguesias do concelho da Praia da Vitória, sobretudo nas do Ramo Grande, atuava a capela de João António das Neves Júnior, «hábil cantor, organista e pianista», na qual se distinguia o organista, seu filho, Gabriel das Neves, e o «insigne rabequista Jerónimo José Toste». Além desta capela, porém com menos notoriedade, havia também a de Alexandre Belo de Almeida.
   Na festa do Senhor Jesus das Misericórdias, com a invocação de Santo Cristo, na Igreja da Misericórdia da Praia da Vitória, a 1 de janeiro de 1884, a orquestra e a capela de João António das Neves Júnior interpretaram a missa de Santa Cecília, de Alexandre Ferreira, que antes referimos, tendo-se distinguido, como «primeira rabeca», Jerónimo José Toste. Raríssimas vezes se mencionam os compositores interpretados, porém, em 1887, na festa de Nossa Senhora do Carmo, na freguesia das Lajes, a mencionada capela interpretou uma missa de Francisco Norberto Santos Pinto, notável e conhecido compositor do romantismo português, professor de trompa no Conservatório de Lisboa e maestro da orquestra do Teatro de São Carlos. Um outro nome que surge associado à música das missas de festa na Agualva é o do Sr. Cravino: *Jornal da Praia* (24-9-1885), n.º 83, Praia da Vitória: «Na Igreja da Agualva, e em idêntico dia [30 de agosto], houve uma solene festa em honra da Senhora Santa Ana, celebrando, pela primeira vez, o rev.º António José de Ávila. […] A música foi habilmente desempenhada pelo sr. Cravino e outros.»
2. Manuel Machado Toledo e Jacinto Machado Toledo.
   Eeram irmãos de José Machado Toledo, que Pedro de Merelim aponta como um dos regentes da harmónica da Agualva no século XIX. Este pre-

---

desempenhada pela capela do sr. Neves Júnior, desta vila [Praia da Vitória]. De tarde saiu a procissão, tocando durante o trajecto a filarmónica União Praiense. Pregou de manhã e de tarde o rev.º António Maria Ferreira. As ruas por onde passou a procissão estavam perfeitamente enfeitadas de lindas flores, e guarnecidas as paredes e as janelas de ricas colchas. Dos lados das ruas, levantavam-se, de espaço a espaço, colunas de verdura, encimadas por bandeiras e lenços; e à entrada do adro erguia-se um majestoso arco e vestido com muito gosto e esmero. A igreja estava lindamente decorada, e a concorrência dos fiéis foi numerosa. Foram encarregados de dirigir tão sumptuosa festa os srs. Manuel Machado Toledo e Jacinto Machado Toledo, daquela freguesia da Agualva, que não se pouparam a incómodos, pelo que se tornam dignos de todos os louvores.»
Cf. também *Jornal da Praia* (19-8-1888), n.º 151, Praia da Vitória: «No dia 15 do corrente fez-se na freguesia da Agualva a festa de Nossa Senhora do Guadalupe. […] A música de orquestra foi habilmente executada pela capela do nosso amigo o sr. Neves Júnior. De tarde houve a procissão precedida da filarmónica União Praiense, percorrendo as principais ruas da freguesia […].»

sumível diretor artístico nasceu na Praia da Vitória e era filho de António Machado Toledo e Genoveva Rosa, casou em 1844 com uma senhora de Santa Bárbara – Rosalinda Margarida.

3. Outro nome apontado pela mesma fonte como outro provável maestro é o de João Vieira Lopes Barbosa, nascido na Agualva em 1845, filho de José Vieira Lopes e de Zeferina Inácia. Há indicação, nas *Genealogias da Ilha Terceira*, de António Maria Mendes e Jorge Forjaz, de que era proprietário. Casou com Josefa Augusta de Meneses, natural dos Biscoitos. O sogro era de São Roque do Pico, ilha com grande tradição e culto de grupos musicais filarmónicos.
4. O nome do benemérito Joaquim Maria Brum, e não João Maria Brum, como às vezes aparece erroneamente, surge em muitas referências à freguesia da Agualva, e, obviamente, à sua filarmónica, a *Harmónica Prazer*. Nasceu na Sé de Angra, em 1829, e faleceu na Agualva, em 1885. Rico proprietário, desempenhou por várias vezes o cargo de Presidente da junta de Paróquia da Agualva. Casou nas Fontinhas, em 1850, com Rosa Augusta de Meneses, filha de Manuel Gonçalves de Toledo Machado e de Rosa Augusta de Brito e Fonseca. O sogro era também um rico proprietário rural nas Fontinhas, Agualva e Biscoitos. Capitão do Batalhão Nacional de Artilharia, foi Procurador à Junta Geral e, por diversas vezes, Presidente da Câmara da Praia. No seu testamento, contemplou os pobres do seu Concelho com avultadas esmolas.

A fundação de filarmónicas, na Terceira, no século XIX, decorre da democratização cultural defendida pelo Liberalismo, da Lei de Liberdade de Imprensa (1834) e da tipografia, apesar do nível de analfabetismo continuar elevadíssimo. Apesar disso, certo é que se desenvolveu imenso o gosto pela música – quantos pianos não haveria por aí e notícias há de professores que iam a casa das famílias ensinar música.

Para além das bandas das freguesias rurais, fundaram-se em Angra a filarmónica D. Luís, a Filarmónica Recreativa, a Harmónica Terceirense, a Harmónica Piedade e Beneficência, a Filarmónica Luís de Camões, a Harmónica Popular Angrense, a Harmónica Angrense, a Harmónica Terceirense, a Filarmónica Triunfo, a Recreio dos Artistas – que teve simultaneamente quatro grupos diversos[13]. Na Praia da Vitória, para além da União Praiense, fundou-se uma denominada de Harmónica Artista (1886).

Em muitos casos, os músicos colaboravam em diversas filarmónicas, ao mesmo tempo. Por exemplo, em 1878, Elias Augusto da Silva, regente da Banda de Caçadores n.º 10, exercia as mesmas funções na Filarmónica de Santa Bárbara, prestando assim interajuda solidária.

[13] Cf. Duarte Gonçalves da Rosa, *Tomás Borba na História da Música Portuguesa: Modernidade e Tolerância,* Instituto Açoriano de Cultura e Movimento Patrimonial Pela Música Portuguesa, Angra do Heroísmo, 2014, pp. 30 e 31.

Concomitantemente com a prática musical filarmónica, nos finais do século XIX e início do XX, assistiu-se a um movimento promotor do canto coral e experiência orfeónica, tão benéficas para a saúde física, mental e moral, através de uma adequada pedagogia. Muitos intelectuais portugueses, como Tomás Borba, Emílio Lami, Guilherme Ribeiro, Alberto Sarti, Ernesto Maia, João Arroyo e António Duarte da Cruz Pinto apontavam a prática musical em grupo, não só como um meio de confraternidade e de convívio cordial morigerador e útil à civilidade, mas também como forma de sairmos do marasmo cultural e social que reinava por cá; apelavam estes defensores do canto em conjunto ao culto do gosto da música na infância, à difusão do seu ensino por todo o país, a fim de que nos equiparássemos aos países civilizados. E prova da não aversão do povo português ao culto da música é o notável crescimento do número de filarmónicas que se verificou nessa época.

A proliferação das bandas militares, a partir do século XVIII, e com maior incidência no século XIX, decorreu também da necessidade psicológica de dar ânimo às tropas e levantar o moral dos combatentes em momentos difíceis de batalha. Ademais, a música promovia o espírito de corpo e camaradagem das forças, quer pela obrigação de garantir o alento, em tempos de paz ou durante os conflitos, quer pelo brilhantismo das cerimónias militares. As bandas militares, e temos na Terceira o exemplo da Banda de Caçadores 10 e da Banda Regimental, assumiram como dever cívico a divulgação musical entre as populações com menos recursos, que, por tal, se viam impossibilitadas de frequentar concertos devido aos ingressos onerosos. A influência das bandas militares foi tal, sobretudo no aparecimento e desenvolvimento das filarmónicas, que, no dizer da Dr.ª Maria José Borges, Professora de História da Música no Conservatório de Lisboa, ainda hoje, em Portugal, há melhores instrumentistas de sopro do que de cordas.

Fundada por Jacinto Martins Cardoso, Governador Civil substituto, renasce a filarmónica da Agualva em 1921 ou 1922, apesar de o seu alvará só datar de 4 de março de 1926.

Hoje, continua atualíssima a verdade de a filarmónica contribuir para a elevação da craveira intelectual e cultural do músico, bem como para o seu desenvolvimento ético, cívico e solidário. Assim como continua pertinentíssima a missão das filarmónicas promoverem o ensino e a divulgação da música, pelo que é de particular importância a formação dos seus elementos e maestro, quer ao nível técnico, quer ao nível artístico. Hoje, temos ótimos professores de instrumentos de sopro nos nossos conservatórios e nas nossas escolas de música. A formação intelectual e cultural é de suma importância para alargar horizontes e completar a formação técnica. A educação dos artistas músicos, seu aperfeiçoamento técnico e instrução literária só traz vantagens para o seu desenvolvimento intelectual. Logo, a aquisição de conhecimentos nas áreas de História da Música, Harmonia, Estética, História da Cultura, Filosofia, Literatura, História da Arte, etc. assumem particular importância na consolidação de uma formação técnica e artística sérias.

Assim, as bandas filarmónicas foram e continuam a ser importantes polos de reunião de apaixonados pela música que, muitas vezes, aí adquirem o estímulo para continuarem os seus estudos e prosseguir já como profissionais neste âmbito. Além do papel pedagógico, assiste às bandas uma missão também filantrópica de formar cultural e socialmente

as povoações em que se inserem. Tanto tocam em touradas, como em concertos, em procissões, arraiais, funerais, atos oficiais: isto é prova de que o povo assumiu a música como um valor que nunca lhe poderá ser retirado.

Pena que o poder político esteja cada vez menos sensibilizado para a importância da cultura. Não comentarei tal facto, no entanto, afirmo a importância de incentivar as bandas filarmónicas e apoiá-las, como motor de uma sociedade sã e solidária. Formando os jovens e incentivando espaços de convívio, estaremos a promover a cultura, sobretudo a da região em que vivemos. Além disso, as bandas são um importante fator de equilíbrio, desenvolvimento da inteligência, da disciplina e da responsabilidade – quer pessoal quer de grupo –, da sensibilidade e sentido estético.

É digna de encómio a vontade e empenho dos nossos filarmónicos numa atividade que, monetariamente, não é compensatória, mas que traz tantos benefícios que estão muito para além do meramente material: no entanto, é essa sua disposição abnegada que continua a desenhar e a caracterizar a nossa identidade. Bem hajam.

# HISTÓRIA

# A LONGA HISTÓRIA DA CANELA

*Luís Filipe F. R. Thomaz**

A canela é, como toda a gente sabe, um dos condimentos mais populares da cozinha portuguesa em geral e em particular da açoriana. O que nem toda a gente sabe é que *canela* não é o nome de uma espécia[1] ou especiaria definida, correspondente a uma espécie botânica unívoca, mas antes o nome genérico de diversos produtos, botanicamente afins e de sabor semelhante, mas extraídos de diferentes espécies de plantas do género *Cinnamomum* (botanicamente muito próxima do género *Laurus*, a que pertence o vulgar loureiro, *Laurus nobilis*. L.), ou mesmo de géneros aparentados (nomeadamente *Ocotea* e *Nectandra*), embora classificados todos eles na família das Lauráceas. Como vamos ver, esta imprecisão semântica torna árduo assaz traçar a sua história.

Hoje no comércio são sobretudo comuns o *cinamomo*, *canela-fina* ou *canela-de--ceilão*, geralmente apresentado em pó, extraída do *Cinnamomum verum*, J. Presl (ou *Cinnammum zeylanicum*, Blume)[2], oriundo da ilha de Ceilão ou Xri Lancá, e a *cássia,* mais dura, normalmente vendida em pau, extraída do *Cinnamomum cassia*, (L.) J. Presl (ou *Cinnamomum aromaticum*, Nees), originário da China, conhecida por *cássia-lígnea* ou do *Cinnamomum burmannii* (Nees & T. Nees) Blume, encontradiço na Península de Malaca e na costa oriental de Samatra, dita *canela-de-batávia* ou *cássia-de-padang*, que é a mais barata das canelas que se encontram à venda. Não se devem confundir estas espécies de cássia com a *cássia-fístula* ou *canafístula,* usada com purgante, que se

---

* Doutor *honoris causa* em História pela Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em História pela Universidade de Lisboa. Professor Universitário aposentado. Sócio honorário do IHIT.

[1] O conhecido *Dicionário* de Moraes, na sua edição de 1889 define assim *espécia:* "qualquer das drogas aromaticas, que servem de adubo e tempero, como cravo, canella, açafrão, etc."; o termo está atestado desde o século XIII e continua vivo em diversas regiões do país, nomeadamente na Beira Alta. *Especiaria* apenas se regista no século XV, como colectivo, para designar no seu conjunto as várias espécias; é ainda como colectivo, quase sempre no singular, que o termo ocorre na documentação quinhentista, mas mais modernamente começou a usar-se também para designar individualmente qualquer espécia; é já de harmonia com este uso mais recente que Moraes a define: "nome com que se designam as drogas aromaticas, como canella, cravo, cominho, massas [*i. e.*, maças], pimenta, etc. que servem de adubar; ou as que servem na medicina".

[2] — As classificações botânicas que damos foram verificadas em Abril de 2018 pelo *Catalogue of Life*, actualizado mensalmente e disponível na internet (*www.catalgueoflife.org*).

extrai da *Cassia fistula*, L., pequena árvore da família das Leguminosas, que nada tem a ver com a canela. É por na China ser indígena que a canela possui em chinês um nome monossilábico, 桂, hoje pronunciado *kui* em mandarim e *kwâi* em cantonês, que remonta à antiga língua chinesa — ao passo que as espécias de introdução mais recente, como o cravo e a pimenta, receberam nomes compostos (丁香, *ting-hsiang*, "especiaria-prego" ou "espécia-cravo" para o cravinho, 胡椒 *hu chiao*, "xantóxilo tártaro" ou "espécia picante dos bárbaros do norte" para a pimenta-negra, etc.); tais binómios tornaram-se necessários devido à própria evolução da língua, que multiplicou os casos de homonímia e de ambigüidade, e são bastas vezes ditos *nomes dissilábicos*, mas erroneamente, já que são verdadeiros compostos, em que cada um dos monossílabos que os formam é significativo de per si.

Fig. 1: Caneleira
Gravura do *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales* de Cristóvão da Costa (Burgos, 1578)

São hoje também comercializadas outras canelas, extraídas de distintas espécies botânicas, nomeadamente a canela-de-saigão, extraída do *Cinnamomum loureirii,* Nees, originário do Vietnão — cujo nome botânico alude ao jesuíta português João de Loureiro (1717-91) autor de uma *Flora Cochinchinensis,* em que a recenseou — e é a mais cara

das canelas que aparecem no mercado. Outras espécies há que jamais foram comercializadas em larga escala, sendo apenas utilizadas localmente, como o *Cinnamomum citriodorum,* Thw., endémico em Ceilão e no sul da Índia. Também no interior de Samatra, são espontâneas diversas espécies de canela, distintas das comerciais, como no século XIX notou Albert S. Bickmore:

> Here, and in several places in the interior, I have seen young trees of a species of cinnamom, *kayu manis*, or "sweet wood" of the Malays. Its leaves and bark have a considerable aroma, but it is not the true cinnamom of Ceylon, nor that of Cochin China or China. Cinnamoms of one or more species occur also in Java, Borneo, Luzon and Magindanao[3].

Já Pedro Teixeira, num notável capítulo das suas *Relaciones*[4], publicadas em Antuérpia em 1610, notava esta diversidade de canelas, sem contudo ter a noção precisa de que correspondiam a espécies botânicas distintas, conceito que só se afirmaria definitivamente com Lineu (1707-78), na centúria seguinte.

O princípio activo da canela é um óleo essencial que, em maior ou menor proporção consoante as espécies, contém aldeído cinâmico ($C_9 H_8 O$) e manitol ($C_6 H_{14} O_6$); algumas espécies, sobretudo a canela-de-saigão e a cássia-de-padang, contêm também cumarina, uma benzopirona de fórmula molecular $C_9 H_6 O_2$. O óleo essencial existente na canela-de-saigão detém o teor *record* de aldeído cinâmico, 25 %; tal como a de Ceilão, contêm ainda, sobretudo nas folhas, eugenol ($C_{10} H_{12} O_2$), que é o principal princípio activo do cravinho [flor seca do *Syzygium aromaticum*, (L.), Merr. & Perry, outrora classificado como *Eugenia caryophylata*, Thunb., da família das Mirtáceas] — razão por que o chá de folhas de caneleira sabe mais a cravo do que a canela[5]. Veremos ao depois que há espécies de *Cinnammum* mais ricas ainda em eugenol, como o *Cinnamomum culilaban,* (L.) Kosterm [ou *C. culilawan,* (L.) Bl.], que produz uma casta de canela por isso dita "canela cariofilada".

## A canela na Alta Antiguidade

Todas as espécies de canela provêm do Oriente — o que, ao contrário do que muita gente pensa, não é o caso de todas as espécias, uma vez que as há também oriundas da zona mediterrânica, como o cominho (*Cuminum cyminum,* L., da família das Umbelíferas), algumas espécies de mostarda (*v. g.* a *Sinapis alba*, L., das Crucíferas), o coen-

---

[3] — *Travels in the East Indian Archipelago*, Nova Iorque, 1869 [reimp. Oxford University Press, Singapura, 1991], p. 425.

[4] — Eduardo Barajas Sala (ed.), *Relaciones de Pedro Teixera del origen, Descendencia y Svccession de los Reyes de Persia, y de Harmuz, y de vn viage hecho el mismo avtor la India Oriental hasta Italia por tierra*, Biblioteca de Viageros Hispánicos, 12, Mirtaguano Ediciones / Ediciones Polifemo, Madrid (1994), parte I, cap. xv, pp. 144-145.

[5] — J. E. Mendes Ferrão, *Especiarias*: *Cultura, Tecnologia, Comércio*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1993, 3.1, pp. 45 & sqq.

tro (*Coriandrum sativum*, L., das Umbelíferas), ou do Novo Mundo, como a baunilha (*Vanilla planifolia*, Jacks. ex Andrews, da família das Orquidáceas), a pimenta-da-jamaica [*Pimenta dioica*, (L.) Merr, da família das Mirtáceas] e as variegadas castas de pimento (*Capsicum spp*., das Solanáceas).

Seja como for, a canela foi a primeira espécia oriental a divulgar-se no Ocidente, mais de um milénio antes de aparecerem as primeiras referências à pimenta: era a única já conhecida no antigo Egito e a única que a Bíblia menciona, embora se não saiba exatamente a que espécie botânica correspondam tais menções. Curiosamente tudo leva a crer que não era ainda usada como condimento, mas apenas como perfume, por vezes como desodorizante, na mumificação e na confecção de mezinhas — o que, com vamos ver, parece ter uma explicação botânica. Deixaremos de lado a história do emprego da canela nas regiões produtoras, como a China, a Índia e a Indonésia, limitando a nossa pesquisa ao Mundo Ocidental, do Irão para cá.

Como adiantámos já, o conhecimento da canela está atestado no Antigo Egipto, onde mais nenhuma especiaria oriental parece ter sido conhecida: sob o nome de *ti-šps* consta já, com efeito, de receituários contidos no *Papiro Ebers*, um manuscrito médico da XVIII dinastia (1543-1292 A.C.)[6]. O seu aparecimento no Egipto é provavelmente conseqüência das expedições ao país de Punt — algures, no sul do Mar Vermelho, segundo tudo leva a crer — organizadas em 1493 A.C. pela rainha Hatshepsut, figuradas numa série de frescos do templo de Deir-el-Bahari, perto de Tebas, que providenciaram grandes quantidades de incenso. Este último facto parece confirmar que a expedição percorreu efectivamente a costa da Arábia, como geralmente se supõe, e que não terão razão os que pretendem que se limitou a remontar o curso do Nilo, identificando por conseguinte o país de Punt com o Sudão. Seja como for, como nas notas que apôs à sua edição dos *Colóquios* de Garcia de Orta apontou o Conde de Ficalho, nem na Arábia, nem na Eritreia, nem no Sudão existe qualquer espécie de canela, nem sequer qualquer laurácea afim. Contudo, como que a confirmar senão que o alvo da expedição de Hatshepsut foi a zona do Mar Roxo, pelo menos que de lá provinha a canela utilizada no Egipto, são numerosos os testemunhos da época greco-romana que associam a canela à Arábia — o que durante muito tempo permaneceu um enigma.

É interessante notar que em *ge'ez* ou etiópico litúrgico se dá à canela o nome de *qenâmomu* ou *qenânemu,* sem dúvida derivado do grego κιννάμωμον. Isso parece indicar que na Abissínia ou Etiópia *stricto sensu* se não conhecia a canela antes do grande surto de comércio entre a Índia e a bacia do Mediterrâneo pela via do Mar Roxo na época helenística, que veio a ter o seu apogeu no século VI A. D. e utilizava como escala principal o porto de Adulis, na Eritreia, a grande escápula do império etíope de Axum, parceiro e aliado de Bizâncio; eis um argumento a ajuntar aos argumentos histórico-botânicos aduzidos pelo Conde de Ficalho, nas suas anotações ao *Colóquio XV* de Orta, contra a existência de cinamomo em África.

[6] — Henry E. Sigerist, *A History of Medicine* - vol. I: Primitive and Archaic Medicine, Oxford Univerity Press, Nova Iorque & Oxford, 1951 (reimp. 1987), pp. 310, 315, 340 & 346.

Foi recentemente que se aventou uma solução assaz satisfatória para este aparente mistério: tratar-se-ia da casca de uma laurácea existente nas montanhas do Quénia, do Uganda e da Tanzânia, a *Ocotea usambarensis*, Engl., trazida para a zona do Mar Roxo pelo comércio costeiro. A contraprova está no facto de a canela não ser conhecida na Mesopotâmia, o que não seria certamente o caso se se tratasse já da cássia-lígnea da China, que numa época posterior era trazida pelas caravanas pela velha Rota da Seda, que desembocava no vizinho Irão. As folhas daquela *Ocotea*, e em menor grau a casca, têm um pronunciado aroma de cânfora (proveniente do terpenoide $C_{10}$ $H_{16}$ O, também presente no alecrim e no manjericão), e isso explicaria por que razão era o produto usado na mumificação, em medicina e em perfumaria, mas não na culinária. Note-se que a maior parte da cânfora que hoje se encontra no comércio provém da China, onde é extraída por destilação de uma laurácea muito afim das caneleiras, o *Cinnamomum camphora* (L.) J. Presl. — sem embargo de ter sido outrora mais comum a cânfora de Bornéu, que existe também em Samatra e é uma concreção patológica que se forma por vezes no interior do tronco da *Dryobalanops aromatica*, Gaertn. f., grande árvore da família das Dipterocarpáceas.

Pode fazer-se uma ideia do uso que os egípcios faziam da canela através das seguintes receitas do *Papiro Ebers*[7]:

> Ungüento para aliviar os membros: *kohl* [estibina ou antimonite, $Sb_2$ $S_3$, usada como cosmético para pintar os olhos], I; cera, I; incenso [exsudação da *Boswellia sacra*, Flueck, das Burseráceas] I; canela, I; mirra seca [*Commifera myrrha*, (Nees) Engl., das Burseráceas] , I; óleo de moringa doce [*Moringa Oleífera*, Lam, das Moringáceas], I; para ser usado como cataplasma durante quatro dias.
>
> Remédio para fazer crescer a carne: polpa de alfarroba [*Ceratonia siliqua*, L., das Leguminosas], I; feijão [provavelmente *Vigna sp*., das Leguminosas], I; óleo ou gordura, I; mel, I; tudo pilado juntamente, e aplicado nas ligaduras com que se liga o membro.
>
> Remédio para as úlceras nas gengivas: canela, I; goma, I; mel, I; óleo ou banha, I; para ser usado como cataplasma.

Do uso da canela na mumificação atesta Heródoto (c. 480-425 A.C.)[8], que refere três processos de embalsamamento, diferentes na qualidade e no preço, que a família do falecido escolhia consoante as suas posses. Heródoto apenas descreve em detalhe o mais caro e mais perfeito:

> Primeiro, com um ferro recurvado, extraem pelas narinas o encéfalo, e à medida que extraem vão introduzindo drogas. Depois, tendo rasgado com uma pedra aguçada de Etiópia [obsidiana?] o abdómen ao comprido, extraem dele todo o intestino; tendo-o lavado e purificado com vinho de palma, purificam-no de novo com aromas triturados. Depois, tendo enchido a barriga de mirra pura triturada,

---

[7] — Lise Manniche, *An Ancient Egyptian Herbal*, , British Museum Press, Londres, 1989, pp. 88-91. A identificação da canela usada no Antigo Egipto com o *Cinnamonium* [sic] *zeylanicum*, Nees, é errónea.

[8] — *Histórias*, II, 86, 5: Erodoto, *Le Storie*, 4 vols, Garzanti Editore, Milão, 1988-90.

> cássia e outros arómatos excepto incenso, cosem-na de novo. Feito isto, põem-no em salmoura com nitro, cobrindo-o durante setenta dias; mais disso, com efeito, não é possível ter em salmoura. Passados os setenta dias, tendo lavado o morto, envolvem totalmente o corpo em tiras regularmente talhadas de um lençol de linho fino, besuntando-o por baixo com a goma de que os egípcios usam as mais das vezes em lugar de cola. Daí, os parentes, tendo-o recebido, mandam fazer uma imagem de madeira, à forma humana, e, feita ela, encerram lá o morto; e tendo-a fechado, guardam-na assim cuidadosamente na câmara sepulcral, colocando-a de pé contra a parede.

**A canela na Bíblia**

Conforme adiantámos já, aquilo que hoje designamos por canela é a única espécia oriental mencionada na Bíblia. É, todavia, assaz interessante notar que em hebraico, como aliás também em grego clássico e em latim, não existe um vocábulo para designar genericamente a canela, mas tão somente nomes para significar especificamente as duas grandes castas de canela que conhecemos já: o cinamomo e a cássia, sem que contudo nos seja possível determinar exactamente a que espécie botânica corresponde cada uma delas. Resulta de qualquer maneira claro que, mesmo que a *Ocotea usambarensis* continuasse a afluir à bacia do Mediterrâneo, pelo menos mais uma outra espécie tinha entrado em cena antes do século V A. C., quando a maioria dos textos bíblicos tomaram forma..

Ambas, cinamomo e cássia, aparecem na receita dada por Deus a Moisés para confeccionar um santo crisma[9]:

> Toma perfumes escolheitos: quinhentos siclos de mirra virgem, a metade desse peso de cinamomo oloroso, ou seja, duzentos siclos, e duzentos siclos de cálamo aromático [*Acorus calamus*, L., da família das Acoráceas, outrora classificado nas Aráceas]; quinhentos siclos de cássia, do peso do santuário, e uma medida de um *hin* [ou sesteiro, =7,5 litros] de azeite de oliveira. Com isso comporás um santo crisma, um ungüento composto como os que preparam os perfumistas; e será um santo crisma. Com ele ungirás o Tabernáculo do Testemunho e a Arca do Testamento, a mesa e todos os seus vasos, o candelabro e todos os seus utensílios, o altar dos perfumes, o altar dos holocaustos e todos os seus acessórios que dizem respeito ao culto. Santificarás tudo e serão o Santo dos Santos, e todo aquele que os tocar será santo. Ungirás Aarão e os seus filhos e consagrá-los-ás para que exerçam o meu sacerdócio. E dirás aos filhos de Israel: este será para vós um santo crisma de geração em geração. Não será ungida com ele carne de homem e segundo a mesma receita não farás outro, pois foi santificado, e será para vós cousa santa. O homem que compuser semelhante ou ungir com ele um leigo será expulso de entre os seus.

[9] — Ex 30, 23-33.

O livro dos Provérbios[10] testemunha igualmente do uso da canela como perfume, num discurso paternal em que Salomão ensina a resistir às insídias da mulher adúltera, que convida:

> Entreteci de fios o meu catre, estendi tapetes pintados do Egipto; aspergi a minha cama de mirra, aloés e cinamomo. Vem: embriaguemo-nos no amor, gozemos em abraços de desejo até ao romper da aurora. O marido não está em casa, partiu para longa jornada; levou consigo o saco do dinheiro, só tornará para casa na lua cheia…

A canela é também referida como perfume, com as mesmas conotações nupciais, no *Cântico das Cânticos*, em que o esposo diz à esposa[11]:

> Jardim murado és tu, irmã minha, esposa minha, manancial fechado, fonte selada; os teus renovos são um pomar de romãs, com frutos excelentes: o cipreste e o nardo, o nardo e o açafrão, o cálamo e a canela, com toda a sorte de árvores de incenso, a mirra e aloés, com todas as principais especiarias…

No salmo 44 (45 na Bíblia hebraica) — que é um epitalâmio régio, tradicionalmente interpretado, tal como o *Cântico*, como uma alegoria ao amor recíproco entre Deus e o seu povo — a canela aparece igualmente, na fragrância das vestes da esposa: "A mirra, o aloés e a cássia escorrem das tuas vestes, nos paços de marfim…"

No Novo Testamento há também uma menção da canela, mas de cunho assaz diferente: ocorre na Apocalipse de S. João (18, 11-13), na lamentação sobre a queda de "Babilónia a prostituta famosa", que para o autor sagrado era antes de tudo a Roma luxuosa, fútil e pagã:

> E os mercadores da terra lamentam-se e choram sobre ela, pois ninguém mais merca as cargas de seus navios: cargas de ouro e prata e pedras preciosas, de pérolas, de bretanha de linho e púrpura, de seda e de escarlata; e toda a madeira de tuia e todos as peças de marfim, e todas as peças de madeira preciosa, de bronze, de ferro ou de mármore; e a canela e o amomo e os perfumes; e a mirra e o incenso…

O mais curioso nesta história é, quiçá, o uso que D. Manuel fez desta profecia, num opúsculo de propaganda dos seus planos de cruzada, os *Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientalibus terris*, que mandou imprimir em 1507 em Nuremberga. O soberano dos Mamelucos do Egipto era tradicionalmente conhecido na Europa por Soldão de Babilónia, por o Cairo, onde tinha a capital, ter sido construído pelos Fatímidas junto à antiga fortaleza helenística, e depois romana e bizantina, de Babilónia do Egipto. Fácil era, portanto, aplicar-lhe as profecias de S. João sobre a queda de "Babilónia a famosa prostituta". Não profetizara ele a sua ruína económica? E não começava a concretizar-se a profecia, quando as riquezas do Oriente se principiaram a escoar pela rota do Cabo, deixando às moscas os mercados do Egipto? Sinal certo, sem

[10] — 7, 16-20.
[11] — 4, 12-15.

dúvida, de que as coisas estavam maduras para destruir o Islão e recobrar Jerusalém, e de que Deus apoiava os portugueses na empresa…

Da celebridade da canela na Antiguidade Oriental atesta igualmente a história de Job, que narra que quando Deus decidiu recompensar a paciência do santo sofredor e restaurá-lo na sua antiga riqueza, lhe deu três filhas; Job deu então a uma delas o nome de *Canela*[12].

**A canela no mundo greco-romano**

Tal como a Bíblia, os escritores gregos e romanos distinguem claramente o *cinamomo* da *cássia*, sem contudo fornecerem dados que nos permitam determinar com rigor a que espécie botânica se referem em cada caso.

O nome do cinamomo é de origem semítica e corresponde ao hebraico *qinnâmôn*, ao siríaco *qinâmun*, etc. A despeito da forma κιννάμωμον estar atestada mais cedo — na obra de Heródoto[13], que a diz derivada do fenício — a forma primitiva do nome do cinamomo em grego é certamente κίναμον ou κίνναμον, de que usa Nicandro (c. 146 A.C.)[14] e de que deriva o latim *cinnamum*, usado por Plauto[15] e outros autores, entre os quais Plínio[16], bem assim como o inglês *cinnamon*; a forma mais corrente, que passou à maioria das línguas da Europa e ao etiópico, adquiriu a sua terminação certamente por analogia com ἄμωμον, "amomo". *Amomo* é o nome de uma planta aromática famosa na Antiguidade, referida por Aristóteles[17], Teofrasto[18], Dioscórides[19], Virgílio, Ovídio, Plínio[20], Marciano[21], Sidónio Apolinário[22], etc., mas de identificação incerta; trata-se talvez, segundo Sprengel[23], da *Cissus vitigi-*

---

12 — Job, 42, 14. *Cássia*, na versão grega dos Setenta e na Vulgata latina, mas, não sabemos com que fundamento, *Cinamomo* na Bíblia de Jerusalém; e transcrições fonéticas aproximativas do termo hebraico noutras versões (v. g. *Kezia* na versão oficial anglicana, dita "King James").

13 — *Histórias*, III, 111.

14 — *Theriaca,* 947.

15 — *O Gorgulho*, I, ii, v. 6 & ss.: Plauto, *Tutte le Comedie*, 5 vols, Grandi Tascabili Economici Newton, Roma, 1992.

16 — *História Natural*, XII, 19, 42, §§ 6 & ss.: Pliny, *Natural History*, 10 vols, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge (Massachusets) & Londres, (reimp.) 1983-92.

17 — *Frag*. 105.

18 — *História das Plantas*., IX, vii, 2: Theophrastus, *De Causis Plantarum*, 3 vols, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge (Massachusettes) & Londres, (reim.P, 1976-90

19 — I, 14: 1555.

20 — *História Natural*, XII, 48 & XVI, 135.

21 — *Digesto*, XXXIX, iv, 16, § 7.

22 — *Carmen* II, 52 & XI, 106: Sidonius, *Poems - Letters*, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge (Massachusets) & Londres, (reimp.) 1984-96.

23 — *Vide* as anotações do Conde de Ficalho ao Colóquio iv de Garcia de Orta: Conde de Ficalho, *Coloquios dos Simples e Drogas da Índia por Garcia da Orta,* edição publicada por deliberação da Academia Real das Sicencias de Lisboa, dirigida e annotada pelo…, 2 vol., Imprensa Nacional, Lisboa, 1891-1895 [reimp. anastática, 1987]; *cf*. M. A. Bailly, *Dictionnaire Grec-Français,* rédigé avec le concours de M. E. Egger, 11ª ed., Hachette, Paris, 1928, *s.v.*.

*nea*, Lin., segundo outros[24] de qualquer das zingiberáceas dos géneros *Amomum* ou *Cardamomum*. Seja como for, Virgílio na sua messiânica *Bucólica* ou *Écloga IV*[25] vaticina que na idade de ouro, cujo retorno prevê breve, *assyrium vulgo nascetur amomum*, "o amomo assírio vicejará vulgarmente", o que atesta da sua celebridade. Não admira que tenha contaminado o nome da canela, nem que esteja na origem do do cardamomo (*Elletaria cardamomum,* Lart., da família das Zingiberáceas). Quanto a κασία ou κασσία, "cássia", é igualmente de origem semítica, correspondendo ao hebraico *q$^{e}$çî'âh* (da raiz verbal semítica **qaça'a*, "arrancar, cortar, remover, romper", de que deve provir também o siríaco oriental *qaçyâ* ou *qâçyâ,* "côdea, pedaço de pão"). Em árabe chama-se-lhe, por um raciocínio semelhante mas por um termo diferente, *salîkha*, do verbo *salakha*, "esfolar, pelar, descascar".

Sejam quais forem as espécies botânicas designadas por *cinamomo* e por *cássia* — o que discutiremos dentro em breve — o seu comércio devia na época clássica fazer-se sobretudo pela via do Mar Roxo, dominada nas últimas centúrias antes da nossa era pelos Árabes Nabateus. Daí a ideia, que no Ocidente perdurou durante séculos, de que a canela era produto arábico.

Nos tempos mais recuados a colheita da cássia e do cinamomo aparecia envolta em lendas: Heródoto[26], fazendo-se certamente eco de patranhas inventadas pelos nabateus para justificarem o alto preço que pediam pela mercadoria, descreve-a deste modo:

> …e [os árabes] obtêm a cássia assim: só tendo bem ligado com couros e outras peles o corpo, à excepção apenas dos vão à cássia; esta cria-se, com efeito, numa lagoa não muito funda, à roda da qual, porém, e na qual vivem uns animais selvagens alados, assaz semelhantes aos morcegos, que piam assustadoramente, ferozes no combate; é preciso apanhar a cássia mantendo-os longe dos olhos. Mas o cinamomo recolhem-no de forma mais espantosa ainda: onde nasce e qual é o terreno que a cria, não sabem dizer; senão que dizem alguns, falando aparentemente verdade, que nasce naqueles países em que Dioniso foi criado. Dizem que são grandes aves quem traz essa casca seca, a que nós, que o aprendemos dos fenícios, chamamos cinamomo; e que a trazem para os ninhos, que fazem de barro sobre montanhas escarpadas, em sítios a que não tem homem acesso; e que por tal razão os arábios congeminaram o seguinte: cortando corpos de bois, asnos e outras bestas mortas em partes tão grandes quanto possível, carregam-nos para essas regiões; e colocando-os junto dos ninhos, afastam-se deles; e as aves, agarrando-se aos membros das bestas, elevam-nos para os seu ninhos, os quais, não podendo suportar tal peso, desabam sobre a terra; e eles, aproximando-se, apanham-nos. Deste modo chega aos outros países o cinamomo daí recolhido.

---

[24] — Jacques André & Jean Filliozat, *L'Inde vue de Rome — Textes latins de l'Antiquité relatifs à l'Inde,* Les Belles Lettres, Paris, 1986, p. 361; E. H. Warmington, *The Commerce between the Roman Empire and India,* Cambridge University Press, 1928 [reimp. Vikas Pub., Delhi, 1974], pp. 184-185; R. N. Saletore, *Early Indian Economic History,* Curzon Press , Londres, 1975, pp. 232-33.

[25] — v. 25: Virgile, *Les Bucoliques et les Géorgiques*, Librairie Garnier Frèsres, Paris, s/d.

[26] — *Histórias*, III, 110-111.

Posteriormente esta tradição foi desenvolvida num sentido mais maravilhoso ainda, atribuindo-se a construção dos tais ninhos não já a uma qualquer ignota espécie ornitológica, mas à mítica fénix, que vivia cinco séculos e nidificava então, para morrer no ninho e aí renascer das próprias cinzas. A tradição que associava as espécias orientais à ave mítica fénix, suposta oriunda da Etiópia e ligada ao culto do Sol, é aparentemente de origem egípcia. Acha-se uma bela versão dessa lenda nas *Metamorfoses*[27] de Ovídio:

*Hæc tamen ex aliis generis primordia ducunt;*
*Una est, quæ reparet seque ipsa reseminet, ales;*
*Assyri phœnica vocant; non fruge neque herbis*
*Sed turis lacrimis et suco vivit amomi.*
*Hæc ubi quinque suæ complevit sæcula vitæ,*
*Ilicis in ramis tremulæve cacumine palmæ*
*Unguibus et puro nidum sibi construit ore.*
*Quo simul ac casias et nardi lenis aristas*
*Quassaque cum fulva substravit cinnamo murra,*
*Se super imponit finitque in odoribus ævum.*
*Inde ferunt, totidem qui vivere debeat annos,*
*Corpore de patrio parvum phœnica renasci.*
*Cum dedit huic ætas vires onerique ferendo est*
*Ponderibus nidi ramos levat arboris altæ*
*Fertque pius cunasque suas patriumque sepulcrum*
*Perque levis auras Hysperionis urbe potitus*
*Ante fores sacras Hyperionis æde reponit.*

O que se pode traduzir assim:

Tiram doutros seres sua origem os demais;
uma só ave existe que não tem começos tais:
é dos assírios por fénix conhecida,
e a si mesma se renova e restaura a própria vida.
Nem de ervas vive, nem de qualquer pomo,
mas das lágrimas do incenso e do suco do amomo.
Quando de existência cinco séculos termina,
em ramos de azinheiras,
ou nos trémulos cimos das palmeiras,
junta canela fina,
e com as unhas coadjuvando o bico imaculado
de nardo e cássia com as arestas mais ligeiras,
para si constrói um ninho apropriado,
de mirra fulva moída atapetado.
Assenta-se no cume,

[27] — XV, v. 391 & ss.: Ovide, *Les Métamrphoses*, texte et traduction par George Lafaye, 3 vols, Société d'Édition Les Belles Lettres, Paris, 1961-91.

e a vida assim fenece entre perfume.
Dizem do corpo paterno então nascer
uma pequena fénix, para os mesmos anos viver.
Quando forças para tal carga a idade lhe confere
dos ramos da árvore alta o peso do ninho transfere,
levando pia e terna
com seu próprio berço a sepultura paterna.
De Hiperião à cidade ligeira se dirige pelo ar,
para ante as portas sagradas em seu templo o colocar.

É a esse mesmo mito que alude um epigrama de Marcial (*c*. 40-102 A.D.), que atesta ao mesmo tempo do uso da canela como desodorizante na Antiga Roma:

*Quod semper casiaque cinnamoque*
*et nido niger alitis superbæ*
*fragras plumbea Nicerotiana,*
*rides nos, Coracine, nil olentis;*
*malo quam bene olere nil olere*.

O que pode traduzir-se assim:

De cássia e cinamomo bem negrinho,
vais, Corácino, ao vaso de Nicero[28],
da fénix farejar o alto ninho.
De mim que a nada cheiro sóis troçar:
prefiro ao cheirar bem o não cheirar.

A mais antiga referência à canela em Roma ocorre na comédia *O Gorgulho*[29] de Plauto (c. 254-184 A.C.), no elogio que um beberrão faz ao vinho: *tu mihi stacte, tu cinnamum, tu rosa*…, "tu para mim és mirra, és cinamomo, és uma rosa…"

Apesar de o seu uso como perfume estar bem atestado, não encontramos na Antiguidade Clássica referências ao emprego da canela como condimento. É nomeadamente digno de nota que não entre em nenhuma das 468 receitas do livro de cozinha de Apício, que data da época de Nero, sem embargo de empregar a pimenta a cada passo e em menor medida o gengibre, e ainda por vezes o cardamomo, o costo e até o espiquenardo, bem mais raros que a canela. Tampouco consta das receitas de cozinha dadas por Ateneu ( séc. II- III) nos seus *Deipnosophistai*, "os sofistas à ceia".

Parece, contudo, que havia em Roma o costume de misturar cássia no azeite, pois Vergílio, "ecologista verde" *ante litteram,* diz[30], gabando a *aurea mediocritas* da vida rústica:

---

[28] — Nome de um comerciante de perfumes famoso em Roma no seu tempo.
[29] — I, ii, v. 6 & sqq.
[30] — *Geórgicas*, II, 458-58 &465-66.

*O fortunatos nimium, sua si bona norint,*
*Agricolas! quibus ipsa, procul discordibus armis,*
*Fundit humo facilem victum justissima tellus.*
*Si non ingentem foribus domus alta superbis*
*Mane salutantum totis vomit ædibus undam;*
*Nec varios inhiant pulchra testudine postes,*
*Illusasque auro vestes, Ephyreiaque æra;*
*Alba neque Assyrio fucatur lana veneno,*
*Nec casia liquidi corrumpitur usus olivi…*

O que se pode traduzir assim:

Oh, ditosos deveras se soubessem,
camanho é o seu bem os lavradores !
a quem, longe da guerra,
sem deles requerer grandes labores,
o sustento faculta a justa terra.
Se não parece a casa aonde habitam
altiva, pelas portas imponentes,
— que sem falhar toda a manhã vomitam
em ondas infindáveis os clientes,
que a saudar o patrão p'lo lar transitam —;
se não escancara ombreiras recamadas
de bela tartaruga o seu empíreo;
nem mostram nas moradas
dos bronzes de Efireia o vão delírio,
ou das vestes douradas a falácia;
— nem o veneno assírio
lhes mancha a alva lã de falsas cores,
nem lhes corrompe a cássia
aos azeites que usam os sabores…

Na Antiguidade Clássica não se sabia ao certo de onde provinham nem cássia nem cinamomo, nem por que precisas vias atingiam o Mediterrâneo oriental. Na esteira de Heródoto, os autores mais antigos como Teofrasto de Éreso[31] (c. 370-285 A.C.) e Agatárquides de Cnido (c. 200-145 A.C.)[32] supõem-nos oriundas da Arábia Feliz, à semelhança da mirra e do incenso. A tradição persiste longamente, e em mapas da Baixa Idade Média ainda aparece por vezes a legenda *cinnamomum* colocada sobre a Arábia, como sucede na célebre carta trecentista do Museu Bórgia. A razão de tão grosseiro erro reside certamente no facto de egípcios e depois gregos o obterem, à mistura com arómatos de

[31] — *História das Plantas,* IX, iv, 2.
[32] — *Do Mar Eritreu,* V, 99: G. W. B. Huntingfrd, *The Periplus of the Erythraean* Sea, Hakluyt Society, Londres, 1980.

produção local, dos nabateus e outros árabes, que o importavam das Índias *lato sensu*. O erro de confundir a escápula do comércio com a zona de produção é relativamente frequente: a Síria e a Assíria, por onde através do Irão chegavam espécias, drogas e outros produtos das Índias, são também bastas vezes tidas por suas zonas produtoras, como sucede no caso do malóbatro, que Horácio supõe oriundo da Síria, ou do amomo, cuja origem Vergílio coloca na Assíria. Em particular a Arábia, escala obrigatória da rota do Mar Roxo, é frequente tomada por gregos e romanos como lugar de origem de diversas mercadorias que, vindas das praias do Índico, transitavam pelos seus portos: Ateneu[33] coloca aí a pátria das avestruzes, Estrabão[34] a da cássia, do costo e das pedras preciosas, Apuleio[35] a do nardo e Propércio[36] a da própria seda, etc. E ainda hoje se chama "vinho do Porto" ao vinho-fino produzido na região do Alto Douro…

Os escritores da época romana, como Estrabão (c. 58 A.C.-25 A.D.)[37], Plínio o Antigo (23-79 A.D.)[38], Ptolomeu (*fl.* 127-145 A.D.)[39] e o anónimo autor do *Périplo do Mar Eritreu*[40], embora continuem a aludir ao comércio da canela nos portos da Península Arábica, passam a situar a zona produtora na costa africana fronteira, ora adentro das Portas do Estreito, na "região dos Trogloditas", que compreende a Eritreia, ora fora, no litoral da Somália. Plínio nota já o carácter lendário da narração de Heródoto; mas ao pretender corrigi-la acaba por lhe contrapor uma versão apenas um pouco menos mítica: a canela seria trazida ao Corno de África com os ventos de sudoeste, em barcas sem remos, vela, nem leme…

A referência a embarcações desprovidas dos mais elementares apetrechos de navegação, conduzidas pelo mero engenho humano, faz pensar nas almadias com balanceiros dos malaio-polinésios ou austronésios que, a despeito do seu caráter rudimentar, são capazes de grandes travessias oceânicas, pelo menos em águas relativamente calmas; foi o que, de facto, lhes permitiu colonizarem na época pré-histórica a Insulíndia, de onde passaram aos incontáveis arquipélagos do Pacífico, até à Nova Zelândia e ao Hawai, e ainda à ilha de Madagáscar, nas vizinhanças da costa africana. Dado existirem, como vimos já, no Sueste Asiático diversas espécies de caneleiras, não é impossível que a alusão de Plínio reflita um vago conhecimento do comércio marítimo entre a Insulíndia e a Índia, de onde a canela ganharia as Portas do Estreito; a alusão aos ventos de sudoeste não seria de levar em conta, pois Plínio nada devia saber do regímen de ventos do Oceano Índico e confunde provavelmente os ventos que reinam junto à costa africana com a monção de sudoeste, que de facto afecta a Índia durante o verão boreal. De qualquer modo, a prova

---

[33] — *Deipnosophistae,* IV, 145: Athenaeus, *The Deipnosphists*, 7 vols, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge (Massachusets) & Londres, (reimp.) 1983-95.

[34] — *Geographia*, XVI, iv, 22: *The Geography of Strabo*, 8 vols, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge (Massachusets) & Londres, (reimp.) 1983-96.

[35] — *O Asno de Ouro*, II, 9.

[36] — II, iii, 15.

[37] — *Geographia*, XVI, 4-14

[38] — *História Natural,* VI, 34 & XII, 41-43.

[39] — *Geographia*, IV, 8.

[40] — cap. 8, 10, 12 & 13.

de que tal comércio, pelo menos indirecto, entre o Arquipélago Malaio e a boca do Mar Roxo existia está no facto de se conhecer em Roma o cravinho, oriundo de Maluco, no extremo leste da Indonésia — espécia de que, por sinal, é o mesmo Plínio quem dá a primeira notícia escrita, julgando-o todavia produzido na Índia, onde fenecia praticamente o seu horizonte geográfico.

A insistência de tantos autores sobre a pátria africana do cinamomo e da cássia levou, contudo, alguns estudiosos modernos a aventarem, na esteira de Plínio[41] que teriam existido um dia na Somália, mas desaparecido ao depois, em conseqüência de alguma praga. A descoberta da *Ocotea usambarensis* resolveu entretanto metade do problema, mas foi insuficiente para permitir identificar com precisão a espécie botânica de que se extraía a outra casta de canela — o cinamomo se aquela correspondia à cássia e vice-versa. Um ponto é certo: o cinamomo era mais aromático que a cássia, como atestam nomeadamente Dioscórides de Anazarba (c. 50 A. D ) e S. Isidoro de Sevilha (c. 562-636). Escreve este último:

> O cinamomo (…) nasce nas regiões da Índia e da Etiópia; (…) a cássia nasce na Arábia; (…) é nas virtudes semelhante ao cinamomo mas inferior na força, pelo que, quando se usa em vez de cinamomo, se põe nos medicamentos o dobro do seu peso"[42].

Seríamos tentados a deduzir daí que por *cinamomo* se designaria o córtex fortemente aromático do *Cinnomomum loureirii*, ao passo que por *cássia* se entenderia a casca mais espessa e menos perfumada do *C. cassia* ou do *C. burmannii*; mas nada podemos asseverar cm segurança.

Embora a esmagadora maioria dos autores apenas refiram essas duas castas de canela o *Périplo do Mar Eritreu,* redigido entre 95 e 130 A.D., dá a entender que no comércio apareciam mais de duas variedades, pois enumera[43] entre as mercadorias que se podiam adquirir nos portos do Mar Vermelho, além da "cássia da mais dura" (κασία σκληροτέρα) e do "suco de cássia" (κασίας χύμα), cinco produtos que parecem ser outras tantas qualidades de canela: *duaka*, *gizeir*, *magla*, *motô* e *asuphê*, nomes que se não sabe ao certo o que significam nem sequer a que língua pertencem.

Não é impossível que, além da *Ocotea usambarensis*, que devia continuar a afluir à bacia do Mediterrâneo, aparecessem no mercado o *Cinnamomum burmannii* e o *Cinnamomum loureirii*, trazidos do Sueste Asiático pelo comércio marítimo, conquanto o último seja assaz aromático e de sabor agradável, não se compreendendo então porque se não utilizava em culinária. Poderia também afluir ao Mar Roxo uma espécie inferior de canela originária da Índia, extraída do *Cinnamomum iners*, Reinw. ex Bl., encontradiço

---

[41] — *História Natural*, XII, 19; tanto Garcia de Orta (*col*. xv) como Cristóvão da Costa (cap. I; *cf*. cap. XIX) põem em dúvida que alguma vez tenha existido canela em África, considerando fabulosa esta asserção de Plínio.

[42] — San Isidoro de Sevilla, *Etimologías,* edición bilingüe: texto latino, versión española, notas y índices por José Oroz Reta & Manuel M. Marcos Casquero, 2 vol., B. A. C., Madrid, 1982-83, XVII, viii, 10 & 12.

[43] — *Vide* G. W. B. Huntingford, *The Periplus of the Erythrean Sea by an unknown author (…),* translated and edited by…, Hakluyt Society, Londres, 1980, cap. 8, 10, 12 & 13.

nas florestas do Sul da Península, a que, segundo Pedro Teixeira, os portugueses chamavam *canela-do-mato*. Na Índia a canela era, evidentemente, conhecida e utilizada: já o *Arthaśâstra*, tratado de ciência política atribuído a Kauṭilya, conselheiro do rei Chandragupta Maurya (r. 322-298 A.C.), mas certamente muito interpolado pelas gerações posteriores, alude a um licor em cuja composição entrava a canela em pó[44]; tratava-se certamente da espécie nativa.

Desse modo se explicaria por que motivo muitos autores da Antiguidade tardia apontam para a Índia como pátria das canelas: assim Quirão (séc. IV), que na sua *Mulomedicina* ou "Arte de Curar as Mulas"[45] receita *cássia índica* para a tosse, e S. Isidoro de Sevilha[46], que conta o cinamomo entre as produções da Índia:

> A Índia […] gera porém homens de cor tingida, elefantes enormes, o animal unicórnio, o pássaro papagaio, e também a madeira de ébano, o cinamomo, a pimenta e o cálamo aromático.

Não é, contudo, impossível que aí ocorra o erro assaz freqüente de tomar a escápula do comércio pela região produtora, em que incorre Plínio ao dar a Índia por pátria do cravinho ou a quase totalidade dos autores árabes da Idade Média ao imaginarem-no produzido em Java, onde os mercadores de facto o adquiriam.

Seja como for, parece de excluir a identificação do cinamomo dos Antigos com a canela-de-ceilão que, como veremos em breve, não era ainda conhecida[47]. Quanto à da sua cássia com a cássia-lígnea da China, não é de recusar inteiramente, embora pareça mais provável que se trate de uma das espécies de canela da Ásia do Sueste, quiçá o *Cinnamomum burmannii* ou cássia-de-padang, tanto mais que todas as fontes conhecidas a dizem trazida por mar. O Império Romano não comerciava directamente com a China nem com a Ásia do Sueste, mas mantinha com elas um tráfego indireto: com o Sueste Asiático, por intermédio do Sul da Índia e da chamada Rota Marítima da Seda, através do golfo de Bengala e do Mar da China Meridional — comércio de que são indício vários achados de moedas romanas nas costas do Vietnão, para onde foram certamente levadas por mercadores indianos que as davam como preço de mercadorias locais. Com o Celeste Império comunicava Roma pela Velha Estrada da Seda, através da Ásia Central e do Irão — sobretudo desde que c. 114 A. C., sob a dinastia 漢 Han (206 A. C. - 220 A. D.), a China se apoderou do que é hoje o 新疆 Sinquião (Hsin Chiang) ou Turquestão Chinês, que lhe garantia o acesso à Sogdiana, à Bactriana e, através desta, ao Irão, ao vale do Indo e, finalmente, ao Mar de Omão.

---

[44] — II, xxv, 121: R. P. Kangle (ed.), *The Kauṭilîya Arthaśâstra,* 2 vols., Motilal Banarsidas Publishers, Delhi, 2000.

[45] — *Mulomedicina,* § 841: André & Filliozat, *op. cit*., p.200

[46] — *Etimologias,* XIV, iii, 6.

[47] — *Cf*. Stanley M. Burstein, *Agatharchides of Cnidus on the Erythraen Sea,* translated from the Greek and edited by…, Hakluyt Society, Londres, 1989, pp. 160-161, notas.

**Na Idade Média**

É na Idade Média que surge e se divulga o vocábulo *canela*, que etimologicamente significa "pequena cana". Está atestado em francês desde o século XII, nas demais línguas românicas nas centúrias imediatas: em castelhano o seu uso está documentado desde o século XIII e em português desde o XIV. Foi aparentemente do italiano que passou aos outros idiomas, nomeadamente ao castelhano, que mantém a forma etimológica, *canilla* (dissimilação de **cañilla*), para a canela da perna, mas usa o empréstimo italiano *canela* para a que aqui nos ocupa. Em inglês antigo registam-se no século XV as formas *canel* e *canelle*, a mesmo tempo que *cinnamon*, que veio a prevalecer modernamente. Nas outras línguas, com a divulgação do termo *canela*, que parece relacionada com a vulgarização de novas castas do produto nos mercados da Europa, como veremos em seguida, os termos *cinamomo* e *cássia* tornam-se cultismos, cujo uso quedou restringido à linguagem da medicina, que empregava bastas vezes como simples ambos os produtos.

A ciência grega tentara criar, a partir da "teoria dos quatro elementos" de Empédocles de Agrigento (século V A. C.), uma explicação racional para as virtudes terapêuticas das espécias e demais plantas medicinais. Segundo aquela teoria tudo neste mundo se comporia da combinação de quatro elementos, terra, água, ar e fogo, distintos entre si pelo efeito cumulativo de duas oposições bipolares: quente / frio e seco / húmido: a terra seria seca e fria, o fogo seco e quente, o ar quente e húmido, a água húmida e fria. As estações do ano corresponderiam à alternância do predomínio dos mesmos princípios, de modo que o verão, como o fogo, era quente e seco, o outono seco e frio, o inverno frio e húmido e a primavera húmida e quente. No corpo humano considerava-se haver um equilíbrio dinâmico entre quatro humores, regidos pelos mesmos princípios: o sangue, quente e húmido, a cólera, bílis ruiva ou simplesmente bílis, quente e seca, a atrabílis ou bílis negra, que se supunha segregada pelo baço ou pelas cápsulas suprarrenais, seca e fria, e o fleuma, identificado ao muco, também frio mas húmido. Daí, por exemplo, que no inverno as pessoas andem bastas vezes ranhosas, devido à exsudação do muco excitado pelo predomínio do tempo frio e húmido, as diarreias estivais, com derrame da bílis em excesso devido ao tempo quente e seco, e assim sucessivamente. Haveria, pois, entre o macrocosmo que é o universo e o microcosmo que é o homem uma espécie de homotetia, e a saúde consistiria essencialmente na harmonia profunda entre um e outro — o que, por vezes, apenas artificialmente se podia manter por meio da alopatia, contrariando o excesso de quentura com a frialdade de certos alimentos ou mezinhas, a secura com a humidade e assim por diante.

A teoria dos quatro elementos e dos quatro humores perpetuou-se ao longo da Idade Média, quer na medicina árabe quer na ocidental, e só no século XVIII se veio definitivamente a dissolver. É de harmonia com tais ideias que, por exemplo, Pedro Hispano (1210-1277), futuro papa João XXI, no seu *Liber de conservanda sanitate*[48] faz as seguintes recomendações para o inverno:

[48] — *Vide* Maria Helena da Rocha Pereira, *Obras Médicas de Pedro Hispano*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1973.

> O inverno é tempo frio e húmido, em que se devem mudar os hábitos de vida: é conveniente que uses de cibos quente e húmidos, como são os ovos de pomba, os cordeiros capados e todos os ingredientes quentes, como os figos e as nozes e o bom vinho tinto; tomem-se electuários quentes, evitem-se as relações venéreas e as sangrias, a não ser que sobrevenha a necessidade; e então tempere-se o ar com ungüentos cálidos e espécias aromáticas[49].
>
> No inverno faça cada um inclinar sua dieta para a quentura e secura, e isso para gerar bílis; no verão, porém, para a frialdade e humidade, para gerar fleuma, pois as moléstias fleumáticas geram-se no inverno pela exundação do fleuma. No verão, ao invés, as coléricas, pela exundação da cólera; e do mesmo modo se há de entender dos demais tempos e compleições. Pelo que diz Galeno: no verão multiplica-se a bílis, no inverno o fleuma, pois um contrário reprime os outros; e assim por diante[50].
>
> Item. Quando o fleuma se multiplica, no inverno, deve usar-se gengibre de Alexandria temperado e anis, por causa da necessidade do estômago; e as mais das vezes com almíscar, porque fortalece o cérebro e os órgãos principais e regenera o seu aspecto e calor natural. Por esse motivo é mais eficaz no tempo quente[51].

As virtudes das plantas medicinais resultavam, segundo esta teoria, de possuírem em elevado grau pelo menos um daqueles quatro princípios, o que permitia utilizá-las alopaticamente, como correctivos à sua eventual deficiência no corpo humano. Sirva de exemplo o que das duas principais castas de canela diz Averrois (1126-1198), no seu tratado *Dos Simples*, traduzido em latim em 1328 e divulgado pela imprensa a partir do século XV:

> Canela ou cinamomo, isto é, *recapaldareca*[52]: é quente e seca em segundo grau e estende-se mais na secura, e isto porque é composta de substância terrestre com substância aérea igualmente, e disso atesta Galeno; e com isso tem uma sutil substância ígnea, da qual tem a sua aromaticidade; e a sua estipticidade com um pouco de picância significa substância terrenha; e a sua canelosidade significa substância aérea dominante sobre ela, e isso se conhece por causa da natureza das canas. As suas virtudes são manifestas no estômago e no fígado, porque é das mezinhas em que se acha aromaticidade e estipticidade e picância; e porque possui tão nobre compleição fortalece todos os membros[53].

---

49 — *ibidem*, capº "de yeme", p. 453.

50 — *ibidem*, capº. "De yemali usu", pag. 481.

51 — *ibidem*, capº. "De calore excedente", pag. 491.

52 — *sic* na versão latina; deveria ser *salîkha*, nome árabe da cássia, que, como se deduz do parágrafo seguinte, é o que está aqui em causa.

53 — *De simplicibus*, cap. xlii: *In Hoc Volumine continentur insignium medicorum Joan. Serapionis Arabis de Simplicibus Medicinis, opus præclarum et ingens; Averrois Arabis de eisdem liber eximius; Rasis filii Zachariae de eisdem opusculum perutile; incerti item auctoris de Centaureo libellus hactenus Galeno inscriptus; dictionum arabicarum iuxta atque latinarum index valde necessarius*, Basileia, 1531, p. 348.

> *Darseni* [= *dâr çînî,* nome árabe do cinamomo], isto é, canela sutil, é doce, aromática e quente, e seca no terceiro grau, e é a suprema entre todos as mezinhas aromáticas que resistem à putrefacção, nem tem par nas suas operações[54].

À diferente dominância de um ou outro daqueles quatro princípios se ligava não só a alternância das estações como a diversidade dos temperamentos individuais, sobre que dissertaram Hipócrates (c. 460-375 A.C.), o filósofo e naturalista Teofrasto de Éreso (c. 372-287 A. C.) e sobretudo Galeno (c. 130-200 A. D.). Consideravam-se quatro temperamentos principais: o sanguíneo, em que o sangue predominava sobre os demais humores; o bilioso ou colérico, em que o predomínio cabia à cólera ou bílis ruiva; o atrabiliário ou melancólico, em que dominava a atrabílis (dita em grego μελαγχολία, étimo do português *melancolia*); e o fleumático, em que a acção dominante era a do fleuma. Desta diversidade natural resultava que nem todos os alimentos convinham a toda a gente. Esse tema foi retomado na Idade Média entre outros pelo célebre Razis, *i. e.*, Abû Bakr Muhammad bin Zakarîyâ' al-Râzî (c. 854-925 ou 935), cuja obra foi vertida em latim em parte por Gerardo de Cremona (1114-1187), activo colaborador da escola de tradutores de Toledo, e em parte por Farraguth, ou seja, pelo médico judeu de Agrigento Faraj ben Sâlim, a mando do rei Carlos de Anju em 1279, e divulgada pela imprensa a partir de 1486.

É claro que a maior parte das pessoas ignorava essas sábias teorias e punha espécias na comida por gulodice, moda, ostentação de luxo exótico ou simplesmente por costume. Razis — assaz reticente, por exemplo, quanto à banana, por ser quente, má para o estômago, gerar fastio e se transformar rapidamente em bílis ruiva[55] — não parece, curiosamente, ver nisso grande inconveniente, pois após enumerar as virtudes medicinais de alguns "electuários suaves para comer que se fazem de frutos e flores", conclui genericamente que os demais "se comem apenas por causa das delícias", sem lhes apontar qualquer senão[56].

Identicamente a medicina norteou-se as mais das vezes na prática pelas virtudes específicas, empiricamente verificadas, de cada simples, mais que por quejandas considerações teoréticas e ideológicas; e os doentes só devem ter lucrado com isso…

Constantino Africano, monge do Monte Cassino (c. 1020-1087), oriundo de Cartago e grande adepto da medicina arábica dedicou-se a classificar as diferentes substâncias por graus de quentura, secura, etc. Eis o que diz das canelas:

> O cinamomo é de várias sortes, a saber: há-o grosso, que é o que se corta das árvores; e há outro que é o córtice dos ramos; e há-o cariofilado, que é o córtice dos ramos dos craveiros[57]. E há outro que é como uma caninha sutil. Todos, contudo, são quentes em terceiro grau e secos em segundo. O verdadeiro, contudo, que é

---

[54] — *ibidem,* p. 350.

[55] — *ibidem*, cap. xx., p. 385.

[56] — *ibidem,* cap.xxvii, p. 390.

[57] — Na realidade a canela cariofilada, conhecida pelo nome malaio de *kulit lawang,* à letra, "casca de cravo", extrai-se de uma espécie distinta, o *Cinnamomum culilaban,* (L.) Kosterm, ou *C. culilawan,* (L.) Bl., originário, como o cravo, das Molucas, e como ele rico em eugenol, mas botanicamente bem distinto.

como uma caninha, é mais apreciado que os demais, pois conforta o estômago e aromatiza-o…[58]

Cleópatra pôs cinamomo verdadeiro em lugar de cássia-lígnea e cássia-lígnea em lugar de cinamomo; Dioscórides mandou pôr dois pesos de cinamomo em vez de um de cássia[59].

Esta última afirmação está, por inadvertência, trocada: são, evidentemente, dois pesos de cássia, mais fraca, por um de cinamomo, mais forte. No seu *Al-Jâmi' li mufradât* ou "compêndio dos simples" — espécie de enciclopédia de farmacopeia, em que recenseia por ordem alfabética mais de 2.000 simples — redigido em Damasco entre 1240 e 1248, Ibn Albaitar[60] espraia-se mais ainda, citando uma série de autores e distinguindo uma série de castas de canela, muitas delas inidentificáveis.

A Idade Média ocidental não conseguiu durante muito tempo ir mais longe do que a Antiguidade Clássica na identificação das pátrias dos diversos tipos de canela. Ainda no século XIII havia quem na supusesse oriunda do Paraíso Terreal, que a cartografia da época, tomando à letra o que diz a Bíblia[61], situava a Oriente. Particularmente expressiva a tal respeito é a descrição que na sua *Histoire de Saint Louis*[62] Joinville dá da pesca à rede à especiaria, que se faria no rio Nilo, à saída do Paraíso onde nascia:

*Il nous convient premièrement parler dou flum qui vient par Egypte et de Paradis terestre (…). Avant que li fluns entre en Egypte, les gens qui ont acoustumé à ce faire giètent leur roys desliées parmi le flum au soir; et quant ce vient au matin, si treuvent en lour royz cel avoir de poiz que l'on aporte en ceste terre, c'est à savoir gingembre, rubarbe, lignaloey et canele. Et dit l'on que ces choses viennent de Paradis terestre; que li venz abat des arbres qui sont en Paradis, aussi comme li venz abat en la forest en cest païs le bois sec; et se qui chiet du bois sec au flum nous vendent li marcheant en ce païzæ.*

Convém-nos primeiramente falar do rio que vem pelo Egipto do Paraíso Terrestre (…). Antes que o rio entre no Egipto, as pessoas que estão acostumadas a fazê-lo deitam suas redes abertas dentro do rio, pela tarde; e quando vem a manhã, se acham em suas redes haver peso, o trazem a esta terra, a saber: gengibre, ruibarbo, lenho-aloés e canela. E diz a gente que estas cousas vêm do Paraíso Terrestre; e que lhas trazem as chuvadas das árvores que estão no Paraíso, assim como trazem

---

58 — *Liber de Gradibus*, 3º grau: *vide* Constantini Africani post Hippocratem et Galenum *(…) Posthabenda opera* (…), Basileia, 1531, p. 368.

59 — *Ibidem*, p. 369.

60 — Ibn al-Bayṭâr, *Traité des Simples,* traduction de Lucien Leclerc, 3 vol., Institut du Monde Arabe, Paris, s/d [reprodução anastática do texto impresso nas *Notices et Extraits des Manuscrits de la Bibliothèque Nationale et d'autres bibliothèques*, publiées par l'Institut Nationale de France, tomos XXIII, XXV e XXVI, Paris, 1877, 1881 & 1883], s. v. *dâr çînî* («canela», nº 841) & *salîkha* («cássia», nº 1205); s. v. *qirfa* («córtice») remete para *dâr çînî*.

61 — Gen 2, 8.

62 — Joinville, *Histoire de Saint Louis* [in *Historiens et chroniqueurs du Moyen Age: Robert de Clari, Villehardouin, Joinville, Froissart, Commynes*. Édition établie et annotée par Albert Pauphilet; textes nouveaux commentés par Edmond Pognon, Bibliothèque de la Pleiade, Gallimard, Paris, (1952)], cap. XL.

> as chuvadas na floresta em este país a lenha seca; e o que de lenha seca cai ao rio, no-lo vendem em este país os mercadores.

Seja como for, é nas literaturas islâmicas que se encontram as mais interessantes informações acerca da canela, que nos permitem discernir que entrara já em cena no Ocidente a cássia-lígnea da China. O testemunho mais curioso, fornecido pela lingüística, é o próprio nome da canela em persa: *dâr chînî*, que traduzido à letra significa "pau chinês". Do persa, na forma *dâr çînî*, acomodada à fonética do árabe, passou a esta língua, e na forma *dalchinî* ao hindustânico. Deixando de lado os médicos cristãos, sobretudo nestorianos, que escreveram originalmente em siríaco e só depois foram vertidos em arábico, como Serapião (c. 873), topamos com o vocábulo na pena de Razis (c. 865-923 ou 932), Avicena (980-1037), Edrici (m. 1165), Averrois (1126-1198), etc.

Além das obras de medicina traduzidas em latim em Salerno ou em Toledo teve grande influência na Europa cristã o geógrafo Al-Sharîf al-Idrîsî ou Edrici, que trabalhou de 1138 a 1154 na corte do rei normando Rogério II da Sicília (r. 1130 - 54), razão por que o seu livro ficou conhecido em árabe por *Kitâb Rujâr* ou *Kitâb al-Rujârî* e o seu mapa-múndi designado na Europa por *Tabula Rogeriana*. Segundo ele era da China, ou pelo menos do Oriente remoto, que no seu tempo provinha a mor parte da canela que afluía a Aden[63]:

> A cidade de Aden é pequena, mas célebre por causa do seu porto de mar, de onde partem navios com destino ao Cinde, à Índia e à China. Deste último país trazem mercadorias tais como ferro, folhas de sabres adamasquinadas, chagréns, almíscar, lenho-aloés, selas para cavalos, louça de terra-cota, pimenta odorífera e não-odorífera[64], cocos, *harnuwa*[65], cardamomo, canela, galanga, maça, ébano, carapaças de tartaruga, cânfora, noz-moscada, cravo, cubebas, vários panos tecidos de ervas e outros ricos e aveludados, dentes de elefante, estanho, rota e outras canas, assim como a maior parte do aloés amargo destinado ao comércio.

O texto, de per si, não é absolutamente probatório, pois a maioria dos produtos que menciona não provém exactamente da China, como o autor diz, mas do Sueste Asiático, e o mesmo se poderia passar com a canela; de qualquer modo é do Extremo Oriente e não da Índia ou de Ceilão que a canela é dita vir.

Marco Polo, que não alude ainda à canela de Ceilão, afirma que *croist canelle en grant habondance*, tanto na *province de Tebet* como em *Gaindou*, *une province vers ponent* (ao que parece entre o Tibet e o 云南 Yün Nan)[66], o que parece ter caído rapida-

---

[63] — Muhammad al-Idrîsî, *Geographia Nubiensis, id est, acvratissima totivs orbis in septem climata divisi descriptio,* Typographia Hieronymi Blagaert, Paris, 1619, 1º clima, 6ª secção (p. 51).

[64] — *i. e.*, provavelmente, pimenta-negra (*Pipper nigrum*, L.) e pimenta-longa (*Pipper longum,* L.. ambas da família das Piperáceas), respectivamente.

[65] — Droga de identificação incerta, talvez a baga da águila ou lenho-aloés [*Aquilaria agallocha*, (Lour.) Roxb], da família das Timeliáceas; *vide* Ibn Albaitar, *op. cit.*, s. v. (nº 2253).

[66] — Marco Polo, *Le Livre de…, citoyen de Venise (…)*, rédigé en français sous sa dictée en 1298 par Rusticien de Pise, publiée (…) par M. G. Pauthier, Paris, 1865 [reimp. Slatkine Reprints, Genebra, 1978], cap. cxv & cvi.

mente no esquecimento devido à divulgação do cinamomo cingalês nos anos subseqüentes. De feito, quarenta anos depois de Marco Polo, já Frei Jordão Catalão ou Jourdain de Séverac menciona o cinamomo, ao lado da pimenta, do gengibre, do pau brasil e de "todas as espécias", entre as produções da "Índia Maior", designação em que engloba toda a Índia peninsular, mais a Ásia do Sueste, com todas as ilhas de Ceilão para lá[67].

Conforme adiantámos já a canela-de-ceilão — a mais apreciada e hoje em dia a mais corrente — só bastante tarde foi conhecida. Faz-lhe uma referência isolada um texto árabe do século X, o *Kitâb 'Ajâ'îb al-Hind,* ou "Livro das Maravilhas da Índia", do nacodá Bozorg filho de Xahriyâr de Râmhormoz[68] — tão isolada que se chegou, sobre essa base, a pôr em dúvida a autenticidade do texto, de facto apenas conhecido por um manuscrito do século XIII. Este reza assim:

> E entre as ilhas famosas não há no mar ilha com a de Sarandib[69], cujo nome é Ceilão (…). E a casca das árvores dela é a canela mais excelente, a famosa canela de Ceilão [*al-qirfat al-Sihîlânîyat al-mawçûfa*].

Não é totalmente impossível que se trate de uma interpolação no texto primitivo. Seja como for, só no século XIII topamos com nova alusão à canela cingalesa, nas páginas do geógrafo Qazwînî, que na sua *Geografia*, dita *Âthâr al-bilâd wa akhbâr al-'ibâd* ("monumentos dos países e notícias da humanidade")[70] se lhe refere por duas vezes. Refere-se-lhe também, uma vintena de anos mais tarde, o franciscano João de Montecorvino (1247-1326), que em 1292-94 estacionou no sul da Índia, a caminho da corte do Grão Cã da Tartária, a que o enviara o papa Nicolau IV (r. 1288-92).

Durante muitos séculos, com efeito, o centro de gravidade de Ceilão fora a zona Nordeste, relativamente seca, de economia baseada na rizicultura irrigada, enquanto que a zona húmida do Sudoeste, exposta à monção marítima e por isso coberta de florestas, onde entre muitas outras espécies medrava o cinamomo, permanecia praticamente inexplorada. Embora os escritores antigos não poupem loas às riquezas da úbere Taprobana (a *Śrī Laṅkā* ou "Próspera Lancá" da literatura sanscrítica), nenhum menciona entre os seus produtos a canela. Só a partir do século XIII o fulcro económico e político da ilha se deslocou para essa região, assentando doravante a sua economia em produtos ricos para exportação, de que o principal era a canela, e passando a importar do Choromândel o arroz que localmente não produzia em bastança para a sua população; foi desde então que a canela cingalesa se derramou por todos os mercados, eclipsando quase totalmente a da China, mais grosseira.

---

67 — *Mirabilia Descripta*, cap. «De Majori India»: *Description des Merveilles d'une part de l'Asie par le P. Jordan ou Jourdain Catalani, natif de Severac* (…), imprimé d'après un manuscrit du XIVe siècle, Paris, 1839.

68 — Bozorg fils de Chahriyâr de Râmhormoz, *Livre des Merveilles de l'Inde*, par…, texte arabe publié (…) par P. A. van der Lith, traduction française par L. Marcel Devic, publication dédiée au sixième Congrès des Orientalistes, Leida, 1883-86, [reimp.anastática, Dar Sader, Beirute, s/d], cap. cxxxii, pp. 179-180.

69 — Arabização do prácrito *Sîhaladîv*, do sânscrito *Siṁhaladvîpa*, i. e., "ilha (*dvîpa*) de Ceilão".

70 — Zakarîyâ' bin Muḥammad bin Maḥmûd al-Qazwînî, *Âthâr al-bilâd wa akhbâr al-'ibâd* [= "monumentos dos países e notícias da humanidade"], Dâr Çâdr, Beirute, 1980 (em árabe).

É devido a esse eclipse que a expressão *dâr-chini*, por que os persas designam a canela, pareceu a Garcia de Orta[71], e na sua esteira a Cristóvaõ da Costa[72] e a Diogo do Couto[73], um contrassenso, visto na sua época a canela provir quase toda de Ceilão e terras circunvizinhas e não da China. Orta chegou por isso a pôr em dúvida que a houvesse aí: *e ao que [Francisco de Tâmara] diz da China, bem sabido é ser falso, pois de Malaca levam pera a China drogas e sabem não haver lá a tal droga*. Embora Orta se engane redondamente neste passo, diga-se em seu abono que na documentação quinhentista referente a Malaca, que examinámos exaustivamente, jamais encontrámos qualquer referência ao comércio de canela[74]. É interessante notar que, reciprocamente, do lado chinês, não só 趙汝适 Chao Ju-Kua (1170-1228), no seu 諸蕃志 *Chu Fan Chih* ou "Relação completa do estrangeiro", escrita antes da grande divulgação do cinamomo cingalês, nem 馬歡 Ma Huan (c. 1380-1460), que participou nas expedições do almirante 鄭和 Cheng Ho ao Grande Mar do Sul l(1405-1433) e publicou a sua 瀛涯勝覽 *Ying-ya Sheng-lan* ou "Descrição Geral das Costas do Oceano" em 1451, mencionam a canela nem entre as produções de Ceilão, nem entre as do Arquipélago Malaio, certamente porque era falha de interesse comercial para os chineses, que se contentavam com a sua cássia. Parece, pois, evidente que, desde a Baixa Idade Média, por um lado nem o Sueste Asiático importavam o cinamomo de Ceilão porque possuíam espécies locais; por outro as canelas do Extremo Oriente não se exportavam já para Ocidente, porque aí reinava o cinamomo, de muito melhor qualidade. Como em breve veremos, parecem ter sido os espanhóis estabelecidos nas Filipinas a partir de 1565 quem relançou o comércio da canela chim.

Entretanto a expressão persa *dâr-chini*, que designava a cássia-lígnea da China, transferiu-se para o cinamomo cingalês quando este começou a divulgar-se, e de Garcia de Orta. Mais bem informado, Pedro Teixeira, no passo citado acima corrige-o, dando fé da existência de diversas castas de canela no Malabar, em Ceilão, no Mundo Malaio, em Mindanao e na Cochinchina, notando os nomes locais por que eram designadas; ignora, porém, a sua existência no Celeste Império, imaginando que os persas designam cinamomo por *dâr chînî* por lhes ser trazido de Ceilão por mercadores chineses. Daí a estranha expressão *dâr chinî saylânî,* "pau chinês de Ceilão", para designar o cinamomo cingalês, chamando-se à cássia *qirfa*, o que é correcto.

Foi, com toda a probabilidade, o aparecimento da cássia da China e, sobretudo, do cinamomo de Ceilão, ambos isentos de travo a cânfora, nos mercados ocidentais o que

---

71 — Conde de Ficalho, *Coloquios dos Simples…, colóquio* xv.

72 — Cristóvão da Costa, *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais por…, no qual se verifica muito do que escreveu o Doutor Garcia de Orta* [1ª ed., em castelhano, Burgos, 1578], versão portuguesa com introdução e notas do Dr. Jaime Walter, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1964, cap. I.

73 — *Ásia*, IV, vii, 9: João de Barros, *Ásia,* 4 vols, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1945-1946; *Da Ásia de João de Barros - Dos feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente* [1e éd. 1552] *e Vida de João de Barros - Índice Geral das Quatro Décadas,* Lisboa, 1777-78 [reimp. Livraria Sam Carlos, Lisboa, 1973].

74 — Não consta, por exemplo, da lista dos produtos que transitaram pela feitoria de Malaca entre 16.III.1512 e 25.II.1514 inclusa na carta de quitação passada ao feitor Pero Pessoa em Lisboa a 17.VII.1532, ANTT, *Chancª de D. João III,* livº 18, fl. 108 v., pub. por A. Braamcamp Freire, "Cartas de Quitação del-Rei D. Manuel", in *Arquivo Histórico Português*, vol. IX, nº 750, p. 466.

levou à popularização da canela com condimento, bem atestado em receitas de cozinha da Baixa Idade Média, de que fornecemos dois ou três exemplos. O primeiro é extraído de *Le Mesnagier de Paris* — livro de instruções dado c. 1393 a sua jovem esposa por um rico burguês parisiense, com idade para ser seu pai ou mesmo avô, de que a primeira parte contém princípios morais, com particular relevo para o dever de permanecer fiel ao esposo, e a segunda receitas de cozinha:

> *Brouet de cannelle: despeciez vostre poulaille ou autre char, puiz la cuisiez en eaue, et mectez du vin avec, et friolez. Puis prenez des amandes crues et sechez a toute l'escorche et sans peler, et canelle grant foison, et si broyez tresbien et deffaictes de vostre boullon ou de bullon de beuf, et faictes boulir avec vostre grain. Puis broiez gingembre, giroffle et graine, etc., et soit lyant et sor.*

Ou seja:

> Guisado de canela: cortai a vossa criação ou outra carne, ponde-a a cozer em água, ajuntai vinho e frigi-a. Tomai amêndoas cruas e secas com sua pele, não as peleis, e profusão de canela; esmagai tudo muito bem e desfazei no vosso caldo ou em caldo de vaca, e aferventai-o com o grão [a parte sólida] de vossa sopa. Depois pisai gengibre, cravinho, grão-do-paraíso[75], etc.; e que seja espesso e amarelo.

O segundo exemplo extraímo-lo de um manuscrito inglês do século XV[76] de que consta, sob o número 130, entre as receitas de *Potages Dyvers*:

> *Cxxx. Brewes in Lentyn: Take a fewe Fygys, & seþe hem & draw hem þorw a straynoure with Wyne; þen putte þer-to a lytil Hony; þen toste Brede, & Salte it; & so broune & rennyng as Brwes, serue hem in, & straw pouder Canelle y-now þer-on atte þe dressoure, & serue it forth.*

O que vem a ser:

> CXXX. Caldo para a quaresma. Toma alguns figos e coze-os e passa-os por um passador, com vinho; então põe-lhe um pouco de mel; então torra pão e salga-o; e estando tão louro e ralo como um caldo, serve-os nele, e salpica canela em pó em bastança sobre ele no aparador, e serve-o então.

A canela entra também na confecção de pratos mais requintados, como o seguinte molho para lampreia:

> *142. Sauce pour lamprey. Take a quyk lamprey, And lete him blode at þe nauell, and lete him blode in an erthen potte; And scalde him with hey, and wash him clene, and put him on a spitte; and sette the vessel withe þe blode vnder þe*

---

[75] Grão-do-paraíso ou malagueta (*Aframomum melegueta*, K. Schum., da família das Zingiberáceas) é uma espécia africana, afim do cardamomo asiático, conhecida na Europa desde o século XIII; a não confundir com as castas picantes de pimento americano (*Capsicum annuum,* L., *Capsicum frutescens*, L., espécies afins e seus híbridos, da família das Solanáceas) a que se dá hoje correntemente o nome de *malagueta*.

[76] *Harleian MS. 279*, pub. por Cindy Renfrow, *Take a thousand Eggs or more — a Collection of 15th Century Recipes,* 2 vols, 2ª ed., s/l, 1998, vol. II, p. 299.

*lamprey while he rosteth, And kepe the licoure þat droppeth oute of him; And then take oynons, and myce hem small, And put hem yn a vessell with wyne or water, And let hem parboyle right well; And then take awey the water, and put hem in a faire vessell; And þen take pouder of Canell and wyne, And drawe hem thorgh a streynour, and cast hit to the oynons, and set ouer the fire, and lete hem boyle; and cast a litull vinegre and parcely there-to, and a litul peper; And þen take þe blode and þe dropping of þe lamprey, and cast thereto & lete buille to-gedrys till it be a litell thykke, & cast therto pouder ginger, vynegre, salt, and a litull saffron; And whan þe lamprey is rosted ynowe, ley him in a faire chargeour, And caste all the sauce apon him, And so serue him forth.*

142. Molho para lampreia. Toma uma lampreia viva, e fá-la sangrar pelo meio, e deixa-a sangrar num pote de barro; e escalda-a com feno, e lava-a até ficar limpa e põe-na num espeto; e coloca a vasilha com o sangue sob a lampreia enquanto assa, e guarda o líquido que escorre dela. Então toma cebolas e pica-as fino, e põe-nas numa vasilha com vinho ou água, e deixa-as cozer muito bem; e então tira a água e põe-na numa vasilha capaz; e então, toma pó de canela e vinho, e fá--los passar por um passador, e deita-os sobre as cebolas, e põe ao lume, e deixa-os cozer; e deita-lhes um pouco de vinagre e de salsa, e um pouco de pimenta; e então toma o sangue e o que pingou da lampreia, e deita-lhos, e deixa cozer juntamente até que fique um pouco espesso e deita-lhe gengibre moído, vinagre, sal e um pouco de açafrão; e quando a lampreia estiver suficientemente assada, estende-a num prato largo e capaz, e deita-lhe por cima o molho. E então serve-a assim.

## Os portugueses e o comércio da canela

Chegados à Índia em 1498, os portugueses logo toparam com canela à venda nos mercados do Malabar, de cuja origem se puderam imediatamente informar, como o atesta o conhecido *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama,* atribuído a Álvaro Velho[77]:

> Desta terra de Calecut, que se chama a Índia Alta, vai a especiaria que se come em ponente e em levante e em Portugal e bem assim em todas as províncias do mundo; assim mesmo vão desta cidade de Calecute muitas pedras preciosas de toda a sorte. *Scilicet*: em esta cidade há, de sua própria colheita, esta especiaria que se segue: muito gengibre e pimenta e canela, posto que não é tão fina como é a de uma ilha que se chama Ceilão, a qual está de Calecute oito jornadas; toda esta canela vem ter a esta cidade de Calecute…

Foi certamente devido a esta informação que, conforme tudo leva crer, João da Nova, capitão-mor da armada de 1501-1502, enviou um dos seus navios a Ceilão a car-

[77] — Damião Peres, António Baião, A. de Magalhães Basto (ed.), *Diário da Viagem de Vasco da Gama,* do códice original, transcrição e versão em grafia actualizada, 2 vls., Livª Civilização, Porto, s/d, vol. I, p. 98.

regar canela. Nenhuma das crónicas subsistentes no-lo diz, e, para mais, não resta nos arquivos nem um único documento referente a esta armada, que tinha aparentemente o carácter de mera expedição de comércio; mas subsiste em Colombo uma espécie de padrão, uma pedra com as armas portuguesas gravadas e a data de 1501. Por outro lado, c. 40% da carga trazida para o Reino por essa armada era constituído por canela, o que parece confirmar essa hipótese: sabe-se com efeito por diversas fontes, nomeadamente a crónica de Castanheda e os *Diários* de Marino Sanudo, que a frota trouxe ao lado de 1.000 quintais de pimenta, 50 de gengibre e outros tantos de lacre e benjoim, 450 a 500 quintais de canela de carga oficial, a que se devem ajuntar mais 200 quintais, das quintaladas dos marinheiros — por conseguinte ao todo 650 a 700 quintais, numa tonelagem total de 1.750 quintais a 1.800 quintais[78].

Nas instruções que deu a D. Francisco de Almeida em 1505, ao enviá-lo para a Índia como vice-rei, D. Manuel ordenava-lhe que fizesse quartel-general em Ceilão, não exactamente por causa da canela, mas devido à posição estratégica da ilha, no centro do Oceano Índico — injunção a que o vice-rei, que fora aparentemente escolhido e imposto a El-Rei pelo seu conselho, em que era maioritária uma corrente desfavorável aos projectos imperiais do *Venturoso*, fez, como a muitas outras, ouvidos de mercador. Limitou-se a enviar à Próspera Lancá seu filho D. Lourenço, que persuadiu o rei de Cota (Kotte), junto de Colombo, a declarar-se vassalo d'El-Rei de Portugal e pagar-lhe anualmente como páreas 450 bares (cerca de 67.500 kg) de canela, o que correspondia aproximadamente a um valor de 25.556$000 reais.

Foi Lopo Soares de Albergaria quem em 1518 mandou construir em Colombo um forte, que no entanto não teve de vida mais que seis anos, uma vez que D. João III, em cujo torno se congregara a oposição ao imperialismo manuelino, deu ordens a seu fiel Vasco da Gama, que em 1524 enviou à Índia como vice-rei para o abandonar, bem como aos de Calecut e Pacém, no norte de Samatra, o que se fez de imediato. A fortaleza apenas em 1554 veio a ser reconstruída, para permanecer nas mãos dos portugueses cerca de um século, ou seja, até ser tomada pelos holandeses em 1656.

Nas cargas trazidas para o Reino pela Carreira da Índia a longo do século XVI a canela ocupa um lugar de destaque, ocupando bastas vezes o segundo lugar após a pimenta, como se pode ver no quadro seguinte em que resumimos todos os dados que conseguimos apurar até 1587, ano em que a Carreira foi adjudicada a mercadores privados. Nesse quadro os números apresentados sobre fundo branco correspondem a toneladas métricas, os dados sobre fundo sombrio a quilos; até 1510 as equivalências foram calculadas na base do *peso velho*, em que o quintal equivalia a 51,389 kg; daí em diante na do *peso novo*, em que o quintal correspondia a 58,752 kg, excepto as respeitantes à pimenta que, em virtude de os contratos celebrados com os reis do Malabar terem sido feitos com base no peso velho, continuou a ser pesada por ele:

---

[78] *Vide* Carmen M. Radulet & Luís Filipe F. R. Thomaz, *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513) - Fontes Italianas para a sua História: o Códice* Riccardiano *1910 de Florença*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2002, pp. 133-135.

| ANOS | 1501 | 1502 | 1503 | 1504 | 1505 | 1506 | 1513 | 1514 | 1517 | 1518 | 1519 | 1523 | 1525 | 1526 | 1528 | 1530 | 1531 | 1547 | 1548 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº de Navios | 6 | 4 | 15 | 4 | 13 | 12 | 3 | 7 | 6 | 8 | 8 | 5 | 11 | 5 | 5 | 3 | 4 | 6 | 4 |
| Refª Bens | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 3 | 1 | 1 | 4 | 1 | 1 | 5 | 1 | 6 | 1 | 1 | 7 | 1 |
| Pimenta | 102 | 51,3 | 925 | 514 | 1 075 | 889 | 772 | 1 587 | 2 264 | 2 128 | 1 792 | 386 | 915 | 1 028 | 540 | 794 | 970 | 1 872 | 1 227 |
| Gengibre | 21 | 2,6 | | 6,7 | 23 | 36 | 148 | 375 | 145 | | 17,5 | 135 | | 20 | | 53 | 20 | 105 | 65 |
| Canela | 31 | 23 | 411 | 26 | 8,8 | | 64 | 32 | 80 | 1 342 | 47 | 12 | 51 | 59 | 9 | 43 | 31 | 20 | 16 |
| Cravinho | | | | 23 | 8,2 | 2,6 | 1,2 | | 11 | 5,6 | 39 | 71 | 20 | 35 | 8,6 | 42 | 35 | 72 | 28 |
| Lacre | 3,1 | 1,3 | | 19 | 0,4 | | 5,9 | 0,8 | 51 | 66,4 | 14,1 | | | | | | | 19 | 42 |
| Incenso | | | | | | | | 5,3 | 3,1 | 2,6 | | | | | | | 0,24 | | |
| Sândalo vermelho | | | | | | | | | | 27,9 | | | | | | | | | |
| Sândalo branco | | | | | | 2 | 3,5 | 10 | 5,2 | | | | | | 1,3 | 1,8 | 2 | | |
| Canafístula | | | | | | | | | | 2,4 | | | | | | 2 | 0,5 | | |
| Pau-brasil | | | | 19 | | | 9,3 | 5,7 | 0,8 | 0,9 | | | | | | | | | |
| Cubebas | | | | 9,8 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Noz moscada | | | | | | | 215 | 12,8 | | | | 44 | 0,93 | | 7,3 | 10,9 | 7 | 48 | 9,5 |
| Maça | | | | 0,13 | 0,36 | 0,07 | 116 | 312 | 10,9 | 0,99 | 2,35 | 3,5 | 4,6 | 11,7 | 1,9 | 5,5 | 4,8 | 18,6 | 5,4 |
| Cânfora | | | | 0,36 | 0,17 | 0,51 | | | | | | | | 14,69 | | | 0,12 | 0,41 | |
| Salitre | | | | | | | | | | | | | | | | | | 22,5 | |
| Estanho | | | | | | | 39 | | | | | | | | | | | | |
| Galanga | | | | | | | | | | | | | | | | | | 254 | |
| Mirra | | | | | | | | | | 678 | | | | | | 764 | 59 | | |
| Cardamomo | | | | | 207 | | | | | | | | | | | | | | |
| Pimenta longa | | | | 92 | | | | | | | | | | | | | | 710 | |
| Tamarindo | | | | | 367 | | | | | | | | | | | 823 | | | |
| Almíscar | | | | | | | 1 750 | | | 49,9 | | | | | | | | | |
| Benjoim | 771 | 1 258 | | | | | 822 | | | | | | | | | | | 1 658 | |
| Aloés | | | | | 118 | | | | | | | | | | | | | 378 | |
| Gálbano | | | | | 252 | | | | | | | | | | | | | | |
| Turbite | | | | | | | | | | 113 | | | | | | | | | |
| Espiquenardo | | | | | | | | | | 430 | | | | | | | | | |
| Palha de Meca | | | | | | | | | | 44 | | | | | | | | | |
| Erva lombrigueira | | | | | 104 | | | | | | | | | | | | | | |
| Ruibarbo | | | | | | | 2 470 | | | | | | 205 | | | | 118 | | |
| Mirobolanos | | | | | | | | | | | | | | | | 705 | 59 | 450 | |
| Anil | | | | | 1 578 | | | 5 698 | | | | | | | | | | | |
| Cornalinas | | | | | | | | | | 851 | | | | | | | | | |
| Seda | | | | | | | 4 406 | 3 364 | 1 322 | 2 660 | 9 400 | | | | | | | | |
| Caurins | | | | | | | | | | | | | | | 1 989 | | | | |

**Fontes**:

1. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial,* 2 vols., Ed. Arcádia, Lisboa, 1963-65, vol. II, pp. 103-105.
2. TT, *Cartas Missivas*, III-337, pub. por Geneviève Bouchon, *Mare Luso-Indicum*, III.
3. Magalhães Godinho, *op. cit.*, pp. 103-104; carta de Lisboa, 24.V.1513, Radulet & Thomaz, *op. cit.*, p. 308
4. TT, *Núcleo Antigo*, nº 705, pub. por Geneviève Bouchon, *Navires et cargaisons: retour de l'Inde en 1518 (Caderno dos ofiçiaes da India da carreguaçam das naos que vieram o anno de bcxbiij)*, Société d'Histoire de l'Orient, Paris, 1977.
5. Instrumento de Cochim, 21.I.1525, TT, *Cartas dos Vice-Reis*, nº 16.
6. Instrumento de Cochim, 16.XII.1527, TT, *CC*, I-38-50.
7. Magalhães Godinho, *op. cit.*, p. 105 & TT, *Colecção São Lourenço,* vol. IV, fl 329.

Em valor a canela representava na carga das naus da Índia mais do que representava em tonelagem, uma vez que era mais cara que a pimenta, que constituía o grosso da carga: valia de facto em Cochim a cerca de 4,74 cruzados o quintal, ao passo que a pimenta se mercava a 2,58, e o gengibre era ainda mais barato: 1,8 a 2,2 cruzados por quintal, consoante a qualidade. É o que podemos ver no seguinte quadro em que compendiámos as informações sobre preços que lográmos encontrar:

| PRODUTO | PREÇOS Em cruzados por quital | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Cochim 1501[1] | Cochim 1504[1] | Guzereta 1525[3] | Outros | Preço provável em Cochim, no segundo quartel do século XVI |
| **Pimenta** | 5 | 2,97 | 6,57 | | 2,58 |
| **Gengibre** | 2,1 | 2,42 | 2,27 | **Malabar, 1510-1516:** 1,66 – 2,2[4] | 2,2 |
| **Idem, vermelho** | | | 1,8 | | 1,8 |
| **Canela** | 6,85 | 4,74 | 4,55 | **Calecut, 1498:** 3,1<br>**Ceilão, 1518-1536:** 0,8 – 1,11<br>**Malabar:** 5 x o preço de Ceilão[5] | 4,74 |
| **Cravo com o bastão** | 10,48 | 7,42 | 11,36 | **Cochim, 1501-1518:** 26-36; média: 10,48[6]<br>**Índia, 1524:** 10-15[7] | 10,48 |
| **Idem, limpo** | 15,15 | 14,67 | | | 15 |
| **Noz moscada** | 7,88 | | 27,27 | **Banda:** 1/7 do preço da maça.<br>**Malaca e Malabar:** 2/5 do da maça[8] | 4,19 |
| **Maça** | 7,5 | | 22,72 | **Banda, Malaca e Malabar:** igual ao do cravinho[8] | 10,48 |
| **Cardamomo** | | | 7,57 | | 7,5 |
| **Cubebas** | | 22,31 | | | 22 |
| **Pimenta longa** | 6,9 | | | | 6,9 |
| **Tamarindo** | 0,46 | | | | 0,46 |
| **Gengibre canditado** | 8,6 | | | | 8,6 |
| **Zedoária** | 0,52 | | | | 0,52 |

(continua)

(continuação)

| PRODUTO | PREÇOS Em cruzados por quital | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Cochim 1501[1] | Cochim 1504[1] | Guzereta 1525[3] | Outros | Preço provável em Cochim, no segundo quartel do século XVI |
| **Zerumbete** | 0,69 | | | | 0,69 |
| **Mirabolanos** | 9,8 | | | | 9,8 |
| **canditados** | | | | | |
| **Canafístula** | 0,7 | | 1,5 | | 1 |
| **Ruibarbo** | 141,35 | | | | 141,35 |
| **Turbite** | | | 1,48 | | 1,48 |
| **Palha de Meca** | | | 0,75 | | 0,75 |
| **Ópio de Áden** | 141,35 | | 106 | **Pegu, 1512:** 19,6 – 65,2[9]<br>**Pegu, 1514:** 26,8 – 52,41[9] | 65 |
| **Ópio do Egito** | 22,72 | | | | |
| **Cânfora da China** | 56,54 | 37,45 | | | 40 |
| **Cânfora de Bornéu** | | | | **Pegu, 1514:** 458[9] | 500 |
| **Lenhoaloés** | 141,35 | | 178 | | 150 |
| **Almíscar** | 141,35 | | 378 | | 150 |
| **Âmbar** | 1 216 | | | | 1 216 |
| **Benjoim** | 42,4 | | 30,3 | **Pegu, 1512:** 7,14 – 7,50[9] | 36 |
| **Incenso de Dhofar** | 1,76 | | 1,81 | | 1.5 |
| **Idem, de Fartaque** | 0,6 | | | | |
| **Sândalo branco** | 12,36 | | 30,3 | | 21 |
| **Pau brasil** | 2,82 | | 3,03 | | 3 |
| **Lacre** | 4,59 | 5,1 | | **Pegu, 1512:** 0,61 – 0,69[9]<br>**Pegu, 1514:** 0,51 – 0,56[9] | 4,8 |
| **Caurins** | | | 1,5 | | 1,5 |
| **Salitre refinado**<br>**Salitre por refinar** | | | 12,12<br>7,57 | | 10 |
| **Seda da China** | | | 121 | | 100 |
| **Seda de Samatra** | | | 75,8 | | |

1. Segundo a *Relação do Piloto Anónimo* de Pedro Álvares Cabral (*vide* William B. Greenlee (ed.), *A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos documentos e relações coevas,* tradução de António Álvaro Dória, Liv[a] Civilização, Porto, s/d); preços em fanões; fanões avaliados a 1/20 do cruzado; pesos presumivelmente em bares de Cochim (166.273 kg) ou *faraçolas* ([1]/20 *bahar, i. e.*, 8,3 kg); convertidos a cruzados por quintal (do *peso novo* exceto para a pimenta).
2. Segundo uma carta de Lisboa para Florença, 16.IX.1504, pub. *in* Radulet & Thomaz, *op. cit.*, pp. 233-234; pesos certamente em bares de Cochim; preços parte em ducados ou cruzados, parte em fanões, convertidos a cruzados à taxa de 19 fanões por cruzado; reduzidos a cruzados por quintal (do *peso novo*, exceto para a pimenta).

3. Segundo a *Informação das Cousas da India in 1525,* pub. por Rodrigo José de Lima Felner, *Subsidios para a História da India Portugueza (1. O Livro dos Pesos, Medidas e Moedas, por António Nunes; 2. O Tombo do Estado da India, por Simão Botelho; 3. Lembranças das cousas da India em 1525),* Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1868; preços em *fédeas*, moeda de conta no valor de 1 da tanga de prata ($^1/6$ cruzado), *i. e.*, $^1/33$ cruzado; reduzidos a cruzados por quintal (do *peso novo*, exceto para a pimenta).

Notemos a talho de fouce que a afirmação, tantas vezes repetida, de que em fins da Idade Média a especiaria valia o seu peso em ouro não passa de pura fábula ou monumental hipérbole: a mais cara, o cravo limpo do bastão, valia à volta de 15 cruzados (o que corresponde a 52,5 g de ouro) o quintal de 58,752 kg — por conseguinte um pouco menos de um milésimo do seu peso em ouro. Mesmo as drogas mais dispendiosas, como o ópio, o almíscar e o lenho-aloés, não valiam a mais de 150 cruzados o quintal, ou seja, menos de um centésimo do seu peso em ouro.

Deduz-se dos quadros *supra* que na primeira metade do século XVI (a única para a qual possuímos cifras), a curta linha de comércio Ceilão - Cochim, que abastecia a Carreira da Índia de canela, contribuía para a carga das naus com uma média de 121 toneladas anuais, ou seja, c. 2.086 quintais que, à razão de 4,74 cruzados por quintal, valiam em Cochim uma média de 9.888 cruzados, um nadica menos do que as cargas médias de cravo (21 toneladas no valor de 5.431 cruzados), de noz-moscada (19 toneladas, 1.372 cruzados) e de maça (26 toneladas, 4.752 cruzados) reunidas. Como a média das cargas de pimenta é de 1.044 toneladas ou 18.000 quintais ao ano, o que ao preço habitual de compra, 2,58 cruzados por quintal, corresponde a 46.440 cruzados, chegamos à conclusão de que na Carreira da Índia a canela, importada na sua quase totalidade de Ceilão, não devia representar em média mais de 15 % do valor da carga de especiaria, representando as espécias da Indonésia (cravo, noz e maça) aproximadamente outro tanto, no máximo 17 %.

Foi certamente de Ceilão, antes da sua queda nas mãos dos batavos, que os jesuítas levaram o cinamomo para o Brasil; sabe-se que em 1682 tinham conseguido aclimatar um pé, na sua Quinta do Tanque, na Bahia[79], que ao depois se multiplicou, de modo que hoje em dia o Brasil exporta anualmente 2,3 toneladas de canela, produzidas quase totalmente no sul da Bahia, conquanto continue a importar 2,6 toneladas ao ano, certamente de canelas de outros tipos.

Hoje o maior produtor mundial é a Indonésia, que produz cerca de 90.000 toneladas anuais, o que corresponde a 42,8 % da produção do Globo, seguida da China, com 39,3 %, seguramente formados, na sua quase totalidade, por cássia-lígnea. O terceiro lugar é ocupado pelo Vietnão, com uma média de 31.674 toneladas, ou seja, 15% do total global, ao passo que Ceilão, que produz anualmente apenas 16.677 toneladas, 8% da produção mundial, ocupa o quarto lugar.

[79] — Para mais pormenores veja-se o nosso estudo "Iberian Expansion and the Fortune of Indian Plants in the West" in *Indo-Portuguese Encounters – Journeys in Science,Technology and Culture,* edited by Lotika Varadarajan, 2 vols., Indian National Science Academy, Nova Delhi / Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa / Aryan Books International, Nova Delhi, 2006, vol. I, pp. 153-273.

**Os espanhóis à cata de canela**

É bem sabido que foi ao cheiro da especiaria que Fernão de Magalhães levou na sua célebre viagem os castelhanos ao Extremo Oriente, indo aterrar nas Filipinas. Uma espécie local de canela, outrora classificada como *Cinnamomum mindanaense,* Elm., mas hoje considerada mera variedade do *C. Burmannii* — e não o *C. zeylanicum,* como pretendem vários autores modernos, já que esta espécie só muito mais tarde, *c.* 1825, viria a ser introduzido no Arquipélago Malaio pelos holandeses — era indígena do sul do arquipélago; a sua casca, e em certa fase as folhas, exalam um forte aroma a canela, e os indígenas usam-nos tradicionalmente como estomáquico. O óleo extráido da casca tem forte cheiro a canela, embora a sua composição difira da do que se extrai do *C. verum*. Uma outra espécie filipina, raramente usada como especiaria, mas utilizada em farmacopeia, em emplastros contra as dores de cabeça, ou mascada para as dores de barriga, o *C. mercadoi,* Vidal, dá uma canela muito rica em safrol (fenilpropeno de fórmula molecular $C_{10}H_{10}O_2$), que se extrai também do sassafrás do Novo Mundo [*Ocotea odorifera* (Vell.) J. G. Rohwer, antes classificada como *Ocotea pretiosa*, (Nees) Mez, ou como *Mespilodaphne pretiosa* Nees & Mart. ex Nees].

A expedição de Fernão de Magalhães, ávida de espécias a comercializar por conta de Castela, veio a topar nas Filipinas com a canela de Mindanao. Pigafetta não deixou de o registar em pormenor na sua célebre *Relação*:[80] da primeira circum-navegação do globo:

> Nas duas povoações de Cavit e Subanin, localizadas na ilha de Butuan e Calaghan[81] nasce a melhor canela que encontrar-se pode. Se estivéssemos ali mais dois dias, os íncolas ter-nos-iam carregado os navios; não quisemos porém demorar por haver vento propício à passagem de uma ponta e certas ilhotas das cercanias. Navegando à vela, permutamos dezessete libras de canela por duas facas grandes que tiráramos ao governador de Pulaoan. A árvore que produz esta canela tem a altura de três ou quatro cúbitos, a grossura dos dedos da mão e apenas três ou quatro pequenos ramos, cuja folha é como a do louro. A casca é a canela; colhe-se duas vezes no ano. Quando estão verdes o tronco e as folhas são tão fortes como a canela. Chamam-lhe *caiu mana*. *Caiu* quer dizer 'madeira' e *mana* 'doce', isto é, 'madeira doce'[82].

Se alguma vez as canelas filipinas foram objecto de comércio, haviam cessado de o ser à época em que os portugueses chegaram ao Oriente, pois, que saibamos, nenhuma das nossa fontes lhes faz a mínima alusão.

Miguel López de Legazpi, o conquistador das Filipinas, também ele à cata de espécias que pudessem substituir as de Maluco, em poder dos portugueses, voltou a topar com canela em Mindanao em 1565, acabando por verificar que era o único produto de

[80] — trad. do Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhãis (A sua vida e a sua viagem)*, 2 vol., Seara Nova, Lisboa, 1938, pp. 136-137.

[81] — Trata-se da ilha de Mindanao.

[82] — Transcrição aproximada do nome da canela em malaio, língua de comércio de todo o Arquipélago que é, na realidade, *kayu manis*, em que *kayu* significa de facto "pau" e *manis* "doce".

proveito que existia no arquipélago. Pelo menos algumas amostras foram remetidas para a Nova Espanha, e foi a partir delas que Francisco Hernández, médico de Filipe II, enviado por este ao México de 1570 a 1577 a estudar a flora local, pôde descrever a planta; assim o confessa ao escrever[83] : *in Mindanai insula Philippica, unde ramum magnum accepi et aliis Indiæ Orientalis partibus copiose provenit*[84].

Também o *Libro de Medicinas Caseras*, compilado em 1610 pelo franciscano português Frei Brás da Madre de Deus (que após ter professado no convento da Madre de Deus em Malaca em 1581 se transferira em 1585 para o de Manilha) nota a existência de canela silvestre no Arquipélago Filipino: *"canela: hay 2, comun y silvestre…";* trata-se, provavelmente, das duas espécies acima referidas, embora não seja totalmente impossível que queira aludir a canela indígena e canela-fina importada de Ceilão[85]. Os nativos utilizavam já, por certo, pelo menos as espécies locais como mezinha e talvez também na sua culinária, e é sem dúvida na tradição indígena que o frade se inspira ao atribuir à canela, simples ou associada a outras plantas locais, múltiplas aplicações medicinais:

> *temblor de manos, su cocimiento simple es buena bebida y fomentado o con sambon*[86]*; asmatico, se le da 2 onzas de su agua para adelgazar los umores gruesos y deshezer los flatos (de a causa fria); camaras de frialdades, preparar 2 tortas de pan en vino espolvoriados con sus polvos y se ponen en el estomago una y en la otra en su parte ó puesta para separarlas continuando si fuere necesario; orina sin sentir, para remediarla se hacen frieltos con canela, amuyan*[87] *y nuez moscada; estomago, la conforta en camaras de frialdades, un vuyo compuesto de canela, clavo, y nuez moscada y azucar; sordera, polvos de ella en infusión de azeite de olivas y destilar en el oido; temblor de algun miembro, fomentan de canela y sambon; soldera, canela pulvorizada en azeite de olivas en infucion y destilar algunas gotas en los oidos.*

---

[83] — Francisco Hernández, *Rerum Medicarum Novæ Hispaniæ Thesaurus, seu plantarum, animalium, mineraliumque mexicanorum historia*, ex Francisci Hernandez Novi Orbis Medici Primarii ralationibus in ipsa Mexicana urbe conscriptis, a Nardo Antonio Reccho (…) collectæ ac in ordinem digesta, a Ioanne Terrentio Lynceo (…) notis illustrata (…), Roma, 1651., livº II, cap. xi.

[84] — "produz-se copiosamente na ilha filipina de Mindanao, de onde recebi um grande ramo, e em outras partes da Índia Oriental".

[85] — Francisco Guerra & Maria del Cármen Sánchez Téllez, *El Libro de Medicinas Caseras de Fr. Blas de la Madre de Dios, Manila, 1611,* Comisión Nacional del V Centenario / Ediciones Cultura Hispánica — Instituto de Cooperación Iberoamericana, Madrid, 1984, tratado I, *s. v.* "canela", pp. 20-21; os editores do texto identificam na introdução, a nosso ver incorrectamente, a planta em questão com o *Cinnamomum ceylanicum,* Breyn.; sem embargo deste poder hoje existir nas Filipinas, é extremamente improvável que assim fosse nos séculos XVI-XVII, pois nem essa espécie é indígena no Arquipélago nem parece ter sido aclimatada fora de Ceilão antes de finais do século XVII, em que foi levada para o Brasil; em Java só há notícia de ter sido introduzida em 1825.

[86] — nome tagalo da planta designada em espanhol por *savila*, que é a *Blumea balsamifera,* (L.) D. C., da família das Compostas, comum também no Norte da Índia, de que se extrai um aroma semelhante à cânfora, congénere das plantas conhecidas em Goa por *bamburddo* [*B. fistulosa*, (Roxb.) Kurz], *bamburddi* [*B. lacera,* (Blum. fil.) DC] e *ninddi* (*B. eriantha,* DC).

[87] — nome tagalo da família das Anonáceas ou de qualquer zingiberácea local semelhante ao cardamomo, dita em castelhano, por analogia com a malagueta, *grano del paraíso*.

A despeito das esperanças de Legazpi, estas canelas jamais assumiram um papel importante do comércio do Pacífico, que até bem entrado o século XVIII se alimentou muito mais de manufacturas chinas que de produtos vegetais locais[88]. O insucesso da comercialização da canela filipina resultou da sua inferior qualidade, que a impedia de concorrer com a de Ceilão, que tinha já reputação feita em todo o Velho Mundo. No século XVIII D. Francisco Xavier Salgado intentou melhorá-la, na sua fazenda de Calavang, na ilha de Lução, para onde trouxe pés de Mindanao; mas foi em vão, pois não logrou suprimir-lhe a *babilla*, espécie de goma que lhe dava mau sabor. A *Real Compañia de Filipinas*, criada em 1785, prosseguiu os seus esforços, com o mesmo insucesso, de modo que nos anos subseqüentes acabou por se resignar a exportar para Cádiz canela importada da China[89]. Há, aliás, notícia de que a canela era já em fins do século XVI, começos do XVII, um dos artigos importados de Cantão ou de Macau pelo comércio filipino, tanto para consumo no arquipélago como para reexportação para o Novo Mundo[90].

Tudo leva, assim, a crer que foi o comércio espanhol que reincrementou a procura da canela da China, em decadência desde a invasão do mercado pela de Ceilão, mais fina, no século XIII, e a relançou no mercado mundial.

**As canelas americanas**

Embora na América não existisse nenhuma das canelas do Velho Mundo existiam outras lauráceas de aroma semelhante. Cristóvão Colombo alude já provavelmente a uma delas, na carta que a 14 de Março de 1493 escreveu de Lisboa aos Reis Católicos e constitui a primeira notícia escrita do achamento da América: *…y creo aver fallado rryvarvo y canela y otras mil cosas de sustançia fallaré…*[91].

Foi sobretudo na região de Quito, no Equador que, quase meio século mais tarde, se veio efectivamente a encontrar canela em quantidade e qualidade merecedoras de comércio; foi Pizarro o primeiro a topar com ela, em princípios de 1540:

> *En aquella provincia llamada Zumaco, que está debajo de la equinocial ó muy cerca, se crían los árboles que llaman canela, la que iban a buscar. Son muy altos, con hojas grandes como laurel y la fruta son unos racimos de fruta menuda, que se crían en capullos como de bellota. Y aunque el árbol y sus hojas, raíces y corteza huelen y saben a canela, la más perfecta canela son los capullos. Por los montes se crían muchos árboles de aquellos incultos y dan fruto, pero no es*

[88] — *Cf.* William Lytle Schurtz, *El galeón de Manila*, Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, 1992.

[89] — *Vide* María Lourdes Díaz-Trechuelo Spínola, *La Real Compañia de Filipinas,* Sevilha, 1965, pp. 252-253, 266-267 & 345-350.

[90] — *vide* Rui d'Ávila de Fontes Alferes Lourido *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das origens a 1640,* dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995 (policopiado); infelizmente o autor nem dá quantitativos nem datas, nem indica a fonte onde bebeu a informação de modo a permitir ao leitor conferi-la ou completá-la.

[91] — pub. por Demetrio Ramos, *La Primera Noticia de America,* Casa-Museo de Colón / Universidad de Valladolid, 1986, p. 136.

> *tan bueno como el que sacan los indios de los árboles que plantan y cultivan en sus tierras para sus granjerías con sus comarcanos, mas no con los del Perú, los quales nunca quisieron ni quieren otras especias que su* uchu*, que los españoles llaman allá* ají *y en España* pimiento.[92].

Trata-se, segundo o Visconde de Ficalho, da *Nectandra cinnamomoides,* (Mutis ex Kunth) Nees, da família das Lauráceas, conhecida por "canela-de-Quito", "canela-de--Zumaco" e *espingo;* outros autores classificaram-na no mesmo género do loureiro comum como *Laurus cinnamomum*, mas classifica-se hoje como *Ocotea cinnamomoides,* (Mutis ex Kunth), Kosterm.

Encontram-se outras descrições da planta em Francisco López de Gómara[93], Pedro de Cieza de León[94], Gonzalo Fernández de Oviedo[95], Juán López de Velasco (c. 1535-1575)[96] e outros autores. Deu o nome de *Tierra de la Canela* ou *Provincia de la Canela* à região em que nascia e o de *Canelos* aos índios que a habitavam. Garcia de Orta conheceu a sua existência e as suas características, e não deixou de notar sagazmente[97] que devia ser espécie diferente da canela do Velho Mundo:

> *…dizem que a fruita é como bolotas de sôvaro; e que traz uns capelos pegados nela; e a fruita ca canela de Ceilão e do Malavar é como azeitonas pequenas e muito grossas. E fora já bem que alguma desta canela viera a Espanha; por onde pode ser que será outra arvore que dá esta fruita e a casca e serem deferentes ambas as arvores…*

No século XVIII o governo espanhol decidiu incentivar a exploração comercial da canela andina e enviou para isso expedições científicas a reconhecer e estudar a região produtora[98].

No Brasil há espécies congéneres ou de géneros vizinhos de que algumas dão canela aproveitável; mas os portugueses só começaram a interessar-se por essas e outras *drogas do sertão,* em finais do século XVII, quando os holandeses lhes arrancaram das mãos o trato da especiaria oriental, para que começaram a buscar sucedâneos. É, por certo, a uma destas espécies, provavelmente à *Nectandra membranacea* (Sw.) Griseb (ou *N. leucothyrsus,* Meissn.), que alude já Gabriel Soares de Sousa ao mencionar entre as "árvores de cheiro"[99] a *anhaibaatãa*, que diz ser

---

[92] — Inca Garcilaso de la Vega, *Comentarios Reales de los Incas*, in *Obras Completas* del…, tomos II e III, Biblioteca de Autores Españoles, tomos CXXXIII e CXXXIV, Atlas, Madrid, 1960, II, iii, cap. 2.

[93] — Francisco López de Gómara, "Historia de las Indias", in *Historiadores Primitivos de Indias,* tomo II, Biblioteca de Autores Españoles, tomo XXVI, ed. Atlas, Madrid, 1947, p. 243.

[94] — "La crónica del Perú", *ibidem*, cap. XL.

[95] — Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, *Historia General y Natural de las Indias,* 5 vols., Biblioteca de Autores Espaõles, tomos 117-121, Ed. Atlas, Madrid, 1959, [reimp. 1992], tomo I, livº IX, cap. xxxi.

[96] — Juan López de Velasco, *Geografía y Descripción Universal de las Indias,* Biblioteca de Autores Españoles, tomo CCLVIII, Atlas, Madrid, 1971, pp. 9 & 227-228.

[97] — *Col*. xv "da canela".

[98] — *vide* Pedro Fernández de Cevallos, *La ruta de la canela americana*, edición de Marcelo Frías y Andrés, col. "Crónicas de América", nº 74, Ed. Historia 16, Madrid, 1992.

[99] — Gabriel Soares de Sousa, *Notícia do Brasil*, Pub. Alfa, Lisboa, 1989, II parte, cap. lxii.

> *…árvore que se dá em várzeas húmidas e de areia, que na grandeza e feição é como o louro, cuja madeira é muito mole e de cor almecegada*, pois acrescenta: o *entrecosto desta árvore é da cor da canela e cheira e queima e sabe como canela mas tem a quentura mais branda e sem dúvida que parece canela e parece que se a beneficiarem que será muito fina…*

O nome de *anhaíba, anhaúba* ou *anhuíba* (tupi **aña'ïwa,* de **a'ña*, "cabaça" e *'ïwa*, "planta") designa as mais das vezes o castanheiro-do-Pará (*Bertholletia excelsa,* Bonpl., da família das Lecitidáceas), que parece, de facto, ter as castanhas dentro de uma cabaça[100]; mas aplica-se também a lauráceas como o sassafrás de que falaremos a seguir; e por *anahíbatã* (tupi *a'tã*, "duro") designam-se, em geral, como aqui sucede, espécies aromáticas, pelo que nos quer parecer que se trate da *Nectandra membranacea,* referida acima, conhecida por "canela-inhaíba".

Existem também no Brasil diversas espécies do género *Ocotea*, igualmente da família das Lauráceas, a que se dá vulgarmente o nome de "canela". A mais conhecida das espécies deste género é a "canela-funcho" ou "canela-sassafrás" [*Ocotea odorifera* (Vell.) J. G. Rohwer, antes classificada como *Mespilodaphne pretiosa* Nees & Mart. ex Nees], a que Guilherme Piso, médico holandês que trabalhou no Brasil durante a ocupação batava de Pernambuco, dedica um capítulo do seu tratado[101]. É utilizável como canela e dá por destilação um óleo rico em safrol. Outras espécies dos géneros *Ocotea* e *Nectandra* são usadas em farmacopeia, mas não como especiaria. Outras têm mesmo mau cheiro, como a "canela capitão-mor", "canela-fedorenta" ou "canela-merda" (*Nectandra cissiflora,* Nees, ou *N. myriantha,* Meiss.), já descrita no século XVI por Gabriel Soares de Sousa[102] nestes termos:

> *Há nestas matas umas árvores meãs e dereitas, de que se fazem obras de casas; a sua madeira por fora é almecegada e o âmago por dentro muito preto; mas quando a lavram não há quem lhe sofra o fedor, porque é peor que o de umas necessárias, e chegar os cavacos ao nariz é de se morrer, que tão terrível fedor tem; e metendo-se no fogo se refina mais o fedor; a estas árvores chamam os índios* ubirarema*, que quer dizer "madeira que fede muito"…*

Outras espécies do género *Ocotea* existentes no Brasil, que dão também pelo nome vulgar de "canela", são a "canela-amargosa", ou seja, a *Ocotea squarrosa,* Mart. ex Nees; a "canela-baraúna" (do tupi *ïµï'ra*, "árvore, madeira" e *'una*, "preta"), que é a

---

100 — Por exemplo em Frei Cristóvão de Lisboa, *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, estudo e notas do Dr. Jaime Walter, Arquivo Histórico Ultramarino & Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1987, *s. v.* "anhaúba", p. 129. O editor do texto deixou-se confundir pela alusão aos "cocos redondos, muito rijos, que dentro tem quinze e vinte castanhas" e cuidou tratar-se de uma palmeira, pelo que não conseguiu identificar a planta.

101 — Guilherme Piso, *História Natural do Brasil Ilustrada,* trad. do Prof. Alexandre Correia, seguida do texto original, da biografia do autor e de comentários sôbre a obra, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1948, IV, lxi.

102 — *op. cit.*, p. II, cap. lxxiv.

*Ocotea diospyrifolia,* (Meisn.) Mez, dita também "aiuiú", "louro-preto", "canela-mescla", "canela-preta" ou simplesmente "baraúna"; a "canela-parda" ou "canela-goiaba" que é a *Ocotea corimbosa,* (Meisn.) Mez. Por "canela-guaiacá", "canela-pimenta", "canela-babosa" ou "louro-abacate" designa-se a *Ocotea puberula,* (Rich.) Nees; por "canela-tatu", "canela-limbosa" ou "canela-gosma" a *Ocotea brachybotra,* (Meisn.) Mez; e finalmente por "canelão" entende-se a *Ocotea spixiana*, (Nees) Mez. O nome de *louro* que se dá a algumas destas espécies resulta da sua semelhança com o célebre loureiro do Mediterrâneo (*Laurus nobilis*, L.), tão celebrado pelos poetas, dito em latim *laurus* e em grego δάφνη, de que a família das Lauráceas tira o nome. A mais conhecida das espécies deste género é a "canela-funcho" ou "canela-sassafrás" de que falámos já, a que Piso dedica um capítulo do seu tratado[103]. O nome de *sassafrás* (do latim *saxifraga*, literalmente, "que quebra as pedras", não se sabe bem por que vias[104]) está atestado em castelhano desde o último quartel de Quinhentos, nas obras de Monardes e Fr. Andrés de San Miguel, em que designa uma espécie da Florida, idêntica ou afim da planta medicinal a que Piso diz darem-se no Brasil os nomes de "anhuíba", "sassafrás", "cedro-branco", "pau-funcho" e "canela". Piso distingue o *anhuiba-peabya* do *anhuiba-miri* (tupi *mi'rim*, "pequeno") e de uma terceira espécie de que não indica o nome.

## Um subproduto olvidado da caneleira: o malóbatro

Tudo leva a crer que, sob o nome de *malóbatro* ou *malábatro*, a folha de caneleira asiática tenha sido também na Antiguidade objecto de comércio. Vários são os autores greco-romanos que aludem ao μαλόβαθρον, *malabathrum* ou *malobathrum,* ungüento para os cabelos preparado a partir de certa folha aromática: Horácio, Dioscórides[105], Plínio[106], Marciano (c. 217 A.D.)[107], Sidónio Apolinário (430-c.490), o médico Paulo de Egina (c. 625-690)[108], e alguns manuscritos da colectânea dos *Geoponicorum*[109]. Plínio diz que tal folha se encontra na Síria e no Egipto, mas que a melhor é a que vem da Índia. Dioscórides supõe que se trate de planta aquática, talvez por confusão com o lótus da

---

103 — IV, lxi.

104 — *vide* Joan Corominas, & José A. Pascual, *Diccionario Crítico Etimológico Castellano y Hispánico,* 6 vol., Gredos, Madrid, 1987-1991, s. v. "saxífraga".

105 — I, 11 & 75.

106 — *História Natural*, XII, 129.

107 — *Digesto*, XXXIX, iv, 16, § 7: André & Filliozat, *op. cit.,* p. 144-145.

108 — IV, 48: Francis, Londres, 1834.

109 — trata-se da refundição, feita por Cassiano Basso Escolástico, a mando do imperador bizantino Constantino VII Porfirogéneto (r. 913-959), de uma colecção de tratados agronómicos em 12 livros reunidos no século IV por Vindânio Anatólio; VI, 6: … φύλλου μαραβάτρου σφαίρα ε'…, " … e de folha de malóbatro cinco bolinhas…". Outros manuscritos trazem outras variante do termo, outros ainda μάραθρον, "funcho": *Geoponika. Geoponicorum, Sive de Re Rustica, Libri XX. Cassiano Basso Scholastico Collectore. Antea Constantino Porphyrogenneto a Quibusdam Adscripti. Gr]ce Latine. Gr]ca Cum Mss. Contulit, Prolegomena, Notulas, Indices Adjecit Pet. Needham*,Lndres, 1704.

Índia (*Nymphæa lótus,* L.), com o nenúfar ou lotus do Egipto [*Nuphar lutea,* (L.) Sibth. & Sm.] ou com qualquer planta semelhante, da família das Ninfeáceas. Essa tradição perpetua-se nos tratados de medicina e farmacopeia da Idade Média. Lê-se, por exemplo, no *Tratado dos Simples*[110] de Serapião (conhecido em árabe por Yûḥannâ ibn Sarâbiyûn), redigido em siríaco em 873, mas difundido sobretudo graças a uma versão árabe do século X, que veio por seu turno a ser vertida em latim por Gerardo de Cremona (1114-1187), um dos mais activos tradutores da escola de Toledo:

> Do fólio índico ou malábatro: *Sedig*[111] ou seja malábatro. Diz Dioscórides: é erva que nasce na Índia, e tem folhas que se expandem sobre a superfície da água naquelas partes como a lentilha de água, e não tem raiz; e quando se apanha amarra-se imediatamente em fio de linho, seca-se e guarda-se; e o melhor do malábatro é o recente, cuja côr tende para a alvura ou para o negrume, e quando está inteiro não se parte facilmente; é de bom odor e há nele do odor do espiquenardo. Aquele, porém, que é inflexível, frágil e ruim, diz-se que assim se põe quando a água seca no verão, por causa do calor do sol, e acendem na colina o fogo e queimam a terra com todas as ervas secas, porque se isso não fizessem não nasceria mais a folha. Galeno: a sua virtude é semelhante à virtude do espiquenardo. Dioscórides: a sua virtude é como a virtude do nardo, senão que é de mais forte actuação que aquele. O malóbatro é também mais forte para provocar a urina que o nardo e melhor para o estômago; e é bom para os apostemas quentes dos olhos, quando se coze com vinho, e unta-se por sobre os olhos; e põe-se sob a língua para dar bom odor à boca; e põe-se nos panos para que os conserve da corrusão e melhore os seus odores.

Ibn al-Baiâr, no seu *Al-Jâmi' li mufradât*[112], diz quase literalmente o mesmo. A descrição é um tanto confusa e não se pode atribuir demasiada credibilidade às tradições sobre a origem da planta, de que os Antigos apenas conheciam a folha, que era o que aparecia no mercado. Garcia de Orta[113] e Cristóvão da Costa[114] criticando as incongruências destes autores, aventaram, e aparentemente com razão, que o malóbatro devia ser simplesmente a folha da caneleira que conheciam na Índia (*Cinnamomum iners* ou de qualquer das espécies afins), folha ainda hoje chamada em Goa *tomalpotr* (do sânscrito *tamâlapatra,* "folha negra", de que, por falso corte, derivou também o plural grego τα μαλόβαθρα, "as folhas negras", de que se tirou o singular το μαλόβαθρον e seus equivalentes latinos). Alguns autores modernos são da mesma

---

110 — *In Hoc Volumine continentur insignium medicorum Joan. Serapionis Arabis de Simplicibus Medicinis, opus præclarum et ingens; Averrois Arabis de eisdem liber eximius; Rasis filii Zachariae de eisdem opusculum perutile; incerti item auctoris de Centaureo libellus hactenus Galeno inscriptus; dictionum arabicarum iuxta atque latinarum index valde necessarius*, Basileia, 1531, Parte 2ª, 2º tratado, capº liii "De folio indo scilicet malabatrum".

111 — transcriçaõ de *sâdhij*, nome árabe do malóbatro, por sua vez do persa *sâdaj*, "espiquenardo, fólio índico".

112 — s. v. *sâdedj*, nº 1150.

113 — *col*. xxiii, "do fólio indo ou folha da Índia".

114 — cap. XIX.

opinião[115]; outros[116] insistem em que se trate antes do bétele (*Piper betle*, L., da família das Piperáceas), o que procuraram já refutar os nossos dois autores quinhentistas. Dado que se lhe atribui por vezes um odor intenso, o que nem as folhas de caneleira nem as de bétele possuem, não seria impossível que, como têm alguns aventado[117], se tratasse do pachuli (*Pogostemon cablin,* (Blanco) Benth., ou *P. patchouly,* Pellet.), de odor intenso e enjoativo, ou do mangericão-de-pagode (*Ocimum tenuiflorum,* L.), dito *tulos* em concanim, e, como o pachuli, da família das Labiadas; mas, a não ser que o termo designasse ao mesmo tempo coisas muito distintas, essa hipótese parece-nos infirmada pelo facto de se fazer uso do malóbrato em culinária, como se vê pelo livro de cozinha de Apício[118] que o manda meter na composição de vários molhos, como por exemplo neste para acompanhar lagosta cozida:

> Lagosta cozida com cominhada: pimenta, ligústico, salsa, hortelã seca, de cominho um pouco mais, mel, vinagre, molho de peixe; se quiseres juntarás folha de nardo e malóbatro.

Outro sinal de que malóbrato era a folha da caneleira é o facto de em Roma se ter divulgado nos começos do Império o uso de confeccionar coroas de malóbatro, ao lado das tradicionais coroas de louro, para ornar as estátuas dos deuses ou a cabeça das pessoas em sinal de triunfo. A esse costume alude Horácio numa das suas odes[119]:

*Pompei, meorum prime sodalium,*
*cum quo morantem sæpe diem mero*
*fregi, coronatus nitentes*
*malobathro syrio capillos.*

O que se pode traduzir assim:

Pompeu, de meus amigos o primeiro !
contigo tanta vez tenho cortado,
com uma taça de vinho verdadeiro,
o dia; com o fúlgido toucado,
de malóbatro sírio coroado !

Este uso parece confirmar que o malóbatro era, de facto, uma folha coriácea, semelhante à do loureiro, pelo menos de consistência e dimensões idênticas — o que se coaduna perfeitamente com a sua identificação com a folha de qualquer das lauráceas de

---

[115] — E. H. Warmington, *The Commerce between the Roman Empire and India,* Cambridge University Press, 1928 [reimp. Vikas Pub., Delhi, 1974], pp. 186 & ss.; R. N. Saletore, *Early Indian Economic History,* Curzon Press , Londres, 1975, p. 229.

[116] — M. A. Bailly, *Dictionnaire Grec-Français,* rédigé avec le concours de M. E. Egger, 11ª ed., Hachette, Paris, 1928, s. v. μαλόβαθρον.

[117] — André & Filliozat, *op. cit.*, pp. 361-62.

[118] — Apicius, *L'Art Culinaire,* texte établi, traduit et commenté par Jacques André, Ed. «Les Belles Lettres», Paris, 1987, receitas nº 31, 34, 400 & 414.

[119] — Carmen II, vii, 2º estrofe: Horace, *Odes et Épodes*, 2 vols., Librairie Hachette & Cª, Paris, 1904.

que se extrai a canela. No século XVII Fábio Coluna Linceu, nas suas anotações à obra de Nardo António Recchio, editor e continuador do *Rerum Medicarum Novæ Hispaniæ Thesaurus* de Francico Hernández — médico de Filipe II que este enviou ao México para estudar a flora local, mas que deixou inédito o seu trabalho — afiançava que as folhas de caneleira que lhe trouxeram da Índia eram perfeitamente idênticas às de *tamalapatra,* apresentando, inclusive, as mesmas três nervuras que Orta parecia ver apenas nesta; a diferença residiria apenas no sabor do pecíolo, visto o da folha de caneleira (*i. e.* de *Cinnamomum verum*) ter sabor a canela e o das outras não[120].

Hoje já ninguém fala em malóbatro; mas tanto no Brasil (pelo menos no Pará) como na Índia continuam a vender-se folhas de caneleira, para fazer tisanas ou para substituir o louro onde o não há. Eis uma derradeira utilidade de todas essas espécies botânicas de que temos falado, cuja história é sem dúvida não só a mais longa mas também a mais complexa de toda a especiaria.

[120] — F. Hernández, *Rerum medicarum*…, Roma, 1651, p. 864 (com um desenho da folha).

# OS AÇORES E A GUERRA DE SUCESSÃO CASTELHANA (1474 – 1479)

*Evo Eduardo S. P. C. Fernandes**

## 1. Introdução

Durante a segunda metade dos anos setenta do século XV, plausivelmente em agosto de 1479, uma armada de navios castelhanos surgiu ao largo da costa sul da ilha de Jesus Cristo, diante da baía de Angra.

Estes homens, cujas intenções eram obviamente hostis uma vez que Portugal e o reino de Castela estavam envolvidos na chamada Guerra de Sucessão Castelhana (1475-79), desembarcaram em Angra e pilharam os bens dos seus habitantes, que entretanto haviam fugido. Não satisfeitos, foram dar na grande baía onde hoje se situa a cidade da Praia da Vitória, onde terão capturado uma caravela comercial portuguesa. Nessa altura, a povoação situava-se a meio da baía (entre o atual núcleo urbano e o Cabo da Praia) e denominava-se Belo Jardim.

Angra e Praia eram os dois principais centros populacionais e políticos da ilha, ainda que nesta fase do povoamento o número de habitantes fosse diminuto (em 1474 a ilha fora dividida em duas capitanias: a de Angra e a da Praia, após o desaparecimento misterioso de Jácome de Bruges).

Vários barcos a remos, transportando homens bem armados, foram lançados à água e dirigiram-se rapidamente para o casario da povoação. Antes de saquearem as habitações, os inimigos decidiram roubar as plantações de abóboras e melões. Enquanto isso, os poucos moradores, desarmados e em desvantagem numérica, refugiaram-se numa mata vizinha, de onde podiam vigiar os castelhanos e assistir impotentes à perda dos frutos do seu trabalho.

Esta incursão castelhana não foi apenas mais um ataque de corsários a estas ilhas, mais ou menos desgarrado e fortuito. Ela é muito melhor explicada se enquadrada no contexto das múltiplas ofensivas navais e anfíbias levadas a cabo pelas caravelas dos

* Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Clássica de Lisboa.

*Reis Católicos* durante a Guerra de Sucessão ao trono castelhano contra as possessões ultramarinas portuguesas no âmbito de uma estratégia que visava enfraquecer o domínio luso no Atlântico. Em particular, o golfo da Guiné (onde se situava a famosa Mina, no atual Gana), tornou-se o alvo principal da disputa ibérica devido à sua enorme abundância em ouro, escravos, marfim e malagueta, os quais eram a fonte primordial do poder ultramarino português.

Efetivamente, a atuação daqueles monarcas, que acusavam os portugueses de serem intrusos na região, tinha um duplo objetivo: por um lado, atacar o inimigo em zonas de que dependia economicamente, e por outro, aproveitar a guerra para deitar a mão a parte dessas riquezas e criar o seu próprio império, contornando as bulas papais que asseguravam o monopólio português. Tratava-se, no fundo, de recuperar o atraso castelhano-aragonês em relação à expansão ultramarina portuguesa.

O império português seria duramente posto à prova. De facto, a lista dos territórios portugueses atacados é elucidativa da dimensão e extensão do conflito: o Marrocos português (Tânger e a cidade de Ceuta, que chegou a ser parcialmente conquistada e logo reconquistada em 1476), o arquipélago de Cabo Verde (cujas ilhas chegaram a ter guarnições castelhanas durante um breve período de tempo, em 1476-77) e os Açores (onde a Graciosa sofreu uma incursão em 1474; Santa Maria, que parece ter sofrido dois ataques, o primeiro dos quais originou um combate, possivelmente em 1479; e também a ilha Terceira, onde se travou uma estranha batalha, que terá sido de dimensão relativamente modesta, provavelmente também em 1479). É necessário acrescentar ainda o combate naval de Gibraltar de 1476, o vitorioso ataque português às Canárias e a grande batalha naval da Mina, ambos em 1478.

Esta guerra em que o rei de Portugal, Afonso V, se proclamou rei de Castela e invadiu o reino vizinho, e em que Isabel de Castela e Fernando de Aragão se proclamaram reis de Portugal e lhe disputaram as riquezas da Guiné, teve duas frentes: uma terrestre, na Península Ibérica, e outra naval, no Oceano Atlântico. Pode ser considerada a primeira guerra colonial entre potências europeias modernas.

Mas como se chegou à situação referida no começo do texto, a saber, do desembarque e ataque de forças castelhanas à Praia? Para responder, é necessário considerar o contexto vivenciado na Península Ibérica e Oceano Atlântico durante a intervenção portuguesa na chamada Guerra de Sucessão ao trono de Castela (anos 1474-79).

## 2. Um Principe quase "perfeito"

Na história da expansão ultramarina europeia, poucas figuras terão sido tão decisivas como o rei D. João II, apodado de "Perfeito" pelo gigante da literatura espanhola, Lope de Vega,[1] presente na expedição derrotada na batalha da Salga em 1581.

[1] Lope de Vega é o autor da famosa peça de teatro "El Principe Perfecto". Veja-se Rodrigues, Maria Idalina Resina- *Simpatias, inimizades e algumas confusões: D.João II no teatro de Lope de Vega*; Revista de Filologia Românica, nº 11-12, 1994-1995, pp. 63-80

O seu perfil psicológico e *modus operandi* podem ser ilustrados pelo episódio da caravela portuguesa que, regressando da Mina em 1492 cheia de ouro, foi apresada por um corsário francês. Os conselheiros recomendaram-lhe que enviasse uma embaixada ao rei de França, exigindo vigorosamente a sua devolução. Mas o rei retorquiu que não suportaria a humilhação de ter um emissário seu a esperar indefinidamente para ser atendido. Em vez disso, chamou um tal de Vasco da Gama (ao tempo, bem menos célebre) e confiou-lhe uma frota, com a qual este capitão capturou todos os navios franceses surtos em Setúbal e nos portos do Algarve. Todas as naves francesas atracadas nos portos de Lisboa, Porto e Aveiro tiveram igual destino, assim como as suas cargas. O elevadíssimo número de presas e o consequente prejuízo levaram a que os armadores franceses protestassem tão ruidosamente junto de Carlos VIII, que este se viu obrigado a enviar por escrito um pedido de desculpas e a devolver a caravela portuguesa com todo o seu ouro, até à última onça.[2]

A atenção dedicada pelo *Principe Perfeito* à proteção do império e rotas comerciais, pode ser avaliada pelas seguintes palavras do cronista Garcia de Resende: *Como era engenhoso em todos os ofícios e sabia muito em artilharia, cuidando muito nisso por melhor guardar sua costa com mais seguridade e menos despesa, aqui em Setúbal, com muitos experimentos que fez, achou e ordenou em pequenas caravelas andarem muito grandes bombardas e atirarem tão rasteiras que iam tocando na água e ele foi o primeiro que isto inventou*.[3]

A adaptação da artilharia ao uso naval não foi, seguramente, uma invenção de João II, mas este rei foi um pioneiro na utilização de peças de fogo ao nível da linha de água nos navios europeus do século XV, permitindo às caravelas portugueses tiros rasantes de grande efeito. Acresce ainda que as caravelas portuguesas, graças ao *Príncipe Perfeito*, terão também sido das primeiras a utilizar de forma sistemática peças de artilharia de grande calibre (possivelmente "falcões", ou mesmo "camelos"), o que aliado à sua grande mobilidade, fazia destas naves os melhores navios de guerra do seu tempo.[4] Não é de admirar que já mesmo antes destas inovações (e depois delas também), existissem disposições reais proibindo a venda de caravelas para fora de Portugal. A chancelaria real de Afonso V contém alguns documentos em que são atribuídas penas a infratores desta proibição.[5]

À morte do Infante D. Henrique, as caravelas portuguesas haviam já atingido a Serra Leoa. Não obstante o seu enorme legado e proveitos comerciais, o infante descobridor deixara dívidas ao morrer (os dividendos do ouro de Arguim, do açúcar madeirense e dos escravos africanos não cobriam as despesas das viagens de exploração atlântica).[6] Depois da sua morte, a empresa dos descobrimentos, primeiro a cargo do Infante D.

---

[2] Resende, Garcia de- *Vida e Feitos D' El-Rey Dom João Segundo*, capítulo CXLVI.

[3] Resende, Garcia de- *Vida e Feitos D' El-Rey Dom João Segundo* in *Livro das Obras de Garcia de Resende*, capítulo CLXXXI.

[4] Monteiro, Saturnino- *Batalhas e combates da Marinha Portuguesa*; vol. I, p. 70.

[5] Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, pp. 490-493.

[6] Sanceau, Elaine- *D. João II*, p. 66.

Caravela de armada, capitaneada por João Serrão em 1502, do códice de autor anónimo O Livro das Armadas, guardado na Academia das Ciências de Lisboa. Fonte: Wikimedia Commons Images.

Fernando (seu sobrinho e filho adoptivo), e depois do rei Afonso V, abrandou. Este último, absorvido pelas conquistas em Marrocos, preferiu arrendar em 1469 o comércio e descobrimento da costa do golfo da Guiné a um privado, o célebre mercador Fernão Gomes, que ficava obrigado a descobrir por cada ano do contrato de cinco anos, cem léguas de costa e a pagar uma renda anual à coroa de 200, 000 réis.

Em Janeiro de 1471, João Santarém e Pero de Escobar, ao serviço de Fernão Gomes, descobriram a chamada Mina do Ouro (baía de Shama), na Costa do Ouro. A partir de então, nada seria o mesmo, pois a notícia da sua abundância em ouro espalhou-se rapidamente entre os marinheiros andaluzes, bascos, flamengos, ingleses e outros, atraindo a atenção e cobiça de outras nações. Nas palavras do cronista real castelhano, Hernando Del Pulgar, a fama dos tesouros da Guiné (...) *se extendió tanto por aquellos puertos de Andalucía, que todos trabajaban por ir a aquella tierra*. Hoje chamar-lhe-íamos Febre do Ouro.

Em 1474, quando D. João, o *Príncipe Perfeito*, completou 19 anos, o seu pai Afonso V atribuiu-lhe a direção da exploração da costa ocidental africana, outorgando-lhe de forma vitalícia os rendimentos cobrados pela coroa sobre o comércio, navegação e pesca na região da Guiné.

Com um novo "piloto ao leme", os descobrimentos e expansão ultramarina portuguesa voltariam a ser uma prioridade nacional, cuja pedra angular seria o projeto visionário de chegar por mar à fonte das especiarias, a "Índia". Mas até chegar à Índia distante, urgia aproveitar e defender as riquezas próximas da Guiné.

O Príncipe começou por reavivar a política do *mare clausum* iniciada pelo Infante D. Henrique, reforçando o sistema da concessão de licenças régias, o pagamento de uma caução antes da partida e, sobretudo, o pagamento de uma taxa sobre os produtos obtidos, a quinta parte (os quintos). Era este o sistema português para regular a navegação e comércio ao longo da costa africana e ilhas atlânticas a Sul do Cabo Bojador.[7]

Foi assim criada em Lisboa a Casa da Mina ou da Guiné para gerir e fiscalizar este comércio e navegação. Aqueles que fossem apanhados a comerciar nos mares da Guiné sem licença régia ou roubassem os navios licenciados, seriam condenados à morte e os seus bens confiscados pela coroa. Os escrivães dos navios que declarassem valores inferiores, seriam pesadamente punidos, os capitães dos navios que sonegassem ou rou-

[7] Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, pp. 492-93.

bassem valores superiores a um marco de prata, seriam executados; e até os que levassem a bordo produtos não declarados (para trocas comerciais com os africanos), perderiam toda a mercadoria e seriam degredados para Tânger por um ano.[8]

Este quadro penal repressivo foi complementado por legislação revolucionária de incentivo à marinha e construção naval (em 1474), convertida na principal indústria do reino.

Todos os habitantes que construíssem, nos dez anos seguintes, naus com mais de cem tonéis sob o primeiro telhado teriam várias isenções e privilégios; todos os materiais importados do exterior para a construção de navios não pagariam a dízima; todos os proprietários de pinhais ficavam obrigados a vender os seus pinheiros a quaisquer construtores navais que os solicitassem, a preços estabelecidos pela coroa. Mais ainda, todas as matas e florestas do reino, incluindo as reais, privadas, eclesiásticas ou coutadas da nobreza para a caça, ficavam automatica e livremente acessíveis a todos os construtores navais, que delas poderiam retirar, sem quaisquer custos, toda a madeira necessária para essa atividade. Os próprios carpinteiros, calafates, ferreiros, ferradores, torneiros, cavilhadores e fragueiros necessários à construção de navios não poderiam recusar-se a participar nessa atividade, nem poderiam abandoná-la até que que o navio estivesse concluído.

Todas estas medidas foram tomadas em tempo de paz.[9]

## 3. A Primeira Guerra Colonial Europeia

Em 1474, morreu o rei de Castela, Henrique IV, que havia casado com a irmã do rei Afonso V de Portugal. Imediatamente surgiu uma crise de sucessão régia naquele reino, pois a filha e herdeira do rei castelhano, Juana, viu a sua legitimidade posta em causa pela meia-irmã do mesmo, Isabel, que se proclamou rainha e que, ao casar-se com Fernando de Aragão, pretendia unir as coroas de Castela e Aragão.

Portugal acabou por intervir na guerra civil subsequente porque Afonso V invadiu Castela para fazer valer os direitos da sua sobrinha Juana, com quem se casou, conforme a vontade do falecido Henrique IV expressa no seu testamento.[10]

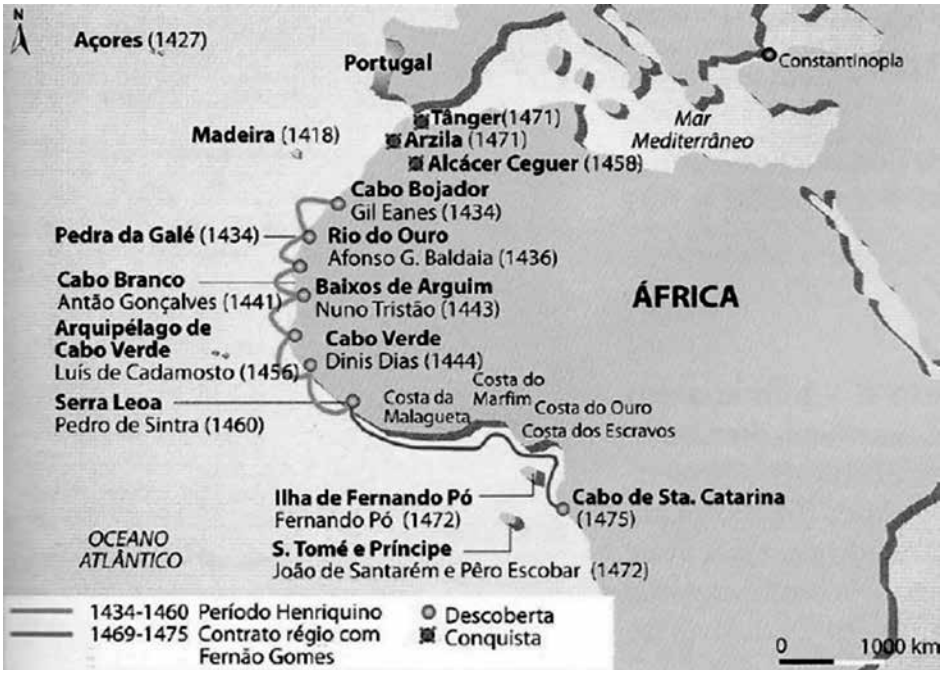
Na confusa batalha de Toro (01-03-1476), as tropas portuguesas comandadas pelo *Príncipe Perfeito*, D. João, derrotaram e perseguiram as tropas da asa direita do exército castelhano de D. Isabel e D. Fernando, enquanto as tropas reais de Afonso V eram batidas e perseguidas pelos seus oponentes diretos. Ainda que o campo de batalha tenha ficado na posse dos portugueses do *Príncipe Perfeito* -o que de acordo com as tradições de cavalaria da época lhe permitia considerar-se o vencedor,[11] já que ambos os reis adversários, Afonso V e D. Fernando, se haviam retirado- o resultado foi inconclusivo. Mas

[8] Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, pp. 492-93.
[9] Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, pp.493-94.
[10] Pina, Rui de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, capítulo CLXXIII.
[11] Ameal, João- *História da Europa (1086-1494)*, vol. II, pp. 304-308.

Fernando, numa brilhante jogada de antecipação, enviou cartas às cidades de Castela e ao estrangeiro, em que afirmava ter vencido os portugueses e partidários castelhanos de D. Juana em Toro e ordenava celebrações pela vitória em todo o reino. Deste modo, o que restava dos desalentados partidários castelhanos de Juana, transferiram-se para o partido de Isabel e D. Afonso viu-se obrigado a regressar a Portugal.

Por seu lado, os *Reis Católicos*, D. Isabel e D. Fernando, responderam à invasão lusa proclamando-se também reis de Portugal e atacando as fronteiras portuguesas, devastando pelo menos 28 povoações. Também prometeram e doaram terras portuguesas a nobres castelhanos, algumas das quais nem estavam em seu poder, como Almeida e a ilha de Santiago, em Cabo Verde.

Imediatamente se aperceberam da dupla vantagem em atacar as possessões ultramarinas portuguesas. Por um lado, ameaçavam a fonte da prosperidade portuguesa (principalmente o comércio dos escravos, ouro, marfim e malagueta da Guiné), e por outro, aproveitavam a oportunidade proporcionada pela guerra para arrecadar algumas dessas riquezas e territórios.[12]




Mapa mostrando a expansão portuguesa até à Guerra de Sucessão Castelhana (1474-79). Autor desconhecido. Fonte: Google Images.

[12] Russel, Sir Peter- *Portugal, Spain, and the African Atlantic, 1343-1490*, 1995, p. 159.

Numa carta publicada a 19 de Agosto de 1475, a rainha D. Isabel de Castela escrevia tendenciosamente que (...) *los Reyes de gloriosa memoria mis progenitores de donde yo vengo siempre tuvieron la conquista de las partes de África y Guinea e llevaron el Quinto de todas las mercaderías que de las dichas partes de África y Guinea se rescataban fasta que nuestro adversario de Portugal se entrometió de entender como ha entendido y entiende de la dicha conquista y leva el quinto de las dichas mercaderias*.[13]

As diversas bulas papais que atribuíam o monopólio do comércio ultramarino com África e ilhas atlânticas a Portugal, com base na primazia da descoberta (como a *Romanus Pontifex* de 8 de janeiro de 1455, entre outras), não mais seriam respeitadas pelos *Reis Católicos*. A política portuguesa de *mare clausum* estava seriamente ameaçada.

Assim começou uma guerra naval entre Castela e Portugal que abrangeria todo o Oceano Atlântico conhecido e quase todas as possessões ultramarinas portuguesas e castelhanas, desde a costa do continente português, Andaluzia e Estreito de Gibraltar, até à longínqua Costa do Ouro, passando pelas praças marroquinas e pelos arquipélagos atlânticos recém-povoados da Madeira, Canárias, Cabo Verde e, naturalmente, os Açores. Pode considerar-se que esta foi a primeira guerra colonial da História.[14]

No que diz respeito à organização das expedições ultramarinas, os *Reis Católicos* não foram inovadores, mimetizando em grande parte o sistema português de monopólio real, o que diz bem da sua relativa eficácia[15]. Assim, para navegar no Atlântico e fazer "tratos" ou "resgates"nas ilhas e costa africana, era necessário comprar uma licença régia (a pena para os infratores também era a morte e o confisco de bens), levar um escrivão a bordo dos navios para registar o valor das mercadorias adquiridas e pagar o quinto à coroa castelhana.[16] À semelhança da sua congénere portuguesa *Casa da Guiné*, estabeleceram-se em Sevilha dois *recibidores del quinto de la Guinea* para emitir as licenças e receber a parte da coroa relativa a esse comércio africano e atlântico, que mais tarde originaria a *Casa de la Contratación de Indias* em Sevilha (fundada em 1503).[17] No entanto, o modelo castelhano não limitava o número de portos de onde podiam partir essas expedições, ao contrário do que se passava em Portugal, o que tornaria a fiscalização castelhana bem menos eficaz.[18]

---

[13] Radulet, Carmen M.- *Os Descobrimentos portugueses e o Tratado de Alcáçovas* in *Portugal no Mundo*, Vol. II, p. 19.

[14] Newitt, Malyn- *A history of Portuguese overseas expansion, 1400-1668*, Routledge, Nova Iorque, 2005, pp. 37-38: «All things considered, it is not surprising that **the Portuguese emerged victorious from this first maritime colonial war**. They were far better organised than the Castilians, were able to raise money for the preparation and supply of their fleets, and had clear central direction from Gomes and the infante João.» Veja-se também, entre outros: Sir Peter Russel: «this 1475-1479 war was the earliest colonial war between European powers.» citado por Paul Edward Hair-*Columbus from Guinea to America* in *History in Africa*, nr. 17, Cambridge University Press, 1990, p. 116.

[15] Meyer, Michael e Beezly, William- *The Oxford History of Mexico*, p. 31. Veja-se ainda Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, pp. 550-551. Veja-se também Fernández, Luis Suárez- Los Reyes Católicos: *La conquista del trono*, vol. I, p. 276.

[16] Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. iv, pp. 10-14.

[17] Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 551.

[18] Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. iv, p. 10.

As comunidades andaluzas receberam muito mal este controlo e monopólio régios, que as impediam de enviar caravelas a comerciar às costas africanas, sem licenças. Diversas naves partiram em direção ao golfo da Guiné ilegalmente.[19]

Castela representava um concorrente formidável, já que dispunha de experimentados marinheiros andaluzes, habituados já antes da guerra a atacar os navios portugueses com escravos e outros produtos que regressavam a Lagos ou Lisboa, sobretudo os de Palos de la Frontera (por conta própria, violando os acordos bilaterais luso-castelhanos e os direitos reconhecidos à coroa portuguesa por diversos papas). Mas também porque os castelhanos das Canárias pescavam e comerciavam na costa africana em frente a estas ilhas. Por fim, as conchas das ilhas Canárias (principalmente as vermelhas) eram muito apreciadas pelos africanos, e na Costa do Ouro podiam servir como moeda de troca na aquisição de ouro e de outros produtos.[20]

## 4. Península Ibérica

Ambos os lados atribuíram cartas de corso e incentivaram ataques aos navios e propriedades do inimigo através de isenções de taxas sobre o produto de saque. O silêncio das crónicas portuguesas a este respeito é quebrado pelos documentos arquivados que mostram o príncipe João a renunciar ao quinto de todas as coisas e presas tomadas aquando do apresamento de várias caravelas castelhanas.[21] Por seu turno, o produto de saque capturado pelos corsários castelhanos durante o conflito poderá ter chegado aos quinze milhões de maravedis.[22]

O cronista Alonso de Palencia relata que caravelas portuguesas atacaram as costas andaluzas onde capturaram várias embarcações (1475). Os *Reis Católicos* responderam enviando uma frota de quatro galés capitaneadas por Álvaro de Nava, as quais não só interromperam os referidos ataques como ainda atacaram o Algarve e penetraram na ria de Faro, onde cercaram e forçaram a render-se o famoso corsário português Álvaro Mendes, o qual foi libertado mediante a promessa de não voltar a combater os castelhanos. Não cumpriu,[23] embora mais tarde se passasse para o lado castelhano. Também em 6 de outubro desse mesmo ano, essas 4 galés penetraram no rio Guadiana onde pilharam Alcoutim.[24]

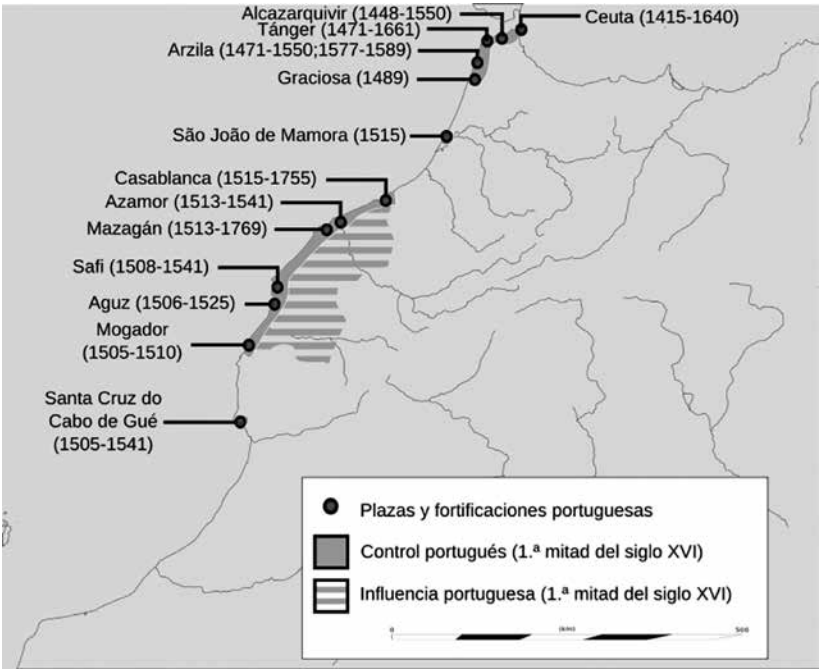
Em 1477 uma armada castelhana proveniente de Palos de la Frontera, formada por 26 caravelas, atacou a costa portuguesa onde encontraram algumas grandes naus francesas (aliadas dos portugueses) que foram postas em fuga depois de um combate em que duas delas (as maiores) foram incendiadas. Também foram capturadas duas das cara-

[19] Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. iv, pp. 12 e 14.
[20] Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 552.
[21] Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 554.
[22] Fernández, Luis Suárez- *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, vol. I, p. 272.
[23] Fernández, Luis Suárez- *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, vol. I, p. 272
[24] Palencia, Alonso de- *Cronica de Enrique IV (Década* III), livro XXIV, capítulos I e III.

velas portuguesas que auxiliavam os franceses. Em seguida, e sempre segundo Alonso de Palencia, as guarnições das caravelas castelhanas desembarcaram nas imediações de Tavira, saqueando-as e incendiando-as.[25]

Estas ações, não obstante os prejuízos mútuos que causavam, não eram determinantes para o resultado final do conflito. Como escreveu o medievalista Luis Suárez Fernández: (...) *el procedimiento del corso no decidía la guerra… ni reconducía hacia las playas andaluzas la corriente del oro*.[26]

## 5. O Marrocos Português (Algarve de Além-Mar)




Mapa com as principais praças portuguesas do reino de Fez, no atual Marrocos.
Se por um lado estas possessões africanas representavam um enorme prestígio internacional e uma escola de guerra para a nobreza e oficiais portugueses, por outro, o custo em vidas e dinheiro era incomportável para as capacidades do reino.
Autor: Asqueladd. Fonte: Wikimedia Commons Images.

[25] Palencia, Alonso de- *Cronica de Enrique IV (Década* III), livro XXIX, capítulo I.
[26] Fernández, Luis Suárez- *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, vol. I, p. 272

### 5.1. Ceuta

Em 1476, D. Fernando, o *Católico*, chegou a projetar uma aliança com o rei muçulmano Mohamed, do reino de Fez, em nome de um objetivo comum: a conquista de Ceuta ao reino luso.[27]

Nesse mesmo ano de 1476, segundo o cronista Diego de Valera, a cidade de Ceuta foi sitiada pelos muçulmanos e esteve à beira de sucumbir, não tivesse sido socorrida por uma força castelhana proveniente de Sevilha (apesar do estado de guerra entre Portugal e Castela, parece ter prevalecido o princípio da solidariedade cristã).[28] O comandante português aceitou de bom grado os mantimentos e munições oferecidas -mas rejeitou terminantemente a entrada de tropas castelhanas para reforçar a guarnição portuguesa- apesar da insistência.[29] O futuro, aparentemente, dar-lhe-ia razão. Animados pelos reforços cristãos, os portugueses venceram o exército muçulmano. Mas a fraqueza da posição portuguesa em Ceuta, mais próxima de Castela do que de Portugal, não escapou ao poderoso duque de Medina Sidónia, D. Enrique de Guzmán que, pouco tempo volvido (agosto de 1476), enviou a Ceuta uma nova e poderosa armada com cinco mil castelhanos a bordo, desta vez para conquistar a cidade.[30] Por sua vez, um grande exército muçulmano veio pôr novo cerco à praça, conforme relata o cronista Rui de Pina. Assim, a pequena guarnição portuguesa de Ceuta ficou cercada simultaneamente por mar pela armada castelhana e por terra por um exército maometano, sem poder receber socorros ou mantimentos.[31]

Os castelhanos desembarcaram e atacaram os portugueses que, perante a força dos números, tiveram que abandonar as muralhas da cidade e recuar para a pequena mas poderosa citadela interior. Este último baluarte havia sido construído pelos portugueses para resistir em situações de emergência.

A fácil conquista da gigantesca metrópole marroquina aos Portugueses (o combate com as forças lusas custara apenas 30 homens aos invasores) representava uma grande vitória castelhana,[32] mas a pequena guarnição lusitana continuava a resistir a todos os ataques castelhanos. O seu comandante, Rui Mendes Ribeiro, recusou uma proposta dos sitiantes muçulmanos para permitir a entrada na citadela de uma força de auxílio contra os castelhanos[33].

Foi então que a frota castelhana levantou ferros e se retirou precipitadamente, "(...) *sin gloria y con grave desdoro*",[34] no dizer do cronista Alonso de Palencia. As forças marroquinas também se eclipsaram. A explicação era simples: uma parte da poderosa armada portuguesa que estava a ser organizada em Lagos pelo próprio rei de Portugal, Afonso V, para o levar a França, foi enviada juntamente com uma frota francesa aliada

---

[27] Costa, Manuel Fernandes- *As navegações atlânticas no século XV*, 1979, p. 25.
[28] Valera, Diego de- *Crónica de los Reyes Católicos*, Ed. Juan de Mata carriazo, Madrid, 1927, p. 86.
[29] Palencia, Alonso de- *Cronica de Enrique IV (Década* III), livro XXVI, capítulo IX.
[30] Palencia, Alonso de- *Cronica de Enrique IV (Década* III), livro XXVII, capítulo V.
[31] Pina, Rui de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, capítulo CLXIV.
[32] Palencia, Alonso de- *Cronica de Enrique IV (Década* III), livro XXVII, capítulo V.
[33] Pina, Rui de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, capítulo CLXIV.
[34] Palencia, Alonso de- *Cronica de Enrique IV (Década* III), livro XXVII, capítulo VI.

Ceuta, a "jóia" do Algarve de Além-Mar, era fundamental para o controlo do estreito de Gibraltar. Aquando da Restauração da independência de Portugal em 1640, esta grande possessão portuguesa foi a única que optou por ficar sob domínio espanhol. No entanto, manteve na sua bandeira o brasão de Portugal, um tributo à sua herança lusitana. Gravura espanhola de 1790 ou 91 de autor desconhecido. Fonte: Wikimedia commons Images.

(sob o comando do famoso corsário genovês Colombo, *o velho*) para salvar a guarnição de Ceuta. Essa força naval luso-francesa forçara a retirada da armada andaluza.[35]

Poucos dias depois, Afonso V desembarcava homens e mantimentos em Ceuta e em outras praças portuguesas de Marrocos.[36] Com efeito, o rei lusitano ia a caminho de França para tentar convencer o *Rei Aranha* (Luis XI) a, por um lado, não renovar as tréguas com o reino de Aragão que haviam terminado em julho de 1476, e por outro, a renovar a aliança militar com Portugal na luta contra Castela.[37] A armada real era formada por 16 navios que levavam a bordo 2, 200 homens.

Afonso V manifestou o seu apreço pela conduta de Rui Mendes Ribeiro, capitão da guarnição, ao longo de todo o cerco de Ceuta. Se os castelhanos tivessem conseguido apoderar-se desta cobiçada cidade (e chegaram efetivamente a ocupar Ceuta na sua quase

[35] Pina, Rui de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, capítulo CLXIV: «(...) além do assinado serviço que o dito Cullam lhe tinha já feito [ao rei Afonso V], em ser em sua ajuda no descerco de Ceuta (...)». Como de costume, o relato de Palencia é confuso e muito menos verosímil.

[36] Palencia, Alonso de- *Cronica de Enrique IV (Década* III), livro XXVII, capítulo VI.

[37] Mendonça, Manuela- *O Sonho da União Ibérica (guerra Luso-Castelhana 1475-79)*, 2007, p. 81.

totalidade), teria sido praticamente impossível recuperá-la, e no final da guerra, Castela não teria certamente deixado de reclamar o direito de conquista sobre pelo menos parte do reino de Fez. Mas a vitória portuguesa no cerco de Ceuta permitiu que o Tratado de Paz de Alcáçovas de 1479 reconhecesse o monopólio da conquista do reino de Fez a Portugal algo que representava muito prestígio.

Convém recordar que o tratado de Monteagudo (1291), através do qual os reinos de Castela e Aragão dividiram entre si os territórios a conquistar aos muçulmanos no norte de África, não reconhecia a Portugal quaisquer direitos: todas as praças portuguesas em Marrocos ficavam a ocidente do rio Muluya, isto é, na zona de influência atribuída a Castela.

### 5.2. Tânger

Ainda antes do fracassado cerco castelhano de Ceuta, já em 1476, o mesmo Enrique de Guzmán, duque de Medina Sidónia, havia falhado também na tentativa de conquistar Tânger, porque os portugueses descobriram a traição que estava a ser urdida com elementos castelhanos da guarnição.[38]

Mas os confrontos com os portugueses continuaram até ao fim da guerra. Palencia relata que durante um mês de maio (de 1479, como se depreende do seu texto), navios portugueses capturaram nas águas de Cádis quatro embarcações pesqueiras castelhanas que transportavam uma grande quantidade de atum. Duas delas pertenciam ao marquês de Medina Sidónia. Em seguida, os portugueses atracaram no porto da praça de Tânger, onde puseram em terra seca as embarcações capturadas e acorrentaram os seus navios, por segurança.

Uma pequena frota andaluza improvisada e enviada pelo duque de Medina Sidónia atacou de surpresa as embarcações lusas, antes do nascer do sol. Além de recuperarem o pescado perdido, os andaluzes ainda capturaram cerca de 100 portugueses e 7 bergantins.[39]

## 6. Cabo Verde e a Frota do Ouro

### 6.1. O Plano da Captura da Frota do Ouro

Em 1476, por causa da guerra, Fernão Gomes (que havia renovado o contrato de exploração africana com a coroa), informou o príncipe D. João da impossibilidade de continuar a pagar a renda anual. Este acordou então que Gomes ficaria isento da renda daquele ano, mas enviaria à Mina uma frota de 20 caravelas para obter ouro e trazê-lo de volta a Portugal.[40]

---

[38] Palencia, Alonso de- *Cronica de Enrique IV (Década* III), livro XXVI, capítulo IX.
[39] Palencia, Alonso de- *Cuarta Década*, livro XXXIV, capítulo X.
[40] Palencia, Alonso de- *Cronica de Enrique IV (Década* III), livro XXV, capítulo V.

Ao tomar conhecimento destes factos, D. Fernando resolveu organizar uma armada que acabaria por integrar vinte e cinco caravelas e três naus de abastecimento, segundo Palencia,[41] ou trinta caravelas e três naus, segundo Valera,[42] com um triplo objetivo: conquistar o arquipélago de Cabo Verde aos portugueses (que seria transformado numa base de apoio para comerciar na Guiné, visto estas ilhas estarem bem mais próximas da Mina do que as Canárias e serem muito abundantes em conchas vermelhas, fundamentais para o comércio na Mina), comerciar na Mina da Guiné e, acima de tudo, capturar a frota que os portugueses enviavam anualmente à região da Mina. De facto, parte das naves castelhanas deveriam navegar diretamente até à Serra Leoa e, a partir daí, lançar-se sobre a armada portuguesa de vinte caravelas comandadas por Fernão Gomes,[43] no seu regresso da Mina da Guiné (o cronista Alonso de Palencia foi incumbido pelo rei de obter e gerir as finanças da expedição).[44]

### 6.2. Batalha no Estreito de Gibraltar

Enquanto se ultimavam os preparativos desta frota, por volta dos primeiros dias de maio de 1476, uma armada castelhana sob o comando de Charles de Valera e Andrés Sonier travou uma batalha naval no Estreito de Gibraltar contra alguns navios portugueses liderado por Álvaro Mendes que escoltavam duas carracas genovesas ou portuguesas transportando armas para Portugal, a quem derrotaram. Segundo Palencia, os portugueses tiveram 100 mortos e um prejuízo avaliado em 200,000 ducados,[45] enquanto que para Diego de Valera houve mais de 40 portugueses mortos e foram aprisionadas as guarnições de duas caravelas.[46]

Esta vitória castelhana é pormenorizadamente descrita pelos cronistas Alonso de Palencia e Diego de Valera, sendo a informação cronística completada por documentação contemporânea da Contaduría Mayor de Cuentas, arquivada em Simancas.

Esta ação atrasou a partida da mencionada armada de vinte e cinco caravelas e três naus de abastecimento.

### 6.3. O Ataque à Madeira

A expedição partiu finalmente em maio ou junho de 1476 e durou até janeiro de 1477.

Em 28 de março de 1476, Isabel já havia concedido o direito de conquistar a principal ilha de Cabo Verde (a de Santiago) ao seu súbdito Antón Martín Neto e, ao senhor

---

41 Palencia, Alonso de- *Crónica de Enrique IV (Década* III), livro XXVI, capítulo VI.

42 Valera, Mosén Diego de- *Epistolas*, XX, p. 72.

43 Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. IV, p. 18.

44 Palencia, Alonso de- *Crónica de Enrique IV (Década* III), livro XXVI, capítulo V.

45 Palencia, Alonso de- *Crónica de Enrique IV (Década* III), livro XXVI, capítulo V.

46 Valera, Mosén Diego de- *Epistolas*, XX, p. 71.

das Canárias, Diego de Herrera, foi-lhe ordenado que impedisse a todo o custo a frota portuguesa de fazer aguada naquele arquipélago.[47]

Mapa dos arquipélagos que constituem a Macronésia. Todos eles, sem exceção, foram palco de ataques e combates com forças castelhanas durante a Guerra de Sucessão Castelhana.
Autoria de ArnoldPlaton. Fonte Wikimedia Commons images.

Entretanto, os navios castelhanos fizeram escala na ilha da Madeira, que atacaram. O seu capitão-donatário, João Gonçalves da Câmara, organizou a defesa colocando homens em todos os pontos onde era possível desembarcar. Ele próprio transportou aos ombros a única peça de artilharia existente no Funchal (uma bombarda) e, fazendo pontaria, ordenava aos seus homens que largassem fogo à peça. Os seus disparos fizeram alguns estragos ou baixas na armada castelhana (provavelmente nos batéis de desembarque) que, surpreendida com o vigor da defesa encontrada, retirou em direção à ilha do Porto Santo.

O número de habitantes desta ilha era tão reduzido que não houve qualquer resistência,[48] tendo os castelhanos desembarcado e aproveitado para fazer refresco e aguada.

[47] Fernández, Luis Suárez- *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, vol. I, p. 273.

[48] «Pouco depois de assumir o governo da sua capitania, foi a Madeira atacada por uma frota espanhola composta de bastantes navios e que trazia a seu bordo muita gente armada, mas apesar dos escassos meios

Desconhece-se a razão pela qual Charles de Valera terá ordenado aos seus homens que não molestassem os habitantes de Porto Santo, sobretudo tendo em conta o que fizeram depois em Cabo Verde.[49] Seria para evitar resistências? Mas parece que nem aqui os castelhanos estavam seguros: João Gonçalves da Câmara, ao tomar conhecimento da presença dos inimigos nesta ilha, enviou barcos com homens bem armados para expulsá-los.[50]

Estes acontecimentos foram recolhidos pelo cronista anónimo do manuscrito *Notícia das Cousas da Ilha da Madeira Desde o Seo Segundo Descubrimento Pelo Zarco*. O texto está datado de 1579.[51] O referido cronista situa o ataque da armada castelhana à Madeira, de forma algo nebulosa, nos anos imediatos ao da morte do seu primeiro capitão do donatário (refere-se à capitania do Funchal). Dado que o falecimento de João Gonçalves Zarco ocorreu em fins de 1471, o episódio só pode ter ocorrido cerca de meados dos anos setenta do século XV e, refere-se com elevadíssima probabilidade, à expedição de Charles de Valera, em meados de 1476. Vale a pena recuperar o interessante relato do referido documento:

> (...) *Não havia n´ella outra artilharia que um trabuco, ou bombarda no cabo da villa, E com ela carregada aos ombros, o segundo donatário fazia pontaria e mandava aos seus que lhe pozessem fogo. Acudindo assim a todos os pontos, animando sempre a sua gente, na frente d´ella tal estrago fez nas embarcações dos inimigos, que nenhum ousou pôr o pé em terra.*
>
> *Vendo-se os castelhanos frustrados deram sobre a ilha do Porto Santo e a entraram. Chegou a notícia ao capitão João Gonçalves e foi socorre-la imediatamente, para o que preparou algumas embarcações e metteu-lhes gente, besteiros e alguns espingardeiros* (...).[52]

### 6.4. Conquista de Cabo Verde

Enquanto a armada castelhana se abastecia de carne na sua primeira escala -a ilha do Porto Santo- os capitães das três naus desertaram e levaram os seus navios (com a maior parte das provisões da armada) para a costa da Mauritânia, com o objetivo de assaltá-la. Esta indisciplina dos capitães castelhanos, longe de ser um caso isolado, foi um ponto fraco que dificultou a condução da guerra pelos *Reis Católicos*. Sem comida, o principal

---

de defesa desenvolveu João Gonçalves tamanha atividade e deu exemplos de tão extraordinário valor, que conseguiu pôr em fuga os castelhanos, indo estes atacar a ilha do Porto Santo, de que se assenhorearam sem a menor resistência (...)» em Silva, Fernando A.- *Elucidário Madeirense*, volume I, 1940, p. 201.

[49] Russell, Sir Peter- Fontes *documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. IV, p. 19.

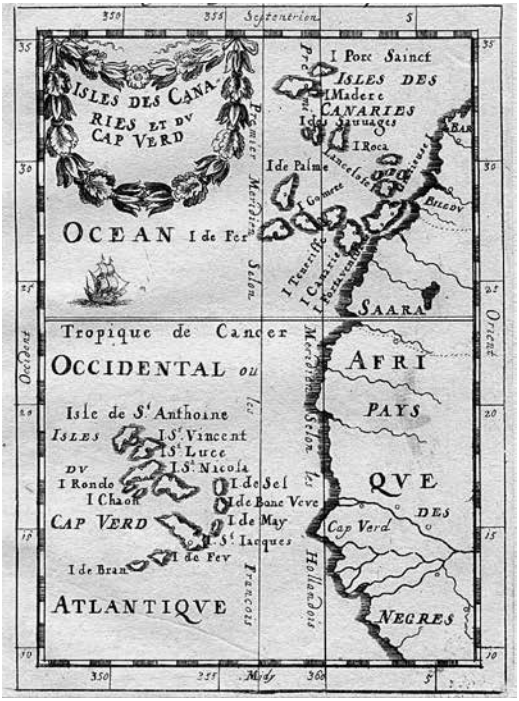
[50] «E o segundo capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara, depois de rechaçar o ataque à Madeira de uma grande frota de castelhanos, estes foram tomar a ilha de Porto Santo, donde aquele, com suas gentes, as suas armas e os seus navios, os foi expulsar.» Em Silva, josé Manuel A.- *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico: séculos XV-XVII*, volume I, 1995, p. 595.

[51] Carita, Rui- *História da Madeira: V. Povoamento e Produção Açucareira (1420-1566)*, 1989, p. 48.

[52] Extrato retirado de Sarmento, Alberto Arthur- *Os Alicerces Para a História Militar da Madeira*, 1908, p. 17.

objetivo da expedição- o da captura da frota do ouro de Fernão Gomes- teve que ser abandonado, e as caravelas portuguesas, cheias de ouro, chegaram a salvo a Lisboa.[53] Os *Reis Católicos* ficaram indignados e foi realizado um inquérito oficial.[54]

Apesar disso, os navios castelhanos foram bem-sucedidos em Cabo verde: a Ilha de Santiago foi atacada e saqueada, o seu capitão do donatário, o genovês António de Noli, foi capturado juntamente com alguns povoadores (além de 500 escravos tomados a 2 caravelas castelhanas do marquês de Cádiz ou 400 escravos roubados aos santiaguenses, consoante as fontes).[55] Todas as ilhas foram ocupadas por guarnições castelhanas e oficiais de justiça: *puso en ellas justicia e forças por el rey e reina*, escreve Mosen Diego de Valera, cronista e pai do capitão castelhano Charles de Valera, o conquistador do arquipélago.[56]




O Arquipélago de Cabo Verde, pela sua proximidade à região da Guiné, constituía uma excelente base de apoio às caravelas que demandavam aquelas paragens. Mapa de J. Hondius e P. Bertus. Fonte: Google images.

Os mercadores genoveses da ilha, solidários com o seu compatriota, tentaram pagar um resgate de mil dobras de ouro pela libertação de António de Noli, mas tal não foi necessário porque D. Fernando ordenou que o libertassem. Noli foi então agradecer pessoalmente a Fernando de Aragão, que o nomeou capitão-donatário de Santiago (reconhecido a 6 de junho de 1477). D. Fernando não só entregou a donataria da ilha de Santiago ao duque de Medina Sidónia como escreveu ainda que os habitantes portugueses dessas ilhas passariam a ser seus súbditos e ordenou aos seus vassalos que tratassem os vizinhos de Cabo

[53] Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, p. 553. Veja-se ainda Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. IV, p. 19.

[54] Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. IV, pp. 18-19.

[55] Palencia, Alonso de- *Crónica de Enrique IV (Década* III), livro XXVI, capítulo VI. Veja-se ainda Valera, Mosén Diego de- *Epistolas*, XX, p. 72.

[56] Valera, Diego de- *Crónica de los Reyes Católicos*, 1927, Ed. J. Mata Carriazo, pp. 53-55 e 82.

Verde como vassalos de Castela![57] Tratou-se de uma grave perda de soberania portuguesa e um feito prestigioso para os castelhanos.

No entanto, foi um domínio que não durou muito tempo, pois sabemos que em 1478 as ilhas de Cabo Verde já estavam sem castelhanos,[58] o que tornou toda esta expedição uma semiderrota ou mesmo um fiasco. Não se sabe se a razão da retirada foi alguma epidemia, tão frequente nestas paragens tropicais, ou se os portugueses recuperaram a soberania pela força. O certo é que António de Noli -o que é espantoso, dada a personalidade do *Príncipe Perfeito*- voltou a ser nomeado governador português de Santiago após a sua (aparente) traição![59]

## 7. A Grande Ofensiva Castelhana

### 7.1. Duas Armadas, Dois Objetivos

Tendo perdido o controlo do arquipélago de Cabo Verde,[60] os *Reis Católicos* decidiram adquirir uma nova base junto à costa africana que servisse de trampolim para as regiões do Golfo da Guiné, em especial para a Mina. A ilha de Gran Canária e restantes ilhas ditas "Canárias Maiores" (ainda por conquistar), cujos habitantes da idade da pedra, os guanches, permaneciam indomáveis, pareciam a escolha ideal para esse objetivo de (...) *futuro apoyo* (...) às expedições da Guiné, no dizer do cronista Palencia.[61] Aliás, este cronista castelhano, apesar do seu pronunciado nacionalismo (os seus escritos estão pejados de expressões relativas aos portugueses como "inveterada soberbia" ou "insolência", além de os seus números diferirem tendenciosamente dos de outros cronistas nos relatos de batalhas),[62] permanece uma fonte incontornável, por causa do seu envolvimento nas

---

[57] Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, pp. 553-554.

[58] Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. IV, pp. 20-21.

[59] Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. IV, pp. 20-21.

[60] Sabemos que em 1478 as ilhas de Cabo verde já não eram dominadas pelos castelhanos porque aquando da preparação da grande armada contra a Mina nesse ano, os mercadores de Burgos, receando um ataque dessa frota contra o arquipélago de Cabo Verde, pediram a D. Fernando um seguro para o seu feitor nesse arquipélago, Pedro Montoya, o qual seria obviamente desnecessário se Cabo verde estivesse ocupado pelos castelhanos. Veja-se Toledo, Luisa Isabel A.- *África versus América: la fuerza del paradigma*, Biblioteca Eletrónica de Geminis Papeles de Salud, p.66, consultado em 03-06-2018.

[61] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXI, capítulo VIII.

[62] Alguns exemplos: «(...) y la soberbia connatural al genio de los portugueses no había hecho aprecio de las calamidades experimentadas en la guerra cada vez que habían peleado [contra os castelhanos]»(D. IV, L. XXXI, C. I), ou: «el principal y común afán de toda aquella nación [Portugal] se concretaba en la defensa de la república de una forma tan natural, que el odio hacia los castellanos oscurecía sus inteligencias llenas de soberbia.» (D. IV, L. XXXI, C.VII); e ainda esta autêntica "jóia" literária: «(...) la vana esperanza concebida, y que tan bien se aliaba con la estupidez portuguesa.» (D. III, L. XXVII, C. VI). Não existe nada nas crónicas portuguesas que seja sequer minimamente comparável a este desprezo nacionalista de Palencia. Isto para não falar na obsessão de Palencia com Aljubarrota, que o leva a descrever muitos dos acontecimentos desta guerra como uma desforra castelhana por essa batalha e campanha de 1385 (ocorrida um século antes).

expedições castelhanas à Guiné e da sua participação (como representante régio) na organização da conquista da ilha de Gran Canária em 1478.[63]

Já em 20 de abril de 1478, os *Reis Católicos* haviam assinado uma capitulação com o prelado titular das ilhas (o bispo de Rubicón, Juan de Frías) e os capitães Juan Bermúdez e Juan Rejón, concedendo-lhes o direito de conquistar as ditas *Canárias Maiores* (entre elas a Gran Canária),[64] e cujo senhorio havia sido previamente cedido pelos seus proprietários Inês Peraza e Diego de Herrera à coroa castelhana, como veremos.

Incentivado pelas vitórias que os castelhanos haviam obtido no início desta guerra, o rei D. Fernando concebeu um plano ambicioso: enviar uma poderosa armada à Mina da Guiné para obter ouro e destruir os navios portugueses que encontrasse, ao mesmo tempo que outra grande armada era enviada à conquista da Gran Canária e outras ilhas ainda não submetidas. Ambas as frotas seguiriam juntas até às Canárias (separando-se na ilha de Gran Canaria), para ocultar o destino final de cada uma.[65]

Estas duas enormes expedições levaram muito tempo a preparar (a da Guiné, mais de um ano) e envolveram uma grande quantidade de mantimentos, caravelas e vários milhares de homens, alocados em Sanlúcar de Barrameda. A sua organização foi minuciosamente supervisionada pelo próprio rei D. Fernando, que assim ligou o seu nome e prestígio ao resultado desta empresa.

Quando o príncipe D. João foi informado dos preparativos de uma expedição inimiga à Gran Canária, resolveu enviar uma frota portuguesa capitaneada por Mem de Palha e Jorge Correia às águas da mesma ilha para destruir os navios castelhanos e, desta forma, impedir a sua conquista pelos *Reis católicos*.[66] Devido a problemas logísticos de aprovisionamento, a organização desta armada foi muito difícil.

De notar que no tempo do infante D. Henrique, várias tentativas portuguesas para conquistar algumas das ilhas Canárias haviam fracassado às mãos dos seus indígenas (os guanches). Mesmo a conquista de Gran Canária aos castelhanos por D. Diogo de Silva, em 1459, redundara apenas numa breve ocupação portuguesa de parte da ilha, que terminou em 1461 graças às negociações entre o senhor castelhano das Canárias, Diego de Herrera, o rei de Portugal e o próprio Diogo de Silva, o qual recebeu em troca a mão da filha de Herrera em casamento, além da terça parte das rendas das Ilhas de Lanzarote e Fuerteventura em dote.[67]

---

[63] Vallejo, eduardo Aznar- *La Integración de las Islas Canarias en la Corona de Castilla (1478-1526)*, p. 41.

[64] Vallejo, eduardo Aznar- *La Integración de las Islas Canarias en la Corona de Castilla (1478-1526)*, 1983, p. 41. Veja-se também Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas*..., vol. IV, p. 8.

[65] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXI, capítulos VIII e IX.

[66] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXI, capítulo IX.

[67] Veja-se Armas, Antonio Rumeu de- *Problemática en torno a la concesión de Canarias Mayores* , in *Anuario de Estudios Atlánticos, nrº* 34, 1988, pp. 383-386. Veja-se também Barros, João de- *Década* I, livro I, Capítulo XII e Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, pp. 481-83.

### 7.2. Canárias, Ilhas Afortunadas

Quando deflagrou o conflito luso-castelhano, o senhorio das ilhas Canárias pertencia a Dona Inês Peraza e seu esposo D. Diego de Herrera, o qual se autodenominava rei das Canárias. Mas em meados dos anos 70 da centúria de quatrocentos, os habitantes de Lanzarote y Fuerteventura revoltaram-se contra o que denominavam de governo despótico dos Herrera-Peraza. Queixando-se aos *Reis Católicos*, pediram a integração das ilhas na coroa de Castela[68]. Tirando partido do conflito, estes monarcas induzem então o casal senhorial a assinar uma capitulação (contrato), através do qual o direito de conquista das três principais ilhas, Gran Canária, Tenerife e La Palma (comummente designadas de *Canárias Maiore*s, ainda não conquistadas), era cedido à coroa castelhana, a troco de uma indemnização de cinco contos de maravedis e dos títulos de condes de La Gomera, ficando as restantes ilhas sob a alçada dos Peraza. O acordo foi assinado em 15 de outubro de 1477.[69]

Mas a inimizade de parte dos colonos e indígenas para com os Peraza manteve-se continuadamente e ocorreram novas revoltas em La Gomera (em 1478), porque Hernán Peraza, filho do casal Herrera-Peraza e senhor da ilha de La Gomera, se revelou despótico e porque terá hostilizado os habitantes que mantinham contatos comerciais com barcos portugueses da Guiné, apesar da proibição régia.[70] Os vizinhos sublevaram-se e a maior parte dos vassalos recusou pagar-lhe as rendas. Estes conflitos e divisões que assolaram o arquipélago -causados em parte pelos portugueses, ainda que de forma indireta- serão habilmente aproveitados pelos próprios no decorrer do conflito,[71] especialmente na campanha de 1478.

Logo no começo da Guerra de Sucessão, os monarcas ordenaram que fossem presos todos os portugueses residentes nas Canárias ou que por lá passassem e também proibiram o comércio ou qualquer outro contato com os mesmos, medida que se veio a revelar, em grande parte, um fracasso.[72]Assim, em 1478, os *Reis Católicos* enviaram instruções aos seus oficiais nas Canárias para que auxiliassem os senhores daquelas ilhas contra os seus súbditos sublevados, exigindo também que fossem aplicados castigos exemplares aos prevaricadores (como por exemplo, desterro para aqueles que acolhessem portugueses).[73]

---

[68] Casañas, Juan Gabriel S.- *Crónica de la Conquista de Gran Canaria*, pp.143-146.

[69] Casañas, Juan Gabriel S.- *Crónica de la Conquista de Gran Canaria*, pp. 147-150.

[70] Vidal, Jose Perez- *Aportación Portuguesa a la población de Canarias* in *Anuario de Estudios Atlanticos, nrº 14, 1968,* p. 52. Veja-se também Toledo, Luisa Isabel A.- *África versus América: la fuerza del paradigma* (biblioteca eletrónica), p.64. consultado em 03-06-2018.

[71] Russel, Sir Peter- *Portugal, Spain, and the African Atlantic, 1343-1490*, 1995, p. 172: «[The Portuguese] were helped at this time by the fact that the deeply unpopular seigneurial rule exercised by Herrera and doña Inês Peraza over the islands had won support for the Portuguese among both colonists and natives.»

[72] Vidal, Jose Perez- *Aportación Portuguesa a la población de Canarias* in *Anuario de Estudios Atlanticos, nrº 14, 1968,* pp. 51-52. Veja-se também Russel, Sir Peter- *Portugal, Spain, and the African Atlantic, 1343-1490*, 1995, p. 172.

[73] Vidal, Jose Perez- *Aportación Portuguesa a la población de Canarias* in *Anuario de Estudios Atlanticos, nrº 14, 1968,* pp. 51-52. Veja-se ainda Toledo, Luisa Isabel A.- *África versus América: la fuerza del paradigma* (biblioteca eletrónica), pp.64-65. consultado em 03-06-2018.

As Ilhas Canárias (a escuro) já eram objeto de disputa entre Portugal e Castela ainda antes do conflito sucessório de 1474-79. A soberania e o direito de conquistar estas ilhas foram habilmente utilizadas pelo príncipe D. João durante as negociações de Alcáçovas (1479). Autoria de Hansen BCN. Fonte: Wikimedia Commons Images.

Quando a mencionada armada castelhana enviada à conquista de Gran Canaria chegou às costas desta enorme ilha em 1478, era formada por 25 caravelas e levava pelo menos 1,500 homens, conforme se pode deduzir do relato do cronista Alonso de Palencia.[74] Mas as dissensões entre os seus dois capitães (Juan Rejón e Juan Bermúdez) traduziram-se numa falta de liderança efetiva. A conhecida indisciplina dos castelhanos instalou-se e levou à dispersão dos seus navios, o que se revelaria decisivo para o desenlace desta campanha. Enquanto 300 homens, liderados por Juan Rejón e Bermúdez, desembarcavam para iniciar a conquista da Ilha, pelo menos outros 200 homens em cinco barcos foram às ilhas próximas (Tenerife e Fuerteventura) para capturar escravos. Desta forma, 1,000 homens permaneciam ainda na frota ao largo da Gran Canária.[75]

Quando a notícia do ataque iminente da frota portuguesa chegou, a tripulação da poderosa armada castelhana entrou em pânico e os seus navios fugiram para não mais voltar, abandonando grande parte dos seus homens em terra (pelo menos meio milhar) - isto é, à mercê dos portugueses e até dos aborígenes.

[74] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXI, capítulo IX e também livro XXXII, capítulo III.
[75] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXII, capítulo III.

Assim que a frota portuguesa chegou à ilha, transportando 1600 homens em 20 navios,[76] os seus capitães, livres da ameaça representada pela presença de um esquadrão naval inimigo e inteirados da divisão das forças adversárias, procuraram tirar partido da situação, batendo o inimigo por partes. Tentaram primeiro capturar os trezentos castelhanos que estavam em Gran Canária. Para esse efeito, estabeleceram um acordo com os aborígenes canarinos, para sincronizar o ataque destes com a ofensiva portuguesa a partir do mar (terão acertado entregar-lhes metade dos prisioneiros castelhanos que capturassem, segundo Palencia).[77] Mas uma súbita tempestade salvou os castelhanos pois impediu os portugueses de desembarcar e até a sua artilharia se revelou ineficaz, devido à ondulação. Os castelhanos em terra aguentaram-se com os guanches e cobriram muito bem todos os possíveis pontos de desembarque, pelo que os portugueses, ao fim de cinco dias e de alguns disparos, desistiram de saltar em terra (Alonso de Palencia, num acesso nacionalista, registou que uma multidão celestial foi avistada a atuar ao lado dos castelhanos).[78]

Jorge Correia, o principal dos dois comandantes da frota portuguesa, com grande visão estratégica, percebeu que não valia a pena perder mais tempo em Gran Canaria, pois os trezentos castelhanos abandonados em terra eram manifestamente insuficientes para conquistar uma ilha povoada por um tão elevado número de indomáveis guanches. De facto, assim foi, pois a conquista da ilha de Gran Canária, objetivo supremo desta dispendiosa armada castelhana, falhou rotundamente, já que os castelhanos não foram capazes de enviar reforços a esta ilha ou a qualquer outra das Canárias até ao final da guerra (4 de setembro de 1479).

O comandante lusitano decidiu então atacar os pelo menos 200 castelhanos que estavam desprevenidos nas ilhas de Tenerife e Fuerteventura, buscando escravos e conchas. Segundo Palencia, Inês Peraza (cuja filha estava casada com o conde de Portalegre, a quem muito estimava) terá avisado os aborígenes dessas ilhas da incursão esclavagista castelhana. Devido às dificuldades em capturar escravos, os expedicionários castelhanos acabaram por permanecer mais tempo do que pretendiam, o que possibilitou o desembarque dos portugueses. Os homens de Jorge Correia e Mem Palha, puderam assim capturar duas centenas de castelhanos e meia dezena de navios cheios de mantimentos.[79] Um feito que selava a vitória portuguesa na campanha das Canárias de 1478. Os navios e prisioneiros castelhanos foram imediatamente enviados a Lisboa (juntamente com 5 das caravelas portuguesas), para ilustrar a façanha.

Além disso, como já referido, o comércio entre os castelhanos das Canárias e os navios portugueses continuou a ser praticado até ao final da guerra, apesar da proibição real. Alguns canarinos chegavam a ir comerciar a Lisboa. Foi grande a frustração dos *Reis Católicos*, que censuraram os senhores Herrera-Peraza pela sua frouxidão e lhes exigiram o cumprimento pleno das suas ordens e a aplicação de penas duras aos infratores.[80]

---

[76] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXII, capítulo III.

[77] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXII, capítulo III.

[78] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXII, capítulo III.

[79] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXII, capítulo III e ainda o livro XXXIII, capítulo V.

[80] Vidal, Jose Perez- *Aportación Portuguesa a la población de Canarias* in *Anuario de Estudios Atlanticos, nrº 14, 1968,* pp. 51-52. Veja-se também Toledo, Luisa Isabel A.- *África versus América: la fuerza del paradigma* (biblioteca eletrónica), pp.64-65. consultado em 03-06-2018.

Mas o maior benefício obtido pelo *Príncipe Perfeito* e seu pai Afonso V nesta campanha das Canárias de 1478, foi o potencial negocial que dela resultou. De fato, se os castelhanos tivessem conquistado ou ocupado as ilhas Canárias, a margem de manobra portuguesa nas negociações de paz que se seguiram à guerra seria muito menor. Pelo contrário, com as Canárias em aberto, o Príncipe pôde utilizá-las como moeda de troca, "vendendo" bem cara a sua desistência ao direito de conquista sobre ilhas que tinham pouco valor para Portugal, quer do ponto de vista comercial, quer como posto logístico de abastecimento das frotas (Os Açores, a Madeira, Cabo Verde e Arguim faziam-no de forma bem mais eficaz).

Graças aos prisioneiros castelhanos, os portugueses tomaram conhecimento da segunda armada castelhana que havia partido com destino à Mina da Guiné com o objetivo de atacar os portugueses e de obter ouro para os cofres reais de Castela e mercadores andaluzes. Finalmente, devido aos mantimentos dos cinco navios castelhanos capturados, a armada portuguesa viu aumentar imensamente a sua autonomia e raio de ação.[81] Deste modo, Jorge Correia, ainda mal refeito da campanha das Canárias, mas preocupado com a outra armada castelhana que rumara para a Mina, decidiu largar em sua perseguição e dar-lhe batalha. A guerra aproximava-se do seu clímax.

### 7.3. A Fabulosa Mina do Ouro (Costa da Guiné)

O cronista Alonso de Palencia descreve a partida conjunta das duas armadas do porto de Sevilha, informando que as caravelas iam *cargadas de soldados armados entre grande aplausos y múltiples cabriolas, augúrio de vana alegría que luego desembocó en desgracia*,[82] portanto, muito bem aparelhadas e em ambiente festivo.

Ao chegarem às Canárias, enquanto a primeira armada permanecia nas suas águas para proceder à conquista de Gran Canária, como vimos, a segunda armada castelhana, depois de carregar conchas vermelhas naquelas ilhas (operação em que as quatro caravelas da coroa tiveram prioridade sobre as demais), fez-se à Mina, de acordo com o plano estabelecido e ordens recebidas. Bastante significativa foi a ordem de Fernando de Aragão para que os castelhanos seguissem expressamente o código de conduta português no seu relacionamento com os indígenas da região do Golfo da Guiné, abstendo-se de qualquer ato de violência.[83] A armada enviada pelos *Reis Católicos* à Mina da Guiné em maio-junho de 1478 era formada por 35 caravelas (4 das quais estavam ao serviço da Coroa) que, para além dos combatentes, também transportavam muitos mercadores, segundo o cronista real castelhano Hernando del Pulgar e também de acordo com Damião de Góis, cronista português.[84] Trinta e cinco navios é deste modo um número cor-

[81] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXII, capítulo III

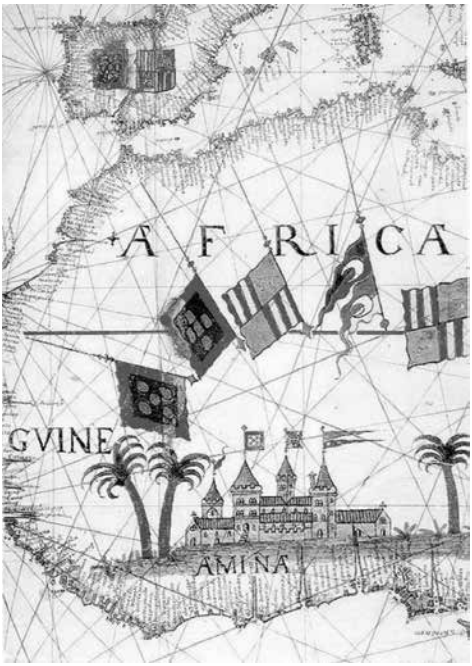
[82] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXI, capítulo IX.

[83] Russel, Sir Peter- *Portugal, Spain, and the African Atlantic, 1343-1490*, Variorum, 1995, p. 176.

[84] Os números de Palencia não são geralmente fiáveis, excepto quando contrariam o seu nacionalismo. Exemplos: No combate de La Albuera (1479), Palencia atribui 1,050 homens ao exército português, enquanto que o Cronista real castelhano Pulgar e o cronista real português Pina concordam que era de apenas 700

roborado pelas fontes contemporâneas ou próximas, de ambos os lados, e que representa a mais poderosa armada reunida durante toda a guerra de sucessão castelhana (1474-1479).[85] Dado que o número de homens a bordo de cada caravela deveria rondar em média os oitenta homens (pois segundo Palência, a armada portuguesa de Jorge Correia e Mem Palha dispunha de 1,600 homens em 20 caravelas),[86] podemos estimar o número de homens na armada castelhana em perto de três milhares.

Quando chegaram ao seu destino, a Mina, os Castelhanos -provavelmente fazendo-se passar por portugueses, envolveram-se nas lucrativas trocas comerciais que tornavam este local tão famoso e cobiçado. Lambéis, têxteis, manilhas, contas, conchas canarinas, objetos de latão e bugigangas foram trocados por ouro e escravos. Obtiveram assim uma fortuna em ouro (*gran suma de oro*, escreveu o cronista Pulgar).[87]




Mapa português do século XVI mostrando a Mina do ouro. Autor desconhecido. Fonte: Wikimedia Commons Images.

O Comissário da coroa, Berenguel Granel, deixou-se dominar pela ganância e atrasou o regresso dos navios à Europa por forma a obter ainda mais ouro. Para isso, enviou dois bergantins às regiões costeiras vizinhas para capturar mais escravos e poder assim trocá-los por uma segunda carga de ouro, já que aqueles eram o "produto"

homens; Palencia afirma que morreram 85 portugueses nesse combate, quando o cronista castelhano Bernáldez escreveu que foram só 40; Palencia afirma que durante o cerco de Zamora e na batalha subsequente de Toro, o exército português tinha 23, 500 combatentes (Década III, livro XXV, capítulo V), quando o seu conterrâneo Bernaldez escreveu que eram só 8,500; e Palencia vai ao extremo absurdo de afirmar que na batalha de Toro, os castelhanos tiveram apenas 5 homens mortos (!), quando Pulgar (e o cronista português Álvaro de Chaves) registaram que o nº de mortos foi elevado e aproximado em ambas as forças. Palencia afirma também que em Baltanás, o nº dos castelhanos que se renderam foi de 150 lanças, quando o cronista Rui de Pina informa que eram 400. Os exemplos tendenciosos são constantes. Por isso, quando Palencia diz que a armada castelhana enviada à Mina em 1478 era formada por apenas 11 caravelas, basta saber que o igualmente castelhano Pulgar e o português Damiãode de Góis afirmam -corroborando-se- que o número de navios dessa expedição era na realidade de 35.

[85] 35 navios: veja-se Pulgar, Hernando del- *Crónica de los Señores Reyes Católicos*, 1780, parte II, capítulos LXXVI e LXXXVIII, e veja-se também Góis, Damião de- *Chronica do Príncipe D. Joam*, 1724, capítulo CIII.

[86] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXII, capítulo III.

[87] Pulgar, Hernando del- *Crónica de los Señores Reyes Católicos*, 1780, parte II, capítulo LXXXVIII.

mais valorizado pelos negros daquela região.[88] Segundo Alonso de Palencia, o capitão da armada, Joanoto Boscá, opunha-se à permanência tão prolongada de tantos homens e embarcações numa região tão propícia a doenças. Pretendeu partir ao fim de um mês, mas teve que se submeter à vontade do delegado da coroa, a quem D. Fernando tinha concedido a última palavra relativamente à viagem de regresso.[89] As doenças tropicais alastraram entre os europeus, que ficaram fisicamente diminuídos e combalidos.

Foi nesse momento, sessenta dias depois da chegada dos castelhanos, que a armada portuguesa chegou e se aproximou do estreito das Três Pontas, em cuja embocadura estavam as naves castelhanas, ignorantes da presença dos seus arqui-inimigos. Os portugueses chegaram de noite e Jorge Correia enviou um pequeno navio ligeiro para estudar a disposição e o número de unidades da frota castelhana. Ali jazia uma enorme armada castelhana, aparentemente desprevenida, provavelmente cheia de riquezas, bloqueada e à mercê dos capitães portugueses. Estes não perderam tempo. Imediatamente antes do sol nascer, os navios portugueses atacaram os navios castelhanos que foram surpreendidos, embora oferecessem resistência. A caravela castelhana *Candona* foi atacada por dois navios portugueses que a tomaram. Em pouco tempo, todos os capitães andaluzes aceitaram a derrota e renderam-se com todas as suas tripulações, armas, navios e enorme carga de ouro.[90] Os portugueses também conseguiram aprisionar os dois bergantins castelhanos que regressavam ao Cabo das Três Pontas cheios de escravos. Esta "carga humana" foi posteriormente trocada pelos portugueses por um segundo carregamento de ouro! E parece que tudo isto foi conseguido sem quaisquer perdas humanas para os portugueses, como parece querer dizer Rui de Pina ao escrever que Jorge Correia conseguiu o feito (...) *muito a seu contento*.[91] Palencia também reconhece o mesmo ao explicitar que pelo menos a frota do ouro foi tomada *sin derramamiento de sangre*.[92] Foi uma das maiores vitórias navais da história de Portugal. As suas consequências na divisão e partilha do Oceano Atlântico em esferas de influência que ficaram plasmadas no tratado de paz de Alcáçovas (04-09-1479), não foram certamente desprezáveis.[93] Um dos tratados mais favoráveis que os reis de Portugal alguma vez assinaram.

---

[88] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXIII, capítulo V.

[89] Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXII, capítulo III.

[90] Palencia, *Cuarta Década*, livro XXXIII, capítulo V; Góis, Damião de- *Chronica do Príncipe D. Joam*, 1724, capítulo CIII. E finalmente, Pulgar, Hernando del- *Crónica de los Señores Reyes Católicos*, 1780, parte II, capítulo LXXXVIII.

[91] Pina, Rui de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, capítulo CCVIII.

[92] Pulgar, Hernando del- *Crónica de los Señores Reyes católicos*, 1780, parte II, capítulo LXXXVIII.

[93] «(...) after queen Isabella pushed her Castilian mariners to compete in the African trade, a naval showdown occurred, in 1478, in which portuguese captains used superior ships and sailing skills to smash a Spanish flotilla of thirty five ships. It is ironic that the great pathfinding voyage of Christopher Columbus, which opened the door to Spain´s own age of discovery, was an outgrowth of the 1478 disaster. The victorious Alfonso successfully insisted that there be a treaty declaring the African coast out of bounds for Spanish seamen. This meant that if Ferdinand and Isabella wanted to entertain dreams of an overseas empire, they had to turn their eyes westward to the uncharted seas.» Em Udall, Stewart L.; Jacka, Jerry- *Majestic Journey: Coronado´s Inland Empire*, 1995, p. 23.

Mas a batalha da Mina não foi apenas determinante em termos quantitativos, pois Castela perdeu também a maior parte dos seus melhores marinheiros, sobretudo os da Andaluzia (como os de Huelva e sobretudo os de Palos de La Frontera), que ficaram encarcerados em masmorras em Lisboa, e portanto, sem poderem participar em novas operações navais até à troca de prisioneiros que ocorreu depois das pazes.

Com uma única frota, e aparentemente quase sem perdas, Jorge Correia conseguiu evitar a conquista das Canárias por uma grande armada castelhana que expulsou e a quem tomou 200 homens e 5 navios; derrotou e capturou inteiramente outra poderosa armada castelhana de 35 caravelas contendo (...) *una increíble cantidad de oro*,[94] na feliz expressão de Palencia. Não satisfeito com estes resultados, singrou para a aldeia de Shama (a Mina, propriamente dita) onde desembarcou os prisioneiros castelhanos acorrentados, a quem fez desfilar diante do líder negro local, numa operação de reforço da soberania lusa (e durante a qual trocou os escravos capturados aos castelhanos por um carregamento adicional de ouro). Explicou-lhe que os portugueses eram muito mais poderosos do que os castelhanos, com os quais ninguém deveria comerciar. Em seguida, e para reduzir a probabilidade de perdas, ordenou que os navios se separassem e regressassem isoladamente a Lisboa. Chegaram todos a são e salvo.[95] Eis o relato do cronista real Hernando del Pulgar:

> *Ansimesmo en aquellos dias partiéron de la cibdad de Sevilla é de los otros puertos del Andalucía fasta treinta é cinco caravelas para la mina del oro : en las quales iban muchos mercaderes é personas que se sentian dispuestos para sofrir el largo camino de la mar, é las dolencias que se recrecian en aquella tierra. Los quales llevaban cargadas las naos de aquellas ropas viejas, é conchas, é almireces, é manillas de laton, é de las otras cosas que eran demandadas por las gentes que en aquellas tierras moraban. Y embiáron el Rey é la Reyna en aquella flota por capitan un caballero que se llamaba Pedro de Covídes, á quien mandáron que obedeciesen todas las gentes é mercaderes que iban en aquella flota. É de todo el oro que se traia de aquella tierra, el Rey é la Reina habían la quinta parte, de lo qual habían gran renta. (…) Segun habemos contado, el año antepasado partiéron treinta é cinco naos de los puertos de la mar que son en el Andalucía, para ir á la tierra donde había la mina del oro. Los que iban en estas naos fueron en salvo á aquellas partes, é trocáron á pedazos de oro las conchas é cosas de latón é ropas viejas, é las otras cosas que llevaban, que son pedidas é deseadas por los bárbaros que moran en aquella tierra. Fechos sus troques, á la vuelta que volvían con gran suma de oro, los Portogueses que fueron avisados, como habían partido á facer aquella via, armáron ciertas naos, é aguardáron á las naos castellanas al tiempo que entendian que podian volver : y encontráron con ellas, é tomaron todas treinta é cinco naos con todo el oro que traian, é prendieron á todos los que iban en ellas,* (...).[96]

---

[94] Palencia, *Cuarta Década*, livro XXXIII, capítulo V

[95] Palencia, *Cuarta Década*, livro XXXIII, capítulo V

[96] Retirado de Pulgar, Hernando del- *Crónica de los Señores Reyes católicos*, 1780, parte II, capítulos LXXVI e LXXXVIII.

O ano de 1478 marcou o ponto de viragem na guerra naval de 1475-79. A partir deste ano, há uma diminuição das referências a navios portugueses destruídos ou capturados por castelhanos, tanto nas crónicas como nos documentos da chancelaria dos *Reis Católicos*. Em contrapartida, aumentam significativamente os relatos de navios castelhanos aprisionados pelos portugueses em águas da Guiné, mesmo depois de terminada a guerra, uma vez que muitos deles haviam partido antes da paz ter sido apregoada.

Para Fernando e Isabel, 1478 representou também um revés pessoal. Haviam concentrado o seu esforço de guerra na preparação de duas armadas, cujo enorme custo não teve qualquer retorno. Além disso, o desvio de mantimentos para este fim provocou fome em algumas regiões andaluzas (pouco depois da partida dos navios), de acordo com o cronista Palencia, o qual acrescentou ainda que o descontentamento na Andaluzia com os *Reis Católicos* foi enorme.[97]

A inferioridade naval castelhana está implícita no pregão que estes monarcas lançaram em 1479, no qual justificam a preparação de uma nova armada de 20 caravelas para a Guiné, projeto que não conseguiriam concretizar (mesmo impondo medidas coercivas como o imposto sobre todas as importações e exportações que passassem pelos portos da Andaluzia e de um empréstimo de 2 milhões de maravedis da cidade de Sevilha)[98] devido à falta de marinheiros experimentados, navios e dinheiro: (...) *para fazer dicho*

Vista do Castelo da Mina (Costa do Ouro, Golfo da Guiné) pelo lado noroeste a partir do rio. Esta poderosa fortaleza foi edificada por D. João II em 1482 para garantir o monopólio português do riquíssimo comércio do Golfo. Gravura holandesa do Atlas Blaeu van der Hem, século XVII. Fonte: Wikimedia Commons Images.

[97] Palencia, *Cuarta Década*, livro XXXIII, capítulo V

[98] Russel, Sir Peter- *Portugal, Spain, and the African Atlantic, 1343-1490*, 1995, p. 173.

*resgate y traer oro que del se sacare en estos nuestros regnos, como para tener segura la mar a los que a ella fueran*.[99] Trata-se de uma admissão de que os navios castelhanos já não estavam seguros no mar, e portanto, de que o domínio dos mares pertencia agora a Portugal. Ninguém precisa do que já dispõe.

Para se poder avaliar o que estava em causa nos mares do Golfo da Guiné, basta ter em consideração que entre os anos de 1471 a 1500, o total de ouro importado de África (sobretudo da Mina) para Portugal é avaliado em 17 toneladas.[100] E que o número de escravos capturados pelos portugueses na costa ocidental de África para o período de 1450 -1500 é estimado em 150,000 almas (com S. Jorge da Mina a ter a parte de leão deste tráfico).[101]

## 8. Os Açores sob Ataque

Depois da batalha da Mina em meados de 1478, os castelhanos foram incapazes de organizar e enviar grandes armadas ao ultramar, mas conseguiram enviar pequenas expedições a um teatro de guerra mais próximo: os Açores. Para o estudo destas incursões e lutas, estão disponíveis dois tipos de fontes privilegiadas: o cronista Gaspar Frutuoso, que escreve cerca de um século depois destes acontecimentos -mas com base no precioso testemunho oral de alguns contemporâneos destas lutas, povoadores primitivos da ilha Terceira, entre eles os anciãos Bartoleza Roiz e Gil Fernandes- e o arquivo geral de Simancas, onde se encontram documentos da chancelaria dos *Reis Católicos* emitidos nos anos 70 e 80 do século XV. Relatos como o do Padre António Cordeiro são muito posteriores, pelo que os pormenores que acrescentam ao registo do Doutor Frutuoso devem ser examinados com algum cuidado.

### 8.1. O Combate de Vila do Porto

O primeiro ataque castelhano documentado em águas açorianas durante a Guerra de Sucessão Castelhana (1474-79) ocorreu na ilha Graciosa, cerca de 1474. Nessa ocasião, alguns homens desembarcaram de (...) *uma nau*[102] e, guiados por um frade desavindo com o capitão do donatário (parece que ainda não o era *de jure*), Duarte Barreto, conseguiram capturá-lo e a mais treze dos seus criados. Foram todos levados para bordo do navio castelhano que partiu depois do ataque. Duarte Barreto morreu no cativeiro, sendo sucedido por Pedro Correia da Cunha.

Mas foi no período final deste conflito, por volta de 1479, que se registaram os principais acontecimentos bélicos no arquipélago, com várias caravelas castelhanas a

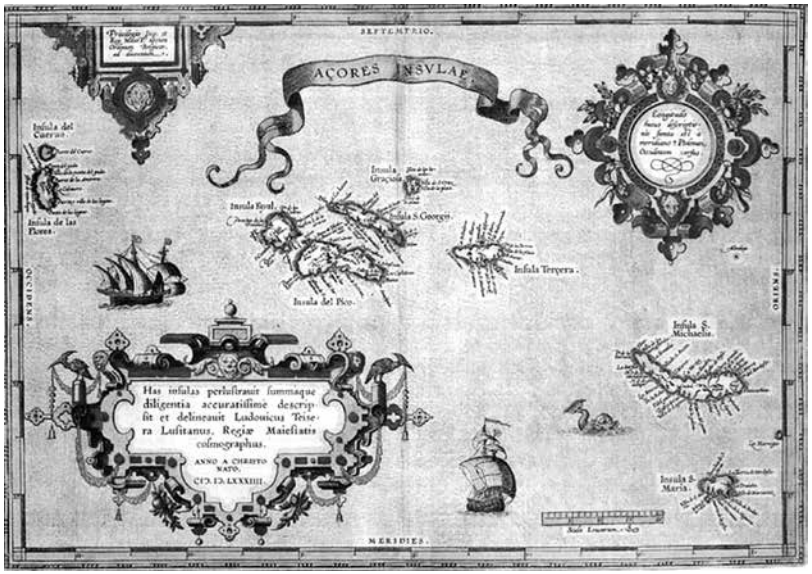
---

[99] Domínguez, Natalia Palenzuela- *Los Mercaderes Burgaleses en Sevilla a Fines de la Edad Media*, 2003, p. 83.

[100] Lambelet, Jean-Christian- *The Economic History of Portugal*, documento eletrónico da HEC da Universidade de Lausanne, p.39. Consultado a 30-05-2018.

[101] Boxer, Charles R.- *O Império Colonial Português*, 1969, p. 52.

[102] Cordeiro, António-*História Insulana*, livro VII, capítulo VII, baseado no relato de Gaspar Frutuoso.




Primeiro mapa dos Açores com todas as ilhas, da autoria de Luis Teixeira, em 1584, integrado na obra Theatrum Orbis Terrarum, de Abraham Ortellius.
Fonte: Wikimedia Commons Images.

frequentarem as águas das ilhas de Santa Maria e Terceira. É o que se pode inferir do cruzamento das fontes disponíveis.

Neste ano de 1479, surgiu uma (...) *nau de castelhanos*[103] ao largo da ilha de Santa Maria. Por coincidência, e à semelhança do ocorrido em 1474 na Graciosa, os castelhanos teriam sido incitados e conduzidos por um traidor português que se encontrava a bordo da embarcação. Tratava-se de um cunhado ou genro do próprio capitão do donatário da Ilha de Santa Maria, João Soares, com quem estava desavindo. Do navio inimigo desembarcou então uma força de 40 homens bem armados, com alguns arcabuzes, que atacaram de surpreso João Soares (ao meio dia). Porém os naturais da terra, ainda que inferiores em número, organizaram-se sob o comando do seu capitão e ofereceram uma resistência feroz. Ao fim de algum tempo, os castelhanos começaram a ceder, sendo empurrados pelos portugueses até à Rocha da Conceição, a partir de onde a derrota castelhana se converteu em debandada para os seus barcos que os levaram de volta à segurança do seu navio. Durante esta luta furiosa, dois dos castelhanos foram atirados pela Rocha da Conceição abaixo. Pormenor que ficou vivamente gravado na memória dos contemporâneos.

[103] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro III, capítulo XIII.

Gaspar frutuoso descreve o combate nestes termos:

> *E, estando algum tempo na ilha, contam alguns que, andando um dia passeando à sua porta, veio uma nau de castelhanos onde vinha um seu cunhado, outros dizem seu genro, que o queria matar; e saíram em terra como quarenta homens armados que, sem serem sentidos, deram de súbito com ele a horas de meio dia, e, tirando alguns tiros com seus arcabuzes, sem lhe empecerem, nem acertarem, acudiu um mancebo, que se chamava António Fernandes, com um montante, e tão valorosamente o fizeram o Capitão João Soares e ele e outros poucos da terra, que levaram os imigos até à rocha da Concepção, deitando dois deles pela rocha abaixo, que logo morreram, acolhendo-se os mais aos barcos e neles à sua nau.*[104]

Mas a vitória dos marienses seria ensombrada pela captura do seu bravo capitão do donatário, que ocorreu depois da referida batalha durante aquilo que parece ter sido uma segunda incursão de castelhanos que,[105] graças a uma superioridade numérica esmagadora e efeito surpresa, conseguiu vencer a tenaz resistência que durante pelo menos dois dias um pequeno grupo de 6 ou 7 portugueses lhe opôs. Entre estes, encontrava-se, João Soares (que a partir de 1474 deixara de ser o capitão-donatário das ilhas de São Miguel e Santa Maria para o ser apenas desta última, ficando Rui Gonçalves da Câmara com a capitania da primeira).

Do ponto de vista histórico, este último episódio revelar-se-ia fundamental para estabelecer a cronologia destes confrontos. Gaspar Frutuoso informa que, tendo sido levado para Castela como prisioneiro e, depois de ter sido pago o seu resgate, João Soares foi libertado precisamente oito dias antes da assinatura do Tratado de Alcáçovas, a 04 de setembro de 1479,[106] embora a sua ratificação pela parte portuguesa e castelhana-aragonesa só tenha ocorrido, respetivamente, em 08 de setembro de 1479 e 06 de março de 1480. É muito duvidoso que Frutuoso se estivesse a referir a esta última data. É mais provável que a libertação do capitão português, após um tempo indeterminado em cativeiro, se tenha dado a 27 de agosto de 1479. Na fase final da guerra, portanto. Segue o relato de Frutuoso:

> *O que bem podia acontecer, porque outros dizem que, estando o dito Capitão João Soares, no tempo em que havia guerras antre Portugal e Castela, veio ter aí um navio de castelhanos, que quiseram entrar, e o dito Capitão se defendeu deles por espaço de dois ou três dias com um negro e quatro ou cinco homens, que somente tinha consigo, e, como eram tão poucos, o cativaram por fim os castelhanos, depois de muito desvelado e cansado de pelejar, e o levaram a Castela, levando com ele o negro; e dos mais que tinha em sua companhia não se sabe, se vendo a coisa mal parada e sem remédio, se acolheram à serra e ficaram na ilha, ou se foram também cativos com o seu Capitão, que lá em Castela se resgatou; e, depois de ter pago o resgate e estar livre, daí a oito dias se fizeram as pazes com Portugal, as quais pazes*

---

[104] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro III, capítulo XIII.

[105] «(...) e em outra ocasião (...)», segundo Cordeiro, António-*História Insulana*, livro IV, capítulo VII.

[106] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro III, capítulo XIII.

*el-Rei de Portugal D. Afonso, o quinto do nome, fez com el-Rei D. Fernando de Castela, marido da Rainha D. Isabel, no fim do ano do Senhor de mil e quatrocentos e oitenta, como conta o curioso cronista Garcia de Resende no capítulo vigésimo da sua Crónica, que fez do grande Rei de Portugal D. João, segundo do nome.*[107]

### 8.2 A Batalha do Belo Jardim

Neste capítulo, retomo o relato interrompido do ataque de uma armada castelhana à povoação portuguesa do Paul do Belo Jardim, logo no início deste trabalho (tendo por base o cronista Gaspar Frutuoso).[108]

Assim, da frota inimiga que surgiu na baía da Praia, em frente desta povoação, saíram forças castelhanas com muitas armas, em vários batéis, que desembarcaram no areal. É possível que a notícia do saque de Angra já tivesse chegado aos moradores do Belo Jardim. Seja como for, a povoação foi abandonada pelos seus vizinhos. Sem armas e em inferioridade numérica, os habitantes refugiaram-se num mato próximo, de onde podiam vigiar os movimentos do inimigo sem serem descobertos.

Acontece que entre o ponto de desembarque e o casario do povoado, os invasores detiveram-se nos terrenos cultivados pelos moradores, cheios de abóboras e melões já amadurecidos. Os homens, de forma displicente e confiadamente, detiveram-se a recolher estes tentadores frutos do trabalho alheio.

Tudo parecia fácil para os invasores, mas quando ecoou um ruído estrondoso pelos ares, os castelhanos confundiram-no com um disparo de arcabuz, supostamente provocado pelos moradores escondidos que pareciam ter montado uma emboscada. Uma onda de pânico contagiou as fileiras castelhanas, cujos homens se precipitaram numa enorme debandada em direção aos seus batéis. Os portugueses, avisados e incitados pelo indivíduo que provocara acidentalmente o ruído ao cair da árvore, onde se encontrava de vigia, precipitaram-se sobre os inimigos. Aos gritos de (...) *mata*, *mata*[109], foram recolhendo as armas que os invasores haviam deixado e iam abandonando na fuga, utilizando-as contra eles. A perseguição das forças castelhanas converteu-se em carnificina quando os remadores que se encontravam nos batéis à espera, na borda de água, fugiram também para os navios da armada, abandonando à sua sorte os seus homens.[110] Alguns deles morreram afogados.

Naturalmente que a notícia desta batalha vencida pelos homens de Álvaro Martins Homem foi imediatamente levada a Angra, conforme salientaram os seus contemporâneos -em primeira mão- ao padre e cronista Gaspar Frutuoso, cujo relato é o seguinte:

> *Ainda neste tempo havia guerras antre Portugal e Castela donde vinham armadas de castelhanos, e tanto que apareciam à vila* [de Angra] *escondia cada um suas pobrezas por antre o mato e as searas do trigo. Uma vez escondeu um homem, que vendia, um quarto de azeite, soterrando-o em uma cova defronte da*

[107] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro III, capítulo XIII.
[108] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro VI, capítulo I.
[109] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro VI, capítulo I
[110] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro VI, capítulo I

*porta, e, entrados os castelhanos, a que não havia resistência dos poucos moradores, e saqueando a terra e roubando-a, foram ter à casa deste vendeiro; alí, vendo a terra fresca diante da porta, cavaram com as chuças, partezanas e lanças que levavam, armas daquele tempo, em que não havia senão algum tiro de fogo por maravilha, e, quebrando com as mesmas armas o quarto e roubando a pobreza que acharam na terra, se embarcaram e foram até à Praia, e cometendo o lugar e freiguesia, os freigueses, por não terem armas com que se defender e serem poucos, se esconderam pelo mato; indo, então, os castelhanos por um abobral e meloal, apanhando a eito e pondo as abobras e melões em um monte, antes de chegarem ao lugar, se subiu um dos escondidos sobre uma árvore, por ver o que faziam. Este, sem ser visto deles, vendo-os andar assi ocupados, quis subir mais acima, ao cume da árvore, pelos ver melhor de mais alto, e, em subindo mais, quebrou um ramo, com ele fazendo grande estrondo, o qual ouvindo os castelhanos, cuidando ser tiro de fogo, largaram logo tudo, pondo-se em fugida pera os barcos que os esperavam na areia, o que vendo a atalaia da terra, com que caiu o ramo, e dizendo-o a seus companheiros, sairam todos do mato correndo e bradando* "*mata, mata*", *em alcance dos contrários, que, com a pressa, largaram a fruta colhida e as armas, que os portugueses de caminho iam tomando contra eles. O que vendo os dos batéis, fugiram com medo, com o qual também os que pela terra fugiam se deitavam ao mar, onde alguns morriam afogados, e outros foram mortos à borda de água. Esta nova mandaram logo os vitoriosos à vila de Angra, onde morava Bartoleza Roiz, que, quando contava isto, dizia com grande mágoa:* "*uns maus castelhanos, que não se contentavam com o que levavam, senão quebrar-nos ainda o quarto de azeite que tínhamos na terra para comermos aquele ano*"; *e logo tornavam a dizer com muita alegria: "mas os da Praia nos vingaram, que lhe tomaram as armas e os mataram.*[111]

José Reis Leite e Antonieta Reis Leite situam, como não poderia deixar de ser, este episódio entre 1474 e 1479, pois argumentam que a expressão do Cronista das Ilhas (...) *neste tempo havia guerras antre Portugal e Castela* (...)[112] só pode ser verdadeira para o período da Guerra de Sucessão Castelhana.[113] Salvo melhor opinião, aquele autor também foi o primeiro a estabelecer uma inequívoca relação de causa-efeito entre esta batalha contra os castelhanos e a transferência do povoado do Belo Jardim para o sítio onde hoje conhecemos a Praia.[114]

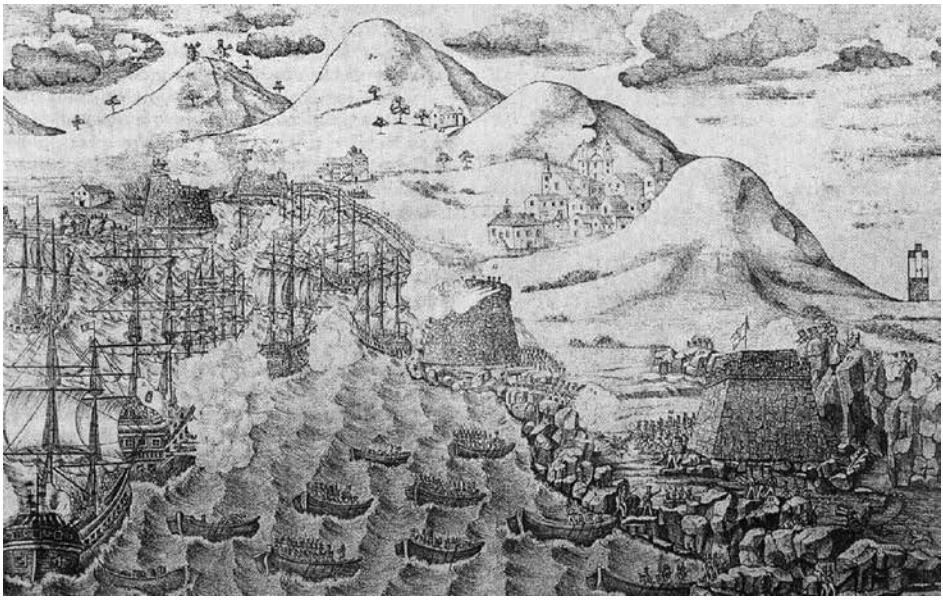
---

[111] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro VI, capítulo I

[112] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro VI, capítulo I

[113] Leite, José Guilherme Reis- *Breve esboço sobre a História da Praia* in *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, 2004, pp. 11-30. Veja-se também Leite, Antonieta Reis- *Açores, Cidade e Território*, 2014, pp. 67-68 e 168.

[114] «Não interessa agora recordar o pitoresco da crónica sobre o resultado deste ataque, mas antes atender às suas consequências políticas, porque elas foram decisivas em termos de organização do espaço». Em Leite, José Guilherme Reis- *Breve esboço sobre a História da Praia* in *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, 2004, pp. 11-30.



Gravura oitocentista da famosa batalha naval da vila da Praia ferida em 11 de agosto de 1829 entre liberais e absolutistas. Foi nesta enorme baía que os habitantes da primitiva povoação do Paul do Belo Jardim derrotaram uma força expedicionária castelhana durante a guerra de sucessão castelhana (1475-79).
Fonte: Wikimedia Commons Images.

Será possível afinar a cronologia da batalha do Paul do Belo Jardim e também caracterizar quantitativa e qualitativamente a armada castelhana que nela tomou parte? Felizmente é possível cruzar a informação do cronista Gaspar Frutuoso com um documento da chancelaria dos *Reis Católicos* emitido imediatamente após a guerra de Sucessão Castelhana (em 8 de março de 1480), guardado no Arquivo Geral de Simancas, no *Registro General del Sello*, e publicado pelo historiador espanhol Luis Suárez Fernández em *Política Internacional de Isabel la Católica*, vol I, Valladolid, 1965, documento número 84.[115] Este importante documento revela que em agosto de 1479, uma frota castelhana formada por três caravelas andaluzas armadas lançou um ataque na ilha Terceira, diante da (...) *villa de la Playa* (...),[116] onde assaltaram uma caravela portuguesa fretada por dois mercadores de Londres, roubando a sua carga de trigo, um quarto da qual era por-

[115] Fernández, Luis Suárez- *Política Internacional de Isabel la Católica: estudio y documentos*, volume I, Madrid, 1965, pp. 460-461, documento nº 84 de 08-03-1480, emitido em Toledo

[116] Fernández, Luis Suárez- *Política Internacional de Isabel la Católica*, volume I, 1965, doc. 84, pp. 460-61.

tuguesa e três quartos inglesa. O trigo apresado foi levado a Huelva. Das três caravelas castelhanas, duas eram provenientes da cidade de Palos de la Frontera e uma de Huelva. Trata-se de um documento surgido no rescaldo das discussões do pós-guerra em torno das reparações e indemnizações devidas pelos intervenientes, sem qualquer intenção de descrever os acontecimentos. É provável que esta seja a armada responsável pelo ataque à baía da Praia de que fala Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra*. De facto, sabemos por este cronista que o fim da Guerra de Sucessão Castelhana, em particular o ano de 1479, foi um período de grande atividade naval castelhana nos Açores (sobretudo nas águas de Santa Maria).[117] Além disso, cruzando a época da colheita das abóboras com a dos melões de que fala Frutuoso, sabemos que o ataque castelhano à Praia se deu com elevada probabilidade entre julho e setembro. O documento castelhano menciona o mês e o ano do ataque à Praia: agosto de 1479. Faltam provas definitivas, mas mais do que verosímil, é bastante provável que ambos os textos se refiram ao mesmo episódio. Se assim for, é razoável assumir que o roubo de trigo e da caravela portuguesa na enseada da Praia tenha ocorrido antes do desembarque no Belo Jardim, porque depois disso, as terríveis baixas sofridas pelos andaluzes na batalha devem ter reduzido significativamente o seu potencial ofensivo, embora se tratasse de uma presa de guerra comercial.

Quanto aos efetivos da frota castelhana que atacou os vizinhos do Belo Jardim, e tendo em conta que, segundo o cronista Alonso de Palencia, uma caravela armada poderia levar até 80 homens (como já foi mencionado, a armada portuguesa que participou na expedição às Canárias em 1478 levava 1600 homens em 20 caravelas),[118] eles rondariam as duas centenas de indivíduos. A maior parte dos homens terá desembarcado para participar na incursão e assim obter o seu quinhão do saque, que se adivinhava fácil, tendo em conta o ocorrido em Angra, pouco antes. Seria uma força bastante razoável para uma época em que a população da ilha era diminuta.

Relativamente ao número de habitantes existentes na baía da Praia na altura da guerra da sucessão castelhana (1475-79, embora este combate tenha provavelmente ocorrido em 1479, como já foi dito), não é possível estimar com segurança. A única informação credível e cronologicamente não demasiado distante é a que se pode obter de um acórdão de 1513 (cerca de três décadas e meia depois deste ataque castelhano), mencionado por Francisco Drumond:[119] nesse ano, a população intramuros da vila da Praia incluía já 400 vizinhos (portanto, cerca de 1,700 residentes),[120] sem contar com as pessoas que moravam fora das muralhas.

---

117 Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro III, capítulo XIII.

118 Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, livro XXXII, capítulo III.

119 Drummond, Francisco Ferreira- *Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Vila da Praia da Vitória* (editada em 1848), Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983, p. 28.

120 O clássico fator 5 por que se multiplicava o número de fogos ou de vizinhos de uma localidade (a partir do primeiro quartel do século XVI) para estimar a sua população total tem vindo a ser preterido pelos demógrafos e historiadores em favor de um fator mais baixo (entre 3,85 e 4,6 indivíduos), o qual, reflete melhor as altas mortalidade (sobretudo infantil) e mobilidade masculina contemporâneas. Veja-se Santos, Carlota- *As Cidades Portuguesas na Idade Moderna. População*, Departamento de História da Universidade do Minho, CITCEM- Grupo de História das Populações, p. 205.

Finalmente, as baixas. Assumindo que o documento da chancela castelhana reporta ao ataque descrito nas *Saudades da Terra*, e uma vez que esta última obra afiança que os castelhanos desembarcados foram quase todos massacrados (e que desembarcar era do interesse de todos, por causa do saque), não será exagerado estimar perdas na ordem das largas dezenas ou mesmo de uma centena de mortos (os prisioneiros? Frutuoso não os menciona, o que faz temer o pior…). Sem entrarmos em comparações perigosas, e apenas como referência, convém recordar que na batalha da Salga, travada um século mais tarde, quando a população da capitania da Praia era muito superior, a força expedicionária castelhana que desembarcou era seguramente formada por mais de 400 homens, dos quais, segundo a informação do capitão castelhano D. Lope de Figueroa (o mestre-de-campo general do exército que conquistaria a Terceira), 400 foram mortos.[121]

É conveniente recordar aqui o subtítulo que o jesuíta António Cordeiro atribuiu na sua *História Insulana* à descrição destes acontecimentos: *Da primeira guerra e vitória que a Praya e ilha teve dos Castelhanos, então inimigos*.[122]

Não deixa de ser curiosa a falta de atenção dedicada pela historiografia açoriana e nacional à participação dos Açores na guerra de 1474-79, e em particular à batalha do Paul do Belo Jardim ou Praia. Não tanto pelo combate em si, que possivelmente terá sido de escassa relevância militar, mas sobretudo pelo impacto urbanístico que veio a ter no povoado, que na altura já era cabeça de capitania.

## 9. Consequências para os Açores

### 9.1. Vila da Praia

Quando em 1460 morreu o primeiro donatário das ilhas atlânticas, o Infante D. Henrique, o seu sobrinho, Infante D. Fernando (irmão de Afonso V), herdou um património notável: além do senhorio dos vários arquipélagos atlânticos, ainda ficou com o ducado de Viseu e sucedeu-lhe como mestre da Ordem de Cristo. Entre títulos, propriedades e cargos herdados ou concedidos pelo rei seu irmão figuram ainda os de mestre da Ordem de Santiago, duque de Beja, condestável do reino de Portugal, senhor de Moura e Serpa e senhor da Covilhã.

D. Fernando faleceu em 1470 e quase todo este grandioso património passou de forma efémera para o Infante D. João (terceiro donatário dos Açores), que morreu sem deixar descendentes em 1472, o que permitiu que seu irmão Diogo o herdasse. Assim, o quarto donatário dos Açores foi o infante D. Diogo, usualmente conhecido como duque de Viseu, o nobre mais poderoso do reino depois do terceiro duque de Bragança. Sendo ele e seus irmãos menores de idade, foi a sua mãe, infanta D. Beatriz, quem assumiu a tutoria dos filhos, e portanto, também a administração da donataria das ilhas Terceiras

[121] Veja-se Meneses, Avelino de Freitas de- *Os Açores e o Domínio Filipino* (*1580-1590*), volume I, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987, p.145.

[122] Cordeiro, António-*História Insulana*, livro VI, capítulo VI.

entre 1470 e 1486. A divisão da ilha de Jesus Cristo em duas capitanias (oficializada a 14 de novembro de 1474), a ela se deve,[123] ainda que, de acordo com as suas palavras, o tenha feito no cumprimento da vontade do seu falecido marido.[124]

Foi esta personagem, de grande visão política e estratégica, que veio a ter um papel fundamental quer na transferência e refundação da vila da Praia, quer no seu muramento, e ainda, de acordo com Ferreira Drummond, na construção do Castelo dos Moinhos para a defesa de Angra. Efetivamente, Drummond escreve nos seus *Anais* que D. Beatriz enviou à ilha Terceira um seu oficial, Pedro Anes Rebelo, com o cargo de provedor das fortificações, com o objetivo de estudar a costa da ilha e coordenar a construção das estruturas defensivas necessárias.[125]

Mas o que mais importa agora, é destacar o pensamento da própria infanta Beatriz quando, no *requerimento a Duarte Paim* de 6 de setembro de 1482 (recolhido por Frei Diogo das Chagas como artigo 9º), apresentou as razões que a levaram a tomar a histórica decisão de transferir o primeiro núcleo populacional praiense do Belo Jardim (a meio da baía, em sítio pouco defensável e sem bom porto) para a sua atual localização, mais próxima da Serra de Santiago: [pelo fato de] *os fins de Castella, não andarem bem assentados com Portugal, e pollos navíos de Castella já começarem a fazer alguns danos nestas ilhas* (...).[126] Refere ainda este documento que já anteriormente, a infanta enviara uma carta ao capitão-donatário da Praia, Álvaro Martins Homem, com ordens para «(...) *fazerem povoação junto da ditta Praya … aonde elle dito Capitão, e moradores virem que he milhor, e mais defensável*.[127]

Ou seja o ataque castelhano à baía da Praia (problema de insegurança da população) foi o principal motivo, ainda que não tenha sido o único, que levou à fundação *ex-nihilo*, ou melhor, *ex-novo* da vila da Praia, e à sua proteção através da construção de muralhas. De notar que, em todo o arquipélago, a Praia é a única vila murada desde a sua fundação.[128]

Determinou a infanta que a escolha do novo local de implantação fosse feita por consenso entre os habitantes e o capitão do donatário. Esse acordo foi alcançado e assente em 6 de setembro de 1482, que marca para efeitos práticos, o nascimento da nova povoação.

Houve necessidade de se tomar a terra de Duarte Paim, genro de Jácome de Bruges e de sua esposa Sancha Rodrigues, o que deu origem ao já mencionado documento de 1482, que acabou por dar informação indireta sobre todo este processo da "transferência" ou refundação da vila da Praia, que não foi isento de conflitos.

---

[123] Leite, José Guilherme Reis- *Breve esboço sobre a História da Praia* in *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, 2004, pp. 11-30

[124] Carta da infanta D. Beatriz de 17-02-1474 em Arruda, Manuel Monteiro Velho- *Colecção de Documentos Relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores*, 1989, p. 163.

[125] Apesar deste autor não indicar a fonte, as suas informações, fruto da sua investigação pessoal, são consideradas credíveis. Drummond, Francisco ferreira- *Anais da Ilha Terceira*, volume I, 1981, pp. 79-80.

[126] Identificado como artigo 9º, com o título: *Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a villa da Praya se fazer (...)*, transcrito de um termo da câmara da Praia e apresentado por Chagas, Frei Diogo das- *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, 1989, pp. 650-651.

[127] Identificado como artigo 9º, com o título: *Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim…*, 1989, pp. 650-651.

[128] Leite, Antonieta Reis- *Açores, Cidade e Território*, volume I, 2014, p. 174.

Esta medida drástica revelar-se-ia muito proveitosa para a nova sede da capitania da Praia, já que, com a sua população protegida por muralhas (ou onde pelo menos se poderiam abrigar em caso de ataque) e com um melhor acesso portuário, havia um grande incentivo para a procura, distribuição e ocupação de terras na zona da baía (o que contribuiu para a exportação de trigo e pastel), o que por sua vez levou a um crescimento demográfico consolidado.

De salientar o papel de "celeiro da expansão" que as ilhas açorianas desempenharam nos séculos XV e XVI, com a coroa a estabelecer a obrigatoriedade destas ilhas fornecerem cereais às praças de Marrocos (por contrato) e à Madeira (de forma livre). Esta função fica bem evidenciada no alvará de 1507, em que D. Manuel I determina que os municípios açorianos disponham de uma reserva de cereal para as situações de carência ou fome (o chamado *trigo dos exames*).[129]

Igreja do Senhor Santo Cristo das Misericórdias, na Praia da Vitória.
Na inscrição pode ler-se: edificada em 1521

Nos anos 80 do século XV surgia na vila da Praia o mais antigo convento feminino destas ilhas (Nossa Senhora da Luz) e, pelo menos em 1499 já existia o Hospital do Santo Espírito que, por determinação régia seria integrado na confraria da Misericórdia (em 1521) com igreja própria. A igreja Matriz, fundada em data incerta, seria sagrada em 1517. O porto da Praia, fundamental para o comércio e exportação de cereais (para o reino, praças marroquinas, Madeira e até Canárias) e corante azul do pastel (para a Flandres), já é mencionado de forma oblíqua em 1499 no Foral das Alfândegas das Ilhas dos Açores: [os]... *navios que forem ter à Praia no varadoiro carregarão e descarregarão dentro dos marcos que para isso estão ordenados*.[130]

Em 1513 se concluiu a construção da cerca defensiva da vila, conforme atestado por um acórdão apresentado por Drummond,[131] a qual no dizer de Frutuoso era (...) *boa muralha*,[132] acrescentando ainda que, em fins da centúria de quinhentos, as por-

[129] Vieira, Alberto- *Consequências Económicas do Povoamento da Madeira e Açores* in *Portugal no Mundo*, Vol. I, 1989, p. 197.
[130] Maldonado, p. Manuel Luís- *Fenix Angrense*, volume I, IAC, 1989, p. 134.
[131] Drummond, Francisco Ferreira- *Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Vila da Praia da Vitória* (editada em 1848), Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983, p. 28.
[132] Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro VI, p. 7.

ções primitivas da mesma tinham (...) *muita artilharia grossa de bronzo, a melhor que há na ilha*.[133]

Novas obras de defesa vieram ampliar e reforçar o muro antigo. Frei Diogo das Chagas, escrevendo em meados do século XVII, já refere 4 portões da vila e,[134] de acordo com o padre António Cordeiro, que escreveu cerca de 1717, a muralha da Praia incluía 4 baluartes e apresentava 4 portas, a saber: a porta do Rossio, a porta do Porto, a das Chagas e a de Nossa Senhora dos Remédios.[135]

Se é verdade que o registo de ambos estes cronistas é posterior ao terramoto de 1614, podemos aceitar a descrição do famoso viajante e espião holandês Jan Huygen Linschoten (residente na Terceira de 1589 a 1592), que corrobora o que foi dito a este respeito por Frutuoso: (...) *a vila da praia é cercada de muralhas muito bem fabricadas*.[136] Note-se bem, era a vila que era cercada e não apenas parte dela.

Para um estudo urbanístico da primitiva vila da Praia, o primeiro volume da obra *Açores, cidade e território* de A. Leite é de leitura incontornável.[137]

### 9.2. O Tratado das Alcáçovas e a Donataria dos Açores

A Guerra de Sucessão Castelhana (1475-79) está pois entrelaçada com a história dos Açores em geral (Graciosa no grupo central e Santa Maria no oriental) e com a da ilha Terceira em particular, onde exerceu influência duradoura e fundacional na vila da Praia. Basta recordar a captura pelos castelhanos do segundo capitão do donatário da ilha de Santa Maria, João Soares, e do capitão da Graciosa (era-o pelo menos *de facto)*, Duarte Barreto, que morreu em cativeiro

Mas essa relação não se esgota nas ações bélicas ou nas soluções urbanísticas já referidas. Também no tratado de paz que pôs termo a esta guerra, os Açores, através dos seus donatários (um *de jure* e o outro *de facto*), tiveram um papel destacado, com D. Diogo e a infanta D. Beatriz.

Foi a mãe e tutora do donatário dos Açores, D. Beatriz, quem tomou a iniciativa de se encontrar pessoalmente com a sua sobrinha e rainha de Castela, D. Isabel, para tentarem alcançar em conjunto um difícil mas necessário acordo que pusesse termo a um conflito que ameaçava esgotar os recursos dos dois reinos.[138]

Por confiarem uma na outra, estas duas mulheres aceitaram o risco de um encontro na vila castelhana de Alcântara, em março de 1479. A infanta entrava em território inimigo indefesa, enquanto a rainha castelhana se colocava num castelo encostado à fronteira com Portugal, sem nenhum exército a protegê-la. Entre os dias 18 e 23

---

133 Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra*, livro VI, p. 7.

134 Chagas, Frei Diogo das- *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, 1989, p. 234.

135 Cordeiro, António-*História Insulana*, livro VI, capítulo VI.

136 Citação recolhida do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* de 1943, 1º volume, por Antonieta Reis em *Açores, Cidade e Território*, volume I, 2014, p. 188.

137 Leite, Antonieta Reis- *Açores, Cidade e Território*, volume I, 2014, pp. 169-206.

138 Pina, Rui de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, capítulo CCVI.

de março, decorreram conversações que levaram a um entendimento entre ambas as partes.[139] Este acordo foi a base do tratado de paz de Alcáçovas e das famosas Terçarias de Moura, assinado em 04 de setembro de 1479, embora só ratificado pelo rei português em 08 de Setembro de 79 e a 6 de outubro de 1480 pelos reis de Castela e Aragão.

Neste tratado estipularam-se as Terçarias de Moura, isto é, negociou-se o destino dos reféns que serviriam como penhor ou garantia do cumprimento do tratado por ambas as partes. Deste modo, o herdeiro do *Príncipe Perfeito* (o príncipe Afonso) e a primogénita dos *Reis Católicos* (a princesa Leonor) foram entregues à guarda da tutora do donatário dos Açores, D. Beatriz, que os recebeu no seu castelo de Moura, onde passou a residir até ao fim das ditas Terçarias.[140] Ficou acordado que quando os dois jovens príncipes atingissem a idade adulta, poderiam casar-se. A enorme indemnização de guerra que Castela pagaria a Portugal (cento e seis mil, seiscentas e setenta e seis dobras de *bom ouro a justo peso*) ficaria contida no dote da noiva.[141] Este acordo demonstra bem o poder negocial do *Príncipe Perfeito*, já que ficou estipulado que mesmo que o casamento não se efetuasse, Portugal receberia metade deste valor.[142] Além de que, rejeitando a proposta de D. Isabel e Fernando para que os meninos ficassem guardados numa terra de Castela, D. João conseguiu que as Terçarias se estabelecessem em território português. As despesas das mesmas ficaram também a cargo dos *Reis Católicos*.[143]

Relevante também para a história dos Açores, ainda que de forma indireta, é o facto de em 1481, o seu donatário, D. Diogo, duque de Viseu, ter sido entregue como refém a Castela (alternadamente com o seu irmão Manuel, que depois veio a ser rei), para dar cumprimento às Terçarias de Moura.[144]

Não examinando o clausulado deste tratado de Alcáçovas, por não fazer parte do âmbito deste trabalho, é suficiente referir apenas o seu resultado global, francamente favorável a Portugal. Afonso V e o príncipe João reconheciam Isabel como rainha de Castela, bem como o senhorio castelhano das ilhas Canárias (e de uma estreita língua de terra no atual Sahara Ocidental, entre o limite sul do reino de Fez e o Cabo Bojador).[145] Por seu lado, os *Reis Católicos* reconheciam a Portugal o domínio de todos os restantes arquipélagos da Macronésia (Açores, Madeira e Cabo Verde), o direito de conquista do reino de Fez, e ainda o monopólio de toda a navegação e comércio a Sul das Canárias, contra a Guiné, no que respeita não apenas aos territórios já conhecidos mas também a todos aqueles que viessem a ser descobertos. Era a vitória portuguesa do

---

139 Pina, Rui de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, capítulo CCVI. Veja-se ainda: Martins, Maria Odete B.- *Poder e Sociedade: A Duquesa de Beja*, 2011, p. 51.

140 Pina, Rui de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, capítulos CCVI e CCIX.

141 Mendonça, Manuela- *O Sonho da União Ibérica (guerra Luso-Castelhana 1475-79)*, 2007, p. 103.

142 Mendonça, Manuela- *O Sonho da União Ibérica (guerra Luso-Castelhana 1475-79)*, 2007, p. 103.

143 Mendonça, Manuela- *O Sonho da União Ibérica (guerra Luso-Castelhana 1475-79)*, 2007, pp. 102-103.

144 Pina, Rui de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, capítulo CCIX.

145 Fernández, Violeta Medrano- *Un Mercado Entre Fronteras: Las Relaciones Comerciales Entre Castilla y Portugal a Final de la Edad Media*, 2010, p. 61.

*mare clausum*, que excluía Castela do lucrativo comércio africano, da Mina do ouro e, como se veio posteriormente a saber, do caminho marítimo para a Índia.[146]

Pode-se concluir que a participação dos Açores na Guerra de Sucessão Castelhana contribuiu com a sua quota-parte para a vitória portuguesa na frente naval, naquela que muitos historiadores consideram ter sido a primeira guerra colonial europeia moderna.[147]

## 10. Mapa da Guerra Naval (1474 – 1479)

Mapa da guerra naval (1474-79) entre Portugal e Castela, com os principais combates. Esboço geográfico da minha autoria.

146 «Desde el paralelo de las Canarias, el Océano Atlántico sería para los castellanos un *mare clausum*. El Tratado de Alcáçovas suponía un triunfo enorme para Portugal y resultaba tremendamente perjudicial para Castilla.» Em Barrio, Ángel B. Espina- *Antropologia en Castilla y León e Iberoamérica: fronteras*, 2001, p. 118; «Castilian mariners were legally barred from the lucrative African trade and the potentially more lucrative sea route to Asia. For Isabel it was a high price to pay, but it did guarantee her throne.» Em Weissberger, Barbara F.- *Queen Isabel I of Castile: Power, Patronage, Persona*, 2008, p. 23.

147 «For four years the Castilians traded and fought; but the Portuguese were the stronger. They defeated a large Spanish fleet off Guinea in 1478, besides gaining other victories. The war ended in 1479 by Ferdinand resigning his claims to Guinea ...» em Laughton, Leonard- *The Mariner's mirror*, vol. 29, Society for Nautical Research, London, 1943, p. 184.

## 11. Bibliografia

### 11.1 Artigos

Armas, Antonio Rumeu de- *Problemática en Torno a la Concesión de Canarias Mayores por El Rey Enrique IV de Castilla a los Condes de Atouguia Y Vila Real, Vasallos de Portugal* in *Anuario de Estudios Atlánticos, nr^o* 34, patronato de la "Casa de Colón",1988

Hair, Paul Edward H.- *Columbus from Guinea to America* in *History in Africa*, nr. 17 (pp. 113-129), Cambridge University Press, African Studies Association, 1990

Lambelet, Jean-Christian- *The Economic History of Portugal*, documento eletrónico da HEC da Universidade de Lausanne. Endereço eletrónico: https://nanopdf.com/download/rapport-6theeconomichistoryportugal_pdf

Rodrigues, Maria Idalina Resina- *Simpatias, inimizades e algumas confusões: D.João II no teatro de Lope de Vega*, *Revista de Filologia Románica*, nº 11-12, 1994-1995, pp. 63-80, Universidad Complutense, Madrid

Russell, Sir Peter- *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné, nos últimos anos de D. Afonso V*, in *Do Tempo e da História*, vol. IV, Centro de Estudos Históricos, Lisboa, 1971

Santos, Carlota- *As Cidades Portuguesas na Idade Moderna. População*, in Actas do I Congresso Histórico Internacional "As Cidades na História: População", Departamento de História da Universidade do Minho, no endereço eletrónico do CITCEM- Grupo de História das Populações: http://www.ghp.ics.uminho.pt/eu/ficheiros%20de%20publica%C3%A7%C3%B5es/IV%20Relat%C3%B3rio/I%20Congresso%20Internacional%20GMR/Carlota%20Santos_As%20cidades%20portuguesas.pdf

Sarmento, Alberto Arthur- *Os Alicerces Para a História Militar da Madeira*, Conferência realizada no Quartel de Infantaria 27, no dia 21 de Março de 1908, Funchal, 1908

Vidal, Jose Perez- *Aportación Portuguesa a la población de Canarias* in *Anuario de Estudios Atlánticos, nr^o 14,* patronato de la "Casa de Colón," 1968.

### 11.2 Crónicas e manuscritos

Barros, João de- *Da Ásia de João de barros e de Diogo do Couto*, Regia officina Typografica, 1777

Chagas, Frei Diogo das- *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* (Direção de Artur Teodoro de matos), Secretaria Regional da educação e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais da Universidade dos Açores, Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, Angra do Heroísmo, 1989

Cordeyro, António-*História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, Região Autónoma dos Açores, 1981

Frutuoso, Gaspar- *Saudades da Terra* (6 volumes), Instituto Cultural de ponta Delgada, Ponta Delgada, 1998.

Góis, Damião de- *Chronica do Príncipe D. Joam*, Lisboa Ocidental na Oficina da Música, 1724

Maldonado, p. Manuel Luís- *Fenix Angrense* (3 volumes anotados por Helder Lima), Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1989

Palencia, Alonso de- *Crónica de Enrique IV* (Década III), tomo IV. Publicado por Antonio Paz y Melia, Madrid, 1908

Palencia, Alonso de- *Cuarta década*, tomo XXV (II), traduzido do latim por José López de Toro, Real Academia de la História, Madrid, 1974.

Pina, Ruy de- *Chronica de El- rei D. Affonso V*, vol. III, 1902

Resende, Garcia de- *Vida e Feitos D' El-Rey Dom João Segundo* in *Livro das Obras de Garcia de Resende*, Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994.

Valera, Diego de- *Crónica de los Reyes Católicos*, Ed. Juan de Mata carriazo, Madrid, 1927.

Valera, Mosén Diego de- *Epistolas*, La Sociedade de Biófilos Españoles, Madrid, 1878

### 11.3 Livros

Ameal, João- *História da Europa (1086-1494)*, vol. II, Editorial Verbo

Arruda, Manuel Monteiro Velho- *Colecção de Documentos Relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores* (inclui ensaio crítico), Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989

Barrio, Ángel B. Espina- *Antropologia en Castilla y Iberoamérica: fronteras*, Dirección General de Universidades e Investigación, Junta de Castilla y León, Universidad de Salamanca, 2001

Boxer, Charles R.- *O Império Colonial Português*, Edições 70, 1969

Carita, Rui- *História da Madeira: V. Povoamento e Produção Açucareira (1420-1566)*, Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego, Região Autónoma da Madeira, 1989

Cortesão, Jaime- *Os descobrimentos Portugueses*, vol. III, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990

Costa, Manuel Fernandes- *As navegações atlânticas no século XV*, Instituto de Cultura Portuguesa, Amadora, 1979

Diffie, Bailey W.; Winius, George D.- *Foundations of the Portuguese Empire: 1415-1580*, volume I, University of Minesota Press, 1977

Domínguez, Natalia Palenzuela- *Los Mercaderes Burgaleses en Sevilla a Fines de la Edad Media*, Universidad de Sevilla, 2003

Drummond, Francisco Ferreira- *Anais da Ilha Terceira*, volume I, Governo Autónomo dos Açores e secretaria Regional da educação e Cultura, 1981

Drummond, Francisco Ferreira- *Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Vila da Praia da Vitória*, editada em 1848, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983

Fernández, Luis Suárez- *Los Reyes Católicos*: *La conquista del trono*, Ediciones Rialp, Madrid, 1989, vol. I

Fernández, Luis Suárez- *Política Internacional de Isabel la Católica: estudio y documentos*, volume I, Instituto "Isabel la Católica" de História Eclesiástica, Madrid, 1965

Fernández, Violeta Medrano- *Un Mercado Entre Fronteras: Las Relaciones Comerciales Entre Castilla y Portugal a Final de la Edad Media*, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2010

Hair Paul Edward H.- *The Founding of the Castelo de São Jorge da Mina: an analysis of sources*, University of Wisconsin, 1994

Leite, Antonieta Reis- *Açores, Cidade e Território*: *Quatro Vilas Estruturantes* (2 volumes), Instituto Açoriano da Cultura, 2014

Leite, José Guilherme Reis- *Breve esboço sobre a História da Praia* in *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, *Terceira, Praia da Vitória, Angra do Heroísmo* (coordenação de Jorge A. Paulus Bruno), IAC e Direção regional da Cultura, 2004

Laughton, Leonard; Anderson, Roger and Perrin, William- *The Mariner's mirror*, vol. 29, Society for Nautical Research, London, 1943

Martins, Maria Odete B.- *Poder e Sociedade: A Duquesa de Beja*, Doutoramento em História Medieval, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011

Mendonça, Manuela- *O Sonho da União Ibérica (guerra Luso-Castelhana 1475-79)*, Academia Portuguesa de História, Quidnovi, 2007.

Meneses, Avelino de Freitas de- *Os Açores e o Domínio Filipino* (*1580-1590*): *A Resistência dos Terceirenses e as Implicações da Conquista Espanhola*, volume I, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1987

Meyer, Michael e Beezly, William- *The Oxford History of Mexico*, Oxford University Press, 2010

Monteiro, Saturnino- *Batalhas e combates da Marinha Portuguesa (1139-1521)*; vol. I, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1989

Phillips Jr, William D.- *Queen Isabel I of Castile: Power, Patronage, Persona* (coordenação de Bárbara F. Weissberger), Tamesis, 2008

Radulet, Carmen M.- *Os Descobrimentos portugueses e o Tratado de Alcáçovas in Portugal no Mundo* (Direção de Luís de Albuquerque), vol. II, Publicações Alfa, Barcelona, 1989

Russel, Sir Peter- *Portugal, Spain, and the African Atlantic, 1343-1490*, Variorum, 1995

Sanceau, Elaine- *D. João II*, Livraria - Civilização Editora, 1952 (traduzido do inglês por António A. Dória)

Silva, Fernando A., Meneses, carlos A.- *Elucidário Madeirense*, volume I, Secretaria Regional de Turismo, Direção Regional dos Assuntos culturais,1940

Silva, josé Manuel A.- *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico: séculos XV-XVII*, volume I, Região Autónoma da Madeira, Secretaria regional de Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995

Toledo, Luisa Isabel Álvarez de- *Africa versus América*: *la fuerza del paradigma*, Biblioteca Eletrónica de Geminis Papeles de Salud, endereço eletrónico:
http://www.herbogeminis.com/IMG/pdf/africa_versus_america.pdf, consultado entre 3 e 11 de Junho de 2018.

Udall, Stewart L.; Jacka, Jerry- *Majestic Journey: Coronado´s Inland Empire*, Museum of New Mexico Press, 1995

Vallejo, eduardo Aznar- *La Integración de las Islas Canarias en la Corona de Castilla (1478-1526)*, Universidad de Sevilla-Universidad de Laguna, Madrid, 1983

Vieira, Alberto- *Consequências Económicas do Povoamento da Madeira e Açores* in *Portugal no Mundo* (Direção de Luís de Albuquerque), Vol. I, Publicações Alfa, Barcelona, 1989

# A RENDIÇÃO DO CASTELO DE ANGRA

*Tenente-Coronel Luís Silveira**

## Introdução

Para a compreensão dos acontecimentos de 1641-1642 respeitantes à restauração da independência nos Açores, designadamente o sítio e a rendição do Castelo de S Filipe na Ilha Terceira, para além do contexto geopolítico do período da união ibérica, é também importante compreender o paradigma político-militar que foi vivido nesta ilha durante aquele período, e assim os interesses em presença, os alinhamentos, as tensões que foram vividas e as motivações que que estiveram na base do sítio, que resultou na rendição do Castelo de S. Filipe.

É igualmente importante compreender o Castelo em si, a sua génese, a sua função estratégica, a sua função tática, a sua função simbólica, e o papel central que desempenhou neste processo.

Pela primeira vez na história dos Açores as ordenanças, que foram o "Povo em Armas", são empregues numa operação desta dimensão, que envolveu destacamentos de ordenanças vindos das várias ilhas do arquipélago, que sitiaram o Castelo durante cerca de um ano.

O sítio que resultou na rendição do castelo, constutui um acontecimento protagonizado pelos açoreanos, que está a montante de um processo revolucionário mais abrangente no espaço e no tempo (a restauração da independência), que tendo sido bem sucedido, afirmou uma solução portuguesa para a coroa de Portugal (a casa de Bragança), esta solução política vigorou até à implantação da República em 1910.

## O contexto geopolítico

Após o desastre de Alcácer Quibir, em 04 de agosto de 1578, sucede a D. Sebastião o seu tio, o Cardeal D. Henrique, que morre em 1580 sem deixar descendência, acontecendo assim a crise da sucessão de 1580.

---

* Tenente-Coronel de Infantaria. Licenciado em Ciências Militares.

Na sequência da crise, afiguraram-se várias intenções de solução política, entre as quais a de D. António "o Prior do Crato" e a de Filipe II de Espanha, que acabou por suceder ao Cardeal como Filipe I de Portugal, terminando assim a dinastia de Avis e tendo início a dinastia Filipina.

D. António
"o Prior do Crato"

Filipe II de Espanha
I de Portugal

Filipe II de Espanha, ao ser jurado Filipe I de Portugal nas cortes de Tomar, outorgou 24 capítulos que constituíram um compromisso político, em que no reino de Portugal o Vice-rei seria português, a língua oficial seria o português, a moeda seria portuguesa, a bandeira seria a portuguesa, e os cargos, privilégios e mercês seriam para os portugueses e não para espanhóis.

De acordo com este compromisso, o reino de Portugal seria uma entidade política distinta, e a união ibérica só o seria por via do rei.

Este paradigma geopolítico de independência dos reinos, vigorou no reinado de Filipe I e II de Portugal, mas mais tarde com Filipe III foi alterado, tendo sido comprometida a independência do reino de Portugal, o que, no final da quarta década de seiscentos, esteve na origem do processo da "restauração da independência".

Filipe I no início do seu reinado é confrontado com a resistência do Corregedor Geral dos Açores, Ciprião de Figueiredo, que sendo partidário da solução política de D. António "o Prior do Crato", impede o estacionamento de um contingente militar espanhol na Ilha Terceira.

Para Filipe I, era vital o estacionamento deste contingente militar, uma vez que estavam em pleno desenvolvimento as rotas comerciais da Índia e do Brasil e, sendo a baía de Angra um ancoradouro de excelência, que permitia a paragem dos navios para aguada, reparação e descanso das tripulações na fase de regresso e final das viagens, mas com o risco associado do corso e da pirataria que ameaçavam esta operação, sobretudo enquanto os navios estavam fundeados, mas também na fase final da viagem, da Ilha terceira até aos portos de Lisboa, Sevilha ou Cádis.

Face à irredutibilidade de Ciprião de Figueiredo na fidelidade a D. António, e mal sucedidas as diligências diplomáticas de Filipe I no sentido de o corregedor reconsiderar o seu alinhamento, o monarca decide intervir militarmente na Ilha Terceira.

A primeira tentativa militar de submissão da Ilha rebelde, é efetuada por Pedro de Valdés, que veio aos Açores mandatado para garantir que as naus da Índia e do Brasil chegassem em segurança aos portos da península ibérica, bem como para submeter de forma pacífica a Ilha Terceira com uma armada de sete navios, seiscentos soldados e oitenta artilheiros. Em 25 de julho de 1581, Pedro de Valdés desembarcou com o contingente de soldados na Baía da Salga, mas encontrando uma grande resistência das ordenanças terceirenses e dos franceses foi obrigado a retirar, tendo o contingente sofrido pesadas baixas no combate com

os terceirenses e franceses que, na expressão de Pedro de Valdés "*usando com eles de tanta crueldade que não deixavam nenhum com vida*". Na retirada alguns se salvaram por se terem desfeito das armas e armaduras, e se terem lançado ao mar, sendo depois recolhidos por um dos navios da expedição. Ao todo terão morrido cerca de quatrocentos expedicionários, e do lado português apenas algumas dezenas. O desequilíbrio numérico entre o invasores e os resistentes terceirenses foi o fator determinante do resultado da batalha.

A segunda expedição enviada aos Açores, é uma armada comandada por D. Lope de Figueroa, constituída por um efetivo de cerca de dois mil a dois mil e duzentos homens, embarcados em cinco naus e navios de grande porte em número não determinado, armada esta que partiu de Lisboa em finais de junho, e deveria juntar-se à de D. Pedro de Valdez, atacando ambas a Ilha Terceira. Chegada aos Açores, a armada estacionou primeiro em S. Miguel, e após se juntar à de D. Pedro de Valdés, ambas as armadas passaram a circundar a Ilha Terceira, mas sem nunca desembarcar. As razões para tal prendem-se com a derrota na Salga, com a não aceitação das propostas de D. Pedro de Valdés a D. Lope de Figueroa para o desembarque, e com o pessimismo que se instalou a bordo das armadas face à ideia de que a vitória na Salga tinha dado ânimo suficiente aos Terceirenses para uma resistência tenaz. Em setembro, com o agravamento das condições de mar e também com a escassez de víveres, as armadas retiraram-se para o reino.

A terceira expedição enviada por Filipe I foi claramente formada com o objetivo principal de conquistar a Ilha Terceira. Foi comandada pelo Marquês de Santa Cruz, D. Álvaro de Bazan, e reuniu doze mil homens embarcados em vinte e oito naus e cinco patachos pequenos. Esta armada chegou a S. Migue,l em 20 de julho de 1582, e avistou a armada de D. António "o Prior do Crato" junto a Ponta Delgada. Depois de alguns dias de impasse com as armadas frente a frente, deu-se a batalha naval de Vila Franca do Campo. D. Álvaro de Bazan numa manobra bem sucedida, fez atrasar um dos seus navios para ser atacado pela armada de D. António, enquanto que com o grosso da sua armada deu uma volta ao largo e atacou a retaguarda da armada do "Prior do Crato". Dez navios da Armada de Filippo Strozzi (o Tenente-geral da armada e do exército dos franceses ao serviço de D. António) foram destruídos, e vários outros tinham desertado antes da batalha acontecer. Apesar da superioridade numérica gaulesa, a derrota deveu-se à astúcia de D. Álvaro de Bazan e aos desentendimentos entre D. António e Filipo Srorzzi sobre a forma de combater o Marquês. Nesta batalha foram capturados trezentos e noventa e três franceses, que desembarcados em Vila Franca, foram julgados, condenados à morte e executados. Entretanto, o Marquês optou por não atacar a Ilha Terceira devido ao desgaste na batalha de Vila Franca, ao atraso na chegada do reforço esperado e à necessidade de apoiar a Armada das Índias, tendo empreendido o regresso ao reino em finais de agosto.

D. Álvaro de Bazan
Marquês de Stª Cruz

A quarta expedição é comandada também por D. Álvaro de Bazan e constituída por onze mil soldados e quatro mil marinheiros (espanhóis, alemães, italianos e portugue-

ses), embarcados em noventa e sete navios. A armada chegou à Ilha Terceira, em 21 de julho, cercou a Ilha no dia seguinte e, em 26 de julho, depois de terem sido bloqueados os portos de Angra e da Praia, foi efetuado um desembarque de quatro mil e quinhentos soldados na Baía das Mós (era um local que dispunha de espaço suficiente para o desembarque daquele contingente, encontrava-se mal vigiado, e ficava a cerca de meio caminho entre Angra e a Praia, o que dificultava o envio de socorros). Manuel da Silva Coutinho, o Corregedor Geral, sucessor de Ciprião de Figueiredo, no dia anterior tinha feito deslocar muitos homens que defendiam o Porto das Mós, para a Vila da Praia, porque julgava que aí seria o desembarque. Apesar de terem sido levantados nove mil combatentes entre franceses, e ordenanças da Terceira para a resistência, D. Álvaro de Bazan conseguiu evoluir na ilha com o seu contingente, limitando-se os combates a meras escaramuças. Obtida a vitória, o Marquês de Santa Cruz permaneceu alguns dias na Terceira, autorizando um saque de três dias que acabou por durar cerca de vinte, tendo os soldados ignorado as ordens para respeitar locais de culto e para não roubar nem matar gado. D. Álvaro de Bazan chegou a um acordo com o contingente francês, que estava entrincheirado na Agualva, tendo sido o contingente autorizado a partir. Pelo auditor-geral da armada do Marquês foi instruído sumariamente um processo que condenou à morte muitos dos partidários de D. António, tendo sido uns enforcados e outros degolados, consoante o respetivo estatuto social (Manuel da Silva Coutinho foi degolado).

Batalha das Mós (26 de Julho de 1583)

D. Álvaro de Bazan deixou na Ilha Terceira um Terço de Infantaria comandado pelo Mestre de Campo D. Juan D'Urbina (o contingente do Terço de Juan D'Urbina seria entre os mil e quinhentos e os dois mil soldados espanhóis), e mandatou Juan D'Urbina

para governador não só do presídio (estacionamento de soldados), mas também para governador militar das Ilhas.

E assim começou a presença espanhola na Ilha Terceira.

**O paradigma político-militar**

A vitória de Filipe I sobre a Ilha Terceira, implicou uma política de apaziguamento social, ao confirmar a designação feita pelo Marquês de Santa Cruz de D. Juan D'Urbina como Governador das Ilhas, o monarca lembrava-lhe que fizesse tudo para que a gente de guerra não fizesse vexações aos locais, não dando assim, ocasião a revoltas.

D. Juan D'Urbina concentrou poderes de caráter militar e judicial e interferiu em outros domínios, como na vida municipal. A partir de 1585, por disposição de Filipe, o governador ficou limitado a uma tutela meramente militar, passando a dividir os outros poderes com o Bispo e com o Corregedor.

Apesar da disposição régia no sentido da limitação dos poderes dos governadores militares, estes em regra, e ao longo de todo o período espanhol, foram uma figura controversa e geradora de crispações com as autoridades locais, devido às recorrentes interferências com as tutelas destas autoridades (bispo, corregedor, provedores, câmaras e capitanias-mor). As exceções a esta regra talvez tenham sido os governos dos Mestres de Campo D. Gonçalo de Mexia (que foi o governador que mandou construir a Casa de Regalo e a Ermida de Stº António na encosta leste do Monte Brasil, em 1615) e D. Diego Fajardo (que apesar de ter sido um governador do castelo muito duro para com os seus soldados, tendo-os mesmo obrigado a trabalhar nas obras do Castelo de S Filipe, foi sempre muito correto para com as autoridades locais e para com a população).

Também a presença de uma guarnição de soldados estrangeiros na Ilha Terceira foi sempre mais um problema do que uma mais valia, os pagamentos aos soldados espanhóis eram insuficientes e muitas vezes em atraso, os soldados cometiam furtos e ausentavam-se do estacionamento por períodos que iam até um e dois anos, vivendo de expedientes, o que para a população era um inconveniente muito pesado. Mas apesar de terem constituído, em regra, um problema para a população, paradoxalmente ao longo do período espanhol houve uma integração social destes - entre 1583 e 1640 foram constituídos em Angra quatrocentos e oitenta e cinco agregados familiares, resultantes de casamentos entre soldados espanhóis e raparigas terceirenses (o Governador do Castelo, Mestre de Campo D. Diego de Miranda Quirós desposou D. Joana de Melo, uma mulher da Terceira); os primeiros assentos de casamento entre soldados espanhóis e moças terceirenses datam de 1584 e, mesmo após a retirada do contingente espanhol da Ilha Terceira, quando da rendição do Castelo de S Filipe, muitos foram os que ficaram na ilha por serem casados nela. Não resta dúvida de que a presença do contingente espanhol na Ilha Terceira, apesar dos problemas que causou, deixou uma marca genealógica numa população que, na altura, seria entre oito e nove mil habitantes.

Ao longo do período de ocupação espanhola na Ilha Terceira, o presídio (estacionamento de soldados) foi sendo sistematicamente reduzido no seu efetivo. O Terço de In-

fantaria de D. Juan D'Urbina tinha entre mil e quinhentos e dois mil soldados. Em 1600, No governo do Mestre de Campo D. Diego de Miranda Quirós, o efetivo do Terço foi reduzido de mil e setecentos para quinhentos soldados e, ao longo dos restantes quarenta anos, passou a oscilar em torno dos quatrocentos soldados. O Conselho de Guerra em Madrid (órgão que servia para assessorar Filipe acerca de assuntos militares) considerava que, na Ilha Terceira, bastavam quinhentos homens, dos quais duzentos e cinquenta ou trezentos poderiam ser dos velhos, ou seja, dos que lá se achavam desde a conquista espanhola. Mas foram recorrentes as queixas dos governadores do presídio e do castelo para Madrid, dizendo que o efetivo era manifestamente insuficiente face à ameaça do corso e da pirataria, solicitando reforço de soldados.

Filipe I, em virtude dos acontecimentos de 1581-1583 (resistência das ordenanças de Ciprião de Figueiredo ao desembarque de Pedro de Valdés na Salga, e das ordenanças de Manuel da Silva Coutinho ao desembarque de Álvaro de Bazan), tinha ordenado que as ordenanças fossem desarmadas e desmobilizadas. Mas, seis anos após a desmobilização, e face aos pedidos dos governadores bem como à dificuldade da coroa espanhola em destacar soldados para os Açores, o monarca vai autorizar a criação de companhias de soldados açorianos.

Face à inexistência de um exército regular, a função de segurança e defesa em Portugal antes do período da união ibérica, era executada pelo sistema de ordenanças, que foi instituído pelas ordenações sebásticas, mais especificamente pelo "*Regimento dos Capitães-mores e mais Capitães e Oficiais das Companhias de gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitar*", de 1570, vulgarmente designado por Regimento das Ordenanças de 1570, de D. Sebastião. Este regimento instituía a prestação de serviço militar obrigatório e gratuito a todos os homens válidos, dos 18 aos 60 anos. A estrutura responsável pela organização militar era a Capitania-mor (constituída por um Capitão-mor, um Sargento-mor e um Alferes-mor) que tinha por área de responsabilidade o conselho e, em regra, cada freguesia do conselho formava uma companhia de ordenanças comandada por um Capitão assistido por um Alferes e um Sargento (a companhia tinha um efetivo até 250 combatentes, agrupados em esquadras de 25 combatentes, comandadas por um Cabo), cada combatente era obrigado a ter armamento, que era arrolado em livro próprio.

Ao ser autorizada a criação de companhias de soldados açorianos, e existindo uma matriz de organização militar pré-filipina (o sistema de ordenanças), o que vai acontecer é a reativação desta estrutura com a mobilização e o armamento das ordenanças, passando a coexistir dois tipos de tropa nos 40 anos seguintes: os soldados pagos do Terço de Infantaria espanhol e as Ordenanças Açorianas.

O paradigma político-militar que é vivido na Ilha Terceira no período da união ibérica, caracteriza-se pela existência de um governador militar, figura controversa e geradora de tensões com as autoridades locais, que tinha do seu lado 400 soldados espanhóis que constituíam mais um problema do que uma mais valia, existindo do outro lado as autoridades locais (bispo, corregedor, provedores, câmaras e capitanias-mor) que tinham do seu lado as ordenanças, em número muito superior ao dos soldados espanhóis.

**O Castelo**

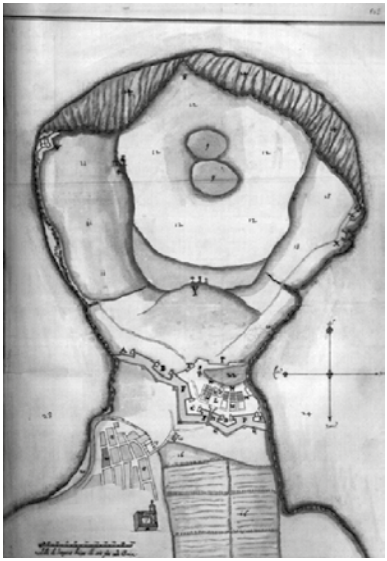
O governador do presídio, D. Juan D'Urbina, nas suas missivas, informa recorrentemente Filipe da necessidade da construção de um castelo no Monte Brasil para presídio do Terço de Infantaria. Esta intenção vai fazer parte da agenda estratégica do monarca, que ordena a sua construção.

A obra de construção do Castelo teve início em 1592, tendo a primeira pedra sido lançada pelo segundo governador do presídio, o Mestre de Campo D. António de La Puebla (1592-1594), em 1597 o Castelo ainda não estava completamente construído, mas já se encontrava sob a forma de praça fechada, as obras devido a muitas dificuldades, prolongaram-se até 1643, já no reinado de D. João IV.

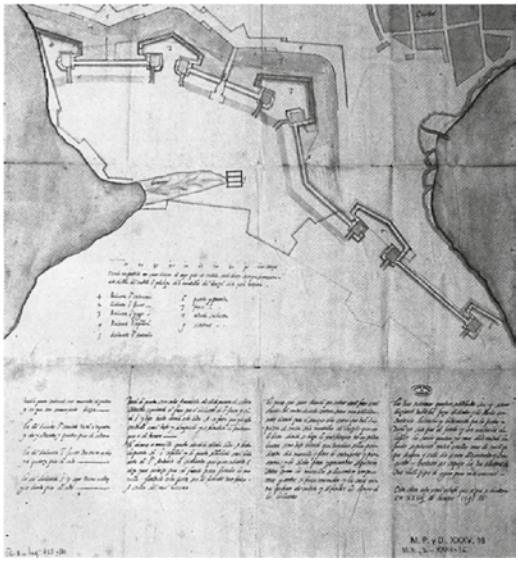
O primeiro projeto que se conhece para a construção do Castelo é da autoria do arquiteto italiano Tibúrcio Spanoqqui (está guardado no Arquivo Geral de Espanha, em Simancas), mas a autoria do projeto, de acordo com uma planta do fundo da Casa de Cadaval, da Torre do Tombo, é alargada a Vicente Casales. O engenheiro Anton Col acompanhou a obra no terreno desde o seu início, até ter morrido em Angra, em 1618.

O setor abaluartado do castelo tem uma extensão de cerca de 900 metros e está implantado no istmo, barrando deste modo o acesso ao Monte Brasil. Neste setor distinguem-se três baluartes no centro (Espírito Santo, Boa Nova e São Pedro), e dois meios baluartes nas extremidades (Santa Luzia e Santa Catarina).

O fosso (vão existente entre os baluartes e a primeira linha no topo da esplanada) apenas existe na cota mais elevada do terreno de implantação dos baluartes.



Planta do fundo da Casa de Cadaval existente na Torre do tombo



Projeto de Tibúrcio Spanoqqi existente no Arquivo Geral Espanha, em Simancas

Os baluartes têm um determinado tamanho, geometria e distância entre si, que permitem um dispositivo de defesa com apoio mútuo (da plataforma e da casamata de cada baluarte é possível bater a face do baluarte adjacente com artilharia, mosquetaria e arcabuzaria, evitando a minagem e a escalada por parte do inimigo).

Das casamatas que existem nos flancos dos baluartes, na inserção destes com as partes recuadas da muralha, é possível bater o intervalo entre os baluartes, cruzando setores de tiro.

1 - Plataforma do Baluarte
2 - Fosso
3 - Casamata
4 - Primeira linha
5 - Redutos
6 - Esplanada
7 - Torre
8 - Torreão da Campanha
9 - Porta Principal
10 - Porta dos Carros
11 - Cisterna
12 - Palácio do Governo

Da primeira linha (caminho coberto) no topo da esplanada, que liga os redutos, é possível implementar a defesa avançada.

As torres situadas nos vértices dos baluartes, com função de atalaia e menagem, têm domínio de observação sobre toda a área adjacente ao Castelo, permitindo assim a atalaia (vigilância do campo de batalha), e têm ligação visual entre si, permitindo assim a menagem (comando e controlo). A torre situada no baluarte da Boa Nova era o "Torreão da Campanha" (o posto de comando tático do governador do Castelo).

Esta tipologia de fortificação militar (abaluartada) era muito avançada para a época em que o Castelo foi construído (final do séc. XVI), e a contratação dos arquitetos e engenheiros italianos que já a tinham desenvolvido, é demonstrativa do grande empenho de Filipe na sua construção.

Os primeiros governadores militares espanhóis (D. Juan D'Urbina, D. António de La Puebla e D. António Sentono) foram governadores do presídio (estacionamento do Terço de Infantaria), o primeiro governador do Castelo foi D. Diego de Miranda Quiroz, em 1600 (a partir dai o presídio passa a ser no Castelo), passando todos os seus sucessores a ser também governadores do castelo. O último governador espanhol do castelo foi D. Álvaro de Viveiros (1639-1642).

**A Aclamação**

Quando, em 06 de dezembro de 1640, o Duque de Bragança é aclamado D. João IV de Portugal, encontrava-se em Lisboa Francisco Ornelas da Câmara, fidalgo da Casa de Bragança, e Capitão-mor da Praia, que é encarregue de ir à Ilha Terceira promover a aclamação de D. João IV nos Açores e reduzir à obediência do Rei o Castelo de S. Filipe do Monte Brasil. Francisco Ornelas da Câmara estava mandatado para oferecer ao Governador do Castelo, o Mestre de Campo D. Álvaro de Viveiros "*o título de conde com dez mil cruzados de renda*" para este lhe entregar o Castelo. Ornelas da Câmara parte de Lisboa a 21 de dezembro de 1640 e chega à Ilha Terceira em 07 de janeiro de 1641, trazia cartas para o Corregedor, para o Capitão-mor de Angra João Bettencourt de Vasconcelos, e para o Provedor da Fazenda (com instruções para a aclamação), trazia também cartas de Filipe III para o governador do castelo, avisando da possibilidade de um ataque de franceses e holandeses às ilhas (estas cartas, que estariam na chancelaria do Vice-Rei para serem despachadas para a Terceira, nunca foram entregues ao governador do Castelo). No dia 08 de janeiro, Ornelas da Câmara chega a Angra, reúne-se com o Capitão-mor de Angra, João Bettencourt de Vasconcelos, que recebe as notícias com muita satisfação e oferece todo o apoio para a aclamação. Ornelas da Câmara manda chamar o Alferes-mor do Castelo, D. Pedro de Ortiz e dá-lhe conta do que se tinha passado em Lisboa, bem como da proposta de rendição do Castelo, que é levada pelo Alferes-mor ao governador.

D. João IV

O governador recusa a proposta e diligencia a captura de Francisco Ornelas da Câmara, mas este, entretanto, retira-se para a vila da Praia.

Espalha-se o boato da iminência do ataque dos franceses e holandeses e nos três meses seguintes, a pretexto desta ameaça, o governador do Castelo tratou de abastecer a praça e as Capitanias-mor da Praia e de Angra instalaram Corpo da Guarda e mobilizam as ordenanças, preparando-se ambas as partes para o confronto que cada parte perspetivava (uma espécie de guerra fria à dimensão da ilha). Em março, Ornelas da Câmara tenta pela segunda vez a rendição do Castelo, enviando ao Mestre de Campo o Frei João da Purificação, seu confessor, com a mesma proposta de rendição. O Mestre de Campo, ouvindo a proposta, convenceu João da Purificação que a aceitaria, pelo que este, no dia 23 de março, voltou ao castelo com os artigos da capitulação. O Mestre de Campo depois de ler os artigos mandou prender o Frade, revelando deste modo a sua verdadeira intenção. No dia 24 de março, vendo Ornelas da Câmara que não aparecia resolução da embaixada, resolve proceder à aclamação de D. João IV na Vila da Praia, o que acontece nesse dia. De seguida, Ornelas da Câmara informou a Câmara de Angra do que tinha acontecido na Praia, solicitando que em Angra fosse feito o mesmo, mas em Angra a Câmara estava dividida em partidos e não foi deliberada a aclamação.

Todavia, a população de Angra ao saber o que tinha acontecido na Praia, estava numa grande inquietação esperando a revolta a qualquer momento. Em 26 de março, à noite, um grupo de quatro rapazes artesãos de tanoeiro (os irmãos Minhas Terras), acompanhados por António do Canto de Castro, esperaram a guarda dos castelhanos, e travaram com uma briga, agredindo-os fisicamente e desarmando um deles. Quando o Governador, no dia seguinte, soube deste incidente, mandou uma patrulha de dez Soldados comandados por um Sargento para prender os agressores. A patrulha deparou-se com António Canto de Castro na praça da cidade, que se refugiou no Corpo da Guarda, e foi então que o Sargento diligenciou, junto do Capitão das ordenanças que ali se encontravam, a entrega de António Castro, mas este recusou dizendo que só se entregava com autorização do Capitão-mor. O Sargento dispôs então os soldados para executar a diligência à força, e quando António Castro tirou a espada para se defender, os soldados efetuaram uma descarga de arcabuz, ficando gravemente feridos dois portugueses. A isto acudiu muita gente, pelo que os espanhóis retiraram, gritando o povo "*Liberdade! – Viva el-rei D João IV, morram os castelhanos!*".

Enquanto que na Vila da Praia, e na Vila de S. Sebastião a aclamação foi um processo deliberado, em Angra foi um processo espontâneo, que resulta da vontade popular em aclamar o Rei.

**O Sítio**

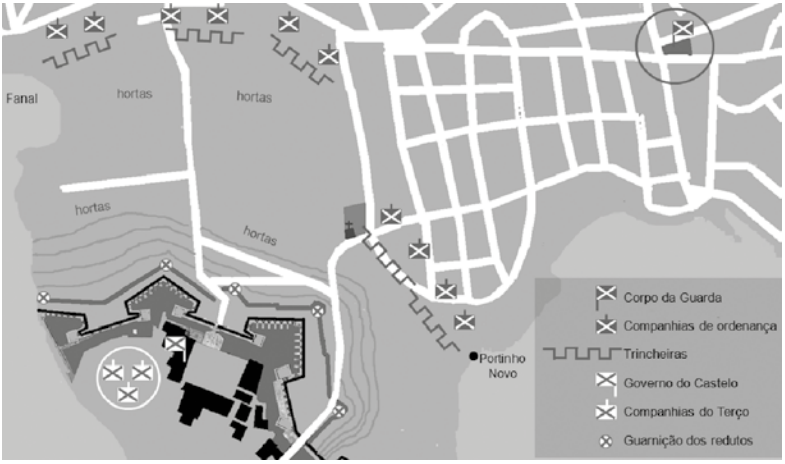
O incidente da tentativa de captura de António Castro, funcionou como catalisador da revolta. Tocou-se logo a rebate e, ao mesmo tempo que os espanhóis retiravam, reuniram-se as companhias de ordenanças. Os soldados espanhóis que estavam destacados

no exterior do Castelo foram pressionados e obrigados a recolher aos redutos próximos do Castelo. Neste momento o Mestre de Campo ordenou o bombardeamento de artilharia para a cidade, que continuou durante a noite, mas que pouco dano fez.

Na noite do dia 26, foram feitas trincheiras nas bocas das ruas da Boa Nova (o conjunto de casario mais próximo do Castelo), pelo que no dia seguinte D. Álvaro de Viveiros ordena um ataque com 200 soldados às posições da Boa Nova para impedir a fortificação, mas encontrando-se aquela posição já guarnecida com duas companhias de ordenança, e entretanto com o reforço de mais companhias de ordenança da Vila da Praia e do termo da cidade, após o combate de que resultou vários feridos e mortos castelhanos e seis mortos e quinze feridos portugueses, os soldados espanhóis retiraram para o Castelo.

Também no dia 27 de março, uma companhia de ordenanças da Ribeirinha sob o comando do Capitão Manuel Jaques d'Oliveira, tomou de assalto o Forte de S. Sebastião, que fica no extremo leste da baía de Angra (o controlo deste ponto foi importante para impedir o reforço do Castelo por meios navais, pelo lado desta baía).

Em 29 de março, foi reunido um conselho de guerra onde foi determinado o dispositivo do sítio, que passou a ser constituído por dez companhias de ordenança empenhadas em permanência e ocupando trincheiras cujo traçado ia do Portinho Novo à Boa Nova, dando a volta pelas hortas por S. Pedro até ao Fanal.




No dia 31 de março de 1641, dia da Páscoa, reuniram-se na Sé os Capitães-mores, os Capitães da ordenança, toda a nobreza da cidade, clérigos jesuítas, de Santo Agostinho e de S. Francisco, os da Sé, bem como o povo. Após a procissão da ressurreição, saíram da Igreja e dirigiram-se à Praça, onde o Capitão-mor de Angra pegou na bandeira real e aclamou D. João IV, sendo seguido por todas as pessoas que ali se encontravam "*o mes-*

*mo pregão se lançou em todos os lugares publicos da cidade e com feliz sucesso*", apesar do bombardeamento de artilharia sobre a cidade que do Castelo era feito, mas causando pouco dano "*Diziam os portugueses que os tiros de artilharia que os castelhanos davam eram salvas em honra do festejo, e cerimónia de aclamação do novo rei; e até tiveram a paciência de ajuntar as balas para se servirem delas contra os castelhanos*".

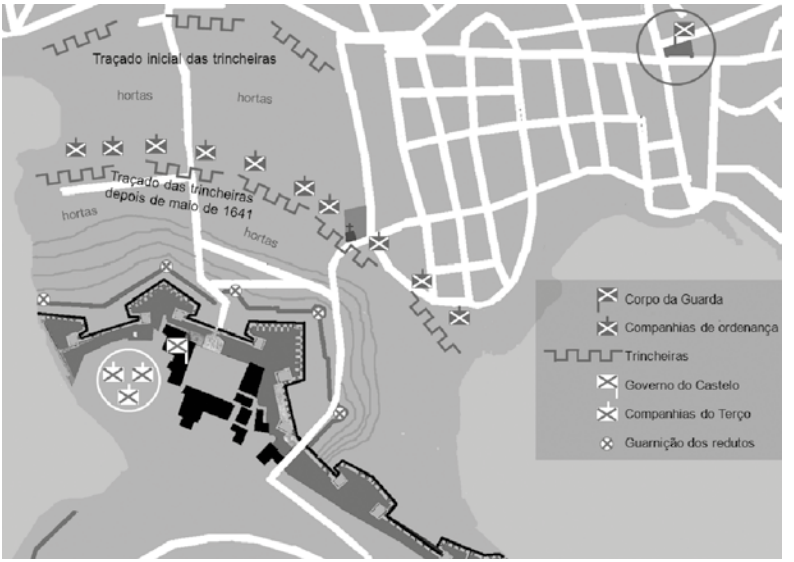
No início do mês de abril encontrava-se fundeado na baía de Angra um patacho português com lotação de quase cem toneladas, destinado a seguir viagem para o Brasil, com farinhas, biscoito, vinhos e outos mantimentos a bordo; e como este navio estava fundeado a menos de 10 braças (22 metros) da muralha do Castelo, houve grande preocupação por parte dos sitiantes em negar o acesso àquela carga por parte dos espanhóis, mas na altura não era possível afundar o navio com tiro de atilharia (face à posição do navio, e por ainda não haver nenhuma peça de artilharia posicionada para fazer aquele tiro), também era muito arriscada a aproximação a nado ao navio, mesmo durante a noite, porque a lua estava no início do quarto minguante e a claridade não permitia a aproximação sem que fossem vistos do Castelo (o navio estava dentro do alcance eficaz do mosquete e arcabuz). Assim, D. Álvaro de Viveiros enviou um grupo de soldados, que durante a noite se aproximaram a nado do navio, e com facilidade o tomaram, uma vez que este estava desguarnecido, cortaram a amarra da âncora, e através de um cabo ligado a terra num cabrestante, conseguiram atracar o navio junto à muralha, tendo a carga sido transbordada para o Castelo. Estima-se que a quantidade de mantimentos que foi transbordada, face ao número de pessoas que se encontravam dentro do Castelo, fosse suficiente para quatro a cinco meses, o que permitiu uma maior capacidade de resistência ao sítio, que teria sido muito menor sem este abastecimento, e por conseguinte, teria sido mais cedo a capitulação que veio a acontecer.

Por esta altura, um português, Manuel do Canto de Castro, que andava combatendo nas guerras em que o rei católico estava empenhado, e encontrando-se em Madrid, ofereceu-se a Filipe para integrar uma expedição à Ilha Terceira, composta por três navios com infantaria, munições e abastecimentos. Manuel do Canto de Castro chegou à Ilha Terceira, em 09 de abril de 1641, aparecendo a sua nau em frente ao Porto Judeu, e foi abordada por uma embarcação onde ia o Capitão Diogo Álvares Machado, que informou em segredo Canto de Castro do estado em que estava a ilha (sitiando o castelo). Canto e Castro tinha já dado indicações às duas fragatas, que com a nau faziam parte da expedição, para esperarem ao largo pelas suas ordens. Com a nau lançou ferro diante do Porto Judeu e desembarcou com o capelão da nau, deixando ordem à restante tripulação para desembarcarem no dia seguinte. Canto e Castro, chegando à cidade, reuniu-se com os Capitães-mor e lhes deu conta de que trazia três navios e que, em Sevilha, estava a ser preparada outra expedição com 300 soldados sob o comando de D. Luiz Peres de Viveiros (irmão do Mestre de Campo D. Álvaro de Viveiros). No dia seguinte, saiu o Capitão-mor Francisco Ornelas da Câmara para o Porto Judeu com Manuel Canto de Castro, e com aviso deste, a tripulação desembarcou e foi feita prisioneira, tendo embarcado ordenanças na nau com ordem de esperarem pelas duas fragatas. Em 11 de abril, apareceram as duas fragatas em frente ao porto de Angra, uma delas foi abordada pela nau e após breve escaramuça a tripulação se rendeu, a outra fragata que estava do outro

lado do Monte Brasil não viu o que se passou e, quando se aproximou dos dois navios, foi também surpreendida e se rendeu sem dar luta. Desta forma, a nau e as duas fragatas foram guarnecidas com tripulação portuguesa e passaram a integrar a armada que sitiava o Castelo por mar (dos documentos que estes navios traziam, inclusivamente a uma carta de Filipe para o Capitão-mor Francisco Ornelas da Câmara, deduz-se que o rei católico desconhecia que o castelo estava sitiado).

Em abril, o conselho de guerra resolve enviar Vital de Bettencourt (irmão do Capitão-mor de Angra) e o Frei António Evangelho, às restantes ilhas para ser efetuada a aclamação de D. João IV, e também para que fossem enviados reforços à Ilha Terceira para o sítio do Castelo. Esta missão teve sucesso, tendo o rei sido aclamado de imediato, e depois enviados reforços. No entanto, nas Ilhas de S Miguel e de Stª Maria tal não aconteceu de imediato, uma vez que o Conde de Vila Franca, Donatário de S. Miguel, persuadiu a governança da cidade e a nobreza para que a aclamação não fosse feita com o fundamento de não terem ainda participação do governo português. Mas, entretanto, foi recebida a ordem régia em S. Miguel para a aclamação, tendo esta sido feita de imediato e mais tarde enviados os reforços à Ilha Terceira.

Em maio, chegou-se à conclusão que as trincheiras estavam demasiado afastadas do Castelo, porque das "*…trincheiras não eram bem offendidos os inimigos, por estarem mui distantes…*" então, segundo um plano de Francisco de Castro, que tinha muita experiência a combater os holandeses no Brasil, foi definido o novo traçado das trincheiras (na falta de elementos arqueológicos e documentais acerca da localização exata das trincheiras, é razoável admitir que estas tenham sido escavadas junto da base da esplanada do Castelo). O motivo pelo qual foram escavadas novas trincheiras, mais perto do Castelo, seria o de permitir que a infantaria sitiante ficasse posicionada na distância de contacto com os soldados espanhóis que defendiam o Castelo, instalados nos redutos do topo da esplanada (no séc. XVII, a distância de contacto da infantaria, face ao alcance eficaz do mosquete e do arcabuz, não iria muito para além dos 100 metros). No entanto, poderá ter havido outro motivo: a artilharia posicionada nos baluartes, devido à altura destes e à inclinação da esplanada, só conseguia bater uma determinada janela de espaço (a partir de uma determinada distância e até ao alcance máximo); junto ao Castelo e aquém desta janela, a artilharia não conseguia bater, e tendo já sido efetuados nos primeiros meses do sítio muitos tiros de artilharia, possivelmente a experiência foi demonstrando aos sitiantes qual o espaço, junto ao castelo, livre de impactos de pelouro de artilharia, o que, conjugado com a necessidade de ter a infantaria em contacto (mais próxima do Castelo), poderá ter sido fator de decisão para a definição do novo traçado das trincheiras. A escavação das novas trincheiras foi uma manobra arriscada, uma vez que o trabalho de escavação foi feito dentro do alcance eficaz dos mosquetes e dos arcabuzes da infantaria espanhola, que estava posicionada nos redutos da linha avançada. Este trabalho foi feito sobretudo à noite, e nele participaram não só as ordenanças, mas também os clérigos e os religiosos franciscanos.




No dia 2 de maio de 1641, pelas 11h00, é efetuado um ataque para exploração às trincheiras, junto às hortas, por dois grupos de mosqueteiros, mas quando os soldados espanhóis se estavam a aproximar foi estabelecido o contacto com troca de tiros, a resistência foi grande da parte das ordenanças, não sendo possível aos atacantes estreitar o contacto e tiveram que retirar levando dois mortos e vários feridos, da parte portuguesa não houve baixas.

No mesmo dia 2 de maio de 1641, pelas 23h00, é efetuado novo ataque a coberto da noite, mas deslocando-se os soldados espanhóis com os mosquetes de mecha acesa, os pontos de luz foram vistos pelas ordenanças que estavam nas trincheiras da Boa Nova, foi dado de imediato o alarme e estabelecido o contacto, a troca de tiros durou cerca de duas horas, tendo depois os soldados espanhóis retirado para o Castelo. Como este combate foi de noite, não se sabe se houve baixas da parte dos espanhóis, porque era norma os mortos e feridos serem retirados do campo de batalha, da parte portuguesa não houve baixas.

No dia 21 de maio de 1641, houve troca de tiros de parte a parte, que começaram da parte da tarde e se prolongaram por toda a noite, tendo os espanhóis efetuado um ataque às trincheiras. Com este ataque noturno, os espanhóis conseguiram estreitar o contacto de forma a assaltar as trincheiras, tendo feito dois mortos portugueses que, quando retiraram, colocaram os corpos nus na esplanada para que ficassem à vista das ordenanças que estavam nas trincheiras. O Capitão João D'Ávila e as suas ordenanças, numa manobra arriscada, conseguiu remover os corpos.

A 02 de junho de 1641, é feita nova proposta de rendição ao Governador do Castelo, com oferecimento de mercês ao Governador, a seu Tenente e a seu Alferes, tendo esta sido novamente recusada, dizendo o Mestre de Campo "*que havia muito tempo que sabia da offerta, mas que não cabia em sua pessoa o aceita-la*".

No dia 20 de junho de 1641, pela manhã, apareceu um grande navio junto aos ilhéus da Mina na parte SW da Ilha. A bordo deste navio vinha D. Luiz Peres de Viveiros, irmão de D. Álvaro de Viveiros, com 300 soldados espanhóis. D. Luiz de Viveiros desembarcou na Baía das Mós os 300 soldados, e o navio largou a encontrar-se com as fragatas da expedição anterior. Depois, o navio ao ser abordado pelas fragatas foi surpreendido, tendo-se rendido D. Luiz e toda a tripulação, e colocado o pavilhão português o navio deu à vela para reunir-se com a armada sitiante, que andava muito ao largo. Entretanto, os 300 soldados espanhóis foram cercados por cerca de 700 ordenanças portuguesas e renderam-se com todas as armas e munições que traziam, sem ter sido efetuado um só tiro (os soldados espanhóis estavam muito desgastados da viagem e padeciam de fome). Dos soldados espanhóis, 250 foram transportados para a Ilha de S Miguel, os restantes foram destacados para diferentes pontos da Ilha. D. Luiz de Viveiros foi preso no Forte de S Sebastião e, não escondendo a sua mágoa, disse "*Ni hé serbido a my Rey, ni libertado a mi hermano!*"

No dia 24 de junho de 1641, "Dia de S João Baptista" (o dia do Santo com o mesmo nome do Rei Restaurador, D. João IV) *"…se fez em toda a cidade, e nas trincheiras tão grande e militar festa de artilharia, arcabuzaria, foguetes e invenções de fogo, e tantas bandeiras de arvoraram de mais, que os do Castelo se persuadiram que os nossos naquela noite queriam dar assalto à fortaleza*.", e no decurso deste tiroteio *"…seguiu-se logo vir fugido um Soldado do Castelo a meter-se com os nossos, e pouco depois outro, e levados ambos aos Capitães-mores, separados confessaram o mesmo cada um, o aperto em que estava o Castelo, que de gente que pudesse tomar armas, só tinha trezentos homens, de pólvora e munições já nem metade, de alimentos muitos se perderam, o trigo com o gorgulho, de vinho já havia muito pouco, e que chegaram a matar três jumentos que serviam, e os comeram, e dos couros faziam seus sapatos, e o que ouvindo os Capitães-mores, mandaram a cada um dar seis mil reis para se vestirem, e meio tostão de soldo cada dia*.".

Já por esta altura a situação que era vivida dentro do Castelo era muito difícil, a fome instalou-se (em 1640 os espanhóis faziam as hortas no exterior do Castelo, na esplanada e área adjacente, então quando se deu o cerco a guarnição ficou privada de as aceder, passando o acesso às hortas a ser extremamente arriscado, por estas se localizarem na zona de contacto, batidas pela arcabuzaria dos sitiantes) "*Às dez da noite estavam uns sete nossos pela parede grande do Chuça, desceram três dos castelhanos aos nabos, a quem os nossos atiraram com os mosquetes, chegando tão perto que um deu com uma pedra em um nosso, e um nosso a outro com um arcabus; Nisto acodiu o Alferes Manuel Gomes com alguns a cerca-los, porém andaram melhor de pé e foram-se*"; "*De noite perto das dez horas, pelos cantos de D Rodrigo houve um rebate de descerem castelhanos, onde houve de parte a parte alguns mosquetasos mas logo se retiraram; E contudo toda a noite surriaram mosquetes seus 535. Peças suas 07, nossas 03, e mosquetes 270. Na manhã da segunda oitava se soube ser a surriada por divertirem, para virem mu-*

*lheres buscar agua ao tanque da Boa Nova*" (de notar que o tanque da Boa Nova estava mais perto das trincheiras do que do Castelo). Estes relatos são demonstrativos do desespero que era vivido pelas pessoas dentro do castelo, dispondo-se a correr grandes riscos na tentativa de sobreviver.

No dia 01 de agosto de 1641, foi identificada pelos espanhóis uma vulnerabilidade no dispositivo português (a companhia de ordenanças do Capitão Baltazar da Costa Pereira, que se encontrava a guarnecer as trincheiras da Boa Nova, estava desfalcada de muitos dos seus elementos por terem sido dispensados para "*virem à Cidade*" e os poucos que se encontravam nas trincheiras, estavam desprevenidos, com os arcabuzes sem mecha, e as sentinelas estavam a dormir). Pelas 11h00 da manhã, foi efetuado um ataque com 70 soldados espanhóis àquela posição, neste ataque o contacto foi estreitado a ponto de ser efetuado o assalto à trincheira e combate corpo a corpo, mas a companhia de ordenanças do Capitão Constantino Machado, que ocupava a trincheira ao lado, apercebeu-se da situação e executou um contra-ataque, conseguindo que os soldados espanhóis retirassem. Ao retirar levaram consigo 5 prisioneiros portugueses, entre eles José Dias, que deu duas vivas ao Rei D. João IV, pelo que um soldado espanhol lhe deu uma pancada com a coronha do mosquete na cabeça que o matou de imediato. O ataque de 01 de agosto foi o ataque mais devastador da história do sítio, do lado português houve 21 mortos e 14 feridos, do lado espanhol houve 3 mortos e alguns feridos.

Em 28 de agosto de 1641, uma nau francesa que trazia a bordo 100 homens de guerra e 12 peças de artilharia chegou à Ilha Terceira, e "*sabendo o comandante notícia da contenda que tinha a Ilha Terceira, veio oferecer-se-lhe, contratando-se para servir na armada por duas mil duzentas e cincoenta patacas cada mez.*", o mesmo contrato se fez com uma nau holandesa que veio da Ilha da Madeira. O sítio naval chegou a ter 13 navios.

Dia 25 de outubro de 1641, foram feitos prisioneiros 2 castelhanos no Portinho Novo "*que levados a perguntas uniformemente responderam que os sitiados se achavam na última miséria; e que não tinham mantimentos par mais de 25 de dezembro próximo futuro, e tanto assim que por esta falta comiam couros de rezes, ratos, e outras cousas imundas; que não tinham que vestir e calçar, nem mais de 300 pessoas em estado de pegar em armas.*". (A fome a que as pessoas foram sujeitas dentro do Castelo está patente nas crónicas do Padre Manuel Luis Maldonado – *Fenix Angrense*).

Em 06 de dezembro de 1641, às 19h00, estando uma noite de muito vento e chuva, o Capitão Francisco Pires de Ávila, executou um ataque ao reduto próximo da Boa Nova,

Precos porq*ue* se venderão as couzas de Comer no Castello o anno do Citio, conforme a verdade comũa de todos os q*ue* nelle se acharão hoie existentes.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Chegou a custar hũ pam | 100 | Seis garapaos do mar | 200 |
| hũa libra de carne | 400 | Seis lapas | 020 |
| hũ coelho | 800 | hũ pee de saramago | 020 |
| hũa cordenis | 140 | hũ nabo | 200 |
| hũa melroa | 100 | hũa abobora | 800 |
| hũ estorninho | 080 | As tripas de hũ boi | 1200 |
| hũ tintilhão | 040 | dez onças de Carne de Cauallo | 200 |
| hũa galinha | 1600 | As tripas do Cauallo | 800 |
| hũ ouo | 140 | hũ quartilho de vinagre | 640 |
| hũa liura de biscouto | 080 | hũ rato | 20 |
| hũ quartilho de uinho | 160 | hũ cam | 800 |
| hũa canada de azeite | 800 | | |

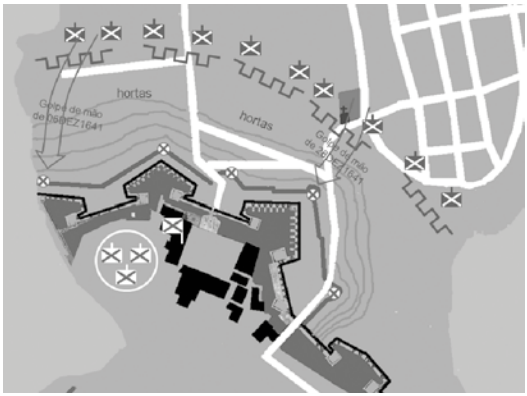
Esta pasmoza mizeria soportarão os mizeraueis citiados por cujas cauzas nos vltimos mezes morrião como tristes; no de janeiro falecerão quinze, no de Feuereiro corenta e oito; e se acazo lhes durara a teima mais espacio decerto poucos, ou nenhũ escaparia.

com um grupo de ordenanças tendo dois espanhóis (dos que tinham desertado) por guias. Este ataque foi um golpe de mão, porque o grupo aproximou-se o suficiente para tomar o reduto de assalto. Deste contacto resultaram seis mortos e sete prisioneiros espanhóis. Os restantes soldados espanhóis que estavam a guarnecer o reduto retiraram para o Castelo.

Em 28 de dezembro de 1641, estando também uma noite de vento e chuva, o mesmo Capitão Francisco Pires de Ávila, executou um segundo golpe de mão ao reduto juto ao Fanal e do contacto resultaram dois feridos espanhóis, que com dificuldade retiraram para o Castelo, e dois prisioneiros.

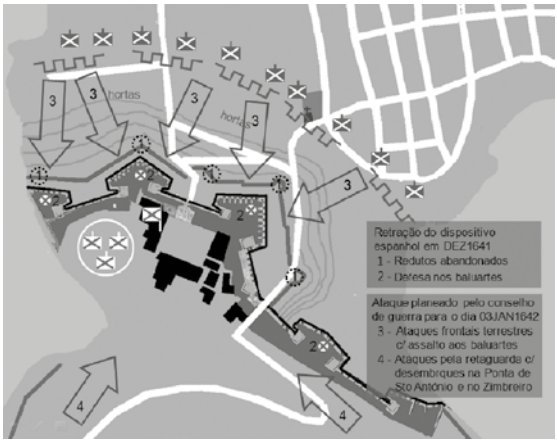
Face aos ataques portugueses, o Mestre de Campo decide desocupar os redutos, mandando recolher todos os soldados ao Castelo. Ao fazer isto, D. Álvaro de Viveiros perde a vantagem da defesa avançada, passando a defender o Castelo com os soldados posicionados nos baluartes.

Nas noites seguintes, estando os redutos desguarnecidos, estes são arrasados pelas ordenanças para não mais poderem ser utilizados (os redutos eram de faxina, com anteparo de paliçada de madeira e talude frontal de terra). As madeiras que foram retiradas das faxinas dos redutos, serviram para lenha dos sitiantes *"…os nossos derão com tal furia no Reductos, que os arrazarão a todos, & até as madeyras lhe trouxerão, para as queimarem em nossas trincheyras pelo horrendo frio que naquelle anno, & tempo então fazia;"*.




Face à retração do dispositivo espanhol e também ao conhecimento da situação de debilidade que a guarnição vivia dentro do Castelo, no final de dezembro é reunido um conselho de guerra (composto pelo padre visitador Francisco Cabral, que na altura era o superintendente da guerra, e pelos Capitães-mor) onde é decidido executar um grande ataque por terra e por mar e tomar de assalto o Castelo. Esta operação seria executada no dia 03 de janeiro de 1642, e consistia num ataque frontal com assalto aos baluartes, em simultâneo com dois desembarques de tropa na parte Este (Ponta de Stº António) e na parte Oeste (Ponta do Zimbreiro) do Monte Brasil que atacariam o Castelo pela retaguarda. Para o ataque voluntariaram-se 4000 ordenanças e chegaram a ser construídas 40 escadas de madeira da altura da muralha, para o assalto. Mas na véspera do dia do ataque aconteceu uma grande tempestade, que impediu o assalto por mar, tendo também sido suspenso o de terra e, reunido novo conselho de guerra, foi decidido cancelar a operação e esperar pela chegada da armada de Tristão de Mendonça, que era sabido que vinha para o reforço do sítio.

A armada de Tristão de Mendonça, que era constituída por 13 navios e 1500 soldados, na viagem deparou-se com uma tempestade, e 11 navios tiveram de arribar a Lisboa.




A nau almirante, onde seguia Tristão de Mendonça, foi parar junto à Albufeira e este acabou por morrer, porque as condições de mar estavam muito más e para desembarcar meteu-se num batel que naufragou. Só dois navios é que chegaram à ilha Terceira. Estava assim destroçada a primeira expedição enviada por D. João IV.

Entretanto, D Álvaro de Viveiros, por entender que era impossível continuar a resistência, em 24 de fevereiro manda dizer ao padre visitador que quer capitular, e a partir daí intensificam-se as embaixadas de parte a parte, até que, em 04 de março de 1642, é atingido um acordo de rendição e as capitulações são assinadas.

**A Capitulação**

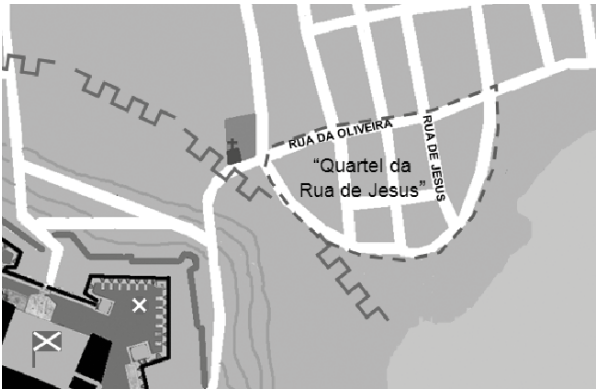
Os Capitães-mor mandaram preparar o quarteirão de casas que se localizam a sul da Rua da Oliveira e sobre a rocha, tapando as bocas das ruas no perímetro (em alguma historiografia este quarteirão é referido como o "Quartel da Rua de Jesus"), para alojamento da gente do Castelo (os soldados espanhóis, as mulheres e as crianças), tendo este trabalho sido concluído no dia 06 de março de 1642.

No dia 06 de março de 1642, de manhã, pela Porta dos Carros foi saindo a carriagem com os pertences da guarnição e os doentes. Da parte da tarde, depois de ter sido enviado aviso, aproximaram-se da porta para receber as chaves do Castelo, o Corregedor, o Padre Visitador e os Capitães-mor. De seguida, D. Álvaro de Viveiros em vez de vir pessoalmente entregar as chaves mandou um ajudante seu fazer a entrega, então perante isto, os Capitães-mor mandaram também um ajudante receber as chaves (esta atitude revela o espírito do Mestre de Campo – na sua mente capitulou como vencedor e não como vencido, pois tinha conduzido a resistência no Castelo até ao limite).

De seguida, D. Álvaro de Viveiros saiu do Castelo, de bengala na mão, "*…tão magro, pálido e desfigurado, que parecia um perfeito esqueleto*." com o médico à sua direita, à sua esquerda o Capelão-mor, atrás de si o seu Tenente com o estandarte, atrás do Tenente o Alferes, seguidos de 64 soldados com arcabuzes às costas com bala carregada e forquilhas na mão, dois canhões de bronze com duas balas carregadas cada um, mechas acesas, 27 piqueiros com os piques, bandeiras despregadas, dois tambores a tocar e um pífaro. E assim seguiram em marcha até ao "Quartel da Rua de Jesus". Atrás do cortejo vinha a restante gente do Castelo (170 mulheres e 60 crianças).

Muitos foram os portugueses que ficaram testemunhas da saída dos espanhóis, pois ao longo do dia 06 de março foram chegando e ocupando a esplanada do Castelo. O trajeto dos soldados espanhóis foi feito entre duas alas de ordenanças, que iam da Porta do Castelo até à Rua da Oliveira.

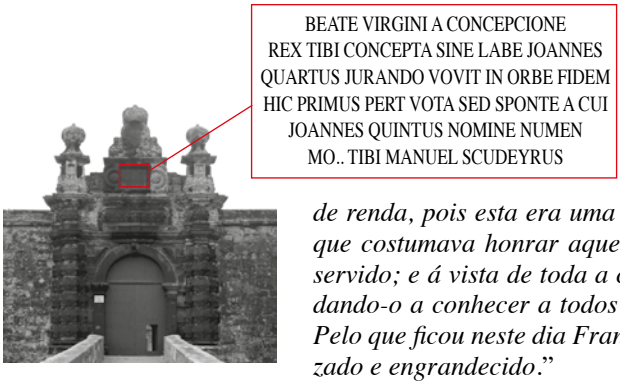
No dia 06 de março de 1642, após a saída da guarnição espanhola, as ordenanças ocuparam o Castelo, o pavilhão de Portugal foi içado no "Torreão da Campanha", e foram feitas "*… duas valentes cargas de alguns três mil e tantos arcabuzaços e algumas peças*", foi muito grande a alegria da população, e o Castelo a partir desse dia passou a ser quartel de tropa portuguesa.




Foi então efetuado um conselho com os Capitães-mor, onde ficou decidido que o Capitão-mor de Angra, João Bettencourt de Vasconcelos, ficaria com o governo interino do Castelo e o Capitão-mor da Praia, Francisco Ornelas da Câmara, iria a Lisboa dar a notícia a D. João IV. Então no dia seguinte (07 de março de 1642), João Bettencourt de Vasconcelos tomou posse do governo do Castelo, e Francisco Ornelas da Câmara parte para Lisboa, "*onde chegou brevemente, e foi recebido com aquelas honrosas demonstrações que merecia o seu bom procedimento. Fez-lhe el-rei mercê da commenda de S. Salvador de Penamacor, com dez mil cruzados*

*"Reinando El Rei D. João IV nosso senhor a 06 de março de 1642 se rendeu este Castelo do poder de Castela à força dos vassalos desta ilha e lho entregaram à sua obediência. Mandou pôr estas armas D. Manuel de Sousa Pacheco o primeiro governador dele e destas ilhas português que veio à redução e achou rendido"*

Lápide existente no interior do Corpo da Guarda, junto à porta principal do Castelo de S. João Baptista (do governo do Mestre de Campo Manuel de Sousa Pacheco, governador do castelo de 1642 a 1645), evocativa da rendição da guarnição espanhola e da entrega do castelo à obediência de D. João IV após a sua ocupação por tropas de ordenança portuguesas no dia 6 de março de 1642.



*de renda, pois esta era uma das grandes commendas com que costumava honrar aquelles, de que se dava por bem servido; e á vista de toda a côrte, o pôz á sua mão direita dando-o a conhecer a todos os que lhe iam beijar a mão. Pelo que ficou neste dia Francisco d'Ornellas mui auctorizado e engrandecido*."

Entretanto, três ou quatro dias após a partida de Ornelas da Câmara para Lisboa, tinha partido de Lisboa para a Ilha Terceira a segunda expedição enviada por D. João IV, uma armada com 07 navios e 300 soldados, comandada pelo General António de Saldanha (desconhecendo-se ainda em Lisboa que o Castelo já estava rendido). "*Chegando ao porto d'Angra salvou, e lançou ferro defronte das pontas, em quanto que o castello e a cidade desenvolviam as maiores demonstrações d'alegria; e desembarcando em terra, foi recebido com régia pompa* [...] *Depois de assistir a um solemne Te-Deum, foi conduzido ao castello de S. Filippe, onde o governador interino João de Bettencor de Vasconcellos lhe entregou as chaves, com as etiquetas do costume*."

António de Saldanha, por ter chegado à Ilha Terceira depois de o Castelo ter sido rendido, não só ficou frustrado na glória de ser o comandante expugnador, como também se deparou com um quadro pós-conquista, em que os ânimos estavam exaltados e os moradores divididos em parcialidades ocasionadas pela ambição de cargos e mercês por se acharem os heróis da conquista do Castelo, cabendo a si o apaziguamento. Chegou a escrever: "*que mais lhe custava abrandar os corações dos naturaes, e tirar a má vontade, que tinham uns contra os outros, do que lhe poderia custar o render o castello, se nele achara o inimigo*.". No entanto, com os seus bons ofícios, conseguiu o apaziguamento sem ter de ser severo na aplicação da justiça. O General ainda teve de resolver outro problema: D. Álvaro de Viveiros, quando ocupou o "Quartel da Rua de Jesus", começou por meter guarda com soldados espanhóis, o que causou grande inquietação nos moradores, porque o quartel estava no coração da cidade, então o General teve de convencer o Mestre de Campo a retirar a guarda, e esta passou a ser de ordenanças.

Os espanhóis ficaram no "Quartel da Rua de Jesus" até ao dia 15 de maio de 1642, dia em que embarcaram no navio que os recolheu e levou até Espanha, "*...porém não poucos quizerão ficar na ilha, por serem casados nella; & não só a estes se lhes não deo trato máo algum, mas ainda os Portuguezes, que por terem officio na praça, tinhão lá ficado, antes se lhes restituirão todas suas fazendas de raiz, & servirão ao depois com mais fidelida e a seu Rey Portuguez, do que tinhão guardado ao Castelhano Rey...*".

"*Custou aquella ardua empreza a vida de 140 portuguezes. E o sangue de 120 feridos, que todavia não morreram desta catastrophe. Dos castelhanos, entre homens, mulheres e meninos, passaram os mortos de 300, a maior parte delles de doença; pois só no mez de janeiro de 1642, falleceram 15, e no mez de fevereiro, 48.*"

António de Saldanha trouxe consigo o Mestre de Campo Manuel de Sousa Pacheco, que fica mandatado para ser o Governador do Castelo e das Ilhas, embora mais tarde o seu governo tenha ficado limitado ao Castelo.

D. João IV mandou que o Castelo passasse a ter o nome de "S. João Baptista", e que na sua portada fossem retiradas as armas de Castela e colocadas as de Portugal, mas acabou por ser D. João V que cumpriu o voto, mandando ali colocar a inscrição e as armas, sendo governador do Castelo o Coronel Manuel Escudeiro (1721-1727).

"*Fecharam-se os castelhanos dentro do castello de S. Filippe, em quarta feira Santa, 27 de março de 1641, e sairam delle em 6 de março de 1642; e desta forma durou a guerra onze mezes, e onze dias, havendo 58 annos 7 mezes e 11 dias, em que tinha sido ganha esta ilha aos portuguezes, pelo marquez de Santa Cruz, D. Alvaro de Bassam, em dia de gloriosa Santa Anna.*"

**A consequência histórica**

O sítio e a rendição do Castelo de S. Filipe constituíram a primeira batalha da guerra da restauração. Esta guerra foi um processo revolucionário que teve início em 1640, com a aclamação de D. João IV, e só terminou em 1668, com a assinatura do Tratado de Lisboa.

O Duque de Bragança, na sequência da sua aclamação como D. João IV de Portugal, iniciou um jogo muito perigoso: Portugal não tinha exército, as ordenanças tinham sido desmobilizadas, o Ducado de Bragança e a coroa tinham recursos financeiros limitados e, por outro lado, Filipe - apesar de no plano externo estar empenhado na guerra dos 30 anos e no plano interno ter problemas de desagregação (processos revolucionários na Catalunha e na Andaluzia), e assim, os seus soldados espalhados por toda a parte; D. João IV sabia que era uma questão de tempo até Filipe reunir um exército para intervir em Portugal e era esse o tempo que tinha para mobilizar as ordenanças, guarnecer as praças raianas, valer-se das alianças estratégicas para reforçar o exército, e preparar-se para a guerra que tinha iniciado com Castela - a "Guerra da Restauração".

Mas, D. João IV considerava de tal modo importante a rendição do Castelo de S. Filipe e o controlo dos Açores como espaço estratégico que, apesar dos seus recursos limitados para fazer face à empresa arriscada que tinha iniciado, ainda assim conseguiu enviar duas expedições aos Açores para ajudar a resolver o sítio do Castelo: a expedição de Tristão de Mendonça, que foi mal sucedida, e a de António Saldanha, que conseguiu chegar à Ilha Terceira, embora tenha chegado tarde demais, pois o Castelo já estava rendido.

Pela primeira vez na história dos Açores, as ordenanças foram empenhadas numa operação desta dimensão. Não só as companhias de ordenança da Ilha Terceira, mas também companhias e destacamentos de ordenança das demais ilhas, sitiaram o castelo, num esforço que foi uma resposta açoriana à necessidade de reduzir o castelo, resolvendo-se assim um problema que a coroa tinha dificuldade e tardava em resolver.

O sítio e a rendição do Castelo de S. Filipe constituem, assim, a primeira batalha da guerra da restauração, e a vitória portuguesa foi motivo da concessão de assento importante nas Cortes ao procurador da Câmara de Angra, da atribuição de título de "*Sempre Leal Cidade*" à Cidade de Angra, e da atribuição do nome de S. João Baptista ao Castelo de S Filipe, bem como a atribuição dos títulos, cargos e mercês aos açorianos que se distinguiram na "Guerra do Castelo", o que releva a gratidão do rei pela rendição do Castelo.

A restauração da independência foi um processo revolucionário bem sucedido, que começou com a aclamação de D. João IV, em 1640, continuou com a guerra da restauração (sítio e rendição do Castelo de S Filipe (1641-1642), Batalha do Montijo (1644), Batalha de Arronches (1653), Batalha da Linha de Elvas (1659), Batalha do Ameixial (1663), Batalha de Castelo Rodrigo (1664) e Batalha de Montes Claros (1665)), e terminou com o acordo de paz, afirmado no Tratado de Lisboa de 1668.

Como o rei restaurador morreu em 1656, os signatários da paz de Lisboa foram D. Afonso VI de Portugal e Carlos II de Espanha. A dinastia de Bragança, última das quatro em Portugal, vigorou durante 270 anos, até à implantação República em 1910.

**Bibliografia:**

**António Cordeyro,** *História Insulana*;

**Artur Teodoro de Matos,** *Escala atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais / História dos Açores, Do descobrimento ao século XX*;

**Francisco Ferreira Drummond,** *Anais da Ilha Terceira*;

**Leonardo Sotto Mayor,** *Alegrias de Portugal, Lágrimas dos Castelhanos*;

**Manuel Augusto de Faria,** *Distribuição Territorial e Composição Social das Companhias de Ordenanças nos Açores*;

**Manuel Luis Maldonado,** *Fénix Angrense*;

**Paulo Drumond Braga,** *Espanhóis, continentais e açorianos. Um espaço para a libertação / História dos Açores, Do descobrimento ao século XX*.

# ETNOGRAFIA

# PESCA DAS MOREIAS

*J.M. Soares de Barcelos**

Nas Flores, que me recorde, pouca gente se dedicava somente à pesca das moreias. Só mesmo gente muito pobre ia de propósito à sua pesca, para as salgar e secar ao sol (*curar*), servindo para comer durante o inverno.

As moreias eram, sim, apanhadas ocasionalmente em pescarias de fundo dirigidas a outras espécies de peixes. Era costume pescar às moreias no final das pescarias das *vejas*. Para se não carregar com muito peso pelos atalhos íngremes das rochas, era costume *aviar* as vejas no *rolo*, ou seja, retirar-lhes as escamas e as tripas — as vejas têm uma *bochada* grande que no conjunto da pescaria pesava muito. As tripas atiradas à água e o próprio ato de lavar o sangue do peixe, particularmente se a maré estivesse a *ir pra baixo*, a descer para baixa-mar, atraíam quase sempre muitas moreias, geralmente *moreias-pretas* e *moreões*, mais raramente *moreias-pintadas*.

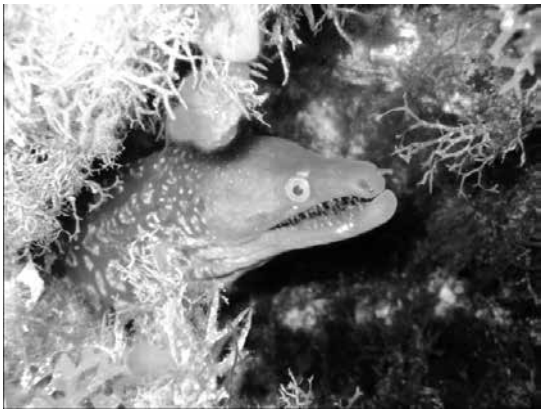
No mundo há mais de cem espécies de moreias. Nos Açores (e na Madeira) existem apenas quatro: a *moreia-preta* (*Muraena augusti*), a *moreia-pintada* (*Muraena helena*), o *moreão* (*Gymnothorax unicolor*) e a *moreia-brisa*, também chamada *moreia-víbora* (*Enchelycore anatina*). A mais frequente junto à costa é, sem dúvida, a *moreia-preta*. No Continente só se vê a *moreia-pintada*, vendida com maior frequência no litoral centro e sul do país. Cá mais para Norte, se quisermos uma, temos que encomendar aos peixeiros ou nas grandes superfícies comerciais.

Nas Flores, onde se apanham muitas moreias, as pessoas não apreciam muito a *moreia-preta*, gostam mais da *moreia-pintada*. Pessoalmente, gosto mais da *moreia-preta*, pois a pintada tem muita gordura e, se não for bem frita, fica muito enjoativa. Para que as postas da *moreia-pintada* ressumbram toda a gordura — nas Flores chama-se "estilhar a moreia" (destilar) — costuma-se fritá-las lentamente, em lume muito brando.

O *moreão* é muito apreciado, não só pelo sabor da sua carne, como pelo facto de possuir apenas a chamada *espinha-do-meio*. Das outras moreias, tal como dos congros (*Conger conger*), só são aproveitadas as postas "abertas", ou seja, as postas que vão desde a cabeça até ao chamado *umbigo* (o ânus).

---

* Médico e etnógrafo. Sócio correspondente do IHIT.



Moreia-víbora (foto gentilmente cedida por Ricardo Cordeiro)

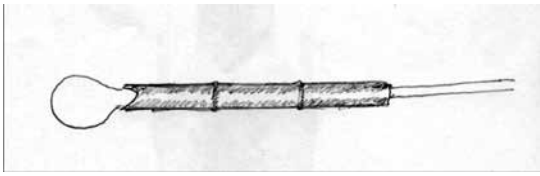
Junto à costa geralmente só aprecem *moreias-pretas* e *moreões*, mais raramente *moreias-pintadas*. As *moreias-víboras* são muito raramente vistas. Na pesca feita de lancha, a maior profundidade, geralmente são apanhadas *moreias-pintadas*.

Há várias maneiras de pescar estes peixes:

**1.** Com um anzol grande estorvado em arame, geralmente de aço inox, a que se retira a *barba* (barbela), iscado com as tripas do peixe ou, idealmente, com um tentáculo de polvo. As moreias, que têm um olfato muito apurado, aparecem quase sempre esfaimadas e chegam a sair completamente da água para se atirar à isca, podendo eventualmente morder o pescador. Não é que sejam agressivas por natureza — elas vêem em geral muitíssimo mal e podem confundir as mãos do pescador com algo comestível. Segundo a crença popular, a dentada da moreia causa ferimentos que facilmente se infetam, embora, por experiência pessoal, não acredite muito nisso.

**2.** Usando o chamado *pexeiro* ou *bicheiro*, um instrumento feito com um anzol grande, firmemente atado com arame a um cabo de madeira, ou soldado a uma vareta de ferro (idealmente, de aço inoxidável). Atrai-se a moreia com uma isca presa a um fio e, quando ela se atira para comê-la, é *empexeirada* (*embicheirada*), de preferência perto da cabeça, para que não nos morda.

**3.** Havia quem usasse o mesmo processo para atraí-las mas, em vez de usar o *pexeiro*, apanhavam-nas com a mão, agarradas pela parte média do corpo e atiradas rapidamente para terra. Este método não é muito aconselhável nos *rolos* (calhaus rolados), pois a moreias facilmente se escapam por entre as pedras e voltam para o mar — são autênticas serpentes a deslisar.



Cana com *laço* para apanhar moreias

**4.** A última maneira de apanhar moreias é praticamente desconhecida da maioria dos pescadores. Usava-se o chamado *laço*, um instrumento artesanal feito por nós. O *laço* era feito da seguinte maneira: furávamos uma cana de bambu, retirando a parte interior junto dos nós, e uma das pontas era afiada em chanfre, de forma a fazer dois bicos; era então enfiado um arame ou um *nalho* forte dobrado pelo seu interior de maneira a fazer um laço ao sair pela ponta chanfrada. A mão esquerda (em dextros) segurava na cana e a direita nas duas pontas do fio, permitindo apertar ou aumentar o diâmetro do laço. Quando a moreia vinha enguiçada pelo engodo, o *laço*, bem largo, era-lhe enfiado, até um pouco atrás da cabeça, sendo o seu corpo apertado com firmeza ao puxar com toda a força as duas pontas do fio.

*Pexeiro, extremidade distal*

Em época de fartura, nessa altura, ao *aviar* as moreias só se aproveitava a sua parte anterior, acima do *umbigo*, deitando fora a cabeça e toda a cauda, dado que esta parte

possui muitas espinhas, nas várias espécies de moreias, salvo nos *moreões* que, como referi, só têm praticamente a *espinha-do-meio*.

Era costume consumir as moreias depois de fritas, cortadas em postas, depois de passadas por farinha de milho, acompanhadas de batata cozida. O arroz, nessa altura, não era praticamente utilizado, por ter que ser comprado, só se usando na canja de galinha e para fazer arroz-doce ou, excecionalmente arroz de galinha.

Não era costume fazer-se, mas as moreias ficam muito apetitosas feitas de caldeirada, de preferência misturadas com outras espécies de peixe.

As moreias são uma das espécies de peixe que se pode salgar e secar ao sol: cortadas longitudinalmente, retirando-lhes a espinha-do-meio e fazendo golpes longitudinais na restante carne, são salgadas durante três ou quatro dias, depois postas a secar ao sol até perderem quase toda a humidade, e guardadas em lugar seco, para serem consumidas durante o inverno.

# APONTAMENTO SOBRE O TRAJE DA ILHA DAS FLORES

*António Maria Gonçalves**

Muito pouco elegante e pouco atraente, o vestuário dos tempos mais recuados tinha uma triste vantagem sobre o atual, a de permitir uma perfeita distinção entre o pobre o rico.

Já a partir de meados do século passado, as raparigas do povo apresentavam-se na igreja e a passeio com vestuário em tudo semelhante ao das mais abastadas. Os sapatos de meio salto, a meia de seda (meia de vidro com a costura a subir pela barriga das pernas), o mantinho e mesmo o chapéu, tornaram-se comuns a todas as classes. Quer fosse nas freguesias, quer fosse nas vilas, vestia-se pelo mesmo figurino, com as mesmas tendências, trazidas pelas influências dos poucos que viajavam, quer fosse das outras ilhas, alguns mais raros do continente e dos que regressavam da América. De forma muito lenta e demorada, a moda também acabava por chegar e atualizava-se pelo excelente trabalho de algumas costureiras da ilha, que eram verdadeiras artistas. Comprova-o algumas fotografias (tiravam-se poucas fotografias), e algumas peças de vestuário originais que ainda hoje se guardam, sobretudo de roupa feminina com uma confeção de bastante qualidade.

Tal, porém, e como referia no começo, já não acontecia ainda na segunda metade do século XIX. Cada qual vestia segundo as suas possibilidades e sempre de acordo com a sua posição social. A mulher pobre sentia pejo em vestir-se com o mesmo luxo e pelo mesmo figurino que a rica e jamais se sujeitava ao desdém dos outros, envergando um vestido em desarmonia com o seu modo de vida.

De entre as peças de vestuário feminino usadas nessa altura (1850/70) merece lugar de destaque a "saia-de-picota" e o "capote-redondo". A primeira usada pelas mulheres pobres, consistia numa saia rodada de pano grosso azul-escuro ou preto, tendo o cós listrado de vermelho. Colocavam-na sobre os ombros, acolchetado no pescoço, cobrindo-lhes o corpo até aos joelhos. Por debaixo dela vestiam casaco largo de estopa ou lã

---

* Político e autodidata. Investigador das tradições da ilha das Flores.

com mangas justas nos pulsos e uma saia do mesmo pano ou de chita que lhes chegava aos pés. Completava este traje um lenço de "panino" ou chita que lhes cobria a cabeça, atando-o por baixo do maxilar inferior.

O "capote-redondo", destinado somente às festas religiosas e às visitas de cerimónia, compunha-se de duas peças sobrepostas de pano de lã em cor castanha de comprimentos desiguais. Uma descia ao tornozelo e a outra um pouco abaixo da cintura. Era munido de um pequeno cabeção do mesmo pano ou de veludo preto. Com este capote usava-se o lenço branco de linho ou seda.

O xaile veio substituir a saia-de-picota e o capote-redondo. Abundantemente usado ainda na primeira metade do século passado, era usado pela maioria da população feminina da ilha. Mais tarde passou a ser quase só usado pelas pessoas idosas e viúvas. Persistiu mais nas freguesias, onde as mais novas o usavam como agasalho e "roupa de trazer" (roupa de trabalho). A forma de trajá-lo dependia do estado da portadora. As viúvas e as que tinham os namorados ou maridos ausentes (na tropa ou embarcados) traziam-no dobrado em triângulo e sem cadilhos, para maior simplicidade (os cadilhos eram considerados um adorno ostentativo), fazendo-o cair em ponta ao longo das costas; as solteiras ou casadas, traziam-nos dobrados de forma a assemelhar-se a uma manta (dobrado em retângulo). Nas freguesias, o primeiro era também indicativo de luto.

O lenço de padrões e cores diversas que acompanhava o xaile foi substituído pela mantilha, que por sua vez deu lugar ao barrete-redondo, imitação de boina espanhola, e mais tarde ao chapéu, que se vulgarizou em toda a ilha.

O vestuário antigo de maior luxo para as raparigas do povo consistia num casaco branco de colarinho, peitilho e punhos engomados, saia comprida rodada de cores com cinto de veludo preto, meia branca arrendada, sapato de couro da terra e lenço branco de linho ou seda.

As mais abastadas traziam a chamada "saia-de-balão" ou simplesmente "balão", volumosa porque era vestida em cima de outras duas saias menos rodadas, tendo por baixo uma calça de linho ou algodão do mesmo comprimento das saias, com folhos engomados no artelho. Com esta saia usava-se uma espécie de corpete muito ajustado ao corpo, que, apesar de apagar as linhas do peito, faziam realçar as ancas e a cintura. O complemento de todas as saias era a "patrona", grande algibeira sobreposta, abotoada ao cós, do lado direito, que as velhas usavam à vista, isto é, pelo lado exterior da saia, enquanto as raparigas as traziam por dentro, e às quais acediam por uma abertura lateral da saia com o tamanho suficiente para a entrada da mão. Nessa patrona quase sempre se guardava a "poceta" do rapé, um pano branco para servir de lenço e o terço.

Na segunda metade do século XIX, foi também introduzido no vestuário das senhoras das Flores o "capote-capucho", que nunca se pode considerar traje do povo dado o número restrito de pessoas menos abastadas que o chegaram a adquirir. Era mais usado nas vilas, pelas senhoras das famílias ricas.

Constava de uma longa capa de fino pano azul-escuro ou preto, acolchetada no pescoço, sem cabeção, servindo de gola um alto capuz terminado em ângulo agudo, aberto na frente e fechado em redondo na parte posterior. Este capuz entretelado assentava sobre os ombros, cobrindo a cabeça sem lhe tocar. Por ser um artigo caro terá sido menos

usado e menos vulgarizado entre as mulheres do povo. Chegou a ser disputado em herança e também frequentemente odiado, quando as mulheres pobres, na igreja, situadas à sua retaguarda eram por sua causa impedidas de ver o altar e bisbilhotar para a frente. Por debaixo deste capote era usado qualquer traje (domingueiro), servindo para os atos religiosos, luto e momentos especiais.

Como artigo de agasalho, o "cachené" (do francês "cache-nez"), foi vulgarizado em toda a ilha, sendo usado por todas as classes sociais em especial pelas mulheres casadas ou idosas. Era feito de malha de lã (tricot), dobrado em triângulo e trajado pela mesma forma do lenço, e era usado sobre esse, para maior agasalho nos dias rigorosos de inverno. Tanto fazia parte do traje domingueiro como da "roupa-de-trazer" (roupa de uso interno ou externo de usar pela semana em trabalho ou em casa).

O traje de trabalho feminino era composto de um casaco de estopa ou baetilha abotoado na frente até ao pescoço, com um pequeno cabeção do mesmo pano e mangas compridas justas ao pulso. Descia um pouco abaixo da cintura, cobrindo o cós de uma saia de baeta ou de um saiote azul com larga barra vermelha. Usavam na cabeça lenço ou "calafate" (lenço cobrindo toda a cabeça e atado na nuca) e os pés descalços.

O traje das raparigas constava de blusa e saia de baetilha, ou vestido largo e inteiro a que chamavam "naitigão" (do inglês "night gown" que significa roupão) e era usado somente em casa. Para sair, adicionavam a este traje o xaile, que colocavam sobre a cabeça em dias de frio, as casadas ou velhas a "saia-de-picota".

Nos começos do século passado já não se via nada desta forma de trajar, principalmente as mais novas, que passaram a vestir casacos, vestidos ou saias de lã ou flanela, já de tamanho acima do tornozelo, começando também a aparecer o uso dos cabelos cortados e cabeça destapada.

As cores preferidas na indumentária variavam, com o estado de solteira, casada ou viúva, sendo as solteiras que usavam as cores mais vivas e claras, as casadas as cores mais sóbrias, como o castanho, o verde-escuro e mesmo o preto.

Como objetos de adorno, as raparigas dos finais do século passado, traziam ao pescoço um fio de coralinas ou uma estreita fita de veludo preto de onde pendia uma cruz. Este adereço caiu em desuso, substituído por um colar de prata sustentando uma pequena cruz do mesmo metal ou uma "loca" (medalha) com o retrato dos pais ou do marido. O "broche", o "cordão de ouro" e os "camafeus" entraram em desuso nas raparigas, passando a ser apenas usadas pelas mulheres de meia-idade.

O anel de prata, ouro ou coral, constituiu o mais apreciado objeto de luxo da mulher do povo que o trazia não só como adorno, mas sobretudo como distintivo do seu estado.

As solteiras traziam-no no dedo indicador e médio; as casadas sempre no anelar da mão esquerda.

As mulheres, traziam como hoje em dia, brincos nas orelhas ("rosetas" ou "arcadas"), pelo que furavam os lóbulos ainda em tenra idade.

A forma de pentear o cabelo foi sempre muito variada. Para as situações em que era dispensável o lenço, a mantilha, o mantinho ou o chapéu (sem esquecer os grandes abeiros de palha para durante o dia se resguardarem do sol), havia que dar aos longos cabelos uma forma diferente. O mais antigo e vulgar penteado que a tradição nos apresenta, usa-

do pelas mulheres casadas, foi o chamado "cocó" (carrapito), formado por uma trança enrodilhada sobre a nuca.

O "açafate" era o penteado das raparigas casadouras e diferia do carrapito por ser formado por duas tranças seguras com ganchos de arame.

As mulheres idosas traziam o cabelo apartado a meio no alto da cabeça e unido na parte posterior em trança atada na extremidade por uma estreita tira de pano ou pelo próprio cabelo que formava o "cocó".

A "trufa", forma de penteado posterior ao "açafate", consistia no apanhado de todo o cabelo no alto da cabeça, formando uma espécie de carrapito, preso por ganchos de vários modelos.

No começo do século XX começaram os cortes de cabelo. O primeiro a fazer-se, chamava-se de "meia cabeleira" e consistia no corte do todo o cabelo na parte posterior e lateral da cabeça, quase como um corte de homem, ficando o cabelo da parte anterior com o comprimento de cerca de oito centímetros, que era apartado a meio. Uma outra moda veio substituir a "meia cabeleira". O cabelo era enrolado por meio de papelotes na parte anterior da cabeça, fazendo com o restante uma única trança que caía ao longo das costas. A segurar a trança usava-se a "coifa", tendo em volta uma fita de veludo preto chamada "um rigor". As crianças dos dois sexos traziam cabelos compridos formando uma ou mais tranças sobre as costas.

Do vestuário destas pouco há a dizer. Até aos 5 anos usavam igualmente vestido de estopa ou baetilha, largo na cintura e chegando-lhes aos joelhos. Depois desta idade, as do sexo masculino vestiam calça comprida de estopa ou baeta, camisa do mesmo pano ou blusa apertadas na cintura. No começo do século XX os rapazes começaram a usar calção (quase sempre com suspensórios cruzados feitos do mesmo pano), abandonando-o definitivamente no dia da sua primeira comunhão. Este uso foi recuperado mais tarde.

Um costume antigo, que tem a ver com a superstição do povo, obrigava as crianças até dois anos a usarem uma pulseira de pequenas pontas de coral, de onde pendia uma figa de azeviche ou um pedacinho de algo que se dizia ser galho de veado (o mais certo ser de osso ou dente de baleia ou quem sabe de corno de boi) a servir de amuleto.

Recuando um século e meio e quanto ao vestuário masculino, este dividia-se segundo era costume dizer-se em "fato de ver a Deus" (domingueiro) e de trazer (do dia a dia). O primeiro consistia na "japona" (casaco) de baetão tecido na terra, da própria cor da lã, castanha ou preta, da "calça de alçapão" (calça sem braguilha, abotoada aos lados) terminada em boca-de-sino e camisa de linho; a segunda de uma 'froca' (casaca abotoada até ao pescoço) de zuarte ou estopa e calça do mesmo pano, ou ainda camisola de baetão na cor natural da lã, descendo até meia coxa, abrindo somente no pescoço, e calça de estopa estreita no tornozelo.

Com a vinda de roupas dos Estados Unidos, de familiares emigrados, introduziu-se o "alvaroz" (do inglês americano *overalls*), calça larga que se vestia sobre outra, feita de ganga, e depois em forma de "suit" com peitilho e suspensórias. O mesmo aconteceu com o "alvacôto" (redingote ou sobretudo — em inglês *overcoat*), também com a mesma procedência mas que não chegou a vulgarizar-se.

De todo o traje antigo masculino, a cobertura da cabeça constituiu a parte mais original e de maior destaque. Usava-se o "barrete de borla" e a "carapuça de meia", " o "barrete de campanha" e o "americano".

O primeiro, segundo a tradição, foi o mais antigo de todos. Tinha o formato de saco cónico de lã, azul-escuro ou preto, com a abertura circundada a branco e terminando numa borla da mesma cor. Era justo na cabeça, caindo parte sobre o ombro.

A "carapuça de meia" assemelhava-se a um grande solidéu e era em regra usada só pelos mais velhos.

O "barrete de campanha", de maior agasalho, era feito de pano grosso de lã da mesma cor dos anteriores (azul), tinha a parte superior com o formato de calote esférica que ajustava na cabeça, prolongando-se para os lados em abas arredondadas que cobriam as orelhas e para trás numa outra aba de maiores dimensões, caindo sobre os ombros (semelhante ao que então se usava também em São Miguel e que hoje podemos ver no seu traje tradicional, apenas diferindo a cor do tecido).

Mais tarde foi usado o "barrete americano" de pano preto e grosso de lã, com pala do mesmo tecido, entretelado, tendo duas abas laterais que abotoavam no alto da cabeça e por debaixo do queixo nos dias frios.

Seguiu-se depois o boné de tipo inglês que ainda de vê. Um e outro foram introduzidos com o regresso dos emigrados para a América do Norte.

O chapéu de feltro preto (raramente castanho ou creme) era apenas usado, com o traje domingueiro, pelos homens mais abastados que no século XIX envergavam calça preta e casaco escuro, camisa branca , suspensórios ou colete do mesmo pano do casaco.

A boina redonda de feltro de lã, de cor preta ou azul-escuro também aparece na primeira metade do século passado e era usada pelos rapazes para a missa e festas.

De toda a cobertura da cabeça, porém, a mais usada durante os trabalhos agrícolas, desde as últimas décadas do século XIX, foi o chapéu de palha de trigo entrançada, fabricado na ilha e conhecido pelo nome de "abeiro".

Em 1950 era ainda muito usado pelas raparigas do campo no verão, em dias de semana. Tinha umas abas grandes para resguardar bem do sol, não por cuidado com a pele mas porque se exigia que as moças de bem fossem "brancas" e também com algum peso, de acordo com o ditado "dá-me gordura, dar-te-ei formosura" ao que eu acrescentaria "e brancura".

Como já referi o povo andava em regra descalço. Segundo o seu modo de pensar, a cobertura dos pés era considerada um luxo escusado e dispendioso, além de ser prejudicial à saúde e muito inconveniente na travessia de grotas e ribeiras e no trânsito por caminhos íngremes e escorregadios. Somente os velhos traziam os pés, com ou sem meias, resguardados do chão por grosso couro atado no peito do pé e no tornozelo, a que chamavam "albarcas" (nalguns lugares também conhecidas por alpercatas).

Os novos e saudáveis continuaram descalços e alguns houve que, durante toda a vida, apenas se calçaram por três vezes — no dia da primeira comunhão, no dia de embarque para o "castelo" (serviço militar) e no dia do casamento.

O hábito de andar calçado na América, fez com que aqueles que regressavam mantivessem o uso, com sapatos de lá trazidos.

Limitado de começo àqueles a quem o hábito, a doença ou a velhice não permitiam que andassem descalços, o uso do calçado estendeu-se depois a grande parte dos homens do campo. Assim, já a meados do século passado era vulgar nos trabalhos agrícolas, utilizarem-se os "caturnos", fabricados na ilha com "atanado"(espécie de couro grosso), tendo uma sola com dois centímetros de espessura, protegida por cardas ou ferraduras apropriadas, ou então com sola de madeira de cedro cercada de arco (folha de ferro), também conhecidos por "tamancos" . Com esta espécie de calçado, traziam meias de lã (tricotadas com várias agulhas) ou então os pés envolvidos em tiras de pano grosso de algodão (costume americano), para evitar o suor nos mesmos.

Os mais novos nunca fizeram uso destes "caturnos" ou "tamancos", trabalhando descalços até muito tarde.

As mulheres doentes ou velhas, traziam "chinelos d'arelo" (ourelo) ou galochas (tamancas de meter o pé) com sola de madeira e cobertura de couro ou pano.

Numa época mais recuada, as meninas da "mesa do Senhor" (nome dado à primeira comunhão e mais tarde à comunhão solene) traziam vestido simples de "petinguil" (qualidade de chita) azul ou outra chita clara semeada de pintas de cor diferente, véu branco, em regra passado de mães para filhas, caído ao longo das costas até ao joelho e rematado no alto da cabeça por uma grinalda de flores brancas artificiais confecionadas com tecido de seda e cera, meia de algodão e sapato de couro da terra (pele de vaca ou de cabra). Os meninos vestiam mais pobremente ainda: casaco e calça comprida de flanela de cor, camisa branca, sapato preto e boné.

Para o casamento as raparigas traziam, nos tempos mais recuados, "capote-redondo" (algumas vezes emprestado), lenço branco na cabeça e sapato preto; os homens, fato de lã de qualquer cor, chapéu ou boné e sapato. Depois (finais do séc. XIX) já se passou a usar o vestido comprido branco de cassa ou seda, véu branco por vezes chegando aos pés, grande ramo cobrindo a saia do vestido, grinalda de flores de laranjeira (artesanais), sapato raso escuro, e os homens vestiam fato de pano escuro, camisa branca, gravata (curta e nó largo) e chapéu de feltro preto com sapato escuro.

# DO NAMORO AO CASAMENTO PASSANDO PELO PREGÃO DAS VISITAS
## (retrato social dos finais do século XIX na ilha das Flores)

*António Maria Gonçalves**

Desde o dia do ajuste dum casamento, a má-língua tão frequente nesses tempos e por estes nossos meios, entrava em ação. Até então nada havia a dizer dos namorados, apontando-se-lhes depois, todos os defeitos possíveis e imaginários, confirmando o ditado que nesses tempos era corrente ouvir-se:

" se queres dar que falar, mete-te a casar"

Era talvez por essa razão que os noivos já não assistiam à "leitura dos proclamas"(pregões feitos durante a missa a comunicar a "*pretensão de dois nubentes em contraírem matrimónio*") na igreja, pois ao sair dessa seriam alvo de cochichos e sorrisos cheios de malícia e intriga… Ainda está para se entender o porquê dessas atitudes tão generalizadas e que aconteciam por toda a parte nas nossas pequenas comunidades, nos finais do século XIX, inícios do século XX. Nesses tempos, os três pregões (anúncios feitos pelo padre durante três missas, em três semanas seguidas, a avisar o futuro casamento e a pedir a todos os que iam à missa — nesses tempos quase todos — que denunciassem a união, caso conhecessem algum impedimento que o justificasse), eram festejados com bailaricos em casa da noiva, assistindo o noivo e pessoas das relações de ambos. Mais tarde passou a ser apenas festejado o segundo, chamado "pregão das visitas". Nalgumas freguesias havia o costume de serem convidados apenas jovens solteiros de ambos os sexos, não deixando de assistir pessoas casadas amigas, estas então dispensadas de convite.

Era costume dizer-se que "um convidado leva dois" e que "o dono da casa põe os três na rua". Isso para ilustrar como quase todos acabavam por fazer parte do evento.

---

* Político e autodidata. Investigador das tradições da ilha das Flores.

Imaginemo-nos pois na casa da tia Catrina, na tarde de hoje, para assistir ao "pregão das visitas" do João da Canada.

Amanhecera um pouco tarde, apesar de estarmos em pleno mês de Junho; um dia nublado e abafadiço… O João saíra de casa em mangas de camisa e fora sentar-se à Boca da Rua, ponto de reunião dos homens do sítio, ao lado de dois velhos que conversavam animadamente sobre a caça da baleia há pouco tempo iniciada. Trazia camisa azul-claro. De pouco a pouco puxava desajeitadamente o tufado das mangas, presas acima dos cotovelos por ligas vermelhas orladas de amarelo. Cobria-lhe a cabeça um chapéu de feltro cinzento-claro, com fita da mesma cor, cuja larga aba estava em contraste com a pequena copa em forma de meio-coco; uns suspensórios de cetim escuro seguravam-lhe a calça demasiado avantajada para ele, caindo-lhe em dobras sobre os grandes sapatos avermelhados quase novos.

Como o João não se manifestasse interessado na conversa, um dos idosos encaminhou-a para a vida na América, interrogando-o sobre a sua estada naquele país. O interrogado, apesar de lá ter ganho muitos centos de dólares, não gostara dos Estados Unidos. Muitas vezes se desejara na sua terra, principalmente quando no cais de Providence, onde desembarcara, se vira no meio de tanta gente, sem entender uma palavra… Estivera mais de uma hora encostado a um guindaste tocado a fogo, sem saber o que fazer de si. Tinha fome. Por sorte aparecera-lhe, um homem que a ele se dirigiu perguntando-lhe o que fazia ali. Que alegria! Era um patrício que dissera ter uma casa de pasto por ali. Parecera-lhe um anjo do céu. Abraçara-o repetidas vezes. Depois de lhe dizer que não sabia para onde ir, aquele levara-o para sua casa onde estivera "de bordo" alguns dias, até que lhe arranjou trabalho num rancho. Era trabalho muito pesado para um "grine" como ele. "Jampava" erva todo o dia e quando chegava à noite estava moído que nem sal. Depois passara a ordenhar vacas. Tinha aos seus cuidados mais de vinte e depois de as mungir ficava com os pulsos abertos que mal podia fechar as mãos. Em poucos meses aprendera a língua o bastante para se entender com o patrão. Mais tarde mudara de lugar, indo para Nevada pastorear ovelhas.

O João ia continuar a narração quando o sino da igreja tocou as "picadas" para a missa do dia. Levantou-se e partiu apressadamente.

Tinha que ir à igreja para levar a Coroa do Senhor Espírito Santo, a convite de um amigo que dava uma "sorte" naquele domingo. Entrou em casa para pegar num casaco que foi vestindo pelo caminho.

Fora da porta do "Imperador" já o esperava o "Alferes da Bandeira", as pessoas convidadas para as "varas", os "foliões", além de outras pessoas convidadas para acompanharem o Divino e para o jantar.

A Imperatriz veio entregar-lhe a coroa e todos se puseram em marcha. O João ia todo presumido no meio do quadrado formado pelas quatro varas, levando a coroa na mão direita, ao lado do Alferes da Bandeira. Os foliões rompiam os ares com os seus cantares.

Depois de a coroa ter sido entregue à mão do pároco, que a colocou sobre o altar, João saiu para o adro para não ouvir ler, depois do evangelho, o seu segundo pregão.

A missa foi rezada como de costume nos domingos que não fossem de festa.

De casa da tia Catrina ninguém fora àquela missa. Preparava-se o jantar mais cedo para se estar na sala ao meio dia, hora em que começavam a chegar as visitas.

O tio José viera sentar-se em mangas de camisa, na soleta da porta e adormecera embalado pelo canto da filha mais nova que à janela se acompanhava à guitarra. Sentada numa cadeira à banda de dentro da porta que estava aberta, a Ana, servindo-se do cabo de uma colher, esforçava-se para meter os pés nos sapatos novos pois aqueles estavam pouco habituados a tanto luxo.

Aos passos do João pelo pátio e à voz da mulher aflita com a chegada deste, o tio José vestiu atabalhoadamente o casaco e foram ambos entrando para casa. Desculpando-se pela demora no "gueste", foi sentar-se ao lado da noiva sem dizer uma palavra.

As visitas foram chegando aos poucos, indo todos dar os parabéns aos noivos. Chegou também o pai do noivo que o dono da casa encaminhou para o aposento contíguo aonde poderiam falar mais à vontade sobre o seu gado e as suas sementeiras…

Entretanto, pela porta da cozinha entraram duas solteironas, daquelas que frequentavam esses lugares somente para tudo observarem e depois poderem criticar com as demais.

Não tardou a chegar a viola que tinham ido buscar à casa onde estivera o Espírito Santo e se bailara toda a semana.

O tocar rasgado da viola veio despertar o entusiasmo dos mais jovens. Foram pedir licença para começar a festa, que foi logo de bom grado concedida.

A sala estava cheia de raparigas e era o mais amplo compartimento da casa, feito em maior tamanho de propósito para estas ocasiões e para as festas de Espírito Santo, como era costume. Os rapazes apinhavam-se fora da porta entrando à medida que iam "tirar par". Alguns ficavam aguardando a sua vez ou esperando que fossem escolhidos pelas raparigas que, nesses casos, tinham todo o poder de escolha. Todos queriam ser vistos, pois "quem não é visto não é lembrado".

Deu-se início à Chamarrita. O calor sufocava. Apesar disso só se parava de bailar para trocar de pares, e, bailho atrás de bailho, assim ia andando a tarde, animada, com largos sorrisos nas caras de todos os dançarinos. Os rapazes para não mancharem os vestidos das raparigas (e por pudor, também sabendo que estavam sendo muito observados) apenas seguravam-nas na cintura com o polegar da mão direita.

Os noivos continuavam sentados a par, sem proferirem uma palavra. Já ia o bailho mais de meio, quando, para os tirar daquele mutismo impróprio de quem estava para casar, foi preciso a tia Catrina pedir ao João que fosse bailar com a Ana.

O João era fraco bailador, mas para fazer a vontade à futura sogra, e admitindo ser esse o seu dever, levantou-se, levando consigo a Ana.

Do lado da porta começaram a cantar. O tocador da viola foi o primeiro:

*A viola quer que eu cante,*
*as cordas que eu espaireça,*
*só o ladrão do meu amor*
*à força quer que eu padeça.*

Outros rapazes imitaram-no com as seguintes quadras:

*Se fores à Califórnia*
*leva cartas de jogar,*
*Califórnia é um inferno*
*onde as almas vão penar.*

*Caminhei prá Califórnia*
*numa riqueza a sonhar,*
*voltei pobre à minha terra*
*para aqui vir acabar.*

Agora umas, logo outras, quase todas as pessoas bailaram, excetuando as duas solteironas que nunca foram "tiradas" e uma outra rapariga que fora proibida pela mãe se o namorado aparecesse na casa dos noivos.

Ao anoitecer acabou a festa, retirando-se os convidados.

Com todo esse distanciamento físico e quiçá muita frieza emocional, o relacionamento dos namorados nessa altura era assim. Havia a intuição de que poderiam ser bons no futuro um para o outro, que se poderiam sustentar e criar família e, com esse calculismo prático, acreditava-se que o resto viria depois, pois assim já tinha acontecido com os pais e avós; era essa a lógica subjacente a um casamento nesses tempos. Demais, já eram conhecidos o suficiente, pois eram da mesma freguesia e quando não, estavam bem recomendados por pessoas idóneas que os conheciam.

Aqui com o João e com a Ana, já estávamos num ponto avançado do relacionamento pré-conjugal, nesses tempos longínquos onde o namoro era em toda a ilha, um tempo necessariamente feito para ser cumprido com paciência e muita prudência e respeito.

Começava por uma troca de olhares à distância que, ou se tornava aborrecida e acabava, ou persistia e o rapaz procurava ver a rapariga à entrada para a igreja, na janela ou no regresso da fonte, sempre a respeitável distância. Isso durava quase sempre longos meses sem que houvesse uma troca de palavras, muito menos uma conversa que pudesse insinuar algo que fosse mais ousado.

O rapaz, se via ali um bom partido, enchia-se de coragem e procurava encontrar-se com a moça, que no seu subconsciente já era sua namorada. Falava-lhe então em casamento em termos muito formais, de forma direta e objetiva. A rapariga por sua vez, se lhe agradava o pretendente (e nessa altura com certeza que lhe agradava pois caso contrário já nem lhe daria a oportunidade de aproximação), autorizava-o a falar aos pais, com a condição de previamente saber se estariam de acordo. Ia para casa, consultava os pais, que, se por qualquer motivo não simpatizavam com o seu pretendente, proibiam a filha, que deixava de lhe aparecer, "carregando-o de abóboras" e ficava o caso arrumado até que aparecesse outro pretendente. Quando a teimosia da filha era persistente, autorizavam, mas debaixo de muitos rigores, criando por vezes mau ambiente entre todos os intervenientes e animosidades por vezes insanáveis.

No caso de consentirem, autorizavam a filha a comunicar-lhe a sua aceitação mediante condições de respeito absoluto e sempre com apertada vigilância. O namorado procurava então uma pessoa idónea, que o acompanhava a fazer o pedido de casamento, em regra de noite, ou ia só falar aos pais que o recebiam na presença de toda a família, à exceção da noiva, que só depois era chamada e notificada do objeto da visita. Então os pais consentiam por especial deferência que o pretendente pudesse falar com a filha do lado de fora da janela e aos domingos e dias santos em casa, na presença de um familiar.

Estas visitas eram muito caricatas. Os noivos, armados em simples figurantes, apenas entravam na conversa encetada e mantida pela pessoa que os acompanhava com uma ou outra palavra. A visita era curta e formal com o pedido da mão da rapariga para o rapaz e com algumas palavras que deixassem a garantia da boa intencionalidade do pretendente. Digamos que funcionava como um aval nesse contrato que se estava a formalizar.

Alguns dias depois dessa visita, em regra num domingo, os pais da noiva, acompanhando-a, iam participar à família do noivo aquilo que eles já sabiam: que a sua filha tinha sido pedida em casamento.

A data do casamento era fixada, muitas vezes, no dia do pedido.

Então a noiva, quando podia, comprava o seu enxoval, comparticipado pelos pais, quando não, era o noivo que concorria com a despesa de acordo com o costume de freguesia para freguesia. Não era ao acaso que se escolhia o dia do casamento. Havia dias e meses que o povo repudiava para tal ato. As terças, quartas e sextas-feiras são dias aziagos; a quaresma tempo de luto, o mês de Agosto trazia desgosto, etc..

Dois dias antes preparava-se a boda em casa da noiva. Tinham-se feito rosquilhas, pão-leve, esquecidos, suspiros e raivas, para mandar às pessoas amigas e para o jantar dos noivos.

Os noivos tinham ido à igreja para serem examinados sobre a doutrina cristã e confessarem-se. Era a primeira vez que tinham saído sós. O João ia tão acanhado que nem sabia o que dizer. Só falara quando a noiva, já perto da igreja, lhe perguntou se sabia a doutrina, respondendo-lhe que estava muito esquecido, claro já contando com o seu suporte e ajuda nesse primeiro momento a dois em frente do padre.

Na volta para casa estava mais senhor de si. Falou-lhe que tinha comprado uma junta de bois, que a Malhada dava agora oito litros de leite a cada volta e que, quando estivessem casados, lhe compraria uma mantilha para levar à missa e umas "selipas" para ir à fonte de inverno.

Quando entraram em casa, a tia Catrina estava dispondo sobre uma mesa as ofertas que tinham enviado à noiva enquanto estivera na igreja.

Na véspera tinha enviado, por umas pequenas, os presentes às pessoas mais íntimas: uma rosquilha, como era uso, e um exemplar de cada um dos doces a usar na boda: suspiros, raivas e esquecidos. A mãe do João era da opinião que se tivessem cozido pãezinhos de "massa da noite" para os presentes, como se usavam nalgumas freguesias, saía mais barato.

Ao princípio da tarde, a noiva, acompanhada de algumas amigas, foi a casa da futura sogra preparar o quarto dos noivos. O João tinha ido apanhar comida para o gado comer no dia seguinte. A mãe parecia não estar satisfeita com as mudanças feitas, nem

com o luxo com que o estavam preparando. Segundo o seu ver, a colcha de seda que a Ana trouxera, devia guardar-se para enfeitar a janela quando passasse Nosso Senhor aos Enfermos, e demais, para quê tanta coisa para um só dia?

De regresso encontraram a tia Catrina a preparar o "debulho" para as galinhas que pretendia assar no forno para o jantar dos noivos. Já tinha ido a casa da comadre e cunhada, pedir emprestados alguns talheres e copos.

À boquinha da noite, o Tio José viera sentar-se no pátio como de costume, à espera que o chamassem para a ceia. Em casa estava um "bafão" dos diabos.

A tia Isabel, avó da Ana, com o seu inseparável rosário entre os dedos, viera também sentar-se à janela da sala. Rezava, olhando a lua que vinha nascendo, iluminando-lhe os cabelos de neve que saiam debaixo do seu lenço preto de viúva.

Um pouco mais dentro, sentada numa cadeira de embalar, Maria, a filha mais nova, dedilhava a sua guitarra, lembrando-se talvez que esse era provavelmente o seu último dia de descanso, pois no dia seguinte começaria para ela uma nova vida. Até ali limitava-se a fazer as camas, varrer a casa e fazer renda, agora teria de ir à fonte, lavar roupa e "corrê-la" (passá-la a ferro).

Ouvindo a filha a ensaiar na guitarra uma canção antiga que ele às vezes cantava, começou a entoá-la a meia voz. Era a "Venda", uma toada que aprendera na Fajãzinha, quando criança. Tinha pena de se ter esquecido de alguns versos. Faltavam-lhe as quadras correspondentes a várias letras, pois que todas as quadras se iniciavam por uma letra do alfabeto e haviam versos para todas elas. Cerrou os olhos e, com a sua voz roufenha, lá foi cantando enquanto se lembrou:

*__A__s gentes que vivem,*
*de todas as classes*
*estão com disfarces*
*na venda, senhora.*

*__B__eatas então*
*e mal confessadas*
*jogam às bofetadas*
*na venda, senhora.*

*__C__aixeiros e amos*
*com contas erradas*
*jogam às marradas*
*na venda, senhora.*

*Doutores e letrados*
*com seus caracóis*
*fazem "alvarois"*
*na venda, senhora.*

*Escrivães e serventes*
*com seus ajudantes*
*se fazem constantes*
*na venda, senhora.*

*Frades infinitos*
*imensos devotos*
*alimpam os pratos*
*na venda, senhora.*

*Ganhadores só*
*não têm pra comer*
*mas têm pra beber*
*na venda, senhora.*

*Homens e mulheres*
*rapazes e meninos*
*fazem desatinos*
*na venda, senhora.*

*E de tudo isto*
*de nada me isento*
*que também me assento*
*na venda, senhora.*
*……*
*Meninas bonitas*
*com saias marrafas*
*despejam garrafas*
*na venda, senhora.*

Quando abriu os olhos, encontrou na sua frente o futuro genro que o escutara com atenção. O tio José, um pouco enleado, começou a falar em terras, acabando na Lua, que dizia ia ser nova perto da meia-noite e que… A voz da tia Catrina chamando-o para cear pôs termo à conversa. O João despediu-se depois de agradecer e recusar o convite para entrar e participar na refeição.

A ceia decorreu silenciosa. A tia Catrina não se cansava de olhar para a filha mais velha e por vezes as lágrimas chegavam-lhe aos olhos, lembrando-se que era a última noite que ceavam juntos. Depois da oração do costume, a Ana levantou-se, começou a colocar na sua caixa de madeira, a sua roupa e os objetos que lhe tinham oferecido. Fazia-o porém sem entusiasmo, na sua alma, um misto de dúvidas e medo do que a esperava, juntava-se ainda a uma saudade antecipada da sua casa e dos familiares. A mãe notara-o e sustendo a custo as lágrimas disse:

– Ó Ana, parece-me que não estás satisfeita com o teu casamento? Olha rapariga, minha avó que Deus tenha, dizia que até entrar na igreja, havia remédio. Se o João não te agrada, não cases.
– Eu, minha mãe, tanto me faz casar com o João como com qualquer outro, demais é a vontade de meus pais… creio que hei de dar-me bem com ele.
– Espero que sim. É trabalhador e bom rapaz, além disso trouxe da América dezoito centos pesos, segundo dizem…

Os primeiros alvores da madrugada do dia seguinte encontraram toda a família da noiva a pé. O tio José assomara à porta e sorria-se. As barras vinham avermelhadas dar-lhe a confirmação de mudança de tempo. Chuva pela certa.

Em casa do noivo também se madrugara. Era ainda noite quando o João saíra a ordenhar a vaca, donde voltou depressa para a mãe ferver o leite para o almoço.

Enquanto os pais almoçaram as suas sopas de bolo e leite como sempre, vestira o seu melhor fato e debruçara-se na janela à espera dos padrinhos e amigos que o deviam acompanhar a casa da noiva e dali à igreja.

Voltemos a casa da tia Catrina. A noiva, vestida de branco e com chinelas da mesma cor, volta-se de um lado para o outro a pedido da avó, que deseja ver como lhe fica o vestido.

– Adiante vaia quem to fez! Ficas mesmo uma joia! Mal-empregado ser só para um dia! Teu pai deve ter gasto poderes de dinheiro. Está uma perfeição! Hades aproveitá-lo quando uma filha tua passar à mesa do Senhor! Dizia-me minha mãe, que, no seu tempo, as raparigas casavam de capote redondo e lenço e, em lugar de chinelas, usavam sapatos de duraque preto. Quando me casei já se usava véu como o teu, mas nem todas o podiam comprar. Casavam com mantilha. O teu avô, apesar de pobre, era muito "puxoso" e comprou-me um véu, que emprestei depois a outras raparigas mais pobres.

Neste momento dava entrada na sala o pai da noiva, seguido da filha mais nova que trazia na mão um colarinho e uma gravata.

O tio José praguejava, pois não queria pôr aquele trapo ao pescoço. Não estava habituado àquilo, queria andar à sua vontade.

Foi necessário intervir toda a família para resolver o assunto.

Quando chegaram os primeiros convidados, ainda andavam as raparigas penduradas ao pescoço do pai, rindo a bom rir das carantonhas que ele fazia ao sentir roçar-lhe a pele nos bordos do colarinho engomado.

O João também chegou com os padrinhos e convidados. Faltavam somente os padrinhos da noiva que, como pessoas ricas que eram, tinham o hábito de se fazerem esperar. A culpa tinha-a toda a tia Catrina, que à imitação de alguns pobres ambiciosos, tinha convidado senhores para apadrinharem a filha só para terem a vaidade de chamar-lhes:

– Senhor compadre Fulano; senhora comadre Beltrana.

O casamento estava marcado para as oito horas da manhã como era habitual entre as classes pobres. Os ricos casavam muito mais tarde e os viúvos antes do nascer do sol. Só

perto das 9 horas chegaram os padrinhos da noiva e o cortejo seguiu então para a igreja, tendo feito o percurso maior para evitar uma travessa que diziam de mau agouro para os noivos.

O padrinho da Ana abria o cortejo, levando-a pelo braço, sendo seguido pelas madrinhas dos noivos e algumas raparigas. Logo atrás, o noivo acompanhado pelo padrinho, pai, sogro e alguns amigos.

Nas ruas amontoavam-se as pessoas para verem passar os noivos. No adro e na igreja, várias raparigas esperavam-nos, umas para verem como a noiva ia vestida, outras para verem as figuras que fariam quando casassem.

À entrada da igreja, foram recebidos por um repique de sinos, tocado pelo melhor sineiro das redondezas — o António Peixinho que, com o senhor padre, haviam recebido um presente da praxe bem avantajado, por isso poderiam esperar um pouco mais.

Depois da cerimónia religiosa, saíram todos em direção à casa da noiva. De algumas janelas atiraram sobre os noivos pétalas de rosas e confeitos em vez de trigo como antigamente.

Uma chuva miudinha fez alargar o passo aos noivos. A madrinha da noiva, muito prazenteira, dizia que "viagem chuvosa era venturosa".

Ao entrar no pátio, a tia Catrina adiantou-se para pôr a mão à porta e gritou-lhes: — Aviem-se! Aviem-se! Ó Ana, arregaça a saia senão ficas toda "enrabiada"!...

A chuva, a cada instante aumentava de intensidade, o que dava alegria ao tio José que a tinha previsto e tinha dito aos companheiros ser "a Mão de Deus "que estava caindo sobre as terras.

O jantar estava na mesa. Os noivos sentaram-se à cabeceira ladeados pelos padrinhos e depois os convidados.

À sobremesa e em cumprimento do costume usado nos casamentos, a noiva partiu o primeiro bolo, de que comeu uma pequena parte da fatia, distribuindo o resto pelas raparigas presentes. Nalgumas freguesias, as raparigas guardavam a parte que lhes cabia como precioso talismã com a esperança de terem um casamento próximo.

Findo o jantar (refeição) desviou-se a mesa para dar lugar à Chamarrita, ajeitando-se as cadeiras em volta da sala onde as convivas se sentaram.

Desta vez, cumprindo-se o ritual, foi o noivo o primeiro a ir para o terreiro, tendo como par a madrinha. O padrinho também foi convidar a noiva para seu par. Esta, porém, antes de ir dançar, foi tirar o véu e a grinalda, arrancando desta os botões de cera imitando flor de laranjeira, dando um a cada rapariga. Quando possuíssem sete botões em outros tantos casamentos, era para breve o seu noivado.

O tio José, aliviado sem o colarinho e a gravata, que fizera sair pela cabeça, foi à cozinha, trazendo consigo a tia Catrina para bailarem uma Chamarrita. Estava alegre e expansivo devido ao efeito do vinho que bebera e que não estava habituado. Enquanto bailava cantou a seguinte quadra:

*Minha vida, minha vida,*
*minha vida desgraçada,*
*do nascer ao por do sol*
*sempre agarrado à enxada.*

Depois de desesperados esforços, o João, bastante desafinado cantou:

*Ó Ana, três vezes Ana,*
*ó Ana feita de cera,*
*ó Ana quem fosse lume,*
*lume que te derretera.*

Os bailadores também cantaram as seguintes quadras muito em voga na Fazenda das Lajes e Lajes, e também nos Cedros:

*Senhor noivo, dai-me um goivo*
*e mandai-mo apanhar,*
*essa rosa que vós tendes*
*Deus vo-la deixe gozar.*

*Senhor noivo, dai-me um goivo*
*dessa vossa goivaria —*
*eu ainda espero em Deus*
*de ser noivo algum dia.*

*Eu vos saúdo ó noivos.*
*Vossas personagens mimosas,*
*que a vida para vós seja*
*uma estrada de rosas.*

*Senhor noivo, dai-me um goivo*
*ou deixai-mo apanhar;*
*a prenda que tendes à direita*
*Deus vo-la deixe gozar.*

*Ora viva o senhor noivo*
*os anos que quiser,*
*viva também essa rosa*
*que Deus lhe deu por mulher.*

*Ora viva o senhor noivo*
*os anos que ele deseja,*
*viva também essa flor*
*que ele foi buscar à igreja.*

*Tudo o que vos desejo*
*me parece sempre pouco,*
*que vivam dúzias d'anos*
*na companhia um do outro.*

Lá fora, o tempo melhorara um pouco, aparecendo o sol de pouco a pouco por entre as nuvens que peneiravam uma chuva miudinha e brilhante. Uma das moças diz em voz alta: "As feiticeiras estão se casando!", por haver chuva e sol ao mesmo tempo.

A festa continuou animada até ao entardecer, altura em que começaram a retirar-se os convidados um a um. Todos desejando aos noivos muitas felicidades.

Na sala ficou a Tia Isabel (avó) e os recém-casados, que, silenciosos, olhavam-se de pouco a pouco, com aquele olhar cheio de espectativa, receio e ansiedade. Foi a boa velhinha quem quebrou o silêncio, dizendo-lhes que se fosse nalguns lugares da ilha os esperavam à noite um "toque de latas". O noivo desconhecia o que isso fosse, fazendo com que a tia Isabel lho explicasse assim: — Parece que o costume das latas veio dos Estados Unidos. Na noite do casamento, a um toque de buzina, reúnem-se vários rapazes não muito distantes das casas dos recém-casados, munidos de latas, buzinas ou outros objetos de percussão ou barulhentos, fazendo uma inferneira medonha, batendo latas, buzinando e assobiando até que lhes venham abrir a porta, dando-lhes vinho ou doces. Se os noivos tomam a ação como indesejável e não lhes abrem a porta o barulho continua até altas horas da noite e pelo espaço de nove dias! Na freguesia de Ponta Delgada, por exemplo, os rapazes muniam-se de ofertas para os noivos. Se não lhes abrissem a porta, contassem com a novena de latas!

Era já noite quando o João e a Ana se despediram.

A tia Catrina havia mandado para casa do genro a caixa de cedro que era da filha e uma cesta com doces para comerem no dia seguinte. Por entre lágrimas dizia: — A minha casa ficou às escuras com a saída da minha querida Ana!

## Glossário

**estar de bordo**: estar hospedado.
**jampar**: arremessar; padejar.
**picadas**: toques repenicados.
**gueste**: banquete.
**selipa**: chinela de quarto (do inglês *slipper*).
**bafão**: grande calor, geralmente húmido.
**puxoso**: escrupuloso.
**enrabiada**: molhada.

# GEOPOLÍTICA
# E
# GEOESTRATÉGIA

# A NOVA ORDEM INTERNACIONAL E A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DOS AÇORES*

*José Alberto Azeredo Lopes***

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, de agradecimento, pelo convite que o Instituto Histórico da Ilha Terceira amavelmente me dirigiu para participar na série de palestras sobre o contexto geoestratégico e geopolítico dos Açores no quadro dos interesses desta Região Autónoma e da política externa portuguesa. Mas também, para além disso, pela compreensão e tolerância relativamente às circunstâncias que fizeram com que só hoje me fosse possível estar aqui. O meu muito obrigado, portanto, ao senhor Presidente do Instituto Histórico, João Maria de Sousa Mendes.

Permitam-me que comece por sublinhar que em 2016 passaram quarenta anos sobre a data em que foi inscrito na Constituição da República o modelo de descentralização política que designamos como autonomia político-administrativa. Tenho, por isso, de realçar o quanto esta realidade é desígnio de Portugal e impregna o nosso sistema constitucional. Hoje, serenamente integrada a autonomia na nossa cultura política colectiva, cabe continuar a enriquecer a experiência autonómica através do desenvolvimento económico-social e da promoção e a defesa dos interesses regionais, a par e em paralelo com a defesa daqueles que são, mais em geral, os interesses nacionais. Porque não são contraditórios, antes se integram nestes. Isso significa também, por outro lado, continuarmos a reforçar a participação democrática dos cidadãos, consolidando a unidade e o progresso do nosso País.

Trata-se, portanto, de continuar a rasgar horizontes. E, convenhamos, horizontes — digo-o sem ironia —, é aquilo que não falta aos Açores! Talvez um dia nos encontremos para falar destas ilhas que foram berço de Antero, de Natália, de Nemésio; do Nemésio

---

* Por solicitação do Instituto Histórico da Ilha Terceira, apresenta-se versão sistematizada e adequada a publicação dos principais temas abordados na palestra proferida pelo Ministro da Defesa Nacional no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a 12 de março de 2018.

** Doutorado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa. Professor da Faculdade de Direito da UCP no Porto. Ministro da Defesa Nacional

que tão profundamente sentiu e descreveu a "açorianidade", essa espécie de alma, essa espécie de ontologia insular, essa espécie de lonjura que nunca foi alheamento, designadamente dos interesses nacionais.

Hoje, contudo, aceito que de uma maneira muito menos entusiasmante, venho falar-vos enquanto Ministro da Defesa, dos horizontes que se abrem para os Açores. Faço-o com gosto, ciente que estou da honra e da responsabilidade que as funções que exerço acarretam, e faço-o também forma convicta.

Com efeito, é desse compromisso de abertura que as opções políticas que vêm sendo feitas, designadamente as respeitantes às Forças Armadas, são testemunho objetivo e verificável. Procurando-se, como sempre se tem procurado, recuperar construtivamente de um tempo que foi de relativo desinvestimento e de degradação das condições imprescindíveis para o exercício de uma das funções basilares do Estado.

É também sinal desse compromisso que o Ministério da Defesa e o Governo venham preconizando uma atuação em complementaridade e em concertação, no que ao Continente e às Regiões Autónomas diz respeito, como de resto compete e se impõe, em nome da unidade do Estado e dos interesses nacionais.

Esta opção tem, desde logo, duas grandes implicações: abre novas possibilidades para a ação das regiões autónomas e garante mais e melhores condições para uma intervenção mais ativa e consequente do Estado.

Ora, o pensamento que lhe subjaz esteia também uma estratégia de ação política e de gestão dos recursos, tanto humanos como materiais e tecnológicos, que assegurem, nesta parte do território nacional, simultaneamente, as funções do Estado e o envolvimento dos Açores numa renovada e visível participação nas matérias que interessam ao País no seu todo.

Um dos processos em que essa valorização se apresenta como mais evidente é aquele que tem a ver com a extensão da plataforma continental portuguesa, neste momento em análise nas Nações Unidas. Com efeito, o contributo dos Açores para o eventual alargamento dessa plataforma e para a concomitante extensão da Zona Económica Exclusiva é nada menos que inestimável. Estamos a falar de uma vastíssima área cujo valor em recursos materiais e imateriais é incalculável, e são os arquipélagos portugueses, designadamente os Açores, que dão consistência e dimensão a esta pretensão portuguesa, interlocutores imprescindíveis que são para a melhor efetivação das competências nacionais que sobre ela passarão a incidir.

A possibilidade da existência de micro-organismos nas fontes hidrotermais no fundo do oceano (relevantes para a investigação científica, nomeadamente, e desde logo, para o desenvolvimento de fármacos); as excelentes condições que o arquipélago oferece para o abastecimento de navios com gás natural liquefeito, o combustível exigido no âmbito do projeto "COSTA": nestes e noutros aspetos, como o que tem a ver com a atividade piscatória nacional, reside muito do futuro dos Açores, que se quer próspero, porque não é senão o futuro merecido.

É por isso também que, para o Ministério da Defesa Nacional, o reforço das capacidades relacionadas com a segurança marítima – no mar, em terra ou no ar, são uma prioridade.

Permitam que aluda a alguns casos concretos que têm diretamente a ver com a relação entre a Defesa Nacional, a nova ordem internacional e a relevância geoestratégica e geopolítica dos Açores.

Depois de um longo período de intensas negociações com as entidades Europeias e com um largo conjunto de Estados-Membros da União Europeia, Portugal apresentou, em agosto de 2017, e concluiu, em janeiro deste ano, a sua candidatura a um programa que nos capacitará para integrar o grupo restrito de países europeus com capacidades e competências na área da monitorização, deteção e previsão das trajetórias de objetos em órbita da Terra. Trata-se do programa Europeu Space Surveillance and Tracking (SST).

A preparação da candidatura nacional foi liderada pelo Ministério da Defesa Nacional, que nela investe 1,4 milhões de Euros. Fê-lo em coordenação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que lhe dispensa um financiamento de 600.000 Euros, a Presidência do Conselho de Ministros e os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, como definido na Resolução do Conselho de Ministros 116/2017, publicada a 24 de agosto.

A suceder, a participação de Portugal capacitar-nos-á em áreas sensíveis e tecnologicamente diferenciadas; criará, sustentará e fixará competências e contribuirá para uma maior segurança nacional e internacional *no* e *do* espaço, enquanto único ambiente capaz de assegurar uma vigilância compreensiva das atividades humanas em terra e no mar.

Além disso, contribuirá para o desenvolvimento das regiões autónomas dos Açores e da Madeira: uma vez que Portugal assumiu o compromisso de aí edificar uma capacidade própria que contribua para o esforço europeu, terá condições para fazer um melhor aproveitamento e maximização das suas vantagens geoestratégicas, num investimento de que colherá, naturalmente, o devido retorno, incluindo no domínio da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico.

O SST insere-se, ao nível europeu, no ciclo de programação Europa 2020. Está alinhado com a Política Comum de Segurança e Defesa e configura-se como trave-mestra fundamental da política espacial europeia, porquanto dotará a Europa (à semelhança do que acontece com os EUA, o Japão ou a Rússia) de capacidades próprias de monitorização, caracterização e seguimento dos objetos na proximidade da Terra que podem constituir um perigo real, quer para as infraestruturas na sua órbita, como os satélites, quer para a segurança dos cidadãos.

Mais especificamente, o SST visa a previsão de impacto entre objetos em órbita, a redução do risco de colisão durante o acesso ao espaço, o cálculo do local de impacto e da pegada destruidora à superfície da Terra (em caso de reentrada de objetos na atmosfera) e a vigilância da atividade dos satélites não europeus que possam pôr em perigo a segurança e a defesa da Europa. Para isto, o programa interligará em rede os recursos europeus dispersos pelos Estados-Membros, criando, assim, uma estrutura cooperativa europeia capaz de mapear, seguir e estimar trajetórias de objetos espaciais, sejam satélites ativos ou lixo espacial.

O envolvimento político e o investimento da UE nos programas espaciais pode parecer, ao cidadão comum, uma aposta em qualquer coisa que, de distante, em nada o beneficia. Não é assim. Essa aposta reflete a importância estratégica do espaço não só para a economia, mas também para a segurança europeias; e reflete a necessidade de garantir a independência e a competitividade da Europa num contexto global e num cenário de tradicional dependência europeia dos sistemas e serviços de e para o espaço. Este será um dos quatro grandes programas da área do Espaço suportado pela União Europeia e executado pela Comissão Europeia, a par dos programas Galileo (navegação por satélite), Copernicus (observação da Terra) e GovSATCOM (comunicações governamentais por Satélite).

O desenvestimento norteamericano na Base das Lajes é um facto. É, além disso, um "facto" em que, como processo, não tem havido acordo pleno entre Portugal e os nossos amigos do outro lado do Atlântico.

Perante isto, podia cada um ficar na sua, cada um assistindo a uma lenta degradação daquelas instalações militares. Ou podíamos, como era nossa obrigação, ir pensando em outras soluções.

Foi isso que procurámos fazer.

Gostaria, com efeito, de destacar o projeto de estabelecer o Centro para a Defesa do Atlântico (CeDA), cujo conceito tem vindo a ser desenvolvido pela Defesa Nacional e mereceu a primeira apreciação concordante na Reunião de Conselho de Ministros do passado dia 8 de março. Hoje mesmo, aliás, visitámos instalações onde, cremos, o CeDA poderá ser instalado. Mas uma coisa é certa: naquelas instalações ou noutras, a decisão — a opção política, está tomada: o CeDA será localizado na Base das Lajes, na ilha Terceira.

O CeDA está focalizado no desenvolvimento de capacidades associadas à segurança no espaço atlântico, em especial no domínio segurança marítima *(security* e *safety)* e da ciberdefesa.

Com efeito, o Atlântico constitui um vasto espaço geopolítico e geoestratégico, que liga três continentes e inclui mais de cinquenta Estados costeiros, desde o Estreito de Davis no Atlântico Norte até à Antártida, no Atlântico Sul. A bacia do Atlântico contém aproximadamente 30% das reservas de petróleo e 35% das reservas de gás conhecidas, nomeadamente no Golfo da Guiné. Integra importantes rotas marítimas com destino/partida da Europa, da América e de África, sendo ainda o oceano atravessado pelo maior número de cabos submarinos de comunicações.

É, portanto, evidente a sua importância estratégica. O Atlântico constitui um meio de comunicação essencial para o desenvolvimento económico, mas simultaneamente um espaço onde as ameaças ao comércio marítimo, a exploração ilegal de recursos e a criminalidade transnacional organizada afetam a soberania dos Estados e a segurança dos seus cidadãos e, reflexamente, a segurança global.

Os desafios e as ameaças à segurança do Atlântico são múltiplos, complexos e de diversas fontes e natureza, desde o reforço crescente da presença de meios navais no Atlântico Norte até às rotas de narcotráfico da América do Sul/Central em direção à

África Ocidental, em trânsito para a Europa. Estes desafios, ainda que com uma evidente expressão no mar, carecem de uma abordagem holística, ou seja, no mar, em terra, no espaço aéreo e até no ciberespaço.

O CeDA deverá por isso ser de âmbito interagência e de natureza multidisciplinar. Constituirá um repositório de conhecimento e um ponto focal para a edificação de capacidades em países terceiros e para a integração de capacidades em países aliados, tendo em consideração as necessidades plasmadas nas diferentes estratégias de segurança vigentes no espaço atlântico.

Apostado no desenvolvimento de capacidades associadas à segurança no espaço Atlântico, com especial enfoque, por um lado, no domínio da segurança marítima, mas igualmente com um alcance nos domínios terrestre, aéreo e da ciberdefesa, o CeDA poderá colmatar lacunas existentes naquele espaço e representar uma importante mais-valia ao nível externo, permitindo contribuir para o reforço da afirmação de Portugal como produtor de segurança junto da ONU, da UE, da OTAN, da CPLP, da União Africana (UA), de aliados como os Estados Unidos da América e da comunidade internacional em geral.

Deste modo, o CeDA representerá uma mais-valia ao nível externo, e contribuirá para afirmação de Portugal como um ator privilegiado para desempenhar aquele papel, por reunir as dimensões histórica, cultural e institucional de relacionamento com os países da região atlântica e com as principais organizações internacionais com atribuições nestas áreas.

O desenvolvimento e a evolução da cobertura geográfica do Centro deverão iniciar-se pelos países da NATO, da UE, da UA, da CPLP com afinidade ao Atlântico, e alargar-se-ão progressivamente ao restante espaço Atlântico, incluindo o Golfo da Guiné e outros parceiros relevantes no Atlântico Sul, em reconhecimento da natureza indivisível desse vasto "fluido estratégico", congregando continentes.

O CeDA contará com a participação do Ministério da Defesa Nacional na qualidade de coordenador geral e entidade com capacidades operacionais diferenciadoras na área, mas também com o contributo, naturalmente, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como responsável pela ação externa e das relações de âmbito bilateral e multilateral. A dimensão externa da Defesa Nacional está (só assim faz sentido, como o Governo tem demonstrado; só assim se obtêm resultados positivos evidentes) alinhada com aquelas que são as opções de política externa do nosso País.

Além disso, haverá um contributo que se considera relevante e decisivo dos três ramos das Forças Armadas. Este é um aspeto no qual gostaria de insistir. O trabalho em conjunto e a interoperabilidade dos três Ramos das Forças Armadas é a pedra de toque neste projeto, em que, aliás, também, estará envolvido o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Porque a promoção e operacionalização de uma abordagem holística de defesa do Atlântico, ou seja, no mar, em terra, no espaço aéreo e até no ciberespaço, tem como pressuposto claro a aceitação do paradigma de que aqueles domínios operacionais (mar, terra, ar e ciber) estão hoje complexamente interligados e que, consequentemente, a abordagem aos desafios e ameaças que hoje em dia são colocados,

não está, por natureza, adstrito a um ou outro Ramo das Forças Armadas em exclusivo. A resposta àqueles desafios será tanto mais eficaz conquanto, Marinha, Força Aérea, e Exército forem capazes de, definidos os objetivos comuns claros, forem capazes de em conjunto, de modo coordenado e interoperável, contribuir cada um, lá onde cada um é mais capaz, é mais competente, está mais vocacionado.

Este é, com efeito, um desafio contínuo para as Forças Armadas, ainda mais necessário porquanto, como todos sabemos, os recursos não são infinitos.

Uma palavra mais — e compreenderão porquê — sobre a Base Aérea das Lajes, infraestrutura aeroportuária de incontornável referência e de capital importância no Arquipélago dos Açores, tanto na vertente militar como na vertente civil.

Recordo que, na sequência da "Declaração Conjunta do Governo da República e do Governo Regional dos Açores por ocasião da visita oficial do Primeiro-ministro à Região Autónoma dos Açores", a 30 de abril de 2016, foi assinado, a 27 de julho do mesmo ano, um "Protocolo entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores sobre a Infraestrutura Aeronáutica da Base Aérea nº 4" e constituído um Grupo de Trabalho para a Certificação da Infraestrutura Aeronáutica da BA4 para utilização permanente por aeronaves civis.

Este GT efetuou, desde 20 de dezembro de 2016, várias reuniões e visitas técnicas. A última reunião realizou-se há poucos dias, mais concretamente no passado dia 1 de março, e está já agendada uma outra para o próximo mês de abril. Apesar da inerente complexidade e dos consideráveis documentos, protocolos e planos que tem sido necessário efetuar, acordar, aprovar, validar e testar, os trabalhos decorrem, neste momento, de acordo com o planeado.

Temos também vindo a fazer um esforço e a tomar algumas iniciativas no sentido de dar o melhor uso possível às infraestruturas excedentárias, resultantes da diminuição dos efetivos dos EUA na Base das Lajes. Os efeitos das oportunidades que certamente concretizaremos — Governo da República, Governo Regional dos Açores e setor privado — far-se-ão sentir no turismo, na investigação e na ciência, na economia, e, naturalmente, na coesão nacional.

Um outro indicador da importância geoestratégica dos Açores é o reforço da presença das Forças Armadas nesta Região Autónoma. Penso, desde logo, no maior exercício anual conjunto das Forças Armadas, o exercício Lusitano, que, em outubro de 2017, teve uma forte componente operacional dos três ramos neste arquipélago. Penso ainda na permanente presença de meios aéreos e navais nos Açores e no seu contributo para vigilância da vasta área de busca e salvamento aéreo e marítimo.

Além disso, no que aos meios aéreos diz respeito, e em virtude das distâncias e necessidades específicas de cada uma das noves ilhas deste arquipélago, as populações e as autoridades regionais e locais bem entendem o contributo que os meios da Força Aérea, o Helicóptero EH-101 e a aeronave C-295, têm dado ao longo dos anos. Quase todos os dias, estas aeronaves transportam, também e complementarmente, doentes e feridos, tendo-se revelado essenciais para a salvaguarda da vida humana e para a coesão e aproximação das populações, nomeadamente as que se encontram em locais mais remotos.

Refiro, a este propósito e no âmbito do apoio às populações, a Força Aérea já efetuou, só em 2018, mais de 100 missões de que resultaram mais de 210 horas de voo. No que à Região Autónoma dos Açores diz respeito, a Força Aérea efetuou, até ao final da passada semana, 51 evacuações sanitárias e mais de 100 horas de voo (refira-se que na RAA foram, em 2017, efetuadas 230 missões e transportados 254 doentes ou feridos).

O reforço do dispositivo naval nos Açores, por seu turno, tem sido efetuado por duas vias. Por um lado, através de uma presença muito mais efetiva de um dos navios hidrográficos da Marinha, que aqui efetuou a atualização dos levantamentos hidrográficos, missões no âmbito do salvamento marítimo e de apoio à proteção civil; por outro, através da projeção da capacidade logística que a Marinha deve ter na região. No âmbito da colaboração entre a Marinha e a Autoridade Marítima Nacional — que em tudo dá sinais de ser profícua, designadamente em termos de otimização da capacidade de intervenção —, salienta-se o empenhamento do navio de patrulha oceânico *Viana do Castelo* ao serviço da Autoridade Marítima Nacional, na região Autónoma dos Açores.

Com efeito, a Marinha tem aumentado os meios ao seu dispor nos Açores, o que deve ser entendido, também, como reconhecimento de que esta região é parte do território nacional e uma parcela cujas especificidades e caráter arquipelágico devem merecer uma atenção muito especial das Forças Armadas.

No que toca a perspetivas que, num futuro próximo, assumirão especial relevância, prevê-se que durante o primeiro trimestre de 2018 os Açores passem a contar com três lanchas rápidas, e, no ano de 2019, com duas novas embarcações salva-vidas de grande capacidade, da classe *Vigilante*. Permitam, a este propósito, que realce que estas embarcações foram projetadas e construídas no Arsenal do Alfeite, isto é, na indústria nacional.

O sitema de vigilância marítima "Costa Segura", por sua vez, é um projeto da Defesa Nacional que permite ampliar significativamente a nossa capacidade para garantir a segurança marítima e reforçar o exercício da autoridade e soberania do Estado no mar. A concretização plena deste sistema, até final de 2018, permitirá o recurso a equipamentos de radar, câmaras óticas térmicas e rádios VHF para monitorizar as embarcações ao largo da costa, em tempo real, agilizando a capacidade de intervenção do capitão do porto, sempre que for necessária uma intervenção no mar, e assim permitindo que fiquemos mais próximos do objetivo de melhorar as ações de patrulhamento, busca e salvamento marítimo ao longo de toda a nossa costa.

Recordo que a estação do Sistema de vigilância marítima "Costa Segura" na Ilha do Faial, foi inaugurada em dezembro de 2016; ainda durante o ano de 2018, prevê-se que possam entrar em funcionamento as estações nas ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Este esforço, esta aposta e esta vontade de abertura subjaz também aos vários investimentos que recentemente foram feitos no arquipélago dos Açores, uma das regiões de Portugal mais fortemente ligadas ao mar e às atividades marinhas. Refiro-me a investimentos técnicos e humanos, que considero prioritários, de forma atribuir a esta região mais pessoas, mas, mais que isso e sobretudo, pessoas mais bem-formadas e mais bem-equipadas.

Nesta linha, destacarei a reorganização do dispositivo da Zona Militar dos Açores.

Há precisamente um ano, em março de 2017, visitei diferentes infraestruturas do Exército para conhecer *in loco* a proposta de reorganização funcional e espacial prevista para Ponta Delgada, São Miguel. Essa proposta prevê a transferência e a concentração no Quartel de S. Gonçalo de capacidades do Regimento de Guarnição 2, a fim de proporcionar melhores condições aos militares, para que estes, por sua vez, prestem um melhor apoio à população. Estamos perante uma reorganização que exige um esforço de investimento significativo — 9,4M€ — a executar ao longo de 7 anos. Esforço significativo, é certo, mas não poderia ser de outro modo, se queremos umas Forças Armadas eficientes, capazes e modernas.

O objetivo é, pois, investir, melhorar e reforçar, tanto quanto possível, as capacidades das Forças Armadas, assim como consolidar a sua presença e as suas capacidades na região. Também assim melhor nos prepararemos para a previsível nova modernidade do Atlântico do ponto de vista da Defesa, bem expressa na provável alteração de estrutura de comandos da NATO, de que tanto têm alguns falado, quese sempre a total despropósito no que aos Açores se refere.

É, pois, com gosto que vos dou conta da forma harmoniosa como este projeto tem vindo a desenvolver-se, envolvendo os diferentes poderes da região, desde o governo regional ao poder autárquico. Desta vontade comum, resultará um Exército capaz de prestar um melhor apoio à população através das missões de interesse público, missões que as Forças Armadas, no seu todo, têm demonstrado estar cada vez mais aptas a desempenhar.

Por tudo isto — e concluo —, não restem dúvidas quanto à importância que reconhecemos aos Açores em termos do que os Açores representam, nomeadamente para a componente externa da Política de Defesa Nacional.

Em 1928, na palestra "O Açoriano e os Açores", dizia Nemésio: «creio bem que adivinharão através das minhas palavras a existência de uma realidade açoriana que não só geograficamente se manifesta, mas que sobretudo é viva numa ética própria, numa vida — em suma — em muitos pontos especializada e diferenciada.» É essa realidade singular, é essa ética, é essa personalidade própria que, estou certo, contribuirá, também ela, para que Portugal alcance visibilidade, reconhecimento e poder de influência no contexto internacional, junto dos seus parceiros e dos seus pares.

Muito obrigado.

# VAGAS AUTONÓMICAS A PROPÓSITO DOS QUARENTA ANOS DA AUTONOMIA CONSTITUCIONAL DOS AÇORES

*Arnaldo Ourique**

*Penso que só há um caminho para a ciência e a filosofia: encontrar um problema, ver a sua beleza e apaixonar-se por ele; casar e viver feliz com ele até que a morte vos separe – a não ser que encontrem um outro problema ainda mais fascinante.*
KARL POPPER**

*As instituições políticas desenvolvem-se ao longo do tempo, geralmente de forma lenta e dolorosa… existe qualquer coisa como uma lei da conservação das instituições.*
FRANCIS FUKUYAMA**

*Temos uma forma de governo que em nada se sente inferior às leis dos nossos vizinhos...e chama-se democracia, não só porque é gerida segundo os interesses não de poucos, mas da maioria, e também porque, segundo as leis… todos os cidadãos são iguais.*
PÉRICLES**

---

* Mestre em Direito Constitucional e Licenciado em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Jurista investigador nas áreas do Direito Constitucional Autonómico, Direito Regional, Direito Administrativo, Filosofia do Direito e História Política das Regiões Autónomas Portuguesas. Jurisconsulto na Administração Pública dos Açores em Angra do Heroísmo.

** KARL POPPER, *Em busca de um mundo melhor*, 1ª edição, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1992. FRANCIS FUKUYAMA, *As origens da ordem política – Dos tempos pré-humanos até à Revolução Francesa*, I volume, D. Quixote, Lisboa, 2012. PÉRICLES, Discurso, em TUCÍDIDES, *História da guerra do Peloponeso*, tradução de RAUL M. ROSADO FERNANDES e M. GABRIELA P. GRANWEHR, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2013.

## 1. *Razão de ordem*

1.1 A chegada dum percurso de quatro décadas de autonomia política das regiões autónomas portuguesas, e em concreto a dos Açores, aquele que serve de trave mestra ao presente estudo, promove o impulso de a comemorar, quer do ponto de vista institucional, quer do ponto de vista científico através de trabalhos em jeito conclusivo desse tempo autonómico.[1] Nesse último registo importa verificar as grandes mudanças que ocorreram no sistema autonómico. Porque vamos determinar as mudanças substantivas designamo-las por vagas no sentido em que, por um lado, foram alterações que fizeram, pelo menos em termos teóricos, uma profunda alteração do sistema e, por outro lado, como vamos verificar, tais mudanças, regra geral, mostram um pico circular, cujo avanço é mais aparente do que real, daí a ideia dum movimento em vaga que se dilui quando chega à parte da sua aplicabilidade.

1.2 Por vaga autonómica queremos dizer as alterações jurídicas que modificaram de modo profundo elementos políticos e jurídicos do sistema autonómico. A delimitação desta matéria é fundamental porque não se pretende fazer uma análise exaustiva de tudo quanto se encaixe nessa ideia de vaga autonómica, mas sobretudo sublinhar aquelas que são, no nosso entender, as mais significativas.

1.3 Nesse sentido podemos estabelecer três tipos de vaga autonómica: a *vaga autonómica externa*, ou *vaga autonómica constitucional,* e que são as alterações constitucionais ou do Estado. Embora as regiões autónomas possam propor ideias de projetos de revisão da Constituição, e fazem-no aliás através de resoluções parlamentares,[2] ou através dos deputados dos Açores na Assembleia da República, ou inclusivamente através da influência política adentro dos partidos políticos na sua relação nacional versus regional, são

---

[1] Estudos autonómicos nesse âmbito: TERESA RUEL, *As regiões autónomas (Açores e Madeira) nos debates parlamentares da Assembleia da República (1975-2015)*, ed. Assembleia da República, Lisboa, 2017. ARNALDO OURIQUE, *Leis Fundamentais de Portugal*, Chiado Editora, Lisboa, 2016; ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores – 40 anos de Política Estatutária*, Angra do Heroísmo, 2017: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt; ARNALDO OURIQUE, *Monumental Autonómica. Lista descritiva das leis regionais dos 40 anos de Autonomia Açoriana*, Angra do Heroísmo, abril 2017: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt. Num registo político (recensão dos jornais), pode ver-se: JOSÉ ANDRADE, *1974 Democracia… o 25 de Abril nos Açores,* vol. I, ed. Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2014; JOSÉ ANDRADE, *1975 Independência O "verão quente" nos Açores*, vol. III, ed. Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2015; e JOSÉ ANDRADE, *1976 A Autonomia! O Governo Próprio dos Açores*, vol. III, ed. Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2016.

[2] De entre tantos: dos Açores: resoluções 17/2010/A, de 15 outubro, 2/89/A, 14 março, 6/82/A, de 26 agosto, 3/82/A, 4 agosto e 178/82/A, de 4 agosto.
Da Madeira: resoluções 14/2013/M, de 21 junho, 15/2013/M, de 27 junho e 13/2009/M, de 18 agosto, 25/2008/M, 28 novembro, 19/2003/M, 25 agosto, 8/96/M, 14 março, 14/94/M, de 27 setembro, 1/89/M, 21 fevereiro.

externas porque as alterações à Constituição são exclusivamente da iniciativa dos deputados no parlamento nacional.[3] A *vaga autonómica interna*, ou *vaga autonómica estatutária,* refere-se às alterações estatutárias. Sendo certo que a Assembleia da República pode rejeitar ou modificar o texto de projeto de alteração ao Estatuto Politico da região autónoma, essa iniciativa é exclusivamente feita pelos parlamentos regionais.[4] E, por fim, a *vaga autonómica mista*, ou *vaga autonómico legal*, a que, embora decorrente da Constituição e do Estatuto, resulta, no concreto, sobretudo de outras leis sem a dignidade jurídica e política daquelas duas.

1.4 Assim sendo, o presente estudo tem por objeto, e na especialidade constitucional, o poder legislativo da Região Autónoma no âmbito das revisões da Constituição, e, na especialidade estatutária, alguns aspetos políticos nucleares do Estatuto Político. E o seu objetivo é concluir, desse universo, pelos elementos que foram e são estruturais no sistema autonómico. A par destes perspetivam-se outros dois momentos cruciais no evoluir autonómico a propósito de leis de menor dimensão política, embora igualmente importantes.

1.5 Em concreto o presente ensaio distinguirá os seguintes pontos:

1.5.1 No espetro constitucional, as *vagas autonómicas externas*, veremos as revisões da Constituição dos anos de 1982, 1989, 1997 e 2004, e nas matérias do poderio das regiões autónomas para a criação do Direito Regional Autonómico. Embora se citem elementos genéricos das alterações, e designadamente elementos políticos, como é o caso da nomenclatura, ou de natureza fiscal e financeira, centramos a nossa atenção no sistema autonómico legislativo (ver nº1.7 infra).

1.5.2 No circuito estatutário, as *vagas autonómicas internas*, veremos a matéria dos três centros urbanos dos Açores como polo de desenvolvimento harmonioso e a lista das matérias de capacidade legislativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

1.5.3 Nas *vagas autonómicas mistas*, as feitas por leis avulsas, veremos os casos legais da transferência de competências dos serviços do Estado para a Região e a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, o financiamento da insularidade.

1.6 Daqui pretende-se retirar as conclusões principais que são objetivo do presente estudo: que, em primeiro lugar, a revisão constitucional de 1982 possui um elemento estrutural – a tipologia e a força jurídica dos atos norma-

[3] Artigo 285º, nº1 da Constituição: «*A iniciativa da revisão compete aos Deputados*» da Assembleia da República.

[4] Artigo 226º, nº1 da Constituição: «*Os projetos de estatutos político-administrativos e de leis relativas à eleição dos deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas são elaborados por estas e enviados para discussão e aprovação à Assembleia da República*».

tivos – que o eleva a um patamar distinto e assim de considera-la uma das mais importantes, se não mesmo a mais importante, alteração do sistema autonómico – na vertente da *vaga autonómica externa*, é o que veremos nos capítulos em nº2 e nº3; em segundo lugar, a região autónoma é capaz de introduzir, nas alterações ao Estatuto Político de sua iniciativa, *vagas autonómicas internas* que alteram substancialmente o sistema autonómico na sua globalidade, incluindo o sistema autonómico constitucional, precisamente nas matérias alinhadas em nº1.5.2 supra e nos termos que veremos no capítulo nº4. E, por fim, veremos, no capítulo nº5, as matérias do ordenamento político insular, a transposição de competências estaduais para as regiões autónomas e a matéria do financiamento da insularidade através de uma lei especial.

1.7 É importante sublinhar que o que distingue o valor das autonomias políticas é o seu poder legislativo. Por muito poder económico que região tenha, ou poder fiscal e governativo, a escolha de um destino político só é concretizável se existir a possibilidade de o criar através de leis. E isso não advém apenas do princípio da legalidade; advém sobretudo da força jurídica destas leis perante outros poderes, seja nacional, seja internacional como é o caso da União Europeia. Razão, pois, para, na matéria das revisões à Constituição, a nossa atenção se concentre sobretudo no poder legislativo primário. Isso justifica, pois, a escolha de nos concentrarmos, nas vagas constitucionais, no modelo da repartição de competências legislativas da Região Autónoma, e aqui concretamente o seu poder legislativo primário ou principal.

1.8 Também sublinha-se ainda: tendo em conta que avaliamos as revisões constitucionais para aferir da sua substancialidade para confirmarmos que são efetivamente vagas autonómicas, não procedemos ao estudo dos sistemas autonómicos daí decorrentes. O que nos interessa é sublinhar quais e porquê as vagas – em matérias que estão já vastamente estudadas pela doutrina e jurisprudência. Diferente, no entanto, é a necessidade de desenvolver mais extensivamente as restantes vagas autonómicas, quer a 1ª vaga constitucional de 1982, quer as vagas autonómicas estatutárias e legais por constituírem novidade no pensamento sobre os sistemas das regiões autónomas.

1.9 Assim sendo, com este ensaio apresentamos uma tese geral de perspetiva inclusiva do desenvolvimento da Autonomia discernindo aqueles que são os seus momentos e alterações cruciais; e cinco teses na especialidade. Uma constitucional, com a pertinência da instituição do conceito orgânico e funcional de atos normativos legislativos em 1982; duas estatutárias, a expurgação do importante conceito dos três centros urbanos históricos em 1998 e a criação da lista das matérias legislativas em 2009; e duas legais, uma com um grupo de leis estaduais avulsas que procederam à transferências de serviços e competências do Estado para as regiões autónomas a

partir de 1977, e outra com a criação do sistema de uma lei especial para as finanças das regiões autónomas em 1998.

**Notas de leitura**

- *Os pareceres da Comissão Constitucional, em 21 volumes, estão publicados na "Biblioteca" do Website do Tribunal Constitucional, www.tribunalconstitucional.pt.*
- *Os acórdãos do Tribunal Constitucional estão publicados no website supra.*
- *A Constituição Portuguesa, na sua versão atual pode consultar-se em* Arnaldo Ourique, *Leis Fundamentais de Portugal,* Chiado Editora, Lisboa, 2016. Os textos originários de 1976 e as revisões de 1982, 1989 e 1997 estão nas respetivas Leis Contitucionais 1/82, de setembro, 1/89, de 8 julho e 4/97, de 20 setembro, no Diário da República Eletrónico www.dre.pt.
- *O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (e o da Madeira) está publicado em* Arnaldo Ourique, *Leis Fundamentais de Portugal, acima citado*. A versão originária e as subsequentes alterações estão disponíveis em Arnaldo Ourique, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores – 40 anos de Política Estatutária,* Angra do Heroísmo, 2017, in *Pordem Política e Autonomias Portuguesas,* www.arnaldoourique.pt.
- Sempre que é usado o termo Estatuto refere-se aos dos Açores.
- Os endereços eletrónicos citados foram consultados em jan./mar. 2018.

Arnaldo Ourique
Angra do Heroísmo, 15 de março de 2018.

## 2. *Da autonomia constitucional*

2.1 Não há dúvida de que das sete revisões feitas à Constituição Portuguesa de 1976 apenas as de 1982, 1989, 1997 e 2004 alteraram aspetos relacionados com as autonomias, sendo alheias, pelo menos do ponto de vista direto, as revisões de 1992, 2001 e 2005.[5]

2.2 A doutrina portuguesa, na generalidade, aponta sobremaneira as 2ª (1989), 4ª (1997) e 6ª (2004) revisões constitucionais como sendo as que alteraram substantivamente o sistema autonómico, e de certo modo relegando

[5] A de 1992 serviu para a matéria da construção da União Europeia e assuntos nesse âmbito. A de 2001 focou-se de novo naquela matéria e na jurisdição do Tribunal Penal Internacional. E a de 2005 foi sobre a questão do referendo sobre o tratado europeu.

para segundo plano a 1ª revisão de 1982.[6] [7] E, no nosso entender, existe uma falha nessa análise. Vejamos em primeiro lugar o que as revisões de 1982 e 1989, 1997 e 2004 introduziram e o seu valor teórico e prático, perspetivando os elementos que a doutrina comummente aponta, incluindo a jurisprudência constitucional;[8] depois voltaremos à 1ª revisão feita em 1982 para discutirmos o elemento que, para nós, não deve ser esquecido pela importância estrutural que tem desde então e terá em qualquer cenário autonómico.

2.3 Sublinha-se este ponto: vamos apontar os elementos políticos e técnicos daquelas 1ª, 2ª, 4ª e 6ª revisões, seguindo o que está consagrado pela doutrina – porque isso agora perde alguma importância prática, mas fazemo-lo com o fito de sintetizar em esquema por que motivo traduzem vagas autonómicas; o principal fito é sublinhar um elemento da 1ª revisão da Constituição que não foi ainda, cremos nós, relevado pela doutrina e que, no nosso entender, é um elemento primordial em toda a linha do sistema autonómico, razão para o desenvolver num capítulo à parte, o nº3.

2.4 Não vamos, portanto, voltar a estudar o que ficou consagrado nas revisões; limitamo-nos a subtrair os seus elementos para concluir, em cada caso, da sua importância como vaga autonómica.

---

[6] Citando os mais importantes documentos doutrinais: GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, vol. II, 4ª ed. Revista, Coimbra Editora, Coimbra, 2006, nas análises ao artigo 112º, antes 115º, nunca é apontada a importância no contexto das regiões autónomas, nem aí, nem nas anotações ao título específico dessas regiões. JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, tomo III, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, da primeira revisão apenas apontam a atribuição do poder tributário e o alargamento dos leques de participação, e a noção de leis gerais da República. Mais recente: TERESA RUEL, *As regiões autónomas*, obra citada, na p.77: «*Em 40 anos de democracia e de autonomia regional registaram-se três momentos legislativos marcantes neste domínio. A saber: 1989 (2ª revisão), 1997 (4ª revisão) e 2005 (7ª revisão). A primeira alteração substantiva aos preceitos da autonomia regional concretizou-se com a segunda revisão constitucional (1989)*». A autora refere aí 2005/7ª revisão, mas quer referir-se, mais certeiramente, a 2004/6ª revisão conforme o confirma no respetivo estudo a partir da p.83. Veja-se ainda o quadro da pp.103-103 onde a revisão de 1982, 1ª, não é indicada, sendo-o apenas as 2ª, 4ª e 6ª.

[7] Em sentido um pouco diferente, PAULO OTERO, *Direito Constitucional Português – Volume II Organização do Poder Político*, Almedina, Coimbra, 2010, na p.578 este Autor distingue três fases, a 1ª de entre 1976 a 1989, a 2ª entre 1989 e 2004, e a 3ª fase entre 2004 até ao presente, que, no fundo, acaba por corporizar a ideia de que é a 2ª revisão de 1989 que separa as grandes vagas autonómicas, que aliás confirma na análise subsequente ao começar precisamente no ano de 1989 e a concluir precisamente isso na p.579.

[8] A jurisprudência constitucional citada ao longo deste estudo está publicada em www.tribunalconstitucional.pt, e aí também se encontram publicados o pareceres da Comissão Constitucional numa secção intitulada "Biblioteca".

***a) 1ª vaga autonómica constitucional de 1982***

2.5 Refira-se ainda, previamente, o modelo da Constituição de 1976, para assim compreendermos os sistemas aprovados naquelas revisões. O seu sistema era o seguinte, conforme *Esquema 1: Constituição de 1976*:

Esquema 1: Constituição de 1976

A REGIÃO PODE LEGISLAR COM RESPEITO:

1. Pela Constituição
2. Pela Lei Geral da República
3. Em matérias de Interesse Específico
4. E que não estejam reservadas aos órgãos de soberania

5. E pode regulamentar as leis estaduais

2.5.1 Este modelo originário teve muitos problemas sobretudo com a jurisprudência constitucional que, numa primeira fase, vem a considerar que o interesse específico é determinável pela interpretação sistémica da Constituição e pela própria lei regional autonómica [9], ou que é um limite à autonomia por via do interesse nacional[10], mantendo essa linha de entendimento contínua a partir de 1985.[11]

2.5.2 Embora a Constituição no texto originário de 1976 referisse já a Lei Geral da República, nesta fase, tal limite nunca foi discutido, só o sendo verdadeiramente após a introdução do seu conceito na 1ª revisão que ocorreu em 1982.

2.6 A 1ª revisão constitucional de 1982[12] trouxe muitas e importantes novidades ao sistema autonómico e por toda a doutrina portuguesa sublinhada: «*atribuição de poder tributário próprio e do alargamento do leque de poderes de participação, introduziu-se a noção de "leis gerais da Repú-*

[9] Pareceres da Comissão Constitucional 7/77, 15/78, 28/82.

[10] Pareceres da Comissão Constitucional 11/78 e acórdão do Tribunal Constitucional 348/93.

[11] Acórdãos do Tribunal constitucional 42/85, 57/85, 130/83, e muitos outros que se pode consultar a sua análise em ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico-Constitucionais do Poder Legislativo Regional*, com Prefácio de Jorge Miranda, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2001, pp-105-109. Para uma análise sistémica dos primórdios destes problemas na jurisprudência, ver ARNALDO OURIQUE, *O pensamento jurisconstitucional das autonomias políticas portuguesas. Volume I, de 1976 a 1982, Comissão Constitucional*, Ed. Novas Edições Académicas, OmniScriptum GmbH & Co. KG, Saarbrücken, Germany, 2014.

[12] Sobre esta, para uma análise exaustiva da doutrina e da jurisprudência, incluindo toda a bibliografia, ver ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico-Constitucionais do Poder Legislativo Regional*, *Op. Cit.*

*blica"*»,[13] [14] e oferecendo a possibilidade de as regiões autónomas criarem e extinguiram autarquias locais e a definição de atos ilícitos de mera ordenação social.[15]

2.6.1 Os problemas desta ideia de *Lei Geral da República* eram muitos à data da sua introdução concetual na Constituição.[16] E, nesse sentido, compreende-se que esta revisão, na sua análise do poderio autonómico, que está sobretudo no seu poder legislativo originário[17], seja colocada num segundo plano quando comparada com as de 1989, 1997 e 2004.

2.6.2 É, em todo o caso, uma revolução autonómica porque, além de ter instituído algumas matérias políticas importantes, como se percebe pela comparação entre os Esquemas 1 e 2, alterou em particular e substancialmente o modelo de criação das leis regionais de origem autonómica, conforme *Esquema 2: Constituição com o texto da revisão de 1982* infra, quando comparado com o anterior modelo:

Esquema 2: Constituição com o texto da revisão de 1982

A REGIÃO PODE LEGISLAR COM RESPEITO:

1. Pela Constituição
2. Pela Lei Geral da República, sendo esta a lei ou decreto-lei cuja razão de ser envolva a sua aplicação sem reservas a todo o território nacional
3. Em matérias de Interesse Específico
4. E que não estejam reservadas aos órgãos de soberania
5. E pode regulamentar as leis estaduais

2.6.3 O problema deste novo sistema é que tal conceito estava inteiramente aberto à interpretação, como o demonstra a ideia do Tribunal

[13] Ver, por todos, JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, *Op. Cit.*, pp.279-280.

[14] Essa ideia concetual estava já consagrada no Estatuto Definitivo Político da Região Autónoma dos Açores, no seu, então, artigo 26º, nº1. Pode consultar-se em ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores – 40 anos de Política Estatutária*, Angra do Heroísmo, 2017: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt, p.42.

[15] PAULO OTERO, *Direito Constitucional Português – Volume II Op. Cit.,* p.579.

[16] Com uma análise exaustiva da origem da ideia e depois do conceito constitucional, com indicação da doutrina e da jurisprudência constitucional, da Comissão e depois do Tribunal Constitucional, ver ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico..., Op. Cit.,* pp.73-98.

[17] Relembra-se esta distinção: as regiões têm quatro tipos de poder legislativo, cada um envolve em regras de admissibilidade: um que é originário, é o da criação de leis *ab initio*. Um que é secundário, legislar com autorização da Assembleia da República. E outros dois que são complementares, o desenvolvimento de princípios e bases de leis, e a regulamentação das leis nacionais. Artigo 227º, nº1, alíneas a), b), c) e d) da Constituição.

Constitucional que, em 1990, consagrou jurisprudência definitiva do seu sentido: só em cada caso concreto se pode ajuizar o que seja uma lei geral da República.[18]

2.6.4 Em qualquer caso, como é de fácil perceção, tratou-se efetivamente de uma vaga autonómica por via da alteração substantiva do regime legislativo que vimos no Esquema 2.

**b*) 2ª vaga autonómica constitucional de 1989***

2.7 A prova de que estas alterações não lograram a sua intenção de aumentar os poderes da Região Autónoma é a intenção, sete anos depois, da necessidade de aprofundamento da autonomia através da 2ª revisão feita em 1989.[19] E, realmente, aqui foi acrescentada a possibilidade de a Região Autónoma legislar com autorização da Assembleia da República, arredando a impossibilidade de se legislar contra a *Lei Geral da República*. Acresceu o poder de adaptar o sistema fiscal nacional às especificidades regionais,[20] e foi melhorada a possibilidade de desenvolver as leis de bases.

2.7.1 Esse aprofundamento mostrou-se incompleto sobretudo naquilo que se teve de considerar matéria de reserva da Assembleia da República.[21]

2.7.2 E constitui efetivamente uma vaga autonómica, conforme se percebe pelo *Esquema 3: Constituição com o texto da revisão de 1989* infra:

Esquema 3: Constituição com o texto da revisão de 1989

A REGIÃO PODE LEGISLAR COM RESPEITO:

1. Pela Constituição
2. Pela Lei Geral da República, sendo esta a lei ou decreto-lei cuja razão de ser envolva a sua aplicação sem reservas a todo o território nacional
3. Em matérias de Interesse Específico
4. E que não estejam reservadas aos órgãos de soberania
5. Podendo legislar com autorização pela Assembleia da República
6. E desenvolver, em função do Interesse Específico, as leis de bases em certas matérias
7. E pode regulamentar as leis estaduais

[18] ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico...*, *Op. Cit.*, p.77.

[19] Sobre esta, para uma análise exaustiva da doutrina e da jurisprudência, incluindo toda a bibliografia, ver ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico-Constitucionais do Poder Legislativo Regional*, *Op. Cit.*.

[20] Ver, por todos, JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, *Op. Cit.*, p.280.

[21] Para uma análise exaustiva destes problemas, na doutrina e na jurisprudência constitucional, ver ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico...*, *Op. Cit.*, pp.92-103, sobretudo pp.98-103.

2.7.3 O problema deste novo sistema, como se veio a verificar, é que esta revisão «*ao consagrar a existência de uma competência legislativa autorizada a favor das regiões autónomas traduziu um efetivo retrocesso da autonomia legislativa*»,[22] porque representa uma competência autorizada e, pois limitada, incluindo a recusa de ratificação das leis regionais autorizadas; e, além disso, a consagração do conceito no texto da Constituição (porque ele já fazia parte do texto do Estatuto dos Açores) veio obrigar o Tribunal Constitucional, precisamente a partir de 1990, a formular jurisprudência limitativa dos poderes regionais.[23]

**c) *3ª vaga autonómica constitucional de 1997***

2.8 Na 4º revisão, em 1997,[24] as alterações ao sistema das regiões autónomas «*tiveram consequências extremamente importantes..., tendo representado um novo alargamento dos poderes» regionais*.[25] Foi consagrada a possibilidade do referendo regional, a participação nas receitas fiscais; e na matéria de poderio legislativo a Constituição passou a designar uma lista de matérias à partida de interesse específico regional, e o respeito pela *Lei Geral da República* atenderia apenas aos seus princípios fundamentais.

2.8.1 Apesar da euforia nesse novo modelo[26] depressa foi percebido da dificuldade de distinguir o que seriam princípios fundamentais duma *Lei Geral da República*.[27]

2.8.2 Trata-se duma *vaga constitucional* porque o sistema foi substancialmente modificado, conforme se percebe no *Esquema 4: Constituição com o texto da revisão de 1997* infra, assim comparado com os sistemas anteriores:

---

[22] PAULO OTERO, *O Poder de Substituição em Direito Administrativo – Enquadramento Dogmático-Constitucional*, volume II, LEX, Lisboa, 1995, p.694.

[23] Para uma análise exaustiva destes problemas, na doutrina e na jurisprudência constitucional, ver ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico..., Op. Cit.*, pp.92-103, sobretudo pp.78-81.

[24] Sobre esta, para uma análise exaustiva da doutrina e da jurisprudência, incluindo toda a bibliografia, ver ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico-Constitucionais do Poder Legislativo Regional*, *Op. Cit.*. PAULO OTERO, *Direito Constitucional Português*, *Op. Cit.*, p.580. JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, *Op. Cit.*, pp.280-281, ver aí a vasta bibliografia e jurisprudências citada a pp.270-273 e 337-34039.

[25] JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, *Op. Cit.*, p.280.

[26] Para análise desse ponto, incluindo política, ver ANTÓNIO ARAÚJO, *A Revisão Constitucional de 1997 – Um ensaio de história político-constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 1999, pp.177-217.

[27] Para uma análise exaustiva destes problemas, na doutrina e na jurisprudência constitucional, ver ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico..., Op. Cit.*, pp.61-66.

Esquema 4. Constituição com o texto da revisão de 1997

A REGIÃO PODE LEGISLAR COM RESPEITO:

1. Pelos princípios fundamentais da Lei Geral da República, sendo esta a lei ou decreto-lei:
   1.1 Cuja razão de ser envolva a sua aplicação a todo o território nacional
   1.2 E assim o decretem
2. Em matérias de Interesse Específico,
   2.1 Sendo desde logo aí listada um grupo de matérias em catorze alíneas constitucionais
3. E em matérias que não estejam reservadas aos órgãos de soberania
4. Podendo legislar com autorização pela Assembleia da República
5. E desenvolver, em função do Interesse Específico, as leis de bases em certas matérias
6. E pode regulamentar as leis estaduais

2.8.3 O problema deste novo sistema, no entanto, é que dava aos órgãos de soberania poder para livremente se auto decretar leis gerais da República, mesmo nos casos em que tal não se verificava, como efetivamente aconteceu.[28] A que acresceu a complexidade da lista de matérias constitucionais de interesse regional: se já anteriormente o interesse específico levantava imensas dificuldades[29], a sua introdução no texto da Constituição, embora em teoria singularmente positivo porque dignificava as matérias e a própria ideia de interesse específico, levou o Tribunal Constitucional a outra dimensão discursiva, sobretudo a partir 1993, concluindo que tal lista era uma mera presunção abstrata.[30]

2.8.4 Em todo o caso, pela simples comparação entre este sistema e os anteriores revistos nos esquemas 1 a 3, trata-se de uma importantíssima vaga autonómica. E sobretudo a consagração constitucional de uma lista considerada de interesse regional.

### d) *4ª vaga autonómica constitucional de 2004*

2.9 A 6ª revisão da Constituição, em 2004, foi a última sobre as regiões autónomas e foi realmente uma enorme transformação no sistema. De um lado foram expurgadas na lei constitucional os conceitos de interesse específico e das leis gerais de República, incluindo os seus princípios fundamentais. No seu lugar o interesse específico deu lugar ao âmbito regional, que no fundo se traduz em parâmetro idêntico e a lista das matérias regionais foram relegadas para o Estatuto Político, retirando-lhe valor político que a Constituição evidentemente lhe oferecia.[31]

---

[28] Ver exemplos em ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico*..., *Op. Cit.*, pp.95-98.

[29] Como vimos, a propósito no capítulo 2.5.1 supra, do texto originário da Constituição, de 1976.

[30] Através do acórdão 433/1993. Para uma análise histórica desta matéria, incluindo doutrina e jurisprudência constitucional, ver ARNALDO OURIQUE, *Os Limites Jurídico*..., *Op. Cit.*, pp.104-117.

[31] Sobre esta matéria e com textos publicados logo a seguir à conclusão da revisão, e outros posteriores, ver ARNALDO OURIQUE, *Autonomia portuguesa: mitologia ou realidade*?, *Op. Cit.*, *A pior lei portuguesa do ano*

2.9.1 A doutrina, de princípio, considerou esta revisão muito significativa[32], referindo-se inclusivamente, e certeiramente, que esta revisão «*produziu aqui uma verdadeira "movimentação tectónica"*»[33] e muito favorável às regiões autónomas;[34] mas paulatinamente essa interpretação veio, se é que se pode dizer deste modo sem ofender o melhor e mais prestigiante pensamento nacional sobre estas matérias, ao encontro do pensamento autonómico regional, conforme vimos na anotação 31, e no sentido de que em teoria esta revisão é, foi, apenas aparentemente favorável às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, e a própria experiência, e sobretudo nos últimos anos, veio confirmar isso mesmo de um modo muito preocupante porque obrigou, sobretudo a região açoriana, à criação de mecanismos de deslegalização através da aprovação de diplomas, não de diplomas do parlamento onde o crivo da fiscalização é superior, mas através de aprovação de atos normativos do Governo Regional.[35] [36]

2.9.2 Conforme se pode verificar pelo *Esquema 5: Constituição com o texto da revisão de 2004* infra, a alteração foi profunda:

Esquema 5 Constituição com o texto da revisão de 2004

A REGIÃO PODE LEGISLAR:

1. No âmbito regional
2. Em matérias enunciadas no Estatuto Político
3. E que não estejam reservadas aos órgãos de soberania
4. Podendo legislar com autorização pela Assembleia da República
5. E desenvolver, para o âmbito regional, as leis de bases em certas matérias
6. E pode regulamentar as leis estaduais

*2004*, pp.8-9; *Diálogo sobre a revolução coperniciana e a revisão constitucional de 2004*, pp.10-13; *Cinquenta por cento de lei*, pp.75-76; *Autonomia legislativa e o estatuto*, pp.77-80; *A autonomia constitucional no Século XXI*, pp.82-90; *O novo conceito constitucional de interesse específico*, pp.101-108; *Criação da lei nos Açores (apontamentos para o seu estudo)*, pp.119-127; *O passado, o anterior e o atual sistema legislativo*, pp-128-134; *Limite material e região autónoma*, pp.148-149; *Herança dos últimos governos*, pp.156-159.

[32] GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, *Op. Cit.*, p.660.

[33] PAULO OTERO, *Direito Constitucional Português*, *Op. Cit.*, p.580. A expressão "movimentação tectónica" é de JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *in* PAULO OTERO, *Comentário à Constituição portuguesa*, volume III, 1º tomo, Coimbra, 2008, p.172.

[34] Entre outros, LUÍS CABRAL MONCADA, *A VI Revisão Constitucional e a Autonomia Regional*, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, volume IV / 2004/2005, Coimbra Editora, Coimbra, 2008, pp.49-71. MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO, *Revisão ou dissolução constitucional? – Nota sobre as revisões constitucionais de 2004 e 2005*, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, *Op. Cit.*, pp.263-284.

[35] CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional*, tomo I, Coimbra Editora, Coimbra, p.489: «*a expressão "âmbito regional" constitui, ainda assim, um novo conceito indeterminado que se encontra sujeito ao teste da descodificação jurisprudencial*». CARLOS BLANCO DE MORAIS, *O défice estratégico da ordenação constitucional das autonomias*, Revista da Ordem dos Advogados, III, Lisboa, dezembro 2006, p.1155 e

2.9.3 O problema deste novo sistema é que aquilo que parecia ser fácil relativamente ao âmbito regional porque indicia uma ideia geográfica, tornou-se difícil a partir do momento em que o Tribunal Constitucional considerou que o conceito é, não apenas territorial, mas também institucional.[37] E, nesse sentido, a extensa lista de matérias inscritas no Estatuto Político perdeu interesse, quer na perspetiva da quantidade, quer sobretudo na desvalorização da lista que desceu da Constituição para o Estatuto. Aliás é estranho que tal não tenha sido pensado: pois se o Tribunal Constitucional tinha consagrada jurisprudência constitucional no sentido de que a lista constitucional era de mera presunção abstrata e, pois, o seu valor teria que ser avaliado em cada caso concreto, não tem muito sentido colocar as matérias numa lei de valor infraconstitucional – que, assim, continuam a constituir-se meras presunções mas despidas do valor de presunções constitucionais. Isto é: a presunção constitucional é muito mais forte que uma mera presunção legal. Além disso, o ângulo aparentemente amplo da capacidade legislativa regional nessa revisão veio reforçar as ideias do Tribunal Constitucional sobre a dimensão de quais sejam as matérias reservadas aos órgãos de soberania.[38]

2.9.4 Em todo o caso, sem reservas, é uma alteração profunda do sistema autonómico legislativo e constitui aliás uma vaga autonómica singular porque foi uma revisão feita propositadamente para o alargamento da autonomia legislativa regional, tendo sido aliás batizada como a «*revisão das autonomias*» e «*revolução coperniciana*» (TELMO CORREIA e MEDEIROS FERREIRA, nos trabalhos preparatórios na Assembleia da República).

2.10 Ou seja, em síntese global, percebemos que estas quatro revisões da Constituição foram incisivas na matéria do poderio legislativo das regiões autónomas – apesar da sua eficácia ter sido paulatinamente colocada em causa na prática da construção do Direito e na prática da análise da jurisprudência constitucional, constituindo-se por isso de *vagas constitucionais autonómicas*.

---

seguintes (versão digital). Ver ainda, entre outros, RUI MEDEIROS e ARMANDO ROCHA, *Uma revisão não consumada: A revisão constitucional de 2004 e a tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional*, policopiado, Lisboa, julho de 2009. VITALINO CANAS, *Constituição da República Portuguesa. Comentários e notas*, Lisboa, 2004.

[36] Para uma análise prática da criação das leis autonómicas pós revisão, ver ARNALDO OURIQUE, *Autonomia portuguesa: mitologia ou realidade*?, *Op. Cit.*, *Diplomas legislativos nas regiões autónomas*, pp.20-24; *Poderes jurídicos das regiões autónomas e acórdão 239/2005*, pp.25-27; *Transposição regional de Diretiva Comunitária*, pp.28-30, todos de junho e julho 2005. E durante os seguintes, do mesmo autor, vários ensaios na comunicação social, que demonstram esta realidade.

[37] Acórdãos 235/94, 408/98 e 258/2007.

[38] Acórdãos 258/2007, 26/2009, todos eles com origem antiga sobre o mesmo problema em contextos diferentes, como nos acórdãos 91/84, 82/86, 164/86, 268/88, 220/92, 256/92, 348/93, 235/94 e 711/97.

### *3. Da autonomia constitucional, caso da 1ª revisão feita em 1982*

3.1 Vimos em nº2.5 supra as matérias relevantes da 1ª revisão constitucional feita em 1982. Mas ali apontamos os elementos que a doutrina comummente indica e comenta, deixamos para esta parte específica uma matéria que não tem sido estudada e menos ainda sublinhada como elemento estrutural da Autonomia Constitucional.

3.2 Esta 1ª revisão da Constituição estabeleceu uma norma que nunca mais foi alterada até hoje, e que está plasmada no artigo 115º, nº1, na altura 112º, nº1: «*são atos legislativos as leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais*». As leis, como se sabe, são da Assembleia da República,[39] os decretos-leis do Governo da República,[40] e os decretos legislativos regionais da Assembleia Legislativa da respetiva região autónoma.[41]

3.3 No texto originário da Constituição de 1976 não existia nenhuma norma similar. A tipologia das leis existia na parte onde se determinava a competência do respetivo órgão,[42] e o Estatuto Provisório dos Açores, que da Madeira copiou,[43] determinava a tipologia dos atos normativos dos órgãos regionais, e concretamente o ato normativo que na altura ainda se designava de decreto regional,[44] se bem que noutras normas constitucionais estes atos eram referidos, em particular na questão da garantia da constitucionalidade das leis.[45]

3.4 Esta norma – a equiparação entre as leis regionais de origem autonómica e as leis dos órgãos de soberania – não existia em 1976 e foi inserida na Constituição na sua 1ª revisão em 1982.

3.4.1 Sublinha-se que o presente estudo não tem por alcance investigatório sobre o que seja a lei no ordenamento jurídico;[46] o que se pretende é

---

[39] Hoje artigos 161º, alínea c) e 166º, e em 1982 artigos 164º, alínea d) e 169º da Constituição.

[40] Hoje artigo 198º, e em 1982 artigo 201º da Constituição.

[41] Hoje artigos 112º, nº4 2 232º, e em 1982 artigos 115º, nº3 e 234º da Constituição.

[42] Da Assembleia da República nos artigos 164º, alínea d) e 167º; do Governo nacional nos artigos 201º; e nos parlamentos regionais no artigo 235º da Constituição.

[43] Os anteprojetos de estatutos provisórios foram preparados, cada um, por uma respetiva comissão criada pela Junta Regional, da Madeira e dos Açores. Mas como a comissão dos Açores entregou ao Governo Provisório a sua proposta, a Madeira copiou-o quase na totalidade. Relembra-se que se vivia o designado "Verão Quente" de 1975, ano intermediário e da Constituinte, entre a Revolução de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição em 1976.

[44] Artigo 23º, nº1 do Estatuto dos Açores, ver em ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores*, *Op. Cit.*, p.24.

[45] Leis e decretos-leis no artigo 277º (fiscalização preventiva), aqueles e os decretos regionais nos artigos 282º (fiscalização judicial da constitucionalidade), e os decretos regionais especificamente no artigo 235º (fiscalização da constitucionalidade pelo Ministro da República para a (respetiva) Região Autónoma, todos da Constituição.

[46] Da imensa bibliografia, pode ver-se sobretudo: JORGE MIRANDA, *Sobre a reserva constitucional da função legislativa*, em *Perspetivas constitucionais nos 20 anos da Constituição de 1976*, volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 1997, pp.883-905, sobretudo a partir da p.890. JORGE MIRANDA, *Funções, Órgãos e atos do Estado*, apontamentos de aulas, Lisboa, 1990, pp-240-249, depois já em *Manual de Direito Constitucional*, tomo V, Coimbra Editora, Coimbra, 1997, pp.94-188, especialmente p.170 e ss., e nesse Autor e obra ver a

fazer, verificar que a norma tem muito mais alcance do que a doutrina aponta, aferindo assim a sua importância como vaga autonómica.

3.5 Sendo certo que a Constituição consagrava, e consagra, a separação de poderes[47] e a necessária conformação «*das leis e dos demais atos do Estados, das regiões autónomas e do poder local*» à Constituição,[48] em todo o caso não existia nenhuma norma que indicasse, mesmo que indiretamente, o valor paramétrico entre as leis do Estado e as leis da Região Autónoma. A única norma que as colocava frente a frente era a da necessidade da sua publicação no *Diário da República*, mas aqui ficando em último lugar o decreto regional, depois dos decretos regulamentares do Governo nacional e das decisões dos tribunais.[49]

3.6 Esta norma torna-se, desde o princípio, desde 1982, importante: na menção da sua publicidade no *Diário da República*, em que ficam as três juntas, e em segundo lugar naquilo que são os atos normativos legislativos, a lei, o decreto-lei e o decreto legislativo regional.[50] Ou seja, enquanto que estas leis em 1976 estavam, na sua designação para publicidade, e na hierarquia dos atos políticos, abaixo dos decretos do Presidente da República e do Conselho da Revolução, em 1982, por um lado, ficam as três na mesma hierarquia e acima de todos os restantes atos políticos, exceto das leis constitucionais e as convenções internacionais e, por outro lado, são equiparadas sem distinção – embora este vocábulo distintivo tenha variantes como vamos rever cuidadosamente.

3.7 Verifica-se, declaradamente, a intenção de equiparar os atos normativos, concretamente legislativos, quer na determinação da sua equiparação jurídica, quer na sua relação conjunta na hierarquia da publicitação das leis.

3.8 E é isso mesmo que se verifica nos trabalhos preparatórios. Embora os projetos que contêm tal proposta de norma, os projetos de Revisão Constitucional nº1/II e nº4/II,[51] não indiciem sequer qual a sua ideia, limitando-se apenas a consagrar a norma, na discussão parlamentar ela é determinada por um dos autores proponentes daquele primeiro projeto, JORGE MIRANDA,[52]

---

vasta bibliografia e jurisprudência indicada, incluindo os debates parlamentares dessa revisão. MANUEL AFONSO VAZ, *Lei e reserva de lei – a causa da lei na Constituição portuguesa de 1976*, Universidade Católica, Porto, 1996. CARLOS BLANCO DE MORAIS, *As leis reforçadas*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998. Pode também consultar-se a jurisprudência constitucional: Parecer 39/79 da Comissão Constitucional e acórdãos 189/85, 303/86, 354/86, 270/88 e 389/89 do Tribunal Constitucional. Daqui resulta que a matéria não tem sido profundamente discutida; tem-no sido na parte da proibição de outras leis delegarem poderes indelegáveis, mas não propriamente a questão formal e material da tipologia dos atos legislativos.

[47] Artigo 114º, hoje artigo 11º da Constituição.

[48] Artigo 115º, hoje artigo 3º, nº3º da Constituição.

[49] Artigo 122º, hoje artigo 119º da Constituição.

[50] Artigo 122º, nº1, alínea c), hoje artigo 119º, mesma alínea, da Constituição.

[51] Os dois têm textos iguais; no primeiro consta o constitucionalista JORGE MIRANDA. Nestes projetos ainda não existe o vocábulo atos "normativos" como viria a ficar consagrado, mas atos "legislativos".

[52] O Deputado tinha já referenciado esta matéria aquando na Constituinte e na sua obra *Um projeto de revisão constitucional*, Coimbra, 1980, JORGE MIRANDA, *Sobre a reserva constitucional da função legislativa*, *Op.Cit*., anotação 15 da p.890. Ver também os debates da 1ª revisão, em debates.parlamento.pt, na secção "Série Revisão Constitucional", "II Legislatura".

sendo que na discussão parlamentar os Deputados MADALENA SALEMA, VITAL MOREIRA, JORGE MIRANDA e FERREIRA DO AMARAL, sistematicamente apontassem a norma como sendo resultado de várias disposições formais, que visa evitar a proliferação de formas variadas de atos legislativos, que se trata de um aperfeiçoamento da tipicidade e porque essa era uma carência que o texto original de 1976 continha,[53] mais recentemente que têm uma função de organização do poder legislativo,[54] mas isso não condiz com a dispersão da matéria em outras normas, como as das leis constitucionais, as convenções internacionais e os regimentos parlamentares.[55]

3.9 É importante fixar estes pontos: no primeiro texto da Constituição não existia uma distinção formal ou expressa do valor dos atos normativos, embora ele existisse em função da natureza das matérias legisladas, umas de âmbito nacional, outras, o decreto regional, de âmbito estritamente regional. É na 1ª revisão da Constituição em 1982 que nasce a tipologia equiparada do valor jurídico e numa linguagem que perdura inalterável até hoje.

3.10 Mas que valor é esse? Qual o significado de a Constituição instituir que «*são atos legislativos as leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais*»?, sendo que tais atos resultam com facilidade de outras normas constitucionais e estatutárias.

3.10.1 Na verdade, várias normas mostram claramente a natureza legislativa do ato normativo, em especial a competência legislativa: as "leis" da Assembleia da República, designadamente as leis constitucionais, as leis estatutárias, as leis reforçadas e outras leis em geral,[56] e as do Governo da República[57] e as da Assembleia Legislativa.[58]

3.11 Institui o artigo 112º, nº1 da Constituição que «*são atos legislativos as leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais*». Embora a doutrina se limite a consagrar esta norma como um conceito de lei em sentido formal,[59] essa análise não é suficiente: primeiro, porque a lei e o decreto legislativo são atos legislativos parlamentares, porquanto o decreto-lei é um ato legislativo governamental; segundo, quando a Constituição determina a Assembleia da República para criar leis, o Governo da República para criar decretos-leis e a Assembleia Legislativa para criar decretos legislativos regionais, isso,

---

[53] Ver em debates da 1ª revisão, já citados, pp.4773-4775 do Diário.

[54] MANUEL AFONSO VAZ, *Lei e reserva de lei*, *Op.Cit*., p.35.

[55] MARCELO REBELO DE SOUSA e JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *Constituição da República Portuguesa Comentada*, LEX, Lisboa, 2000, p.226.

[56] Artigos 112º, nºs1, 2, 3 e 8, 119º, n1, alínea a) e c), 164º, 165º, 166º, nºs1, 2 e 3 da Constituição.

[57] Artigos 112º, nºs 1, 2 e 8, 119º, nº1, alínea c) e 168º da Constituição.

[58] Artigos 112º, nºs1, 4 e 8, 119º, nº1, alínea c) e 227º, nº1, alíneas a), b) e c) da Constituição.

[59] Ver, por todos, com a respetiva análise sistémica de toda a doutrina, e ainda hoje em vigor, MANUEL AFONSO VAZ, *Lei e reserva de lei, Op.Cit*.

só por si, seria suficiente para determinar o sentido formal de "lei".

3.12 Aqui, embora o legislador da revisão constitucional não tenha pensado nisso, a Constituição dá uma outra dimensão à norma. Os nº2 e nº4 do artigo 112º[60] oferecem à lei e ao decreto-lei igual valor, remetendo para o nº4 o âmbito do decreto legislativo regional.

3.13 Ou seja, claramente a Constituição determina:

3.13.1 Pelo nº1 do artigo 112º, que os atos legislativos têm um sentido formal de lei e, nesse sentido, com a mesma dignidade constitucional e legislativa.

3.13.2 E pelos nº2 e nº4, estes atos legislativos, embora tendo aquele valor, têm também dimensões de aplicabilidade idênticas. Isto é: os atos legislativos nacionais têm uma relação de força jurídica igual, exceto nas situações em que não se verifica, designadamente nas matérias de reserva exclusiva do parlamento ou de reserva exclusiva do executivo. E o ato legislativo regional tem a sua força jurídica no seu respetivo âmbito regional.

3.14 Existe na asserção constitucional «*são atos legislativos as leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais*», ainda assim, dois valores distintos, um político e outro jurídico.

3.15 O valor político consiste na qualidade suprema dos atos normativo-legislativos em Portugal: os três têm igual dimensão legislativa, têm a mesma proporção constitucional. E, deste estrito ponto de vista político, estão, os três, acima de quaisquer outros atos normativos.

3.16 O valor político permite dividir dois grupos de valores:

3.16.1 O valor entre as leis dos órgãos de soberania, lei e decreto-lei. Cada órgão tem capacidade legislativas exclusivas: por

---

[60] Vale a pena transcrever toda a disposição na sua versão atual porque a perspetiva que analisamos é irrelevante: *Artigo 112.º (Atos normativos)*

*1. São atos legislativos as leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais.*

*2. As leis e os decretos-leis têm igual valor, sem prejuízo da subordinação às correspondentes leis dos decretos-leis publicados no uso de autorização legislativa e dos que desenvolvam as bases gerais dos regimes jurídicos.*

*3. Têm valor reforçado, além das leis orgânicas, as leis que carecem de aprovação por maioria de dois terços, bem como aquelas que, por força da Constituição, sejam pressuposto normativo necessário de outras leis ou que por outras devam ser respeitadas.*

*4. Os decretos legislativos têm âmbito regional e versam sobre matérias enunciadas no estatuto político-administrativo da respetiva região autónoma que não estejam reservadas aos órgãos de soberania, sem prejuízo do disposto nas alíneas b) e c) do nº1 do artigo 227º.*

*5. Nenhuma lei pode criar outras categorias de atos legislativos ou conferir a atos de outra natureza o poder de, com eficácia externa, interpretar, integrar, modificar, suspender ou revogar qualquer dos seus preceitos.*

*6. Os regulamentos do Governo revestem a forma de decreto regulamentar quando tal seja determinado pela lei que regulamentam, bem como no caso de regulamentos independentes.*

*7. Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão.*

*8. A transposição de atos jurídicos da União Europeia para a ordem jurídica interna assume a forma de lei, decreto-lei ou, nos termos do disposto no nº4, decreto legislativo regional.*

exemplo, apenas o parlamento pode criar leis constitucionais,[61] estatutárias,[62] leis sobre regimes gerais, do referendo[63] e muitas outras matérias como os regimes eleitorais, etc.;[64] já a organização e funcionamento do governo é matéria que só ele pode criar.[65] Além disso, na Assembleia da República, existem matérias que, pela forma do ato legislativo ou pelo processo, tornam o ato legislativo com um valor hierárquico, designadamente as leis orgânicas e as leis cuja aprovação exija uma maioria parlamentar qualificada.[66] Porquanto no Governo nacional é muito diferente a criação de decreto-lei autorizado,[67] do decreto-lei em matéria concorrencial,[68] ou de desenvolvimento dos princípios ou das bases gerais de leis parlamentares.[69]

3.16.2 E o valor da lei regional também se divide: embora sejam iguais as nomenclaturas,[70] a sua construção, e eficácia, são muito diferentes, consoante seja uma lei regional que regulamenta ou desenvolve [71] uma lei nacional, ou seja uma lei autorizada[72] ou uma lei criada *ab initio*[73] no seu poder primário.

3.17 Acrescem ainda outros predicados quanto às relações entre as leis estaduais e regionais – mas essa parte não faz parte do nosso estudo porque perspetivamos o valor constitucional da norma e não propriamente o valor das relações jurídicas entre as normas. Em todo o caso,

---

[61] Artigo 161º, alínea a) da Constituição: «*(Competência política e legislativa) Compete à Assembleia da República: a) Aprovar alterações à Constituição, nos termos dos artigos 284º a 289º; ...*».

[62] Artigo 161º, alínea b) da Constituição: «*b) Aprovar os estatutos político-administrativos e as leis relativas à eleição dos deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas*».

[63] Artigo 164º, alínea b) da Constituição: «*(Reserva absoluta de competência legislativa) É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias: ... b) Regimes dos referendos;...*»

[64] Artigo, todo,164º da Constituição.

[65] Artigo 198º, nº2 da Constituição: «*2. É da exclusiva competência legislativa do Governo a matéria respeitante à sua própria organização e funcionamento*».

[66] Artigo 112º, nº3 da Constituição, ver na anotação 60.

[67] Artigo 165º, nº1, alínea b) e nº3 da Constituição, como dos direitos, liberdades e garantias, cuja autorização pode apenas ser utilizada uma única vez.

[68] Artigo 165º, nº1, alínea a) da Constituição: estado e capacidade das pessoas.

[69] Artigo 165º, nº1, alínea c) e nº3 da Constituição: definição dos crimes, sendo que a autorização pode apenas ser utilizada uma única vez.

[70] Artigo 44º, nº1 do Estatuto dos Açores e artigo 41º, nº1 do Estatuto da Madeira.

[71] Artigo 227º, nº1, alíneas c) e d) da Constituição: desenvolver as bases de certas leis e regulamentar as leis estaduais.

[72] Artigo 227º, nº1, alínea b) da Constituição: legislar com autorização da Assembleia da República com autorização.

[73] Artigo 227º, nº1, alínea a) da Constituição: legislar para o âmbito regional em matérias que não estejam reservadas aos órgãos de soberania e cujas matérias estejam previstas no Estatuto Político da respetiva Região Autónoma.

sempre se dirá, também resulta deste normativo, conjugando todo o artigo 112º, e não apenas o seu nº1, que para a Constituição – em matérias onde a Região Autónoma é competente – o Estado não necessita intervir e, noutra perspetiva, não pode intervir. Ou seja, numa matéria onde exista decreto legislativo regional é escusado o Estado tentar apoderar-se do poder legislativo: a separação de poderes obriga que o Estado reconheça o decreto legislativo regional talqualmente reconhece uma lei ou decreto-lei estaduais, cada um com o seu campo de ação. E, em caso de dúvida, existe o Tribunal Constitucional que pode, suscitado nesse sentido, e em última análise, esclarecer.

3.18 O valor jurídico constitucional coincide com o valor político; em todo o caso, com diferenças importantes, como vimos em nº3.16 supra e que não nos interessa desenvolver mais do que isto: mesmo que a norma do artigo 112º tenha sido pensada como norma organizativa, mesmo nesse âmbito restrito tem valor jurídico. A colocação no seu nº1, daqueles que são atos legislativos, a lei, o decreto-lei e o decreto legislativo, e não prevendo todo o artigo 112º, nenhuma regra sobre as leis constitucionais, mostra uma intencionalidade constitucional jurídica.

3.19 Não existindo o articulado do nº1 do artigo 112º ficaria muito por resolver relativamente à forma legislativa dos atos e quais esses atos, e mais ainda ficaria por resolver a dimensão política dos atos legislativos das regiões autónomas. Nos termos do nº2 e nº3 do artigo 3º da Constituição, a generalidade da atuação legal do Estado está adstrita à validade das leis conforme a Constituição.

3.20 Como acima vimos, quer a doutrina, quer os trabalhos preparatórios da Constituinte de 1976, são unânimes em considerar da existência dessas formalidades antes da sua instauração em 1982; mas se até aí a doutrina tinha necessidade de fundamentar esse princípio, certo é que a partir de 1982 a matéria fica inteiramente resolvida e até aos nossos dias.

3.21 A 1ª revisão constitucional se já era importante pelo modelo legislativo que criou, e sobretudo com o conceito de lei geral da República, que viria a complicar-se ainda mais com a introdução dos princípios fundamentais e com a auto proclamação em 1997; se já era importante pela criação do Tribunal Constitucional que levou à extinção, além da Comissão Constitucional, órgão de deliberação não vinculativa, da Comissão Consultiva para as Regiões Autónomas;[74] se já era importante pela extinção dum sistema dual, por um lado a fiscalização da consti-

[74] Para uma análise exaustiva deste sistema e período, ver ARNALDO OURIQUE, *Verificação Preventiva da Constitucionalidade e Legalidade nas Regiões Autónomas*. Prefácio de MARCELO REBELO DE SOUSA, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2002, pp.95-110.

tucionalidade pelos citados órgãos e, por outro lado, uma fiscalização da legalidade, e *a posteriori*, feita pelo Supremo Tribunal Administrativo,[75] modelo que remetia as questões autonómicas para um tribunal não especializado em Direito Constitucional; se já era importante a equiparação, feita em 1982, do sistema da fiscalização da constitucionalidade e da legalidade dos órgãos de soberania e dos órgãos regionais, apenas diferendo os prazos, equiparação que igualizou o processo para os órgãos autores dos atos normativo legislativos, reforçando o valor dos atos normativos regionais legislativos; por tudo isso, a formalização política da norma do nº1 do artigo 112º da Constituição ganha relevo na análise das leis e sobretudo na análise do sistema autonómico. Analisando os esquemas acima – pode constatar-se que o sistema da feitura das leis foi sistematicamente alterado, mas tal determinação não o foi.

3.22 Ou seja, sem que tenhamos feito um estudo exaustivo dos valores desta norma – que não é o objetivo deste estudo, verifica-se claramente que tal princípio constitucional funciona sem que se dê por ele, tal a sua importância. Ele funciona como se fosse o ar de que respira a função formal do ato normativo legislativo: em todas as funções legislativas e regulamentares, em todas as funções competenciais do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais, ele circula como princípio,[76] a matéria prima do que em Portugal sejam este tipo de ato político.

3.23 É necessário ainda sublinhar: a revisão de 1982 mudou radicalmente o sistema político: foram acertadas as instituições, o Conselho da Revolução deu lugar ao Tribunal Constitucional, a moldura política do próprio Presidente da República, todo o poder normativo no país foi reestruturado, designada e profundamente organizada e ampliada e ajustada a competência legislativa da Assembleia da República, o sistema da garantia da constitucionalidade das leis e o modelo de fiscalização – todo um conjunto de mundividências políticas e jurídicas que alteraram, no sentido da estabilização democrática, o tecido político constitucional da organização do poder normativo.

---

[75] ARNALDO OURIQUE, *Verificação Preventiva da Constitucionalidade e Legalidade nas Regiões Autónomas*, *Op. Cit.*, p.97 e seguintes. ARNALDO OURIQUE, *Os limites...*, *Op. Cit.*, pp.31, 61 e 76.

[76] Perspetivamos a seguinte ideia de princípio: aquilo que, sendo criado, se mantém continuamente até ao fim do seu percurso. Significa isso que na aplicação dum sistema esse princípio pode nem constituir um problema, nem uma materialização positiva. Ele existe e podemos apenas compreender a sua dimensão através da aplicação concreta dum caso. Repare-se como o princípio do *interesse específico* até determinada altura não levantou grandes questões, até ao momento em que os princípios da unidade nacional, a unidade do Estado e o interesse nacionais começaram sendo utilizados, ARNALDO OURIQUE, *Os limites...*, *Op. Cit.*, pp.105-109. Ou seja, um princípio não é um mero comando imperativo, é mais um ponto de partida que se mantém; por isso trata-se de um critério que basicamente serve para a valorização concreta do seu conteúdo, e é nessa aplicação que o princípio se transforma em norma.

Repare-se, numa síntese comparativa entre os textos constitucionais original de 1976 e da 1ª revisão de 1982 este quadro (os números de ordem da esquerda correspondem aos da direita) (referem-se os artigos/normativos):

**Quadro 2:** síntese comparativa entre os textos constitucionais orig. 1976 e 1ª revisão 1982

| Constituição originária de 1976 | Constituição, 1ª revisão, 1982 |
|---|---|
| 1. Presidente da República, 136º-138º | 1. Presidente da República, idem, mais extensos |
| 2. Assembleia da República, 164º-168º | 2. Assembleia da República, idem, mais extensos |
| 3. Conselho da Revolução (CR), 145º-148º | 3. (extinto) |
| 4. Comissão Constitucional, 283º | 4. Tribunal Constitucional, 213º, mais técnico e jurídico |
| 5. Comissão Consultiva para as regiões autónomas, 236º | 5. (extinta) |
| 6. Poder normativo – sem norma | 6. Poder normativo, 115º |
| 7. Sistema de garantia da Constituição politizado pelo CR, 143º, 283º, 277º e ss. | 7. Sistema de garantia da Constituição mais e melhor "judicializado", 212º, 213º, 277º e ss. |
| 8. Supremo Tribunal Administrativo, por lei avulsa | 8. Este e todos como tribunais na aplicação das leis na conformidade da constitucionalidade e da legalidade, 209º) |

É por isso mesmo que a norma, ali no artigo 115º da Constituição, depois e hoje no artigo 112º, se mantém inalterada, neste ponto em concreto, desde a sua introdução em 1982. E é, por isso mesmo, uma significativa vaga autonómica.

### *4. Da autonomia estatutária*

4.1 O que se pretende neste capítulo é a distinção de duas realidades distintas: por um lado, sublinhar que não existem apenas vagas autonómicas constitucionais, também existem vagas autonómicas estatutárias; e, por outro lado, mostrar pelo menos duas destas vagas.

4.2 É possível que da leitura sistémica do Estatuto, passando do texto provisório de 1976 para o definitivo de 1980 e deste para o de 2009, e fazendo-a inclusivamente através duma comparação entre o Estatuto dos Açores e o da Madeira, encontrar matérias que se possam enquadrar naquilo que designamos de vaga autonómica. Mas não é esse o nosso objetivo. Contentamo-nos indicar e interpretar dois casos que são, não apenas vagas autonómicas, mas, mais do que isso, são vagas autonómicas importantíssimas – e cujas consequências ainda estão inteiramente por determinar.

4.3 São estas as duas vagas estatutárias: uma tem que ver a expurgação, em 1998, pela 2ª revisão do Estatuto dos Açores, do importante conceito esta-

tutário dos três centros urbanos históricos dos Açores, conforme mostraremos em 4.4 infra; a outra tem que ver com a lista estatutária das matérias legislativas operada em 2009, na 3ª revisão do Estatuto dos Açores, a qual veremos em nº4.5 infra.

**a) *1ª vaga autonómica estatutária de 1998***

4.4 A 2ª revisão do Estatuto dos Açores, feita em 1998, quando o Partido Socialista estava no poder desde 1996 (com governo de Carlos César, e no Governo nacional António Guterres), trouxe muitas alterações. Importa-nos aquela em que expurgou uma norma que existia no texto definitivo de 1980 e ainda na sua 1ª revisão em 1987, e que era a seguinte:

4.4.1 No texto do Estatuto Provisório de 1976, artigo 5º: «*Os órgãos da Região e respetivos departamentos terão a sua sede nas cidades de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, nos termos a definir por decreto regional, que terá em conta os objetivos da unidade dos Açores e da complementaridade das suas parcelas territoriais, bem como a tradição político-administrativa daqueles três centros urbanos e a eficiência dos referidos órgãos e departamentos*» (sublinhado nosso).[77]

4.4.2 No texto definitivo de 1980, no artigo 4º, nº2,[78] e no texto da revisão de 1987, artigo 4º, também se manteve inalterado neste aspeto: «*Artigo 4.º 1 - A Assembleia Regional tem a sua sede na cidade da Horta, sem prejuízo da realização de reuniões plenárias ou de comissões onde for decidido. 2 - Os departamentos do Governo Regional terão a sua sede nas cidades de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, nos termos definidos pela Assembleia, que terá em conta os objetivos da unidade dos Açores e da complementaridade das suas parcelas territoriais, bem como a tradição político-administrativa daqueles três centros urbanos e a eficiência dos referidos departamentos*» (sublinhado nosso).[79]

4.4.3 Na 3ª revisão do Estatuto em 1998 este conceito dos três centros urbanos desparece.[80]

4.4.4 Esta alteração possui duas cargas político, jurídico psicológicas diferentes: uma tem que ver com as consequências políticas e ju-

[77] Ver em ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores – 40 anos de Política Estatutária*, Angra do Heroísmo, 2017: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt., p.20.

[78] Ver em ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores*, *Op. Cit.*, pp.35-36.

[79] Ver em ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores*, *Op. Cit.*, p.56 e seguintes.

[80] Ver em ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores*, *Op. Cit.*, p.68 e seguintes.

rídicas de tal expurgação, verificando concretamente o seu valor político insular, e sobre isso já tivemos oportunidade de fazer uma análise introdutória;[81] e uma outra tem que ver com a dimensão partidária da questão tendo em conta que o poder tem sido na Região dividido entre o Partido Social Democrata de 1976 a 1996, e o Partido Socialista entre 1976 até aos nossos dias.

4.4.5 Remetendo, em parte, para aquele estudo já citado, podemos concluir:

4.4.5.1 Que o arquipélago está disposto em três grupos de ilhas de forma natural.

4.4.5.2 Que os Açores, por isso mesmo, sempre tiveram uma certa naturalidade para a sua divisão tripartida: embora em cada ilha existisse o seu capitão donatário, embora os serviços centrais do reino estivessem centrados em Angra, as ilhas agrupavam-se à volta dos seus principais portos que se aglutinavam em função da sua qualidade e da dimensão populacional das vilas de Angra do Heroísmo, da Horta e de Ponta Delgada porque eram «*o eixo estrutural de todo o processo colonizador e influenciaram-se desde cedo como espaços centrais*» das ilhas.[82]

4.4.5.3 Que a Região foi sempre perspetivada nesse sentido triangular, nomeadamente quer no tempo da monarquia,[83] quer a partir da primeira Constituição monárquica de 1822 com a divisão do território dos Açores nos três centros urbanos feitos distritos,[84] e assim perdurou até 1976, até à instauração do sistema constitucional autonómico hodierno.

4.4.5.4 Que o conceito de unidade foi destruído no seu triângulo fundacional que incluía as ilhas, cada ilha das nove e os três naturais históricos centros urbanos. Isto é, desaparecendo a unidade regional numa dialética de três a puxar ou a empurrar as mais pequenas, como que três centros a aglutinar, à sua volta, um desenvolvimento harmonioso, fica em seu lugar

[81] ARNALDO OURIQUE, *Tradicionalidade dos «três centros urbanos»*, Angra do Heroísmo, 2015: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt.

[82] Ver, por todos, ANTONIETA REIS LEITE, *Açores – Cidade e Território*, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, policopiado, 2012, sobretudo pp.ix, 40 e 525-526.

[83] ARNALDO OURIQUE, *As Regiões Insulares nas Primeiras Constituições Portuguesas. Constituições Liberais Monárquicas de 1822, 1826, 1838 e Primeira Constituição Republicana de 1911*, *vLex*, Barcelona, 2010: https://doutrina.vlex.pt/source/as-regioes-insulares-nas-primeiras-constitui-es-portuguesas-6504, sobretudo p.11 e seguintes.

[84] Para a compreensão global desta matéria, ver sobretudo: ARNALDO OURIQUE, *Autonomia Administrativa dos Açores antes de 1976. Apontamentos Jurídicos*, *vLex*, Barcelona, 2008: https://doutrina.vlex.pt/source/autonomia-administrativa-dos-a-ores-antes-1976-apontamentos-juridicos-2536. ARNALDO OURIQUE, *As Regiões Insulares*, *Op. Cit.*

um único centro que, naturalmente, perde capacidade para suportar o todo. Já não é "ilhas, ilha por ilha das nove e três centros naturais e históricos", mas tão só um único centro.

4.4.5.5 E que, destruindo-se assim a naturalidade e a história do arquipélago, fica destruída a dimensão fundacional constitucional da Autonomia Insular. Como se verá no nº4.4.12 infra, as autonomias estão, para a Constituição, e desde 1976, fundadas nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e históricas.

4.4.6 E a dimensão partidária: se a ideia e o conceito nasceram em 1976 e perduraram até 1998, o que mudou de tal modo que, na introdução de um novo poder partidário, se altere esse paradigma político da unidade regional? Coloca-se nesta interrogação todas as respostas possíveis – que não nos cabe aqui desenvolver.

4.4.7 Não existem trabalhos preparatórios da sua instauração na feitura do Estatuto Provisório;[85] e nos referentes à feitura do Estatuto Definitivo verifica-se que o conceito dos três centros urbanos históricos não motiva nenhum embaraço porque é perspetivado quase exclusivamente na vertente, não da unidade regional, mas na da distribuição dos poderes regionais pelos três centros naturais e históricos.[86] Assim como na iniciativa regional desse Estatuto Definitivo, também aí foi transcrito o conceito previsto no Estatuto Provisório que, por informações informais, julgamos saber sem qualquer discussão neste ponto em concreto.[87]

4.4.7.1 Ou seja, dos trabalhos preparatórios da consagração definitiva do Estatuto Definitivo de 1980, quer na Assembleia Legislativa, entidade proponente, quer na Assembleia da República, entidade de aprovação, não é discutida a dimensão do conceito – porque apenas é abordado numa perspetiva da organização dos governos regionais e da administração pública regional autonómica. Isto é: existindo os três eixos dos três distritos é natural a implementação do poder nesses três eixos, mais ainda quando historicamente estiveram voltados de costas uns para os outros.[88]

---

[85] TERESA RUEL, *As regiões autónomas*, *Op. Cit.*, p.29.

[86] Ver em debates.pt. Diários da Assembleia da República, I Série, nºs 59, 67 e 69 de 30 maio, 21 e 25 junho de 1980, e II Séria, nº64 de 29-05-1980.

[87] As iniciativas de resolução no Parlamento regional, 4/1979 e 6/1979, encontram-se indisponíveis em www.alra.pt.

[88] Como é sabido os distritos foram criados a partir de 1832 e foram extintos em 1892, tendo sido os distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo a querer mantê-los e assim aconteceu a partir de 1895, embora a Horta nunca o aceitasse se não à força da lei aperada pela Estatuto Administrativo das Ilhas Adjacentes da década de quarenta do século XX. Ver, por todos, ARNALDO OURIQUE, *Autonomia Administrativa dos Açores antes de 1976. Apontamentos Jurídicos*, *Op. Cit.*

4.4.7.2 E nos trabalhos preparatórios da sua expurgação em 1997? No caso regional, da Assembleia Legislativa, sabemos informalmente que a iniciativa limitou-se a expurgar o conceito sem explicar o motivo ou a finalidade.[89] E também, como seria de esperar, tal matéria não foi abordada nos trabalhos preparatórios da Assembleia da República porque não fazia parte da agenda da iniciativa regional.[90]

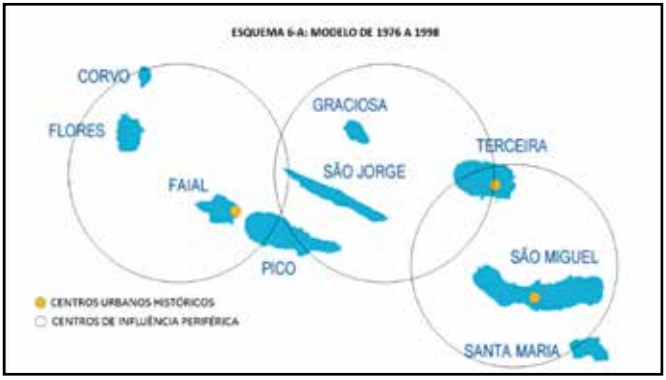
4.4.7.3 Em síntese neste ponto, verifica-se que nos trabalhos preparatórios, de um lado, regional e proponente, e do outro lado, estadual e aprovador, não se perspetiva nenhuma discussão. Este círculo de saber em concreto – justifica, e seria importante, saber mais alguma coisa, saber exatamente o que esteve na base dessa alteração, os seus motivos e justificações; mas isso ultrapassa em muito o objeto e objetivo do presente estudo que visa, não exatamente estudar os porquês de todas as alterações, mas descortinar aquelas que são matérias consideradas vagas autonómicas.[91]

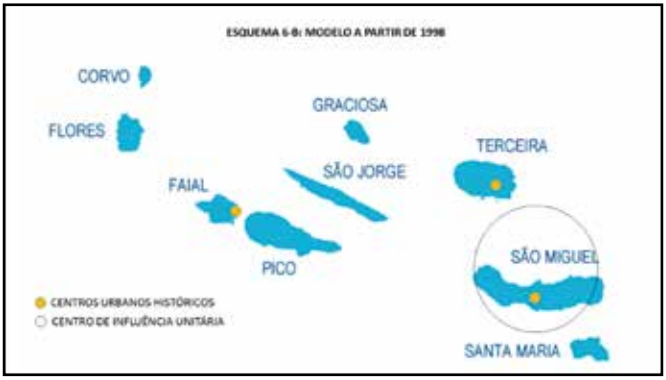
4.4.8 Os três centros urbanos faziam parte dum esquema lógico, na fundação da unidade regional. Isto é, a unidade regional era baseada no seu todo, em função da realidade de cada ilha e em função da tradicionalidade dos três centros urbanos. No *Esquema 6-A-Modelo dos três centros urbanos naturais e históricos dos Açores e* no *Esquema 6-B-Modelo da centralidade arquipelágica dos Açores a partir de 1998* pode ver-se o que durou durante 22 anos, e o que foi implementado em seu lugar a partir de 1998; e compreenda-se a dimensão de influência dos três centros em vez de um:

[89] A iniciativa conhecida no website do Parlamento regional, a 12/1997, apenas se refere à respetiva Comissão, www.alra.pt.

[90] Na parte da iniciativa, ver em http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/De talheIniciativa.aspx?BID=4868; na parte dos debates, ver em http://debates.parlamento.pt/, na VII Legis-latura, III e IV sessões legislativas.

[91] Para essa investigação é absolutamente necessário procurar nos arquivos físicos (documentais), não apenas da Assembleia Legislativa, mas também das secretarias regionais da Presidência e da Administração Pública, coadjuvando com análises do que foi mencionado e discutido na comunicação social de então.




4.4.9 Está por fazer o estudo que comprove esta teoria. Queremos dizer: se podemos retirar da lei o sistema de complexidades de influência entre as ilhas, porque é fácil perceber que três centros de desenvolvimento é sempre melhor do que apenas um, tanto é que que se três são diferentes entre si e as influências possam diferenciar-se ainda mais, mais ainda será num caso de um único centro. Se podemos dizer isso em teoria, portanto, seria agora importante verificar a dimensão prática, os corolários dessa profunda alteração.

4.4.10 Pela estatística oficial e pela comunicação social percebemos, por um lado, que no espetro orgânico, nos últimos anos houve efetivamente uma concentração de serviços num único centro e que os dois, Horta e Angra, perderam força e, por outro lado, em termos de desenvolvimento, as ilhas perderam significativamente.

4.4.11 Não é nosso objetivo o estudo das consequências, mas tão só a profundidade das alterações ao sistema autonómico, para

que seja considerado, ou não, uma vaga autonómica, neste caso estatutária, interna portanto, e, nesse ponto, percebemos claramente que a alteração foi efetivamente substantiva; e é previsível vir a demonstrar-se as consequências práticas dessa alteração, o que reforça mais o valor desta vaga autonómica

4.4.12 Acresce a isso um ponto essencial e que tem que ver com a fundamentação constitucional da criação da autonomia insular. Dispõe o artigo 225º, nº1 da Constituição, e já assim o era no texto originário de 1976 (no então artigo 227º, nº1) que «*o regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas <u>históricas aspirações autonomistas das populações insulares</u>*». (sublinhado nosso). Um dos fundamentos da autonomia eram as suas *históricas aspirações autonomistas das populações insulares* – as quais, como se sabe, se fizeram na base precisamente destes três centros urbanos coincidente com os distritos insulares.

4.4.13 Ou seja, foi retirado do Estatuto uma parte da materialização fundacional da autonomia. Isto é ainda, é o próprio Estatuto, proposto pela própria Região Autónoma, que determina a expurgação da norma, do conceito e da matriz insular açoriana, matriz natural e matriz política.

4.4.14 Não temos por finalidade investigar, é importante referir novamente, analisar e avaliar as consequências de tal alteração, mas podemos, com segurança apontar elementos de governação que traduzem o resultado de tal corte autonómico: a consagração das ilhas mais pequenas como Ilhas de Coesão, incluindo a segunda maior ilha açoriana com um *PREIT-Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira*;[92] ou durante estas duas últimas décadas os governos dos Açores não conseguiram implementar um serviço de transporte marítimo de mercadorias e pessoas adequado, mas sobretudo de mercadorias entre as diversas ilhas em desenvolvimento da economia integrada, o qual o Presidente do Governo, após as eleições de 2016, fixou como sendo um dos seus objetivos principais, mas que até à data ainda não se ouviram notícias;[93] e criou-se, nesse mesmo período de vinte anos, uma enorme cratera de

[92] PREIT-Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, sem data, mas é de janeiro de 2015, ou um pouco antes, disponível em http://www.azores.gov.pt/.

[93] Tal declaração contrariava, aliás, o panorama traçado pelo seu Governo através do Plano Integrado dos transportes dos Açores de 10-02-2014, que vai num sentido oposto, de que está estabilizado; ver esse plano em http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/886AC759-79EC-4F3A-A74BC10442B4B9C 8/0/PIT.pdf; e ver essa declaração na variada comunicação social dos Açores dias depois das eleições de 2016.

pobreza nos Açores, sobretudo centrada em S. Miguel, cujo estudo divulgado em 2017 mostra que a Região tem uma taxa de risco de pobreza de 28,3% (nove pontos acima da média nacional), e uma taxa de retenção do ensino básico regular na ordem dos 11,9% (contra 7,9% nacional), sendo que a maior ilha da Região tem 77% de beneficiários do RSI-Rendimento Social de Inserção e 73% de beneficiários do CSI-Complemento Solidário para o Idoso,[94] o que levou o Governo regional a apresentar uma *Estratégia Regional de Combate à* Pobreza *e Exclusão Social*,[95] e a considera-lo um modelo de exemplo nacional.[96]

4.4.15 Estamos perante uma vaga autonómica, de enorme proporções aliás, e cujas consequências serão analisadas por outras áreas do conhecimento. Mas, em termos de estrutura política e jurídica, de fundação da realidade insular, a expurgação desta ideia do circuito dos três centros urbanos tradicionais – parece-nos da maior importância. Razão para a considerar como uma vaga autonómica estatutária, sem reservas.

**b*) 2ª vaga autonómica estatutária de 2009***

4.5 A outra vaga autonómica estatutária reside na lista estatutária das matérias legislativas. Na 6ª revisão da Constituição, feita em 2004, e que vimos supra, remeteu para o Estatuto das regiões autónomas essa listagem.[97]

4.5.1 A Região Autónoma da Madeira, até hoje, não promoveu a alteração do seu Estatuto Político em virtude dos comandos da revisão constitucional de 2004; melhor dizendo, promoveu, mas retirou a iniciativa, ficando sem efeito.[98] Isto é, a Madeira continua, desde então, com a mesma lista de matérias constitucionais, e isso faz com que mantenha as alíneas então previstas, assim mantendo a cláusula

[94] Estratégia Regional de Combate Pobreza e Excluso Social – Diagnóstico, junho de 2017, disponível em http://www.azores.gov.pt/.

[95] Estratégia Regional de Combate Pobreza e Excluso Social – Proposta para 2018-2018, dezembro de 2018, disponível em http://www.azores.gov.pt/.

[96] Conforme noticiou a comunicação social nacional. Nos Açores esta matéria foi desenvolvida sobretudo pelo Dr. Nuno Melo Alves, a quem agradecemos por nos ter, a nosso pedido, enviado os diversos documentos.

[97] «*Artigo 46º*» da Lei Constitucional 1/2004, de 25 junho, concernente, portanto, à 6ª revisão da Constituição: «*Até à eventual alteração das disposições dos estatutos político-administrativos das regiões autónomas, prevista na alínea f) do nº6 do artigo 168º, o âmbito material da competência legislativa das respetivas regiões é o constante do artigo 8º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do artigo 40º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira*».

[98] Através da Resolução da Assembleia Legislativa 12/2005/M, de 8 agosto: «*Resolve retirar a proposta de alteração do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira que se encontra na Assembleia da República*».

aberta, na alínea vv) quanto à fundamentação da criação de lei regional autonómica de âmbito regional.[99]

4.5.2 Bem diferentemente os Açores promoveram uma enorme alteração ao seu Estatuto em 2009, a sua 3ª revisão.[100] Naquilo que estamos interessados, ficou estabelecida uma «*Secção II Competência da Assembleia Legislativa*» e relativa à «*Subsecção II Matérias de competência legislativa própria*», e onde fazem parte os artigos 49º a 67º, num total de 18 artigos, com 145 alíneas, e com mais quatrocentas de matérias.[101]

4.5.3 Como se percebe esta listagem no Estatuto dos Açores decorreu da alteração do sistema constitucional: as matérias que antes eram listadas na Constituição como sendo de *interesse específico* transitaram

---

[99] Isto é, as alíneas previstas no artigo 40º do seu Estatuto (por decorrência do texto constitucional anterior, antes, portanto, desta revisão constitucional de 2004; ver nota 97): «*Artigo 40º, Matérias de interesse especifico. Para efeitos de definição dos poderes legislativos ou de iniciativa legislativa da Região, bem como dos motivos de consulta obrigatória pelos órgãos de soberania, nos termos do nº2 do artigo 229º da Constituição, constituem matérias de interesse específico, designadamente:*
*a) Política demográfica, de emigração e estatuto dos residentes; b) Tutela sobre as autarquias locais e sua demarcação territorial; c) Orientação, direção, coordenação e fiscalização dos serviços e institutos públicos e das empresas nacionalizadas ou públicas que exerçam a sua atividade exclusiva ou predominantemente na Região e noutros casos em que o interesse regional o justifique; d) Infraestruturas e transportes marítimos e aéreos, incluindo escalas e tarifas; e) Administração de portos e aeroportos, incluindo impostos e taxas portuárias e aeroportuárias entre ilhas e destas para o exterior; f) Pescas e aquicultura; g) Agricultura, silvicultura, pecuária; h) Regime jurídico e exploração da terra, incluindo arrendamento rural; i) Política de solos, ordenamento do território e equilíbrio ecológico; j) Recursos hídricos, minerais e termais; l) Energia de produção local; m) Saúde de e segurança social; n) Trabalho, emprego e formação profissional; o) Educação pré-escolar, ensino básico, secundário, superior e especial;*
*p) Classificação, proteção e valorização do património cultural; q) Museus, bibliotecas e arquivos; r) Espetáculos e divertimentos públicos; s) Desporto; t) Turismo e hotelaria; u) Artesanato e folclore; v) Expropriação, por utilidade pública, de bens situados na Região, bem como requisição civil; x) Obras públicas e equipamento social; z) Habitação e urbanismo; aa) Comunicação social; bb) Comércio interno, externo e abastecimento; cc) Investimento direto estrangeiro e transferência de tecnologia; dd) Mobilização de poupanças formadas na Região com vista ao financiamento dos investimentos nela efetuados; ee) Desenvolvimento industrial; ff) Adaptação do sistema fiscal à realidade económica regional; gg) Concessão de benefícios fiscais; hh) Articulação do Serviço Regional de Proteção Civil com as competentes entidades nacionais; ii) Estatística regional; jj) Florestas, parques e reservas naturais; ll) Vias de circulação, trânsito e transportes terrestres; mm) Orla marítima; nn) Valorização dos recursos humanos e qualidade de vida; oo) Defesa do ambiente e equilíbrio ecológico; pp) Proteção da natureza e dos recursos naturais, bem como da sanidade pública, animal e vegetal; qq) Organização da administração regional e dos serviços nela inseridos, incluindo de administração central; rr) Manutenção da ordem pública; ss) Cooperação e diálogo inter-regional nos termos da alínea u) do nº1 do artigo 227º da Constituição; tt) Construção, instalação ou utilização de bases militares, bem como infraestruturas e equipamentos afins; uu) Construção, instalação ou utilização de infraestruturas com fins de observação, estudo e investigação científica; vv) Outras matérias que respeitem exclusivamente à Região ou que nela assumam particular configuração*».

[100] Pode consultar-se os trabalhos preparatórios na Região, em http://base.alra.pt:82/4DACTI ON/w_pesquisa_registo/3/1847, designada Iniciativa na Base de Dados 3/2007; o texto da iniciativa como Anteprojeto ver em http://base.al ra.pt:82/iniciativas/iniciativas/EAPpL003-07.pdf. As comissões e subsequentes alterações estão nas iniciativas na AL-RAA 18/2004, 2/2006, 17/2007 e 20/2007, tudo em www.alra.pt.
Para os trabalhos preparatórios na Assembleia da República, ver os diários, II Série-A nº23, de 29-11-2007, e Série I, nºs 67 e 111 de 04-04 e 10-09-2008, em www.debates.parlamento.pt.

[101] Pode consultar-se em ARNALDO OURIQUE, *Leis Fundamentais de Portugal*, *op. Cit.*, pp. 194-206.

para os estatutos políticos das regiões autónomas quanto à capacidade legislativa do seu *âmbito regional*.

4.5.4 Embora fosse essa a ideia, esta alteração mostrou-se mais larga: não só fez descer da Constituição para o Estatuto Autonómico a lista das matérias de *âmbito regional*, mas, mais do que isso, cristalizou aquilo que antes não existia: a fixação taxativa das matérias que a Assembleia Legislativa pode legislar face ao poder normativo do Governo Regional. A partir daí todas aquelas matérias listadas no Estatuto – são da exclusiva competência do Parlamento regional.[102] e todas elas apenas legisladas através do *decreto legislativo regional*, isto é, o ato normativo mais importante do sistema autonómico.[103]

4.5.5 Como se pode observar no *Esquema 7-A-Modelo legislativo autonómico antes da 3ª revisão do Estatuto* e no *Esquema 7-B-Modelo legislativo a partir da 3ª revisão do Estatuto em 2009*, no sistema legislativo próprio autonómico não existia essa separação tão clara:

**ESQUEMA 7-B: MODELO A PARTIR DA 3ª REVISÃO DO ESTATUTO EM 2009**

Artigo 44º Revestem a forma de decreto legislativo regional:

→ Os atos previstos nas alíneas B (plano de desenvolvimento económico), C (orçamento regional), D (autorizar o Governo a contrair empréstimos e outras operações de crédito) e E (estabelecer o limite máximo de avales pelo Governo) do artigo 34º.

→ Os atos previstos na competência legislativa própria, artigo 37º, isto é, as matérias previstas nos artigos 49º a 67º, os referidos 18 artigos, com 145 alíneas, e com mais quatrocentas matérias. Ou seja, inclui todas as matérias anteriormente previstas na Constituição e no Estatuto (Esquema 7-A), a que são acrescidas muitas outras, embora nalguns casos exista uma certa sobreposição (por exemplo, «*recursos turísticos*» é a mesma coisa em termos de poder legislativo que «*empreendimentos turísticos*», assim como «*proteção do ambiente*» e «*recursos naturais*» ou «*equipamentos culturais*» e «*museus e bibliotecas*».

→ Os atos de desenvolvimento das leis de bases dos órgãos de soberania em certas matérias, artigo 38º, nº1.

→ Os atos de legislação com autorização da Assembleia da República, artigo 39º, nº1.

→ Os atos de legislação de transposição dos atos jurídicos da União Europeia, artigo 40º.

→ Os atos legislativos de regulamentar as leis regional e estadual, artigo 41º.

---

[102] Estas, nos termos dos citados artigos 49º a 67º transcritos na anotação 99 supra; e noutras: artigos 34º, alíneas b) (plano de desenvolvimento económico), c) (orçamento regional), d) (realização de empréstimos pelo Governo regional) e e) (limites máximos de avales a conceder pelo Governo Regional), 37º (as matérias legislativas de âmbito regional já citadas), 38º, nº1 (desenvolver os princípios e as bases das leis dos órgãos de soberania em certas áreas), 39º, nº1 (legislar com autorização da Assembleia da República), 40º (transposição de atos jurídicos da União Europeia) e 41º (regulamentação das leis estaduais), todos do Estatuto dos Açores. Artigo 44º, nº1: «*Forma dos atos 1 — Revestem a forma de decreto legislativo regional os atos previstos nas alíneas b), c), d) e e) do artigo 34.º, no artigo 37.º, no nº1 do artigo 38.º, no nº1 do artigo 39.º, no artigo 40.º e no artigo 41.º*».

[103] Artigo 112º, nºs1, 4 e 8, 233º, nº1, 278º, nº2 da Constituição e artigo 44º, nº1 do Estatuto dos Açores.

**ESQUEMA 7-A: MODELO ATÉ 2009 ANTES DA 3ª REVISÃO DO ESTATUTO**

Artigo 34º Revestem a forma de decreto legislativo regional:

→ Os atos previstos nas alíneas B (plano de desenvolvimento económico), C (orçamento regional) e D (autorizar o Governo a contrair empréstimos e outras operações de crédito) do artigo 30º.

→ Os atos previstos nas alíneas C (*legislar na sua capacidade própria, isto é, nas matérias previstas na Constituição, as catorze alíneas previstas na Constituição antes de 2004: Valorização dos recursos humanos e qualidade de vida; Património e criação cultural; Defesa do ambiente e equilíbrio ecológico; Proteção da natureza e dos recursos naturais, bem como da sanidade pública, animal e vegetal; Desenvolvimento agrícola e piscícola; Recursos hídricos, minerais e termais e energia de produção local; Utilização de solos, habitação, urbanismo e ordenamento do território; Vias de circulação, trânsito e transportes terrestres; Infraestruturas e transportes marítimos e aéreos entre as ilhas; Desenvolvimento comercial e industrial; Turismo, folclore e artesanato; Desporto; Organização da administração regional e dos serviços nela inseridos; Outras matérias que respeitem exclusivamente à respetiva região ou que nela assumam particular configuração), d) (legislar com autorização da Assembleia da República*), E (desenvolver as leis de bases em certas matérias), F (exercício do poder tributário), G (criar e extinguir autarquias locais) H (elevar povoações a vilas e cidades) e I (criar serviços personalizados, institutos e fundos públicos e empresas públicas) do nº1 do artigo 31º.

→ Os atos previstos nas alíneas A regulamentar a lei regional e estadual), B (adaptar o sistema fiscal nacional), C (fixar as dotações das autarquias locais dos recursos comunitários) e D (definir atos ilícitos de mera ordenação social do nº1 do artigo 33º.

4.5.6 Ou seja, no sistema anterior, fora das matérias não incluídas no poder exclusivo da Assembleia Legislativa – o Governo regional podia não só produzir regulamentos independentes, assim como também havia muita margem de manobra para regulamentar a lei regional. Mas o novo sistema, a consagração exaustiva das matérias exclusivas à Assembleia Legislativa e ao ato normativo legislativo decreto legislativo regional, não só aumenta o poder do Parlamento face ao Governo regional, como de igual modo reforça a ideia da dimensão exclusiva do poderio legislativo parlamentar face ao poderio normativo do governo.

4.5.7 Na verdade, como se sabe, o Governo regional podia com mais facilidade apoderar-se, na ausência de legislação parlamentar regional, do poder de criar regulamentos: uns são *regulamentos totalmente independentes*, aqueles que são feitos com base na Constituição, neste caso, no entanto, apenas quanto à sua orgânica e funcionamento político;[104] uns são *regulamentos independentes stricto sensu*, os que se baseiam diretamente no Estatuto Político;[105] e outros, finalmente,

[104] Artigo 231º, nº5 da Constituição, repetido no artigo 89º, nº1, alínea a) do Estatuto dos Açores.

[105] Artigos 89º, nº1, alíneas a) b), c) e d), 90º, nº1, alínea d), nº2, alínea a) todos do Estatuto dos Açores. Compete ao Governo Regional, respetivamente: «*Aprovar a sua própria organização e funcionamento*», «*Regulamentar a legislação regional*», «*Regulamentar atos jurídicos da União Europeia*», «*Elaborar os regulamentos necessários ao eficaz funcionamento da administração regional autónoma e à boa execução das leis*», «*Adotar as medidas necessárias à promoção e desenvolvimento económico e social e à satisfação das necessidades coletivas regionais*» e «*Lançar, liquidar e cobrar impostos e taxas através de serviços próprios ou recorrendo aos serviços do Estado*».

que são os *regulamentos independentes "autónomas"*, os que se baseiam na lei ordinária e avulsa habilitante.[106] [107] Ora, aumentando as matérias que são exclusivas da Assembleia legislativa, naturalmente que diminui a margem que o Governo regional tinha.

4.5.8 É ainda necessário questionar a dimensão legislativa, isto é, perguntar o que, nesta avantajada lista de matérias reservadas ao Parlamento regional, cabe à Assembleia legislar e até onde vai esse poder; noutra maneira de dizer, o que é que pode o Governo Regional fazer normativamente frente a esta nova realidade. Os termos da lei estatutária são elucidativos: enquanto na lista constitucional e estatutária anteriores a matéria, por exemplo, do desporto ou da cultura, limitavam-se a «*Desporto*» e «*Folclore e artesanato*» (eram apenas estes dois elementos, folclore e artesanato, que se encontrava para o espetro do que seja cultura), já no novo modelo as normas, em função da matéria, subdividem-se em submatérias. Vejamos estes dois exemplos:

4.5.8.1 No Desporto, o artigo 65º, «*Desporto*», dispõe: «*1 — Compete à Assembleia Legislativa legislar em matéria de desporto. 2 — A matéria de desporto abrange, designadamente: a) O sistema desportivo regional e o sistema de informação desportiva, incluindo organização, administração, planeamento, financiamento e fiscalização; b) A atividade desportiva profissional e não profissional, incluindo o intercâmbio desportivo, o desporto escolar, o desporto de alta competição e o voluntariado desportivo; c) As infraestruturas, instalações e equipamentos desportivos; d) Os recursos humanos no desporto; e) O mecenato desportivo; f) O movimento associativo desportivo e as sociedades desportivas*».

4.5.8.2 Na Cultura, o artigo 63º, «*Cultura e comunicação social*», institui: «*1 — Compete à Assembleia Legislativa legislar em matérias de cultura e comunicação social. 2 — As matérias de cultura e comunicação social abrangem, designadamente: a) O património histórico, etnográfico, artístico, monumental, arquitetónico, arqueológico e científico; b) Os equipamentos culturais, incluindo museus, bibliotecas, arquivos e outros espaços de fruição cultural ou artística; c) O apoio e a difusão da criação e produção teatral, musical, audiovisual, literária e de dança, bem como outros tipos de criação intelectual e artística; d) O folclore; e) Os espetáculos e os divertimentos públicos na Região, incluindo touradas e tradições tauromáquicas nas suas diversas manifestações; f) O mecenato cul-*

[106] Artigo 112º, nº6 e nº7 da Constituição.

[107] Sobre esta distinção ver ARNALDO OURIQUE, *Regulamentos independentes do governo regional (o poder normativo do governo regional nas regiões autónomas*), DataJuris, Coimbra-Lisboa, 2007: http://www.datajuris.pt.

*tural; g) A comunicação social, incluindo o regime de apoio financeiro*».[108]

4.5.9 Ora, existe aqui nesta extensiva lista uma pormenorização avantajada, parece não existir rigorosamente nada que não caiba neste poder legislativo parlamentar.

4.5.10 Neste ponto ainda, resta saber, por exemplo, num destes aspetos, os casos de « *O apoio e a difusão da criação e produção teatral, musical, audiovisual, literária e de dança, bem como outros tipos de criação intelectual e artística*» e « *infraestruturas, instalações e equipamentos desportivos*» se o legislador só deve criar, pela lei, as bases e as regras gerais e deixar o seu desenvolvimento para o poder normativo do Governo regional através da respetiva regulamentação, ou se, pelo contrário pode, e ou deve, determinar todo o regime deixando apenas ao executivo a mera função regulatória dos elementos procedimentais.

4.5.11 A resposta só poder constituir-se uma: a largura da dimensão legislativa que o Estatuto dá em 18 artigos, e em 145 alíneas-matérias e em mais quatrocentas submatérias, encaminham para a conclusão de que é ao Parlamento regional que cabe definir e determinar todo o regime cultural ou desportivo da matéria e das submatérias.

4.5.12 A própria organização do poder normativo do Governo Regional, se, por um lado, não foi alterado e, portanto, não está pensado para parecer oposto, por outro lado, esse modelo de organização realmente não o permite, o que reforça o poder legislativo do Parlamento. Na verdade, enquanto, por comparação ilustrativa, o Governo da República tem poder para criar leis, os decretos-lei, em matérias concorrenciais (não exclusivas da Assembleia da República), já o Governo Regional não tem esse tipo de poder "legislativo".

4.5.12.1 Na verdade, o poder normativo do Governo regional é, na generalidade, apenas regulamentário nos termos do artigo 89º, nº1, alínea b) do Estatuto.[109]

4.5.12.2 E o seu poder de produção normativa, nos termos dos artigos 89º, nº1, alínea d) e 90º, nº1, alínea d), nº2, alínea a) do Estatuto,[110] não cabem na possibilidade de criar *regulamentos independentes stricto sensu*, as referidas no nº4.5.7 supra, nestas matérias tão discriminadamente legislativo-parlamentares que o Estatuto institui com parcimónia.

---

[108] Não faz parte do nosso estudo a análise de como, em termos estruturais, o Estatuto trata as matérias. Mas podemos dizer, no mínimo, que para a cultura não existe um artigo específico; esta disposição é sobre a «Cultura e comunicação social». Pareceria mais correto que esta última poderia ter ficado no artigo 67º em «Outras matérias».

[109] Articulado legal transcrito na anotação 105 supra.

[110] Articulados legais transcritos na anotação 105 supra.

4.5.13 Vejamos alguns exemplos concretos desta temática para reforçarmos a ideia de que esta nova e exaustiva lista criada pela 6ª revisão da Constituição em 2004 e pela 3ª revisão do Estatuto em 2009, constituí um vaga autonómica e aliás significativa.

4.5.13.1 O Orçamento Regional para 2018, aprovado por lei do Parlamento, e já acontecia em orçamentos anteriores,[111] delega no Governo para atribuição de subsídios diretos pelos membros do Governo, e em várias áreas, desde a cultura e o desporto, passando por áreas sociais e empresariais.[112]

Na base disso o Governo Regional tem esse regime jurídico previsto numa resolução genérica que funciona como uma lei, no fundo estabelecendo o limite de 25.000 euros de apoios e o modelo de contrato programa,[113] os seus membros, atribuem subsídios sem formalidades e de forma direta.[114] Ora, para além da violação da igualdade que se verifica na distinção entre este mecanismo simples e as legislações específicas, por exemplo, para o apoio à cultura[115] a Assembleia Legislativa está a delegar no exe-

[111] Por exemplo, orçamentos de 2015, 2016 e 2017, Decreto Legislativo Regional 1/2015/A, de 7 janeiro, artigo 35º, Decreto Legislativo Regional 1/2016/A, de 8 janeiro, artigo 30º, e Decreto Legislativo Regional 3/2017/A, de 13 abril, artigo 31º.

[112] Artigo 34º do Decreto Legislativo Regional 1/2018/A, de 3 janeiro: «*Concessão de subsídios e outras formas de apoio 1 — Fica o Governo Regional autorizado a conceder subsídios e outras formas de apoio a entidades públicas e privadas no âmbito das ações e projetos de desenvolvimento que visem a melhoria da qualidade de vida e que tenham enquadramento nos objetivos do plano da Região Autónoma dos Açores, designadamente para: a) Proteção civil; b) Transportes; c) Construção, reabilitação e equipamento de infraestruturas públicas; d) Saúde e solidariedade social; e) Educação e formação; f) Turismo; g) Agricultura e pecuária; h) Aquicultura e transformação de pescado. 2 — Fica o Governo Regional autorizado a conceder subsídios e outras formas de apoio a ações e projetos de caráter social, económico, cultural, desportivo e religioso, que visem a salvaguarda das tradições, usos e costumes, o património regional ou a promoção da Região Autónoma dos Açores. 3 — No âmbito do disposto no número anterior, os apoios a conceder poderão assumir a forma de compensação pelos financiamentos utilizados pelas entidades beneficiárias na prossecução dos objetivos inerentes. 4 — A concessão destes auxílios fundamenta -se em motivo de interesse público e faz -se com respeito pelos princípios da publicidade, da transparência, da concorrência e da imparcialidade. 5 — A concessão dos auxílios previstos neste preceito é sempre precedida de resolução do Conselho do Governo Regional, na qual é fixado o limite máximo orçamental dos apoios a conceder e indicado a finalidade destes, o enquadramento orçamental da despesa inerente e, quando for o caso, a respetiva repartição plurianual, bem como o departamento do Governo Regional responsável pela sua atribuição. 6 — Os apoios a conceder em concreto são autorizados por despacho do membro do Governo Regional que representa o departamento referido no número anterior e objeto de contrato-programa com o beneficiário, no qual devem ser definidos os objetivos, o tipo e o valor do apoio, os direitos e as obrigações das partes, as medidas de controlo e acompanhamento, bem como o regime sancionatório em caso de incumprimento. 7 — Todos os subsídios e formas de apoio concedidos serão objeto de publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma da Açores*».

[113] Resolução do Conselho do Governo 66/2015, de 15 abril. A mais recente: Resolução do Conselho do Governo 15/2018, de 19 5fevereiro.

[114] Os exemplos são às centenas no Jornal Oficial dos Açores, embora com um modelo de pesquisa e acessibilidade de muito difícil utilização – se não se souber os termos exatos do que se procura ou se não se acompanhar o que é publicado no dia-a-dia.

[115] Sobre a cultura em geral: Decreto Legislativo Regional 9/2014/A, de 3 julho, que alterou o Decreto Legislativo Regional 21/2006/A, de 8 agosto. Sobre Sociedade recreativas e filarmónicas: Decreto Legislativo Regional 3/2014/A, de 14 fevereiro.

cutivo o poder que o regime estatutário lhe confere pelos artigos 44º, nº1, e 63º do Estatuto dos Açores.[116]

Esta situação, para além de configurar uma violação da regra constitucional de que a lei não deve criar atos cuja natureza possa alterar e constituir uma norma com valor de lei, artigo 112º, nº5, também constituí uma violação da regra constitucional de que nenhum órgão pode delegar a sua competência, artigo 111º, nº2, e a violação de regras estatutárias, em especial os artigos sobre a capacidade exclusiva do Parlamento e a forma do ato legislativo, artigos 37º, nº1 e 44º, nº1.[117]

4.5.13.2 Um caso antigo, isto é, anterior à reforma do Estatuto em 2009, e que se mantém ainda em vigor sem que a Região tenha feito o necessário ajustamento ao novo sistema estatutário, são os apoios realizados ao nível das relações externas, apoios que são feitos apenas na base dum regulamento governativo,[118] matéria da competência do Parlamento nos termos dos artigos 44º, nº1, e 60º, nº2, alíneas d) e e) do Estatuto dos Açores.[119]

4.5.13.3 Os exemplos multiplicam-se.[120] Será interessante uma investigação centrada nesta questão da delegação de competên-

[116] A transcrição do artigo 44º, nº1 encontra-se na anotação 102. Artigo 63ª «*Cultura e comunicação social 1 — Compete à Assembleia Legislativa legislar em matérias de cultura e comunicação social. 2 — As matérias de cultura e comunicação social abrangem, designadamente: a) O património histórico, etnográfico, artístico, monumental, arquitetónico, arqueológico e científico; b) Os equipamentos culturais, incluindo museus, bibliotecas, arquivos e outros espaços de fruição cultural ou artística; c) O apoio e a difusão da criação e produção teatral, musical, audiovisual, literária e de dança, bem como outros tipos de criação intelectual e artística; d) O folclore; e) Os espetáculos e os divertimentos públicos na Região, incluindo touradas e tradições tauromáquicas nas suas diversas manifestações; f) O mecenato cultural; g) A comunicação social, incluindo o regime de apoio financeiro*».

[117] A transcrição do artigo 44º, nº1 encontra-se na anotação 102. Artigo 37º, nº1: «*Competência legislativa própria. 1 — Compete à Assembleia Legislativa legislar, para o território regional, nas matérias da competência legislativa própria da Região e que não estejam constitucionalmente reservadas aos órgãos de soberania. 2 — São matérias da competência legislativa própria da Região as referidas na subsecção II da presente secção*».

[118] Portaria 68/2008, de 112 agosto.

[119] A transcrição do artigo 44º, nº1 encontra-se na anotação 102. Artigo 60º, nº2, alíneas d) e e): «*Família e migrações. 1 — Compete à Assembleia Legislativa legislar em matérias de apoio à família e às migrações. 2 — As matérias de apoio à família e às migrações abrangem, designadamente: a) A proteção de menores, a promoção da infância e o apoio à maternidade e à paternidade; b) O apoio aos idosos; c) A integração dos imigrantes; d) O apoio às comunidades de emigrantes; e) O associativismo e a difusão da cultura portuguesa e açoriana na diáspora; f) A reintegração dos emigrantes regressados*».

[120] Mais exemplos: matéria de revitalização urbana, Resolução do Conselho de Governo 88/2013, de 29 julho, ou a modernização agrícola, Portarias 39/2016, de 4 abril e 174/2018, de 14 fevereiro, contra artigos 44º, nº1, 52º e 57º, nº2, alíneas p) e q) do Estatuto. Ou ainda na área do desporto, entre outros: os regulamentos normativos inteiramente novos nas áreas do apoio aos dirigentes desportivos não praticantes, Portaria 59/2016, de 27 junho, apoio à atividade desportiva regular para jovens, Portaria 139/2015, de 26 outubro, desporto adaptado, Portaria 154/2015, de 30 novembro, e Açores Ativos, Portaria 152/2015, de 13 novembro, matérias previstas artigos 44º, nº1 e 65º do Estatuto. Ou outra ainda: a matéria do exercício da pesca e da atividade marítima na pesca, o Decreto Legislativo Regional 29/2010/A, de 9 novembro, depois

cias legais da Assembleia legislativo no Governo regional, pois são casos às centenas, e são aos milhares os atos de atribuição de subsídios ao longo dos anos – e contando apenas com os casos do novo regime criado pela 3ª revisão do Estatuto em 2009. Mas não é essa a finalidade do presente estudo. E esse estudo passa por verificar toda a ordem jurídica regional – para se perceber, através do encaixe entre os regimes jurídicos criados pelo Governo e as matérias legislativas parlamentares do Estatuto, qual a sua dimensão.

4.5.14 Acresce a isso um ponto lateral mas significativo: seria interessante saber o resultado dos trabalhos da comissão de implementação de legislação em virtude do novo estatuto da 3ª revisão de 2009, iniciativas da Base de Dados da Assembleia Legislativa, 18/2010, 31/2011 e 62/2011. Sabemos designadamente que a média de construção de leis nos Açores entre 1996 e 2009 foi de 35,35, porquanto entre os anos de 2010 e 2017 a média foi de 27,12.[121] Ou seja, se o novo modelo do Estatuto de 2009 visava concretizar a ideia dos construtores da revisão constitucional de 2004 no sentido de que se estava a criar um modelo de criação de leis de origem autonómica melhor e mais acessível para as regiões autónomas – isso não aconteceu, e confirma-o as iniciativas no Parlamento regional com as leis efetivamente criadas. Isto é, esta vaga autonómica estatutária, embora o seja em função da alteração do sistema, não o é na quantidade dos diplomas produzidos porque, pelo que vimos na média acima indicada, o número de diplomas decresceu continuamente, inclusivamente o ano de 2017 bateu o recorde mínimo de 8 leis produzidas.

4.5.15 Como se verifica, em síntese, existe efetivamente uma enorme vaga autonómica estatutária nesta divisão do poder normativo regional. Que a Região continua a não respeitar, mas esse é outro assunto.

---

republicado como Anexo II do Decreto Legislativo Regional 31/2012/A, de 6 julho, sendo a própria lei parlamentar a instituir que é um diploma que visa regulamentar esta matéria, acaba, depois, por transferir para o Governo a competência para, através de portaria, fazer a regulamentação, a qual acaba por traduzir muitos comandos que caberiam à lei e ao Parlamento e não ao regulamento governativo, como acontece com a Portaria 4/2018, de 22 janeiro, contrariando as matérias previstas nos artigos 44º, nº1 e 53º do Estatuto. Podia dar-se centenas de exemplos, uns casos em que a contradição é muito evidente e noutros que a remissão para a regulamentação é muito duvidosa.

[121] Ver os dados, desde 1976 até hoje em ARNALDO OURIQUE, *Pensamento autonómico: ensaios de 2017*, Angra do Heroísmo, 2018: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt, pp.69-70, contabilizando aqui também o ano de 2017 que contou com apenas 8 diplomas.
Para os trabalhos preparatórios na Assembleia da República, ver os diários, II Série-A nº23, de 29-11-2007, e Série I, nºs 67 e 111 de 04-04 e 10-09-2008, em www.debates.parlamento.pt.

## *5. Da autonomia legal*

5.1 Para finalizar veremos agora as vagas autonómicas que advém de leis ordinárias, concretamente os casos da transferência de serviços do Estado para a Região e o estabelecimento das leis das finanças das regiões autónomas. Já o dissemos mas importa sublinhar: estas vagas naturalmente estão assentes no que ficou estabelecido na Constituição e no Estatuto Político, no momento da aprovação dos diplomas de criação da Região Autónoma; mas, neste caso, olhamos para a sua concretização que foi feita por leis de menor densidade jurídica e política, e infraconstitucionais, e não para as leis supremas onde se baseiam; tanto mais, aliás, que nem a Constituição no texto originário de 1976, nem o Estatuto Provisório dos Açores, possuem normas de orientação, apenas se limitando a apontar, no 1º caso, a data das eleições regionais, e a feitura dos Estatutos provisórios e as leis eleitorais,[122] e, no 2º caso, a integração de funcionários e indicação genérica da transferências de serviços periféricos,[123] se bem que essa transitoriedade estivesse já também prevista na generalidade, naquilo que já designámos de Estatuto Autonómico Transitório, na lei orgânica da Junta Regional.[124] Isso veremos já a seguir.

### a) *1ª vaga autonómica legal a partir de 1977 (transferência de serviços)*

5.2 Ainda nem estava aprovada a Constituição, que só seria publicada e com entrada em vigor a 10 e 25 de abril de 1976 respetivamente, e já, na fase de transição entre a Revolução dos Cravos e essa data, os Açores viviam com um regime político e jurídico de transição já referido. Aí nessa fase foi criada a Junta Regional que garantiria essa transição, o que aconteceu efetivamente. A sua lei orgânica previa, como já se disse, a preparação da transferência dos serviços do Estado para a Região Autónoma. Não faz parte deste estudo, e não temos condições de fazer uma análise histórica a tudo quanto foi planeado, discutido e aprovado sobre esta importante matéria.

5.2.1 Aqui importa sublinhar aquilo que é, para nós, uma importante vaga autonómica, prevista, 1º, no Estatuto Transitório de 1975, e depois novamente previsto no Estatuto Provisório de 1976.

5.2.2 Sobre esta matéria existirá em breve um compêndio que transcreve todos os diplomas que ao longo dos anos foram sendo publicados e através dos quais o Estado fez a transferência de serviços estaduais para a Região dos Açores. E foram transferidos, a título de exemplo,

---

[122] Artigo 302º do texto originário de 1976 da Constituição.

[123] Artigos 65º e 68º do Estatuto Provisório dos Açores.

[124] Artigo 6º, nº1 e 7º do Decreto-Lei 318-B/76, de 22 agosto, depois alterado pelo Decreto-Lei 427-D/76, de 1 junho, Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional.

os serviços da cultura[125] e do ensino[126], e hoje estes importantes serviços estão perfeitamente delimitados em múltiplas legislações, a cultura com uma organização que passa por bibliotecas e museus,[127] incluindo os serviços administrativos e a sua própria organização[128] e com diplomas específicos de apoio[129]; e o sistema de ensino regional, quer na sua organização, quer com os seus regulamentos de alunos e professores.[130] Estas e muitas outras matérias, desde o trabalho, inspeção, saúde, transporte marítimo e portos, pecuária, assuntos sociais, turismo, urbanização, serviços florestais, serviços de lotas, aeroportos e navegação aérea, fiscalização económica, incluindo a Universidade dos Açores.

5.2.3 Sem a transferência destes serviços do Estado a Autonomia, no seu funcionamento administrativo, seria naturalmente muito diferente. A Autonomia, no seu cotejo administrativo, é muito mais complexo, e completo, do que o sistema anterior à autonomia política: porque estas transferências, conforme se compreende da leitura das respetivas leis de transferência, traduziram, não apenas a transferência de funcionários que antes eram do Estado e que assim passaram para a Região, mas bem mais do que isso, traduziu a própria transmissão da competência que o Estado tinha nas ilhas para a Região, incluindo o seu financiamento. São destas transferências que afinal se veio a constituir aquilo que é a Administração Pública Regional Autonómica, um enorme acervo de funcionalidades em milhentas áreas.[131]

5.2.4. Estamos, portanto, perante uma significativa vaga autonómica – porque estas transferências traduzem a construção daquilo que é a

[125] Decreto-Lei 408/1978, de 19 dezembro, transfere para o Governo da Região Autónoma dos Açores alguns dos poderes de direção e tutela que a Secretaria de Estado da Cultura exerce através da Direcção-Geral do Património Cultural. Decreto-Lei 428/1978, de 27 dezembro, determina que o Governo Regional dos Açores passe a superintender em toda a atividade de espetáculos e divertimentos públicos naquela Região Autónoma.

[126] Decreto-Lei 338/1979, de 25 agosto, transfere para a Região Autónoma dos Açores certos serviços do Ministério da Educação e Investigação Científica.

[127] Por exemplo, o regime dos museus nos Açores Decreto Legislativo Regional 25/2016/A, de 22 novembro.

[128] A título de exemplo, lei orgânica da Direção Regional da Cultura, Decreto Regulamentar Regional 8/2013/A, de 17 julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional 4/2015/A, de 20 fevereiro.

[129] Já citado na anotação 115 supra.

[130] Designadamente: Estatuto do aluno dos ensinos básico e secundário, Decreto Legislativo Regional 12/2013/A, de 23 agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional 1/2016/A, de 8 janeiro e Decreto Legislativo Regional 1/2018/A, de 3 janeiro. Estatuto do pessoal docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, Decreto Legislativo Regional 25/2015/A, de 17 dezembro, alterado pelos Decreto Legislativo Regional 1/2016/A, de 8 janeiro e Decreto Legislativo Regional 1/2018/A, de 3 janeiro. O Decreto Regulamentar Regional 8/2016/A, de 28 julho regulamenta os sistemas de avaliação do desempenho do pessoal docente.

[131] A lei orgânica do atual Governo regional, o XII, está prevista no Decreto Regulamentar Regional 9/2016/A, de 21 novembro. Para o conjunto de todas as leis orgânicas ver ARNALDO OURIQUE, *Política da Organização Governativa dos Açores nos 40 anos de Autonomia. Quatro Décadas de Leis Orgânicas dos Governos da Região Autónoma*, Angra do Heroísmo, junho 2017: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt.

organização e o funcionamento administrativo dos serviços administrativos da Região.[132]

**b) *2ª vaga autonómica legal em 1998 (lei de finanças regionais)***

5.3 A segunda vaga autonómica por via legal – é a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, regime criado em 1998 pela Lei 13/1998, de 24 fevereiro.[133]

5.3.1 É consabido que as regiões autónomas sempre viveram, desde o início, com enormes dificuldades financeiras: 1º, porque esse financiamento estava apenas previsto na generalidade através do Estatuto Político,[134] e dependia do Orçamento de Estado; 2º, porque a partir de 1988 foi permitido o endividamento bancário para as regiões acederem a verbas comunitárias. E na especialidade, embora a Madeira também tivesse uma situação idêntica, o arquipélago dos Açores tinha uma situação social e administrativa muito precária: tudo nos Açores estava por fazer, desde estradas a portos e aeroportos, passando pelas instituições de saúde, da educação e dos próprios serviços públicos, e em boa parte das nove ilhas. Se o financiamento a fundo perdido do Orçamento de Estado era pouco face às necessidades; se o prémio em milhões de dólares que os EUA entregavam à Região pelo uso da Base das Lajes deixou de existir; se a dívida começou a crescer e a estrangular – disso deu-se conta ANTÓNIO GUTERRES que em 1995, no seu programa eleitoral, prometeu uma lei de finanças regionais,[135] o que veio a acontecer em 1998, depois de a Constituição, na sua 4ª revisão em 1997, ter consagrado essa possibilidade.[136]

---

Cada membro do Governo possui a sua respetiva lei orgânica, seguem-se outras tantas leis orgânicas de serviços autónomas e de fiscalização, centenas deles.

132 Não existem estudos especializados sobre esta organização. As regiões autónomas limitaram-se a copiar o que existia a nível nacional, por isso hoje a Região Autónoma em vez de possuir uma Administração Pública apropriada à sua realidade, é constituída por um modelo fraco e incompleto, onde se mistura uma multiplicidade de serviços administrativos que desenvolvem funcionalidades e outros serviços, empresas públicas regionais e instituições construídas por estas empresas públicas regionais, sem se que se saiba bem quem faz o quê e para quê.

133 Sucessivamente alterada, hoje na Lei Orgânica 2/2013, de 2 setembro, com alterações introduzidas pelos orçamentos de Estado de 2013, 2014 e 2016, Leis 83-C/2013, de 31 dezembro, 82-B/2014, de 31 dezembro e 7-A/2016, de 30 março.

134 Primeiro no Estatuto Transitório de 1975, artigo 10º; de seguida no Estatuto Provisório de 1976, artigo 56º, depois no Estatuto Definitivo de 1980, artigo 85º.

135 Uma pequena, mas boa, resenha histórica sobre a evolução desta lei, ver TERESA RUEL, *As regiões autónomas (Açores e Madeira) nos debates parlamentares da Assembleia da República*, *Op. Cit.*, pp.45-64.

136 Artigos 164º, alínea t) e 227º, nº1, alínea j) da Constituição, respetivamente: «*(Reserva absoluta de competência legislativa) É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias: ... t) Regime de finanças das regiões autónomas*» e «*(Poderes das regiões autónomas) 1. As regiões autónomas são pessoas coletivas territoriais e têm os seguintes poderes, a definir nos respetivos estatutos: ... j) Dispor, nos termos dos estatutos e da lei de finanças das regiões autónomas, das receitas fiscais nelas cobradas ou geradas, bem como de uma participação nas receitas tributárias do Estado, estabelecida de acordo com um princípio que assegure a efetiva solidariedade nacional, e de outras receitas que lhes sejam atribuídas e afetá-las às suas despesas*».

5.3.2 Apesar de se ter perdido o valor político da matéria do financiamento do Estado à Região estar diretamente consagrada no Estatuto[137] – atente-se que para a alteração deste importante documento só a Região tem capacidade para iniciar a sua alteração no seio da Assembleia da República, muito embora se tratar duma mera previsão e que não continha nenhuma fórmula de atribuição financeira específica –, ganhou-se em dividendos financeiros, conforme o quadro infra[138]: se nos anos de 1989 e 1997, cujo modelo era feito diretamente pelos orçamentos de Estado, as transferências rondavam os 37 e os 93 milhões de euros, já com a lei, pelo menos nos primeiros anos, em 1998 e 2000, as transferências aumentaram significativamente para 109 e 200 milhões de euros, embora aqui incluídos arranjos financeiros e relações com o IVA:

**Quadro 2:** Transferências financeiras do Estado para a Região Autónoma dos Açores 1989-2006

| Transferências, em milhões de euros, valores arredondados, do Orçamento de Estado para a Região Autónoma dos Açores | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ano** | ***1989*** | ***1990*** | ***1991*** | ***1992*** | ***1993*** | ***1994*** | ***1995*** | ***1996*** | ***1997*** |
| **€** | 37.295 | 43.395 | 52.373 | 59.356 | 62.349 | 75.894 | 73.854 | 77.262 | 93.110 |
| Transferências, em milhões de euros, valores arredondados, do Orçamento de Estado para a Região Autónoma dos Açores em virtude da Lei de Finanças das Regiões Autónomas | | | | | | | | | |
| **Ano** | ***1998*** | ***1999*** | ***2000*** | ***2001*** | ***2002*** | ***2003*** | ***2004*** | ***2005*** | ***2006*** |
| **€** | 109.026 | 144.052 | 165.881 | 180.120 | 191.108 | 198.370 | 205.089 | 210.066 | 210.066 |

**Fonte**: Elaboração própria com base em dados apresentados em LUÍS BORGES, *A sustentabilidade das finanças públicas das regiões autónomas portuguesas*, tese de mestrado, policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, março 2014.

5.3.3 Este dado financeiro é meramente ilustrativo; aliás, nos anos em que o país esteve em crise e com a Troika num "*Memorando de entendimento sobre as condicionantes de política económica*", com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, de 2011, esta e outras leis estiveram suspensas ("*Memorando de entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Autónoma dos Açores*", assinado a 2 janeiro 2012). O que importa sobremaneira é a transformação do sistema autonómico na sua componente financeira. Olhando as normas tran-

[137] Ver essa perspetiva em ARNALDO OURIQUE, *Autonomia portuguesa: mitologia ou realidade*?, *vLex*, Barcelona, 2008: https://doutrina.vlex.pt/source/autonomia-portuguesa-2155, pp.62-73.

[138] LUÍS BORGES, *A sustentabilidade das finanças públicas das regiões autónomas portuguesas*, tese de mestrado, policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, março de 2014.

sitórias, as normas provisórias e as normas definitivas que previam esta matéria, verifica-se apenas isto:

5.3.3.1 Do Estatuto Transitório de 1975, artigo 10º: «*Os Ministérios promoverão a transferência para os orçamentos das Juntas Gerais das verbas destinadas ao financiamento dos empreendimentos a realizar nos Açores no corrente ano*».[139]

5.3.3.2 Do Estatuto Provisório de 1976, artigo 56º: «*De harmonia com o princípio da solidariedade nacional, a Região receberá apoio financeiro do Estado, ou para o mesmo contribuirá com parte das suas receitas, conforme anualmente for estabelecido pelo Orçamento Geral do Estado*».[140]

5.3.3.3 Do Estatuto Definitivo de 1980, artigo 85º: «*De harmonia com o princípio da solidariedade nacional, o Estado dotará a Região dos meios financeiros necessários à realização dos investimentos constantes do Plano Regional que excederem a capacidade de financiamento dela, de acordo com um programa de transferência de fundos a acordar entre o Governo da República e o Governo Regional*».[141]

5.3.4 Já quanto ao sistema da lei de finanças das regiões autónomas ressaltam, desde logo, em várias dezenas de artigos legais e várias fórmulas legais de atribuição do financiamento;[142] isto é, de um sistema inteiramente estadual e com uma intervenção meramente casual e residual da Região na preparação de cada orçamento de Estado, passou-se a um sistema com uma lei, aliás de valor reforçado,[143] cujos traços a Região é sempre auscultada e em cada momento a Região sabe quanto vai receber.

5.3.5 Ou seja, estamos realmente perante uma importante vaga autonómica de origem legal. E é-o, podemos dizê-lo, em sentidos opostos: é positivo o tratamento especializado da matéria numa lei específica e sujeita ao debate político, mas é negativo porque, embora não seja apropriado o Estatuto fazer desenvolvimentos especializados sobre a matéria, faria todo o sentido que este contivesse, ao menos, as bases gerais que depois, isso sim, seriam desenvolvidos pela lei; assim como é negativo não se ter aproveitado a 3ª revisão do Estatuto em 2009 para aí colocar as regras já entretanto amadurecidas pela experiência; assim como é negativo também não se ter aproveitado a 6ª revisão da Constituição em 2004 para se fazer o que se fez com a

[139] ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores*, *Op. Cit.*, p.14.

[140] ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores*, *Op. Cit.*, p.30.

[141] ARNALDO OURIQUE, *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores*, *Op. Cit.*, p.55.

[142] Na lei de 1998 mais de quatro dezenas. Na atual redação mais de sete dezenas de artigos.

[143] Competência absoluta da Assembleia da República, leis orgânicas, leis reforçadas em função do número de deputados necessários para a sua aprovação, artigos 165º, alínea t), 166º, nº2 e 168º, nº5 da Constituição.

lei eleitoral das regiões autónomas que passaram a estar no mesmo processo que a feitura de alterações ao Estatuto Político.[144] Embora seja negativo ter-se misturado, e equiparado portanto, a matéria do Estatuto com a das leis eleitorais porque assim desprestigia o Estatuto que é naturalmente a lei para constitucional da Autonomia Constitucional, e, já que se fez esse erro, erro pelo menos no seu valor político, as regiões autónomas ganhariam misturar esta das finanças regionais com as do Estatuto e das leis eleitorais, reforçando-lhe assim o seu valor através da iniciativa que passaria a estar na posse exclusiva da Região.

## *6. Conclusões*

6.1 Em quarenta anos de experiência autonómica podemos construir um edifício de valores autonómicos ao nível do que foram alterações que, de forma substancial, alteraram o regime autonómico e mesmo a sua matriz identitária.

6.2 Já há muito que estava consagrada a importância das revisões constitucionais em matérias das regiões autónomas e concretamente na 1ª em 1982, na 2ª em 1989, na 4ª em 1997 e na 6ª em 2014:

6.2.1 A 1ª, em 1982, na transformação das instituições, concretamente a eliminação do Conselho da Revolução, da Comissão Constitucional e da Comissão Consultiva para as Regiões Autónomas junto do Presidente da República , cujas funções transitaram para o melhoramento dos sistemas políticos regionais e nacional e para o Tribunal Constitucional, bem como na consagração de regras especiais sobre sobretudo a proibição de através de leis proceder-se à transferência de atribuições para outros órgãos ou a criação de outros tipos de atos normativos não previstos, e muito em particular para as regiões autónomas a alteração do modelo de criação das leis regionais de origem autonómica, concretamente a ideia das leis gerais da República que, em si mesma, era boa, mas que na prática foi destruída pelo Tribunal Constitucional sobretudo devido, na altura, a uma matriz ainda pouco madura da instituição.

6.2.2 A 2ª, de 1989, que no específico âmbito do poder autonómico da criação de leis, transformou realmente a matriz, a Região passou a poder legislar com autorização da Assembleia da República em certas matérias o que lhe permitiria arredar uma lei geral da República e o importante poder de adaptar à região o sistema fiscal. Na prática tal

[144] A norma em causa é esta, quanto à iniciativa e aprovação, artigo 226º "Estatutos e leis eleitorais" da Constituição, antes apenas referenciava os "Estatutos".

modelo veio a verificar-se ingrato, quer na determinação do que teria de se considerar leis de reserva dos órgãos de soberania e sobretudo a introdução do conceito constitucional de lei geral da República que limitou sobremaneira o funcionamento da intenção.

6.2.3 A 4ª, de 1997, foi sem reservas uma profunda alteração do modelo autonómico na capacidade da criação das leis, desde logo a consagração de uma lista constitucional de matérias de interesse específico e o respeito, já não pela lei geral da República, mas apenas dos seus princípios fundamentais, e ainda assim, que a lei estadual afirmasse, desde logo, a sua natureza de lei geral da República. Na prática esta lista perdeu relevo porque o Tribunal Constitucional consagrou doutrina no sentido de que só em cada caso concreto de poderia ajuizar se a matéria é ou não de interesse específico; e tornou-se de muita complexidade a determinação do que seriam, em cada lei nacional, os seus princípios fundamentais; assim como os órgãos de soberania, a Assembleia daa República e o Governo em matéria concorrencial ou com autorização daquela, habituaram-se a declarar, sem critério, as leis como sendo, mesmo que o não fossem, leis gerais da República.

6.2.4 A 6ª, de 2004, maior transformação provocou, não apenas por ter sido feita quase exclusivamente para tornar o modelo da criação da lei regional pelas regiões autónomas mais fácil, mas sobretudo porque expurgou os conceitos de interesse específico e de lei geral da República, e em seu lugar criou o conceito de *âmbito regional*, e remeteu para os Estatutos Políticos as leis das matérias de âmbito regional. Como seria de esperar tal transformação foi mais intencional do que prática: na verdade, em teoria, fazer descer da Constituição exclusivamente para o Estatuto Política a lista das matérias (anteriormente a lista constitucional era repetida nos estatutos, como vimos), automaticamente retira valor jurídico à lista; além disso, o âmbito regional, no fundo, apenas traduziu uma simples troca entre a ideia de interesse específico por aquela, porque na prática vão dar ao mesmo.

6.3 Mas também pudemos apontar, quanto ainda à 1ª revisão da Constituição em 1982, a importância da tipicidade constitucional dos atos normativos legislativos, a lei da Assembleia da República, o Decreto-Lei do Governo da República e o decreto legislativo regional da Assembleia Legislativa Regional. Esta novidade constitucional constitui um importantíssimo elemento na matriz do sistema autonómico, facto aliás comprovado pela antiguidade da norma que nunca foi alterada desde 1982 até aos nossos dias e que, jurídica e politicamente, reforça o valor político e autonómico dos atos legislativos por excelência, comparando estes atos autonómicos com os atos dos órgãos de soberania.

6.4 Isto é, verificamos que estas quatro revisões constitucionais são quatro vagas autonómicas porque realmente alteraram significativamente o sis-

tema constitucional autonómico, mas colocando no seu devido lugar a 1ª revisão, de 1982, como sendo tão ou mais importante do que as outras três.

6.5 Mas também compreendemos que o próprio Estatuto Político, lei de valor reforçado, lei que desenvolve e concretiza a teoria e a prática da Constituição, também pode, e realmente fê-lo, provocar alterações profundas nesse modelo infra constitucional, e que são aliás significativas vagas autonómicas.

6.5.1 Uma foi a 2ª revisão do Estatuto dos Açores em 1998, a expurgação do importante princípio segundo o qual se baseava a unidade regional, isto é, o conceito dos três centros urbanos, naturais e históricos, de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada. Na verdade, as vilas, e depois distritos das cidades portuárias de Angra do Heroísmo, Horta e de Ponta Delgada foram «*o eixo estrutural de todo o processo colonizador e influenciaram-se desde cedo como espaços centrais*». Por isso, quer no Estatuto Provisório de 1976, quer no Estatuto definitivo de 1980, estes centros urbanos, e naturais do arquipélago, faziam parte da fórmula do conceito de unidade regional, num eixo triangular entre o conjunto das nove ilhas, e cada uma das suas nove ilhas e dos seus três centros urbanos.

6.5.2 A outra foi, em 2009, com a 3ª revisão do Estatuto dos Açores, e por imperativo da 6ª revisão constitucional de 2004: uma lista, exaustiva, de matérias que a Região pode legislar, sendo esta lista, composta em 18 artigos, com 145 alíneas, e com mais de quatrocentas de matérias, sendo que tais matérias estão sujeitas à forma típica e legislativa do decreto legislativo regional e na competência exclusiva da Assembleia Legislativa dos Açores. Profunda alteração no sistema, primeiro, porque pela primeira vez, é feita uma fixação daquilo que é estritamente legislativo e parlamentar na Região, limitando-se significativamente o poder do Governo regional em atos normativos na tipologia de regulamentos independentes; segundo, porque a pormenorização desta lista reforça a dimensão do poder parlamentar relativamente ao conteúdo do decreto legislativo regional. Mas, como seria de esperar, tal alteração não foi ainda aplicada porque a prática mostra que desde então até hoje o Parlamento Açoriano continua a delegar as suas atribuições legais e exclusivas nas funções normativas regulatórias do Governo regional, e este continua a criar o Direito regional através desta deslegalização e do próprio aumento do que as leis parlamentares o permitem; e de modo sintomático, mas não surpreendente, o órgão de fiscalização da garantia da constitucionalidade e da ilegalidade estatutária, o Representante da República, não dá por esses elementares erros, cujas consequências, naturalmente, serão favoráveis à extinção do cargo pela sua inutilidade nessa fiscalização o que provavelmente será favorável à continuidade de uma autonomia torta, incompleta e eivada de ilegalidades básicas que po-

dem, em circunstâncias adequadas e infelizes, prejudicar a própria manutenção da Autonomia Constitucional.

6.6 Estas duas vagas autonómicas têm uma dimensão política, e prática, de enorme significado político e jurídico:

6.6.1 Num caso, primeiro, porque se até hoje a ideia de unidade regional ainda é precária no imaginário das populações insulares em função de políticas que são um retrocesso no processo autonómica, onde, neste momento, por exemplo, oito das nove ilhas são ilhas de coesão, designação idêntica, no seu sentido político, ao antigo conceito de ilhas adjacentes; segundo, porque foi destruído, sem discussão e aparentemente sem consciência, a história do arquipélago que se estrutura e estruturava na naturalidade dos três centros urbanos e na histórica funcionalidade desses três centros; e terceiro, com essa expurgação, foi extraído ao fundamento da Autonomia Constitucional a «*tradição político-administrativa dos três centros urbanos*».

Esta é uma vaga autonómica que refutamos da maior importância política e que tem, e provavelmente terá repercussões negativas naquilo que é o quadro filosófico da Autonomia. Na verdade, a expurgação deste valor traduz uma quebra dos selos concetuais da unidade regional e da fundacionalidade da Autonomia insular.

6.6.2 No outro caso, uma lista extensa, no Estatuto, e apenas no Estatuto (e não na Constituição e repetido nos estatutos como era antes o sistema, como vimos), sobre as matérias que cabem em exclusivo ao Parlamento e através de decreto legislativo regional, cuja extensão nos conduz a um alargamento do poder normativo interno, a distribuição de poderes normativos entre a Assembleia Legislativa e o Governo regional, reforçando assim a ideia da dimensão legislativa regional frente ao executivo o que permitiria, em teoria, limitar a deslegalização de muitas matérias existente atualmente na Região Autónoma e com percas importantes quer no âmbito do princípio da igualdade, no circuito da garantia dos direitos fundamentais, quer limitando a prática ilegal e inconstitucional da delegação de poderes do Parlamento no Governo, prática razoavelmente avantajada nos Açores.

6.7 Além disso, acrescem às vagas constitucionais e às vagas estatutárias, duas importantes vagas legais, uma que traduz um conjunto de leis avulsas e através dos quais o Estado transferiu para as regiões autónomas os serviços e competências administrativas e serviços administrativos correspondentes, o que naturalmente veio a constituir um importantíssimo veículo daquilo que foi construído na Região quanto à sua organização e funcionamento da administração direta da Região; e outra que foi a criação da lei das finanças das regiões autónomas, modelo que, apesar das imperfeições, foi um importante passo para a normatização duma matéria sempre complicada e sujeita a muitas dificuldades.

6.7.1 A transferência de serviços e competências administrativas do Estado para a Região foi uma importante parte construtiva do que veio a constituir-se a Região Autónoma: pois a Constituição e o Estatuto preveem o modelo político, mas não só não preveem o modelo da administração pública, nem, por maioria de razão, determinam, na especialidade, as transferências necessárias para esse efeito.

6.7.2 A criação da lei de finanças das regiões autónomas, embora com problemas próprios, também traduz uma importante alavanca ao sistema autonómico, sem a qual, aliás, ainda se poderiam discutir, todos os anos, as fórmulas para cada ano, o que, evidentemente, poderia traduzir-se numa relação bem mais política do que já o é. Uma lei especializada nas formulações financeiras entre o Estado e as regiões autónomas, incluindo o financiamento com origem da União Europeia, concretamente a lei de finanças, é muito melhor do que o modelo antigo que se bastava em mecanismos do orçamentos de Estado, sempre sujeitos a elementares circunstâncias políticas ano após ano.

6.8 De todas estas vagas autónomas podemos verificar que efetivamente alteraram substantivamente as regras então vigentes; mas também verificamos que nem todas tiveram os efeitos esperados, quer em teoria aquando da discussão da introdução das alterações, quer na prática na verificação do seu concreto funcionamento.

### *Lista cronológica da legislação citada*

Constituição da República Portuguesa, ou seja:
- Lei Constitucional de 2 de abril de 1976, alterada sucessivamente:
- Lei Constitucional 1/82, de 30 de setembro
- Lei Constitucional 1/89, de 8 de julho
- Lei Constitucional 1/92, de 25 de novembro
- Lei Constitucional 1/97, de 20 de setembro
- Lei Constitucional 1/2001, de 12 dezembro
- Lei Constitucional 1/2004, de 24 de julho
- Lei Constitucional 1/2005, de 12 de agosto

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, isto é:
- Decreto-Lei 318-B/76, 30 abril (Estatuto Provisório)
- Decreto-Lei 427-D/76, 1 junho (altera o Estatuto Provisório)
- Lei 39/80, de 5 agosto, Estatuto Definitivo, alterado sucessivamente:
- Lei 9/87, de 26 março
- Lei 61/98, de 26 março
- Lei 2/2009, de 12 janeiro

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, isto é:
Decreto-Lei nº318-D/76, de 30 abril (Estatuto Provisório)
Decreto-Lei nº427-F/76, de 1 junho (altera o Estatuto Provisório)
Lei 13/91, de 5 junho, Estatuto Definitivo, alterado sucessivamente:
Lei 130/99, de 21 agosto
Lei 12/2000, de 21 junho

Decreto-Lei 427-D/76, de 1 junho
Decreto-Lei 318-B/76, de 22 agosto
Decreto-Lei nº318-D/76, de 30 abril
Decreto-Lei nº427-F/76, de 1 junho
Decreto-Lei 338/1979, de 25 agosto
Resolução da RAA 3/82/A, 4 agosto
Resolução da RAA 6/82/A, de 26 agosto
Resolução da RAA 178/82/A, de 4 agosto
Resolução da RAM 1/89/M, 21 fevereiro
Resolução da RAA 2/89/A, 14 março
Lei 13/91, de 5 junho
Resolução da RAM 14/94/M, de 27 setembro
Resolução da RAM 8/96/M, 14 março
Lei 13/1998, de 24 fevereiro
Lei 130/99, de 21 agosto
Lei 12/2000, de 21 junho
Resolução da RAM 19/2003/M, 25 agosto
Resolução da RAM 151/2005/M, de 8 agosto
Decreto Legislativo Regional 21/2006/A, de 8 agosto
Resolução da RAM 25/2008/M, 28 novembro
Resolução da RAM 13/2009/M, de 18 agosto
Resolução da RAA 17/2010/A, de 15 outubro
Decreto Legislativo Regional 29/2010/A, de 9 novembro
Portaria da RAA 68/2008, de 12 agosto
Decreto Legislativo Regional 31/2012/A, de 6 julho
Resolução da RAM 14/2013/M, de 21 junho
Resolução da RAM 15/2013/M, de 27 junho
Decreto Regulamentar Regional 8/2013/A, de 17 julho
Resolução do Conselho de Governo da RAA 88/2013, de 29 julho
Decreto Legislativo Regional 12/2013/A, de 23 agosto
Lei Orgânica 2/2013, de 2 setembro
Lei 83-C/2013, de 31 dezembro
Decreto Legislativo Regional 3/2014/A, de 14 fevereiro
Decreto Legislativo Regional 9/2014/A, de 3 julho
Lei 82-B/2014, de 31 dezembro
Decreto Regulamentar Regional 4/2015/A, de 20 fevereiro

Resolução do Conselho do Governo da RAA 66/2015, de 15 abril
Portaria da RAA 152/2015, de 13 novembro
Portaria da RAA 139/2015, de 26 outubro
Portaria da RAA 154/2015, de 30 novembro
Decreto Legislativo Regional 25/2015/A, de 17 dezembro
Decreto Legislativo Regional 1/2016/A, de 8 janeiro
Lei 7-A/2016, de 30 março
Portaria da RAA 39/2016, de 4 abril
Portaria da RAA 59/2016, de 27 junho
Decreto Regulamentar Regional 8/2016/A, de 28 julho
Decreto Regulamentar Regional 9/2016/A, de 21 novembro
Decreto Legislativo Regional 25/2016/A, de 22 novembro
Decreto Legislativo Regional 1/2018/A, de 3 janeiro
Portaria da RAA 174/2018, de 14 fevereiro
Resolução do Conselho do Governo da RAA 15/2018, de 19 fevereiro

### *Lista de documentos citados*

#### *a) Jurisprudência e documentos*

ACÓRDÃOS do Tribunal Constitucional 130/83, 91/84, 42/85, 57/85, 189/85, 82/86, 164/86, 303/86, 354/86,268/88, 270/88, 389/89, 220/92, 256/92, 348/93, 433/1993, 235/94, 711/97, 408/98, 258/2007 258/2007, 26/2009.

DIÁRIOS da Assembleia da República, I Série, nºs 59, 67 e 69 de 30 maio, 21 e 25 junho de 1980, e II Séria, nº64 de 29-05-1980, II Série-A nº23, de 29-11-2007, e Série I, nºs 67 e 111 de 04-04 e 10-09-2008, II Série-A nº23, de 29-11-2007, e Série I, nºs 67 e 111 de 04-04 e 10-09-2008.

ESTRATÉGIA Regional de Combate Pobreza e Excluso Social – Diagnóstico 2017.

ESTRATÉGIA Regional de Combate Pobreza e Excluso Social – Proposta para 2018-2020.

INICIATIVAS - Base de dados da Assembleia Legislativa dos Açores 4/1979, 6/1979, 12/1997, 18/2004, 2/2006, 3/2007, 17/2007 e 20/2007.

PARECERES da Comissão Constitucional 7/77, 11/78, 15/78, 39/79 e 28/82.

PLANO-Integrado dos transportes dos Açores.

*PREIT-Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira*.

#### *b) Obras*

ANDRADE, José — *1974 Democracia… o 25 de Abril nos Açores,* vol. I, ed. Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2014.

— *1975 Independência O "verão quente" nos Açores*, vol. II, ed. Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2015.

— *1976 A Autonomia! O Governo Próprio dos Açores*, vol. III, ed. Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2016.

ARAÚJO, António, *A Revisão Constitucional de 1997 – Um ensaio de história político-constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 1999.

BORGES, Luís, *A sustentabilidade das finanças públicas das regiões autónomas portuguesas*, tese de mestrado, policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, março de 2014.

BRITO, Miguel Nogueira de, *Revisão ou dissolução constitucional? – Nota sobre as revisões constitucionais de 2004 e 2005*, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, Vol. IV /2004/2004, Coimbra Editora, Coimbra, 2008.

CANAS, Vitalino, *Constituição da República Portuguesa. Comentários e notas*, Lisboa, 2004

CANOTILHO, Gomes e Vital MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, vol. II, 4ª ed. Revista, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

FUKUYAMA, Fancis, *As origens da ordem política – Dos tempos pré-humanos até à Revolução Francesa*, I volume, D. Quixote, Lisboa, 2012

LEITE, Antonieta Reis, *Açores – Cidade e Território*, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, policopiado, 2012.

MEDEIROS, Rui e Armando ROCHA, *Uma revisão não consumada: A revisão constitucional de 2004 e a tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional*, policopiado, Lisboa, julho de 2009.

MIRANDA, Jorge e Rui MEDEIROS — *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, tomo III, Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

— *Sobre a reserva constitucional da função legislativa*, em *Perspetivas constitucionais nos 20 anos da Constituição de 1976*, volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 1997.

— *Funções, Órgãos e atos do Estado*, apontamentos de aulas, Lisboa, 1990.

— *Manual de Direito Constitucional*, tomo V, Coimbra Editora, Coimbra, 1997.

MONCADA, Luís Cabral, *A VI Revisão Constitucional e a Autonomia Regional*, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, volume IV / 2004/2005, Coimbra Editora, Coimbra, 2008.

MORAIS, Carlos Blanco de — *Curso de Direito Constitucional*, tomo I, Coimbra Editora, Coimbra, 2012.

— *O défice estratégico da ordenação constitucional das autonomias*, Revista da Ordem dos Advogados, III, Lisboa, dezembro 2006.

— *As leis reforçadas*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998.

OTERO, Paulo — *Direito Constitucional Português – Volume II Organização do Poder Político*, Almedina, Coimbra, 2010.

— *O Poder de Substituição em Direito Administrativo – Enquadramento Dogmático-Constitucional*, volume II, LEX, Lisboa, 1995.

— *Comentário à Constituição portuguesa*, volume III, 1º tomo, Coimbra, 2008.

OURIQUE, Arnaldo — *Leis Fundamentais de Portugal*, Chiado Editora, Lisboa, 2016.

— *Estatutos da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores – 40 anos de Política Estatutária*, Angra do Heroísmo, 2017, in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt.

— *Monumental Autonómica. Lista descritiva das leis regionais dos 40 anos de Autonomia Açoriana*, Angra do Heroísmo, abril 2017: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt.

— *Os Limites Jurídico-Constitucionais do Poder Legislativo Regional*, com Prefácio de Jorge Miranda, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2001.

— *O pensamento jurisconstitucional das autonomias políticas portuguesas. Volume I, de 1976 a 1982, Comissão Constitucional*, Ed. Novas Edições Académicas, OmniScriptum GmbH & Co. KG, Saarbrücken, Germany, 2014.
— *Autonomia portuguesa: mitologia ou realidade*?, *vLex*, Barcelona, 2008.
— *Verificação Preventiva da Constitucionalidade e Legalidade nas Regiões Autónomas*. Prefácio de MARCELO REBELO DE SOUSA, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2002.
— *Tradicionalidade dos «três centros urbanos»*, Angra do Heroísmo, 2015: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt.
— *As Regiões Insulares nas Primeiras Constituições Portuguesas. Constituições Liberais Monárquicas de 1822, 1826, 1838 e Primeira Constituição Republicana de 1911*, *vLex*, Barcelona, 2010: https://doutrina.vlex.pt/source/as-regioes-insulares-nas-primeiras-_constitui-es-portuguesas-6504.
— *Autonomia Administrativa dos Açores antes de 1976. Apontamentos Jurídicos*, *vLex*, Barcelona, 2008: https://doutrina.vlex.pt/source/autonomia-administrativa-dos-a-ores-antes-1976-apontamentos-juridicos-2536.
— *Regulamentos independentes do governo regional* (o *poder normativo do governo regional nas regiões autónomas*), DataJuris, Coimbra-Lisboa, 2007.
— *Pensamento autonómico: ensaios de 2017*, Angra do Heroísmo, 2018: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt.
— *Política da Organização Governativa dos Açores nos 40 anos de Autonomia. Quatro Décadas de Leis Orgânicas dos Governos da Região Autónoma*, Angra do Heroísmo, junho 2017: in *Ordem Política e Autonomias Portuguesas*, www.arnaldoourique.pt.
POPPER, Karl, *Em busca de um mundo melhor*, 1ª edição, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1992.
RUEL, Teresa, *As regiões autónomas (Açores e Madeira) nos debates parlamentares da Assembleia da República (1975-2015)*, ed. Assembleia da República, Lisboa, 2017.
SOUSA, Marcelo Rebelo de, e José de Melo ALEXANDRINO, *Constituição da República Portuguesa Comentada*, LEX, Lisboa, 2000.
TUCÍDIDES, *História da guerra do Peloponeso*, tradução de RAUL M. ROSADO FERNANDES e M. GABRIELA P. GRANWEHR, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2013.
VAZ, Manuel Afonso, *Lei e reserva de lei – a causa da lei na Constituição portuguesa de 1976*, Universidade Católica, Porto, 1996.

# O RENASCER DA PRODUÇÃO INDEPENDENTE DE ENERGIA ELÉCTRICA NA TERCEIRA DO SONHO À REALIDADE

*Pedro Vilas Boas**

## 1. Agradecimento

Convidou-me o Padre Dr. João Maria Souza Mendes a apresentar um texto para publicação no Boletim do **Instituto Histórico da Ilha Terceira**, relativo à produção de energia eléctrica na Terceira. Tendo estado envolvido desde 2013 na produção independente de energia eléctrica na Terceira, nomeadamente com a promoção, construção e exploração do Parque Eólico da Serra do Cume Norte, através da Companhia Açoriana de Energias Renováveis (CAEN) Lda, sociedade sediada na Praia da Vitória, entendi aceitar o convite, que desde já agradeço, e desenvolver o tema da Produção Independente de Electricidade na Terceira, na sua vertente actual.

De relembrar que a produção de electricidade na Região Autónoma dos Açores já tem muita história e tem no Eng. José Cordeiro um seu pioneiro, quando em 1899, se encarregou da iluminação pública eléctrica de Vila Franca do Campo e, em 1907, fundou a *Empresa de Electricidade e Gás, Lda,* hoje em dia continuada pela empresa Electricidade dos Açores (EDA).

## 2. Introdução

Existe hoje uma nova preocupação na política energética eléctrica dos Açores, com o duplo objectivo de aproveitar os recursos endógenas da Região - a geotermia, o vento, o sol e a biomassa -, em substituição da queima de fuel, importado, e contribuir para um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

---

* Engenheiro eletrotécnico pela Universidade do Porto. Empresário na área das energias renováveis, nomeadamente, sócio-gerente da CAEN – Companhia Açoriana de Energias Renováveis.

Mas, sendo a produção de energia eléctrica praticamente um monopólio do Governo da Região, através da EDA, na qual detém uma posição maioritária, a definição da política energética tem-se centrado nos respectivos gestores, tendo havido pouca contribuição por parte da sociedade civil e económica da Região.

Com a recente abertura do Governo à participação de produtores independentes de electricidade na Região, embora ainda numa escala manifestamente reduzida, ter-se-á dado início a uma nova era nesta matéria.

Pretendo com este artigo testemunhar a minha experiência com a implantação do Parque Eólico da Serra do Cume Norte de 3,6 MW, através da CAEN, de que sou sócio fundador. Há outras iniciativas como a Central de Queima de Resíduos Urbanos de 2,3 MW, instalada e explorada pela TERAMB (sociedade pertencente às Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória) e que está em operação desde 2016. Presentemente está em construção um parque fotovoltaico de 1,8 MW em Praia da Vitória.

E se foi um sonho contribuir para a instalação de um aproveitamento tirando partido de recursos endógenos e renováveis existentes na Região, a realidade veio a revelar-se bem complicada, exigindo um grande esforço de análise, dedicação e vontade em vencer obstáculos, capacidade de negociação e colaboração com as diversas entidades envolvidas, Governo Regional e EDA em particular. Passados cinco anos muito se evoluiu, mas muito está ainda por fazer. E não queria deixar de referir que, embora critique a EDA (e o Governo) em várias decisões e não decisões recentemente tomadas, reconheço todo um trabalho que, ao longo de muitos anos, desenvolveu sozinha em prol da energia eléctrica na Região e do qual certamente muito se orgulhará.

## 3. Panorama Nacional

Não deixa de ser extraordinário que, em poucos anos, Portugal se tornou um exemplo a nível Europeu e mesmo Mundial na produção de energia eléctrica com base em recursos renováveis, a eólica em particular. São já mais de 4500 MW de parques eólicos instalados no Continente e já tem havido dias em que a totalidade da energia eléctrica produzida é de origem renovável. Em 2016 a percentagem da produção renovável foi de 55 %.

***Figura 1 –*** *Produção Nacional*

| Produção Nacional | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total GWh | Total Renovável | Hídrica >10 MW | Hídrica <10 MW | Biomassa | Eólica | Geotérmica |
| **2016** | 60279 | 33448 | 15689 | 1221 | 3070 | 12474 | 172 |
| | | 55,5% | 26,0% | 2,0% | 5,1% | 20,7% | 0,3% |

E há um *cluster* industrial importante no fabrico de torres, pás e geradores, que muito contribui para as nossas exportações.

Não posso deixar de referir o "mau" momento que a produção eólica está passar presentemente no Continente, devido essencialmente ao problema das tarifas. Há como que uma obsessão exagerada em relação às mesmas e uma falta de bom senso na procura de soluções, acompanhado de um abrandamento na política de desenvolvimento sustentável, em que éramos campeões. E as alterações climáticas estão aí, cada vez mais evidentes.

## 4. A rede eléctrica na Terceira

### Redes isoladas em ilhas

A produção e distribuição de electricidade nos Açores é baseada em nove micro redes eléctricas separadas, uma por cada ilha.

Embora fosse, hoje em dia, tecnicamente viável a interligação destas redes por cabos submarinos, o seu custo seria muito elevado e de viabilidade económica duvidosa. De referir que já houve uma tentativa de interligar a Horta ao Pico por um cabo submarino, obra que foi concluída nos anos 50, mas que logo avariou definitivamente.

A Ilha Terceira tem, portanto, uma rede própria, com uma potência de produção total de cerca de 82 MW, dos quais apenas 21 MW em renováveis. A penetração das renováveis é de 25 %, com tendência a subir com a entrada recente em serviço da central de geotermia de Pico Alto.

***Figura 2 –*** *Potência eléctrica instalada na Terceira*

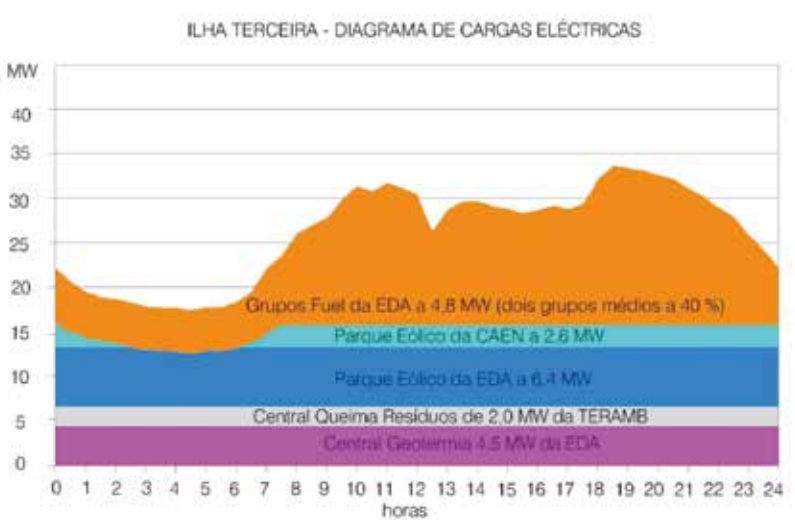
| Potência instalada na Terceira | (MW) | |
|---|---|---|
| Centrais Térmicas a fuel (Bela Vista) | 61 | 74,5% |
| Parques Eólicos da Serra do Cume (EDA + CAEN) | 12,6 | 15,4% |
| Aproveitamentos hídricos | 1,5 | 1,8% |
| Queima de resíduos da TERAMB | 2,3 | 2,8% |
| Geotermia de Pico Alto (EDA) | 4,5 | 5,5% |
| Fotovoltaico | | |
| Total | 81,9 | |
| **Total Renováveis** | **20,9** | **25,5%** |

O diagrama de cargas tipo da Terceira, abaixo apresentado, mostra uma grande variação do consumo ao longo do dia, com pontas máximas da ordem dos 35 MW e mínima de 15 MW (durante a noite). O consumo anual presente ronda os 195 MWh.

Da análise deste diagrama verifica-se que neste dia em particular (dia ventoso podendo os parques eólicos funcionar à plena carga):

- A central de geotermia de Pico Alto funciona durante todo o dia a potência constante de 4,5 MW (potência normal de serviço);
- A central de queima de resíduos da TERAMB funciona também durante todo o dia à plena carga de 2,2 MW;
- A central térmica de Belo Jardim, durante o período nocturno de cargas baixas, funciona numa configuração mínima que garante a segurança de rede, ou seja com dois grupos médios de 6 MW cada a 40 % da sua potência, num total de 4,8 MW.
- Durante o período nocturno, o parque eólico da EDA é obrigado a reduzir um pouco a sua potência e o parque eólico da CAEN é totalmente desligado da rede (embora pudesse produzir 3,6 MW).

***Figura 3 –*** *Diagrama de cargas tipo na Terceira*




| Exemplo de exploração actual | MW | |
|---|---|---|
| Carga | 18,0 | |
| Produção geotérmica | 4,5 | Fixa |
| Produção TERAMB | 2,0 | Fixa |
| Produção eólica disponível | 9,0 | |
| Potência térmica mínima possível | 4,8 | Gr 6MW + Gr 6MW |
| Reserva girante existente | 7,2 | 100% da produção eólica |
| Produção eólica possível | 6,7 | Deslastrar 2,3MW |

Parques Eólicos a carga intermédia de 9 MW

Estas pequenas redes isoladas põem problemas complexos de segurança e de disponibilidade da rede (os consumidores querem ter acesso à electricidade 24 horas por dia, sem interrupções) e de controlo dos seus parâmetros técnicos, a tensão e a frequência (os famosos apagões que felizmente já vão rareando, têm origem na perda do controlo da frequência da rede devido ao aparecimento súbito de situações anómalas – avarias nos meios de produção, subestações e linhas de transporte e distribuição e mudanças súbitas imprevistas de cargas). No Continente, a dimensão da sua rede, a diversidade e multiplicidade dos meios de produção e transporte e a interligação à rede Europeia via Espanha, simplificam muito estas questões.

Já na ponta final da minha carreira profissional, fui surpreendido com a complexidade da exploração de uma rede em ilha e suas consequências. Nunca é tarde para se aprender.

Para perceber o funcionamento da rede na Região Autónoma dos Açores, convirá começar por referir quais os meios de produção de energia eléctrica disponíveis hoje em dia nos Açores (e na Terceira) e que passo a caracterizar.

## Aproveitamentos Hídricos

Utilizam os recursos hídricos como meio de produção. Necessitam da disponibilidade de caudal e queda suficientes em cursos de água. Quando utilizam directamente a água dos rios e ribeiros, desviada através de pequenos açudes, dizem-se a *fio de água*, sendo portanto a sua produção dependente de haver caudal no rio, ou seja, não podem garantir uma produção regular. Para ultrapassar esta limitação, podem equipar-se estes aproveitamentos com maiores ou menores capacidades de armazenamento de água em barragens a montante que, em momentos de carência de caudal no rio, podem continuar a alimentar as turbinas e manter a produção.

Trata-se de uma produção de electricidade baseada em recursos endógenos e renováveis.

De uma maneira geral, foram os primeiros a ser utilizados para a produção de electricidade na Região, mas dificuldades em criar condições de armazenamento de água e, portanto, garantir o fornecimento de electricidade sempre que necessário, cedo os levaram a ser suplantados por outros meios de produção garantida, a térmica em particular.

Na Terceira, a potência instalada em aproveitamentos hídricos (nos anos 50) limita-se a 1,5 MW e com reduzida capacidade de regulação.

## Centrais Térmicas a fuel

As centrais térmicas tiram proveito do calor gerado normalmente pela queima de combustíveis fósseis para gerar electricidade. No caso de redes pequenas, estas centrais são normalmente equipadas com motores de explosão alimentados a gasóleo ou *fuel* (mais económico). Foi e continua a ser a principal fonte de energia para a produção de electricidade nos Açores e na Terceira (ver quadro acima).

A grande vantagem deste meio de produção é o combustível ser facilmente armazenável, garantindo a produção de electricidade sempre que necessária, e conseguir-se acompanhar com relativa facilidade as variações de carga na rede (aumentando ou diminuindo o fornecimento de combustível aos motores), tornando-se um apoio precioso (mas presentemente não insubstituível) para a segurança, disponibilidade e regulação da rede.

Mas nem tudo são vantagens. O *fuel* tem de ser importado, logo pesa na balança comercial externa da Região. É poluente, contribuindo para o efeito das alterações climáticas, assunto que vai assumindo preocupações cada vez maiores (e que acarretará custos incalculáveis que não estão traduzidos actualmente no seu custo). Está portanto em contradição com a imagem de marca dos Açores Verde. E na Região o kWh produzido por esta via até tem um custo de produção superior ao das restantes fontes renováveis (na Terceira cerca de 120 € contra 100 €).

Na Terceira, a principal central térmica instalada é a de Belo Jardim, com 10 grupos geradores e uma potência total de 61 MW. Irá ser ampliada com a instalação de uma nova unidade de 9,5 MW, o que, de alguma forma, entra em contradição com a desejável tendência de substituição das térmicas por renováveis e revela que a EDA continua a apostar neste tipo de produção para o controlo da rede em prejuízo de novas formas de o fazer já disponíveis no mercado e de que falaremos a seguir.

## Aproveitamentos Térmicos de Geotermia

Os Açores são pioneiros na utilização deste recurso endógeno, sendo que o seu contributo para a produção de electricidade em S. Miguel ronda os 40 %. Na Terceira iniciou-se a sua exploração em 2017, com a central de Pico Alto da EDA com uma potência instalada de 4,5 MW, eventualmente ampliável até 10 MW.

A sua principal vantagem é da utilização de recursos endógenos renováveis. Tem, contudo, custos de investimento elevados e a manutenção e exploração dos furos é cara e complexa. Também tem pouca capacidade de regulação uma vez que a sua produção não é flexível, ou seja é um tudo ou nada. Não se substitui, pois, aos grupos térmicos na função de regulação da rede.

## Parques Eólicos

O aproveitamento do vento para a produção de energia eléctrica em grande escala é uma tecnologia relativamente recente (começou nos EUA em 1980) mas que tem evoluído de forma significativa em termos de potência (a potência unitária de um aerogerador está nos 2-3 MW, mas já há unidades de 6 MW), qualidade de serviço (já se garantem disponibilidades de 98%!) e custos de investimento (que presentemente se aproximam dos 1.000 €/kW).

É um recurso renovável disponível nos Açores com ventos de velocidade média bastante elevados (chega aos 10 m/s – sendo que a potência varia com o cubo da velocidade do vento), o que permite ter nos parques eólicos um número elevado de horas de produção equivalentes na ordem das 3500 horas (ou seja, produzem anualmente uma energia igual à que produziriam em 3500 horas à plena carga).

A EDA começou a instalar parques eólicos em várias ilhas a partir de 1991. Na Terceira já há uma potência instalada de 12,6 MW (9 MW da EDA e 3,6 MW da CAEN), para já concentrada na Serra do Cume. Mas há outros bons locais.

A sua grande desvantagem é de depender de um meio, o vento, que não controlamos, muito variável em curtos intervalos de tempo e de previsão ainda relativamente imprecisa. Põe, pois, problemas complexos de integração numa rede, em particular quando do tipo ilha. Estas dificuldades são até ao presente ultrapassadas por regras de exploração rígidas e limitadoras, que levam muitas vezes a ter de desligar os aerogeradores da rede, as indesejadas deslastragens, quando a produção excede a procura (para manter uma rede em serviço e controlada é necessário que a produção iguale sempre o consumo – quando tal não acontece dão-se os indesejados *apagões* da rede). Felizmente estão hoje em dia disponíveis tecnologias de armazenamento de energia que permitem minorar ou mesmo ultrapassar estes problemas e de que falaremos adiante.

## Aproveitamentos Solar-Fotovoltaicos

Consiste no aproveitamento da radiação solar directa para, através de painéis fotovoltaicos, produzir energia eléctrica. Como se percebe, só poderá produzir energia de dia e tanto mais quanto melhor for a exposição solar directa (o encobrimento por nuvens reduz muito a produção)

Trata-se de um recurso endógeno, renovável. Tal como o vento, é caracterizado por uma grande variabilidade não controlável e de previsão limitada. A exposição solar nos Açores não é brilhante, o que se traduz numa produção expectável da ordem das 1100 a 1200 horas equivalentes por ano (40% inferior ao que se passa por exemplo no Alentejo). A instalação é muito simples (o que é um atractivo) e o custo de investimento tem vindo a reduzir de forma muito significativa, sendo já da ordem dos 800 a 900 €/kW.

Já existem pequenos aproveitamentos fotovoltaicos privados na Terceira e está em construção uma unidade de 1,5 MW em Praia da Vitória.

## Central Térmica de Queima de resíduos urbanos

Na Terceira há uma central térmica baseada na queima de resíduos urbanos, pertencente à TERAMB (Empresa dos Municípios de Angra do Heroísmo e de Praia da Vitória), com uma potência de produção de electricidade de 2,3 MW e que entrou em exploração em finais de 2015, podendo processar até 40.000 toneladas de lixo ano.

É o segundo maior produtor independente da Terceira.

Devido à origem da sua fonte de energia calorífica, tem de funcionar normalmente a carga quase constante, o que limita a sua contribuição para a regulação da rede eléctrica da Terceira.

**1. Considerações sobre a segurança e controlo das redes isoladas**

Apresentados que estão os meios de produção disponíveis na Terceira, passamos a analisar como se processa a sua integração na rede eléctrica. Vimos que a penetração da produção endógena e renovável na Terceira é, como já referimos, ainda relativamente baixa (25 %) e longe das metas apontadas pelo Governo Regional, que pretendem serem atingidos até 2020 valores da ordem de 40 %.

Uma das principais razões para esta situação prende-se com a obrigação que a EDA tem, como concessionária da rede, de garantir sempre o fornecimento de electricidade, respeitando os parâmetros de tensão e frequência regulamentares.

Sendo a produção renovável muito variável e aleatória (caso da eólica) ou a potência fixa (caso da geotermia e da queima de resíduos) terá, na situação presente, a Central Térmica de Belo Jardim de cumprir as funções de segurança e regulação da rede.

Para o efeito, terá de ter sempre uma determinada potência disponível, a chamada *reserva girante*, que possa responder a situações de variações de consumo e situações inesperadas motivadas, nomeadamente, por avarias noutros meios de produção em serviço e alteração súbita do regime de ventos. Essa reserva é conseguida tendo sempre dois ou mais grupos térmicos em serviço com reserva de potência, ou seja a funcionar a carga parcial, constituindo a diferença entre a carga parcial e a carga máxima possível, a chamada *reserva girante* (disponível de imediato sempre que necessária). Há aqui que ter em consideração que a carga mínima a que os grupos poderão estar sujeitos em períodos mais ou menos longos é de 40 - 50 % da sua potência máxima, isto por limitações de ordem técnica.

Assim, em função do consumo da rede em cada momento e da disponibilidade dos restantes meios de produção existentes é estabelecido pelo Despacho (entidade da EDA responsável pela gestão da rede) qual a configuração da Central Térmica de Belo Jardim que, em segurança, responde àquela situação, procurando maximizar a produção renovável.

Acontece que, em situações de baixo consumo (horas de vazio do diagrama de cargas), principalmente durante a noite, muitas vezes a disponibilidade de produção dos parques eólicos é superior àquela que a rede pode tomar por forma a serem respeitados os critérios de segurança e regulação, sendo então necessário desligar alguns ou a totalidade dos aerogeradores (as indesejáveis *deslastragens*).

Segue um exemplo simplificado de uma situação de exploração em horas de vazio e que acarreta a *deslastragem* do parque eólico da CAEN.

***Figura 4 –*** *Exploração em horas de vazio e com ventos médios altos*

| Exemplo de exploração | MW | Observações |
|---|---|---|
| Carga | 18,0 | Horas de vazio |
| Produção geotermia | 4,5 | Fixa |
| Produção TERAMB | 2,0 | Fixa |
| Produção eólica disponível | 9,0 | Ventos médios |
| Potência térmica mínima possível | 4,8 | Gr6 (a 40%) + Gr6 (a 40%). Reserva girante existente 3,6+3,6 =7,2 MW |
| Potência disponível para eólicas | 6,7 | Deslastrar 2,3 MW |
| Reserva girante necessária | 6,7 | 100% da produção eólica |

O parque eólico da CAEN é deslastrado, em média, cerca de **40 %** do tempo, o que representa uma perda e desperdício importantes de um recurso endógeno renovável disponível.

Mas existem, hoje em dia, soluções que permitem regular a rede de outra forma, garantindo uma muito maior penetração de renováveis na rede. É, contudo, necessário implementá-las e quer o Governo quer a EDA tardam em fazê-lo.

## 6. Soluções disponíveis para o reforço da produção endógena renovável

Os problemas de integração da produção renovável têm, presentemente, soluções que são técnica e economicamente viáveis. Quase tudo se passa à volta da capacidade de armazenamento de energia "eléctrica".

De referir que, na Ilha da Graciosa, está em curso (desde 2007) a instalação de um projecto piloto que, com base em geradores eólicos, painéis fotovoltaicos e baterias, vai conseguir uma penetração superior a 60 % de renováveis na produção de energia eléctrica. Infelizmente, o projecto tem vindo a sofrer sucessivos atrasos na sua entrada em serviço (está numa fase de ensaios). Tivesse sido melhor coordenada e acarinhada a implementação deste sistema e os Açores poderiam ter surgido a nível mundial como uma referência pioneira nesta área.

### Modernização das centrais térmicas existentes

Uma das razões que levaram até ao presente a um acréscimo desnecessário das deslastragens foi a falta de flexibilidade existente na exploração da Central Térmica de Belo Jardim. Para conseguir operar de forma adequada com os grupos, em particular em condições de arranque e de cargas baixas, é necessário manter a temperatura do *fuel* alta. Até há pouco tempo, este era apenas assegurado pelo aproveitamento do calor proveniente dos gases de escape de alguns dos grupos, obrigando a que estes

grupos estivessem sempre em operação. Só recentemente a EDA equipou a Central com uma caldeira autónoma para aquecimento do *fuel*, flexibilizando assim a sua exploração, com a concomitante redução nas deslastragens dos parques eólicos, o que aliás se tem verificado.

Pena foi que estas medidas não tivessem sido tomadas há 5 anos, quando da entrada em serviço do parque eólico da CAEN ou, mais recentemente, da central de queima de resíduos da TERAMB. Muitas deslastragens teriam sido desnecessárias, com todas as vantagens daí decorrentes. Uma das pechas das explorações em regime de monopólio de Estado.

## As hídricas reversíveis de bombagem e turbinamento

Esta tecnologia baseia-se em bombar e turbinar água entre dois reservatórios de água, construídos a cotas diferentes.

A exploração destes aproveitamentos resume-se a bombar a água do reservatório inferior para o reservatório superior em certos períodos (o que representa um consumo de energia eléctrica para accionamento das bombas) e a turbinar água do reservatório superior para o inferior noutros períodos (o que representa produzir energia eléctrica via turbinas). Não há propriamente um consumo de água, uma vez que a operação se limita a um ciclo de sobe e desce consecutivos (salvo no primeiro enchimento e para compensar perdas, nomeadamente por evaporação).

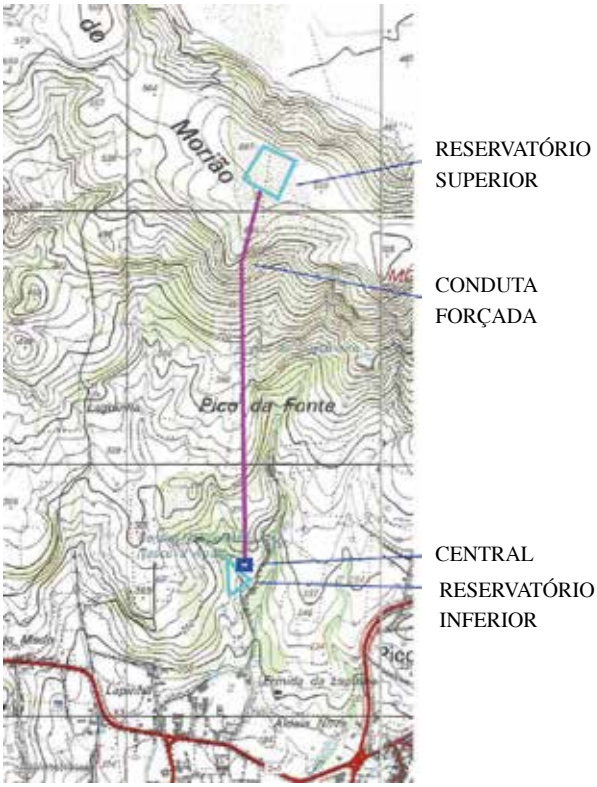
Aliás, no balanço entre bombagem e turbinamento até há perda de energia, da ordem dos 30 %, motivada pelos rendimentos dos correspondentes equipamentos, sempre inferiores a 100% (90 % no turbinamento e 75% na bombagem).

A vantagem do sistema é que permite bombar nas horas de vazio da rede, quando há excesso de produção renovável e, depois, turbinar nas horas cheias da rede, substituindo-se à queima de *fuel* nas centrais térmicas ou complementando a produção renovável disponível. Ou seja bomba, consumindo energia eléctrica quando ela existe em excesso na rede e portanto é barata, e turbina nas horas em que a procura de energia eléctrica pela rede é grande, sendo portanto mais valiosa.

Seria uma solução interessante para contribuir para o aumento da penetração da produção renovável na Terceira. Existem boas condições para a sua instalação na Ilha, nomeadamente no local de Nasce Água. O principal obstáculo à sua construção é o custo de investimento envolvido.

A EDA vinha estudando há bastante tempo a sua instalação, mas a sua estimativa do correspondente investimento em 40 M€ tornava-o economicamente inviável.

***Figura 5*** *. Aproveitamento hídrico reversível de Nasce Água . Implantação*




Em 2013, a CAEN, juntamente com a TERAMB, preocupadas com as deslastragens de renováveis a que os seus projectos estavam ou poderiam vir a estar a ser sujeitos, entenderam proceder a um estudo prévio do aproveitamento em causa. A escolha do sítio recaiu em Nasce Água, tendo sido estimada uma potência de 6 a 8 MW, tanto na bombagem como no turbinamento, reservatórios inferior e superior de cerca de 100.000 m3 cada (o superior poderia ser reforçado com mais 200.000 m3 para servir de reserva de emergência no abastecimento de água a Angra do Heroísmo, conforme vontade manifestada pela Câmara Municipal). O custo total foi estimado em 17 M€ (devidamente suportado em consultas feitas ao mercado), portanto muito inferior ao indicado pela EDA.

A CAEN, juntamente com a TERAMB, propuseram ao Governo Regional e à EDA colaborar e ser parte interessada na promoção do aproveitamento. Mas fomos então afastados de forma unilateral do processo, tendo o Governo entendido dever a EDA prosseguir com a promoção do mesmo. Da situação do projecto pouco se sabe, mas de vez em quando aparecem na imprensa local informações por parte da EDA, algo contraditórias, sobre o andamento

do mesmo. Mais um exemplo dos inconvenientes de uma única entidade ser simultaneamente legisladora, fiscalizadora e maioritariamente proprietária em regime de quase monopólio.

Finalmente, se ao aproveitamento reversível se associasse uma bateria (que permitiria dar resposta rápida às variações de carga da rede, enquanto as turbinas se adaptavam, ao seu ritmo mais lento, à nova situação) então até se poderia, de forma eficaz, regular a frequência da rede a partir da reversível, ou seja, esta poderia substituir um grupo térmico da central de Belo Jardim sempre que estivesse em serviço.

## As baterias

A utilização de baterias como fonte de armazenamento de energia eléctrica já vem de longa data e é de utilização universal. Quase tudo tem uma bateria (carros, telemóveis, computadores, etc).

A sua utilização em redes eléctricas é recente mas está em franca expansão.

A explosão da mobilidade eléctrica permitiu investir-se em grande escala no desenvolvimento das baterias, o que trouxe grandes avanços tecnológicos na sua configuração e fabrico, e uma redução de custo cada vez maior. Estamos, presentemente, na era das baterias de lítio mas outras tecnologias irão aparecer brevemente.

São várias as virtudes das baterias em redes eléctricas. No caso de uma rede como a da Terceira seriam:

a) São muito mais rápidas na função de regulação de frequência e tensão da rede que os meios tradicionais. Por exemplo são cerca de 3000 vezes mais rápidas na sua resposta a variações de carga e tensão que um grupo térmico!
b) Regularizam, alisando as pequenas flutuações das curvas do consumo (carga) ou as micro oscilações características de determinados meios de produção como as eólicas. Isto, numa rede como a da Terceira, poderá representar uma grande poupança no consumo de *fuel* permitindo aos grupos térmicos funcionar de forma bastante mais regular. As poupanças anuais de combustível podem chegar a valores da ordem dos 5 % ou mesmo mais.
c) Substituem grupos térmicos na função de reserva girante. Ou seja, em vez de se ter um grupo térmico ligado à rede para cumprir os requisitos de reserva girante, a bateria faria essa função, permitindo ter esse grupo parado mas pronto para arranque (em *standby*, poupando combustível e custos de manutenção). Por exemplo, se tivermos um grupo de 12 MW ligado à rede para garantir uma reserva girante de 6 MW (o grupo teria de ter uma carga mínima de 40 a 50% ou seja cerca de 6 MW, ficando os restantes 6 MW da sua capacidade disponíveis como reserva girante, para acorrer a eventuais avarias da rede) podemos substitui-lo, na sua função de reserva girante, por uma bateria de 6 MW. A carga de 6 MW por ele alimentada ficaria disponível para ser suprida pelos parques eólicos, evitando a sua deslastragem. A bateria teria de ter uma capacidade que permitisse em tempo útil arrancar um grupo térmico (demora cerca de meia hora) caso a avaria persistisse, esgotando a capacidade da bateria.
d) As baterias são de fácil e rápida instalação. No caso da Terceira poderia ser instalada em 12 meses.

A CAEN tem vindo a estudar a instalação de uma bateria na Terceira. O seu dimensionamento seria para uma potência de 6 MW e uma capacidade de meia a uma hora (3 a 6 MWh). O custo de investimento rondaria os 5 M€, com garantia de vida de 10 ou mesmo mais anos, pelo que, face aos benefícios daí resultantes, a sua instalação seria economicamente viável. Tentámos promover este projecto mas, infelizmente, não conseguimos obter, quer do Governo Regional quer da EDA, as autorizações e o apoio concreto necessários.

***Figura 6 –*** *Exemplos de exploração em horas de vazio sem e com bateria*

| Exemplo de exploração actual | MW | |
|---|---|---|
| Carga | 18,0 | Horas de vazio |
| Produção geotérmica | 4,5 | Fixa |
| Produção TERAMB | 2,0 | Fixa |
| Produção eólica disponível | 9,0 | |
| Potência térmica mínima possível | 4,8 | Gr 6MW (40%) + Gr 6MW (40%) |
| Reserva girante existente | 7,2 | > 100% da produção eólica |
| Produção eólica possível | 6,7 | Deslastrar **2,3MW** |

| Exemplo de exploração c/bateria | MW | |
|---|---|---|
| Carga | 18,0 | |
| Produção geotérmica | 4,5 | Fixa |
| Produção TERAMB | 2,0 | Fixa |
| Produção eólica disponível | 9,0 | |
| Potência térmica mínima possível | 2,8 | Gr 6MW (40%) + Gr 6MW |
| Reserva girante existente | 9,6 | > 100% da produção eólica |
| Produção eólica possível | 9,0 | Deslastrar **0,0MW** |

## A mobilidade eléctrica

A mobilidade eléctrica também poderá influenciar de forma significativa a penetração das renováveis na Terceira.

É de estranhar que o carro eléctrico ainda seja uma raridade nos Açores. As preocupações constantes com o desenvolvimento sustentável, manifestadas há já alguns anos nos objectivos e programas do Governo Regional, associadas às curtas distâncias a serem diariamente percorridas pelos utentes de automóveis nos Açores, seriam motivo suficiente para ter havido outra dinâmica na inserção da mobilidade eléctrica na Região.

Há sinais do actual Governo Regional estar empenhado na sua implementação. Esperam-se, contudo, medidas concretas no âmbito de incentivos fiscais e outros.

Para a decisiva implantação do carro eléctrico, foi essencial promover uma grande evolução na tecnologia das baterias por forma a torná-las mais eficientes, leves e baratas.

Actualmente, o mercado oferece uma boa variedade de carros 100% eléctricos, de marcas conhecidas e a preços compatíveis.

Em termos médios, estamos a falar de um custo por carro na ordem dos 30.000 € (bateria incluída), autonomias urbanas de 150 a 200 kms e, na estrada, de 200 a 250 kms, tempos de carga doméstica de 4 a 8 horas. Utilizando a carga doméstica nocturna com recurso à tarifa bi ou tri horária, o custo por cada 100 kms percorridos ronda os 1,00 a 1,50 €, enquanto num carro a gasóleo o mesmo custo ronda os 6,00 a 7,00 €, ou seja, 5 a 6 vezes mais! Para uma utilização média diária de 30 kms (valor que se estima ser o que se passa actualmente na Terceira), a poupança anual por cada carro eléctrico versus o carro a gasóleo, seria cerca de 600 €. Os custos de manutenção também seriam reduzidos, sendo hoje as baterias garantidas por 5 ou mesmo mais anos.

O parque automóvel ligeiro da Terceira é de cerca de 24.000 unidades. Se considerarmos como objectivo, numa primeira fase, atingir uma quota de 10 % (2.400 unidades) em carros eléctricos, o que diria pouco ambicioso, teria lugar uma poupança no consumo de combustível para a totalidade dos utentes dos carros eléctricos de 1,6 milhões de euros!

E, se a energia de carga das baterias fosse obtida a partir da produção renovável, haveria para a Terceira uma poupança na importação anual de 1.600 toneladas de gasóleo, e na emissão de CO2 de 3.400 toneladas, com reflexos altamente positivos para o ambiente e para a balança de pagamentos externos da Região. E isto para apenas 10 % do parque automóvel da Terceira.

É normal que os carros eléctricos, como quaisquer outros, sejam de um modo geral utilizados durante o período diurno e estejam parados durante a noite. É, pois, natural que os utentes dos carros eléctricos carreguem as suas baterias no período nocturno (ou seja nas horas de vazio da rede eléctrica), tendo ainda em conta que, se optarem pela tarifa de electricidade bi ou tri horária, beneficiarão de um custo por kWh bastante mais barato (da ordem dos 0,100 €/kWh).

O carregamento da bateria do carro eléctrico terá uma duração típica de 4 a 8 horas (em regime de carga lenta). Em carga ultra rápida (a vir a ser disponibilizada nomeadamente nas bombas de combustível e estacionamentos) bastará meia hora.

Ora, para a rede eléctrica, o carregamento das baterias representará uma carga, precisamente nas horas de vazio do seu diagrama, e que, de uma maneira geral, irá ser satisfeita pela produção renovável disponível e presentemente excedentária. No quadro que segue, verifica-se que o carregamento de 10% do parque automóvel da Terceira representa uma carga diária de 14.450 kWh, que, distribuída ao longo de 8 horas, daria uma potência de 1.800 kW, o que iria reduzir significativamente a deslastragem dos parques eólicos.

***Figura 7 –*** *A mobilidade eléctrica na Terceira*

| Nº veículos na Terceira | 28 000 |
|---|---|
| Carros ligeiros (86%) | 24 080 |
| Carros elétricos (10%) | 2 408 |
| Custo por carro | 25 a 30 000 |
| Capacidade bateria (kWh) | 30 |
| Autonomia (kms) | 150 - 200 |
| Consumo (Wh/km) | 200 |
| Distância diária (km) | 30 |
| Consumo diário por carro (kWh) | 6 |
| Carga nocturna por carro (kWh) | 6 |
| Carga nocturna parque auto (kWh) | 14 448 |
| Potência média nas 8 horas (MW) | 1,8 |
| Custo por 100 kms carro eléctrico (€/100 kms) | 1,97€ |
| Custo por 100 kms carro gasóleo (€/100 kms) | 6,60€ |

A implementação desta medida não coloca nenhum problema especial uma vez que já existe ligação eléctrica à rede em praticamente todas as casas. Basta que haja carros eléctricos. E, para tal, a implementação pelo Governo Regional de uma política de mobilidade eléctrica adequada por forma a tornar o investimento num carro eléctrico motivador.

Façamos um pouco de futurologia.

Já estão em curso outros estudos e aplicações para baterias dos carros eléctricos e que irão ficar disponíveis a curto prazo. O tempo de utilização efectiva de um carro é, em geral, baixo, digamos em média 1 a 2 horas por dia. Ou seja, está parado 22 a 23 horas por dia. Ora, se durante este período de paragem fosse possível ligar o carro à rede, nomeadamente durante o dia, as respectivas baterias ficariam disponíveis para a rede eléctrica as utilizar (a troco de um pagamento com certeza). Mantendo o nosso exemplo dos 10 % de carros eléctricos na Terceira, a potência que ficaria disponível para ser utilizada pela rede eléctrica seria, em ponta, de cerca de 120 MW (na base de 50 kW por carro), ou seja, quase 4 vezes a ponta máxima actual da rede, embora limitada em tempo pela capacidade das baterias. Claro que a implementação deste tipo de serviço põe problemas logísticos complicados, mas poderia fazer-se aos poucos e à medida das necessidades da rede eléctrica. É um potencial imenso para ser utilizado no controlo e modulação da rede e que merece ir sendo analisado já, pois estará disponível amanhã e irá permitir uma ainda maior inserção das renováveis endógenas na produção de electricidade.

## 7. A Companhia Açoreana de Energias Renováveis (CAEN)

Por último, gostaria de relatar de forma mais directa a experiência da instalação do parque eólico da Serra do Cume Norte pela Companhia Açoreana de Energias Renováveis (CAEN).

### Do projecto à obra

A Companhia Açoreana de Energias Renováveis surgiu de uma forma um tanto surpreendente. Enquanto, no Continente, o mercado da produção renovável independente florescia, nos Açores, as poucas tentativas que houve não lograram vencer, certamente por falta de vontade política.

Em 2011 houve, finalmente, uma abertura do Governo Regional para permitir o aparecimento da produção independente a uma escala mais significativa. Ou seja, 25 anos depois do que se passou no Continente! E, se havia desde 1996 legislação Regional para o efeito, não haveria, contudo, vontade política para a pôr em prática. Seria, pois, mais do que altura de rever a situação de monopólio quase total da EDA em tudo o que dizia respeito à produção e distribuição de energia eléctrica (é bom lembrar que esta é detida 51 % pelo Governo Regional e 39% pelo Grupo Bensaúde, aliás o importador de fuel para a Região). E, embora a Região esteja ainda dispensada de determinadas exigências quanto à liberalização do sector, impostas pela Comunidade Europeia, a verdade é que este regime de excepção não é para durar para sempre. Há que preparar a transição.

Os futuros sócios fundadores da CAEN, nos quais me incluo, decidiram aceitar o desafio que, em Março de 2011, lhes foi feito pelo Governo Regional (nas pessoas do seu então Presidente Carlos César e do Secretário Regional do pelouro Professor Álamo Meneses), de instalar na Região uma unidade de produção de energia independente.

Logo metemos mãos à obra. Analisámos a legislação existente e estudos já feitos quanto à capacidade de instalação de produção eléctrica de origem renovável na Região, nomeadamente o *Estudo do Potencial Eólico na Região Autónoma dos Açores*, elaborado em 2004 pelo INEGI (UP) e a *Avaliação da Capacidade da Integração de Energias Renováveis em Redes das Ilhas dos Açores,* elaborado em 2004 pelo INESC (UP), ambos para a ARENA.

Da análise destes estudos e de observações que fizemos em visitas à Região, optámos por nos centrarmos na Ilha Terceira.

Dos vários recursos energéticos disponíveis, rapidamente optámos pela energia eólica.

A geotermia estava já enquadrada pela EDA e o investimento de prospecção inicial já rondava os 26 M€, o que levantava dúvidas quanto à sua viabilidade económica. Além disso, desconhecíamos essa tecnologia.

A energia solar fotovoltaica, sendo de fácil instalação, parecia interessante. Contudo, na altura o custo de investimento ainda era o dobro da que se verifica hoje em dia (valores abaixo de 1 M€ por MW instalado já são praticados). Depois, as horas equivalentes de exposição solar na Terceira são relativamente baixas, não chegando às 1200

horas anuais. Decidimos, pois, não começar pela solar, embora posteriormente tenhamos tido a ocasião de nos interessarmos por projectos solares na Região mas que acabaram por não ser realizados por, no contexto em que estavam inseridos, terem uma viabilidade económica duvidosa. Mas estou convencido que a solar tem e terá um lugar na produção de electricidade na Região, pelo menos na microprodução descentralizada.

A energia eólica, contudo, parecia promissora. Estudos já feitos apontavam para a existência de ventos médios elevados e havia bons locais para a instalação de parques eólicos, quer por serem acessíveis, quer por se situarem perto de zonas servidas pela rede de transporte e distribuição de electricidade. Entre estes locais sobressaía a Serra do Cume, onde, aliás, a EDA já tinha instalado um parque eólico de 4,5 MW e que estava, na altura, em ampliação para um total de 9 MW. De referir que um dos aerogeradores da EDA, nesse parque, foi a unidade do conhecido fabricante alemão Enercon que, a nível mundial, registou uma maior produção relativa! Tinha acessos razoáveis e a linha de transporte da rede eléctrica atravessava a serra. Pensámos ser uma boa aposta.

Optámos, então, pela instalação de um parque eólico na Serra do Cume.

A potência a instalar no parque eólico foi calculada com base num estudo que encomendámos ao INESC sobre a capacidade disponível na rede da Terceira para receber mais energia eólica. Este estudo apontava para a possibilidade de instalar mais 3,6 MW, prevendo, contudo, a necessidade de deslastrar (desligar) o parque eólico durante uma parte do período de vazio da rede (durante a noite). O estudo previa deslastragens da ordem de 20 % quando, na realidade, se tem verificado 40 %. A seguir desenvolveremos este assunto. Optámos por 4 aerogeradores idênticos aos da EDA, de 900 kW cada, embora na altura a potência de 2000 KW por aerogerador fosse a mais comum. Contudo as condições de descarga no porto marítimo de Praia da Vitória e de transporte até ao alto da Serra do Cume vinham facilitadas com grupos mais pequenos. Não havendo capacidade de gruas no porto para a descarga das componentes mais pesadas, estas foram descarregadas pela própria grua que foi utilizada na montagem e que foi transportada no mesmo barco. Não posso deixar de referir o extraordinário desenvolvimento a que esta tecnologia tem estado sujeita, a ponto dos fabricantes darem garantia de disponibilidade das máquinas em 98 % do tempo (no nosso caso tivemos que ficar pelos 97 %, devido ao reduzido número de máquinas existentes na Ilha e aos custos de deslocação do pessoal especializado e transporte das peças a serem substituídas).

Os estudos feitos para o parque de 3,6 MW apontaram para ventos médios perto dos 10 m/s (6 m/s são valores suficientes em muitos parques já instalados) com uma produção anual disponível da ordem dos 12 GWh. Se considerarmos deslastragens de cerca de 40 % , teremos 8 GWh, ou seja 4% do consumo de electricidade na Terceira.

O fornecimento dos aerogeradores e das instalações eléctricas foram adjudicados à empresa alemã Enercon (um dos maiores fabricantes de aerogeradores do Mundo e com uma tecnologia única). As obras de construção civil foram executadas pela empresa Somague da Terceira. O investimento total foi de 5,3 M€ (1.450 €/kW) representando os aerogeradores 65 % do investimento e a construção civil 15 %.

Da obra há a registar as dificuldades a vencer no que respeita às fundações dos aerogeradores, uma vez que o terreno se revelou pouco denso e muito fracturado (piroclastos)

na zona superficial. Chegamos a recear ter de recorrer à introdução de micro estacas de consolidação do solo mas acabou por ser suficiente aumentar o diâmetro da fundação.

Em Agosto de 2013, ou seja, decorridos pouco mais de dois anos desde a reunião de lançamento com o Governo Regional, ligámos o primeiro grupo à rede. Fantástico, porque o normal no Continente seriam 5 a 6 anos. Houve, pois, grande vontade política para a concretização da obra e ultrapassagem de todos os problemas administrativos e burocráticos que foram surgindo. Aqui fica, mais uma vez, um muito obrigado ao Secretário Regional do Ambiente e do Mar, Professor Álvaro Meneses, por todo o seu empenho para que tal sucedesse.

### O arranque da exploração

O arranque da exploração não se revelou nada fácil. Há que ter em consideração que a concessionária da rede, a EDA, estava habituada a funcionar numa situação de total monopólio, sendo ainda que a entidade eventualmente fiscalizadora da sua actuação, o Governo Regional, era, e continua a ser, detentor de 51 % da EDA, ou seja, é o accionista maioritário.

Foi uma luta pela transparência da exploração da rede e pela aplicação rigorosa mas sensata das regras vigentes. Fomos, nesse campo, lutadores empenhados, apoiados sempre que possível em análises técnicas baseadas nos dados que, passo a passo, nos foram sendo facultados.

Existe, presentemente, uma metodologia de cálculo automático da aplicação das regras de exploração vigentes, nomeadamente quanto à reserva girante a ser mantida na rede para cada situação concreta e das compensações a serem pagas aos produtores eólicos, por deslastragens a mais que tenham que sofrer por força da entrada em exploração da central de queima de resíduos da TERAMB e da central de geotermia do Pico Alto. Este sistema tem estado em funcionamento desde no início de 2016 e o resultado dos seus cálculos são perfeitamente adequados e aceitáveis. Um bom exemplo de colaboração entre a EDA, a TERAMB e a CAEN, e a prova do quanto se pode avançar quando há vontade para isso.

Só que estas situações não deveriam depender de vontades.

Diria que, neste momento, a produção independente privada nos Açores já opera num ambiente razoavelmente transparente, embora ainda haja aspectos que carecem de regulamentação. Dou só um exemplo. As perdas de produção, que um produtor independente tiver por avarias surgidas nos equipamentos de produção da EDA, não são ressarcidas. Não tendo a EDA nenhum seguro para o efeito.

## 8. Notas finais

Como nota final diria que a produção independente nos Açores tem inegável interesse e viabilidade, como o demonstram as recentes histórias da CAEN e da TERAMB.

Muito se avançou no processo de transparência e melhoria das condições e regras de operação da rede eléctrica da Terceira.

A CAEN tudo fez para que a sua presença fosse o mais actuante possível, tendo, para além de instalar um parque eólico, procurado promover o estudo de soluções que permitissem uma melhor e maior penetração das renováveis na Terceira.

Continua, contudo, a haver uma situação de franco monopólio na produção e distribuição de energia eléctrica na Região Autónoma dos Açores. Na actual tendência de abertura ao mercado e transparência que se vive na área da energia na Comunidade Europeia, é difícil entender o prolongar desta situação.

Entendo que a Região só teria a lucrar com o abrir mais as portas à iniciativa privada na área da energia eléctrica. Provavelmente, já teríamos há algum tempo uma bateria instalada na Terceira, o que, a meu ver, deveria ter sido feito antes mesmo da entrada em exploração da central de queima de resíduos da TERAMB e, com maior razão, da central de geotermia de Pico Alto. Mas compete ao Governo decidir sobre esta matéria. Nós estamos disponíveis, o que manifestamos já várias vezes e até por acções concretas.

# BREVES MEMÓRIAS DUM TERCEIRENSE DESCENDENTE DE TRABALHADOR DA BASE

*Tânia Santos Mendes**

Com a chegada dos Norte-americanos à ilha Terceira, fortes alterações se operam na ilha em termos económicos, sociais, culturais… A qualidade de vida dos Terceirenses é alvo de modificações significativas e únicas em comparação com as restantes ilhas do Arquipélago dos Açores.

Após a presença inglesa na ilha Terceira (1943-1946) era a vez dos norte-americanos se sediarem na ilha. O arquipélago, pela sua posição geográfica revela-se um ponto estratégico e apelativo no que concerne ao controlo do Atlântico "a travessia dos Estados Unidos da América ao Norte de África, levava setenta horas de voo…havendo uma base aérea nos Açores esta rota fazia-se em quarenta horas" (Martins 2003: 47).

Desta forma, a partir de 1943, os britânicos ocupam a ilha Terceira, permanecendo até 1946.

Em 1944, os EUA iniciam a sua entrada na Base das Lajes estreitando a relação estratégico- militar com Portugal, sediando-se definitivamente em 1946 e permanecendo até aos dias de hoje.

Com a vinda dos americanos verifica-se uma forte ascensão em termos económicos, sociais, ideológicos e culturais nas gentes da ilha Terceira, "os ingleses e os americanos trazem coisas novas e comportamentos diferentes. Têm capacidades que inibem os portugueses e os tornam objeto de admiração" (Grave, 2001:417). Situação que ainda hoje conseguimos sentir, pois de alguma forma a influência estrangeira perpetuou-se ao longo das gerações e nos descendentes dos "trabalhadores da Base". A ambição era o futuro trabalho na Base das Lajes na subordinação dos Norte-americanos.

Dá-se uma autêntica viragem na qualidade de vida da população, arrancando-a de uma dura e vulnerável subsistência em termos económicos e laborais. Esta passa a ser encarada como sendo a "principal fonte empregadora, abrindo perspectivas de evolução

* Licenciada em Educação de Infância. Pós-graduada em Educação Social e Intervenção Comunitária, Mestre em Ciências Sociais, área de especialização: Envelhecimento, Famílias e Políticas Sociais. Doutoranda em História Insular e Atlântica (séculos XV-XX).

socioprofissional a uma chusma de populares arrancados de uma existência extremamente penosa (…) traduzidas na melhoria efectiva das condições comunitárias de sobrevivência" (Meneses, 2001: 67).

**Base das Lajes Anos 45 a 50.**

**Fonte:** Col. Particular de Manuel Martins

A presença norte-americana abriu portas aos terceirenses, que viram suas vidas melhoradas pelas condições de emprego que o trabalho na Base facilitou. Esta foi uma dinâmica globalizadora a toda a ilha, foi uma realidade que influenciou não só quem trabalhava na Base mas toda a economia da ilha. Estamos a falar de uma época de escassos recursos, o comércio local era pobre e desprovido, e de uma hora para a outra, vemos o nosso mercado prosperar, temos acesso a produtos nunca antes conhecidos, produtos tão banais como o ketchup, a coca-cola, os chocolates…comumente assumimos estes anos como sendo um "tempo de abundância", parafraseando Avelino Meneses " a entrada de estrangeiros corresponde ao aumento da circulação do dinheiro, que suscita a prosperidade"(2001:64). Até os despojos dos norte-americanos, deixados na Caldeira eram alvo de "saqueamento" por parte dos terceirenses, alimentando muitas famílias, "tinham tanto que até os seus desperdícios eram aproveitados pelas populações" (Grave, 2001: 417). O facilitismo e fartura que existia permitiu aos trabalhadores "levarem" produtos/materiais para casa, abastecendo a família e muitos deles alargando esta distribuição à vizinhança e amigos, vendo nesta "armazenagem" uma oportunidade de negócio. Eram realmente tempos de muita abastança para quem da Base tirava o seu sustento, numa terra que até à chegada dos norte-americanos era quase que terra de ninguém, em que se vivia sofregamente do que a terra dava. O trabalhador da Base era o novo-rico. Abençoadamente viram as suas vidas alcançarem um estatuto muito superior ao alguma vez sonhado.

Mas não foi só em termos económicos que a vida terceirense mudou, a nível social e cultural, também as alterações foram visíveis, o convívio entre portugueses e americanos era frequente, estabelecendo-se laços de amizade, convívio e trocas de favores. Destes convívios sobressaíram muitos casamentos entre norte-americanos e terceirenses (Grave, 2001: 417).

A frequência nos clubes, como NCO, Clube de Oficiais, Clube de Sargentos, era prática decorrente e sinónimo de elevação de estatuto. Era prática comum os portugueses atuarem nos clubes para os norte-americanos, animando as festas. Como também o contrário se verificava, as festas, piqueniques organizados pelos norte-americanos para as famílias dos seus subordinados.

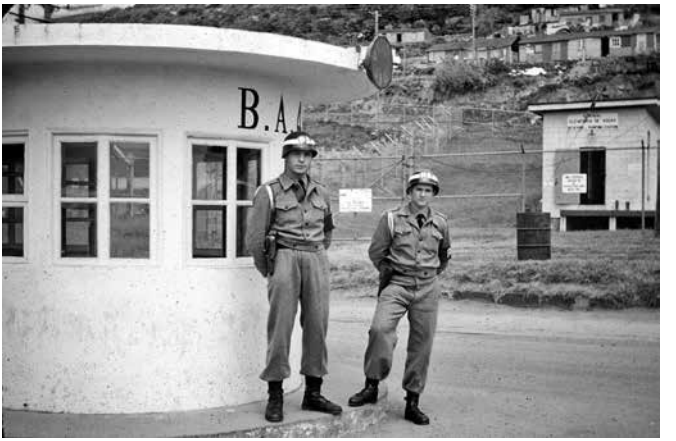
Não podemos aqui descurar de referir o "Dia de Apreço à Comunidade", comumente reconhecido como sendo o "Dia da Entrada Geral", que ainda hoje acontece.

**"Entrada Geral" (Dia de Apreço à Comunidade) - 1953**

**Fonte:** Meneses, Avelino Freitas (2001). *As Lajes da Ilha Terceira. Aspectos da sua História*. Lajes: Blue Edições.

Este era o dia em que toda a população podia livremente entrar na Base das Lajes (esta entrada era vedada a quem não fosse militar ou trabalhador da Base). Decorriam várias atividades recreativas para a população geral, venda de produtos "americanos", refeições, visita aos aviões (que era sempre um apelativo para pessoas que pouco conheciam para além das fronteiras da ilha), entre outros chamativos. Estas são memórias que continuam muito presente no imaginário do nosso povo.

**"Guardas na entrada para a BA4 – Posto 1"**




**Fonte**: Col. Particular de Manuel Martins

Para as crianças terceirenses também foi forte a influência americana nas suas vidas, o inglês era normalmente falado e ouvido, entrava em seus lares, contagiando-os e abrindo novas portas a nível de futuro. Muitos descendentes dos trabalhadores da Base tornaram-se trabalhadores da Base. Esta era uma ambição que se perpetuava de geração em geração.

Muitas crianças, principalmente as oriundas do concelho de Praia da Vitória, em particular das freguesias de Agualva, Vila Nova e S. Brás, pela sua proximidade ao clube de Golf, começaram desde cedo a tecer o seu futuro na Base das Lajes. Partiam cedo rumo ao Golf na expetativa de serem selecionados pelos americanos como seus *Caddies*, traçando laços relacionais com os mesmos. Muitos foram os jovens que de lá partiram rumo à Base, aprenderam inglês e hoje muitos continuam a frequentar o Golf, agora como verdadeiros jogadores resultante também da qualidade de vida que o trabalho na Base lhes proporcionou.

**"Jovens Caddies"**

**Fonte:** Col. Particular Eduardo Correia

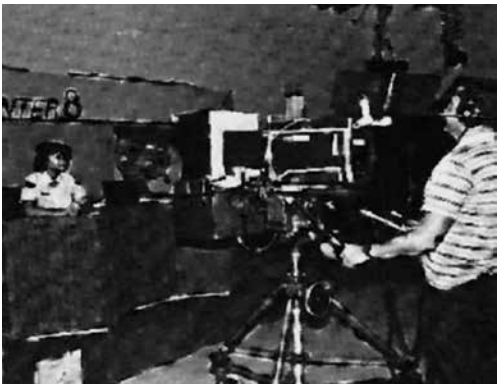
**Fonte:** Col. Particular Eduardo Correia

Regressavam a casa com algumas "dolas" (dollars) no bolso (aproximadamente 28$00), que aos olhos da pobreza extrema que se vivia eram muito bem-vindas, contribuindo assim para a subsistência da família. O desempenho no Golf perspetivava um futuro na Base das Lajes. Terá sido criada uma bolsa para *Caddies*, que lhes permitia usar sapatos (pois muitos deles percorriam longos percursos rumo ao golf, descalços), compra de equipamento, mas mais importante, atingindo uma certa idade seriam "colocados" na

Base e ganhariam o estatuto de trabalhador da Base, existia um conjunto de vagas destinadas a serem ocupadas pelos *Caddies*.

A televisão "Americana" foi igualmente uma influencia nas vidas das crianças e população em geral, muitos aprenderam inglês pelo facto de assistirem religiosamente o "canal Americano". O inglês entrava-nos pelos lares, desde cedo os terceirenses ganharam vantagem em relação ao restante arquipélago, no domínio da língua inglesa. Aliás muitas famílias passaram a ter um televisor, e outros eletrodomésticos, graças à Base das Lajes, quer pelo acesso aos equipamentos, quer pelo poder de compra que se adquiriu ao trabalhar na Base. Que casa terceirense não tinha um "transformador" (adaptador de corrente elétrica)? A Base foi a maior e melhor fonte de empregabilidade, trazendo prosperidade e estabilidade financeira à população terceirense.

**AFRTS- 1954**



**Fonte:** Coakley, Richard (s/data). Air Force Sergeants Association. "Lajes Field 1984". USA: Walsworth Publishing Compant.

Inclusive na própria linguagem fizeram-se sentir influências "americanas", novos vocábulos e estrangeirismos surgem e permanecem. Era comum ouvir-se termos, que ainda hoje se ouvem, como: "alvarozes" (overalls); "friza" (freezer); "pela" (pillow); "mapa" (mop) … os estrangeirismos eram sinónimo de pertença duma classe, quase que dum estatuto adquirido, distinguia-nos das restantes ilhas. Erámos quase que imigrantes na nossa própria terra, daqueles que regressam passados muitos anos e trazem uma mão cheia de "americanizes".

Sem dúvida eram "tempos de abundância" e de deslumbre. Chegavam os norte-americanos com os seus enormes carros "as banheiras", circulavam pelas freguesias da ilha Terceira, deixando os portugueses boquiabertos. Abriam o vidro de suas "banheiras"

e distribuíam as pastilhas, bombons, ao som das crianças que corriam nas ruas para ver passar as ilustres banheiras e gritar "Ei, Jo Gama", que seria uma corruptela de "Ei! Joe give me a gum" (Mendes, 2018:88). Para gentes com tão pouco poder de compra, como até então, vêm-se extasiados com a chegada dos norte-americanos e com a opulência que esta chegada acarretava, sinónimo de sonho americano. Quantos emigraram na busca deste sonho, e nós terceirenses vemo-nos rodeados de sonho americano.

O Natal era ansiosamente esperado. Pela época Natalícia, os americanos entregavam às crianças terceirenses pequenas lembranças, mas de grande significado, como as meias/botas repletas de bombons; as "caixinhas", distribuídas pela criançada terceirense e tantos outros mimos natalícios para trabalhadores, famílias e população em geral.

As "caixinhas" eram umas pequenas caixas retangulares, com o símbolo da Cruz Vermelha timbrada na caixa, iniciativa do programa "People to People". Dentro traziam pequenas lembranças que faziam as delícias das crianças. Nestas podiam-se encontrar lápis de cor, borrachas, "piorrinhas", livros de colorir, bonecas… (Mendes, 2018: 90).

Estas são uma presença constante no imaginário das nossas gentes. As "caixinhas" eram entregues nas escolas pelos próprios militares, assim podemos assistir ao clima de proximidade existente entre terceirenses e norte-americanos. No conto de Vasco Pereira da Costa (1978) "O Gibicas", encontramos referência às aclamadas "caixinhas" e a toda a preparação por parte dos professores e ansiedade dos alunos para a chegada e entrega das mesmas "nas caixinhas em rimas na grande mesa e pela frente das fardas americanas mais enfeitadas que bezerro de bodo, apenas a ilusão de uns brinquedos … agarraste na caixinha vermelha, azul e branca, com as estrelinhas desse people para o nosso povo" (p.60).

**"As Caixinhas"**

**Fonte:** Col. Particular de Sãozinha Lima

No entanto, o impacto norte-americano acabou por criar consideráveis assimetrias sociais, não eliminou a pobreza endémica que se fazia sentir na ilha. Estamos a falar de um período caracterizado pelo elevado número de filhos por agregado familiar, propiciador de intensas carências financeiras, e quem não conseguiu um trabalho na Base das Lajes continuou a subsistir sofregamente do que a terra dava…

A pobreza era um flagelo ao nível de arquipélago e muitos foram os que vieram para a Terceira viver na frívola expetativa de um trabalho bem remunerado na Base das Lajes, que lhes trouxesse estabilidade económica para as famílias. Com essa chegada de famílias oriundas das outras ilhas, muitas delas foram-se sediar na serra de Santiago criando um "bairro da lata no cimo da Serra de Santiago, junto à vedação do aeroporto, que aloja uma chusma de naturais de outras ilhas, entretanto deslocados na vã expetativa da realização socioprofissional (…) motiva a difusão da pobreza e o aparecimento da exclusão" (Meneses, 2001: 63).

**Localização do "Bairro da Lata"**

Por toda a ilha, e em contraposição aos que teriam tido a benesse de "trabalhar na Base", a pobreza era uma realidade fortemente sentida por toda a ilha. Apesar dos benefícios, a Base não eliminou a pobreza endêmica da ilha. A presença norte-americana impulsiona as assimetrias sociais, cultivando a exclusão e segregação social. Se por um lado tínhamos um nicho da população que ascende socialmente e financeiramente, por outro temos um povo que continua a viver na miséria extrema.

**"As Barracas"**

**Fonte:** Col. Particular da Junta de Freguesia de Santa Cruz

**Dicotomia "Bairro da Lata", Bairro Beira-Mar e Nascer do Sol (bairros americanos)**

**Fonte:** Col. Particular Junta de Freguesia de Santa Cruz

Estas estruturas mantiveram-se até dezembro de 2016, data em que foram totalmente erradicadas.

Em suma, a chegada dos norte-americanos à ilha Terceira acarretou fortes vantagens às gentes da ilha, foi uma mais-valia à sociedade e qualidade de vida, à economia e ao próprio desenvolvimento da ilha.

Deixo-vos aqui um pouco do que foi a minha infância e a minha identidade enquanto terceirense descendente de trabalhador da Base, são apenas algumas notas, memórias

que fazem parte do meu imaginário, como de tantos outros terceirenses. Para além destas breves recordações, muitas outras poderiam ter sido aqui descritas, pois sem dúvida que o facto dos norte-americanos se terem estabelecido na ilha Terceira fez de nós uns privilegiados em relação às restantes ilhas. Muito mais cedo tivemos noção de que existia muito mais mundo do que aquele que conhecíamos, para além das nossas fronteiras insulares.

Por vezes para melhor interpretarmos o presente, temos de recuar no passado e percecionar o percurso inerente, e este passado aqui descrito, fez de nós o que somos hoje, definiu-nos, deu-nos uma identidade: a identidade terceirense.

**Referências Bibliográficas**:

Coakley, Richard (s/data). Air Force Sergeants Association. "Lajes Field 1984". USA: Walsworth Publishing Compant.

Costa, Vasco Pereira (1978). "O Gibicas" In *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano (séculos XIX e XX)*. João de Melo (org.), Lisboa: Editorial Veja, pp. 55-60.

Grave, José (2001). "Uma Base Estrangeira nas Lajes. O Alvor". In *Arquipélago*, *História*, 2ª série, V. pp. 403-420.

Martins, Manuel Meneses (2003). *Base Aérea das Lajes (contribuição para a sua história)*. Edição de Autor.

Mendes, Tânia Santos (2018). *A Infância Abandonada*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.

Meneses, Avelino Freitas (2001). *As Lajes da Ilha Terceira*. *Aspectos da sua História*. Lajes: Blue Edições.

# DOCUMENTOS

# A ARMADA DO CONDE DE ESSEX NA GRACIOSA, TERCEIRA E SÃO MIGUEL - 1597

*Manuel Augusto de Faria**

## Introdução

A publicação do "Relatório do Capitão Francisco de la Rua sobre a Ação do Destacamento Espanhol na Horta durante a Incursão do Conde de Essex"[1], sugere que publiquemos toda a mais relevante informação oficial espanhola sobre a expedição do dito conde de Essex ao arquipélago dos Açores, em 1597: carta de 13 de outubro de 1597, do mestre-de-campo Antonio Centeno[2] a D. Filipe, dando conta da partida da armada inimiga, da Terceira em direção a São Miguel[3]; *Relaçion delo suçedido a la Armada ynglessa la qual llego al Puerto desta çiudad de punta delgada dela Isla de san miguel y dio fundo en la Baya de ella en nuebe de otubre de 1597, de que hera general El conde de helsex*, assinada por Tomás de Torres e datada de 29 de outubro de 1597[4] – relação esta que, possivelmente, acompanhou a carta datada do mesmo dia e ano, do capitão D. Antonio de Portugal, comandante da companhia espanhola destacada em São Miguel, para enviar um relatório a D. Filipe, sobre o sucedido naquela ilha[5].

São estes documentos que agora publicamos.

---

* Licenciado em História. Sócio honorário do IHIT.

1 Faria, M. A. (2007), "Relatório do Capitão Francisco de la Rua sobre a Ação do Destacamento Espanhol na Horta durante a Incursão do Conde de Essex, em 1597". *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 16: 175-195

2 Manuel Faria, "Centeno, António (D)", *Enciclopédia Açoriana*, DRC, edição *on line*

3 España, Ministerio de Cultura. Archivo General de Simancas (AGS). *GYM-LEG*, 490, 17. Já em carta de 9 de outubro, Çenteno acusava a entrada no porto de Angra da frota das Índias – AGS, *GYM-LEG*, 490, 11

4 AGS, *GYM-LEG*, 490, 54

5 AGS, *GYM-LEG*, 560, 244. Desta carta, onde, sobretudo, o capitão se queixa da falta de meios humanos e materiais necessários à defesa da ilha – de que damos notícia neste texto –, existe imagem reproduzida em CD – *Documentos sobre os Açores existentes no Archivo General de Simancas* – editado pelo Instituto Açoriano de Cultura. Dela, transcrevemos: *Tiene V. Mag. que aggradecer a la gente desta Isla el esfuerço, y animo que tuuo en defender esta tierra offereciendo al seruicio de V. Mag. vidas y haciendas no les poniendo terror la gruessa armada del ynimigo: y lo que en esto hizo todo fue el buen gouierno de Gonçalo Vaess Cou-*

**Forças defensivas de São Miguel e da Ilha Terceira, em 1597**

Em 1582, a armada do marquês de Santa Cruz impôs pesada derrota à armada francesa, comandada por Filipe Strozzi, que trazia aos Açores D. António, Prior do Crato, com o propósito de fazer-se reconhecer rei de Portugal em todo o arquipélago. A armada filipina ficou, porém, em tal estado de ruína, com muita gente morta e ferida, com falta de pólvora e murrão, o que levou o marquês de Santa Cruz a regressar a Lisboa sem acometer a Ilha Terceira e ilhas de baixo, fiéis a D. António, deixando em São Miguel dois mil e quinhentos homem de guarnição, sob o comando do mestre-de-campo Agustin Iñiguez de Çarate.[6]

Destes dois mil e quinhentos soldados, dois mil e trezentos vieram a integrar a expedição do marquês de Santa Cruz no ano seguinte, que reduziu a Ilha Terceira à soberania de D. Filipe. Finda a expedição, deixou, o marquês, uma companhia de duzentos e cinquenta soldados espanhóis[7] em São Miguel, por guarnição permanente do castelo de São Brás.[8]

Em 1597, a companhia espanhola em São Miguel, ao tempo, sob o comando do capitão D. Antonio de Portugal, estava reduzida a um efetivo de cento e vinte homens; tinha falta de pólvora, armas, munições e reparos para a artilharia. Às companhias de Ordenanças da ilha, faltava armas e pólvora; tiveram que ser abastecidas pela guarnição espanhola, para poderem opor-se ao desembarque dos corsários do conde de Essex.[9]

Segundo D. Antonio de Portugal, juntando mais três companhias de soldados espanhóis à companhia existente e às companhias de Ordenanças, com o devido armamento e munições, São Miguel ficaria militarmente em condições de repelir qualquer ataque lançado contra a ilha.

A guarnição espanhola de Ponta Delgada seria extinta poucos anos depois, quando o terço a que pertencia foi retirado dos Açores. No arquipélago ficaram apenas os soldados necessários à guarnição do Castelo de São Filipe do Monte Brasil.

Na Terceira, na mesma ocasião, o marquês de Santa Cruz deixara um contingente de mil e quinhentos soldados espanhóis, pertencentes ao terço de Juan de Horbina, aquartelados e aboletados em Angra e noutros locais da ilha. Em 1597, sendo o terço comandado por Antonio Centeno, este contingente já estaria reduzido, por falta de recompletamentos. No entanto, a ilha estaria suficientemente guarnecida, já que o conde de Essex não intentou contra ela.

---

*tiño gouernador desta Isla que en toda esta occasion procedio con la satisfacion, y lealdad que de su persona en el seruicio de V. Mag. se esperaua, teniendo con sua buena prudencia toda la gente muy concertada y animosa a morir, y no consentio que su mujer e hijos se saliessen da la ciudad, antes de tal manera desso se desso se descuido que por acudir a su obligación me dexo encomendado que auiendo occasion para ello os recogiesse y assi le tiene V. Mag. muy lo que aggradecer.*

[6] Cristóbal Mosquera de Figueroa, *Comentario en Breve Compendio de Disciplina Militar, en que se Escribe la Jornada de las Islas de los Açores*, En Madrid, por Luiz Sanchez, 1596. p. 12. Segundo Cesário Fernández Duro, apenas terão ficado em São Miguel dois mil soldados espanhóis – *La Conquista de las Azores em 1583*, Madrid, Est. Tipográfico "Sucesores de Rivadeneyra", Impresores de la Real Caza, 1886, p. 56

[7] Recorde-se que Portugal ainda não dispunha de um exército profissional.

[8] AGS, *GYM-LEG*, 560, 244.

[9] AGS, *GYM-LEG*, 560, 244.

A carta do mestre-de-campo Antonio Centeno que publicamos, sem prejuízo de vir a merecer melhor e mais larga análise no futuro, faz transparecer uma tentativa de justificação – presença na Horta de uma companhia do seu terço, sem meios de defesa bastantes –, e de autovalorização, ignorando o papel do general e almirante Juan Gutiérrez Garibay na defesa da frota que conduzia.

Entre os cerca de quinhentos chefes militares espanhóis que entre 1540 e 1740 mais comboios deram à Carreira das Índias, Garibay ocupa o sexto lugar, com dezasseis travessias do Atlântico.[10] A frota de 1597 foi a primeira em que o general e almirante teve o comando supremo; e com tal sucesso que marcou a sua carreira futura.

Sorte[11], arrojo, ciência e prática de navegação permitiram que Garibay se esquivasse de ser intercetado entre o Corvo e o porto de Angra, onde entrou já perseguido por parte dos navios da armada anglo-holandesa do conde de Essex. Em Angra, num primeiro tempo, terão sido os canhões dos fortes de Santo António e São Sebastião que mantiveram o inimigo à distância[12]; mas logo o general mandou guardar o imenso tesouro que trazia no Castelo de São Filipe do Monte Brasil, e enfrentou o inimigo com a artilharia dos seus navios, obrigando os corsários a afastarem-se[13] para, concentrando todos os seus navios que se encontravam dispersos pelos mares dos Açores, reorganizar o ataque, obviamente, em situação mais favorável[14], intercetando a almejada presa em navegação.

---

[10] Pablo Emilio Pérez-Mallaína, "Juan Gutiérrez Garibay. Vida y Hacienda de un General de la Carrera de Indias en la Segunda Mitad del Siglo XVI", *Revista de Indias,* 2010, vol. LXX, núm. 249, p. 320

[11] Sobre as circunstâncias que permitiram a passagem da frota pelo canal Pico/Faial, mesmo "nas barbas" dos corsários, ver Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, 1.º Vol., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, p. 395

[12] A artilharia dos fortes de Angra, pelo seu maior alcance, terá sido fundamental nesta conjuntura, afastando os navios corsários para além do tiro eficaz dos seus canhões contra os navios da frota – Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, 1.º Vol., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, p. 396

[13] Pablo Emilio Pérez-Mallaína, "Juan Gutiérrez Garibay. Vida y Hacienda de un General de la Carrera de Indias en la Segunda Mitad del Siglo XVI", p. 330. A descrição de Pablo Pérez-Mallaína, fundada em *Junta de Guerra en Azores a bordo del galeón capitana,* 9 de octubre de 1597, AGI, Patronato, legajo 255, n.º 1; General 5, Ramo 1, documentação a que não tivemos acesso, sugere alguma incongruência, resultado possível do desconhecimento da geografia do arquipélago e da morfologia do porto de Angra. Descreve a chegada da frota à Terceira, como se entre o Corvo e a Terceira não distanciasse algumas centenas de quilómetros. Afirma que Garibay retirou artilharia dos seus navios, para com ela formar baterias na praia da cidade; ora, os primeiros visados destas baterias na praia seriam os próprios navios espanhóis, apanhados entre os dois fogos. Além disso, a colocação em terra desta artilharia de bordo só poderá ter ocorrido no dia seguinte à chegada da frota, ou posteriormente, com os navios já recolhidos ao interior do porto – AGS, *GYM-LEG*, 490, 11

[14] O objetivo da guerra do corso não era, como na guerra convencional, afetar o poder militar do inimigo, matando ou destruindo, para o obrigar a ceder no campo político ou diplomático. Ao corsário importava apresar – bens ou pessoas, neste caso, ao corsário muçulmano na mira do resgate –, com o mínimo de esforço e de risco próprio. O estudo do corso trás valores insuspeitos, atendendo às incursões terrestres conhecidas, de açorianos capturados pelos corsários muçulmanos – Edite Martins Alberto, "José Cardoso, corsário de Argel: o percurso de um cativo natural da ilha do Faial", *VII colóquio "O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX",* Horta / Velas, 2018. O *Livro do Castelo* – Instituo Histórico da Ilha Terceira, 2010, p. 556 – regista o caso concreto (e inesperado) de florentinos prisioneiros em Argel, em 1720. Estaremos em presença de presas feitas em alto mar, em navios mercantes, como resulta da citada comunicação e posterior esclarecimento de Edite Martins Alberto.

Como refere o mestre-de-campo, já antes desta carta mandara outra[15] pelo alferes Juan de Vitoria, dando conta da entrada da frota no porto de Angra. Desta carta, datada de 9 de outubro, convém destacar: o avistamento, em Angra, quer da armada de Essex, quer da frota espanhola, deu-se pelas dez horas, presumivelmente, do dia 5 de outubro[16] – dia em que os corsários abandonam a Horta; a armada vinha com mais de cento e vinte navios; a frota comportava vinte e três navios, dos vinte e cinco com que zarpara de Havana, já que dois cedo se afastaram dela; Garibay enviou à frente notícia da sua chegada, presumivelmente, já perto da Terceira; o mestre-de-campo mandou ao encontro da frota dez batéis com soldados e pilotos para a trazerem até Angra; por parecer dos pilotos da terra, a frota, cuja retaguarda já vinha sendo fustigada pelos piratas, ancorou fora do porto, mas à sombra da artilharia dos fortes; travou-se um duelo de fogo de canhão durante dez horas, até anoitecer; anoitecendo, o mestre-de-campo enviou barcos que rebocaram a frota para dentro da baía; no dia seguinte, toda a mercadoria foi desembarcada e levada para a fortaleza de São Filipe do Monte Brasil (então, em construção, e ainda sem guarnição residente).

Nesta conjuntura, a ação da Provedoria das Armadas em Angra terá sido determinante na presteza com que Garibay procedeu ao reabastecimento da sua frota nos Açores. Enquanto Essex procedia ao saque – e reabastecimento, por certo, abruptamente interrompido – na Horta, a frota das Índias passava-lhe em frente, encoberta pelo nevoeiro; enquanto os corsários saqueavam Vila Franca do Campo, sobretudo, para reabastecimento, Garibay saía do porto de Angra e "perdia-se" no Atlântico, sem deixar rasto que permitisse ao inimigo persegui-lo.

## Outra visão dos acontecimentos

Estes documentos que se publicam são a versão oficial dos comandos espanhóis estacionados nas ilhas.

A completar a história da defesa das ilhas perante o ataque da armada do conde de Essex, temos outras fontes disponíveis que, no caso de São Miguel, nos mostram a visão dos acontecimentos por um prisma das milícias locais, as Ordenanças[17].

Em São Miguel havia um governador militar ou capitão-mor[18] que assumia a função de comandar as Ordenanças e segurar a defesa da ilha na ausência do capitão donatário, o

[15] AGS, *GYM-LEG*, 490, 11

[16] A carta não data o dia preciso da chegada da frota a Angra.

[17] Desconhecemos o papel das companhias de Ordenanças terceirenses nesta conjuntura. António Centeno ignora-as em absoluto, muito embora seja quase certo que terão tomado posição ao redor da ilha, nomeadamente nos locais com costa de fácil desembarque, não guarnecidos por soldados espanhóis.

[18] O título de capitão-mor – tal como o de capitão – é uma designação essencialmente funcional. Vaz Coutinho era o capitão-mor da capitania-mor das companhias de Ordenanças – cada uma comandada por um capitão – de Ponta Delgada; mas como governador militar da ilha, por patente régia e na ausência do capitão donatário, era também capitão-mor de todas as companhias de Ordenanças de São Miguel; sem prejuízo de cada concelho formar uma capitania-mor, com capitão-mor próprio – Cf. Manuel Augusto de Faria, "Distribuição territorial e composição social das Companhias de Ordenanças nos Açores", Boletim do *Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2004, p. 291-331. Igual

Conde de Vila Franca. Em 1597, era governador militar Gonçalo Vaz Coutinho[19], figura conhecida por várias fontes. Este governador, no próprio ano de 1597, redigiu uma relação[20], publicada em opúsculo impresso, em Lisboa, narrando a sua versão dos acontecimentos. Provavelmente, este opúsculo transcreverá o relatório que Vaz Coutinho terá enviado a D. Filipe, de que faz menção o capitão D. António de Portugal[21]. Não tendo nós informação de que ele esteja no AGS juntamente com a restante documentação espanhola sobre este episódio, a par da publicação do opúsculo em Lisboa, levanta-se-nos a hipótese de Vaz Coutinho ter veiculado o seu relatório pelas vias hierárquicas adequadas, isto é, pelo governo da coroa de Portugal, de quem o governador militar de São Miguel dependia diretamente. Um exemplo do cumprimento escrupuloso das cláusulas das Cortes de Tomar, garantindo a "independência" do governo de Portugal, relativamente ao governo de Espanha, ambos sob a soberania de um rei único.

Gonçalo Vaz Coutinho, pelo que escreveu, assume que a ele e aos capitães de Ordenanças se deveu o êxito da defesa da ilha de São Miguel[22], e a expulsão das forças invasoras que, como era de esperar, são também por sua vez valorizadas pelo seu real poder de ataque. Não se compreenderia, aliás, que não fosse assim, porque, derrotar um fraco inimigo, não é façanha que tenha mérito. Daqui pormenorizar a descrição da armada inimiga, do seu poder de fogo e de ataque, e até das suas pretensões de conquistar a ilha e nela estabelecer presídio.

Nesta vertente, possivelmente tal coisa não correspondia à realidade, uma vez que o conde de Essex, como outros corsários, vinham às ilhas açorianas com intenções bem definidas, ou seja, esperar e roubar as naus das carreiras das Índias, perturbar o sossego no mar e em terra, mas não conquistá-las. Os desembarques serviam para abastecimento e aguada; e sempre se tentava fazer isso por meios pacíficos procurando, pelo medo certamente, conseguir que as populações cedessem os indispensáveis reabastecimentos. Não se conseguindo por este meio, então se recorria à força, como se fez nesta jornada a São Miguel, em Vila Franca; e aí, sim, se exercia o terror e a destruição para fins exemplares e futura segurança.

Neste aspeto, o discurso de Vaz Coutinho é também ele exemplar em enumerar as razões do esforço e do empenho das suas Ordenanças, motivadas por combater hereges inimigos do catolicismo e corsários à margem da lei, demonstrando fidelidade à Majestade Católica.

Gonçalo Vaz Coutinho ainda publicaria, bem depois de ter entregado o comando de São Miguel ao conde donatário, um outro opúsculo[23], em 1630, em plena crise e clima de guerra com os holandeses no nordeste brasileiro.

---

situação encontramos no Faial, onde o capitão-mor da ilha era, simultaneamente, governador militar (e capitão-mor) do Pico – com três capitanias-mores e respetivos capitães-mores.

[19] Damião Rodrigues publicou na *Enciclopédia Açoriana* em linha, uma biografia de Gonçalo Vaz Coutinho.

[20] "Relaçam do svccedido na ilha de Sam Migvel, sendo Governador nella Gonçalo Vaz Covtinho….", in *Arquivo dos Açores*, vol. X, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, págs. 97-103.

[21] *Porque el dicho gouernador mas por extenso escreue a U. mag. la relacion de todo lo sucedido en esta no me alargue a mas*. Carta referenciada na nota de rodape n.º 4.

[22] Versão confirmada por D. António de Portugal – Cf. nota de rodapé nº 4.

[23] "Historia do svccesso qve na ilha de S. Migvel ovve com a armada ingressa qve….", in *Arquivo dos Açores*, vol. X, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, págs. 105-149.

Este novo escrito é então oferecido ao rei, agora Filipe IV de Espanha e III de Portugal. Nele pretendia apresentar as suas decisões em relação à defesa de São Miguel e o êxito do seu comando como exemplo a seguir na defesa das terras brasileiras apontando-se a si próprio como o detentor dos métodos que todos deviam utilizar para garantir a vitória dos católicos contra os hereges nos ataques que se sucediam no vasto império colonial português.

Neste segundo opúsculo volta a descrever com pormenor os acontecimentos de 1597 em São Miguel e a defesa que então organizou contra a invasão do Conde de Essex, que são a base da sua teoria e da sua proposta para se salvar o império e derrotar o inimigo.

Diríamos hoje que o velho comandante militar de São Miguel, desejoso de protagonismo, se mostrava quixotesco e demasiado auto confiante, não deixando os seus méritos por mãos alheias.

## Documentos

Relaçion de lo suçedido a la Armada ynglessa la qual llego al Puerto desta çiudad de punta delgada dela Isla de san miguel y dio fundo en la Baya de ella en nuebe de otubre de 1597, de que hera general El conde de helsex.

- en 7 de otubre de 1597, llego Un barco que partio de la Isla del pico a la Isla 3ª en que daua auisso de como la Armada Inglessa auia ydo al fayal y entro en El y lo saqueo y quemo la mayor parte de la Uilla de horta y con El dicho auisso Uino con cartas del maestro de campo Antonio çenteno y del correjidor y prouegedor dando Auisso como la Armada enemiga auia apareçido El dia que partio El barco para esta Isla a la banda de la serreta para que aqui estubiessemos con cuidado y se proveyesse de las cossas neçessarias para la defenssion de la tierra porque se entendia que auian de Uenir a esta Isla.
- a 9 del dicho Aparecio Por la parte de los monasterios de esta Isla que es al oesnorueste quarenta y ocho Uelas las quales Uinieron con Uiento Prospero sobre El puerto de esta çiudad y passaron Por delante del castillo y Algunas de ellas començaron a dar fondo en la baya de Rostro de can y la lagoa donde no les podia del castillo ofender la artilleria y fue Uisto andar sondando Toda la dicha baya y corriendo la costa con Algunas lançhas Uiendo El sitio y desembarcadero.
- otro dia siguiente 10 del dicho dieron fondo Todos los demas nauios que apereçieron El dia antes en la mesma baya donde estuuieron surtos sin hasser acometimiento ninguno mas de tirar Algunas pieças a la banda de tierra a la gente que estaba atrinçherada por la costa que fue dios servido de no hasser mal a persona ninguna y de estos nabios algunos fueron sobre Uilla franca a pidir les diessen Agua y carnes y que no querian otra cossa.

Relação do sucedido à armada inglesa, a qual chegou ao porto desta cidade de Ponta Delgada da ilha de São Miguel em nove de outubro de 1597, da qual era general o conde de Essex

- Em sete de outubro de 1597, chegou um barco que partiu da ilha do Pico para a Ilha Terceira, que dava conta de como a armada inglesa havia ido ao Faial, nele entrou e o saqueou, e queimou a maior parte da vila da Horta. E com esta informação, veio com cartas do mestre-de-campo António Centeno, do corregedor e provedor dando aviso de como a armada inimiga havia aparecido, no dia em que partiu o barco para esta ilha, na banda da Serreta, para que aqui tivéssemos cuidado, e se provesse das coisas necessárias para a defesa da terra, porque se entendia que haviam de vir a esta ilha.
- A nove do dito mês, apareceu da parte dos Mosteiros desta ilha, a oés-noroeste, 48 velas, as quais vieram com vento favorável, sobre o porto desta cidade, e passaram por diante do castelo, e algumas delas começaram a dar fundo na baía de Rosto de Cão e na Lagoa, onde a artilharia do castelo não as podia atingir. E foi visto andar sondando toda a dita baía, e correndo a costa com lanchas, observando o sítio e desembarcadouro.
- No dia seguinte, dez do dito mês, fundearam todos os demais navios, que apareceram no dia antes, na mesma baía, onde estiveram surtos sem acometimento algum, para além de atirarem algumas peças para terra, contra a gente que estava entrincheirada ao longo da costa. Mas Deus foi servido de não fazerem mal a nenhuma pessoa. Alguns destes navios foram sobre Vila Franca, pedir que lhes dessem água e carnes, e que não queriam outra coisa. Ao

a lo que el cappitan mayor Juan de la Ruda da costa Repondio que El no tenia orden de su general para ello y que teniendola le daria Respuesta la qual fue que queriendola tomar se la darian con balas y polvora.

- A 14 del dicho Apareçio por la mesma derrota la demas fuerça de la Armada que eran ochenta y dos nauios entre los quales Uenia la cappitana y almiranta de yngalaterra y la cappitana y Almiranta de los flamencos de olanda y gelanda con los demas nauios gruessos que Uenian en la Armada que serian hasta 25 U 30 los quales passaron en Ala por delante del castillo a tiro de cañon y al passar Una Urca pequeña tiro dos o tres pieças para tierra a las banderas que estaban en El castillo sin hasser daño ninguno. y El cappitan don Antonio de Portugal a cuyo cargo esta la guardia del castillo con pareçer de Algunas personas no tiro pieça ninguna del castillo y con esto se fueron a dar fondo adonde estaba la demas Armada y los naturales de la tierra acudieron todos con muçho animo y esfuerço y El gouernador gonssalo baess cutiño los mando poner por sus estançias de manera que la costa desde esta çiudad hasta la Uilla de la lagoa se atrinçhero toda y se forneçio de gente de manera que estaban con Animo que pudieran muy bien Ressistir al enemigo si desembarcava como yntento de hasser porque fue Uisto luego en dando fondo eçhar algunas chalupas A reconoser la costa y gente <y sieto[24]> sin de Una parte y otra aber escaramuça ninguna salbo las naves pequeñas que estaban mas çerca de tierra jugar muçhas pieças de Artilleria para ella sin hasser mal a ninguno y llegando Una barca a reconosser muy çerca de tierra en la qual se dixo Uenir el conde de Una de nuestras estancias se le tiro Una pieça de Artilleria que fue llevada en Un carro la qual dio junto

que o capitão-mor João de Arruda da Costa respondeu que ele não tinha ordem do seu general para isso, e que tendo-a, lhe daria resposta; a qual foi que querendo-a, se lha daria com balas e pólvora.

- A 14 do dito mês, apareceu pela mesma derrota a restante força da armada, que eram 82 navios, entre os quais vinham a capitânia e almiranta dos ingleses, e a capitânia e almiranta dos flamengos de Holanda e Zelândia com os demais navios grossos que vinham na armada, que seriam 25 ou 30, os quais passaram em fila por diante do castelo, a um tiro de canhão. E, ao passar, uma urca pequena atirou duas ou três para terra, contra as bandeiras que estavam no castelo, sem fazer dano algum. E o capitão D. António de Portugal, a cujo cargo estava a guarda do castelo, com parecer de algumas pessoas, não atirou peça alguma do castelo, e com isto se foram a fundear onde estava a restante armada. E os naturais da terra acudiram todos com muito ânimo e esforço, e o governador Gonçalo Vás Coutinho os mandou distribuir por suas estâncias, de maneira que a costa desde esta cidade até à vila da Lagoa, se entrincheirou toda, e se encheu de gente, de maneira que estavam com ânimo de que poderiam muito bem resistir ao inimigo, caso desembarcasse, como intentou fazer, porque foi visto logo que fundeou, deixar algumas chalupas a reconhecer a costa e a gente <e …>, sem de uma parte e de outra haver escaramuça alguma; salvo os navios pequenos que estavam mais perto de terra jogarem muitas peças de artilharia para ela, sem fazer mal a ninguém. E chegando uma barca a reconhecer muito junto a terra a fazer reconhecimento, na qual se disse que vinha o conde, de uma das nossas estâncias se lhe atirou uma peça de artilharia, que foi

[24] Leitura duvidosa.

a la lançha y de la segunda çhapeleta dio en la bandera que la lançha traya y con esto se Reçojio con las demas para los nauios.

- en este tiempo mando El gouernador gonssalo baess cutiño que Toda la gente de la Isla Uiniesse marçhando para esta çiudad como la hiçieron salbo dos compañias de la Uilla de agua de pao que quedaron guardando El puerto de Ual de cauaco de la dicha Uilla y todas las demas compañias de la Isla eçepto las de la Uilla de nordeste Uinieron y se pusieron en las estançias que por El gouernador y los demas les fueron señaladas desde la Uilla de la lagoa hasta esta çiudad haçiendose fuertes en Ella por entender El enemigo auia de desembarcar en este paraje.
- Y Uiendo El enemigo como esta çiudad estaba fuerte y tenia defenssion mando Alguna Parte de la Armada las naos mas ligeras luego otro dia 15 del dicho a Uilla franca quedando siempre los nauios mas gruessos en esta baya tirando muçhas Pieças a la banda de tierra. y la parte de la Armada por no allar Ressistençia en la dicha Uilla por la gente estar en los puestos que El gouernador les señalo desembarcaron en la dicha Uilla donde diçen eçharon en tierra por Una lengua que se tomo diessyseis banderas ynglessas y dos flamencas a su saluo sin Tener Ressistençia ninguna donde se proueyo de todo lo neçessario la Armada enemiga y saqueo la Uilla y estuuo señor della çinco dias sin ninguna Ressistençia porque el gouernador no quisso desamparar los puestos que tenia señalados y el mayor mal que hiçieron despues de saquear la tierra fue en las yglessias y monasterios porque dellas hiçieron corral de ganado y carniçeria quebrando los Altares y ymajines.
- despues de El enemigo estar desembarcado en Uilla franca El gouernador llamo a consejo en su cassa al capitan Alexandre morera y Al sargento mayor manuel correa gaspar de tebes beedor y capitan de Una compañia y

levada num carro, que caiu junto à lancha e a segunda chapeleta atingiu a bandeira que a lancha trazia; e com isto se recolheu com as demais para os navios.

- Entretanto, mandou o governador Gonçalo Vás Coutinho que toda a gente da ilha viesse marchando para esta cidade, como fizeram, salvo as companhias da vila de Água de Pau, que ficaram guardando o porto de Vale de Cabaços da dita vila; e todas as demais companhias da ilha, exceto as da vila de Nordeste, vieram e se posicionaram nas estâncias que pelo governador lhes foram indicadas desde a vila da Lagoa até esta cidade, fortificando-se nela, por se entender que o inimigo havia de desembarcar nesta paragem.
- E vendo o inimigo como esta cidade estava forte e tinha defesa, mandou parte da armada, as naus mais ligeiras, logo no outro dia 15 do dito mês, a Vila Franca, deixando sempre os navios mais grossos nesta baía atirando muitas peças contra terra. E a parte da armada, por não achar resistência na dita vila, por a gente estar nos postos que o governador lhe indicou, desembarcaram na dita vila, onde dizem, conforme informação que se tomou, que chegaram a terra a salvo, sem ter resistência alguma, dezasseis bandeiras inglesas e duas flamengas, onde a armada inimiga se proveu de tudo o necessário e saqueou a vila, e esteve senhora dela cinco dias, sem nenhuma resistência, porque o governador não quis desamparar os postos que tinha sinalizados. E o maior mal que fizeram depois de saquear a terra, foi nas igrejas e mosteiros, porque delas fizeram curral de gado e açougue, quebrando os altares e imagens.
- Depois do inimigo estar desembarcado em Vila Franca, o governador chamou a conselho em sua casa o capitão Alexandre Moreira, o sargento-mor Manuel Correia Gaspar de Teves, vedor e capitão de uma compa-

Xristobal cordero cappitan de otra compañia Ruy gonssalves da camara cappitan mayor de la Uilla de Riuera grande El oydor del conde y Juess de fuera y manuel cordero Juess de la Alfondiga entre los quales se consulto que marchando El enemigo para la çiudad / o El demas Resto de la armada que estaba dada fondo entre la lagoa y Rostro de can que eran los nauios mas gruessos [/] que queriendo desembarcar que se Retirasse la gente que estaua desde la lagoa hasta El arenal grande de Rostro de can y que de Alli hasta la çiudad se hiçiessen fuertes y se Uendrian Retirando hasta la çiudad siendo la fuerça del enemigo grande no le ympediendo la desembarcaçion desde el Arenal dicho hasta la lagoa de que de todo esto se hiço auto publico por paulo Antonio escriuano que todos asignaron El qual consejo no huuo efecto porque nuestro señor fue servido de mudar El propossito al enemigo y que se lebantase la armada de ay a pocos dias sin hasser acometimiento de desembarcar la gente en tierra.

- en 17 del dicho Al amaneçer apareçio Un nauio grande que luego fue conoçido ser nauio de la yndia y lleuaua la derrota para la Armada enemiga que estaba surta y del castillo El cappitan don Antonio de portugal mando luego con mucha prestessa A manuel fernandess y Juan de taran con los mosqueteros de su compañia corriendo la costa donde la nao Uenia y haçiendole señas que biuiesse a tierra y juntamente mandou auissar al gouernador gonssalo baess cutiño que estaba con la caballeria en Rostro de can El qual uino con mucha presteça con la gente de a caballo y al tiempo que llego ya la nao estaba dada a la costa con las señas que de tierra le hiçieron porque ya en este tiempo Algunos nauios del enemigo la Uenian siguiendo y algunas lançhas lo qual Uiendo El dicho cappitan don Antonio de Portugal mando a su sargento albaro de Auila con 20 Arcabuçeros para que

nhia, Cristóvão Cordeiro, capitão de outra companhia, Rui Gonçalves da Câmara, capitão-mor da vila da Ribeira Grande, o ouvidor do conde e juiz-de-fora, e Manuel Cordeiro, juiz da alfândega, entre os quais se assentou que marchando o inimigo para a cidade (ou o demais resto da armada que estava fundeada entre a Lagoa e Rosto de Cão, que eram os navios maiores), que querendo desembarcar, que se retirasse a gente que estava desde a Lagoa até ao areal grande de Rosto de Cão, e que dali até à cidade dessem resistência, e se viriam retirando sendo grande a força do inimigo, não lhe impedindo o desembarque desde o dito areal até à Lagoa, de que tudo isto se lavrou auto público por Paulo António, escrivão, que todos assinaram; o qual conselho não teve efeito, porque Nosso Senhor foi servido mudar o propósito ao inimigo, para que se levantasse a armada daí a poucos dias, sem fazer acometimento de desembarcar a gente em terra.

- Em dezassete do dito mês, ao amanhecer, apareceu um navio grande que logo foi conhecido ser navio da Índia, e levava a rota para a armada inimiga que estava surta. E do castelo o capitão D. António de Portugal mandou logo com muita presteza Manuel Fernandez e Juan de Taran com os mosqueteiros da sua companhia, correndo a costa onde a nau vinha, fazendo-lhe acenos para que viesse para terra. Simultaneamente, mandou avisar o governador Gonçalo Vás Coutinho que estava com a cavalaria em Rosto de Cão, o qual veio com muita presteza com a gente a cavalo, e quando chegou já a nau estava dada à costa com os acenos que de terra lhe fizeram, porque já neste tempo alguns navios do inimigo a vinham seguindo, e algumas lanchas; o que vendo o dito capitão Dom António de Portugal, mandou o seu sargento Álvaro de Ávila com 20 arcabuzeiros para que, juntamente com os mos-

juntamente con los mosqueteros que tenia mandados defendiesen las lançhas no llegassen a la nao lo que hiçieron con la gente de tierra que luego acudio con el gobernador y tres carros de campaña con su Artilleria que fue caussa que los enemigos no entrassen en la nao y hiçieron Retirar las lançhas y naos que la seguian de las quales tiraran muçhas pieças de Artilleria a la nao y gente que estaba en la costa y no peligro mas de Un hombre de la mesma nao porque El enemigo dio con Una bala en El nauio sin herir a otra persona ninguna y esta nao hera la que arribo yendo para la Yndia al brassill y Uiniendo del brassill para El Reyno torno a arribar a puerto Rico de donde agora Uenia y tanto que dio a la costa le acudieron barcos de tierra donde se desembarco toda la gente y toda la demas haçienda que pudieron aquel dia desembarcar y a la noçhe El cappitan de la mesma nao con pareçer del gobernador le pussieron fuego temiendo que El enemigo de noche la Uendria a saquear.

- Luego El mesmo dia fue Uisto Un Pataje que se Reconoçio no ser yngless El qual Uenia costeando la tierra y con las señas que le hiçieron dio a la costa El qual Uenia de yndias y Auia salido en conserba de la flota y Venia cargado de cueros y palo toda la gente se saluo y la mayor Parte de la hassienda.
- en El dicho dia a la tarde fue Uisto Uenir Un navio que salio del sudueste y Venia demandando la tierra y luego salieron tres nauios de la Armada a Reconosserle eçho bandera ynglessa y todos Uinieron corriendo la costa hasta llegar a la Armada y luego se hiço señal en ella tirando Algunas Pieças de Artilleria.
- otro dia siguiente 18 del dicho al amaneçer salio otro nauio que pareçia Urca del sudueste demandando la tierra fue corriendo la costa hasta Uer Uista de la Armada y se fue dereçho

queteiros que tinha mandado, impedissem que as lanchas não chegassem à nau, o que fizeram com a gente de terra que logo acudiu com o governador e três carros de campanha com a sua artilharia; o que foi causa de que os inimigos não entrassem na nau, e fizeram retirar as lanchas e naus que a seguiam, das quais atiraram muitas peças de artilharia contra a nau e gente que estava na costa; e não perigou mais que um homem da mesma nau, porque o inimigo deu com uma bala no navio sem ferir outra pessoa alguma. E esta nau era a que, no regresso da India[25], arribou ao Brasil, e vindo do Brasil para o Reino, tornou a arribar a Porto Rico, de onde agora vinha. E tanto que deu à costa, lhe acudiram barcos de terra, em que desembarcou toda a gente e toda a mais fazenda que puderam naquele dia desembarcar; e à noite, o capitão da mesma nau, com o parecer do governador, lhe deitaram fogo, temendo que o inimigo de noite a viesse saquear.

- Logo no mesmo dia foi visto um patacho que se reconheceu não ser inglês, o qual vinha costeando a terra, e com os acenos que lhe fizeram deu à costa; o qual vinha das Índias, e havia saído integrado na frota, e vinha carregado de couros e paus. Toda a gente se salvou e a maior parte da mercadoria.
- Pela tarde do dito dia, foi visto vir um navio que saiu de sudoeste, e vinha demandando terra; e logo saíram três navios da armada a reconhecê-lo; içou bandeira inglesa, e todos vieram correndo a costa até chegar à armada; e logo se fez sinal nela, atirando algumas peças de artilharia.
- No dia seguinte, 18 de dito mês, ao amanhecer, saiu outro navio que parecia urca, de sudoeste; demandando terra, foi correndo a costa até avistar a armada, e se foi direito a ela e à capitânia; e logo que teve fala com

[25] Tradução duvidosa. Confrontar com versão em espanhol.

a ella y a la cappitana y tanto que tuuo habla de hella la cappitana a medio dia tiro tres o quatro pieças de Artilleria y se hiço a la bela y todas las demas naos la siguieron yendo la vuelta de Uilla franca donde estaba la demas Armada y El general en tierra y dio fondo juntamente con Ella y toda la gente se embarco en aquella noçhe y otro dia siguiente llebando consigo todo El despojo que pudieron embarcar de trigo Pastel y açucares y las campanas de las yglessias y con la priessa de la embarcaçion dejaron a la lengua del Agua dos campanas y la Artilleria del fuerte y Algun trigo pastel y muçhas carnes muertas por la Uilla por donde se entendio Por la grande Presteça que tuuieron en la embarcaçion que aquel nauio trujo algun auisso de ynglaterra o que nuestra Armada auia salido con El adelantado y despues de embarcada toda la gente dieron a la Uela a 20 deste Presente mes sin sauer la derrota que llebaban.

- Alguna gente de la tierra cojieron çinco ynglesses que andaban derramados sin otros que mataron y los trugeron a esta çiudad y lo que diçen es que su desinio del enemigo hera tomar esta Isla y dejar guarniçion en ella y gouernador que trayan señalado y con este disignio salio de yngalaterra y si no tuviera auisso que la flota de yndias Uenia çerca de las yslas de abajo que el dia de San miguel llegaran a esta Isla y la tomaran.
- Despues de levantada la Armada Uino avisso al gouernador de como algunos nauios del enemigo tornaban a eçhar gente en tierra en Un lugar pequeño que se llama El fayal donde le saqueo y pusso fuego a la yglessia / y segun se Uio El Animo de la gente de tierra y Uoluntad que mostraban defender su partido de Una Armada tan grande enemiga de nuestra sancta ffee catolica estaban todos aprestados a morir antes que dejar desembarcar al enemigo y se confessaron y comulgaron todos en general

ela, a capitânia, ao meio dia, atirou três ou quatro peças de artilharia e se fez à vela, e todas as demais naus a seguiram, indo na volta de Vila Franca, onde estava a restante armada e o general em terra, e fundeou com ela; e toda a gente se embarcou naquela noite e no dia seguinte, levando consigo todo o despojo que puderam embarcar: trigo, pastel, açúcares e sinos das igrejas. E com a pressa do embarque, deixaram à beira da água dois sinos, a artilharia do forte, algum trigo e pastel, e muitas carnes mortas pela vila, por onde se entendeu, pela grande pressa do embarque, que aquele navio trouxera algum aviso de Inglaterra, ou de que a nossa armada já havia passado. Depois de embarcada toda a gente, deram à vela a 20 deste presente mês, sem se saber o rumo que levavam.

- Alguma gente de terra capturaram cinco ingleses que andavam afastados, além de outros que mataram, e trouxeram-nos para esta cidade; e o que dizem é que o desígnio do inimigo era tomar a ilha e deixar nela guarnição e governador que traziam sinalizado, e que com este desígnio saiu de Inglaterra; e que se não tivera notícia de que a frota das Índias vinha cerca das ilhas de baixo, no dia de São Miguel teria chegado a esta ilha e a teriam tomado.
- Depois de levantada a armada veio aviso ao governador de como alguns navios do inimigo tornaram a deitar gente em terra em um lugar pequeno que se chama o Faial, que saquearam e deitaram fogo à igreja.
- Segundo se viu, pelo ânimo da gente de terra e pela vontade que mostravam de defender a sua pátria de uma armada tão grande, inimiga da nossa santa fé católica, estavam todos dispostos a morrer, antes que deixar desembarcar o inimigo; e se confessaram e comungaram todos em geral, e pediram perdão uns aos outros, como homens deliberados a mor-

y se pidieron perdon Unos a otros como hombres deliuerados a morir andando por todas las compañías los padres teatinos y frayles de san francisco y algunos clerigos Predicando por las estançias y animando a la gente y por lo que se entendio de ella Y con El animo que estaban si El gobernador gonssalo baess cutiño les diera lugar e licençia para Ello acometieran al enemigo en Uilla franca donde estaba desembarcado y no se embarcara tan a su saluo y esto es lo que passo en la Uerdad sin enbargo de otras muçhas Relaçiones que yran mas largas mas esto que tengo dicho passo en la Verdad por allarme presente a lo mas de ello y lo demas ynformandome de Personas dignas de dar credito y lo firme en punta delgada Isla de san miguel a 29 de otubre de mill y quinientos y nobenta y siete Años.

Tomas de Torres

rer, andando por todas as companhias os padres teatinos, alguns frades de São Francisco e alguns clérigos, pregando pelas estâncias e animando a gente; pelo que se entendeu, com o ânimo que estavam, se o governador Gonçalo Vás Coutinho lhes tivesse dado ocasião e licença para isso, teriam acometido o inimigo em vila Franca, onde estava desembarcado, e não se teria embarcado tão a salvo.

- Isto é o que se passou na verdade, sem embargo de outras relações que irão mais circunstanciadas. Mas isto que tenho dito se passou na verdade, por achar-me presente à maior parte; e do mais me informei junto de pessoas dignas de crédito, e o confirmei.
- Em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, a 20 de outubro de mil quinhentos e noventa e sete anos.

Tomás de Torres

---

Señor

Despues de Aver embiado el Auisso a Vuestra Magestad com mi Alferez Juan de Victoria de la llegada de la flota de yndias a este Puerto y de la suerte que estaua la Armada enemiga. lo que a echo despues a ca a sido.

Ella estaba diuidida en dos esquadras la Una de quarenta e dos bageles que andaban aqui dando bordos al puerto y el resto de la mas Armada que no pudo sauer que la flota estaua ya aqui recogida. La noçhe que salio de aqui el alferez tuue auisso de la Uilla de la Playa que la Uieron pasar la vuelta de san miguel que Uenia de la Isla de la graçiossa en la qual no echaron gente en tierra sino con bacas y Uinos que les dieron se contentaron. Por lo que despues se Uisto ella yba a san miguel con Ruin propossito y mudo del por auer tenido auisso de Algun Bagel de la esquadra que digo

Senhor

Depois de ter enviado aviso a Vossa Majestade pelo meu alferes Juan de Victoria, da chegada da frota das Índias a este porto, e da situação em que estava a armada inimiga, o que eu fiz depois disso foi:

Ela estava dividida em duas esquadras, uma de quarenta e dois baixéis que andavam aqui dando bordo ao porto, e a restante armada de que não tenho mais informação, porque a frota estava já aqui recolhida. Na noite em que saiu daqui o alferes, fui avisado pela vila da Praia, que a viram passar na volta de São Miguel, vinda da Ilha graciosa, na qual não desembarcou ninguém, contentando-se com o gado e o vinho que lhe deram. Pelo que se veio a saber, ela ia a São Miguel com ruim propósito; e mudou dele por ter tido aviso por algum baixel dos que rondavam o porto, pelo que veio a juntar-se toda a

que nos a rondalo el Puerto y se Uino a juntar con ella y toda junta se a puesto en ala tres leguas a la mar que seria numero de ochenta Uelas y otras an pareçido a lo largo en partes quatro a Una seys a otra dos a otra del cuerpo destas ochenta Uelas salieron Ueynte Bageles y se açercaron la buelta deste Puerto, a manera de reconoçerle y tengo por sin duda reçivieron algun daño de los castillos y bageles de la flota. Oy A las çinco de la tarde que es quando esta escreuio a tomado toda ella la buelta de sant miguel de suerte que no pareçen ya mas de dos o tres bageles de la Retaguardia. Tengo por sin duda se an desengañado en que no les combenia yntentar aqui nada.

Y confiesso a V. Mag. que en mi Uida e tenido mas malas oras de dia que quando tuue el primer auisso de la Uenida de la flota que fue con el Ayudante de sargento mayor de ella que me le ymbio delante el general garibay como escrito tengo a V. Mag. lo que hiçe boluerme a dios y yr a todos los monesterios assi de monxas como de frayles y yglessia catedral y otras a que se pusiesen en oraçion supplicando a dios no permitiesse Un daño tan grande Al fin señor a sido Un negocio que lo atribuyo A la mucha Xrispiandad de V. mag.

La suerte fue de tan gran milagro que el enemigo estaba en la Isla del cuerbo esperando la flota y antojose le Uenir a la Isla del fayal y el tiempo que se tuuo en yr y estar alli dio lugar a que la flota passase sin ser Uista.

El suçesso que tuvo en el fayal fue, echo diçen, tres o quatro mil hombres en tierra. desembarco por parte donde no estaba la compañia de ymfanteria que esta allí la qual no saque antes de Uenir la Armada porque ni de España ni de otras partes nunca auia tenido auisso de Armada sino antes muçha siguridad de que no la auia y pareçio aqui, a diess y siete de septiembre que es quando las Armadas se Recogen a sus puertos. Luego el proprio dia que pareçio ymbie Una carauela a que luego el

armada a cerca de três léguas, que seriam cerca de 80 velas; e outras apareceram ao largo em grupos, um de quatro, um de seis, outro de dois. Do corpo destas oitenta velas, saíram vinte baixéis, e se acercaram deste porto, a reconhecê-lo. E não duvido que tenham recebido algum dano provocado pelo fogo que enfrentaram dos canhões dos fortes e dos baixéis da frota.

Hoje, às cinco da tarde, que é quando esta escrevo, toda a armada já tomou o rumo de São Miguel, de sorte que não aparecem mais do que dois ou três baixéis da retaguarda. Não tenho dúvida de que se desenganaram de que poderiam aqui intentar qualquer ação.

Confesso a Vossa Majestade que na minha vida nunca tive pior dia, do que quando, pelo ajudante de sargento-mor que o general Garibay mandou à frente, tive o primeiro aviso da vinda da frota, como escrevi a Vossa Majestade; o que me fez voltar-me para Deus, e ir a todos os mosteiros de monjas e de frades, e à igreja catedral e outras, para que se fizessem orações, suplicando a Deus que não permitisse um dano tão grande. Enfim, senhor, o final feliz desta situação, atribuo-o à muita cristandade de Vossa Majestade.

Foi um milagre que, estando o inimigo na ilha do Corvo esperando a frota, por capricho foi à ilha do Faial, e no tempo que levou a lá chegar e nela ficar, deu oportunidade a que a frota passasse sem ser vista.

O que sucedeu no Faial foi, segundo dizem, lançar em terra quatro mil homens. Desembarcou pela parte onde não estava a companhia de infantaria que ali está, a qual não retirei antes da chegada da armada, porque nem de Espanha, nem de outras partes, alguma vez tive aviso da existência desta armada, antes que ela não existia; além disso, ela apareceu aqui a dezassete de setembro, que é quando as armadas recolhem a seus portos. Logo no próprio dia em que ela apareceu, enviei uma caravela, dando instruções ao capitão para que nela, e

dicho cappitan se embarcasse con su compañia Artilleria y polvora en ella y en otras diess U doçe que alla estauam. o lo passase al pico do lo podia todo salbar. Ni hiço lo Uno ni lo otro con auerle ymbiado tras este primer Auisso al que hace aqui ahora el officio de sargento mayor por estar malo el que lo es ni esto aproueçho para haçerlo ni otros auissos y tuuo arto lugar para ello pues desde los diess y oçho que tuuo el Auisso que yo le ymbie a los diess y siete hasta los Ueinty y oçho no llego alli la Armada del enemigo. perdiosse alli la Artilleria que fueron tres pieças de bronçe las dos de diess y oçho quintales y la otra de diess. y otras onçe o doçe de hierro y Alguna poca da Polvora. el cappitan con su gente se recogio a Un monteçillo que me escreuia el que era muy fuerte y aquella noçhe que se recogio por no pareçerle serlo a la otra se acojio a Una aspereça muy grande de la montaña a donde los enemigos no fueron a buscarlos y a esta la ora de ahora con su compañia sin faltarle Un Hombre. çertifican me reçiuieran los enemigos daño el desembarcar este es el suçesso que a tenido la Armada desde los diess y siete de septiembre que pareceo aqui hasta oy treçe de otubre.

no dejo de tener por desgraçia mia el no auer este intentado aqui Algo ni por el discurso que yo hago lo ara porque sin duda ninguna le tenia dios aqui guardado Un açote. Fuy a consolar los monesterios de monxas que como mugeres es gente flaca y afligida y como quando les pedi se pussiesen en oraçion en que dios librasse la flota, les pedi esta Uess supplicassen a dios que yntentasse el enemigo Algo porque ha sserto sera su perdiçion en consideraçion de lo que dicho tengo.

si la Reyna de yngalaterra de otras Armadas que hiçieren o saca mas ynteres que de esta

em mais dez ou doze que no Faial estavam, se embarcasse com a sua companhia, assim como com a artilharia e pólvora; ou que se passasse ao Pico, onde podia tudo salvar. Não fez, nem uma, nem outra coisa, apesar de ter-lhe enviado após este primeiro aviso aquele que aqui faz o ofício de sargento-mor, por estar doente aquele que o é; nem isto aproveitou para fazê-lo, nem outros avisos; e teve ocasião para isso desde o dia dezoito em que recebeu o aviso que lhe enviei a dezassete, até vinte e oito, quando chegou a armada do inimigo. Perdeu-se ali a artilharia, que foi três peças de bronze, as duas de dezoito quintais e a outra de dez, e outras onze ou doze de ferro, e alguma pouca pólvora. O capitão recolheu-se com a sua gente num pequeno cabeço que, me escrevia ele, era muito defensável. E naquela noite que se recolheu, por não parecer-lhe outra[26], se refugiou na grande aspereza do cabeço, onde os inimigos na foram busca-los; e está presentemente com a sua companhia, sem faltar-lhe um homem. Certificam-me que os inimigos receberam dano no desembarque. Isto é o sucedido com a armada, desde dezassete de setembro quando aqui apareceu, até hoje, treze se outubro.

Não deixo de ter por minha desgraça, não ter a armada intentado aqui alguma ação, nem o discurso que eu faço o fará[27], porque sem dúvida nenhuma, lhe teria Deus aqui guardado um açoite. Fui consolar os mosteiros das monjas que, como mulheres, são gente fraca e afligível; e tal como quando lhes pedi que orassem para que Deus nas livrasse da frota, lhes pedi desta vez que suplicassem a Deus para que o inimigo intentasse qualquer ação, porque é certo que será a sua perdição, como decorre do que tenho dito.

Ou a rainha de Inglaterra, de outras armadas que fizerem, obtém mais lucro; porque desta,

[26] Transcrição e tradução duvidosas.
[27] Transcrição e tradução duvidosas.

pareçeme a mi que no tendra para el gasto de la polvora que aqui se a gastado haçiendonos fieros nuestro señor la ca tholica Persona de V. mag. guarde de Angra Isla 3ª y de otubre 13 de 97.

+ antonio çenteno

parece-me, que não terá para o gasto de pólvora que aqui gastou; fazendo-nos ferozes nosso senhor, a católica pessoa de Vossa Majestade que Deus guarde.

De Angra, Ilha Terceira, e de outubro 13 de 97

+ António Centeno

# VÁRIA

# ALVARÁS*

*Manuel Augusto de Faria***

**Alvará pelo qual se ordena que todos os que tenham praça no Castelo morem muros adentro**

EU EL-REI faço saber aos que este Alvará virem, que, entre os capitulos particulares[1], que o Procurador da Cidade de Angra, da Ilha Terceira, me offereceu, nas Côrtes que celebrei nesta Cidade, o anno de 1642, foi um em que me pedia, em nome dos Juizes, Vereadores, e Procurador do Concelho, Juiz do Povo, e Procurador dos Mesteres da dita Cidade, que todos os soldados, e pessoas que tiverem praça no Castello da dita Cidade, morem dos muros a dentro delle, pois tem casas para isso; e as que faltarem, se lhes mandariam fazer á custa dos bens do Concelho.

E visto o que me representou o dito Procurador, hei por bem que assim se faça – e agradeço o que offereceis e pedis neste capitulo.

E este Alvará se cumprirá, como nelle se contem; o qual se registará no Livro da dita Camara, e o proprio estará no Cartorio della a toda boa guarda; e me praz que valha, tenha força e vigor, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do livro 2.º titulo 40 em contrario.

Manoel do Couto o fez, em Lisboa, ao 1.º de Abril de 1644[2].
E este vai por duas vias: uma só haverá effeito.
Jacinto Fagundes Bezerra o fez escrever.
REI

Liv. XIV da Chancelaria fol. 119 v.

---

* Recolha e notas de Manuel Augusto de Faria.

** Licenciado em História. Sócio honorário do IHIT.

[1] Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 257

[2] Erro. 1643, como nos restantes alvarás.

**Alvará pelo qual se ordena que o que se vender no Castelo pague imposição, e que se use da mesma medida de que usarem os mais moradores da Ilha**

EU EL-REI faço saber aos que este Alvará virem, que, entre os capitulos particulares[3], que o Procurador da Cidade de Angra, da Ilha Terceira, me offereceu, nas Côrtes que celebrei nesta Cidade, o anno de 1642, foi um em que me pedia, em nome dos Juizes Vereadores, Procurador do Concelho, Juiz do Povo e Procurador dos Mesteres da dita Cidade, que o que vender no Castello pague imposição, e se use da mesma medida de que usarem os mais moradores da Ilha, e que entre nas rendas, como as mais:

E visto o que me representou o dito Procurador, hei por bem e me praz de conceder o que se pede neste capitulo.

E este Alvará se cumprirá, como nelle se contem; o qual se registará no Livro da dita Camara, e o proprio estará no Cartorio della a toda boa guarda; e me praz que valha, tenha força e vigor, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do livro 2.º titulo 40 em contrario.

Manoel do Couto o fez, em Lisboa, ao 1.º de Abril de 1643.
E este vai por duas vias: uma só haverá effeito.
Jacinto Fagundes Bezerra o fez escrever.
REI

Liv. XIV da Chancelaria fol. 119 v.

[3] *Fenix Angrence*, vol. II, p. 264

**Alvará que concede a Angra o título de *Sempre Leal Cidade***

EU EL-REI faço saber aos que este Alvará virem, que, entre os capitulos particulares[4], que o Procurador da Cidade de Angra, da Ilha Terceira, me offereceu, nas Côrtes que celebrei nesta Cidade, o anno de 1642, foi um em que me pedia, em nome dos Juizes, Vereadores, Procurador do Concelho, Juiz do Povo, e Procurador dos Mesteres da dita Cidade, que lhe desse o nome de – *Sempre Leal Cidade* – e que tenha logar em Côrtes – e que seja de primeiro Banco.

E visto o que me representou o dito Procurador, hei por bem de conceder à dita Cidade de Angra, que se possa nomear, e tenha o titulo de – *Sempre Leal Cidade* – pelo haver assim merecido por sua muita lealdade com seus Principes naturaes.

E quanto ao assento de Côrtes, já nellas foi assignado.

E este Alvará se cumprirá, como nelle se contem; o qual se registará no Livro da dita Camara, e o proprio estará no Cartorio della a toda boa guarda[5]; e me praz que valha, tenha força e vigor, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do livro 2.º titulo 40 em contrario.

Manoel do Couto o fez, em Lisboa, ao 1.º de Abril de 1643.
E este vai por duas vias: uma só haverá effeito.
Jacinto Fagundes Bezerra o fez escrever.
REI

Liv. XIV da Chancelaria fol. 120.

[4] *Fenix Angrence*, vol. II, p. 254

[5] Drumond não encontrou este alvará nos livros de registo da Câmara – *Anais da Ilha Terceira*, 2.ª ed., vol. VII, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2017, nota de rodapé nº 3, p. 21

**Alvará pelo qual se ordena que o Castelo do Monte Brasil se chame *Castelo de S. João Batista*, que nele se faça uma Ermida de invocação do santo com o mesmo nome, e que nele se substituam as armas nacionais**

EU EL-REI faço saber aos que este Alvará virem, que, entre os capitulos particulares[6], que o Procurador da Cidade de Angra, da Ilha Terceira, me offereceu, nas Côrtes que celebrei nesta Cidade, o anno de 1642, foi um em que me pedia, em nome dos Juizes, Vereadores, Procurador do Concelho, Juiz do Povo e Procurador dos Mesteres da dita Cidade, que o Castello do Monte Brazil, que se chamava *S. Filippe*, só a respeito de ser mandado fazer por El-Rei Filippe II de Castella, sem nelle haver Igreja, nem Ermida, da invocação do dito Santo, se chamasse d'aqui em diante *Castello de S. João*, em razão de meu nome.

E visto o que me representou o dito Procurador, hei por bem e mando, que no Castello do Monte Brazil se faça uma Ermida, da invocação de S. João Baptista; e que d'aqui en diante se chame *Castello de S. João*.

E que as Armas de Castello se tirem, e as de Portugal se ponham em seu logar.

E agradeço muito as lembranças que me faziam no dito capitulo, que é mui conforme á fidelidade, valor, e lealdade, com que os moradores da dita Cidade tem procedido e avantajado em meu serviço, e defensão de sua liberdade, e do Reino; de que sempre terei particular lembrança.

E este Alvará se cumprirá, como nelle se contem; o qual se registará no Livro da dita Camara, e o proprio estará no Cartorio della a toda boa guarda; e me praz que valha, tenha força e vigor, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do livro 2.º titulo 40 em contrario.

Manoel do Couto o fez, em Lisboa, ao 1.º de Abril de 1643.
E este vai por duas vias: uma só haverá effeito.
Jacinto Fagundes Bezerra o fez escrever.
REI

Liv. XIV da Chancelaria fol. 120.

[6] *Fenix Angrence*, vol. II, p. 253

**Alvará pelo qual se ordena que o governador do Castelo não possa convocar os vereadores da Câmara**

EU EL-REI faço saber aos que este Alvará virem, que, entre os capitulos particulares[7] que o Procurador da Cidade de Angra, da Ilha Terceira, me offereceu, na Côrtes que celebrei nesta Cidade, o anno de 1642, foi um em que me pedio, em nome dos Juizes Vereadores, Procurador do Concelho, Juiz do Povo e Procurador dos Mesteres da dita Cidade, que o Governador do Castello não possa mandar chamar os Officiaes da Camara, juntos em corpo de Camara – e que quando tiver negocio que tratar com a Camara, o vá fazer ás Casas della pessoalmente, como até agora se fizera.

E visto o que me representou o dito Procurador, hei por bem que Capitão-mor[8] não possa chamar os Officiaes em corpo de Camara a sua casa – e quando tiver algum negocio que tratar, o fará na Casa da Câmara, aonde se ajuntarão.

E este Alvará se cumprirá, como nelle se contem; o qual se registará no Livro da dita Camara, e o proprio estará no Cartorio della a toda boa guarda; e me praz que valha, tenha força e vigor, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do livro 2.º titulo 40 em contrario.

Manoel do Couto o fez, em Lisboa, ao 1.º de Abril de 1643.
E este vai por duas vias: uma só haverá effeito.
Jacinto Fagundes Bezerra o fez escrever.
REI

Liv. XIV da Chancelaria fol. 120

[7] *Fenix Angrence*, vol. II, p. 264

[8] Fica a dúvida se a designação de capitão-mor aqui dada ao governador do Castelo não resulta da tradição de, no quadro das Ordenanças sebásticas, o governo dos "castelos" pertencer aos senhores, alcaides-mores e capitães-mores dos lugares. Veja-se o caso dos fortes de São Brás, Santa Cruz, e S. Sebastião e Castelo dos Moinhos – estes, antes de serem guarnecidos por soldados espanhóis –, respetivamente, em Ponta Delgada, Horta e Angra. Embora, em boa verdade, o governador do Castelo também fosse o capitão-mor do presídio. Mas o concelho de Angra tinha o seu capitão-mor.

**Alvará pelo qual se estabelece que o governador do Castelo se não sente nas igrejas com os vereadores em corpo de câmara**

EU EL-REI faço saber aos que este Alvará virem, que, entre os capitulos particulares[9] que o Procurador da Cidade de Angra, da Ilha Terceira, me offereceu, nas Côrtes que celebrei nesta Cidade, o anno de 1642, foi um em que me pedio, em nome dos Juizes, Vereadores, Procurador do Concelho, Juiz do Povo, e Procurador dos Mesteres da dita Cidade, que o Governador do Castello se não assente, com os Vereadores e Corregedor, nas cadeiras que se poem nas Igrejas em algumas occasiões; e que tenha sua cadeira apartada, no logar que parecer conveniente[10].

E visto o que me representou o dito Procurador, hei por bem e me praz que o Capitão do Castello se não possa assentar com os vereadores que em corpo de Camara estiverem nas Igrejas – e o assento que nelas ha de ter, se declarará no Regimento que hei de mandar fazer[11].

E este Alvará se cumprirá, como nelle se contem; o qual se registará no Livro da dita Camara, e o proprio estará no Cartorio della a toda boa guarda; e me praz que valha, tenha força e vigor, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do livro 2.º titulo 40 em contrario.

Manoel do Couto o fez, em Lisboa, ao 1.º de Abril de 1643.
E este vai por duas vias: uma só haverá effeito.
Jacinto Fagundes Bezerra o fez escrever.
REI

Liv. XIV da Chancelaria fol. 121 v.

[9] *Fenix Angrence*, vol. II, p. 257

[10] Tudo fez a nobreza de Angra para furtar-se à tutela do Castelo – aqui no plano simbólico –, mesmo que para isso a fortaleza tivesse que ser arrasada – Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, 2.ª ed., vol. VII, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2017, p. 127-131.

[11] Esta disposição não consta do Regimento do Castelo, datado de 1669; e não podia constar, obviamente, do de 1642 – José Guilherme Reis Leite & Manuel Augusto de Faria (ed.), *Livro do Castelo*, Angra do Heroísmo, Instituto Heroísmo da Ilha Terceira, 2010, p. 3-11 e 579-594.

# AS SAÚDES

*J. M. Soares de Barcelos**

As festas do Espírito Santo na Ilha das Flores, nomeadamente em Ponta Delgada, uma das freguesias mais isoladas da ilha, eram, há umas dezenas de anos, muito concorridas, atraindo mesmo gente dos outros lugares da Ilha. Nessa altura havia quatro Impérios, chamados Casas do Espírito Santo, todos com muitos e bons foliões. Muitos deles analfabetos, sabiam de cor as letras das várias dezenas de cantigas, aprendidas oralmente de geração em geração.

Depois das orações cantadas, a seguir ao jantar (o almoço de agora), saciados das sopas e da carne assada, e já bem bebidos, era a altura de se pegar no tambor e nos pratos, cada um botando a sua graça, para animar a festa. Além de quadras e sextilhas, havia o hábito de fazer as chamadas "saúdes", ou seja, botar cantigas com conteúdo divertido, o que geralmente fazia rir a bom rir toda a assembleia, que chegava a fazer coro no refrão. É curioso que Eduardo Brazão Gonçalves, no *Dicionário do Falar Algarvio*, regista a expressão 'deitar saúdes', com o significado de fazer brindes em forma de quadra.

* Médico e etnógrafo. Sócio correspondente do IHIT.

Um dos foliões bota o tambor a tiracolo e marca o ritmo, acompanhado por outro no som metálico dos pratos. Começa um, olhando para o copo de vinho erguido na mão direita:

*O vinho é coisa boa,*
*aguardente é que entesica*[1]*;*
*eu bebo, e bebo bem,*
*com'a mim não há ninguém,*
*e a saúde inda cá fica.*

E vai mais um copinho de vinho…

*Da barriga duma velha*
*tirei moscas e mosquitos,*
*Pôs-se a velha a gritar,*
*exclamando em altos gritos:*

*Aqui-del-rei quem me acode*
*na minha triste desgraça,*
*as aranhas e mosquitos*
*enchiam uma cabaça.*

Do canto da sala, vibrando no eco das paredes altas, soa outra voz afinada:

*Gira o fado, gira o fado,*
*para os lados da Alagoa;*
*vi um padre a dizer missa*
*com um piolho na c'roa.*

Responde logo outro:

*Gira o fado, gira o fado,*
*para o lado dos Fanais;*
*Dei um beijo numa preta*
*e jurei pra nunca mais.*

E outro:

*Estas minhas cantiguinhas,*
*tiradinhas da cabeça,*
*posso cantar noite inteira*
*até que já amanheça.*

Logo lhe responde outro, erguendo o copo:

*Cantas bem, nã cantas mal,*
*eu também cantava assim;*
*o mestre que t'insinou*
*também m'insinou a mim.*

[1] *Entesicar:* tornar tísico.

Há um mais modesto que diz:

*Cantas bem nã cantas mal,*
*garganta de um Sarafim.*
*eu dava dez réis às almas*
*se o meu cantar fosse assim.*

Da cabeceira da mesa comprida levanta-se outro:

*Minha mãe nã quer qu'eu cante,*
*nem im casa nem na rua,*
*mas eu hei-de cantar sempre,*
*minha mãe nã vence a sua!*

Segue-se esta, que motiva gaitadaria geral:

*Lá detrás daquele monte*
*há um poço de água choca,*
*onde as meninas solteiras*
*vão lavar a gafanhota.*

Mas a "saúde" que realmente eu mais gostava de ouvir era cantada em compasso 6/8, com uma melodia própria; calavam-se tambor e pratos e Ti Jezé Claudino Velho erguia a voz:

*Senhor Pemintel*
*tem fama de rico*
*também vai à venda*
*molhar o seu bico.*
*Não venda, não venda,*
*não venda, não venda, senhòr*[2].

*Meninas bonitas*
*com suas marrafas*
*também vão à venda*
*despejar as garrafas.*
*Não venda, não venda,*
*não venda, não venda, senhòr.*

*Escrivões e juízes,*
*com contas erradas,*
*também vão à venda*
*jogar à marrada;*
*Não venda, não venda,*
*não venda, não venda, senhòr.*

[2] A palavra "senhor" era sempre pronunciada com [o] aberto.

*Velho da Graça*
*tem uma cabaça*
*de canada e meia*
*pra buber à ceia;*
*Não venda, não venda,*
*não venda, não venda, senhòr.*

E seguia-se uma eternidade de versos, ocupando a tarde já bem comprida da estação do ano…

Hoje, os foliões escasseiam, e os que há já não sabem a maioria das "orações" cantadas, nem estas quadras atrevidas que faziam rir a bom rir toda a gente, e que ninguém levava a mal.

# VIDA DO INSTITUTO

# RELATÓRIO DO PRESIDENTE

Dando cumprimento ao previsto no n.º 3 do Artigo 3.º do Regulamento Interno do Instituto, apresento aos Sócios o presente Relatório referente ao ano de 2017.

## 1. REUNIÕES DO INSTITUTO

Durante o ano de 2017, o Instituto realizou as duas reuniões ordinárias previstas no Artigo 11.º, n.º 1 dos Estatutos.

A primeira reunião ordinária realizou-se a 10 de Abril e teve como agenda de trabalhos a apresentação, discussão e eventual aprovação do Relatório do Presidente relativo ao ano de 2016, a conta de gerência do ano de 2016, tendo presente o Parecer do Conselho Fiscal, bem como a discussão e aprovação do plano de atividades para o ano de 2017.

A segunda reunião ordinária teve lugar a 13 de Novembro com um ponto único na agenda de trabalhos para a eleição da Mesa e do Conselho Fiscal para o biénio de 2018/2019.

Durante o ano de 2017, realizou-se uma única reunião extraordinária a 7 de Setembro para eleição de novos sócios.

Destas reuniões, foram lavradas as respetivas atas a serem publicadas no *Boletim*, razão pela qual apenas se fazem as referências sumárias acima.

## 2. REUNIÕES DA MESA

Durante o ano findo de 2017, a Mesa do Instituto reuniu-se formalmente sete vezes para tratar de assuntos da gestão corrente e cumprimento do Plano de Atividades aprovado.

As reuniões da Mesa tiveram lugar a 2 de Março, 14 de Junho, 10 de Agosto, 1 de Setembro, 18 de Outubro e 5 e 19 de Dezembro.

Como tem sido habitual, a Secretária da Mesa elaborou atas sucintas para memória futura, as quais ficam arquivadas na secretaria do Instituto.

Com os atuais meios de comunicação muitas das questões da vida corrente do IHIT foram tratados por telemóvel ou correio eletrónico entre os membros da Mesa.

## 3. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do IHIT reuniu-se a 28 de Março, a fim de examinar as contas do exercício de 2016 e a documentação em que se baseavam, entendendo que as mesmas se encontravam corretamente elaboradas, conforme Parecer emitido e que vai ser publicado no *Boletim*.

## 4. COMEMORAÇÕES DOS 75 ANOS DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO E CONDECORAÇÕES ATRIBUÍDAS

Ao perfazerem-se os 75 anos da fundação do Instituto Histórico realizou-se uma sessão comemorativa no dia 9 de Dezembro.

O dia corresponde à data do Alvará do então Governador Civil de Angra do Heroísmo pelo qual o IHIT passou a ter existência legal e aprovou os respetivos Estatutos.

A sessão realizou-se no salão nobre dos Paços da Junta Geral, atualmente sede da Secretaria Regional da Educação e Cultura, na Carreira dos Cavalos, por ter sido nesse edifício que o Instituto foi fundado e funcionou durante os primeiros anos da sua existência, sob os auspícios da então Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo.

Foi oradora nesta sessão solene a Prof.ª Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa da História, que proferiu uma conferência intitulada *História e Historiografia: ecos da Academia Portuguesa da História no Instituto Histórico da Ilha Terceira*.

Na ocasião foram entregues, pela primeira vez, diplomas aos sócios honorários e efetivos presentes. O diploma foi elaborado, por iniciativa e solicitação de Jácome de Bruges Bettencourt, Tesoureiro da Mesa, pelo Dr. Davide José Fernandes da Silva reputado ex-librista e pintor de Vila Franca de Xira a quem muito se agradece a graciosa colaboração prestada.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução n.º 10/2017/A, de 5 de Junho) resolveu atribuir ao IHIT a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico. Em cerimónia conjunta da ALRAA e do Governo Regional dos Açores e para comemorar o Dia da Região Autónoma dos Açores, realizada no dia 5 de Julho na sede do Parlamento Regional, presidida por S.ª Ex.ª o Presidente da República Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, o Presidente do Instituto recebeu a referida Insígnia Autonómica de Mérito Cívico.

A mesma Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na sua sessão plenária de 14 de Dezembro aprovou, por unanimidade, um Voto de Congratulação com o IHIT pela comemoração do 75.º aniversário.

Por sua vez a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo deliberou atribuir ao IHIT a Medalha de Mérito Municipal Cultural a qual foi recebida em nome do Instituto pelo Presidente da Mesa no dia 21 de Agosto, dia em que se comemora a elevação de Angra a cidade.

Às entidades e decisores que resolveram atribuir estas distinções ao IHIT deixamos aqui expresso os nossos agradecimentos.

## 5. COLÓQUIO COMEMORATIVO DOS 400 ANOS DO MARTÍRIO DO BEATO JOÃO BAPTISTA MACHADO

O IHIT, em parceria com a Diocese de Angra, realizou um Colóquio comemorativo dos 400 anos do martírio no Japão do Beato João Baptista Machado de Távora nos dias 25 e 26 de Maio no Palácio dos Capitães-Generais (antigo Colégio da Companhia de Jesus) por cedência do Governo dos Açores.

Deste Colóquio serão publicadas as respetivas actas durante o ano de 2018 e logo que todos os conferencistas entreguem as respetivas comunicações.

Registamos aqui o agradecimento a todos os sócios que colaboraram com esta iniciativa e à Presidência e Vice-Presidência do Governo dos Açores, à Secretaria Regional da Educação e Cultura e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo pelos apoios concedidos.

## 6. COMUNICAÇÕES DOS SÓCIOS

A Mesa deu continuidade às sessões do Instituto, abertas ao público em geral, nas quais os sócios efetivos apresentaram comunicações.

Ao longo do ano, foram realizadas apenas duas sessões:

– 9 de Maio, com a comunicação *"Folhinhas e almanaques" - a propósito do centenário do Almanaque do Camponez* , apresentada pelo Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias.

Esta comunicação teve por objetivo comemorar o centenário da publicação daquele Almanaque e prestar uma singela homenagem ao seu primeiro editor Manual Joaquim de Andrade em cuja tipografia o *Boletim* deste Instituto começou a ser impresso há 75 anos, bem como as primeiras edições publicadas pelo IHIT.

– 12 de Junho, com a comunicação: *Arquitetura Mística da Paisagem*, apresentada pela Doutora Antonieta Costa.

## 7. SESSÃO DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

Por convite do IHIT a Academia Portuguesa da História realizou, pela primeira vez, uma das suas sessões habituais das quartas-feiras, em Angra do Heroísmo, no dia 29 de Março.

Deslocaram-se a esta ilha um grupo de Académicos liderados pela Presidente da Academia Prof.ª Doutora Manuela Mendonça, a que se juntaram os Académicos residentes na Terceira.

Foi oradora da sessão a Prof.ª Doutora Maria Odete Sequeira Martins que apresentou a comunicação *Da planície para o Atlântico. Os Açores no olhar atento da Duquesa de Beja*. O texto desta comunicação será publicado no *Boletim* do Instituto.

A sessão da Academia realizou-se na Sala das Sessões dos Paços do Concelho de Angra.

## 8. PALESTRAS/CONFERÊNCIAS

Durante o ano de 2017, o IHIT promoveu diversas palestras/conferências que tiveram lugar no salão nobre dos Paços do Concelho de Angra.

A primeira palestra foi proferida no dia 25 de Janeiro pelo Prof. Doutor António Costa Silva, professor do Instituto Superior Técnico e Presidente do Conselho de Administração da PARTEX Oil and Gaz (Fundação Calouste Gulbenkian) sobre o tema *Geopolítica da Energia e Reflexos na Importância Geoestratégica dos Açores*.

A segunda palestra, a 21 de Abril, foi proferida pelo Professor Doutor Augusto Santos Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e, naquela data, Ministro dos Negócios Estrangeiros, sob o título *Os Açores e a Centralidade do Atlântico*.

A terceira palestra realizou-se a 27 de Novembro tendo sido proferida pelo Embaixador do Reino do Canadá em Lisboa, Dr. Jeffrey Marder, e intitulada *CETA – Abrindo Novas Oportunidades Transatlânticas*.

Na sede do IHIT foram realizadas três palestras/conferências.

No dia 5 de Abril o Embaixador da República Checa em Lisboa, Doutor Stanislav Kázecký proferiu uma palestra sobre *A República Checa e os países do Visegrad – História e Realidade da Europa Central*.

No dia 8 de Setembro, o Prof. Doutor Emilio Custodio Gimena, Professor da Universidade Politécnica da Catalunha e Sócio correspondente da Real Academia de Ciências Exactas, Físicas e Naturales de Espanha, proferiu a palestra intitulada *Etapas de los intentos de resolución del problema del agua en Canarias en función de la agricultura y el turismo: una lucha contra la sustentabilidade*.

Finalmente, o Professor Doutor José Filipe Pinto, Professor Catedrático com Agregação em Ciência Política e Investigador-Coordenador do Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança (CICPRIS), realizou a palestra denominada *O Populismo e o Projeto Europeu*.

Fica aqui expresso o agradecimento do Instituto Histórico da Ilha Terceira aos oradores e às entidades que patrocinaram estas conferências.

## 9. 1.º CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Por ocasião da passagem dos 100 anos da ocorrência da Revolução de Outubro na Rússia, também conhecida por Revolução Bolchevique ou Revolução Vermelha, acontecimento que transformou profundamente toda a humanidade, o IHIT convidou o Professor Doutor Fernando Rosas, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e especialista em história contemporânea, a proferir uma conferência sobre aquele acontecimento.

A conferência realizou-se a 10 de Novembro, no salão nobre dos Paços do Concelho e teve como título *Guerra e Revolução na Rússia de 1917*.

## 10. CURSO E SEMINÁRIO

O IHIT realizou um curso de artes decorativas aberto a sócios e a todas as pessoas interessadas mediante uma inscrição paga, o qual teve lugar de 16 a 20 de Janeiro em horário pós-laboral.

O curso foi ministrado pelo Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, sócio correspondente do IHIT e Professor Catedrático da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa no Porto, com o tema *Artes Decorativas em Portugal: Séculos XVIII e XIX* contando com 10 inscritos.

Por sua vez, a nossa sócia efetiva e Secretária da Mesa Dr.ª Marta Bretão realizou uma ação de formação nos dias 10, 17, 24 e 31 de Outubro, aberta ao público em geral e com inscrições pagas, com o tema *Preservação do Património da Igreja*. Inscreveram-se 9 pessoas.

O sócio efetivo Dr. Miguel Monjardino continuou ao longo do ano a coordenar e dirigir o programa "*Clássicos do Atlântico*" seminários sobre os Grandes Livros que marcaram a condição humana ao longo dos séculos.

## 10. CONCERTO CORAL SINFÓNICO – 150 ANOS DO NASCIMENTO DO PADRE TOMÁS DE BORBA

O IHIT associou-se à Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro no concerto comemorativo do 150.º aniversário do nascimento do Padre Tomás de Borba, ilustre compositor e pedagogo nascido nesta cidade de Angra.

O concerto coral sinfónico realizou-se na Sé Catedral de Angra no dia 26 de Novembro, sob a direção artística e organização do nosso sócio efetivo Doutor P.e Duarte Manuel Gonçalves da Rosa, estando aquela Igreja completamente cheia de pessoas para assistirem a este concerto.

O IHIT contou com o apoio da Câmara Municipal de Angra para a sua comparticipação neste evento.

## 11. III COLÓQUIO DO ATLÂNTICO

Em parceria com a Universidade dos Açores (Centro de Estudos Humanísticos) o IHIT colaborou na realização do *III Colóquio do Atlântico* dedicado ao estudo do pensamento e da obra do terceirense Dr. Joaquim Maria da Silva, sob a coordenação do Prof. Doutor Carlos Amaral.

A sessão de abertura realizou-se no dia 26 de Novembro no salão nobre dos Paços do Concelho e as comunicações foram apresentadas na sede do IHIT durante o dia 27 de Novembro.

## 12. CENTRO UNESCO DE ANGRA DO HEROÍSMO

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, continuou a manter ativo o Centro UNESCO de Angra do Heroísmo e participou na constituição de um novo Centro a funcionar junto da Associação da Juventude da Ilha Terceira (AJITER).

## 13. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRORURAL+ (GRATER)

O IHIT resolveu apresentar uma candidatura ao programa PRORURAL+, gerido pela GRATER, a fim de possibilitar a realização e o desenvolvimento do projeto ***Collectio***, sugerido pela Dr.ª Maria Manuel Velasquez Ribeiro.

Esta candidatura redundou numa recusa por parte da GRATER por ser considerada, segundo o estranho e patético juízo daquela associação de desenvolvimento local, como não cultural.

Mesmo depois de a nossa consócia Dr.ª Maria Manuel Velasquez ter respondido com um bem fundamentada contestação daquele parecer da GRATER, esta manteve a sua decisão de não apoiar o projeto ***Collectio*** com manifesto prejuízo para o conhecimento das condições e os intérpretes da constituição de coleções, a biografia dessas mesmas coleções e a sua documentação e exibição ao público, entre os meados do século XIX e a atualidade, na periferia insular açoriana.

É verdade que os decisores da GRATER, depois de recusarem e não aprovarem a candidatura proposta pelo IHIT, talvez num rebate de consciência na sequência da frágil argumentação que haviam utilizado, escreveram a sugerir que o IHIT apresentasse nova candidatura numa próxima abertura das mesmas com manifesto prejuízo dado haver a necessidade de renovar uma quantidade enorme de documentação exigível e sem se ter a certeza que irão decidir com os mesmos critérios já usados.

## 14. PROJETO *O PATRIMÓNIO PARTO DE SI II- ENTRE O PASSADO E O PRESENTE*

De Setembro de 2016 a Setembro de 2017 a CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária, com sede na Fajã de Baixo, desenvolveu o projeto *O Património*

*Perto de Si II – Entre o Passado e o Presente* que tinha como objetivo a promoção da publicação em 3 jornais diários dos Açores de artigos sobre o património e identidade cultural açoriana a fim de despertar o interesse e a curiosidade dos açorianos para esse objetivo.

A CRESAÇOR, através do nosso sócio Dr. Pedro Pascoal, convidou o IHIT a associar-se a esta iniciativa, que contou igualmente com a participação do Instituto Cultural de Ponta Delgada e do Núcleo Cultural da Horta, o que a Mesa julgou conveniente aceitar ficando como coordenadora a Dr.ª Marta Bretão, Secretária da Mesa.

Como já foi referido em Relatório anterior, durante o ano de 2016 foram publicados dois artigos sob coordenação do IHIT: *Núcleo de História Militar Manuel Coelho Batista de Lima*, da autoria do Dr. Jorge Paulus Bruno, Diretor do Museu de Angra, e *À descoberta da Igreja de Santa Bárbara das Manadas*, da autoria de Odília Teixeira.

Neste ano de 2017 foram publicados os artigos *O Queijo de São Jorge*, da autoria dos sócios Prof. Doutores Alfredo Borba e João Madruga; *As Danças da ilha Terceira e o Teatro quinhentista nas naus da Índia*, da autoria do sócio Prof. Doutor Luiz Fagundes Duarte; Os painéis quinhentistas da Igreja de Santa Cruz da Graciosa, da autoria do agora sócio Prof. Doutor Vítor Veríssimo Serrão; *Da Verdade da Matriz e do Púlpito-Evolução histórica da Matriz da Praia da Vitória*, da autoria da sócia efetiva Dr.ª Maria da Assunção Melo; *Monte de Nossa Senhora da Ajuda – Santa Cruz da Graciosa*, da autoria do Dr. Jorge António Cunha e *A Doçaria Tradicional Terceirense* da coautoria dos sócios Dr.ª Marta Bretão, Jácome de Bruges Bettencourt e Sr. Paulo Vieira d'Areia e ainda da Sr.ª Ana Maria Pereira da Costa.

A CRESAÇOR atribuiu ao IHIT a quantia de 2.800,00 euros pela participação neste projeto.

É conveniente deixar aqui expresso o agradecimento à Dr.ª Marta Bretão pela coordenação desta importante iniciativa e a todos os nossos sócios ou aos convidados que escreveram os artigos acima referidos.

Segundo a informação que temos através do Dr. Pedro Pascoal é propósito da CRESAÇOR reunir e publicar em livro os artigos dispersos pelos jornais.

## 15. EDIÇÕES

### a) FUNDO EDITORIAL – Reedição de *As 18 Paróquias de Angra*

Na sequência do fundo editorial constituído pela Câmara Municipal de Angra junto do IHIT, a fim de poderem ser reeditadas obras de relevante interesse e que se encontram esgotadas no mercado, foi reeditada a obra *As 18 Paróquias de Angra*, da autoria do sócio correspondente já falecido Pedro de Merelim (pseudónimo de Joaquim Gomes da Cunha), com a cedência dos direitos de autor para esta 2.ª edição, por parte dos herdeiros do autor os seus netos Rui Contente e Marco Contente.

A coordenação desta reedição ficou a cargo do sócio efetivo Professor Doutor Alfredo Borba, o qual fez a apresentação desta reedição no dia 6 de Novembro no salão nobre dos Paços do Concelho.

b) *BOLETIM*

Foi editado e impresso o *Boletim* do Instituto Histórico relativo ao ano de 2016, o qual foi distribuído pelos sócios.

c) ANAIS DA ILHA TERCEIRA – Apresentação da 2.ª edição

O IHIT continuou a impressão, durante o ano de 2017, da 2.ª edição (edição de divulgação) dos *Anais da Ilha Terceira*, de Francisco Ferreira Drummond.

Assim, foram editados os volumes IV e V do Tomo I e o volume VI do Tomo II.

A introdução, notas, atualização ortográfica e organização continuaram a cargo dos sócios Dr. José Avelino Santos, Doutor José Guilherme Reis Leite e do Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria, aos quais mais uma vez se endereça um justo e merecido agradecimento pelo trabalho realizado.

Os índices foram feitos pela Dr.ª Lúcia Santos, a digitalização da 1.ª edição em OCR por Anna Sophia Oberschelp de Meneses, e os desenhos das capas concebidos e realizados pelo sócio Dr. Ruben Quadros Ramos, aos quais igualmente se agradece o trabalho prestado.

A execução gráfica e divulgação foram feitas pela Sociedade Terceirense de Publicidade, proprietária do jornal "Diário Insular".

Entretanto, o IHIT promoveu a apresentação desta 2.ª edição com uma sessão pública que decorreu no auditório da Escola Francisco Ferreira Drummond, na Vila de São Sebastião, no dia 19 de Julho, pelos aos três coordenadores acima mencionados.

Esta 2.ª edição dos *Anais da Ilha Terceira* e a sessão de apresentação só foi possível devido ao apoio financeiro concedido pela Câmara Municipal de Angra.

d) *DART – UMA FAMÍLIA IRLANDESA NOS AÇORES E NO MUNDO*

O nosso consócio Dr. Jorge Forjaz resolveu editar a sua mais recente obra genealógica intitulada *Dart – Uma Família Irlandesa nos Açores e no Mundo* através da chancela do IHIT.

Esta notável obra genealógica foi apresentada em Angra do Heroísmo, no salão nobre do solar da Madre de Deus, onde está sedeado o Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, no dia 21 de Julho, pelo consócio Doutor José Guilherme Reis Leite estando presente o autor Dr. Jorge Forjaz. Sessões idênticas de apresentação tiveram lugar na Biblioteca e Arquivo Regional João José da Graça, na cidade da Horta, e na Casa dos Açores em Lisboa.

Entretanto, a Academia Portuguesa da História distinguiu esta obra genealógica com um dos seus prémios anuais.

e) *Actas da Conferência Comemorativa dos 250 Anos da criação da Capitania Geral dos Açores*

Na sequência da Conferência que o IHIT realizou em conjunto com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo no dia 2 de Agosto de 2016, data em que perfaziam 250 anos do Decreto do Conde de Oeiras que criava a Capitania Geral dos Açores, foram publicadas todas as comunicações apresentadas.

O sócio efetivo Doutor Ricardo Madruga da Costa fez a apresentação do livro com as *Actas da Conferência Comemorativa dos 250 Anos da criação da Capitania Geral dos Açores* no dia 2 de Agosto deste ano de 2017, no salão nobre dos Paços do Concelho de Angra.

A coordenação desta edição das Actas esteve a cargo do Presidente do IHIT e do Doutor Ricardo Madruga da Costa. A capa foi concebida pelo sócio correspondente Dr. Rúben Quadros Ramos a que se agradece toda a colaboração que tem dado ao Instituto no campo da conceção e artes gráficas.

f) Reedição da obra *Beato João Baptista Machado de Tavora-Mártir do Japão*

Por altura das comemorações dos 400 anos do martírio do terceirense João Baptista Machado o IHIT, com o apoio financeiro da Câmara Municipal de Angra, resolveu proceder à reedição da mais completa e bem elaborada biografia daquele Beato da autoria do já falecido Monsenhor Cónego José Machado Lourenço, sócio deste IHIT. Foi pedida aos sobrinhos e seus herdeiros a autorização para esta 2.ª edição a qual foi concedida por todos eles.

Esta 2.ª edição contou com a colaboração do sócio efetivo Cónego Doutor Hélder Fonseca Mendes, tendo a capa sido um projeto conjunto dos sócios correspondentes Álamo Oliveira e Dr. Rui Melo, o design editorial do Dr. Rúben Quadros Ramos aos quais o Instituto agradece. A coordenação geral da reedição esteve a cargo do Presidente do IHIT.

g) Edição e reimpressão da obra *Uma Neutralidade Atenta – A diplomacia norte-americana e as movimentações independentistas nos Açores em 1975*

O IHIT tendo tomado conhecimento, através do consócio Dr. Álvaro Monjardino, da obra da Dr.ª Berta Tavares intitulada *Uma Neutralidade Atenta – A diplomacia norte-americana e as movimentações independentistas nos Açores em 1975* e da sua real importância para um melhor conhecimento da história contemporânea dos Açores, resolveu apresentar uma candidatura aos apoios à edição da Direção Regional da Cultura, candidatura essa que foi aprovada e concedido o respetivo apoio financeiro pelo Governo dos Açores.

A edição foi apresentada em Ponta Delgada pelo sócio honorário Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses, no auditório da Biblioteca Pública e Arquivo Regional daquela cidade, no dia 1 de Julho.

Em Angra do Heroísmo coube ao sócio efetivo Dr. Álvaro Monjardino a apresentação do mesmo livro que decorreu no salão nobre da Madre de Deus, sede do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, no dia 3 de Julho.

Por se ter esgotado esta primeira impressão, a Mesa do IHIT resolveu mandar reimprimir o mesmo livro atendendo que a gráfica COINGRA, através do seu gestor Sr. Luís Moura apresentou um orçamento bastante conveniente.

A capa da obra *Uma Neutralidade Atenta* é da autoria dos Arquitetos Jorge Kol de Carvalho e de Margarida Kol de Carvalho.

h) *Da origem de algumas famílias estrangeiras na Terceira e no Faial*, obra genealógica do Dr. António Ornelas Mendes

O nosso sócio honorário e distinto genealogista Dr. António Maria Ourique Ornelas Mendes entregou ao IHIT para publicação o seu trabalho de investigação intitulado *Da origem de algumas famílias estrangeiras na Terceira e no Faial*, obra essa que acabou de ser impressa e divulgada neste ano a que se reporta este relatório.

## 16. SÓCIOS

Durante o ano de 2017 foram propostos e eleitos novos sócios do Instituto na reunião extraordinária realizada a 7 de Setembro.

Nessa sessão foi eleita Sócio Honorário a Prof.ª Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa da História.

Na mesma reunião, foram eleitos para sócios efetivos a Dr.ª Cláudia Cardoso, atual Diretora da Biblioteca e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, e o advogado Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo que passou de correspondente a esta categoria.

Na categoria de sócios correspondentes, ainda na mesma reunião, foram eleitos as seguintes pessoas: Sr. António de Freitas da Rocha Mendes, Eng.º António Cansado de Mattos e Silva, Dr. Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca, Doutor Padre Diniz Manuel Branco da Silveira, Dr. Dionísio Mendes de Sousa, Doutor Edward Ayres de Abreu, Dr. Fernando Faria Ribeiro, Dr.ª Filipa Magalhães, Dr.ª Filipa Silva, Sr. Francisco Jorge da Silva Ferreira, Dr.ª Gertrudes Brito do Rio, Doutor Padre Hélder Miranda Alexandre, Eng.º Humberto Oliveira, Dr. João Paulo Constância, Prof. Doutor José Ferreira Coelho, Prof. Doutor José Henrique Ornelas, Prof. Doutor José Monteiro da Silva, Dr. D. Marcus Noronha da Costa (Subserra), Dr. Mário Damiense de Carvalho Toste, Dr. Paulo Barcelos, Dr. Paulo Lourenço Paim de Barcelos, Sr. Paulo Mendonça, Dr. Ramiro Silva, Dr.ª Tânia Isabel Paim da Silva, Sr. Victor Manuel da Silva Cardoso e Prof. Doutor Vítor Serrão.

Aos sócios eleitos para as diferentes categorias foram enviados ofícios a comunicar a eleição e a solicitar a sua aceitação.

Até ao fim do ano não confirmaram a aceitação da eleição as seguintes pessoas: Doutor Edward Ayres de Abreu, Doutor Padre Hélder Miranda Alexandre e Dr. João Paulo Constância.

Assim, consideram-se as pessoas acima mencionadas como não tendo aceitado a sua inclusão como sócios correspondentes deste Instituto.

Por ter passado a residir na cidade do Porto onde leciona na Universidade Católica o sócio efetivo Prof. Doutor Nuno Martins passou à categoria de sócio supranumerário.

Por outro lado, a Mesa verificou que alguns dos sócios que constavam das listas existentes na sede ou das publicadas no *Boletim* há muito que não pagavam as respetivas quotas, mostrando desinteresse na participação da vida do Instituto, haver devolução do *Boletim* do IHIT quando lhes é enviado e mesmo desconhecer-se, nalguns casos, os seus endereços postais, eletrónicos ou números de telefones, resolveu apresentar nos termos do n.º 3 do Artigo 3.º dos Estatutos e nesta mesma reunião extraordinária de 7 de Setembro propôs a exclusão dos seguintes sócios correspondentes: Dr.ª Ana Maria Pereira Ferreira, Prof. Doutor António Dias Farinha, Dr. Celestino Sachetti, Prof. Doutor Donald Warrin, Doutor Douglas Wheeler, Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Doutora Maria da Conceição Castro Ramos e Doutora Maria Augusta Lima Cruz. A proposta foi votada por unanimidade mas com a ressalva de confirmação da desistência ou falecimento.

Para não subsistir qualquer dúvida quanto à vontade dos sócios acima mencionados em manterem-se como sócios correspondentes foi-lhes enviado um ofício, datado de 19 de Outubro, a solicitar a confirmação ou a desistência de associado. Apenas respondeu o Prof. Doutor Donald Warrin a dizer que estava reformado e desistia de ser sócio.

Quanto ao sócio Prof. Doutor António Dias Farinha a Mesa conseguiu confirmar junto da Conservatória do Registo Civil que havia falecido. Será publicada uma nota necrológica no *Boletim* de 2017.

O mesmo sucedeu com alguns sócios subscritores que foram excluídos na mesma reunião e pelos mesmos motivos e que são os seguintes: Alexandre Alberto de Serpa Pinto Burmester. Dr. João Fonseca Barata, Dr. José Maria Raposo Lopes de Araújo, Manuel António Faria Resendes, Dr. Manuel Caçoilo Fidalgo, Dr. Manuel Miguel Vieira e Silva, Mário João Rodrigues e Prof.ª Paulina da Encarnação Azevedo Borges.

A estes sócios subscritores já havia sido enviada uma carta de confirmação em 26 de Agosto de 2015 e, agora, voltou a ser enviada nova carta a solicitar a sua permanência ou desistência.

Dos nomes acima indicados a Mesa apenas conseguiu confirmar, também junto da Conservatória do Registo Civil, que o Dr. Manuel Caçoilo Fidalgo já era falecido.

## 17. CONTABILIDADE DO INSTITUTO

É pertinente realçar que a contabilidade do Instituto Histórico, a cargo da empresa da especialidade *Eduardo Godinho Rocha, Sociedade de Contabilidade, Unipessoal L.da*, continuou a ser oferta do seu proprietário e nosso sócio correspondente Dr. Eduardo Godinho Rocha.

A coordenação da contabilidade tem estado a cargo do Tesoureiro da Mesa, Jácome de Bruges Bettencourt.

## 18. VIDA DO INSTITUTO E OUTRAS ATIVIDADES

a) Parecer para a Assembleia Legislativa Regional

Por solicitação da Sr.ª Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Regional dos Açores foi emitido um Parecer sobre o Forte de São João Baptista da ilha de Santa Maria, o qual foi elaborado pelo sócio honorário Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria.

b) Audição em Comissão Eventual da Assembleia Legislativa Regional

A convite do Presidente da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA) Dr. Francisco Coelho, nosso sócio correspondente, o Presidente do IHIT foi ouvido na Delegação da Terceira da ALRAA no dia 4 de Maio, mas na estrita condição de não vincular o Instituto dado não haver tempo para uma consulta ao IHIT.

Outros sócios do IHIT também foram ouvidos na mesma Comissão Eventual a título individual.

c) Iniciativa COSME/EASME

A Direção Regional da Cultura convidou o IHIT para participar, conjuntamente com outras entidades públicas e privadas, numa eventual candidatura à iniciativa comunitária COSME/EASME (Competitiveness of Small and Medium-sized Enterprieses/Executive Agency for Small and Medium-sized Enterprises) com o fim de promover a visibilidade do Parque Arqueológico da Baía de Angra do Heroísmo.

A Mesa resolveu designar o nosso sócio efetivo Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias para representar o IHIT nas reuniões propostas pela DRaC.

d) Apoio à deslocação do Prof. Doutor Emanuel Anati à ilha Terceira

O IHIT a pedido da nossa sócia efetiva Doutora Antonieta Costa colaborou com a deslocação do Prof. Doutor Emanuel Anati, reconhecido especialista em arqueologia e Presidente honorário do Centro Camuno di Studi Preistorici a esta ilha Terceira a fim de emitir um parecer sobre os achados rupestres aqui encontrados.

Este apoio só foi possível por suporte financeiro concedido pela Secretaria Regional da Educação e Cultura e pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

e) Colaborador e Conservação da sede do IHIT

Continuando a Igreja do Colégio fechada para obras de reabilitação e restauro, a Ordem do Carmo e a Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores continuaram a autorizar que o guarda daquela Igreja, Sr. Carlos Valente, passasse a prestar a sua colaboração na sede do Instituto.

Entretanto, o Sr. Carlos Valente procedeu a obras de conservação da sede do IHIT com a pintura de portas e janelas com a ajuda de um mestre pintor que a Mesa contratou.

Também foi contratada uma oficina de carpintaria para restauro e reabilitação da porta principal que se encontrava em estado de grande deterioração.

f) Páginas eletrónicas do IHIT

A Dr.ª Marta Bretão continuou a assegurar a manutenção da página eletrónica do IHIT www.ihit.pt e da página do *Facebook*.

g) Necrologia

No dia 10 de Agosto partiu para a eternidade o nosso sócio efetivo Doutor Mário Cabral após uma prolongada e dolorosa doença oncológica que suportou com serenidade e virtude cristã.

Lamentando a perda terrena deste culto e distinto filósofo, o IHIT publicará no *Boletim* de 2017 uma nota necrológica da autoria do nosso consócio Dr. Sérgio Toste.

No Brasil, onde residia há vários anos, faleceu a 15 de Maio, na cidade do Rio de Janeiro, a nossa sócia correspondente Dr.ª Judite Toste Evangelho, natural da freguesia da Ribeirinha.

O Tesoureiro do Instituto, Jácome de Bruges Bettencourt, elaborou para o *Boletim* deste ano de 2017 uma nota necrológica sobre outros consócios falecidos em anos anteriores mas que nunca haviam sido publicadas as respetivas notas.

O Presidente do Instituto
*João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes*

# PROPOSTA DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 2018

## Introdução

A Mesa do Instituto Histórico da Ilha Terceira vem apresentar aos Excelentíssimos Sócios Efetivos e Honorários, o Plano de Atividades para 2018.

Este Plano de Atividades baseia-se num princípio fundamental que é o da exequibilidade humana e financeira dos projetos elencados o que significa que só poderão ser executados no caso de haver a devida colaboração por parte dos Sócios do IHIT e apoios financeiros para a sua execução.

## Relacionamento Institucional

- Promover o relacionamento institucional com os departamentos do Governo Regional com competências nas áreas da cultura, património, relações internacionais e ciência e tecnologia a fim de se desenvolverem projectos que coincidam com os fins estatutários do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Continuar a manter o excelente relacionamento institucional com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, nomeadamente, nas seguintes ações:
  a) Renovar o Protocolo de colaboração com a edilidade angrense tendo em conta a correspondente contrapartida financeira.
  b) Prestar a colaboração solicitada pela Câmara Municipal no âmbito da ação do IHIT.
  c) Solicitar os serviços da Câmara Municipal de Angra para a manutenção e conservação da sede do IHIT.
  d) Finalizar a reedição dos *Anais da Ilha Terceira* da autoria de Francisco Ferreira Drummond.
  e) Implementar o fundo editorial criado pela Câmara junto do Instituto, com a reedição da obra *Angra do Heroísmo,* da autoria de Félix José da Costa. Esta obra está a ser coordenada pela nossa Sócia efetiva Dr.ª Maria Manuel Velasquez.

– Desenvolver contactos junto de entidades públicas e privadas para eventuais candidaturas ou atribuição de patrocínios a edições e eventos do IHIT.
– Dinamizar o Centro UNESCO de Angra do Heroísmo e manter um relacionamento institucional com a Comissão Nacional da UNESCO e divulgar a sua documentação no caso de existir.

**75 Anos da Fundação do IHIT**

Continuar a celebrar os 75 anos da fundação do Instituto Histórico

a) Sessão – Por ocasião dos 75 anos da Sessão inaugural do IHIT que ocorreu a 25 de Março de 1943.
b) Sessão de encerramento – Nos 75 anos da 1.ª Reunião que teve lugar a 7 de Junho de 1943.

**Ano Europeu do Património Cultural**

– Aceitar o convite da Direção-Geral do Património Cultural e do Coordenador Nacional para o IHIT se associar a esta iniciativa.
– Promover outras iniciativas que venham a ser consideradas pertinentes.
– Elaborar Recomendações às entidades competentes em matéria de salvaguarda do Património.

**Colóquios**

– Em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores realizar em Angra o IV Colóquio do Atlântico sobre a obra de Manuel António Ferreira Deusdado.
– Colóquio sobre os 500 Anos das Teses de Martinho Lutero (esteve previsto para se realizar em 2017).

**Contratos-programa**

– Concluir o contrato-programa assinado com a DRaC para a elaboração do inventário do Património Militar dos Açores com a entrega do Relatório Final.
Este projeto foi coordenado pelo sócio efetivo Dr. Olívio Rocha e com a execução técnica da sócia correspondente Dr.ª Brígida Pamplona Meireles.
– Voltar a propor um contrato-programa para a criação de um "*Roteiro das obras de referência das Igrejas da Terceira*", no qual será desenvolvido um estudo aprofundado a nível técnico-material e histórico de uma obra de destaque de cada

igreja, contemplando peças de pintura, escultura, ourivesaria, mobiliário, etc.. A vir a ser apoiado, este projeto será coordenado pela nossa sócia efetiva Dr.ª Marta Bretão.
– Tentar junto da Vice-Presidência reativar a proposta de apoio financeiro para a feitura de conteúdos para um roteiro do Castelo de São João Batista do Monte Brasil, tendo em conta a colaboração com o Governo daquela unidade militar.

**Palestras/Conferências**

– Palestra pelo Prof. Doutor José Alberto de Azevedo Lopes que esteve agendada para Setembro de 2017, intitulada "Nova Ordem Internacional e a Importância Geoestratégica dos Açores".
– Palestra pelo Dr. Bernardo Pires de Lima sobre "Portugal e o Atlântico".
– Outras Palestras/Conferências que se vierem a proporcionar.

**Boletim e Edições**

– Editar o Boletim de 2018 e recolher artigos para esse efeito, dedicando este volume LXXVI ao património.
– Feitura da edição eletrónica dos 75 volumes do Boletim com busca automática ou impressão de um índice geral destes 75 volumes já publicados.
– Possível edição das teses de doutoramento dos nossos sócios Doutor Monsenhor António Saldanha e Albuquerque, Doutor Armando Mendes, Doutor Leandro Ávila e Doutor Padre Dinis Silveira. O IHIT propõe-se continuar uma edição específica para teses de doutoramento na sequência da primeira que editou do Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses.
– Concluir a publicação da nova edição dos *Anais da Ilha Terceira*, de Francisco Ferreira Drummond, em colaboração com a Câmara Municipal de Angra, como acima foi referido. Este projeto é coordenado pelos nossos sócios efetivos e honorário Doutor José Reis Leite, Dr. José Avelino Santos e Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria. A feitura das capas dos diversos volumes está a cargo do sócio correspondente Dr. Rúben Quadros Ramos. A impressão está a ser pela tipografia do Diário Insular.
– Editar a obra *O Património das águas de Angra do Heroísmo*, da autoria do sócio efetivo Dr. Vítor Brasil. Esta edição foi candidatada ao programa *Prorural*, gerido pela *GRATER*, mas o projeto não foi aceite por aquela associação de desenvolvimento local. A Mesa anterior apresentou uma candidatura aos apoios à edição da DRaC aguardando-se o seu resultado.
– Iniciar os trabalhos para uma edição das obras completas do sócio fundador Cónego José Augusto Pereira por ocasião do 50.º aniversário da sua morte (nasceu em São Vicente Ferreira a 8 de Julho de 1885, e faleceu em Ponta Delgada a 3 de

Maio de 1969). Convidar para coordenar este projeto o Sócio efetivo Doutor José Guilherme Reis Leite.
- Reeditar, no caso de se encontrar financiamento a obra *Notas sobre os conventos da Ilha Terceira*, da autoria de Pedro de Merelim e há muito esgotada.
- Continuar a distribuir as edições do IHIT pelas diversas livrarias de Angra, para venda.
- Participar em feiras de livros caso as condições de custos sejam favoráveis.

**Eventos e iniciativas a realizar**

- Desenvolver e apoiar o projecto *COLLECTIO*, concebido e dirigido pela sócia efetiva Dr.ª Maria Manuel Velasquez Ribeiro, que prevê a inventariação das coleções privadas da ilha Terceira, a realização de um Colóquio sobre este tema e a publicação das comunicações do referido Colóquio.
  Este projeto foi candidatado, em 2016, ao programa *Prorural* gerido pela *GRATER* tendo esta associação de desenvolvimento local, inexplicavelmente recusado e indeferido a candidatura com o argumento de que não se tratava de um projeto cultural.
- Continuação, tanto quanto possível, da realização de conferências mensais na sede do IHIT em que os sócios farão comunicações dentro das áreas do seu conhecimento e saber. Estas conferências ou comunicações serão, preferencialmente, para um debate entre os sócios do Instituto, embora abertas ao público em geral.
- Continuar a apoiar o seminário *Clássicos dos Atlântico*, orientado pelo sócio efetivo Dr. Miguel Monjardino.
- Realizar um curso sobre genealogia e heráldica, aberto ao público em geral, orientado pelo sócio efetivo Dr. Jorge Pamplona Forjaz.
- Realizar um curso de "*Peritagem de obras de arte*", orientado pelo Prof. Doutor Miguel Cabral de Moncada, com a coordenação da sócia efetiva Dr.ª Marta Bretão. A realizar-se, este curso ou formação será divulgado junto das forças policiais e meios judiciários eventualmente interessados.
- Realizar um curso sobre história do povoamento e das instituições civis, militares e religiosas dos Açores, sob a coordenação do sócio efetivo Doutor José Guilherme Reis Leite.
- Organizar um Festival de Órgão no mês de Julho.

**Curso na Academia Portuguesa da História**

A Senhora Presidente da Academia Portuguesa da História resolveu que o VII Curso de Verão promovido por aquela Academia será consagrado ao "Património Histórico-Cultural da Ilha Terceira".

Nesse sentido convidou o IHIT a colaborar com a APH na realização do Curso, sugerindo temas e palestrantes, o que nos apraz aceitar o referido convite. A coordenação ficará sob a responsabilidade da Mesa do IHIT.

**Organização interna do IHIT**

– Eleger e admitir novos sócios do Instituto nas diversas categorias previstas nos Estatutos.
– Continuar a reorganizar a secretaria e a biblioteca do IHIT e regularizar a cobrança das quotas.
– Manter a página eletrónica do IHIT www.ihit.pt
– Manter a página do IHIT no «*facebook*» e, eventualmente, criar páginas noutras redes sociais.

Angra, 23 de Janeiro de 2018

A Mesa do IHIT

*João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, Presidente*
*José Olívio Mendes Rocha, Secretário*
*Alfredo Emílio Silveira de Borba, Tesoureiro*

# DEMONSTRAÇÕES FINANÇEIRAS

# 2017

**Angra do Heroísmo**
**31 de dezembro de 2017**

**Eduardo Godinho Rocha -Sociedade de Contabilidade, Unipessoal Lda.**
**Rua de Santo Espírito 55, Sé, 9700-178 Angra do Heroísmo, Capital Social: EUR 5.000,00**
**NIPC 509282571, Tel/Fax. 295215289, egr.contabilidade@gmail.com**

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Anexo
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Balancetes

## Balanço ( SNC ESNL )

**564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

512017751

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS 2017 | DATAS 2016 |
|---|---|---|---|
| **ACTIVO** | | | |
| **Activo não corrente** | | | |
| **Activo corrente** | | | |
| Inventários | | 15.908,51 | 8.008,00 |
| Clientes | 2 | 15,75 | 15,75 |
| Outras contas a receber | | 6.000,00 | 330,40 |
| Caixa e depósitos bancários | 2 | 13.617,88 | 16.446,54 |
| **Total do activo ...** | | **35.542,14** | **24.800,69** |
| **FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO** | | | |
| **Capital próprio** | | | |
| Fundos | 13 | 6.764,27 | 6.771,72 |
| Resultados transitados | | 11.306,66 | 11.306,66 |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | | 285,32 | 118,72 |
| Resultado líquido do período | 13 | 17.065,30 | 6.341,46 |
| **Total do fundo de capital...** | | **35.421,55** | **24.538,56** |
| **Passivo** | | | |
| **Passivo não corrente** | | | |
| **Passivo corrente** | | | |
| Fornecedores | 2 | 31,41 | 129,59 |
| Estado e outros entes públicos | | 89,18 | 132,54 |
| **Total do passivo...** | | **120,59** | **262,13** |
| **Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...** | | **35.542,14** | **24.800,69** |

O Contabilista Certificado
nº 90369

O Representante Legal

## Demonstração Resultados ( SNC ESNL )

**564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Anual

512017751

| RUBRICAS | NOTAS | | PERIODOS 2017 | PERIODOS 2016 |
|---|---|---|---|---|
| Vendas e serviços prestados | 8 | + | 14.023,26 | 3.096,28 |
| Subsídios,doações e legados à exploração | 10 | + | 36.673,11 | 26.286,76 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | − | 23.917,76 | 3.655,78 |
| Fornecimentos e serviços externos | 2 | − | 15.954,20 | 19.253,35 |
| Outros gastos e perdas | 2 | − | 11,39 | 1,76 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | | **10.813,02** | **6.472,15** |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | | **10.813,02** | **6.472,15** |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 2 | + | | 2,31 |
| Resultado antes de impostos | | | **10.813,02** | **6.474,46** |
| Imposto sobre o rendimento do período | | − | 89,18 | 133,00 |
| Resultado líquido do período | | | **10.723,84** | **6.341,46** |

O Contabilista Certificado
nº 90369

O Representante Legal

| Código Conta | Custos e Perdas | 2017 | 2016 |
|---|---|---|---|
| **61** | **Custo Mat Vendidas/ Mat Consumidas** | | |
| 611 | Custo das Matérias Vendidas | € 23.917,76 | € 3.655,78 |
| **62** | **Fornecimentos e Serviços Externos** | | |
| 6221 | Seviços Especializados | € 5.234,00 | € 11.216,00 |
| 6222 | Publicidade e Propaganda | € 2.200,96 | € 1.597,72 |
| 6224 | Honorários | € 250,00 | € 118,00 |
| 6226 | Conservação e Reparação | € 578,85 | € 300,05 |
| 6228 | Outros Ser. Especializados | € 97,01 | € 13,90 |
| 6231 | Ferramentas e Utensilios | € 107,32 | € 8,00 |
| 6232 | Livros e Doc. Técnica | € - | € 14,10 |
| 6233 | Material de Escritório | € 1.493,74 | € 1.645,73 |
| 6234 | Artigos p/ Oferta | € 634,65 | € 115,00 |
| 6241 | Electricidade | € 95,82 | € 133,64 |
| 6243 | Água | € 115,57 | € 167,08 |
| 6251 | Deslocação e Estadas | € 2.807,49 | € 1.691,84 |
| 6262 | Comunicação | € 686,61 | € 518,19 |
| 6266 | Despesas Representação | € 1.114,75 | € 1.662,50 |
| 6267 | Limpeza, Higiene e Conforto | € 6,45 | € 51,60 |
| 6812 | Imposto Selo (bancos) | € 11,39 | € 1,76 |
| 691 | Juros e Gastos Similares | € - | € - |
| | **Total** | **€ 15.434,61** | **€ 22.910,89** |

| Código Conta | Ganhos e Proveitos | 2017 | 2016 |
|---|---|---|---|
| 71 | Vendas e Serviços Prestados | € 11.402,80 | € 2.068,28 |
| 72 | Quotas | € 2.620,46 | € 1.028,00 |
| 75 | Subsidios do Estado e outros entes publicos | € 36.673,11 | € 26.286,76 |
| 79 | Juros | € - | € 2,31 |
| | **Total** | € 50.696,37 | € 29.385,35 |
| | **Resultados** | | |
| 81 | Resultado Operacional | € 10.813,02 | € 6.474,46 |
| 2414 | Imposto a Pagar | € 89,18 | € 133,00 |
| **818** | **Resultado Liquido** | **€ 10.723,84** | **€ 6.341,46** |

# Instituto Histórico da Ilha Terceira
## Anexo às demonstrações financeiras do período económico 2017

O Instituto Histórico da Ilha Terceira fundou-se em Angra do Heroísmo como uma associação.

O Instituto tem a sua sede em uma dependência do antigo convento de São Francisco, em Angra do Heroísmo. Publica um Boletim anual, onde se incluem fundamentalmente estudos de História e Etnografia e publicam-se documentos julgados de interesse relativamente a estas áreas. Tem exercido alguma atividade editorial promovendo outras publicações para além de algumas separatas mais importantes e com tiragem especial.

### 1. Referencial Contabilístico

**– Enquadramento**

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 (Regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo);
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria 105/2011 (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria 106/2011 (Código de Contas).

### 2. Principais Políticas Contabilísticas

**– Bases de Mensuração**

√ **Investimentos Financeiros:** Encontram-se contabilizados inicialmente pelo método do custo de aquisição e posteriormente deduzidos de perdas por imparidade Acumuladas;

√ **Ativos Tangíveis:** Adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados pelo custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data deduzido de depreciações acumuladas.

Os adquiridos após 01 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tudo no âmbito do Dec. Regulamentar 25/2009, de 14/Setembro. Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrandose registados ao custo de aquisição/construção. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

√ **Ativos Intangíveis:** Encontram-se registados ao modelo do custo, deduzidos das depreciações acumuladas;

√ **Participações financeiras:** A associação também não tem participações financeiras.

√ **Locações:** Encontram-se registadas pelo valor da locação financeira;

√ **Inventários:** As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição e/ou pelo valor realizável, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

√ **Custo Empréstimos obtidos:** Foram reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício anterior em que incorridos, de acordo com o pressuposto do acréscimo. Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, foram liquidados e registados no passivo pelo seu custo;

√ **Dívidas de Terceiros:** Estão registadas de acordo com eventos ocorridos no decorrer da atividade operacional, tendo sido deduzidas possíveis perdas por imparidade acumuladas por forma a apurar o seu valor líquido. As vendas são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apre-

senta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.
No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

√ **Dívidas a Terceiros:** estão registadas pelo modelo do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros foram registadas pelo seu valor nominal. Felizmente a associação conseguiu honrar todos os seus compromissos dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

√ **Caixa e Depósitos Bancários:** os montantes incluídos nestas rúbricas são mobilizáveis sem risco significativo de valor;

√ **Rédito:** decorrente da atividade da associação é registado pelo seu justo valor entre as partes contratantes. Nas vendas e prestações de serviços o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui impostos liquidados nas faturas;

√ **Provisões:** Estão mensuradas através dos gastos no período decorrentes das responsabilidades claramente definidas e que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência.
A estimativa com remunerações a pagar só seria reconhecida quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

√ Subsídios do Governo: Mensurados pelo valor recebido, após o cumprimento de determinadas condições exigidas para a sua concessão. Os não reembolsáveis relacionados com Ativos Tangíveis e Intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração dos Resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Os reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rúbrica "Financiamentos Obtidos". Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do período na rúbrica "Subsídios à Exploração";

√ **Impostos sobre o rendimento:** mensurados como gastos do período e estão refletidos nas Demonstrações Financeiras do período. O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa o imposto corrente. O

imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

**3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros**

- **Alterações de Políticas Contabilísticas**
  Não aplicável.
- **Erros**
  Não aplicável.
- **Julgamentos e estimativas**
  Não aplicável.

**4. Ativos Fixos Tangíveis**
Não aplicável.

**5. Ativos Intangíveis**
Não aplicável.

**6. Locações**
Não aplicável.

**7. Inventários**
Não aplicável.

**8. Rédito**

O rédito proveniente da venda de bens deve é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

a) A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
b) A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
c) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
d) Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
e) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

| | N | N-1 |
|---|---|---|
| Quotas | 2620,46€ | 1.028,00€ |
| Vendas | 11.152,80€ | 1.748,28€ |
| Serviços Prestados | 250,00€ | 10.000,00€ |

**9. Provisões**

Não aplicável.

**10. Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo, incluindo subsídios não monetários, são reconhecidos após existir segurança de que:

a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas;
b) Os subsídios serão recebidos.

A maneira pela qual um subsídio é recebido não afecta o método contabilístico a ser adoptado com respeito ao subsídio. Por conseguinte, um subsídio é contabilizado da mesma maneira, quer ele seja recebido em dinheiro quer como redução de um passivo para com o Governo.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balancear os gastos relacionados com estes mesmos activos. São considerados subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Um subsídio do Governo pode tornar -se recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

| | N | N-1 |
|---|---|---|
| Apoios e Verbas | 36.673,11€ | 26.286,76€ |
| Total | 36.673,11€ | 26,286.76€ |

**11. Impostos Sobre o Rendimento**
Não aplicável.

**12. Ativos e Passivos Financeiros**
Não aplicável.

**13. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais**
Não aplicável.

Angra do Heroísmo, 31 de Março de 2018

| Contabilista Certificado | Direção e Conselho Fiscal |
| --- | --- |
| _____ | _____ |
| | _____ |
| | _____ |

## Demonstração de Fluxos de Caixa

**564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

512017751

| RUBRICAS | NOTAS | PERIODOS 2017 | PERIODOS 2016 |
|---|---|---|---|
| Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo | | | |
| Recebimentos de clientes | | **50.480,98** | **29.159,60** |
| Pagamentos a fornecedores | | **53.309,64** | **30.337,19** |
| Caixa gerada pelas operações | | **(2.828,66)** | **(1.177,59)** |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais (1) | | **(2.828,66)** | **(1.177,59)** |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento (2) | | | |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3) | | | |
| | | | |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | **(2.828,66)** | **(1.177,59)** |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | **16.446,54** | **17.624,13** |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | **13.617,88** | **16.446,54** |

O Contabilista Certificado
nº 90369

O Representante Legal

**Balancete Analítico**

**Regularização a Regularização** **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas: 11 a 89 512017751 Exercicio de **2017**

| Conta | Nome | Período Débito | Período Crédito | Acumulado Débito | Acumulado Crédito | Saldo Devedor | Saldo Credor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Meios financeiros liquidos** | | | | | | | |
| 11 | CAIXA | 0,00 | 0,00 | 26,00 | 60,06 | 0,00 | 34,06 |
| 111 | Caixa Principal | 0,00 | 0,00 | 26,00 | 60,06 | 0,00 | 34,06 |
| 12 | DEPÓSITOS À ÒRDEM | 0,00 | 0,00 | 67.134,32 | 53.516,44 | 13.617,88 | 0,00 |
| 121 | CGD - Caixa Geral de Depósitos | 0,00 | 0,00 | 256,66 | 0,00 | 256,66 | 0,00 |
| 122 | CEM-Caixa Económica da Misericórdia | 0,00 | 0,00 | 66.877,66 | 53.516,44 | 13.361,22 | 0,00 |
| | **Total da Classe** | 0,00 | 0,00 | 67.160,32 | 53.576,50 | 13.617,88 | 34,06 |
| **Contas a receber e a pagar** | | | | | | | |
| 21 | CLIENTES E UTENTES | 0,00 | 0,00 | 15,75 | 0,00 | 15,75 | 0,00 |
| 211 | CLIENTES E UTENTES C/C | 0,00 | 0,00 | 15,75 | 0,00 | 15,75 | 0,00 |
| 2111 | CLIENTES GERAIS | 0,00 | 0,00 | 15,75 | 0,00 | 15,75 | 0,00 |
| 211188 | FRA Culturais-Fundo Ação Cultural | 0,00 | 0,00 | 15,75 | 0,00 | 15,75 | 0,00 |
| 22 | FORNECEDORES | 0,00 | 0,00 | 46.599,94 | 40.631,35 | 6.000,00 | 31,41 |
| 221 | FORNECEDORES C/C | 0,00 | 0,00 | 46.599,94 | 40.631,35 | 6.000,00 | 31,41 |
| 2211 | FORNECEDORES GERAIS | 0,00 | 0,00 | 46.599,94 | 40.631,35 | 6.000,00 | 31,41 |
| 22112 | CTT- Correios de Portugal | 0,00 | 0,00 | 204,11 | 204,11 | 0,00 | 0,00 |
| 22115 | Escritório Digital - Representações, Lda | 0,00 | 0,00 | 981,45 | 981,45 | 0,00 | 0,00 |
| 221113 | EDA- Electricidade dos Açores, S.A. | 0,00 | 0,00 | 95,82 | 95,82 | 0,00 | 0,00 |
| 221114 | SMAH - Serviços Municipalizados de AH | 0,00 | 0,00 | 125,75 | 125,75 | 0,00 | 0,00 |
| 221119 | Repapraia, Lda. | 0,00 | 0,00 | 141,64 | 141,64 | 0,00 | 0,00 |
| 221123 | Laser 2011 - Centro de Cópias, Lda. | 0,00 | 0,00 | 81,42 | 81,42 | 0,00 | 0,00 |
| 221127 | Diário Insular-Soc.Terceirense Publicida | 0,00 | 0,00 | 14.721,20 | 14.721,20 | 0,00 | 0,00 |
| 221146 | Bentrans - Carga e Transitários, S.A. | 0,00 | 0,00 | 31,86 | 31,86 | 0,00 | 0,00 |
| 221153 | EMATER - Empr.Abastecedora Merc.Terc.SA | 0,00 | 0,00 | 6,54 | 6,54 | 0,00 | 0,00 |
| 2211111 | Adriano G figueiredo & Cia, Lda | 0,00 | 0,00 | 104,65 | 104,65 | 0,00 | 0,00 |
| 2211114 | loja das molduras | 0,00 | 0,00 | 29,15 | 29,15 | 0,00 | 0,00 |
| 2211120 | Tipografia Moderna | 0,00 | 0,00 | 469,05 | 469,05 | 0,00 | 0,00 |
| 2211121 | Vodafone | 0,00 | 0,00 | 325,93 | 357,34 | 0,00 | 31,41 |
| 2211127 | Turangra | 0,00 | 0,00 | 828,64 | 828,64 | 0,00 | 0,00 |
| 2211130 | Agencia Teles | 0,00 | 0,00 | 390,35 | 390,35 | 0,00 | 0,00 |
| 2211131 | Gonçalo Mesquita Vasconcelos e Sousa | 0,00 | 0,00 | 380,00 | 380,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2211133 | OneGreat; Unp. lda | 0,00 | 0,00 | 1.563,50 | 1.563,50 | 0,00 | 0,00 |
| 2211134 | Brigida Pamplona Meireles | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 |
| 2211135 | COINGRA - Companhia Gráfica dos Açores, Lda | 0,00 | 0,00 | 6.771,76 | 6.771,76 | 0,00 | 0,00 |
| 2211137 | Angra Hotel Garden | 0,00 | 0,00 | 1.926,00 | 1.926,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2211143 | Romeiro e Martins, Lda | 0,00 | 0,00 | 528,80 | 528,80 | 0,00 | 0,00 |
| 2211149 | Nova Gráfica, Lda | 0,00 | 0,00 | 10.171,20 | 10.171,20 | 0,00 | 0,00 |
| 2211150 | João Henrique Ferreira Ramos | 0,00 | 0,00 | 501,50 | 501,50 | 0,00 | 0,00 |
| 2211151 | Tercargo Transitários, SA | 0,00 | 0,00 | 219,62 | 219,62 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS | 0,00 | 0,00 | 132,54 | 132,54 | 0,00 | 0,00 |
| 241 | IMPOSTO S/RENDIMENTO | 0,00 | 0,00 | 132,54 | 132,54 | 0,00 | 0,00 |
| 2414 | Autoliquidação IR | 0,00 | 0,00 | 132,54 | 132,54 | 0,00 | 0,00 |
| | **Total da Classe** | 0,00 | 0,00 | 46.748,23 | 40.763,89 | 6.015,75 | 31,41 |
| **Inventários e ativos biológicos** | | | | | | | |
| 31 | COMPRAS | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 311 | MERCADORIAS | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 3110 | Recebimento Mercadorias - 00 | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | MERCADORIAS (INVENTÁRIOS) | 15.908,51 | 8.008,00 | 23.916,51 | 8.008,00 | 15.908,51 | 0,00 |
| 323 | Mercadorias - NA | 15.908,51 | 8.008,00 | 23.916,51 | 8.008,00 | 15.908,51 | 0,00 |
| 33 | MAT.PRIMAS, SUBSID. CONSUMO (INVENTARI) | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 331 | MATÉRIAS-PRIMAS (INVENTARIOS) | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 3313 | Mat Primas - NA | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| | **Total da Classe** | 47.726,78 | 71.644,54 | 87.553,05 | 71.644,54 | 15.908,51 | 0,00 |
| **Fundos patrimoniais** | | | | | | | |
| 51 | FUNDOS PATRIMONIAIS | 0,00 | 0,00 | 726,86 | 7.491,13 | 0,00 | 6.764,27 |
| 511 | FUNDOS | 0,00 | 0,00 | 726,86 | 7.491,13 | 0,00 | 6.764,27 |
| 5111 | Fundos Associação | 0,00 | 0,00 | 726,86 | 7.491,13 | 0,00 | 6.764,27 |
| 56 | RESULTADOS TRANSITADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.306,66 | 0,00 | 11.306,66 |
| 561 | Resultados Transit. Exerc. Anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.306,66 | 0,00 | 11.306,66 |

**Balancete Analítico**

**Regularização a Regularização** **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas: 11 a 89 512017751 Exercicio de **2017**

| Conta | Nome | Período Débito | Período Crédito | Acumulado Débito | Acumulado Crédito | Saldo Devedor | Saldo Credor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 59 | OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 251,26 | 0,00 | 251,26 |
| 594 | DOAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 251,26 | 0,00 | 251,26 |
| 5941 | Outras Variaçoes de Fundos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 251,26 | 0,00 | 251,26 |
| | **Total da Classe** | 0,00 | 0,00 | 726,86 | 19.049,05 | 0,00 | 18.322,19 |
| **Gastos** | | | | | | | |
| 61 | CUSTO MERC.VENDIDAS/MAT.CONSUMIDAS | 39.826,27 | 15.908,51 | 39.826,27 | 15.908,51 | 31.818,27 | 7.900,51 |
| 611 | Custo Mercadorias Vendidas | 8.008,00 | 15.908,51 | 8.008,00 | 15.908,51 | 0,00 | 7.900,51 |
| 612 | Custo Materias Primas Consumidas | 31.818,27 | 0,00 | 31.818,27 | 0,00 | 31.818,27 | 0,00 |
| 62 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | 0,00 | 0,00 | 15.954,20 | 0,00 | 15.954,20 | 0,00 |
| 622 | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS | 0,00 | 0,00 | 8.360,82 | 0,00 | 8.360,82 | 0,00 |
| 6221 | TRABALHOS ESPECIALIZADOS | 0,00 | 0,00 | 5.234,00 | 0,00 | 5.234,00 | 0,00 |
| 62210 | Trabalhos Especializados - 00 | 0,00 | 0,00 | 5.234,00 | 0,00 | 5.234,00 | 0,00 |
| 6222 | PUBLICIDADE E PROPAGANDA | 0,00 | 0,00 | 2.200,96 | 0,00 | 2.200,96 | 0,00 |
| 62220 | Publicidade Propaganda - 00 | 0,00 | 0,00 | 2.200,96 | 0,00 | 2.200,96 | 0,00 |
| 6224 | HONORARIOS | 0,00 | 0,00 | 250,00 | 0,00 | 250,00 | 0,00 |
| 62240 | Honorários - 00 | 0,00 | 0,00 | 250,00 | 0,00 | 250,00 | 0,00 |
| 6226 | CONSERVAÇAO E REPARAÇAO | 0,00 | 0,00 | 578,85 | 0,00 | 578,85 | 0,00 |
| 62260 | Conservaçao e Reparaçao - 00 | 0,00 | 0,00 | 578,85 | 0,00 | 578,85 | 0,00 |
| 6228 | OUT.SERV.ESPECIALIZADOS | 0,00 | 0,00 | 97,01 | 0,00 | 97,01 | 0,00 |
| 62280 | Out.Serv.especializados - 00 | 0,00 | 0,00 | 97,01 | 0,00 | 97,01 | 0,00 |
| 623 | MATERIAIS | 0,00 | 0,00 | 2.235,71 | 0,00 | 2.235,71 | 0,00 |
| 6231 | FERRAMENTAS E UTENSILIOS DESG.RÁPIDO | 0,00 | 0,00 | 107,32 | 0,00 | 107,32 | 0,00 |
| 62311 | Ferramentas e Utensilios - RA | 0,00 | 0,00 | 107,32 | 0,00 | 107,32 | 0,00 |
| 6233 | MATERIAL DE ESCRITORIO | 0,00 | 0,00 | 1.493,74 | 0,00 | 1.493,74 | 0,00 |
| 62330 | Material de Escritorio - 00 | 0,00 | 0,00 | 1.493,74 | 0,00 | 1.493,74 | 0,00 |
| 6234 | ARTIGOS P/ OFERTA | 0,00 | 0,00 | 634,65 | 0,00 | 634,65 | 0,00 |
| 62343 | Artigos p/ Oferta - NA | 0,00 | 0,00 | 634,65 | 0,00 | 634,65 | 0,00 |
| 624 | ENERGIA E FLUIDOS | 0,00 | 0,00 | 211,39 | 0,00 | 211,39 | 0,00 |
| 6241 | ELECTRICIDADE | 0,00 | 0,00 | 95,82 | 0,00 | 95,82 | 0,00 |
| 62410 | Elecricidade - 00 | 0,00 | 0,00 | 95,82 | 0,00 | 95,82 | 0,00 |
| 6243 | AGUA | 0,00 | 0,00 | 115,57 | 0,00 | 115,57 | 0,00 |
| 62430 | Água - 00 | 0,00 | 0,00 | 115,57 | 0,00 | 115,57 | 0,00 |
| 625 | DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES | 0,00 | 0,00 | 3.220,47 | 0,00 | 3.220,47 | 0,00 |
| 6251 | DESLOCAÇOES E ESTADAS | 0,00 | 0,00 | 2.807,49 | 0,00 | 2.807,49 | 0,00 |
| 62510 | Deslocaçoes e Estadas - 00 | 0,00 | 0,00 | 2.807,49 | 0,00 | 2.807,49 | 0,00 |
| 6253 | TRANSPORTES DE MERCADORIAS | 0,00 | 0,00 | 412,98 | 0,00 | 412,98 | 0,00 |
| 62530 | Transportes de Mercadorias - 00 | 0,00 | 0,00 | 412,98 | 0,00 | 412,98 | 0,00 |
| 626 | SERVIÇOS DIVERSOS | 0,00 | 0,00 | 1.925,81 | 0,00 | 1.925,81 | 0,00 |
| 6261 | RENDAS E ALUGUERES | 0,00 | 0,00 | 118,00 | 0,00 | 118,00 | 0,00 |
| 62610 | Rendas e Alugueres - 00 | 0,00 | 0,00 | 118,00 | 0,00 | 118,00 | 0,00 |
| 6262 | COMUNICAÇAO | 0,00 | 0,00 | 686,61 | 0,00 | 686,61 | 0,00 |
| 62620 | Comunicacao - 00 | 0,00 | 0,00 | 686,61 | 0,00 | 686,61 | 0,00 |
| 6266 | DESPESAS DE REPRESENTAÇAO | 0,00 | 0,00 | 1.114,75 | 0,00 | 1.114,75 | 0,00 |
| 62669 | Despesas Representaçao - N/d | 0,00 | 0,00 | 1.114,75 | 0,00 | 1.114,75 | 0,00 |
| 6267 | LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO | 0,00 | 0,00 | 6,45 | 0,00 | 6,45 | 0,00 |
| 62670 | Limpeza Higiene Conforto - 00 | 0,00 | 0,00 | 6,45 | 0,00 | 6,45 | 0,00 |
| 68 | OUTROS GASTOS E PERDAS | 0,00 | 0,00 | 11,39 | 0,00 | 11,39 | 0,00 |
| 681 | IMPOSTOS | 0,00 | 0,00 | 11,39 | 0,00 | 11,39 | 0,00 |
| 6812 | IMPOSTOS INDIRECTOS | 0,00 | 0,00 | 11,39 | 0,00 | 11,39 | 0,00 |
| 68123 | IMPOSTO SELO | 0,00 | 0,00 | 11,39 | 0,00 | 11,39 | 0,00 |
| 681233 | Imposto Selo - Operações Bancárias | 0,00 | 0,00 | 11,39 | 0,00 | 11,39 | 0,00 |
| | **Total da Classe** | 39.826,27 | 15.908,51 | 55.791,86 | 15.908,51 | 47.783,86 | 7.900,51 |
| **Rendimentos** | | | | | | | |
| 71 | VENDAS | 0,00 | 0,00 | 32,50 | 11.185,30 | 0,00 | 11.152,80 |
| 711 | MERCADORIAS | 0,00 | 0,00 | 32,50 | 11.185,30 | 0,00 | 11.152,80 |
| 7110 | Venda Mercadorias - 00 | 0,00 | 0,00 | 32,50 | 11.185,30 | 0,00 | 11.152,80 |
| 72 | PRESTAÇOES DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.870,46 | 0,00 | 2.870,46 |
| 721 | SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250,00 | 0,00 | 250,00 |
| 7210 | Serviços Prestados-Formação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250,00 | 0,00 | 250,00 |
| 723 | QUOTAS DOS UTILIZADORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.620,46 | 0,00 | 2.620,46 |
| 7230 | Quotas-00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.620,46 | 0,00 | 2.620,46 |
| 75 | SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36.673,11 | 0,00 | 36.673,11 |

**Balancete Analítico**

**Regularização a Regularização** **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas: 11 a 89 512017751 Exercicio de **2017**

| | | Período | | Acumulado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Conta | Nome | Débito | Crédito | Débito | Crédito | Saldo Devedor | Saldo Credor |
| 751 | SUBS. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36.423,11 | 0,00 | 36.423,11 |
| 7513 | Câmara Municipal Angra do Heroísmo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.842,61 | 0,00 | 13.842,61 |
| 7514 | Outras entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.200,00 | 0,00 | 3.200,00 |
| 7515 | Direcção Regional da Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.380,50 | 0,00 | 19.380,50 |
| 753 | DOAÇÕES E HERANÇAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250,00 | 0,00 | 250,00 |
| 7530 | Donativos recebidos Particulares - 00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 7531 | Donativos recebidos Instituições - 00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150,00 | 0,00 | 150,00 |
| | **Total da Classe** | 0,00 | 0,00 | 32,50 | 50.728,87 | 0,00 | 50.696,37 |
| **Resultados** | | | | | | | |
| 81 | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.341,46 | 0,00 | 6.341,46 |
| 818 | Resultado Líquido | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.341,46 | 0,00 | 6.341,46 |
| | **Total da Classe** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.341,46 | 0,00 | 6.341,46 |
| | **Totais Balancete** | 87.553,05 | 87.553,05 | 258.012,82 | 258.012,82 | 83.326,00 | 83.326,00 |

**Balancete Analítico**

**Apuramento a Apuramento** **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas: 11 a 89 512017751 Exercicio de **2017**

| Conta | Nome | Período Débito | Período Crédito | Acumulado Débito | Acumulado Crédito | Saldo Devedor | Saldo Credor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Meios financeiros liquidos** | | | | | | | |
| 11 | CAIXA | 0,00 | 0,00 | 26,00 | 60,06 | 0,00 | 34,06 |
| 111 | Caixa Principal | 0,00 | 0,00 | 26,00 | 60,06 | 0,00 | 34,06 |
| 12 | DEPÓSITOS À ÒRDEM | 0,00 | 0,00 | 67.134,32 | 53.516,44 | 13.617,88 | 0,00 |
| 121 | CGD - Caixa Geral de Depósitos | 0,00 | 0,00 | 256,66 | 0,00 | 256,66 | 0,00 |
| 122 | CEM-Caixa Económica da Misericórdia | 0,00 | 0,00 | 66.877,66 | 53.516,44 | 13.361,22 | 0,00 |
| | **Total da Classe** | 0,00 | 0,00 | 67.160,32 | 53.576,50 | 13.617,88 | 34,06 |
| **Contas a receber e a pagar** | | | | | | | |
| 21 | CLIENTES E UTENTES | 0,00 | 0,00 | 15,75 | 0,00 | 15,75 | 0,00 |
| 211 | CLIENTES E UTENTES C/C | 0,00 | 0,00 | 15,75 | 0,00 | 15,75 | 0,00 |
| 2111 | CLIENTES GERAIS | 0,00 | 0,00 | 15,75 | 0,00 | 15,75 | 0,00 |
| 211188 | FRA Culturais-Fundo Ação Cultural | 0,00 | 0,00 | 15,75 | 0,00 | 15,75 | 0,00 |
| 22 | FORNECEDORES | 0,00 | 0,00 | 46.599,94 | 40.631,35 | 6.000,00 | 31,41 |
| 221 | FORNECEDORES C/C | 0,00 | 0,00 | 46.599,94 | 40.631,35 | 6.000,00 | 31,41 |
| 2211 | FORNECEDORES GERAIS | 0,00 | 0,00 | 46.599,94 | 40.631,35 | 6.000,00 | 31,41 |
| 22112 | CTT- Correios de Portugal | 0,00 | 0,00 | 204,11 | 204,11 | 0,00 | 0,00 |
| 22115 | Escritório Digital - Representações, Lda | 0,00 | 0,00 | 981,45 | 981,45 | 0,00 | 0,00 |
| 221113 | EDA- Electricidade dos Açores, S.A. | 0,00 | 0,00 | 95,82 | 95,82 | 0,00 | 0,00 |
| 221114 | SMAH - Serviços Municipalizados de AH | 0,00 | 0,00 | 125,75 | 125,75 | 0,00 | 0,00 |
| 221119 | Repapraia, Lda. | 0,00 | 0,00 | 141,64 | 141,64 | 0,00 | 0,00 |
| 221123 | Laser 2011 - Centro de Cópias, Lda. | 0,00 | 0,00 | 81,42 | 81,42 | 0,00 | 0,00 |
| 221127 | Diário Insular-Soc.Terceirense Publicida | 0,00 | 0,00 | 14.721,20 | 14.721,20 | 0,00 | 0,00 |
| 221146 | Bentrans - Carga e Transitários, S.A. | 0,00 | 0,00 | 31,86 | 31,86 | 0,00 | 0,00 |
| 221153 | EMATER - Empr.Abastecedora Merc.Terc.SA | 0,00 | 0,00 | 6,54 | 6,54 | 0,00 | 0,00 |
| 2211111 | Adriano G figueiredo & Cia, Lda | 0,00 | 0,00 | 104,65 | 104,65 | 0,00 | 0,00 |
| 2211114 | loja das molduras | 0,00 | 0,00 | 29,15 | 29,15 | 0,00 | 0,00 |
| 2211120 | Tipografia Moderna | 0,00 | 0,00 | 469,05 | 469,05 | 0,00 | 0,00 |
| 2211121 | Vodafone | 0,00 | 0,00 | 325,93 | 357,34 | 0,00 | 31,41 |
| 2211127 | Turangra | 0,00 | 0,00 | 828,64 | 828,64 | 0,00 | 0,00 |
| 2211130 | Agencia Teles | 0,00 | 0,00 | 390,35 | 390,35 | 0,00 | 0,00 |
| 2211131 | Gonçalo Mesquita Vasconcelos e Sousa | 0,00 | 0,00 | 380,00 | 380,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2211133 | OneGreat; Unp. lda | 0,00 | 0,00 | 1.563,50 | 1.563,50 | 0,00 | 0,00 |
| 2211134 | Brigida Pamplona Meireles | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 |
| 2211135 | COINGRA - Companhia Gráfica dos Açores, Lda | 0,00 | 0,00 | 6.771,76 | 6.771,76 | 0,00 | 0,00 |
| 2211137 | Angra Hotel Garden | 0,00 | 0,00 | 1.926,00 | 1.926,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2211143 | Romeiro e Martins, Lda | 0,00 | 0,00 | 528,80 | 528,80 | 0,00 | 0,00 |
| 2211149 | Nova Gráfica, Lda | 0,00 | 0,00 | 10.171,20 | 10.171,20 | 0,00 | 0,00 |
| 2211150 | João Henrique Ferreira Ramos | 0,00 | 0,00 | 501,50 | 501,50 | 0,00 | 0,00 |
| 2211151 | Tercargo Transitários, SA | 0,00 | 0,00 | 219,62 | 219,62 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS | 0,00 | 89,18 | 132,54 | 221,72 | 0,00 | 89,18 |
| 241 | IMPOSTO S/RENDIMENTO | 0,00 | 89,18 | 132,54 | 221,72 | 0,00 | 89,18 |
| 2414 | Autoliquidação IR | 0,00 | 89,18 | 132,54 | 221,72 | 0,00 | 89,18 |
| | **Total da Classe** | 0,00 | 89,18 | 46.748,23 | 40.853,07 | 6.015,75 | 120,59 |
| **Inventários e ativos biológicos** | | | | | | | |
| 31 | COMPRAS | 0,00 | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 311 | MERCADORIAS | 0,00 | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 3110 | Recebimento Mercadorias - 00 | 0,00 | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | MERCADORIAS (INVENTÁRIOS) | 0,00 | 0,00 | 23.916,51 | 8.008,00 | 15.908,51 | 0,00 |
| 323 | Mercadorias - NA | 0,00 | 0,00 | 23.916,51 | 8.008,00 | 15.908,51 | 0,00 |
| 33 | MAT.PRIMAS, SUBSID. CONSUMO (INVENTARI) | 0,00 | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 331 | MATÉRIAS-PRIMAS (INVENTARIOS) | 0,00 | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 3313 | Mat Primas - NA | 0,00 | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| | **Total da Classe** | 0,00 | 0,00 | 87.553,05 | 71.644,54 | 15.908,51 | 0,00 |
| **Fundos patrimoniais** | | | | | | | |
| 51 | FUNDOS PATRIMONIAIS | 0,00 | 0,00 | 726,86 | 7.491,13 | 0,00 | 6.764,27 |
| 511 | FUNDOS | 0,00 | 0,00 | 726,86 | 7.491,13 | 0,00 | 6.764,27 |
| 5111 | Fundos Associação | 0,00 | 0,00 | 726,86 | 7.491,13 | 0,00 | 6.764,27 |
| 56 | RESULTADOS TRANSITADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.306,66 | 0,00 | 11.306,66 |
| 561 | Resultados Transit. Exerc. Anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.306,66 | 0,00 | 11.306,66 |

**Balancete Analítico**

**Apuramento a Apuramento** **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas: 11 a 89 512017751 Exercicio de **2017**

| Conta | Nome | Período Débito | Período Crédito | Acumulado Débito | Acumulado Crédito | Saldo Devedor | Saldo Credor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 59 | OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 251,26 | 0,00 | 251,26 |
| 594 | DOAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 251,26 | 0,00 | 251,26 |
| 5941 | Outras Variaçoes de Fundos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 251,26 | 0,00 | 251,26 |
| | **Total da Classe** | 0,00 | 0,00 | 726,86 | 19.049,05 | 0,00 | 18.322,19 |
| **Gastos** | | | | | | | |
| 61 | CUSTO MERC.VENDIDAS/MAT.CONSUMIDAS | 7.900,51 | 31.818,27 | 47.726,78 | 47.726,78 | 0,00 | 0,00 |
| 611 | Custo Mercadorias Vendidas | 7.900,51 | 0,00 | 15.908,51 | 15.908,51 | 0,00 | 0,00 |
| 612 | Custo Materias Primas Consumidas | 0,00 | 31.818,27 | 31.818,27 | 31.818,27 | 0,00 | 0,00 |
| 62 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | 0,00 | 15.954,20 | 15.954,20 | 15.954,20 | 0,00 | 0,00 |
| 622 | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS | 0,00 | 8.360,82 | 8.360,82 | 8.360,82 | 0,00 | 0,00 |
| 6221 | TRABALHOS ESPECIALIZADOS | 0,00 | 5.234,00 | 5.234,00 | 5.234,00 | 0,00 | 0,00 |
| 62210 | Trabalhos Especializados - 00 | 0,00 | 5.234,00 | 5.234,00 | 5.234,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6222 | PUBLICIDADE E PROPAGANDA | 0,00 | 2.200,96 | 2.200,96 | 2.200,96 | 0,00 | 0,00 |
| 62220 | Publicidade Propaganda - 00 | 0,00 | 2.200,96 | 2.200,96 | 2.200,96 | 0,00 | 0,00 |
| 6224 | HONORARIOS | 0,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 0,00 | 0,00 |
| 62240 | Honorários - 00 | 0,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6226 | CONSERVAÇAO E REPARAÇAO | 0,00 | 578,85 | 578,85 | 578,85 | 0,00 | 0,00 |
| 62260 | Conservaçao e Reparaçao - 00 | 0,00 | 578,85 | 578,85 | 578,85 | 0,00 | 0,00 |
| 6228 | OUT.SERV.ESPECIALIZADOS | 0,00 | 97,01 | 97,01 | 97,01 | 0,00 | 0,00 |
| 62280 | Out.Serv.especializados - 00 | 0,00 | 97,01 | 97,01 | 97,01 | 0,00 | 0,00 |
| 623 | MATERIAIS | 0,00 | 2.235,71 | 2.235,71 | 2.235,71 | 0,00 | 0,00 |
| 6231 | FERRAMENTAS E UTENSILIOS DESG.RÁPIDO | 0,00 | 107,32 | 107,32 | 107,32 | 0,00 | 0,00 |
| 62311 | Ferramentas e Utensilios - RA | 0,00 | 107,32 | 107,32 | 107,32 | 0,00 | 0,00 |
| 6233 | MATERIAL DE ESCRITORIO | 0,00 | 1.493,74 | 1.493,74 | 1.493,74 | 0,00 | 0,00 |
| 62330 | Material de Escritorio - 00 | 0,00 | 1.493,74 | 1.493,74 | 1.493,74 | 0,00 | 0,00 |
| 6234 | ARTIGOS P/ OFERTA | 0,00 | 634,65 | 634,65 | 634,65 | 0,00 | 0,00 |
| 62343 | Artigos p/ Oferta - NA | 0,00 | 634,65 | 634,65 | 634,65 | 0,00 | 0,00 |
| 624 | ENERGIA E FLUIDOS | 0,00 | 211,39 | 211,39 | 211,39 | 0,00 | 0,00 |
| 6241 | ELECTRICIDADE | 0,00 | 95,82 | 95,82 | 95,82 | 0,00 | 0,00 |
| 62410 | Elecricidade - 00 | 0,00 | 95,82 | 95,82 | 95,82 | 0,00 | 0,00 |
| 6243 | AGUA | 0,00 | 115,57 | 115,57 | 115,57 | 0,00 | 0,00 |
| 62430 | Água - 00 | 0,00 | 115,57 | 115,57 | 115,57 | 0,00 | 0,00 |
| 625 | DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES | 0,00 | 3.220,47 | 3.220,47 | 3.220,47 | 0,00 | 0,00 |
| 6251 | DESLOCAÇOES E ESTADAS | 0,00 | 2.807,49 | 2.807,49 | 2.807,49 | 0,00 | 0,00 |
| 62510 | Deslocaçoes e Estadas - 00 | 0,00 | 2.807,49 | 2.807,49 | 2.807,49 | 0,00 | 0,00 |
| 6253 | TRANSPORTES DE MERCADORIAS | 0,00 | 412,98 | 412,98 | 412,98 | 0,00 | 0,00 |
| 62530 | Transportes de Mercadorias - 00 | 0,00 | 412,98 | 412,98 | 412,98 | 0,00 | 0,00 |
| 626 | SERVIÇOS DIVERSOS | 0,00 | 1.925,81 | 1.925,81 | 1.925,81 | 0,00 | 0,00 |
| 6261 | RENDAS E ALUGUERES | 0,00 | 118,00 | 118,00 | 118,00 | 0,00 | 0,00 |
| 62610 | Rendas e Alugueres - 00 | 0,00 | 118,00 | 118,00 | 118,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6262 | COMUNICAÇAO | 0,00 | 686,61 | 686,61 | 686,61 | 0,00 | 0,00 |
| 62620 | Comunicacao - 00 | 0,00 | 686,61 | 686,61 | 686,61 | 0,00 | 0,00 |
| 6266 | DESPESAS DE REPRESENTAÇAO | 0,00 | 1.114,75 | 1.114,75 | 1.114,75 | 0,00 | 0,00 |
| 62669 | Despesas Representaçao - N/d | 0,00 | 1.114,75 | 1.114,75 | 1.114,75 | 0,00 | 0,00 |
| 6267 | LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO | 0,00 | 6,45 | 6,45 | 6,45 | 0,00 | 0,00 |
| 62670 | Limpeza Higiene Conforto - 00 | 0,00 | 6,45 | 6,45 | 6,45 | 0,00 | 0,00 |
| 68 | OUTROS GASTOS E PERDAS | 0,00 | 11,39 | 11,39 | 11,39 | 0,00 | 0,00 |
| 681 | IMPOSTOS | 0,00 | 11,39 | 11,39 | 11,39 | 0,00 | 0,00 |
| 6812 | IMPOSTOS INDIRECTOS | 0,00 | 11,39 | 11,39 | 11,39 | 0,00 | 0,00 |
| 68123 | IMPOSTO SELO | 0,00 | 11,39 | 11,39 | 11,39 | 0,00 | 0,00 |
| 681233 | Imposto Selo - Operações Bancárias | 0,00 | 11,39 | 11,39 | 11,39 | 0,00 | 0,00 |
| | **Total da Classe** | 7.900,51 | 47.783,86 | 63.692,37 | 63.692,37 | 0,00 | 0,00 |
| **Rendimentos** | | | | | | | |
| 71 | VENDAS | 11.152,80 | 0,00 | 11.185,30 | 11.185,30 | 0,00 | 0,00 |
| 711 | MERCADORIAS | 11.152,80 | 0,00 | 11.185,30 | 11.185,30 | 0,00 | 0,00 |
| 7110 | Venda Mercadorias - 00 | 11.152,80 | 0,00 | 11.185,30 | 11.185,30 | 0,00 | 0,00 |
| 72 | PRESTAÇOES DE SERVIÇOS | 2.870,46 | 0,00 | 2.870,46 | 2.870,46 | 0,00 | 0,00 |
| 721 | SERVIÇOS | 250,00 | 0,00 | 250,00 | 250,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7210 | Serviços Prestados-Formação | 250,00 | 0,00 | 250,00 | 250,00 | 0,00 | 0,00 |
| 723 | QUOTAS DOS UTILIZADORES | 2.620,46 | 0,00 | 2.620,46 | 2.620,46 | 0,00 | 0,00 |
| 7230 | Quotas-00 | 2.620,46 | 0,00 | 2.620,46 | 2.620,46 | 0,00 | 0,00 |
| 75 | SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO | 36.673,11 | 0,00 | 36.673,11 | 36.673,11 | 0,00 | 0,00 |

**Balancete Analítico**

**Apuramento a Apuramento** **564 Instituto Historico da Ilha Terceira**

Contas: 11 a 89 512017751 Exercicio de **2017**

| | | Período | | Acumulado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Conta | Nome | Débito | Crédito | Débito | Crédito | Saldo Devedor | Saldo Credor |
| 751 | SUBS. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS | 36.423,11 | 0,00 | 36.423,11 | 36.423,11 | 0,00 | 0,00 |
| 7513 | Câmara Municipal Angra do Heroísmo | 13.842,61 | 0,00 | 13.842,61 | 13.842,61 | 0,00 | 0,00 |
| 7514 | Outras entidades | 3.200,00 | 0,00 | 3.200,00 | 3.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7515 | Direcção Regional da Cultura | 19.380,50 | 0,00 | 19.380,50 | 19.380,50 | 0,00 | 0,00 |
| 753 | DOAÇÕES E HERANÇAS | 250,00 | 0,00 | 250,00 | 250,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7530 | Donativos recebidos Particulares - 00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7531 | Donativos recebidos Instituições - 00 | 150,00 | 0,00 | 150,00 | 150,00 | 0,00 | 0,00 |
| | **Total da Classe** | 50.696,37 | 0,00 | 50.728,87 | 50.728,87 | 0,00 | 0,00 |
| **Resultados** | | | | | | | |
| 81 | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 50.874,73 | 61.598,57 | 50.874,73 | 67.940,03 | 0,00 | 17.065,30 |
| 811 | Resultado Antes de Impostos | 50.696,37 | 50.696,37 | 50.696,37 | 50.696,37 | 0,00 | 0,00 |
| 812 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO | 89,18 | 89,18 | 89,18 | 89,18 | 0,00 | 0,00 |
| 8121 | Imposto Estimado para o Período | 89,18 | 89,18 | 89,18 | 89,18 | 0,00 | 0,00 |
| 818 | Resultado Líquido | 89,18 | 10.813,02 | 89,18 | 17.154,48 | 0,00 | 17.065,30 |
| | **Total da Classe** | 50.874,73 | 61.598,57 | 50.874,73 | 67.940,03 | 0,00 | 17.065,30 |
| | **Totais Balancete** | 109.471,61 | 109.471,61 | 367.484,43 | 367.484,43 | 35.542,14 | 35.542,14 |

# RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, associação cultural sem fins lucrativos, apresentou as suas contas do exercício de 2017, elaboradas com o apoio do gabinete de Contabilidade de Eduardo Godinho Rocha, Unipessoal, Ldª.

Examinadas as contas e a documentação em que se basearam, o Conselho entende que se encontram corretamente elaboradas, acusando uma melhoria da situação financeira do Instituto, devido aos apoios recebidos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Direção Regional da Cultura bem como aos cuidados administrativos da Mesa.

Angra do Heroísmo, 13 de Abril de 2018

Presidente
*Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino*

Vogal
*José Guilherme Reis Leite*

Vogal
*Francisco dos Reis Maduro-Dias*

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA**
**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
*Gabinete da Presidência*

Exmo. Senhor
Presidente da Direção
do Instituto Histórico da ilha Terceira
Ladeira de S. Francisco, 9
**9700-181 ANGRA DO HEROÍSMO**

| **Sua referência** | **Sua comunicação** | **Nossa referência** | **Horta,** 178308-05-18 |
|---|---|---|---|
| | | Proc.º 28.07/56/XI | |

**ASSUNTO: VOTO DE CONGRATULAÇÃO – 75 ANOS DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA**

Encarrega-me Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de enviar a V. Exa. um Voto de Congratulação, aprovado por unanimidade, sobre proposta do Partido Socialista, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 19 de abril de 2018.

Com os melhores cumprimentos.

P' O Chefe do Gabinete,

João Pedro Terra Garcia

JG/bt

Rua Marcelino Lima - 9901-858 HORTA
Site: www.alra.pt - email: geral@alra.pt - Tel. 292 207 600 - Fax. 292 293 798

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
*Gabinete da Presidência*

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Instituto Histórico da Ilha Terceira é uma associação cultural de natureza privada, dedicada à investigação e divulgação da História dos Açores, fundada em Angra do Heroísmo, em 1942, por iniciativa de um grupo de vinte sócios, que foram os primeiros membros efetivos da academia, congregando um grupo heterogéneo de individualidades com percursos culturais, sociais e políticos muito diversos, mas com uma participação cívica e cultural muito ativas e relevantes.

Foram seus fundadores, Cândido Pamplona Forjaz, Elmiro Borges da Costa Mendes, Francisco Coelho Maduro Dias, Francisco Garcia da Rosa, Francisco Lourença Valadão, Frederico Lopes da Silva, Gervásio Lima, Henrique Brás, João Carlos da Costa Moniz, Joaquim Esteves Lourenço, Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, José Agostinho, José Augusto Pereira, Luís da Silva Ribeiro, Manuel Cardoso do Couto, Manuel de Sousa Meneses, Miguel Cristóvão de Araújo, Raimundo Belo, Ramiro Machado e Teotónio Machado Pires.

Na génese do Instituto Histórico da Ilha Terceira ressaltam os nomes de Luís da Silva Ribeiro e o de José Agostinho, com nome e obra publicada em Etnografia, em História e em Ciências da Natureza, a que associavam uma atividade como estudiosos da realidade açoriana e desenvolviam importante ação de divulgação científica através de conferências e da publicação de artigos de caráter científico na imprensa e no Rádio Clube de Angra.

Todos os demais fundadores eram quase todos licenciados pela Universidades portuguesas ou pelas Pontifícias de Roma, no caso dos sacerdotes, e os militares com formação superior nas respetivas Academias Militares.

Impõe-se referir que alguns dos sócios não tendo formação universitária, contudo, eram autodidatas de reconhecido mérito e competência na atividade literária, artística e jornalística local.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
*Gabinete da Presidência*

Foram eles, Maduro Dias, Gervásio Lima, João Carlos Moniz, José Augusto Pereira, Raimundo Belo e Luís Machado Drumond.

No Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, de 1940 a 1947, os "Serviços Distritais" previstos não incluíam os assuntos culturais. Foi este grupo de cidadãos, que sentiram e assumiram as responsabilidades pessoais no campo da cultura, que revitalizaram o panorama cultural açoriano na década de 1940, em particular na cidade de Angra do Heroísmo.

A sua criação foi pioneira.

No ano seguinte, criava-se o Instituto Cultural de Ponta Delgada e, alguns anos mais tarde, o Núcleo Cultural da Horta. Posteriormente, veio-se depois a juntar o Instituto Açoriano de Cultura, em Angra do Heroísmo.

O Instituto Histórico da Ilha Terceira desenvolveu a sua atividade em duas áreas principais: a investigação histórica e etnográfica.

Publica um boletim anual, o *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, edita obras de caráter histórico e etnográfico e promove a realização de eventos culturais, muitos com projeção internacional.

Em 1995, com a presença do Presidente da República de Portugal, realizou um congresso subordinado à temática *O Mundo do Infante D. Henrique*, que foi a contribuição da Região Autónoma dos Açores para as comemorações do centenário henriquino.

Teve um papel relevante e determinante na condução do processo que levou à inclusão da Zona Central de Angra do Heroísmo na lista do Património Mundial da UNESCO, num processo que decorreu nos anos de 1981 a 1983, na sequência dos efeitos do Terramoto de 1980, como teve um papel importante nas ações de conservação do património reconstruído.

Os Estatutos e o Regulamento Interno foram reformulados em 1985 de modo a adaptá-los à nova realidade autonómica - com o desaparecimento dos antigos distritos - mas preservando o essencial da associação e o voluntariado dos seus

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
*Gabinete da Presidência*

membros. E, em 19 de novembro de 2014, houve nova remodelação dos Estatutos e do Regulamento Interno, alargando o âmbito dos seus fins e aumentando o número de vagas dos sócios efetivos.

O Instituto Histórico da Ilha Terceira tem a sua sede numa dependência do antigo Convento de São Francisco, em Angra do Heroísmo.

No dia 5 de junho de 2017 o Instituto Histórico da Ilha Terceira foi agraciado com a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e no mesmo ano recebeu a Medalha de Mérito Cultural atribuída pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Congratulação pela passagem dos 75 Anos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 19 de abril de 2018.

A Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Ana Luísa Pereira Luís

# ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não se encontrar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos dos números 1 e 4 do Artigo 11.º dos Estatutos desta instituição.

Estiveram presentes os sócios efetivos Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, Hélder Manuel Cardoso da Fonseca Mendes, João de Brito do Carmo de Meneses, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz, Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila, Maria Manuel Velásquez Ribeiro, Marta Sofia Ferreira Bretão Correia, Ricardo Madruga da Costa e Vítor Batista Medeiros Brasil. Os sócios Jácome de Bruges Bettencourt, António Félix Rodrigues, José Guilherme Reis Leite, Valdemar Mota, Nuno Martins, Miguel Cunha, Marta Barcelos, Maria Antonieta Costa, bem como o Governador do Castelo de S. João Batista justificaram as suas ausências.

Após leitura e aprovação da ata da reunião anterior, deu-se início à reunião, de acordo com os pontos agendados.

1. Apresentação, apreciação, discussão e eventual aprovação do relatório de atividades do ano 2016.
2. Apresentação, apreciação, discussão e eventual aprovação da conta de gerência do ano 2016.
3. Aditamento ao Plano de atividades do ano 2017 e sua apresentação, apreciação, discussão e eventual aprovação.

O Presidente justificou o atraso na apresentação do relatório que deveria ter sido apresentado até ao dia 15 de fevereiro, conforme previsto no regulamento interno, pelo facto do relatório da contabilidade ter sido entregue tardiamente. Neste sentido, o Presidente propôs que a data de apresentação do mesmo fosse alterada para finais de março. Após leitura dos principais pontos, o aludido relatório – previamente distribuído pelos presentes –, foi discutido e aprovado.

O Presidente, na ausência do Tesoureiro, fez a apresentação do relatório de contas, destacando a colaboração da CMAH, como principal entidade financiadora do IHIT, que viabiliza a sua atividade. O conselho fiscal deu parecer favorável às contas apresentadas. O relatório e contas de 2016 foram aprovados por unanimidade.

No que respeita à candidatura do projeto *Collectio* à GRATER, o sócio Vítor Brasil informou os presentes que o projeto não foi considerado de interesse cultural, de acordo com os pareceres dos técnicos da direção regional da cultura, tendo sido remetido pela direção da GRATER para apreciação.

O sócio Hélder da Fonseca Mendes sugeriu que as comunicações dos sócios, realizadas na sede do IHIT passassem a ser publicadas no boletim.

O Presidente lembrou que em dezembro do corrente ano o IHIT comemora 75 anos de atividade, devendo ser incluído, no Plano de actividades, as comemorações alusivas à data. Os sócios presentes concordaram e alguns apresentaram sugestões tais como a criação de um diploma de sócio e o lançamento de uma medalha comemorativa, a criação de uma galeria de retratos dos sócios fundadores, a promoção de uma reunião (conferência) com outros institutos culturais açorianos como o intuito de se refletir sobre a atividade e as dificuldades de sobrevivência (sustentabilidade) dos mesmos. A sócia Maria Manuel Velásquez Ribeiro sugeriu que se faça uma publicação do contributo do IHIT para a histografia açoriana.

O plano de atividades foi aprovado.

Foi apresentado o cartaz do colóquio comemorativo dos 400 anos do Martírio de João Batista Machado que terá lugar nos próximos dias 25 e 26 de maio, conforme programa remetido aos sócios.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual, e para constar, se lavrou a presenta ata que, após lida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente
*João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes*

A Secretária
*Marta Sofia Ferreira Bretão Correia*

O Tesoureiro
*Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt*

# ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2017

Aos sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não se encontrarem presentes a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos dos números 2 e 4 do Artigo 11.º dos Estatutos deste Instituto.

Compareceram à reunião os sócios efetivos Alfredo Borba, Álvaro Monjardino, António Félix Rodrigues, Duarte Rosa, Hélder da Fonseca Mendes, Jácome de Bruges Bettencourt, João Maria Mendes, João Madruga, José Olívio Rocha, Leandro Ávila, Maria Antonieta Costa, Maria Helena Ormonde, Maria Manuel Velásquez, Marta Bretão e Ricardo Madruga da Costa. Os sócios Jorge Forjaz, José Avelino Santos, José Parreira e Álamo Meneses justificaram a suas ausências.

Antes da ordem do dia, foi apresentado pelo Presidente os votos de pesar pelo falecimento dos nossos consócios Padre José Carlos Simplício e Doutor Mário Cabral, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Após leitura e aprovação da ata da reunião anterior, deu-se início à reunião, de acordo com os pontos agendados.

Previamente, foi apresentada pela Mesa uma lista de nomes a propor para as diferentes categorias de sócios, tendo sido sugeridos pelos presentes, conforme previsto nos Estatutos, mais alguns nomes a propor.

Procedeu-se à eleição de sócios por escrutínio secreto nas diferentes categorias, tendo sido eleitos os seguintes sócios:

Honorários: D. Carlos Moreira Azevedo e Doutora Manuela Mendonça.

Efetivos: Dr. Pedro Corvelo, Dra. Cláudia Cardoso e Dra. Paula Romão.

Foram eleitos como sócios correspondentes (anteriores sócios subscritores) os Dr. Fernando Faria Ribeiro, Dra. Gertrudes Brito do Rio, Eng.º Humberto Oliveira e Professor Doutor José Manuel Monteiro da Silva, tendo igualmente sido eleitos nesta categoria, e caso aceitem a nomeação, os novos sócios Eng.º António de Mattos e Silva, Dr. Aurélio Henrique Franco da Fonseca, Doutor Pe. Diniz Manuel Branco Silveira, Dr. Dionísio Mendes de Sousa, Dra. Filipa Magalhães, Dra. Filipa Silva, Francisco Jorge da Silva Ferreira, Doutor Pe. Hélder Miranda Alexandre, Prof. Doutor José Ferreira Coelho,

Dr. D. Marcus Noronha da Costa, Dr. Mário Damiense de Carvalho Toste, Eng.º Paulo Barcelos, Dr. Paulo Lourenço Paim de Barcelos, Paulo Mendonça, Dr. Ramiro Silva, Dra. Tânia Isabel Paim da Silva, sr. Victor Manuel da Silva Cardoso, Prof. Doutor Vitor Serrão, Prof. Doutor José H. Ornelas, Dr. Edward Ayres de Abreu, sr. António Mendes e Dr. João Paulo Constância.

Foi comunicado pela Mesa a admissão, como sócio subscritor, de Jorge Manuel Rocha Vicetto, admitido na reunião de 1 de setembro.

O Presidente informou que o sócio efetivo Professor Doutor Nuno Martins passa à categoria de sócio supranumerário, por passar a residir permanentemente fora da ilha Terceira.

De acordo com o artigo 3.º, n.º 3 dos Estatutos do IHIT, por falta de pagamento de quotas, desinteresse manifesto na participação da vida da instituição ou por desconhecimento de paradeiro, contacto postal ou telefónico, bem como por devolução permanente dos boletins, foi colocada à consideração dos presentes alguns nomes para exclusão da qualidade de sócios.

Após discussão e votação, foram excluídos os seguintes sócios correspondentes: Dra. Ana Maria Pereira Ferreira, Dr. António Dias Farinha, Dr. Celestino Sachetti, Doutor Douglas Wheeler, Prof. Doutor Francisco Eugénio dos Santos, Prof. Doutor George Monteiro, Doutor Manuel Lobo Cabrera, Doutora Maria da Conceição Castro Ramos, Doutora Maria Augusta Lima Cruz, Doutor Nereu do Vale Pereira e Prof. Doutor Paulo Drummond Braga, tendo também sido excluídos os sócios subscritores Alexandre Alberto de Serpa Burmester, Dr. João Fonseca Barata, Dr. José Maria Raposo Lopes de Araújo, Manuel António Faria Resendes, Dr. Manuel Caçoilo Fidalgo, Prof. Manuel Gregório Ataíde, Dr. Manuel Miguel Vieira e Silva, Dra. Maria Benedita Aires de Araújo, Mário João Rodrigues e Prof. Paulina da Encarnação Azevedo Borges. Mesmo assim, a Mesa comprometeu-se a fazer mais um e último contato com os consócios acima citados a perguntar se pretendem continuar como associados.

Foram ainda tratados outros assuntos de que se dão nota.

O IHIT foi agraciado no dia da Região (5 de junho) com a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico e com a Medalha de Mérito Cultural do Município Angrense, atribuída a 21 de agosto na cerimónia comemorativa dos 483 anos da elevação de Angra a cidade.

Foram emprestadas à Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro o primeiro livro de atas e uma cadeira do IHIT para a exposição sobre o Dr. Luís da Silva Ribeiro.

Encontra-se em fase de preparação o Boletim de 2017.

O livro da Dra. Berta Tavares "*Uma Neutralidade Atenta*" como se esgotou rapidamente, a Mesa encontra-se a estudar a possibilidade da sua reedição, desde que na capa contenha os logotipos da Região e dos IHIT.

Encontra-se na Nova Gráfica a impressão da obra *As 18 Paróquias de Angra*, de Pedro de Merelim.

Continua a recolha dos textos referentes às comunicações do Colóquio Comemorativo dos 400 anos do Martírio do Beato João Batista Machado.

Relativamente às Cerimónias Comemorativas dos 75 anos da fundação do IHIT foi apresentado aos sócios o seguinte programa provisório:

Realização de um ciclo de conferências entre os dias 9 de dezembro (data da aprovação dos Estatutos pelo Governador Civil) de 2017 e 7 de junho (1ª reunião formal) de 2018.

Sessão inaugural no dia 9 de dezembro, a ter lugar nos Passos da Junta Geral, sendo oradora convidada a Presidente da Academia Portuguesa da História, Professora Doutora Manuela Mendonça.

Criação de um Diploma e um cartão de sócio.

Estão a ser desenvolvidas as restantes propostas apresentadas na reunião anterior.

O Presidente informou aos presentes que terá lugar amanhã, na sede do IHIT, uma conferência pelo Prof. Doutor Emilio Custodio Gimena, Professor da Universidade Politécnica da Catalunha e Sócio correspondente da Real Academia de Ciências Exactas, Físicas e Naturales de Espanha intitulada "Etapas de los intentos de resolución del problema del agua en Canarias en función de la agricultura y el turismo: una lucha contra la sustentabilidade".

A Palestra a proferir pelo Ministro da Defesa Prof. Doutor Azeredo Lopes encontra-se agendada para o próximo dia 18 de setembro e a Conferência por ocasião dos 100 anos da Revolução de Outubro de 1917, a proferir pelo Prof. Doutor Fernando Rosas, terá lugar no dia 10 de novembro.

Por fim, o Presidente informou que o IHIT candidatou aos apoios da DRaC 3 edições: livro dos *DART- uma Família Irlandesa nos Açores e no Mundo*, o livro do nosso sócio Vítor Brasil sobre abastecimento de água na cidade de Angra e a tese de Doutoramento de Monsenhor Saldanha e Albuquerque, aguardando-se a resposta a estas candidaturas.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual, e para constar, se lavrou a presenta ata que, após lida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente
*João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes*

A Secretária
*Marta Sofia Ferreira Bretão Correia*

O Tesoureiro
*Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt*

# ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não se encontrarem presentes a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos do número 3 do Artigo 11.º dos Estatutos e dos números 1, 3 e 4 do Artigo 5.º do Regulamento Interno deste Instituto.

Compareceram à reunião os sócios efetivos Alfredo Borba, Álvaro Monjardino, Assunção Melo, Duarte Rosa, Jácome de Bruges Bettencourt, João Maria Mendes, João Madruga, José Gabriel Álamo de Meneses, igualmente na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Angra, José Olívio Rocha, Leandro Ávila, Maria Manuel Velásquez Ribeiro, Marta Bretão, Paula Romão, Pedro Corvelo, Ricardo Madruga da Costa, Valdemar Mota e Vítor Brasil. Os sócios Cláudia Cardoso, Antonieta Costa, Marta Barcelos, Hélder Fonseca Mendes e Helena Ormonde justificaram as suas ausências.

Antecedendo o ato eleitoral, o Presidente deu as boas vindas, apresentando, os novos sócios efetivos presentes: Assunção Melo (eleita na reunião do dia 27.12. 2016), Pedro Corvelo e Paula Romão (eleitos na reunião do passado dia 7.09. 2017).

Após leitura e aprovação da ata da reunião anterior, e na sequência da mesma, o Presidente comunicou que os sócios honorários eleitos, D. Carlos Azevedo e Doutora Manuela Mendonça, aceitaram e agradeceram ao IHIT a sua eleição para esta categoria.

Os sócios eleitos efetivos, Pedro Corvelo, Cláudia Cardoso e Paula Romão, aceitaram igualmente a nomeação.

Quanto aos sócios correspondentes, aguarda-se a resposta de aceitação por parte de Filipa Silva, Edward Ayres de Abreu, Hélder Miranda e João Paulo Constância.

Relativamente aos sócios excluídos na mesma reunião, o Presidente informou que foi enviada uma carta a todos aqueles cuja morada foi encontrada com o fim de não subsistirem quaisquer dúvidas relativamente à vontade de quererem continuar como associados.

Responderam a dizer que estão interessados em continuar a ser associados do IHIT os sócios correspondentes Manuel Lobo Cabrera e Paulo Drumond Braga. Foi confirma-

do pela Conservatória do Registo Civil de Angra que o sócio Prof. Doutor António Dias Farinha havia falecido. O Prof. Doutor Donald Warrin respondeu a um mail enviado pelo nosso consócio Doutor Ricardo Madruga da Costa, que com ele mantém contato, a dizer que não queria continuar a ser sócio do IHIT por se encontrar reformado de todas as suas atividades.

Quanto aos associados subscritores, o sócio subscritor Manuel Gregório de Ataíde respondeu que queria continuar a pertencer ao Instituto e, pela Conservatória do Registo Civil de Angra foi confirmado o óbito do sócio Dr. Manuel Caçoilo Fidalgo.

Nesta circunstância, foi novamente confirmada, por unanimidade, a lista de exclusões já aprovada na reunião anterior.

Em seguida, o Presidente informou os presentes sobre a situação editorial do Instituto.

O livro da Dr.ª Berta Tavares *Uma neutralidade Atenta* esgotou rapidamente, de forma que a Mesa decidiu proceder a uma reimpressão da obra, constando na capa desta reedição os logotipos da Região Autónoma dos Açores e do IHIT.

O livro *As 18 Paróquias de Angra* encontra-se impresso, tendo sido realizada a apresentação pública no passado dia 6 de novembro, na CMAH, pelo coordenador desta 2.ª edição o nosso consócio Prof. Doutor Alfredo Borba.

Relativamente às atas do Coloquio Comemorativo dos 400 anos do Martírio do Beato João Batista Machado, encontra-se em fase de recolha das comunicações, continuando em falta a comunicação do Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa. Foi sugerido que seja indicado ao autor um prazo para a entrega do mesmo.

Já saiu o volume VI do Tomo II dos *Anais da Ilha Terceira*.

O Presidente apresentou os textos, e os respetivos autores, a publicar no Boletim de 2017. Esta edição será dedicada aos 75 da fundação do IHIT com textos dos antigos presidentes do IHIT. Integra, entre outos textos, um trabalho do sócio recentemente falecido, Mário Cabral, sobre o pensamento filosóficos das teses Wittenberg, bem como um texto relativo aos 150 anos do nascimento de Tomás de Borba, do nosso sócio Duarte Rosa. Serão publicadas notas necrológicas dos sócios falecidos e a relação das publicações que deram entrada no IHIT. Os sócios aprovaram os textos propostos. O sócio Ricardo Madruga da Costa sugeriu que as teses a integrar o Boletim fossem publicadas em edições separadas do Boletim, se o orçamento do IHIT assim o permitir.

Em seguida, os sócios foram informados dos eventos futuros do IHIT:

Dia da Unesco- 16 de novembro. O IHIT é parceiro associado da CMAH, da Escola Ferreira Drumond e da Biblioteca Pública nos diversos eventos a ter lugar em Angra.

No dia 26 de novembro (domingo) - abertura do III Colóquio do Atlântico. Serão apresentadas comunicações sobre a vida e a obra do terceirense Dr. Joaquim Maria da Silva, a ter lugar na sede do IHIT no dia 27 de novembro.

A 26 de novembro- concerto sinfónico comemorativo do nascimento da Padre Tomás de Borba, a ter lugar na Sé de Angra. O IHIT é parceiro deste evento.

A 27 de novembro- Conferência pelo Embaixador do Canadá em Lisboa intitulado "*CETA- Novas oportunidades Transatlânticas*", a ter lugar às 20.00 h no Salão nobre da CMAH.

Dia 9 de dezembro- sessão comemorativa da fundação do IHIT. A Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa da História, proferirá uma conferência. A sessão terá lugar nos Paços da Junta Geral.

O Presidente informou, ainda, que o projeto *Collectio*, da responsabilidade da sócia Maria Manuel Velásquez Ribeiro, apresentado à GRATER, foi recusado por não ser considerado de interesse cultural tecendo uma crítica aos responsáveis daquela associação local de não concordância com esta errada decisão e por crassa ignorância do que é cultura por parte daqueles decisores.

Passando ao ponto único da agenda de trabalhos que previa a eleição da Mesa e do Conselho Fiscal do IHIT para o biénio 2018-2019, o Presidente perguntou aos presentes se havia alguma lista candidata. Nenhum sócio quis apresentar qualquer lista e a atual Mesa declarou que não pretendia continuar.

Nesta circunstância, procedeu-se à votação uninominal para eleição do Presidente, por escrutínio secreto, conforme previsto no Regulamento Interno.

Depois de várias votações e apesar do Presidente ter manifestado a sua vontade de não continuar a exercer aquele cargo, após contagem dos boletins de voto, verificou-se a reeleição de João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes para o cargo de Presidente.

O Presidente perante os resultados das várias votações sucessivas resolveu aceitar a decisão dos sócios do IHIT, e usando da faculdade prevista no Regulamento Interno, perguntou aos anteriores membros da Mesa, Marta Bretão (secretária) e Jácome de Bruges Bettencourt (tesoureiro) se estariam disponíveis para integrar a nova Mesa, ao que os mesmos recusaram por razões profissionais e pessoais respetivamente.

Como tal, o Presidente suspendeu a sessão e reuniu com os associados que obtiveram maior número de votos e apresentou aos sócios presentes uma lista constituída pelos mesmos. A lista foi aceite e votada por unanimidade, por depósito de boletim em urna, tendo os novos sócios aceitado os cargos para os quais haviam sido eleitos.

Assim sendo, a Mesa do Instituto Histórico para o biénio 2018-2019 ficou assim constituída:

João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, cartão de cidadão nº 04579923, NIF 106700057, Presidente.

José Olívio Mendes Rocha, cartão de cidadão nº 07184692, NIF 170440478, Secretário.

Alfredo Emílio Silveira de Borba, cartão de cidadão nº 5214362 e NIF 152811311, Tesoureiro.

Ricardo Manuel Madruga da Costa, Presidente substituto.

Maria Manuel Velásquez Ribeiro, Secretária substituta.

Pedro Nuno Teixeira Corvelo, Tesoureiro substituto.

Relativamente ao concelho fiscal, por sugestão do Presidente, manteve-se inalterável:
Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, Presidente.
José Guilherme Reis Leite, 1º vogal.
Francisco dos Reis Maduro-Dias, 2º vogal.
Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, substituto.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Instituto deu por encerrada a reunião, da qual, e para constar, se lavrou a presenta ata que, após lida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente
*João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes*

A Secretária
*Marta Sofia Ferreira Bretão Correia*

O Tesoureiro
*Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt*

# NECROLOGIA

# PROFESSOR DOUTOR
# ANTÓNIO DIAS FARINHA

**Retificação e pedido de desculpas**

Retificamos a falsa notícia da morte do nosso consócio Professor Doutor António Dias Farinha que, felizmente, se encontra vivo.

Infelizmente, havia chegado à Mesa do IHIT a informação de que o Senhor Professor havia falecido.

Na impossibilidade de confirmar tal notícia junto de familiares que o IHIT não conhecia nem sabia existirem, tentou procurar a nefasta notícia junto de uma entidade oficial. Por desventura havia de fato falecido um cidadão com o mesmo nome do Senhor Professor o que nos ajudou a cair neste lamentável equívoco.

Ao Senhor Professor Doutor António Dias Farinha a Mesa do IHIT pede desculpa pela falsa notícia necrológica, desejando-lhe muitos anos de vida.

# ERMELINDO DOS SANTOS MACHADO ÁVILA

Lajes do Pico, 18 de setembro de 1915 a 25 de maio de 2018

Ermelindo Machado Ávila nasceu nas Lajes do Pico a 18 de setembro de 1915, filho de Francisco Machado Ávila e de Elvira dos Santos Madruga Ávila. Frequentou o curso de preparatórios e 1º ano de Filosofia no Seminário de Angra entre 1927 e 1932. Casou com Olga Lopes Neves, distinta professora, desta união nasceram noves filhos.

Foi adjunto do cartório Notarial e dos Serviços de Registos e do Notariado das Lajes do Pico, entre 1938 e 1954. Em 1940 foi nomeado Administrador e Presidente da Comissão Administrativa do Concelho das Lajes do Pico, tendo exercido o cargo de Presidente da Câmara Municipal do Mesmo Conselho em 1941. Ingressou no quadro administrativo da Câmara Municipal das Lajes do Pico em 1954. Aposentou-se em 1984 como Assessor Autárquico do Município das Lajes do Pico.

Ermelindo Machado Ávila iniciou a sua atividade jornalística na revista *Eco Cedrense* do Faial e em 1932 no semanário *O Dever*, tendo sido editor deste jornal entre 1938 e 1954. Colaborou com diversos órgãos de comunicação como: *O Dever*; *Correio da Horta*; *A União*; *O Telégrafo*; *Correio dos Açores*; Revista *Açorianíssima*; *Radio Clube de Angra*; *Emissora Regional dos Açores/RDP-Açores*; *Jornal do Pico*; *Diário dos Açores*, portal *A Diáspora* e em diversas rádios locais.

É sócio fundador da Sociedade da Língua Portuguesa, do Núcleo Cultural da Horta, da Sociedade de Escritores Açores-Madeira. Também foi sócio da Sociedade Histórica

da Independência de Portugal, do Instituto Cultural de Ponta Delgada, da Sociedade Afonso de Chaves e do Instituto Açoriano de Cultura.

Da sua extensa bibliografia publicada, destaca-se: John Phillips – Herói em Terras Americanas; Ilha do Pico – roteiros Históricos e Paisagísticos; Centenário de São francisco de Assis – O Franciscaníssimo na ilha do Pico; Ilha do Pico – Suas Origens e suas Gentes; Conventos Franciscanos da Ilha do Pico – Notas Históricas; Temática baleeira na Literatura Açoriana; Um Século de Baleação – Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico; Figuras e Factos – Notas Históricas; Crónicas da Minha Ilha; Álbum da Ilha do Pico; Lajes do Pico – Primeira Povoação da Ilha; Nossa Senhora de Lourdes (2015); A terra e o Mar, Crónicas do meu sentir (2015); Culto Mariano na Ilha do Pico (2016); A Matriz da Santíssima Trindade das Lajes do Pico (2017) e Crónicas e Contos de Natal do Avô Ermelindo (2018).

Foi um dos mais proeminentes cidadãos Lajense, tendo sido colaborador e mentor de diversas organizações locais como a Filarmónica Liberdade Lajense, o Clube Desportivo Lajense, a Associação Voluntária dos Bombeiros das Lajes do Pico e o Museu Baleiro. Foi reconhecido e homenageado pela sua dedicação à causa publica e cívica pelo Estado Português (Comendador da Ordem de Mérito), pela Região Autónoma dos Açores (Insígnia Autonómica de Reconhecimento), e pela Câmara Municipal das Lajes do Pico (Medalha de Prata do Concelho, Chave Número Um do Concelho).

Com o falecimento de Ermelindo Machado Ávila, do dia 25 de maio de 2018, o Pico e os Açores perderam uma das principais referências da cultura açoriana. Ermelindo Machado Ávila deixa um importante legado e um reconhecimento público e institucional que ultrapassa em muito as fronteiras do Pico e dos Açores.

Ermelindo Ávila era sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira pelo menos desde 1982, dado que numa ata com aquela data é referido o seguinte: "*Incluir em acta, por se ter notado esta falha, o nome do Sócio correspondente*", o que não nos permite fixar a data exata da sua eleição para sócio deste Instituto.

*Alfredo Borba*

# NESTOR DE SOUSA
# (1931-2017)

No dia 23 de junho de 2017 faleceu Nestor de Sousa em Ponta Delgada, com a idade de 85 anos. Nasceu a 11 de outubro de 1931, filho de João Cabral de Sousa e de Maria Idalina Mendonça de Sousa. Fez os seus estudos liceais em Ponta Delgada, licenciou-se em História pela Universidade de Coimbra e fez o mestrado em História de Arte pela Universidade Nova de Lisboa. Foi professor provisório no Liceu Nacional de Santarém nos anos de 1967/68.

Enquanto estudante fez teatro no T.E.U.C (teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra) e conjuntamente com outros colegas da Universidade correram mundo, ou seja, num percurso de espetáculos de norte a sul do país e extensão estrangeira, nomeadamente em Festivais Internacionais realizados na Alemanha (Erlangen); em França (Nancy), em Paris e na X Delfíada de Verona, Itália.

Em Santarém, em finais dos anos 60 do século XX Nestor de Sousa, para além de professor de História assumiu a função de encenador, trazendo ao meio estudantil de Santarém uma nova abordagem nas escolhas de autores e no estar em palco. Apresentava-se ao tempo a Récita, evento de maior relevo no meio e na cidade, como o espetáculo em que os alunos mais caprichavam: era o adeus à escola onde cresceram, onde se apaixonaram furtivamente, onde fumaram os primeiros cigarros, onde vestiram a "capa e batina", onde leram clandestinamente os "Pensamentos de Mao."

Nestor de Sousa inovou ao trazer para o palco, também, Lorca, Molière, Almeida Garrett… e ainda o teatro de Gil Vicente. Com ele, os ensaios eram aulas de cultura, com ele respirava-se uma liberdade incomum até então. Seguiu-se a sua vinda para Tomar como professor provisório no Liceu de Tomar e, mais uma vez, o mesmo propulsor Nes-

tor de Sousa a encenar, a dirigir e a ensinar; a ele lhe deve José António Calixto e muitos outros[1], o haverem pisado o palco, a ele lhe deve Carlos Carvalheiro o que aprendeu, hoje o diretor do reconhecido grupo "Fatias de Cá".

Mais recentemente, anos 80 do século XX, como atividade circum-escolar universitária, criou em Ponta Delgada a Trupe da Universidade dos Açores, com espetáculo inaugural na Igreja do Carmo, de Ponta Delgada. Depois, nos Teatros Micaelense e Angrense, com a representação de *O Avarento*, de Molière, de que foi, simultaneamente, encenador, ensaiador e protagonista.

Segundo o testemunho de antigos alunos em Santarém, Tomar e Ponta Delgada a ele, tantos lhe devem tanto nas áreas do teatro, da cultura e da história.

No regresso a S. Miguel, o Professor Nestor de Sousa, como era comumente conhecido fez o estágio pedagógico no Liceu Nacional de Ponta Delgada para professor efetivo de História. Entretanto, com a criação do então recém-criado Instituto Universitário e, posteriormente, Universidade dos Açores foi docente e responsável pela disciplina de História de Arte.

Acumulou a lecionação com outras disciplinas, com destaque para a História da Civilização Grega. Como professor de História de Arte, para além da componente teórica da sua lecionação dedicava uma grande atenção às aulas práticas, que se traduziram na visita aos principais edifícios de valor monumental e interesse histórico em S. Miguel e mais particularmente em Ponta Delgada, nomeadamente Igrejas, Conventos, palácios e fortificações militares.

Foram aulas, em que aliava um discurso académico, muito bem fundamentado, com a explicação minuciosa do enquadramento estilístico e conteúdos artísticos dos monumentos visitados. Atribuía, então uma grande importância à função social da arte e aos contextos socio-económicos e também políticos, em que tais monumentos surgiram e foram utilizados.

Em Ponta Delgada, por convite e em paralelo com a sua atividade docente e académica, foi Diretor do Museu Carlos Machado (1975- 1985), cargo que desempenhou sem vencimento. Foi um período em que apresentou à tutela projetos para a reestruturação do museu e realizou a sua dinamização, com a remodelação da exposição permanente e de longa duração, em continuadas exposições temporárias e itinerantes, para além de atividades regulares de extensão artística e cultural.

No ano de 1982 coube a Nestor de Sousa, na sua qualidade de Diretor do Museu Carlos Machado, acolher em Ponta Delgada o Colóquio da APOM (Associação Portuguesa de Museologia) e coordenar a sua realização, subordinado ao tema: Museus de Região. Foram apresentadas comunicações, que explicitavam e desenvolviam o conceito de Museu de Região, como defensor ativo do património cultural e como pólo dinamizador de ação cultural.

Posteriormente, organizou o Museu Municipal de Nordeste, como museu de história local, inaugurado oficialmente em Janeiro de 1989. Por solicitação das entidades políticas regionais realizou duas exposições de pintura na Escola Secundária Antero de

[1] Pessoas que posteriormente estudaram e desenvolveram

Quental, de Ponta Delgada, respetivamente: *Antero e os Tempos de Escola*, exposição esta inaugurada pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares e de Pintura de Duarte Maia. Para as primeiras (e únicas) jornadas culturais do Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada, realizou na sala do Consistório do antigo edifício a exposição Arte Religiosa (pintura, imaginária, ourivesaria e têxteis).

Em 1983, foi eleito e ratificado oficialmente membro correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa, às sessões da qual apresentou diversas comunicações. Aposentou-se no ano de 2013. No âmbito da investigação da sua área académica tem artigos publicados em Atas de Congressos e colóquios nacionais e regionais e, desde o ano de 1976 foi sócio efetivo do Instituto Cultural de Ponta Delgada e, desde 1981, sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Por solicitação de entidades oficiais desenvolveu trabalhos de investigação e de estudo sobre edifícios, dentro da função religiosa, civil e militar em todas as Ilhas dos Açores. Destacamos aqui a elaboração de «pareceres» relativos a restauro e/ou reconversão de monumentos do património regional açoriano, nomeadamente sobre o Recolhimento de S. Pedro de Alcântara, S. Roque, Pico e Teatro Micaelenses, em Ponta Delgada, Em Angra do Heroísmo no ano de 1986 colaborou na preparação do Programa Base, que precedeu a elaboração do Programa Museológico do Museu de Angra do Heroísmo.

**Obras publicadas:**

*A Arquitetura Religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. (1995), Teatro e Arquiteturas de Espetáculos nos Açores. *Programa de O Avarento,* Ponta Delgada, s.e. (1996), S. João Baptista de Angra do Heroísmo: um programa italiano de fortaleza filipina e a sua ermida da Restauração, *Revista Monumentos*, n.º 5. (1997), *O palacete Porto Formoso e outras imagens oitocentistas de Ponta Delgada*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. (1998), Emigrantes no Brasil e Escravos nos Açores, *Revista Arquipélago*, série Ciências Sociais, n.º 11-12. (2000), *Calçada artística nos passeios de Ponta Delgada*. Ponta Delgada, Criações Tur' Arte. (2000), Os Cantos nos jardins paisagísticos da Ilha de S. Miguel, *Revista Arquipélago,* Série História. (2000), A capela de Nª. Sª. das Vitórias e outros temas do romantismo artístico na vida de José do Canto, *Revista Arquipélago,* série História. (2000), Arquitetura das Igrejas jesuítas açorianas, in *Actas do IV Colóquio luso-brasileiro de História da Arte*. (2002), Programas de arquitetura militar quinhentista em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Italianos, italianização e intervenção até ao século XVIII, *Revista Arquipélago*, série História, VI. (2003), Carta ao meu Professor João Bernardo, *Insulana*, XIX. (2004), Três temas da Escultura de Canto da Maia, *Revista Arquipélago*, série História, VIII. (2005/2006), Ourivesaria Religiosa em S. Miguel de 1532 aos começos do século XX, *Revista Arquipélago*, série História, IX-X. (2006), A igreja do colégio da Companhia de Jesus de Ponta Delgada: sinais de arquitetura chã e inovação de gosto barroco in *Catálogo do Museu Carlos Machado*.

**Bibliografia:**

– Enciclopédia Açoriana. «Sousa, Nestor de». Consultado em 1 de julho de 2018;
– NO MUNDO DOS MUSEUS – entrevista com Rui de Sousa Martins. Consultado no dia 10 de julho de 2018.
– Repositório Cientifico da Universidade dos Açores. Consultado no dia 2 de agosto de 2018.

José Olívio Mendes Rocha

# CARLOS ALBERTO DA COSTA CORDEIRO

22 de Agosto de 1946 – 18 de Setembro de2018

O Professor Doutor Carlos Cordeiro nasceu em Ponta Delgada, a 22 de Agosto de 1946. Nesta cidade, frequentou as "Escolas Anexas" e a Escola Industrial e Comercial, actualmente a Escola Secundária Domingos Rebelo, terminando o curso de Formação Geral de Comércio em 1963 e ingressando de seguida no mercado de trabalho. A sua actividade profissional foi interrompida pouco tempo depois, em 1968, para prestação de serviço militar. Em Angola foi furriel miliciano atirador de Infantaria, merecendo o seu desempenho um louvor pelo General Comandante da Região Militar daquela Província Ultramarina e uma medalha de comportamento exemplar.

Após o serviço militar, retomou a sua actividade profissional nos CTT de Ponta Delgada. Procurando aprofundar a sua formação, regressou à Escola Industrial de Ponta Delgada, concluindo os cursos de Relações Públicas e de Secretariado. A criação da Universidade dos Açores, em 1976, constitui uma oportunidade adicional para continuar a apostar na sua formação pessoal. Concluiu o curso de licenciatura em História e Ciências Sociais, via ensino, com elevadas classificações. Depois de estagiar na Escola Secundária Antero de Quental, foi professor do ensino secundário, na Lagoa e em Ponta Delgada.

Em 1986, ingressou na Universidade dos Açores, por força das mais-valias em que a sua competência, os seus interesses pela investigação científica e as suas capacidades didácticas, entretanto demonstrados, se revestiam, no entender do fundador da academia

açoriana, o Professor Doutor José Enes, para a consolidação do projecto universitário açoriano. Na Universidade açoriana tornou-se membro fundador do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia, o CERIE, e Assistente convidado do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Sob a orientação do Doutor Luís Reis Torgal, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, viria a prestar provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, em 1990 e de Doutoramento em 1998, tendo obtido em ambos os casos a classificação máxima prevista na lei. Em 2005, prestou provas públicas de Agregação, obtendo, de novo, a classificação máxima prevista na lei: aprovação com mérito absoluto, por unanimidade dos membros do júri.

No quadro do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia, que integrou até à respectiva extinção aquando da última revisão estatutária da Universidade dos Açores, e que viria a dirigir, desenvolveu uma riquíssima actividade de investigação científica e de prestação de serviços à comunidade. Para o constatar, veja-se a pluralidade de livros, capítulos de livros e artigos científicos que publicou, na região, no país e no estrangeiro, e ainda a importante colaboração que prestou ao longo da sua carreira às mais variadas instituições regionais e nacionais: Câmaras Municipais, órgãos de comunicação social, escolas dos vários ciclos, organismos culturais, sociais, políticos e religiosos. Na sequência da extinção do CERIE, tornou-se membro fundador do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores, integrando a unidade de investigação Portugal e o Mar | Europeísmo e Relação Transatlântica. Paralelamente, foi membro fundador do Centro Interdisciplinar de Estudos do Século XX, da Universidade de Coimbra, onde desenvolveu uma importante actividade de investigação científica, muitas vezes em colaboração com o seu antigo orientador, o Professor Doutor Luís Reis Torgal, designadamente nos domínios da História dos Açores, da emigração, da imprensa e da comunicação social, em geral, e das ideologias contemporâneas, em especial dos fascismos e dos autoritarismos.

No âmbito do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, que também dirigiu, bem como no da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que lhe sucedeu, desenvolveu uma riquíssima actividade didáctica que, solidamente ancorada na área científica de História, se alargou a uma pluralidade de registos, designadamente: a criação de novos cursos, em concreto, no âmbito dos Estudos Europeus, das Relações Internacionais, das Relações Públicas e Comunicação e do Serviço Social, a leccionação de inúmeras unidades curriculares, de licenciatura, de mestrado e de doutoramento, e a formação de um vasto número de orientados de mestrado, de doutoramento e de pós-graduação – dentro e fora da Universidade dos Açores, inclusivamente a nível internacional. Paralelamente, integrou múltiplos júris de provas académicas (do mais variado nível) nos Açores, no país e no estrangeiro.

Já no final da sua carreira académica, o Professor Doutor Carlos Cordeiro haveria de recuperar o seu compromisso com a dimensão militar, empenhando-se no estudo das guerras portuguesas em África, tarefa para a qual ao longo de um longo Ciclo de Conferências viria a cooptar um leque alargado de personalidades, tanto militares como civis.

Numa carreira académica completa que, prologando-se para além da aposentação, viria a terminar apenas com a sua morte, o Professor Doutor Carlos Cordeiro constitui

exemplo paradigmático do facto de sermos capazes de nos forjar a nós próprios, independentemente do momento ou das circunstâncias em que nos é dado viver. Através do seu trabalho, conseguiu, num primeiro momento, forjar-se a si mesmo, para, num segundo momento, rejeitando a opção egoísta mais fácil de ignorar os outros, a eles se dedicar e à sua formação. Comprometido com o desenvolvimento integral dos seus concidadãos, o labor da carreira do Professor Doutor Carlos Cordeiro lega-nos uma terra e uma comunidade substancialmente melhores. Trata-se, aliás, de uma realidade amplamente sublinhada e reconhecida pelos próprios estudantes, que sempre o procuraram, bem como pelas mais variadas instituições, desde a Universidade dos Açores, à Junta da sua Freguesia de São Pedro, e aos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores: em 2016, os colegas da Universidade dos Açores promoveram um encontro de homenagem e a publicação da obra *História, Pensamento e Cultura. Estudos em homenagem a Carlos Cordeiro*, (Ponta Delgada, Nova Gráfica, 2016); no mesmo ano, a Junta de Freguesia atribuiu-lhe o título de cidadão honorário, e a Região Autónoma dos Açores a insígnia autonómica de reconhecimento.

A morte do Professor Doutor Carlos Cordeiro entristece-nos e empobrece-nos. A sua vida e a sua obra enriquecem-nos, e muito. O seu legado é útil e importante para aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver e crescer intelectualmente, como para as gerações vindouras. É desse legado que o presente suplemento procura dar conta, registando alguns aspetos fundamentais por parte de quem acompanhou mais de perto o seu percurso de vida.

Filho de Maria Margarida Pereira da Costa e de Alberto Agostinho Cordeiro, o Professor Doutor Carlos Cordeiro era casado com Antoniela Livramento Pimentel da Silveira e Cunha Cordeiro, tendo o casal três filhas, Carla, Susana e Alexandra, e quatro netos: Margarida, Beatriz, Lourenço e Guilherme.

O Prof. Doutor Carlos Cordeiro era sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, eleito na sessão de 24 de Abril de 2002.

*Carlos E. Pacheco Amaral*

# PAULO AGOSTINHO SERPA VIEIRA DE AREIA

18 de Fevereiro de 1942 – 14 de Setembro de 2018

No passado dia 14 de Setembro de 2018, faleceu em Angra do Heroísmo, com doença de foro oncológico, o sócio subscritor do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Paulo Agostinho Serpa Vieira de Areia, natural da freguesia de Nª. Sr.ª da Conceição desta cidade, onde nasceu a 18 de Fevereiro de 1942. Era o filho mais novo de D. Maria do Livramento Serpa Vieira da Areia, natural da mesma freguesia de Angra e do tenente do exército Agostinho José Vieira d' Areia, nascido na freguesia das Lajes, Praia da Vitória, demitido ao participar na Revolução de Abril de 1931, pelo que, possuidor do Curso do Magistério Primário, se dedicou ao ensino, criando uma escola particular muito frequentada à época. Aderiu à Maçonaria o tenente Areia (Prometeu) e no início de 1932 tentou formar um Triangulo na Vila do Porto, para o que estava autorizado.

Paulo Agostinho Vieira de Areia fez os estudos primários e secundários na cidade natal e cursou a Escola de Regentes Agrícolas de Santarém. Porém, logo após concluir o curso, ingressou nos quadros da TAP, encontrando-se aposentado há alguns anos. Trabalhou no Aeroporto de Lisboa, tendo em 1976 pedido transferência para o Aeroporto das Lajes, onde exerceu várias vezes, em regime de substituição, o cargo de chefe de escala da TAP – Air Portugal.

Monárquico convicto, colaborou bastas vezes em projetos inerentes à sua ideologia. Foi deputado pelo PPM à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, em lista con-

junta com outro partido. Era Sócio da Real Associação da Ilha Terceira. Integrou várias direções de instituições de índole cultural, recreativa, social e desportiva como Presidente do Clube Praiense, do Lawn Tennis Club e dos Rotários.

Foi um acérrimo defensor da nossa autêntica gastronomia, sobretudo dos pratos tradicionais. No tocante à doçaria da Terceira, conhecia-a como poucos e praticava a sua confeção, sobretudo de doces de ovos, não esquecendo o seu "doce de vinagre", bem assim, "o arroz doce à moda da minha mãe". Recordo, simultaneamente, as excecionais "papas grossas" em receita única, que elaborava no 1º de Maio, para quem o visitava nesse dia.

Chegou, a pedido do general Rocha Vieira e Ministros da República que lhe sucederam, a escolher e confecionar doces para receções a Chefes de Estado ou do Dia de Portugal no Solar da Madre de Deus.

Colaborou sobre esta temática, indicado pelo IHIT, na publicação "O Património perto de si – Entre o passado e o presente" da CRESAÇOR – Cooperativa Regional da Economia Solidária.

Gostava de livros, sobretudo de assuntos relacionados com os Açores e a sua história. Foi colecionador de antiguidades e objetos de arte.

Deixa viúva D. Maria Manuela Moreira da Silva Marques da Costa, natural de Paranhos, Porto, bacharel em pintura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, professora aposentada do ensino preparatório, com quem casou em 1975, em Loures. Fica ainda de luto seu filho Ricardo Marques da Costa Vieira de Areia, engenheiro civil pelo Instituto Superior Técnico (Universidade de Lisboa), delegado da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas na ilha da Graciosa, casado com D. Helena Maria de Araújo Correia, licenciada em Direito (Universidade de Coimbra), advogada em Sta. Cruz da Graciosa. Deixa ainda anojados, o Dr. Henrique Vieira da Areia e D. Orlanda Maria Serpa Vieira de Areia Palma, irmãos do finado.

Paulo Areias era sócio subscritor do IHIT desde longa data.

*Jácome de Bruges Bettencourt.*

# RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES ENTRADAS NO INSTITUTO

*Almanaque do Camponez*, edição do centenário (oferta do editor).

*Culturaçores – Revista Cultural*, Direção Regional da Cultura do Governo dos Açores.

*Filatelia Lusitana* – órgão oficial da Federação Portuguesa de Filatelia

*Islenha*, Revista da Direção Regional da Cultura do Governo da Madeira.

*Jornal do Exército*

*Revista* da Academia Luso-Brasileira de Letras, Rio de Janeiro

*Revista de Marinha* (oferta do Proprietário e Diretor Almirante Alexandre da Fonseca).

*Revista Portuguesa de História*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

AA.VV. (coordenação de Ana Duarte Rodrigues), *O gosto na arte – Idade Moderna* (oferta do Dr. Miguel Cabral de Moncada)

AA.VV. (coordenação de Ana Duarte Rodrigues), *O gosto português na arte* (oferta do Dr. Miguel Cabral de Moncada)

AA.VV., *O património perto de si – entre o passado e o presente*, CRESAÇOR.

Alberto Vieira, *O (re)descobrimento/(re)conhecimento do Porto Santo e da Madeira – Em torno da história, de alguns conceitos e imprecisões*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 2018.

Antonieta Costa, *Ilhas Míticas* (DVD com programas de televisão, oferta da autora)

Carolina Rufino, *Manuel de Arriaga – Intervenções parlamentares 1883-1911*, Lisboa, 2017 (oferta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores).

Joselin Nascimento Gomes, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 2018.

Philippe Garnier, Famílias da Ilha Terceira (6 volumes), edição do autor (oferta do autor):

- Volume I – Francisco Ferreire Dormonde e Dona Barbara Gato
- Volume II – Francisco Ferreira Dormonde e Dona Maria de Lemos
- Volume III – Aleixo Pacheco de Lima e Manoel de Ponte Cardoso
- Volume IV – André Alveres e Maria Pestana – Roque de Ponte e Maria Alveres Cardoso – Sebastião Gato Toste e Maria Fernandes da Costa – Os Lopes Lourenço de João Lourenço progenitor – Jorge Camelo
- Volume V – Familia Enes Froes – Amador Gaspar e Inês Alveres – Sebastião Dias Nogueira e Helena Martins – Pedro Toste e Maria Pires – João de Aguiar progenitor – Maria Fernandes Pascoa – Os Romeiros
- Volume VI – Fontes/Sources dos Arquivos de Angra do Heroísmo.
- Volume VII – Índices.

Susana Paula Flor e Pedro Flor, *Pintores de Lisboa – séculos XVII-XVIII, A Irmandade de S. Lucas*, Instituto de História de Arte, Lisboa.

---

O Reverendíssimo Padre Doutor António Júlio de Faria Limpo Trigueiros, da Companhia de Jesus e Diretor da revista *Brotéria*, ofereceu um disco eletrónico externo, o qual fica depositado na biblioteca do IHIT, com diversas digitalizações, nomeadamente:

- Manuscritos do *Archivium Romanum Societatis Iesu* relativos a Portugal
- *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*, de Francisco Rodrigues, S.J.
- *Chronica da Companhia de Iesu, na Provincia de Portugal*, por Baltazar Teles, S. J.
- *Obras Completas* de S. Francisco Xavier
- *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, de António Franco, S. J.
- *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal*, de José Caeiro, S.J.
- *Annus Gloriosus Societatis Jesu in Lusitania*, de António Franco, S. J.

# Índice

**Pag.**

**75.º Aniversário do Instituto Histórico da Ilha Terceira**

João Maria Mendes - *Palavras do Presidente na Sessão Comemorativa do 75.º aniversário da Fundação do Instituto Histórico da Ilha Terceira* ..... 13

Manuela Mendonça - *História e Historiografia: Ecos da Academia Portuguesa da História no Instituto Histórico da Ilha Terceira* ..... 17

Relação dos sócios do IHIT 1943-2018 – *Nota introdutória* ..... 25

**Palestra Comemorativa dos 484 Anos da Criação da Cidade de Angra**

Diniz Borges - *Angra e os primos da América* ..... 57

**Ano Europeu do Património Cultural – Ciclo de conferências**

João Maria Mendes - *Breves palavras do presidente do IHIT na primeira sessão de um ciclo de conferências integradas no ano europeu do património cultural* ..... 69

Avelino de Freitas de Meneses - *Património, Cultura e Identidade* ..... 73

Nuno Ribeiro Lopes - *Museologia em Rede* ..... 81

António Maia Nabais - *Museologia E Património Cultural* ..... 87

**Ano Europeu do Património Cultural**
**Artigos sobre algum do nosso Património Cultural**

Miguel Cunha - *Angra do Heroísmo – Breve Análise da Gestão recente da Cidade Património* ..... 103

José Júlio Mendes Rocha - *Alguns Aspetos da Cultura Religiosa nos Açores* ..... 117

Hélder Fonseca Mendes - *O Espírito Santo é o Nosso Programa Social – o Profético, o Possível, o Utópico, o Estado da questão entre 1871-1889* ..... 127

**Pag.**

Álamo Oliveira - *Memória Descritiva (quase) sobre o Teatro nos Açores* ..... 139

Luís António Durão - *Considerações Arquitectónicas em torno do Paço de Santa Catarina em Angra do Heroísmo* ..... 145

Hélio Soares - *Os conjuntos Azulejares do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada* ..... 187

João Luís Esquível; Tânia Rebelo; Eduardo Magalhães; Rui Flores - *Proposta de Requalificação Estilística da Igreja de São Sebastião, Ilha Terceira* ..... 201

Félix Rodrigues; Mário Jorge Costa - *Um possível columbário fúnebre na Ribeira dos Bispos, nos Açores* ..... 289

Duarte Gonçalves Rosa - *As Filarmónicas na Liturgia (Séc. Xix) e os festejos de Santa Cecília, em Angra do Heroísmo - A Harmónica «Prazer» da Freguesia da Agualva (1874-1886)* ..... 313

**História**

Luís Filipe F. R. Thomaz - *A longa História da Canela* ..... 325

Evo Eduardo S. P. C. Fernandes - *Os Açores e a Guerra de Sucessão Castelhana (1474 – 1479)* ..... 363

Tenente-Coronel Silveira - *A rendição do Castelo de Angra* ..... 405

**Etnografia**

J. M. Soares de Barcelos - *Pesca das Moreias* ..... 429

António Maria Gonçalves - *Apontamento sobre o Traje da Ilha das Flores* ..... 433

António Maria Gonçalves - *Do Namoro ao Casamento passando pelo Pregão das visitas - (retrato docial dos finais do século XIX na Ilha das Flores)* ..... 439

**Geopolítica e Geoestratégia**

José Alberto Azeredo Lopes - *A nova Ordem Internacional e a importância Geoestratégica dos Açores* ..... 453

Arnaldo Ourique - *Vagas Autonómicas a propósito dos quarenta anos da Autonomia Constitucional dos Açores* ..... 461

**Pag.**

Pedro Vilas Boas - *O renascer da produção independente de energia eléctrica na Terceira – do sonho à realidade* ..... 511

Tânia Santos Mendes - *Breves memórias dum terceirense descendente de trabalhador da Base* ..... 531

**Documentos**

Manuel Augusto de Faria - *A armada do Conde de Essex na Graciosa, Terceira e São Miguel - 1597* ..... 543

**Vária**

Manuel Augusto de Faria - *Alvarás* ..... 561

J. M. Soares de Barcelos - *As Saúdes* ..... 567

**Vida do Instituto**

Relatório do Presidente ..... 573

Proposta de Actividades para o Ano de 2018 ..... 587

Demonstrações Finançeiras - 2017 ..... 593

Relatório do Conselho Fiscal sobre as contas do exercício de 2017 ..... 613

Voto de Louvor ..... 615

Ata da Primeira Reunião Ordinária de 2017 ..... 619

Ata da Primeira Reunião Extraordinária de 2017 ..... 621

Ata da Segunda Reunião Ordinária de 2017 ..... 625

**Necrologia**

Professor Doutor António Dias Farinha - Retificação e pedido de desculpas ..... 631

Ermelindo dos Santos Machado Ávila ..... 633

Nestor de Sousa ..... 635

**Pag.**

Carlos Alberto da Costa Cordeiro ..... 639

Paulo Agostinho Serpa Vieira de Areia ..... 643

**Publicações recebidas**

Relação das Publicações Entradas no Instituto ..... 645

**Ficha técnica**

*Edição:*
Instituto Histórico da Ilha Terceira

*Capa deste volume:*
Álamo Oliveira e Rui Melo

*Execução Gráfica:*
Coingra, Lda. – www.coingra.pt

*ISBN:* 978-972-9220-37-1

*Dep. Legal:* 158131/00

350 exemplares